



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 16ª SESSÃO À 18ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 5
1º MAR. A 5 MAR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner**^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery**^S
PSDB – Flexa Ribeiro**^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto **^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório**^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira**^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana **^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
(AM)		te”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 23 de janeiro de 2007. Senador Cícero Lucena....	438
Posicionamento em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, como pólo da nova era da TV digital. Senador Valdir Raupp...	266	Transcrição do editorial intitulado “O PAC e os riscos da demanda”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de fevereiro de 2007. Senador Mário Couto.....	439
ARTIGO DE IMPRENSA		Transcrição do editorial intitulado “Pouca energia”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 28 de janeiro de 2007. Senador Marconi Perillo....	440
Transcrição da matéria intitulada “Governadores da oposição vão pedir mudanças”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 23 de janeiro de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	257	Transcrição da matéria intitulada “Assustando o investidor”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de fevereiro de 2007. Senador João Tenório	441
Transcrição da matéria intitulada “Para OAB, plebiscito pode virar arma de populista”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 9 de fevereiro de 2007. Senador João Tenório.....	259	Transcrição do artigo intitulado “Obsessão autoritária”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de fevereiro de 2007. Senador Papaléo Paes.....	442
Transcrição da matéria intitulada “Sururu no Itamaraty”, publicada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 14 de fevereiro de 2007. Senador Papaléo Paes.....	260	Registro da matéria intitulada “Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de fevereiro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....	443
Transcrição da matéria intitulada “Camisa de força neles. Eles enlouqueceram”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , do dia 8 de fevereiro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....	261	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Transcrição da matéria intitulada “Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , do dia 7 de fevereiro de 2007. Senador Mário Couto.....	262	Pronunciamento de estréia de S. Exa. como Senador da República, em que reassume compromisso com os eleitores do Estado do Piauí. Senador João Vicente Claudino.....	168
Transcrição do artigo intitulado “Desequilíbrio de poder”, publicado pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 4 de fevereiro de 2007. Senadora Lúcia Vânia.....	263	Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	170
Transcrição do artigo intitulado “Coisas da Política”, publicado pelo <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 6 de janeiro de 2007. Senador Marconi Perillo.	264	Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Marco Maciel.....	170
Transcrição do artigo intitulado “O descompasso entre o discurso e a carpintaria”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 24 de janeiro de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	436	Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Mão Santa.....	170
Transcrição da matéria intitulada “PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corren-			

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Efraim Morais.....	171	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Neuto de Conto.....	197
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Tasso Jereissati.....	172	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Pedro Simon.....	197
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador Sérgio Zambiasi.....	172	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador José Nery.....	198
Pronunciamento de estréia de S. Exa. na tribuna do Senado Federal, em que faz uma avaliação do quadro político nacional. Senador Jarbas Vasconcelos	188	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Arthur Virgílio.....	199
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Marco Maciel.....	193	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Eduardo Azeredo.....	199
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Tasso Jereissati	193	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Garibaldi Alves Filho.....	200
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador José Agripino.....	193	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Efraim Morais	200
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Cristovam Buarque.....	194	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Joaquim Roriz.....	200
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Mão Santa.....	194	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Cícero Lucena.....	201
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Alvaro Dias.....	195	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Flexa Ribeiro.....	201
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Mozarildo Cavalcanti	195	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Valdir Raupp.....	201
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Geraldo Mesquita Júnior	195	Lamentação da ausência, no Plenário, de representantes do Partido dos Trabalhadores na tarde do dia 1º de março de 2007, num momento de importante debate acerca do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mário Couto.....	243
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Eduardo Suplicy.....	196	Críticas a ausência de representantes do Partido dos Trabalhadores nos debates em Plenário	

	Pág.	III	Pág.
acerca dos graves problemas que atingem o País. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa.....	254		
Apresentação de convite do Banco Mundial feito à Sua Excelência para representar o Senado Federal na 70ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, realizada na Cidade do Cabo, África do Sul. Senador Eduardo Suplicy....	434		
BANCOS			
Encaminhamento de requerimento que solicita a reconstituição do Ofício “S” nº. 12, de 2003, que trata sobre a renegociação das dívidas do Banco do Estado de Rondônia - BERON. Senador Expedito Júnior.....	225		
Análise do desempenho do Banco do Brasil em 2006. Senador Augusto Botelho.....	340		
DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Cobrança de mais investimentos do Governo Federal em obras de infra-estrutura no Estado do Pará. Senador Mário Couto	385		
Comunicação a várias Prefeituras Municipais do Estado do Amapá sobre a disponibilização de recursos para pagamento de diversos convênios do interesse desses municípios. Senador Gilvam Borges.....	409		
Comentários sobre a visita do Ministro da Integração Nacional, o Senhor Pedro Brito, à Bahia e questionamentos sobre o anúncio da liberação de recursos do Governo Federal para a região. Senador César Borges.....	416		
Alerta com relação ao modelo de reforma agrária, em terras produtivas, feita pelo Governo Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.....	418		
Considerações acerca da falta de apoio do Governo Federal e do abandono que se encontra o projeto de assentamento nas terras da empresa Maisa – Mossoró Agroindustrial S.A., no Estado do Rio Grande do Norte. Senador Garibaldi Alves Filho.	434		
Considerações sobre o projeto de assentamento do Governo Federal nas terras da empresa Maisa – Mossoró Agroindustrial S.A., no Rio Grande do Norte. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Eduardo Suplicy.	435		
EDUCAÇÃO			
Preocupação com os dados apresentados pelo censo educacional de 2006 e as notas dos exames			
		realizados pelo MEC. Defesa do investimento em educação de qualidade objetivando a redução da criminalidade e da violência. Senador Mozarildo Cavalcanti.	377
		Comentários acerca da importância do investimento em educação de qualidade para o desenvolvimento do País e a redução da criminalidade. Reflexão sobre os motivos que levam à evasão escolar. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Cícero Lucena.....	377
		Defesa do investimento em educação de qualidade objetivando o desenvolvimento do País e a redução da criminalidade. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Gerson Camata.....	379
		Comentários a respeito de projeto de S. Exa. que cria uma comissão intermediária entre professores, servidores da educação e o Governo, para analisar a legitimidade das reivindicações desses profissionais. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque.....	390
		Apelo para a aprovação do projeto de S. Exa. que indeniza o analfabeto adulto com uma bolsa de 100 reais, pagos no dia em que ele receber o seu diploma de alfabetizado. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Cristovam Buarque.....	408
GOVERNO FEDERAL			
		Denúncia das obras inacabadas do Governo Lula no Estado do Piauí, como portos, estradas de ferro, hospitais e pronto-socorros. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa.....	242
		Críticas ao esforço do Governo Federal de manter o dólar em patamares que colocam em risco as exportações brasileiras. Senador Flexa Ribeiro.....	252
		Críticas ao uso vicioso de Medidas Provisórias pelo Poder Federal, utilizadas nas mais diversas e esdrúxulas situações e, em sua grande maioria, sem os requisitos de urgência e relevância que a autorizam. Senador Cícero Lucena.....	384
		Críticas a falta de atenção dispensada pelo Governo Lula aos estados do norte do País, especialmente os Estados do Pará e Roraima. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Mozarildo Cavalcanti	386
		Reflexões acerca da história do Brasil relacionada aos diversos tipos de assaltos. Senador Cristovam Buarque.	404
		Tristeza com a situação de abandono do Nordeste do País, pelo Governo Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa.....	419

	Pág.		Pág.
Críticas ao modelo de reforma agrária feito pelo Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador César Borges.	421	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Comentários sobre os avanços obtidos pelo Governo Lula em seu projeto de reforma agrária. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy	422	Justificação de requerimento de Voto de Pesar pelo assassinato do casal de franceses, a Senhora Delphine Douyère e o seu esposo Senhor Christian Doupes, e do cientista social francês Jérôme Faure, no Rio De Janeiro. Senador Gerson Camata.	383
Apresentação de balanço dos avanços na reforma agrária promovidos pelo Governo Lula. Senador Eduardo Suplicy.....	426	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheider, no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Eduardo Suplicy.....	412
HOMENAGEM		Voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007. Senador Eduardo Suplicy.....	426
Comemoração, no dia 1º de março de 2007, do aniversário de 89 anos do ex-Presidente João Goulart, caso estivesse vivo. Senador Paulo Paim.....	167	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Ideli Salvatti	427
Encaminhamento do requerimento de congratulações ao Ministro Rider Nogueira Brito, pela posse na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho. Senador Flexa Ribeiro.	202	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Renato Casagrande.	428
Comemoração pelo transcurso dos 85 anos da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, no teatro Municipal de São Paulo. Senador Marconi Perillo.....	244	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Garibaldi Alves Filho	428
Comemoração pelo transcurso dos 85 anos da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, no teatro Municipal de São Paulo. Aparte ao Senador Marconi Perillo. Senador Cristovam Buarque.	246	Justificativas a requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	434
Parabenização aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Marconi Perillo	247	IGREJA CATÓLICA	
Parabenização aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Arthur Virgílio . .	247	Considerações acerca da importância da Campanha da Fraternidade do ano de 2007, dirigida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, voltada para a questão do meio-ambiente. Senador Paulo Paim.....	316
Parabenização aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Flexa Ribeiro....	248	LEGISLAÇÃO PENAL	
Homenagem ao aniversário do Presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Netto, que completa 66 anos de idade, no dia 2 de março de 2007. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	343	Críticas ao adiamento da votação do projeto que modifica a maioria penal. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	187
Homenagem ao aniversário do Presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Netto, que completa 66 anos de idade, no dia 2 de março de 2007, e parabenização ao excelente trabalho humanitário prestado por sua ONG. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho...	344		

	Pág.		Pág.
Transcrição do editorial publicado dia 1º de março de 2007, no jornal <i>A Gazeta</i> , do Espírito Santo, sobre o adiamento da votação da proposta de redução da maioria penal. Senador Magno Malta.....	221	Apio à proposta de implantação da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Agripino.....	424
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		PARECER	
Considerações a respeito da aprovação, em 1º de março de 2007, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, do projeto que regulamenta artigo da Constituição que assegura a crianças de zero a cinco anos de idade o direito à creche nas empresas. Senador Paulo Paim.....	167	Parecer nº. 84, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº. 34, de 2007 (nº 73/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Senador Marco Maciel.....	141
Comentário acerca do projeto que regulamenta artigo da Constituição que assegura a crianças de zero a cinco anos de idade o direito à creche nas empresas. Senador Mão Santa.	172	Parecer nº. 85, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 510, de 2006 (nº 2.329/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.....	144
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Parecer nº. 86, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº. 942, de 2005, que requer da Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003, assim como notas fiscais que suportam os referidos saques. Senador João Batista Motta.....	
Mensagem nº. 41, de 2007 (nº. 97/2007, na origem), que informa ao Senado Federal sobre a sua ausência nos dias 2 e 3 de março de 2007, para participar da XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Georgetown, Guiana.....	163	Parecer nº. 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 75, de 2004 (nº. 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº. 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. Senador Delcídio Amaral.	147
MICROEMPRESA		Parecer nº. 88, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 108, de 2006 (nº. 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Vicentinos. Senador Marco Maciel.....	
Alerta para a necessidade de redução da burocracia para abertura de empresas no Brasil. Senador Edison Lobão.	336	Parecer nº. 89, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 224, de 2000, que torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências. Senadora Serys Slhessarenko.	273
MOVIMENTO TRABALHISTA			
Protesto pela demissão, por alguns empresários, de dirigentes sindicais integrantes do Conselho Fiscal. Questionamentos sobre notícias veiculadas pela imprensa referentes à intenção do Governo Federal de proibir o direito à greve no setor público. Senador Paulo Paim.....	388		
Considerações acerca da necessidade da regulamentação do direito de greve. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti.....	389		
(ONG)			
Repúdio à nota da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), acerca da posição em relação à proposta de implantação da CPI das ONGs. Senador Heráclito Fortes.....	422		

	Pág.		Pág.
Parecer nº. 90, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 224, de 2000, que torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências. Senadora Fátima Cleide	276	Preocupação com o processo de involução por que passa o Brasil, como a corrupção, o aumento da violência e o retrocesso na área de ciência e tecnologia. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.....	167
Parecer nº. 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº. 2, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Senador Jarbas Vasconcelos	284	Preocupação com o baixo crescimento do PIB brasileiro, anunciado pelo IBGE, de míseros 2,9% contra 5,1% do mundo inteiro. Senador José Agripino	239
Parecer nº. 92, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 89, de 2005, que vincula recursos para a Seguridade Social. Senador Valdir Raupp	299	Alerta para o processo de involução da econômica do País, acompanhado do crescimento da corrupção e aumento da violência. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Cristovam Buarque....	241
PECUÁRIA		Comentários acerca do crescimento de 2,9% do PIB brasileiro, anunciado pelo IBGE, demonstrando confiança no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy.....	241
Apelo à revisão da Portaria 15, da Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, que proíbe, por meio de embargo, a entrada da carne dos Estados de Rondônia e do Acre, no Estado do Rio Grande do Sul, devido a ocorrência de aftosa na Bolívia. Senador Expedito Júnior	203	Críticas ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), inviável graças ao lamentável crescimento de 2,9% do PIB brasileiro, crescimento superior apenas ao do Haiti. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flexa Ribeiro.....	243
POLÍTICA AGRÍCOLA		Considerações sobre os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Senadora Lúcia Vânia.....	246
Defesa da compra de patrulhas mecanizadas destinadas a socorrer produtores rurais atingidos por enchentes. Senador Gerson Camata	312	Decepção diante da comemoração do Governo Lula em torno do PIB, que cresceu apenas 2,9% contra os 5% prometidos pelo Governo. Senador Flexa Ribeiro.....	252
Considerações acerca da importância do Projeto Maisa, pioneiro na produção de frutas no Nordeste do País. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.....	420	Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Senador Mão Santa	351
POLÍTICA CIENTÍFICO TECNOLÓGICA		Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Senador Arthur Virgílio	365
Justificação de requerimento de voto de aplauso aos cientistas Henry França Meier e Vinícius Rodolfo Wiggers, professores doutores da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, pelo segundo lugar no Prêmio Peter Murányi 2007, com pesquisas na área dos biocombustíveis. Senadora Ideli Salvatti	399	POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Encaminhamento à Mesa de requerimento sobre a problemática da transposição do Rio São Francisco, juntamente com perguntas a respeito dos pareceres do IBAMA. Senador Antonio Carlos Magalhães	186
Preocupação com o processo de involução por que passa o Brasil, como a corrupção, o aumento da violência e o retrocesso na área de ciência e tecnologia. Senador Cristovam Buarque.	165	Críticas ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Senador Antonio Carlos Magalhães	187
		Solicitação de ajuda do Governo Federal para o combate às queimadas no Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho.....	255
		Solicitação de ajuda do Governo Federal para o combate às queimadas no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti	255

	Pág.		Pág.
Preocupação com a recente publicação do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que divulgou dados novos e alarmantes sobre o aquecimento global. Senador Papaléo Paes	397	Críticas a excessiva generosidade do Governo Lula em financiar, a juros subsidiados, a compra de tratores e máquinas agrícolas para os prefeitos da Bolívia. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Gerson Camata.	386
Comentários sobre a importância de se adicionar, no currículo escolar do ensino fundamental, aulas de conscientização ambiental. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Leomar Quintanilha...	397	POLÍTICA HABITACIONAL	
Críticas ao fato de se colocar o Brasil juntamente com os países desenvolvidos como responsáveis pelo aquecimento global, sendo que o País não contribui nem com 6% da emissão de gases do efeito estufa. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	397	Considerações sobre a delicada questão do déficit habitacional no Brasil. Senador Romeu Tuma . .	265
Relato da participação de S.Exa. no 1º Fórum Parlamentar sobre mudanças climáticas, realizado em Washington, nos Estados Unidos da América, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2006. Senador Renato Casagrande.....	431	POLÍTICA INDUSTRIAL	
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA			
Críticas ao baixo crescimento econômico do País no Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.....	248	Expectativa de que o PFL retire a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº. 352 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que concede incentivos para a implantação de tecnologia digital no País. Senador Arthur Virgílio...	324
Críticas ao baixo crescimento econômico do País no Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro	250	Comentários sobre a importância da implantação de tecnologia digital no País. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Edison Lobão. .	325
Alerta para a necessidade urgente da reforma tributária e da redução da taxa de juros para o crescimento econômico do País. Senador Flexa Ribeiro	252	Registro da inauguração da nova fábrica de resina PET (politereftalato de etileno), do grupo Mossi & Ghisolfi, no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca em Pernambuco. Senador Marco Maciel	395
Críticas ao fraco desempenho econômico do País em 2006. Senador Mão Santa.....	410	POLÍTICA INTERNACIONAL	
POLÍTICA EXTERNA			
Comentários acerca do acordo firmado entre os Presidentes do Brasil e Uruguai para a construção de uma nova ponte sobre o rio Uruguai. Senador Paulo Paim	167	Pedido de transcrição da reportagem sobre a China, que fez para a revista <i>Isto É</i> , intitulada "Um mundo, um sonho: a volta à china 30 anos depois". Senador Eduardo Suplicy	225
Críticas a generosidade do Presidente Lula para o Governo boliviano, esquecendo-se da precária situação em que se encontram as prefeituras brasileiras em todo o País. Senador Gerson Camata.....	312	POLÍTICA MINERAL	
Comentários a respeito da grande generosidade do Presidente Lula para o Governo boliviano, esquecendo-se da precária situação em que se encontram todas as prefeituras brasileiras. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador Mão Santa.....	313	Importância da discussão para a legalização da exploração de riquezas minerais em terras indígenas, evitando, dessa forma, sua exploração irracional. Senador Expedito Júnior	203
Comentários a respeito das generosas concessões do Governo Lula aos países vizinhos. Senador Arthur Virgílio.....	365	Cobrança de uma saída para a exploração de minérios na reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia, e nas demais reservas indígenas brasileiras. Aparte ao Senador Expedito Júnior. Senador Valdir Raupp	204
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
		Considerações sobre o garimpo de Serra Pelada, no Estado do Pará. Senador Mário Couto...	385
		Demonstração de apoio a candidatura do Deputado Michel Temer para a Presidência do PMDB. Senador Mão Santa	202

VIII

	Pág.		Pág.
POLÍTICA SOCIAL			
Considerações acerca da celebração de 120 anos da abolição da escravatura, a comemorar-se em 13 de maio de 2008, e da necessidade de reflexão sobre como completar essa abolição, que ainda está incompleta, e inserir melhor o negro na sociedade brasileira. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque	318	1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. Senador Alvaro Dias	4
Considerações acerca das conseqüências da falta de políticas públicas destinadas a solucionar os problemas estruturais do Brasil. Senador Cristovam Buarque.....	354	Projeto de Lei do Senado nº. 57, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº. 9.981, de 14 de julho de 2000. Senador Alvaro Dias	5
		Projeto de Lei do Senado nº. 58, de 2007, que dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores. Senador Cristovam Buarque	6
POLÍTICA TRIBUTÁRIA			
Alerta para risco de mais aumento da carga tributária, para financiar o projeto expansionista do PAC. Senador José Agripino.....	239	Projeto de Lei do Senado nº. 59, de 2007, que altera a Lei nº. 9.034, de 3 de maio de 1995, para adicionar artigo que tipifica o crime de formação de organização criminosa. Senador Gerson Camata ..	308
Alerta para risco de mais aumento da carga tributária, para financiar o projeto expansionista do PAC. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.....	239	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
		Proposta de Emenda à Constituição nº. 10, de 2007, que altera a redação do art. 158 da Constituição Federal. Senador Renato Casagrande.....	18
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Proposta de Emenda à Constituição nº. 11, de 2007, que altera o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, para estabelecer que as medidas provisórias sejam despachadas, pela Mesa de cada uma das Casas, à comissão permanente com as quais tenham maior pertinência temática. Senador Expedito Júnior.....	21
Críticas ao Presidente Lula e ao seu Programa de Aceleração do crescimento – PAC. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa....	242	Proposta de Emenda Constitucional nº. 12, de 2007, que altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato. Senador Expedito Júnior.....	24
Críticas aos constantes ataques do Presidente Lula ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa	251		
Comentários sobre o desrespeito do Presidente Lula aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Papaléo Paes.....	389	REGIMENTO INTERNO	
		Pedido de mais rigor, à Mesa Diretora, quanto ao cumprimento do Regimento Interno, no que diz respeito ao prazo para troca de relator dos projetos. Senador Gerson Camata.....	164
PROJETO DE LEI DO SENADO		Protesta contra a atitude pouco elegante e descortês da Mesa e do Plenário, com a decisão de inclusão, em regime de urgência, em Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº. 4, de 2007, de autoria da Comissão Diretora, que suprimiu o parágrafo 1º do artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal, para autorizar a participação de membro da Comissão Diretora em Comissão permanente. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	175
Projeto de Lei do Senado nº. 54, de 2007, que altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. Senador Cristovam Buarque	2		
Projeto de Lei do Senado nº. 55, de 2007, que institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio. Senador Francisco Dornelles.....	3		
Projeto de Lei do Senado nº. 56, de 2007, que altera o art. 143, da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de			

Pág.	Pág.
<p>Esclarecimentos ao Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre decisão da Mesa e do Plenário de inclusão, em regime de urgência, em Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº. 4, de 2007, de autoria da Comissão Diretora, que suprime o parágrafo 1º do artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal, para autorizar a participação de membro da Comissão Diretora em Comissão permanente. Senador Alvaro Dias.....</p>	<p>176</p>
<p>Esclarecimentos ao Senador Antonio Carlos Magalhães quanto às questões regimentais. Senador Alvaro Dias. 186</p>	<p>186</p>
<p>Explicações sobre o adiamento, para a semana seguinte, da PEC que trata da necessidade da presença do Presidente da República no início dos trabalhos legislativos, por não haver quórum suficiente para sua votação. Senador Eduardo Suplicy</p>	<p>187</p>
REQUERIMENTO	
<p>Requerimento nº. 139, de 2007, que requer a dispensação do Projeto de Lei do Senado nº. 8, de 2006-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nº.s 68, de 2003-Complementar, e 250, de 2005-Complementar. Senador Marco Maciel</p>	<p>13</p>
<p>Requerimento nº. 140, de 2007, que requer homenagens de pesar pelo falecimento do professor e jornalista Serafim Santiago Braga, ocorrido em 7 de fevereiro de 2007, na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel....</p>	<p>14</p>
<p>Requerimento nº. 141, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse, dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, coroação de uma brilhante carreira de quase meio século na Justiça do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assume a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Senador Arthur Virgílio</p>	<p>14</p>
<p>Requerimento nº. 142, de 2007, que requer informações ao Ministro das Minas e Energia pertinentes à Agência Nacional de Petróleo. Senador Cícero Lucena</p>	<p>15</p>
<p>Requerimento nº. 143, de 2007, que solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente relativas à concessão de Licença Prévia para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p>	<p>15</p>
<p>Requerimento nº. 144, de 2007, que requer que seja consignado Voto de Congratulação ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse na Pre-</p>	<p>15</p>
<p>sidência do Superior Tribunal do Trabalho, biênio 2007/2008. Senador Flexa Ribeiro.</p>	<p>16</p>
<p>Requerimento nº. 145, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela inauguração do Centro de Alta Complexidade. Senador Arthur Virgílio</p>	<p>16</p>
<p>Requerimento nº. 146, de 2007, que requer voto de profundo pesar pelo falecimento de Francisco Pereira da Nóbrega, professor universitário, ex-Padre e escritor, bem como apresentação de condolências à sua família. Senador Cícero Lucena.....</p>	<p>16</p>
<p>Requerimento nº. 147, de 2007, que requer autorização para ausentar-se do País no período de 4 a 7 de março de 2007, para participar da “Conferência Del Grupo PSE Sobre América Del Sur”, realizado em Bruxelas, na Bélgica. Senador Aloizio Mercadante.....</p>	<p>308</p>
<p>Requerimento nº. 148, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Delphine Douyère e o seu esposo Senhor Christian Doupes e de Jérôme Faure, barbaramente assassinados no Rio de Janeiro, e requer, ainda, apresentação de condolências aos seus familiares e ao Cônsul Geral da França Senhor Hugues Goisbaulp. Senador Gerson Camata</p>	<p>373</p>
<p>Requerimento nº. 149, de 2007, que requer Voto de Aplauso para os Professores Doutores Henry França Méier e Vinícius Rodolfo Wiggers, indicados pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, pelo Prêmio Peter Murányi 2007 de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com Enfoque em Energia Renováveis. Senadora Ideli Salvatti</p>	<p>399</p>
<p>Requerimento nº. 150, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007. Senador Eduardo Suplicy.....</p>	<p>425</p>
<p>Requerimento nº. 151, de 2007, que requer autorização para participar, como representante do Senado Federal, da 70ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, realizada entre os dias 15 e 17 de março de 2007, na África do Sul. Senador Eduardo Suplicy.....</p>	<p>431</p>
<p>Requerimento nº. 152, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheiter. Senador Pedro Simon.....</p>	<p>431</p>
<p>(RR)</p>	<p>(RR)</p>
<p>Alerta para a necessidade de se lutar contra a barreira da burocracia que impede o desenvolvimento</p>	<p></p>

	Pág.		Pág.
maior do comércio entre o Estado de Roraima e a Venezuela. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	341	publicitário André Heitor Costi Filho, ex-diretor comercial e filho do diretor-presidente do jornal <i>O Paraná</i> . Senador Alvaro Dias	176
Considerações acerca do disparate no preço da gasolina que ocorre na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, onde os cidadãos cruzam a fronteira de carro para abastecer o tanque na Venezuela. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mão Santa.....	341	Comentário a respeito dos esforços da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CJJ, na elaboração de uma legislação necessária ao combate à criminalidade no País. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	177
SAÚDE		Preocupação com a violência no Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.	203
Voto de aplauso ao Hospital Beneficência Portuguesa de Manaus pela inauguração do seu Centro de Alta Complexidade, denominado Comendador José dos Santos Silva Azevedo. Senador Arthur Virgílio.....	225	Encaminhamento de ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, propondo a constituição de uma Comissão entre os três poderes para apresentar um conjunto de medidas contra a violência. Senador Magno Malta....	221
Justificação de projeto encaminhado à Mesa, da autoria de S.Exa., que pretende garantir o fornecimento da vacina contra o vírus do HPV pelo SUS. Senadora Ideli Salvatti.....	391	Críticas à falta de atenção dada ao problema da violência no País, pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa....	251
Preocupação com o excesso de abertura de escolas médicas e a falta de política de estímulo à interiorização do médico para a desconcentração dos profissionais especializados da área. Apelo pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto de lei de sua autoria que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Senador Tião Viana ...	406	Defesa de medidas na área de segurança pública. Considerações a respeito da redução da maioria penal. Senador Mozarildo Cavalcanti.	256
Apoio a aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Tião Viana que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Cristovam Buarque.....	408	Preocupação com a violência no Estado de Mato Grosso. Senador Jayme Campos.....	268
Apoio a aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Tião Viana que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Eduardo Suplicy.....	408	Apelo ao Presidente Lula para que inclua no denominado pacote antiviolença, projetos de lei em análise no Congresso Nacional. Senador Gerson Camata	312
SEGURANÇA PÚBLICA		Alerta para a urgente necessidade do combate à violência no País. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	317
Importância da visita, ao Senado Federal, dos governadores da região Sudeste para propor medidas a respeito da segurança pública. Adiamento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por 45 dias, do projeto que modifica a maioria penal. Senador Gerson Camata	173	Preocupação com a grande violência no País. Senador Pedro Simon	347
Destaque para a crescente violência no Estado do Paraná e, como exemplo, cita a morte do		Preocupação com a grande violência no País. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mão Santa	349
		Comentários a respeito dos enormes gastos em segurança privada pagos pela alta burguesia em São Paulo, lamentando a falta de posição do Governo em assegurar o mínimo de segurança à população. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Pedro Simon.....	356
		Comentários sobre editoriais publicados pelos jornais <i>Correio Braziliense</i> e <i>Valor</i> , acerca da questão da desenfreada violência urbana vivida no Brasil. Senador Efraim Morais	360
		Preocupação com o assustador crescimento da violência no Distrito Federal. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Cristovam Buarque.....	361
		Destaque para a questão da violência no País. Senador Arthur Virgílio	365
		Preocupação com a violência infanto-juvenil em todo o País e reflexão sobre a redução da maioria penal. Senador Romero Jucá	400

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o deslocamento do preso “Fernandinho Beira-Mar” ao Estado do Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.....	431		
SENADO FEDERAL			
Reclamações quanto à falta de respeito de alguns Senadores durante as sessões no Plenário, e cobrança de um Regimento Interno que proíba o uso do telefone durante os pronunciamentos. Senador Mão Santa.....	202		
Elogios à postura altamente civilizada adotada pelos partidos de oposição nos seus pronun-		ciamentos em Plenário. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	254
		Alerta para a necessidade de o Senado Federal apresentar trabalhos mais concretos, que possam mudar a vida do povo brasileiro. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador Cristovam Buarque.	316
		TELECOMUNICAÇÕES	
		Solicitação de providências para que a TV Senado volte a estar disponível na grade comum das TVs a cabo, as quais estão instalando os codificadores para a TV digital e retirando o acesso às TVs públicas. Senador Eduardo Azeredo.....	203

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária em 1º de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Efraim Morais, Magno Malta,
Papaléo Paes e Cícero Lucena

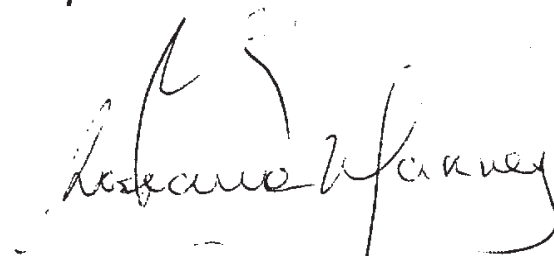
(Às 14 horas, acham-se presentes as
Sras. e os Srs. Senadores:)

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/3/2007 07:36:05 até 1/3/2007 20:30:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA		X					
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
PFL	MG	ELISEU RESENDE		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
PFL	MT	JAYME CAMPOS		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PFL	TO	KÁTIA ABREU		X					

Compareceram: 69 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Palácio Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2007

Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

 IV – educação infantil, em creche e pré-escolas, às crianças de zero a cinco anos de idade;
 (NR)”

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (NR)”

Art. 3º O inciso II do art. 30 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.

 II – pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade. (NR)”

Art. 4º O § 2º e o inciso I do § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87.

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos na educação básica.

§ 3º

I – matricular todos os educandos de zero a cinco anos de idade na educação infantil e a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental;

..... (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As alterações trazidas pela promulgação da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, em especial, em relação à educação infantil, ainda não estão incorporadas à Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Dessa forma, o art. 1º deste projeto traz à LDB, especificamente, as modificações feitas ao inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, que afirma, após a Emenda, estar entre os deveres do Estado para com a educação garantir a “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental.

Recuperamos também, nos arts. 2º e 3º, as modificações promovidas pelo Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2005 (nº 3.675, de 2004, na Câmara dos Deputados), que teve os arts. 1º e 2º vetados ao se transformado na Lei nº 11.274, de 2006. Voltamos a adicionar essas determinações, visto ter prescrito a justificativa do veto com as modificações da Emenda Constitucional supracitada.

Por fim, as alterações trazidas no art. 4º permitirão o conhecimento permanente da realidade na educação infantil e no ensino fundamental, assim como a assegurar a “universalização do atendimento escolar”, conforme determina a Constituição em seu art. 214, inciso II.

Outra meta a ser alcançada mediante a realização sistemática dos recenseamentos escolares é o embasamento de projetos e de programas de forma mais consistente e mais eficiente.

Convicto da relevância desta iniciativa, submeto à apreciação dos nobres Pares o presente Projeto de Lei, confiante em sua acolhida e aprovação.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2007

Institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de maio.

Parágrafo único. No ano de 2007, o dia 11 de maio será feriado nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após anos e anos de esforços dos católicos, Frei Galvão teve sua santidade reconhecida pelo Vaticano, passando a ser o primeiro santo brasileiro. Além das celebrações e homenagens espontâneas dos crentes, essa posição de primazia passa a merecer uma homenagem de toda a nação. Por isso, propomos o presente projeto de lei para consagrar o dia 11 de maio a Santo Antônio de Sant'Anna Galvão.

Nascido em 1739 (Guaratinguetá, São Paulo), Antônio de Sant'Anna Galvão faleceu em São Paulo, capital, em 23 de dezembro de 1822. Em seus 83 anos de vida, deu exemplos de humildade, dedicação e graça. Fundador do Mosteiro da Luz, pregador itinerante e devoto da Virgem Maria, a ele foram atribuídos muitas curas. Particularmente aquelas proporcionadas pela ingestão de uma pílula por ele criada, que consiste numa oração inscrita em um papel. Hoje, milhares e milhares de pessoas se beneficiam das curas proporcionadas por esse prodígio. Na extensa relação de graças alcançadas por intermédio de Frei Galvão, entre 60 a 70% delas são relacionadas à cura de câncer; outras que merecem destaque pela expressividade são as que se referem a problemas por cálculos renais, gravidez e parto, ou a casos de infertilidade.

Se, após seu falecimento, a intercessão de Frei Galvão passou a operar curas, já em vida era grande seu prestígio religioso e secular. Para atestá-lo, entre seus contemporâneos, encontramos uma carta do “Senado da Câmara de São Paulo” ao superior de Frei Galvão. Na carta, as autoridades afirmavam que Frei Galvão era “(...) homem (...) necessário às religiosas da Luz, (...) preciosismo a toda esta Cidade e Vilas da Capitania de São Paulo, (...) homem religiosíssimo e de prudente conselho; todos acorrem a pedir-lho; (...) homem da paz e da caridade”.

O milagre aprovado para a canonização de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão ocorreu em uma gravidez de altíssimo risco, de uma paulistana portadora de problema de má formação do útero, o que criava

dificuldade para que ela engravidasse. Antes do último evento, para o qual não há explicação científica, ela havia sofrido três abortos espontâneos. Na quarta tentativa de engravidar, essa senhora se confrontou com a resistência dos médicos, que achavam impossível que a 28ª semana de gravidez fosse alcançada. O risco de perder o bebê era tão grande que ela passou meses de cama, em repouso absoluto. Porém, apesar de o prognóstico médico ser de provável interrupção da gravidez, ou de que ela atingisse, no máximo, o 5º mês, a gestação evoluiu normalmente até a 32ª semana. Finalmente, veio o parto cesariano, realizado no dia 11 de dezembro de 1999, depois da ruptura da bolsa, sem que houvesse complicações.

A criança nasceu pesando quase dois quilos e media 42 cm, mas apresentava problemas respiratórios, com doença das “membranas hialinas”, classificada como sendo de 40 graus, isto é, o mais grave, o que colocava em risco sua vida. Para a surpresa dos médicos, no dia seguinte, a criança não apresentava qualquer sinal de doença.

Esse é o milagre atribuído ao primeiro santo brasileiro. Foram meses de oração, em toda a família, em que a grávida sempre tomava as pílulas de Frei Galvão com muita fé. A notícia foi amplamente difundida pelos meios de comunicação brasileiros, recebendo aclamações de todos os crentes e fiéis.

Mas, antes disso, outro milagre, em 1998, foi comprovado, o que rendeu a Frei Galvão a beatificação: a cura de uma criança de 4 anos, Daniela Cristina da Silva, residente na Vila Brasilândia, na cidade de São Paulo (SP).

Entretanto, antes dessa comprovação, muitas foram as graças obtidas por Frei Galvão em todo o Brasil e até mesmo no exterior. Entre tantas, essas duas tiveram características tais que permitiram a aprovação como milagre. Havia abundância de testemunhos altamente qualificados e muitos exames clínicos comprobatórios sobre essas graças recebidas, condições indispensáveis para a aprovação.

Anunciada em 16 de dezembro de 2006, a canonização ocorrerá no dia 11 de maio de 2007, em São Paulo, com a presença do Papa Bento XVI. O parágrafo único da presente proposição se justifica pela grandeza da ocasião, quando se permitirá que todo o povo brasileiro possa acompanhar a celebração do pontífice em território nacional.

Por todos esses atributos, Frei Galvão merece que a ele se dedique, por lei federal, um dia para ser lembrado, homenageado, consagrado.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Francisco Dornelles**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007

Altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 143. O trabalhador rural enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral da Previdência Social, na forma da alínea **a** do inciso I, alínea **g** do inciso V ou dos incisos VI e VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante trinta anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, desde que comprove o exercício da atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, concedeu, de forma transitória, o benefício da aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais (empregados e autônomos) e aos segurados especiais (produtor, parceiro, meeiro, garimpeiro e etc.), mediante simples comprovação do exercício da atividade durante período equivalente ao de carência. Essa norma está prevista para vigorar durante os quinze anos subseqüentes ao início da vigência da Lei. Trata-se de medida destinada a compatibilizar a dificuldade dos rurícolas no cumprimento das obrigações previdenciárias e o súbito enquadramento deles como segurados obrigatórios.

A referida norma representa, na verdade, o reconhecimento de que a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social não é um processo fácil. O fato é que os esforços para estender a cobertura previdenciária ao meio rural, com contribuições compatíveis, não tiveram o sucesso esperado. A baixa renda desses trabalhadores e, conseqüentemente, a pequena capacidade contributiva deles, ainda representa um entrave considerável à eficácia social da legislação previdenciária.

Entendemos, em conseqüência, que a exigência rigorosa da comprovação de contribuições, no que se refere aos trabalhadores rurais, ainda não está em condições de ser estabelecida. Trabalhadores volantes,

“bóias-frias”, pequenos produtores rurais, entre outros, não recebem renda contínua e, no mais das vezes, as receitas auferidas servem apenas para satisfazer as necessidades básicas do grupo familiar.

Além disso, a oferta de trabalho e a capacidade de trabalhar diminuem à medida que a idade dos trabalhadores avança. A situação individual dos idosos no campo tende a agravar-se com o tempo. Impedir a concessão do benefício em função da falta de comprovantes nessas circunstâncias, no mínimo, fere princípios humanitários.

Ademais, a aposentadoria por idade, no caso em análise, tem características de assistência social, não se enquadrando nos estritos parâmetros contábeis e atuariais da Previdência Social. É uma verdadeira renda mínima. O artigo citado é responsável por um dos maiores programas sociais instituídos neste País, ainda que esteja revestido de norma previdenciária. Infelizmente, os benefícios dessa regra tendem a esgotar-se, já que o prazo de quinze anos após a promulgação da Lei nº 8.213, de 1991, aproxima-se do fim.

Nossa proposição está atenta às dificuldades do homem do campo na hora de efetuar os recolhimentos devidos. Quando dispõe de trabalho, na maior parte das vezes, ele é informal e/ou de curto prazo. Precisamos de um tempo maior para a obtenção de resultados. Precisamos, sobretudo, de iniciativas governamentais que estimulem e facilitem a formalização dos contratos de trabalho no meio rural, tornem realidade a inclusão social e desenvolvam formas de garantir renda contínua a esse segmento da população.

Por tudo isso, estamos propondo a ampliação do prazo previsto na legislação atual para trinta anos. Com isso, evitamos uma injustiça para com aqueles que, simplesmente, não têm condições de recolher as contribuições previdenciárias nas condições atuais de desemprego e de perda de renda para os trabalhadores e pequenos produtores. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para que essa justa medida torne-se efetiva.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da Republica,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
**Da Finalidade e dos Princípios
 Básicos da Previdência Social**

.....

 Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea **a** do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontinue, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.063, de 1995)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2007

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.

Art. 1º A Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 94-B:

“Art. 94-B. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Fundo de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes de Futebol.

§ 1º Constituirão recursos do Fundo:

I – 10% dos recursos auferidos pelos Clubes nas transações internacionais de atletas;

II – 10% de toda a arrecadação de bilheteria de eventos de futebol;

III – 10% do valor arrecadado pelas empresas que explorem a publicidade estática nos estádios de futebol;

IV – 15% das receitas auferidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) arrecadas em função dos eventos em que participe as seleções brasileiras;

V – 10% das verbas publicitárias auferidas pela CBF com a utilização de símbolos nacionais;

VI – doações de empresas, que terão direito a abatimento no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na forma da lei;

VII – recursos orçamentários do Ministério do Esporte;

VIII – outras receitas que lhe sejam atribuídas.

§ 2º Os recursos previstos no fundo instituído de acordo com o **caput** deste artigo somente poderão ser disponibilizados para os clubes que se tomarem empresas.

§ 3º Os recursos serão distribuídos entre os clubes de acordo com projetos apresentados à Comissão de Gestão do Fundo, sendo que nenhum clube poderá receber mais do que 5% do orçamento anual do Fundo.

§ 4º Somente serão analisados projetos de investimento, sendo vedada a disponibilização de recursos para o pagamento de despesas correntes.

§ 5º O Poder Executivo definirá a estrutura e o funcionamento da Comissão de Gestão do Fundo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A partir da década de 80, transformado em espetáculo por conta das possibilidades abertas pela evolução tecnológica na indústria dos meios de transmissão eletrônicos, o esporte passou a constituir peça fundamental na engrenagem da indústria de entretenimento nacional e internacional.

Descoberto pelo mercado, movimenta anualmente bilhões de dólares em todo mundo, com potencial quase ilimitado do ponto de vista econômico e da abertura de novos negócios e de novas atividades profissionais a ele relacionados.

Para se ter a exata dimensão desse fenômeno, é importante conhecer alguns números da indústria do esporte, hoje a vigésima segunda entre as maiores do mundo. O setor movimenta mais de US\$10 bilhões por ano apenas em patrocínios, valor superior ao PIB de alguns países, como Uruguai e Bulgária, por exemplo. Emprega diretamente quase 5 milhões de pessoas, e já representa cerca de 4% do PIB norte-americano.

Pelo fascínio que exerce sobre multidões de diferentes culturas, raças e religiões, o futebol desponta como componente fundamental dessa florescente indústria do esporte. Os números são eloqüentes: segundo a Revista **Forbes** (1998/99), o futebol já movimenta, por ano, mais de US\$370 bilhões em ingressos, licenças para transmissão, royalties de marcas, Merchandising e marketing, além de salários e produtos, e emprega 450 milhões de pessoas, direta e indiretamente, de acordo com a Fifa.

No Brasil, os números são igualmente significativos, embora o setor futebolístico não tenha, até o mo-

mento, desenvolvido seu potencial pleno como item, importante da pauta econômica do País. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, há 501 clubes profissionais registrados na CBF e 13 mil times amadores em atividade. Em todo o País, estima-se em 30 milhões o total de praticantes desse esporte. Calcula-se em 11 mil o número de jogadores federados, além de 2 mil que atuam no exterior. A estrutura física do futebol conta com 308 estádios com capacidade total de 5 milhões de lugares.

Entretanto, para que todo este potencial possa vir a ser explorado, faz-se necessário a obtenção de recursos que viabilizem a reforma dos clubes brasileiros, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura. Portanto, o presente projeto de lei constituir-se-á em instrumental básico para a recuperação do futebol nacional.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Regulamento

Vide Decreto nº 3.659, de 14-11-2000

Vide Decreto nº 4.201, de 18-4-2002

Mensagem de veto

Texto compilado

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Iniciais

.....

“Art. 94. Os artigos 27, 27-A, 28, 29, 30, 39, 43, 45 e o § 1º do art. 41 desta Lei serão obrigatórios exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol.” (NR)

“Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no **caput** deste artigo.” (AC)

“Art. 94-A. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive a distribuição dos recursos, gradação das multas e os procedimentos de sua aplicação.” (AC)

.....

LEI Nº 9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000

Mensagem de Veto

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º
 “Parágrafo único.”

(À Comissão de Assuntos Econômicos; e de Educação – em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2007

Dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades públicas conterà, a título de identificação dos responsáveis, somente o brasão da unidade federativa e o nome do órgão ou entidade promotora, não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 2º A inobservância do disposto no artigo anterior sujeitará o agente infrator às penalidades previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A impessoalidade dos atos e ações de administração e governo representa uma dimensão importante da ordem pública republicana. A cidadania, destinatária dos resultados buscados por esses atos e ações, precisa ser assegurada de que os mesmos se regem pelos dois aspectos basilares que conformam o princípio da impessoalidade: de um lado a imparcialidade, com seu corolário de equidade e justiça; de outro, a garantia da supremacia do interesse público sobre o particular.

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços dos órgãos e entidades públicas, entre nós, tem sido objeto de crescente preocupação por parte daqueles comprometidos com a lisura e o caráter

democrático dos procedimentos adotados pelo Poder Público. Lamentavelmente, o preceito constitucional moralizador inscrito no § 1º do art. 37 da Carta Política tem restado letra morta, face à engenhosidade e malícia daqueles que buscam promoção pessoal de autoridades e funcionários, em detrimento do interesse maior da coisa pública.

É com o propósito de combater esses desvios que estamos propondo o presente projeto de lei, por meio do qual pretendemos conferir maior concretude à exigência de impessoalidade, especificando quais elementos podem ou não podem constar da veiculação de publicidade oficial, com os olhos postos no interesse público. Estamos, enfim, convencidos de que basta a utilização de signos de fácil apreensão pelo cidadão comum, como o brasão da unidade federativa, além do nome do órgão ou entidade promotora, para que, para fins de responsabilização, a fonte estatal seja reconhecida, sem a intrusão de mensagens espúrias, por abusivas e alheias à boa informação da cidadania.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos

de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitariamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o **caput** deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importando Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX – perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI – incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III – doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV – permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII – frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII – permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII – permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; (Incluído ela Lei nº-11.107 de 2006

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV – negar publicidade aos atos oficiais;

V – frustrar a licitude de concurso público;

VI – deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII – revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

CAPÍTULO III

Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I – na hipótese do art. 9º perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

CAPÍTULO IV

Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Regulamento)

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no

País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no **caput** e no § 2º deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.

Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º E vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o **caput**.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. (Redação dada pela Lei nº 9.366, de 1996)

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 2.180-34, de 2001)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 8º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 10. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 11. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 12. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

Art. 18. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Penais

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou tercei-

ro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

II – da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

CAPÍTULO VII

Da Prescrição

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as Leis nºs 3.164, de 1º de junho de 1957, e 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003 – Complementar**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física* (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 250, de 2005, e 8, de 2006 – Complementares).

Ao projeto foram apresentadas três emendas, que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 2, DE 2007

Acrescente-se os §§ 2º e 3º ao artigo 5º do PLS nº 68 (Substitutivo), de 2003 – Complementar, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, renumerando-se o parágrafo único desse artigo em § 1º, mantendo a sua redação, bem como acrescente-se o Anexo IV ao Projeto, no seguintes termos:

Art. 5º

§ 2º Aplica-se o disposto no **caput** e no parágrafo 1º, aos militares e servidores policiais, como tal definidos nos artigos 42, 142 e 144 da Constituição Federal, utilizando-se os multiplicadores estabelecidos no Anexo IV.

§ 3º As conversões previstas neste artigo valerão para todos os fins, inclusive para o disposto no inciso III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

ANEXO IV

CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO POLICIAL OU TEMPO DE SERVIÇO MILITAR EM SERVIÇO COMUM

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	PARA 30	PARA 35
DE 25 ANOS (mulheres)	1,20	–
DE 30 ANOS (homens)	–	1,17

Justificação

O escopo da Emenda é: (a) acrescentar os ex-militares no tocante à proporcionalidade de tempo de serviço exercido em atividade especial, em relação à atividade comum; (b) conceder aos servidores policiais o direito à proporcionalidade prevista, e (c) que o acréscimo de tempo gerado por esta proporcionalidade seja válido para todos os fins, inclusive para o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Um pequeno lapso fez com que não conste no substitutivo ao Projeto aprovado na CCJ a proporcionalidade de tempo para os servidores policiais, caso eles não mais exerçam atividade de risco e passem

a desempenhar, via concurso, outra atividade. Importa dizer que tal proporcionalidade é expressamente prevista para as atividades que prejudiquem a saúde, inexistindo motivo para a não previsão legal aos servidores policiais.

Outra omissão presente no substitutivo diz respeito aos ex-militares. No caso, vários indivíduos que no passado foram militares hoje em dia trabalham, via concursos públicos, em inúmeras outras atividades do serviço público, no caso exercendo atividade civil e desenvolvendo atividades nos mais variados órgãos públicos. Se o militar permaneceu, digamos, 15 anos em atividade, obviamente, neste período de tempo, ele esteve exposto a todos os riscos da profissão. Caso tenha sido policial, certamente enfrentou rebeliões de presos, tiroteios e agressões físicas, para citar alguns dos riscos. Se bombeiro militar, além dos riscos à sua vida, como a sujeição a quedas e explosões, também este servidor esteve exposto a agentes nocivos à saúde, tais como fumaça, calor, eletricidade, produtos químicos tóxicos, radiações etc..

Sendo assim, não é justo que a Legislação simplesmente promova um “apagão” neste período e não dê a estes servidores o direito a qualquer proporcionalidade do tempo de atividade especial, permitindo o seu acréscimo ao tempo de serviço civil atualmente exercido (CF/88, art. 40, par. 40, inc. II).

Por fim, no que toca a conversão de tempo exercido em atividade militar para a atividade comum, independentemente se for homem ou mulher, uma vez que há igualdade de tempos no serviço militar, ou ainda do tempo de serviço policial, se servidor policial do sexo masculino, deverá ser feita mediante a aplicação do multiplicador 1,17, conforme cálculo abaixo:

Cálculo do Multiplicador 1,17:

Tempo de Serviço Militar (homem/mulher)/Policial = (homem) = 30 anos

Tempo de Serviço em Atividade Comum = 35 anos

Diferença de Tempos 35 – 30 = 5 anos

Percentual $5/30 = 0,1667 = 17\%$ (acrécimo de tempo)

Multiplicador = $(1 + \text{percentual}) \times \text{tempo de serviço militar/policial} = 1,17 \times \text{tempo de serviço militar/policial}$

Para as servidoras policiais, uma vez que o tempo de serviço será de 25 anos após a conversão do Projeto em lei, a conversão do tempo de atividade especial em tempo de serviço comum deverá ser feita com a aplicação do multiplicador 1,20, como demonstrado a seguir:

Cálculo do Multiplicador 1,20:

Tempo de Serviço em Atividade Policial (mulher) = 25 anos

Tempo de Serviço em Atividade Comum = 30 anos

Diferença de Tempos = 30 – 25 = 5 anos

Percentual = $5/25 = 0,20 = 20\%$ (acréscimo de tempo)

Multiplicador = $(1 + \text{percentual}) \times \text{tempo de serviço policial} = 1,20 \times \text{tempo de serviço policial}$

Portanto, visando corrigir em tempo hábil tais aspectos, pedimos apoio dos Pares para aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

EMENDA Nº 3 – PLENÁRIO

(Ao PLS nº 68, de 2003)

Dê-se ao artigo 3º do PLS nº 68/03, a seguinte redação:

“Art. 3º A aposentadoria especial será concedida, independentemente de idade, ao servidor policial, perito e penitenciário, voluntariamente com proventos integrais, nos termos do art. 40 § 4º, II e III, da Constituição Federal, se homem, desde que comprove 30 (trinta) anos de contribuição, contando pelo menos 20 (vinte) anos de pleno exercício em qualquer atividade da carreira, e se mulher, desde que comprove 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, contando pelo menos 15 (quinze) anos de pleno exercício em qualquer atividade da carreira.

Justificação

Objetivamos, com esta emenda, acrescentar dispositivo estabelecendo a fixação de requisitos para a concessão de aposentadoria especial.

Já existem em quase todas as legislações dos países mais evoluídos, o direito à aposentadoria especial aos servidores policiais e penitenciários.

A presente emenda visa corrigir um grave equívoco na Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e suprir uma importante lacuna, reformulando o Sistema Previdenciário vigente, tornando-o mais adequado a especialidade da categoria, e assegurando-lhes, condições dignas de vida, melhores condições de trabalho, princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito, garantidos pela Carta Magna de 1988.

Confiantes na importância e no elevado conteúdo de Justiça Social desta nossa proposição, esperamos contar com apoio dos Ilustres Membros desta Casa

para garantir a sua inclusão na PLS nº 68, de 2003, e posterior aprovação no Plenário.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

EMENDA Nº 4 – PLEN

(Ao PLS nº 68, de 2003 – Complementar)

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003, conforme a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

Parágrafo único. A concessão da aposentadoria de que trata o **caput** é condicionada à respectiva comprovação da existência de risco, segundo os métodos e critérios adequados, consideradas as características específicas da atividade profissional na localidade de seu exercício, conforme regulamentação.”(NR).

Justificação

A concessão de aposentadoria especial não pode seguir padrão único para todo o País. Certamente há profundas diferenças no exercício de cada atividade em diferentes locais que implicam em diferentes graus de risco, de forma que poderá ser justificável a concessão do benefício em algumas localidades, mas não em todo o território nacional.

A proposta de emenda busca adequar o projeto de lei para que a regulamentação possa estabelecer critérios conforme a realidade de cada unidade federativa.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2007. – **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno a desapensação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006–Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 68, de 2003–Complementar, e 250, de 2005–Complementar.

Justificação

O objetivo pretendido com a desapensação é conferir tratamento específico às vítimas da “Síndrome da Talidomida”, diferentemente das demais proposições, que tratam da aposentadoria especial para servidores públicos portadores de deficiência ou

que tenham exercido atividades exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento de dispensação que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

As emendas, juntadas ao processado da referida matéria, vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, dia sete de fevereiro do corrente, na cidade do Recife, do professor e jornalista Serafim Santiago Braga:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências a viúva Dona Maria do Socorro Pinto Braga, aos filhos Guilherme, Eugênia, Isolda, Dalva, Ana Raquel e Sônia, ao **Jornal do Commercio** e ao jornalista Ivanildo Sampaio.

Justificação

Nascido em 7 de fevereiro de 1924, em Itabaiana, no estado da Paraíba, menino foi morar no Recife, com os pais Amaro e Eugênia. Mais tarde morou em Natal, no Rio Grande do Norte, onde se casou com Dona Maria do Socorro e em Carpina, local de nascimento de quatro dos seis filhos. Proprietário de uma pousada, na última cidade exerceu o magistério, em escola de sua propriedade. Retornou ao Recife, dedicando-se ao jornalismo, atividade pela qual era apaixonado. Escrevia com frequência, principalmente no **Jornal do Commercio**.

Foi um guerreiro na educação de sua família, em sua atividade profissional e na luta contra o câncer, durante mais de quatorze anos. Mesmo com a perda da voz, em função da doença, continuou a exercer a liderança de sua família. Tinha sempre uma palavra amiga, ou um recorte de jornal adequado à formação de seus filhos nas áreas de medicina, advocacia, psi-

cologia, fonoaudióloga, administração de empresas e relações públicas.

Na missa de trigésimo dia de seu falecimento sua filha Ana Rachei leu texto de carta que recebeu do pai: “Já dizia um filósofo da antiguidade: – O homem que, imperceptivelmente ajudou na obra do mundo, viveu; o homem que dela teve um pouquinho de consciência, também viveu! O homem também serve pela sua ação e como peça de máquina. E à ação, junta mais, o pensamento e a palavra que consola e ampara: – são dois momentos iguais da vida humana. Embora sejamos passageiros, um **fócus-fátuos**, podemos, contudo, deixar um vestígio da nossa passagem”.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito, por estar tomando posse, dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, coroação de brilhante carreira de quase meio século na Justiça do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assumirá a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, que será o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito por estar tomando posse, dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, ápice de brilhante carreira de quase cinquenta anos na Justiça do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assumirá a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, que será o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

Estará tomando posse, no dia 2 de março de 2007, a nova Direção do Tribunal Superior do Trabalho, integrada pelos Ministros Rider Nogueira de Brito (Presidente), Milton de Moura França (Vice-Presidente) e João Oreste Dalazen (Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho). São Magistrados que chegam,

por seus méritos, aos postos mais altos da carreira. O Ministro Milton de Moura França, paulista, foi advogado, Procurador Autárquico do Estado de São Paulo, e ingressou na Magistratura Trabalhista em 1975. O Ministro João Oreste Dalazen, gaúcho de nascimento, iniciou no Paraná sua carreira na Justiça do Trabalho. O Ministro paraense Rider Nogueira de Brito tem quase cinquenta anos de Justiça do Trabalho. Começou como Auxiliar Judiciário no TRT da 8ª Região (Pará), passou a Técnico Judiciário e chegou a Diretor-Geral – o mais alto cargo administrativo. A seguir, aprovado em primeiro lugar em concurso público, ingressou na carreira da magistratura trabalhista. Começou como Juiz Substituto, lá mesmo no Pará, e chegou à Presidência do TRT. Depois, selecionado em lista tríplice, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde exerceu os mais altos cargos: Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vice-Presidente do Tribunal e, agora, coroando a brilhante carreira, prepara-se para tomar posse no cargo máximo, de Presidente do TST. Os três Magistrados fazem jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Minas e Energia as seguintes informações pertinentes à Agência Nacional de Petróleo:

1) Quais os motivos que levaram a ANP a não incluir áreas localizadas no Estado da Paraíba, em especial na Bacia de Sousa, na oitava rodada de Licitações para a concessão de blocos para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural?

2) Quais os motivos que levaram a ANP a não incluir áreas localizadas no Estado da Paraíba, em especial na Bacia de Sousa, nas rodadas de Licitações que foram realizadas posteriormente?

3) A Bacia de Sousa, ou qualquer outra área localizada no Estado da Paraíba, esta-

rá incluída na próxima rodada de Licitações? Quais os motivos?

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Cícero Lucena**, (PSDB/PB).

À mesa para decisão.

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2007

Solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente relativas à concessão de Licença Prévia para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal

Nos termos regimentais, requeiro ao Ministério do Meio Ambiente as seguintes informações, relativas à concessão, pelo Ibama, de licença prévia, nos termos da Resolução nº 237/97 do Conama, para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco:

i) A documentação originalmente entregue pelo Ministério da Integração Nacional, ao Ibama, foi suficiente para a análise do pedido da concessão da licença prévia?

ii) Quais foram os pareceres técnicos iniciais sobre os documentos apresentados?

iii) O Ibama apresentou exigências e condicionantes à concessão da licença prévia? Quais?

iiii) Algum item, exigência ou condicionante, deixou de ser atendido e ainda se encontra pendente? Qual?

v) Procede a informação de que a licença prévia foi concedida sem o total atendimento às exigências feitas pelo Ibama, em desacordo, portanto, com a legislação ambiental e com o art. 80 da Resolução nº 237 do Conama? Em caso afirmativo, por que a licença prévia foi concedida?

Justificação

O processo de licenciamento ambiental para a execução de empreendimentos federais é responsabilidade do Ibama, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

A Resolução nº 237/97, do Conama, exige uma “Licença Prévia” ainda para a fase de planejamento do empreendimento e é por intermédio de análises aos documentos apresentados pelo empreendedor que o Ibama verifica e, se for o caso, atesta a viabilidade ambiental do investimento expedindo a licença.

Face à importância dessa providência e em função da complexidade que envolve o Projeto de Integração

da Bacia do Rio São Francisco, é fundamental ao Senado Federal assegurar-se de que todos os procedimentos tenham sido levados a efeito com qualidade, respeitando-se os ditames regulamentares e, em especial, todas as exigências técnicas.

Em vista da reconhecida polêmica que cerca o referido projeto e de informações que me chegam de que, pressionado, o Ibama não teria exigido e analisado toda a documentação que, a seu juízo, seria necessária para a concessão da referida licença prévia, peço a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

À mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Congratulação ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse na Presidência do Superior Tribunal do Trabalho, biênio 2007/2008.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de Sua Excelência o Ministro Rider Nogueira de Brito.

Justificação

O eminente Magistrado, natural do Município paraense de Óbidos, ingressou na Justiça do Trabalho em 1968, após aprovação em concurso público, tendo trajetória marcada pela dedicação, conhecimento jurídico e postura ética. Exerceu os cargos relevantes de Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com jurisdição nos Estados do Pará e Amapá, atuando como Ministro da Corte Superior do Trabalho a partir de 1995.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela

inauguração do Centro de Alta Complexibilidade.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela inauguração, em 1º de março de 2007, do Centro de Alta Complexidade “Comendador José dos Santos Silva Azevedo”.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas.

Justificação

O Voto de Aplauso que solicito ao Senado da República é uma homenagem a uma instituição de vanguarda na área médica, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas, mantenedora do Hospital Português de Manaus. Hoje, o Hospital inaugura seu Centro de Alta Complexidade “Comendador José dos Santos Silva Azevedo”. É novo avanço de trajetória que já havia colocado o Amazonas em posição de destaque nacional em cirurgias cardíacas. A capital do Amazonas, passou a contar, desde o dia 14 de junho de 2006, com um moderno centro de cirurgias cardíacas, o Instituto Amazonense de Cardiologia, criado naquele hospital. Com esse aperfeiçoamento, a capital do meu Estado adianta-se ainda mais em posição de vanguarda, com, notáveis saltos em medicina.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2007

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Francisco Pereira da Nóbrega, professor universitário, ex-Padre e Escritor.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007.



Senador

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 437, de 1999**, de autoria do Senador Romero Jucá, que *inclui o Porto de Caracaraí, no Estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 575, de 2004** (nº 3.203/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2005** (nº 1.192/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2006** (nº 2.127/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2006** (nº 1.813/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Álvaro Prestes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante, Estado do Piauí*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2006** (nº 2.214/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2006** (nº 2.023/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural “Z” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2006** (nº 2.132/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Cesario Lange a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2006** (nº 2.198/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Massaranduba – Funmas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado da Paraíba*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2006** (nº 2.221/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Conchal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchal, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2006** (nº 2.197/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2006** (nº 2.223/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACC Sempre Cultura – Associação Cultural de Congonhal Sempre Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congonhal, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2006** (nº 2.228/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Atlântico Norte para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2006** (nº 2.242/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José de Sousa Teixeira da Cidade de Cachoeira dos Índios a executar serviço de*

radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira dos Índios, Estado da Paraíba;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2006** (nº 2.247/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Solânea, Estado da Paraíba;* e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2006** (nº 2.251/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Jovem de Iguatu – FAJI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2007

Altera a redação do art. 158 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal passa a vigorar como § 1º, com a seguinte redação, acrescentando-se § 2º:

“Art. 158.

§ 1º As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas mensalmente, conforme os seguintes critérios:

I – cinquenta por cento, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até cinquenta por cento, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

§ 2º Os critérios mencionados nos incisos I e II serão implementados em um prazo de 5 (cinco) anos, variando 5% (cinco por cento) em cada ano.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.”

Justificação

A Constituição Federal, ao tratar da repartição das receitas tributárias, destina aos municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS estadual. Como critério de distribuição desses recursos, determina que 3/4 sejam repartidos segundo o valor adicionado às mercadorias e serviços processados no âmbito do município, e que 1/4 seja repartido de acordo com o que dispuser lei estadual.

Esse critério de repartição do ICMS destinado aos municípios enseja distorções ao privilegiar os entes com maior contribuição relativa à produção (valor adicionado) estadual. Contudo, a distribuição geográfica dos investimentos geralmente ocorre de modo concentrado em poucos municípios que, juntos, geram grande parte do valor adicionado.

Por outro lado, os mecanismos de incentivos fiscais estaduais, usualmente utilizados para atração de investimentos, fazem com que a instalação de novas indústrias aumente o valor adicionado local, sem, contudo, gerar receita adicional de ICMS. Desse modo, embora não implique maior arrecadação de ICMS, cresce a participação no valor adicionado do município onde está localizada a indústria. Os demais municípios, por sua vez, se deparam com o declínio em sua participação.

A menor participação no ICMS, justamente nos municípios mais pobres, reduz as disponibilidades destes para fazer frente a demandas sociais. O descasamento entre recursos disponíveis e a demanda por serviços públicos reforça a concentração de renda dentro dos estados da federação, contribuindo para agravar um dos maiores problemas sociais do País. Vale adicionar que os pequenos municípios geralmente possuem baixa capacidade de intervir nas decisões sobre localização dos investimentos produtivos.

A Proposta de Emenda Constitucional em tela estabelece que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela do ICMS pertencente aos municípios seja distribuída proporcionalmente com o valor adicionado.

Permite, portanto, que sejam mantidos os atuais 75%. Estabelece ainda que até 50% (cinquenta por cento) seja distribuído de acordo com a lei estadual, o que viabiliza a manutenção dos atuais 25%.

A proposta permite que as assembléias legislativas estaduais decidam pelo mérito da alteração da forma de repartição atual. As que desejarem mudar poderão fazê-lo e, assim, mitigar a situação de penúria em que vivem alguns de seus municípios. As assembléias estaduais ficam, então, responsáveis pela determinação da forma de distribuição entre seus

municípios da parcela do ICMS, desde que essa distribuição seja feita na forma de, no mínimo, 50% de acordo com o valor adicionado e de, no máximo, 50% de acordo com a lei estadual.

Por último, qualquer alteração da situação atual deverá ser feita ao longo de um período de cinco anos, a fim de permitir adaptação gradual à nova forma de distribuição, quando implementada.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Renato Casagrande**.

PEC de autoria do Senador Renato Casagrande e outros que "Altera a redação do art. 158 da Constituição Federal"

1		
2	<i>Rapaliu Paes</i>	Sen. Rapaliu Paes
3	<i>Antonio C. Valadares</i>	Sen. Antonio C. Valadares
4	<i>Adelmi Santana</i>	Sen. Adelmi Santana
5	<i>Juicio Arruda</i>	Sen. Juicio Arruda
6	<i>Osman Dias</i>	Sen. Osman Dias
7	<i>Ideli Salvatti</i>	Sen. Ideli Salvatti
8	<i>Patrícia Saboga</i>	Sen. Patrícia Saboga
9	<i>Amir</i>	GERALDO MESQUITA JR
10	<i>Sen. Eduardo</i>	Sen. Eduardo
11	<i>Sen. Fernando</i>	Sen. Fernando
12	<i>Sen. Sérgio</i>	Sen. Sérgio
13	<i>Sen. Roberto</i>	Sen. Roberto
14	<i>Sen. João</i>	Sen. João
15	<i>Sen. Eduardo</i>	Sen. Eduardo
16	<i>Sen. Augusto</i>	Sen. Augusto
17	<i>Sen. Álvaro</i>	Sen. Álvaro
18	<i>Sen. Álvaro</i>	Sen. Álvaro
19	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
20	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
21	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
22	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
23	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
24	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
25	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
26	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
27	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
28	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
29	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel
30	<i>Sen. Manoel</i>	Sen. Manoel

FLAVIO VAZNS

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO VI
Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I
Do Sistema Tributário Nacional

Seção VI
Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 158. Pertencem aos municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

** Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003.*

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre

produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

** Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 30-6-2004.*

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos, seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003.

* Vide art. 93 do ADCT que dispõe sobre a vigência deste inciso.

.....

 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2007

Altera o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, para estabelecer que as medidas provisórias serão despachadas, pela Mesa de cada uma das Casas, à comissão permanente com a qual tenham maior pertinência temática.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 9º do art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62.

.....
 § 9º A medida provisória será despachada pela Mesa de cada uma das Casas à Comissão permanente com a qual tenha maior pertinência temática, para emissão de parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelos respectivos plenários. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de alterar tópico referente à tramitação das Medidas Provisórias (MPV) no Congresso Nacional.

Como é sabido, a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estabeleceu que caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medi-

das provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional (art. 62, § 9º, da CF).

A nosso ver, tal procedimento instituiu uma assimetria na Constituição e na tramitação das medidas provisórias, uma vez que a mesma Emenda Constitucional nº 32, de 2001, modificou expressivamente o processo de deliberação das MPV. Com efeito, até então as medidas provisórias eram apreciadas em sessão conjunta, pelo plenário do Congresso Nacional. Com as modificações efetuadas, as MPV passaram a ser apreciadas em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas.

Ora, se o plenário de cada uma das Casas deve apreciar a medida provisória em sessões separadas, parece-nos razoável concluir que todo o processo de instrução da matéria deve ser efetuado também separadamente, por comissão da Casa onde a MPV esteja tramitando, e não por uma comissão mista do Congresso Nacional.

Ademais, um dos argumentos utilizados à época para adotar a regra assimétrica foi o de que, com uma única comissão mista, a tramitação seria agilizada, o que não se verificou na prática. Contrariamente, o que passou a ocorrer foi um verdadeiro congestionamento de medidas provisórias na comissão mista.

Com a nossa proposta, no sentido de que, em cada Casa, a matéria seja distribuída à comissão temática que tenha maior pertinência com a matéria tratada pela MPV, acreditamos que possa ser superado o congestionamento hoje verificado, com uma tramitação mais ágil, até mesmo porque os parlamentares que tratarão do assunto serão os que com ele terão mais afinidade temática.

Em face do exposto, tendo em vista o objetivo da presente proposta de Emenda à Constituição, no sentido de agilizar os nossos trabalhos legislativos, solicitamos o necessário apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

ASSINATURA

NOME PARLAMENTAR

Geo Moraes Azevedo

Miguel Arraes

[Handwritten signature]

Roberto Ribeiro

[Handwritten signature]

João Ribeiro

[Handwritten signature]

Tasso Jereissati

[Handwritten signature]

João Durval
(MARCO MACIEL)

[Handwritten signature]

JOSE NERY

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Maria do Carmo

[Handwritten signature]

Nélio de Conto

[Handwritten signature]

LEOMAR CINTRAVILHA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Romeu Tuma

[Handwritten signature]

EDUARDO AZEVEDO

[Handwritten signature]

GERSON CAMATA

[Handwritten signature]

AUGUSTO BOTELHO

[Handwritten signature]

RENATO CASAGRANDE

[Handwritten signature]

GONÇALVES ALVES

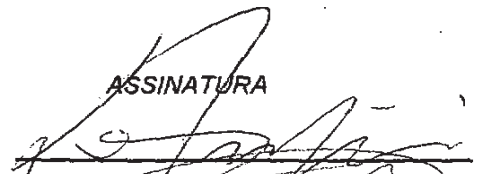


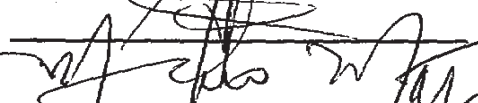


[Handwritten signature]

PEDRO SIMON

[Handwritten signature]

GERARDO MESQUITA

[Handwritten signature]

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR
	<u>Sérgio Zambiasi</u>
	<u>DEMÓSTENES TORRES</u>
	<u>MOZAMILDO</u>
	<u>FLEXO RIBEIRO</u>
	<u>AMANDA LIMA</u>
	<u>MANO MALTA</u>

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 “Art. 60.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....”
 “Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementas;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 2001

Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 64, 86 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 12, DE 2007**

Altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 56 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.”

§ 1º O suplente será convocado, se o prazo remanescente do mandato for superior a cento e vinte dias, nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O legislador constituinte originário estabeleceu que suplente de Senador ou Deputado Federal somente deve ser convocado a assumir o mandato, nos casos de licenças do titular, quando o afastamento for superior a cento e vinte dias.

Firmou-se, assim, o entendimento de que afastamentos por curtos períodos de tempo não justificam os custos decorrentes da convocação do suplente e nem prejudicam a representatividade das Casas do Congresso Nacional.

No entanto, para os demais casos previstos no § 1º do art. 56 da Constituição Federal, de se tornar vaga a cadeira ou afastamento para investidura nos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária, não foi estabelecido qualquer prazo mínimo.

Dessa forma, tem ocorrido a convocação de suplentes para o desempenho do mandato em períodos extremamente exíguos, tais como os decorrentes da renúncia de titular em virtude da posse em cargos executivos estaduais em 1º de janeiro, quando os mandatos se encerram em 31 do mesmo mês.

Nesses casos, os suplentes apenas exercem o mandato por trinta dias e exclusivamente durante o recesso parlamentar, quando, efetivamente, não podem exercer as prerrogativas de iniciar o processo legislativo ou mesmo apreciar proposições.

Mesmo durante os períodos de atividade parlamentar, a assunção do mandato por prazos muito curtos também não permite um eficaz desempenho, posto não haver tempo hábil para o conhecimento das matérias em tramitação, elaboração de relatórios ou mesmo acompanhamento das proposições.

Por essas razões é que o texto constitucional já limitou a convocação de suplente, nos casos de licenças, ao prazo mínimo de cento e vinte dias.

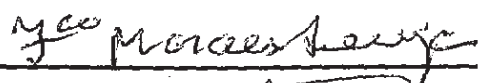



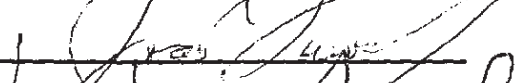



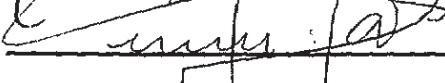

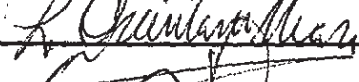


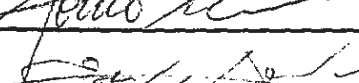



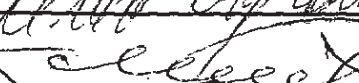



O que propomos é exatamente dar tratamento igual a todas as hipóteses de convocação de suplente para o exercício do mandato, estendendo o prazo mínimo de cento e vinte dias também para os casos de vacância do cargo ou afastamento do titular.

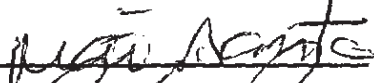

Dessa forma, o suplente somente será chamado ao exercício quando restarem mais de cento e vinte dias para o encerramento do mandato, impedindo-se o desgaste da imagem do Poder Legislativo decorrente do alto custo e pequena eficácia da convocação de suplentes para períodos exíguos, algumas vezes no recesso das atividades parlamentares.

Sala das Sessões, em 1º de março de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

ASSINATURA

NOME PARLAMENTAR



 JOÃO RIBEIRO
 TASSO JEREISSATI
 ELIANE D'ALVA
 (MARCO MAGALHÃES)
 BASÉ NERY
 KAIMOWITZ
 MARIA DO CARMO
 NAUTO DE CONLO
 LEOMAR QUINTANILHA
 MOACIR TENÓRIO
 JUSTIN AZEVEDO
 ROMEU TUMA
 EDUARDO AZEREDO
 GERSON CAMPATO
 AUGUSTO BOTELHO
 RENATO CASAGRANDE
 CRISTÓVÃO ALVES
 PEDRO SIMON
 GETULIO NAZARENO

ASSINATURA

NOME PARLAMENTAR

SERGIO ZAMBIASSI

DEMÓSTENES TORRES

MOZARILDO

ELEXA RIBEIRO

ANUNISA LIMA

JAGUO MARTA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 “Art. 58. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

.....
 § 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

.....
 Art 60.

.....
 § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....
 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 26/07–GLPFL

Brasília, 1º de março de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a minha substituição pelo Senador Romeu Tuma, como titular, na

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 36/2005 – Comissão Externa – “Serra do Sol”

Brasília, 22 de Julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, “Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima” tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos com a aprovação do Relatório Final, no dia 6 de julho do ano em curso, que ora encaminho anexo, para conhecimento desta Casa Legislativa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente da Comissão.

RELATÓRIO FINAL Nº 1 , DE 2007

COMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 349, DE 2005

DESTINADA A ACOMPANHAR E AVALIAR OS DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO ADMINISTRATIVA DA TERRA INDÍGENA RAPOSA DA SERRA DO SOL, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE NORMANDIA, PARACAIMA E URAMUTÃ, NO ESTADO DE RORAIMA, EM FUNÇÃO DO DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 2005

Sumário:

- Requerimento nº 359, de 2005.....
- Composição única da Comissão.....
- Tramitação da matéria no Senado Federal.....
- Relatório Final nº , de 2007.....
- Atas e notas taquigráficas das 1ª a 3ª reuniões.....

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2005

Requeiro nos termos do art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa integrada pelos três senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uramutã, no

Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril do corrente ano, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observamos.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2005, – Senador **Mozarildo Cavalcante**, Senador **Augusto Botelho**, Senador **Wirlande da Luz**.

Publicado no Diário do Senado Federal de 27 - 04 - 2005

COMPOSIÇÃO ÚNICA DA COMISSÃO

Senador Mozarildo Cavalcanti- Presidente
Senador Augusto Botelho- Relator
Senador Wirlande da Luz

Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2005

Data da leitura

Autor

Ementa

SENADOR - Mozarildo Cavalcanti

Requerem, nos termos do artigo 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa integrada pelos 3 Senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã, no Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril de 2005, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observados.

Observações

PRAZO FINAL: 15 12 2005.

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)

RQS 00349 / 2005

23/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO À SSCLSF.

23/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Anexei às fls. 39 a 116, contendo as atas e notas taquigráficas.

23/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Anexei a pagina 38, contendo a cópia do e-mail enviado no dia 07/02/2007, à Subsecretaria de Ata, no qual são encaminhadas todas as atas e notas taquigráficas para que sejam publicadas. A Subsecretaria de Ata informa que elas serão publicadas no último diário do corrente mês.

13/02/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Devolvido à SACEI.

13/02/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Recebido neste Órgão, nesta data.

13/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

13/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Encaminhei à publicação as Atas e Notas Taquigráficas, referentes a 1ª, 2ª e 3ª Reunião

13/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Anexei o Relatório Final da Comissão, aprovado no reunião do dia 06.07.2005.

07/02/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Devolvido à SACEI.

31/01/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Recebido, neste órgão, nesta data.

31/01/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

22/07/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Em 06.07.2005, foi aprovado, por unanimidade, o Relatório Final da Comissão.

22/07/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Realizada em 06.07.2005 a 3ª Reunião da Comissão Especial Externa "Serra do Sol", destinada a apreciação e votação do Relatório Final da Comissão.

19/05/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Realizada nesta data a 2ª Reunião da Comissão Especial Externa "Serra do Sol", destinada a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim - Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal.

02/05/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO Realizada a 1ª viagem ao Estado de Roraima, quando os membros da Comissão cumpriram agendas de "ida in loco" a diversas Comunidades Indígenas e Audiências Públicas no Estado de Roraima, nos dias 30 de abril, 1º e

02 de maio do corrente ano. Os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, cumpriram o seguinte roteiro: · Dia 30.04.05 - Audiências com o Dr. Ottomar de Souza Pinto - Governador do Estado, na sede do Palácio do Governo e, após com o General Studart - Comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comando. · Dia 1º.05.05 - Visita "in loco" às seguintes Comunidades: Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumum. · Dia 02.02.05 - Audiência com os Deputados Estaduais: Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto, realizada no Plenarinho da Assembléia Estadual do Estado de Roraima. Audiência com representantes da classe produtiva e de entidades indígenas, na sede da Fecomércio do Estado de Roraima, estando presentes os Senhores: Presidente da FIER - Dr. Alcides Lima; Dep. Federal - Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE - Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO - Dr. Airton Dias; Pres. da AGRICER - Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR - Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR - Sr. Jonas; Representante da SODIUR - Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros - Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR - Dr. Derval Furtado; Dep Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirió; Pres. da Associação Indígena - Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores - Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR - Dr. Ricardo Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte - Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA - Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON - Gilberto Macuxi

27/04/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Realizada nesta data a 1ª Reunião da Comissão Especial Externa "Serra do Sol". Assume a Presidência interinamente o Senador Augusto Botelho, que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação, o Senador Mozarildo Cavalcanti para o cargo de Presidente da Comissão. Ao assumir a Presidência, o Senador Mozarildo indica o Senador Augusto Botelho para Relator. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita "in loco" às comunidades de Raposa, Contão, Flechal, Mutum, Vila Socó, Água Fria e Surumum. ,a realizar-se nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde serão mantidas Audiências com o Governador do Estado, com o Presidente da Assembléia Legislativa e Deputados Estaduais daquela Casa Legislativa, bem como e encontro com as classes Produtoras e Representantes de Lideranças Indígenas daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho é acatada por unanimidade dos seus membros.

Publicação em 16/06/2005 no DSF Página(s): 20027 ([Ver Diário](#))

27/04/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Designo a Servidora Dulcídia Ramos Calháo, para Secretaria a Comissão Externa , criada mediante Requerimento nº 349/2005-SF. Wanderley Rabelo da Silva Diretor da SACEI

26/04/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

É lido e aprovado. Ao PLEG com destino à SACEI.

Publicação em 27/04/2005 no DSF Página(s): 10292 - 10293 ([Ver Diário](#))

26/04/2005 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas. À SACEI.

Comissão Temporária Externa

“Raposa/Serra do Sol”

Criada em conformidade com o Requerimento nº 349, de 2005, aprovado pelo Plenário do Senado Federal na sessão do dia 26 de abril de 2005.

Membros:

Senador Mozarildo Cavalcanti (Presidente)

Senador Augusto Botelho (Relator)

Senador Wirlande da Luz

1. Da criação da Comissão Temporária Externa “Raposa/Serra do Sol”

A Comissão Temporária Externa Raposa/Serra do Sol foi criada a partir do Requerimento nº 349, de 2005, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, cujos termos são os seguintes:

Requerem, nos termos do artigo 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa integrada pelos 3 Senadores representantes do Estado de Roraima, **destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã, no Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril de 2005, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observados.

Na oportunidade da leitura do referido requerimento, na sessão Plenária do dia 26 de abril de 2005, o Senador Mozarildo Cavalcanti proferiu as seguintes palavras:

Sr. Presidente, em razão da gravidade do caso, divulgada inclusive pela imprensa nacional, mostrando a revolta dos índios, fazendo reféns policiais federais, com bloqueio de estradas para três Municípios naquela região, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que submetesse ao Plenário a votação desse requerimento.¹

Em seguida, a referida proposição legislativa foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Senado Federal.

Na primeira reunião da Comissão, realizada no dia 27 de abril de 2005, o Senador Mozarildo Cavalcanti foi aclamado Presidente, designando como relator o Senador Augusto Botelho. Em face da extrema urgência e gravidade dos fatos, a Comissão decidiu acompanhar *in loco* as repercussões da demarcação, conforme a seguinte deliberação:

¹ Conferir Diário do Senado Federal de 27 de abril de 2005, pp. 10.292-10.293

Realizada nesta data a 1ª Reunião da Comissão Especial Externa “Serra do Sol”. Assume a Presidência interinamente o Senador Augusto Botelho, que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação, o Senador Mozarildo Cavalcanti para o cargo de Presidente da Comissão. Ao assumir a Presidência, o Senador Mozarildo indica o Senador Augusto Botelho para Relator. **O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita “in loco” às comunidades de Raposa, Contão, Flechal, Mutum, Vila Socó, Água Fria e Surumum, a realizar-se nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde serão mantidas Audiências com o Governador do Estado, com o Presidente da Assembléia Legislativa e Deputados Estaduais daquela Casa Legislativa, bem como encontro com as classes Produtoras e Representantes de Lideranças Indígenas daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho, é acatada por unanimidade dos seus membros.**

Esta diligência destinava-se a:

- a) avaliar os impactos da demarcação sobre a população diretamente afetada;
- b) levar as reivindicações das comunidades às autoridades federais competentes;
- c) desestimular qualquer ato de violência, sobretudo em face da situação envolvendo os policiais federais então reféns na comunidade *Flechal*.

As tensões e hostilidades geradas pela demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol, com área de 1,747 milhão de hectares, ganharam destaque na imprensa nacional. Para poucos exemplos, citamos algumas passagens na mídia impressa:

O decreto presidencial homologou na sexta-feira a área. Sessenta agentes da Polícia Federal e 40 da Polícia Rodoviária Federal chegaram hoje a Roraima vindos de estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, entre outros. Segundo o superintendente da Polícia Federal em Roraima, Francisco Mallmann, agentes da polícia de Roraima também participam da ação totalizando 140 policiais envolvidos. (Agência Jornal do Brasil, 16/04/2005).

Governador decreta luto de sete dias no Estado. Ottomar recorre à Justiça contra área indígena. O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), protocolou ontem uma ação na Justiça Federal contra a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, anunciada na sexta-feira pelo Governo Federal. (...) Ottomar considera que a portaria do Governo Federal “agríde o sentimento nativista dos brasileiros de Roraima, projetando mágoas e ressentimentos na população”. (Jornal do Comércio do Rio de Janeiro)

Preocupado com um possível conflito, o governo determinou que a Polícia Federal redobre as atenções e acompanhe atentamente as comemorações do Dia do Índio, hoje, na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. (O Estado de São Paulo)

Cinco mil pessoas, segundo cálculos da Polícia Militar, participaram no início da noite de ontem, na praça do Centro Cívico, em Boa Vista, de um protesto contra a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em terras contínuas. (...) Com discursos inflamados e de tom nacionalista, eles acusaram o governo federal de decretar a homologação da reserva em terras contínuas para atender a interesses internacionais, especialmente dos Estados Unidos, pelas riquezas da Amazônia. (O Globo)

2. Das recomendações do Relatório Parcial da Comissão Temporária Externa do Senado Federal sobre Demarcação de Terras Indígenas – Área Indígena Raposa/Serra do Sol (Roraima), criada pelo Requerimento nº 529, de 2003

Impõe-se, antes de tudo, recuperar a linha de continuidade entre a presente Comissão e aquela criada pelo Senado Federal em julho de 2003.

Antes da homologação da demarcação administrativa das terras indígenas abrangidas pelo Decreto de 15 de abril de 2005, o Senado Federal, por meio da *Comissão Temporária Externa sobre Demarcação de Terras Indígenas*, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003², realizou, em face das

² “Requerem, nos termos do artigo 74, II e artigos seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada comissão temporária externa, composta de 5 (cinco) Senadores, com a finalidade de irem à Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados” (Diário do Senado Federal de 4 de julho de 2003, p. 17.050).

enormes tensões sociais já existentes em torno da área “Raposa/Serra do Sol”, visitas *in loco* e audiências públicas no Estado de Roraima entre os dias 6 e 7 de fevereiro de 2004. Referida Comissão foi composta pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti (Presidente), Delcídio Amaral (Relator), Romero Jucá, Jefferson Péres e Jonas Pinheiro.

Ao final dos trabalhos, a Comissão entregou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva relatório com as seguintes recomendações sobre a área Raposa/Serra do Sol:

- a) Sejam excluídas da proposta atual áreas necessárias à exploração econômica;
- b) Sejam excluídas as sedes do Município de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, e respectivas zonas de expansão;
- c) Sejam excluídas as estradas estaduais e federais presentes na área: RR-171, RR-407, RR-319, BR-433, BR-401, permitindo-se o livre trânsito em referidas vias;
- d) Seja excluída da área a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima;
- e) Excepcionalmente, sejam excluídas as áreas tituladas pelo INCRA e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934;
- f) Seja convocado o Conselho de Defesa Nacional para, *ex vi* do que dispõe o art. 91, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da CF/88);
- g) Seja excluída a faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

Entre as mencionadas recomendações, apenas os itens *b* e *c* foram parcialmente contemplados no Decreto de 15 de abril de 2005. Todos os demais foram solenemente desprezados pelo Presidente da República, o que gerou, como era previsível, a revolta de vários grupos indígenas e da população do Estado de uma maneira geral.

Ressalte-se que tais conclusões foram relatadas, de maneira insuspeita, pelo eminente Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul, hoje líder do governo no Senado Federal, o que demonstra que a decisão do Presidente da República nem mesmo considerou a opinião de sua própria base parlamentar.

3. O Decreto Presidencial de 15 de abril de 2005 e a Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Para a surpresa dos parlamentares que representam o Estado e o povo de Roraima no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, como também das autoridades locais, o Presidente da República decidiu demarcar a Reserva indígena Raposa/Serra do Sol na forma do Decreto de 15 de abril de 2005:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, § 1º, da Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e

Considerando o imperativo de harmonizar os direitos constitucionais dos índios, as condições indispensáveis para a defesa do território e da soberania nacionais, a preservação do meio ambiente, a proteção da diversidade étnica e cultural e o princípio federativo;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, destinada à posse permanente dos Grupos Indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Art. 2º A Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem a superfície total de um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro hectares, setenta e oito ares e trinta e dois centiares, e o perímetro de novecentos e setenta e oito mil, cento e trinta e dois metros e trinta e dois centímetros, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, e circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco SAT RR-13=MF BV-0, de coordenadas geodésicas 05°12'07,662" N e 60°44'14,057" Wgr., localizado sobre o Monte Roraima, na trijunção das fronteiras Brasil/Venezuela/Guiana, segue pelo limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/BG-1, B/BG-2, B/BG-3, B/BG-4, B/BG-5, B/BG-6, B/BG-7, B/BG-8, B/BG-9, B/BG-10, B/BG-11, B/BG-11A, B/BG-12, B/BG-13, até o Ponto Digitalizado 01, de coordenadas geodésicas aproximadas 05°11'54,8" N e 60°06'32,0" Wgr., localizado na cabeceira do Rio Maú ou Ireng; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Maú ou Ireng, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/5, B/4, até o Ponto Digitalizado 02, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°35'25,5" N e 60°07'42,7" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o Ponto-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°35'44,7641" N e 60°10'45,7776" Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta até o Ponto-04, de coordenadas geodésicas 04°34'40,1683" N e 60°11'24,6414" Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o Ponto Digitalizado 05, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°33'43,1" N e 60°09'32,3" Wgr., localizado na sua confluência com o Rio Maú ou Ireng; daí segue pela margem direita do citado rio, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/3 e B/2, até o Ponto Digitalizado 06, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°51'56,5" N e 59°35'25,1" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Uanamará; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Igarapé Uanamará, a montante, até o Marco 04, de coordenadas geodésicas 03°55'15,4420" N e 59°41'51,6834" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Nambi; daí, segue por uma linha reta até o Marco 05 (marco de observação astronômica, denominado Marco Pirarara), de coordenadas geodésicas 03°40'05,75" N e 59°43'21,59" Wgr.; daí segue no mesmo alinhamento até a margem direita do Rio Maú ~~at~~.^c

Ireng; daí, segue por essa margem, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, até a sua confluência com o Rio Tacutu, onde está localizado o Marco de Fronteira 1, de coordenadas geodésicas 03°33'58,25" N e 59°52'09,19 Wgr.; daí, segue pela margem direita do Rio Tacutu, a jusante, até o Ponto Digitalizado 07, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°22'25,2" N e 60°19'14,5" Wgr., localizado na confluência com o Rio Surumu; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio Surumu, a montante, até o Ponto Digitalizado 08, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°12'39,9" N e 60°47'49,7" Wgr., localizado na confluência com o Rio Miang; daí segue pela margem esquerda do Rio Miang, a montante, até o Marco de Fronteira L8-82, de coordenadas geodésicas 04°29'38,731" N e 61°08'00,994" Wgr., localizado na sua cabeceira, na Serra Pacaraima, junto ao limite internacional Brasil/Venezuela; daí, segue pelo limite internacional, passando pelos Marcos de Fronteira BV-7, BV-6, BV-5, BV-4, BV-3, BV-2, BV-1 e BV-0=Marco SAT RR-13, início da descrição deste perímetro. Base cartográfica utilizada: NB.20-Z.B; NB.21-Y-A; NB.20-Z-D; NB.21-Y-C; NA.20-X-B e NA.21-V-A – Escala 1:250.000 – RADAMBRASIL/DSG – Anos 1975/76/78/80. As coordenadas geodésicas citadas são referenciadas ao Datum Horizontal SAD – 69.

Art. 3º O Parque Nacional do Monte Roraima é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios.

§ 1º O Parque Nacional do Monte Roraima será administrado em conjunto pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pela Comunidade Indígena Ingarikó.

§ 2º O Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente, ouvidos a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Comunidade Indígena Ingarikó, apresentarão, para homologação do Presidente da República, plano de administração conjunta do bem público referido no *caput*.

Art. 4º É assegurada, nos termos do Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Parágrafo único. As Forças Armadas e o Departamento de Polícia Federal utilizarão os meios necessários, adequados e proporcionais para desempenho de suas atribuições legais e constitucionais.

Art. 5º Fica resguardada a prerrogativa do Presidente da República de, em caso de real necessidade, devidamente comprovada, adotar as medidas necessárias para afetar os bens públicos da União de uso indispensável à defesa do território e à soberania nacional, bem como de exercer o poder de polícia administrativa para garantir a segurança e a ordem pública na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

A demarcação inspirou-se na Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça:

PORTARIA Nº 534, DE 13 DE ABRIL DE 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, observando o disposto no Decreto n.º 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e com o objetivo de definir os limites da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e Considerando que a Portaria MJ n.º 820/98 não contempla solução para questões de fato controvertidas ressaltadas no Despacho n.º 50, de 10 de dezembro de 1998, do então Ministro da Justiça;

Considerando ser conveniente e oportuno solucionar, de modo pacífico, situações de fato controvertidas ressaltadas no referido Despacho n. 50;

Considerando que os atos praticados com fundamento na Portaria MJ n.º 820, de 11 de dezembro de 1998, são válidos e devem ser aproveitados;

Considerando que o Parque Nacional do Monte Roraima pode ser submetido, por decreto presidencial, a regime jurídico de dupla afetação, como bem público da União destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios que ali vivem;

Considerando que o Decreto n.º 4.412, de 7 de outubro de 2002, assegura a ação das Forças Armadas, para defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal, para garantir a segurança, a ordem pública e a proteção dos direitos.

constitucionais dos índios, na faixa de fronteira, onde se situa a Terra Indígena Raposa Serra do Sol;

Considerando, por fim, o imperativo de harmonizar os direitos constitucionais dos índios, as condições indispensáveis para a defesa do território e da soberania nacionais, a preservação do meio ambiente, a proteção da diversidade étnica e cultural e o princípio federativo;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar, com as ressalvas contidas nesta Portaria, a declaração de posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taupang e Wapixana sobre a Terra Indígena denominada Raposa Serra do Sol.

Art. 2º A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com superfície de um milhão, setecentos e quarenta e três mil, oitenta e nove hectares, vinte e oito ares e cinco centiares e perímetro de novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e nove metros e treze centímetros, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, Estado de Roraima, está circunscrita aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT RR-13=MF BV-0, de coordenadas geodésicas 05°12'07,662" N e 60°44'14,057" Wgr., localizado sobre o Monte Roraima, na trijunção das fronteiras Brasil/Venezuela/Guiana, segue pelo limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/BG-1, B/BG-2, B/BG-3, B/BG-4, B/BG-5, B/BG-6, B/BG-7, B/BG-8, B/BG-9, B/BG-10, B/BG-11, B/BG-11A, B/BG-12 e B/BG-13, até o Ponto Digitalizado 02, de coordenadas geodésicas aproximadas 05°11'54,8" N e 60°06'32,0" Wgr., localizado na cabeceira do Rio Maú ou Ireng; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Maú ou Ireng, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/5, B/4, B/3 e B/2, até o Ponto Digitalizado 03 de coordenadas geodésicas aproximadas 03°51'56,5" N e 59°35'25,1" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Uanamará; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Igarapé Uanamará, a montante, até o Marco 04 de coordenadas geodésicas 03°55'12,8544" N e 59°41'50,4479" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Nambi; daí, segue por uma linha reta até o Marco 05 (marco de observação astronômica, denominado Marco Pirarara), de coordenadas geodésicas 03°40'05,75" N e 59°43'21,59" Wgr.; daí, segue no mesmo alinhamento até a margem direita do Rio Maú ou Ireng; daí, segue por esta margem, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, até a sua confluência com o Rio Tacutu, onde está localizado o Marco de Fronteira 1 de coordenadas geodésicas 03°33'58,25" N e 59°52'09,19" Wgr.; daí, segue pela margem direita do Rio Tacutu, a jusante, até o Ponto digitalizado 07.

de coordenadas geodésicas aproximadas 03°22'25,2" N e 60°19'14,5" Wgr., localizado na confluência com o Rio Surumu; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio Surumu, a montante, até o Ponto Digitalizado 08, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°12'39,9" N e 60°47'49,7" Wgr., localizado na confluência com o Rio Miang; daí, segue pela margem esquerda do Rio Miang, a montante, até o Marco de Fronteira L8-82 de coordenadas geodésicas 04°29'38,731" N e 61°08'00,994" Wgr., localizado na sua cabeceira, na Serra Pacaraima, junto ao limite internacional Brasil/Venezuela; daí, segue pelo limite internacional, passando pelos Marcos de Fronteira BV-7, BV-6, BV-5, BV-4, BV-3, BV-2, BV-1 e BV-0=Marco SAT RR-13, início da descrição deste perímetro. Base

cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: NB.20-Z-B; NB.21-Y-A; NB.20-Z-D; NB.21-Y-C; NA.20-X-B e NA.21-V-A – Escala 1:250.000, RADAMBRASIL/DSG Ano 1975/76/78/80

Art. 3º A terra indígena de que trata esta Portaria, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 4º Ficam excluídos da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol:

I – a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no Município de Uiramutã, Estado de Roraima;

II – os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes;

III – o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã, no Estado de Roraima;

IV – as linhas de transmissão de energia elétrica; e

V – os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes.

Art. 5º É proibido o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro ora especificado, ressalvadas a presença e a ação de autoridades federais, bem como a de particulares especialmente autorizados, desde que sua atividade não seja nociva, inconveniente ou danosa à vida, aos bens e ao processo de assistência aos índios.

Parágrafo único. A extrusão dos ocupantes não-índios presentes na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol será realizada em prazo razoável, não superior a um ano, a partir da data de homologação da demarcação administrativa por decreto presidencial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

4. O protesto dos índios Makuxis (da comunidade Flechal): restrição da liberdade de policiais federais

A demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol (nos moldes do Decreto de 15 de abril de 2004) conseguiu um feito realmente extraordinário: **a revolta de várias comunidades indígenas contra o ato demarcatório**. No retrospecto da relação entre o Estado e os povos indígenas no Brasil talvez não encontremos um ato tão inusitado e paradoxal, em que os “virtuais beneficiários” rebelam-se contra a suposta “proteção” estatal.

Essa insurgência é especialmente reveladora da falta de diálogo, de consenso mínimo, de transparência, enfim, de legitimidade da demarcação promovida. Ao invés de sujeitos interessados, os índios (principalmente os da etnia Makuxi) foram tomados como mero objeto da demarcação, sem direito a voz, na linha da velha tradição paternalista e tutorial dos órgãos federais.

Ocorre que, logo após ou concomitantemente à edição do decreto demarcatório, a polícia federal reforçou seu contingente na área, batizando tal mobilização com o infeliz epíteto de “*Operação Upatakon*”. Na língua makuxi, *upatakon* significa justamente “nossa terra”. No entanto, as ações de policiamento ostensivo (barreiras nas estradas, conferência de documentos, questionamentos, exibição de armamento pesado, etc.) foram muito mal recebidas pela população local, especialmente pelos moradores das vilas e pelos líderes das comunidades indígenas. A presença maciça dos policiais foi vista como uma provocação gratuita e desnecessária.

No dia 22 de abril de 2004, quatro policiais federais (três agentes e um delegado) da polícia federal foram feitos reféns pelos índios Makuxis, da comunidade Flechal, localizada na área do Município de Uiramutã. As lideranças indígenas prepararam-se para o conflito, reunindo mais de 1.000~~0~~₀

índios no local. A polícia federal também aumentou o seu contingente, chegando a planejar, conforme noticiado pela imprensa, operações de resgate.

A Agência Jornal do Brasil captou bem o clima de grande apreensão e intranqüilidade naqueles dias:

Índios de toda a reserva Raposa/Serra do Sol estão se deslocando para a comunidade Fechal, em Roraima, onde um delegado e três agentes da Polícia Federal são mantidos reféns desde a última sexta-feira. Os índios protestam contra a homologação, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da terra indígena. A comunidade Fechal se tornou o ponto da Raposa/Serra do Sol onde os ânimos estão mais acirrados e local de concentração dos índios que se revoltaram conta a medida do governo federal. Na vila vivem cerca de 750 índios, mas os manifestantes podem chegar a três mil, de acordo com projeções dos líderes.

Diante desse quadro, um dos objetivos da presente Comissão era o de contribuir para uma solução negociada, evitando o uso violência ou desfecho trágico. Felizmente, na madrugada do dia 30 de abril de 2005, no preciso momento em que a Comissão chegava à cidade de Boa Vista, os policiais federais foram liberados, depois de longa negociação na qual interveio o Governador do Estado.

O cárcere de servidores públicos não merece o apoio ou chancela de nenhuma autoridade responsável. No entanto, não podemos fechar os olhos para o significado político do gesto desses makuxis, cujo caráter de protesto é inegável.

Sabemos que a demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol sempre foi um problema complexo, razão pela qual se arrasta há tantos anos. Em primeiro lugar, nota-se um claro descompasso entre a atuação das autoridades federais e das autoridades estaduais e municipais, principalmente

quanto às possibilidades de desenvolvimento do Estado. Há também disputas entre segmentos religiosos, além das reivindicações dos produtores rurais e dos proprietários com títulos oficiais emitidos há décadas. Some-se a isso o fato de que grande parte da reserva constitui área de fronteira.

A complexidade aumenta na medida em que existem etnias indígenas relativamente satisfeitas com a demarcação, como é o caso dos ingarikós, ao norte da reserva, que desejavam área própria, e há opinião divergente entre os próprios makuxis.

No entanto, ao nosso sentir, não haverá solução definitiva se o Presidente da República não buscar uma proposta que respeite o direito à autonomia de **todas as tribos indígenas** da área Raposa/Serra do Sol, garantindo as condições para o contato fraterno entre os povos Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana.

5. Das diligências realizadas entre os dias 30 de abril e 2 de maio de 2005

Na tarde do dia 30 de abril de 2004, a Comissão reuniu-se com o Governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, que expressou seu enorme descontentamento com a demarcação promovida pelo Governo Federal, temendo a inviabilização econômica do Estado. Sua Excelência reivindicou ainda a simples observância da chamada “*Lei Marluce Pinto*” (Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que *transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências*).

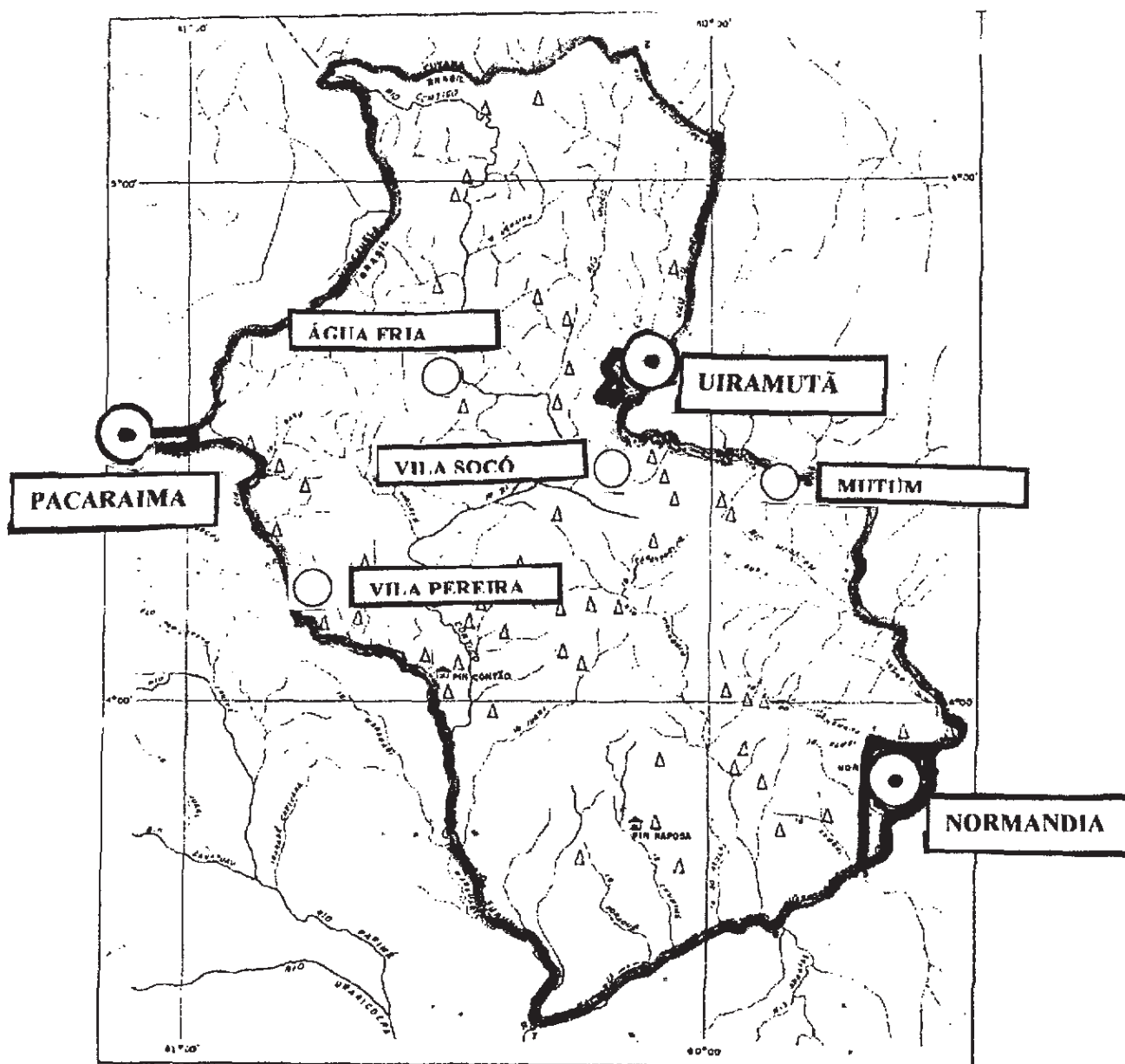
Em seguida, a Comissão dirigiu-se à 1ª Brigada de Infantaria da Selva, sendo recebida pelo General Paulo Studart Filho, que colocou à disposição da Comissão um helicóptero do Exército brasileiro para sobrevoar a área da demarcação, de modo a permitir o contato mais rápido com as vilas afetadas.

Na noite do mesmo dia 30, a Comissão ouviu o Superintendente da polícia federal no Estado de Roraima, Dr. José Francisco Mallmann, que relatou as dificuldades enfrentadas nos dias que se seguiram à captura dos policiais. Segundo suas informações, os reféns foram submetidos a exame de corpo de delito e não denunciaram nenhum tipo de agressão.

No dia seguinte, 1º de maio, a Comissão deslocou-se de helicóptero até as vilas e comunidades indígenas mais atingidas com demarcação, na seguinte ordem:

- Mutum (chegada às 09:20 h.);
- Socó (10:35 h.);
- Flechal (11:45 h.);
- Água Fria (13:00 h.);
- Contão (14:50 h.);
- Surumu (ou Vila Pereira, 15:50 h.).

Abaixo, demonstra-se a localização das comunidades visitadas:



SINAIS CONVENCIONAIS

- - - - - TERRA INDÍGENA IDENTIFICADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- △ POSTO INDÍGENA
- ▲ MÁLCOA INDÍGENA
- ≡ CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- - - - - LIMITE INTERNACIONAL
- DIREÇÃO DE CORRENTE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI			
DIRETORIA DE ATRIBUIÇÕES FUNDIÁRIAS - DAF			
REDAÇÃO		IDENTIFICAÇÃO	
<p>ÁREA INDÍGENA RAÇOASA SERRA DO SOL</p>		<p>EXT. 1 678 800 ha</p>	<p>IDENTIF. 1 000 RA</p>
MUNICÍPIO		ESTADO	DATA
BOA VISTA e NORMANDIA		PA	15/04/73
RR	SE	NR	ENCARGOS
	55	BOA VISTA	FUNAI/DAF/ 5233/73 WAC-2836 e 2839
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA REDACÇÃO DOS LIMITES		TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES	
GILBERTO TORRES DE SOUZA		EDUARDO DE SOUZA	
ENFERMEIRO DE SAÚDE PÚBLICA		ENFERMEIRO DE SAÚDE PÚBLICA	

Foram ouvidas as lideranças locais, todas fazendo coro contra a demarcação proposta pelo Decreto de 15 de abril de 2004. Os testemunhos eram de profunda inquietação, revolta e preocupação quanto ao futuro. Os moradores temem uma retirada forçada do local onde vivem há décadas. Não confiam na promessa de indenização. Temem o isolamento e o abandono gradativo das autoridades públicas. Não é demais assinalar que a maioria dos moradores não é contrária à demarcação, mas sim à demarcação nos termos do Decreto de 15 de abril de 2004.

Registre-se que, nas Vilas Mutum, Socó, Água Fria e Surumu (Vila Pereira), grande parte dos moradores possui um forte traço indígena, permitindo, inclusive, o enquadramento na definição legal fixada no art. 3º, I, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.³ Os casamentos e uniões entre índios e não-índios são comuns, sendo visível o processo avançado de miscigenação.

No dia 2 de maio de 2005, a Comissão reuniu-se na Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, para ouvir os deputados estaduais. Participaram do encontro os deputados Célio Wanderley, Chico Guerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Lúcia Peixoto, Malu Campos, Marília Pinto, Naldo Bezerra e Tião Portela.

No período da tarde do mesmo dia, houve audiência na sede da Federação do Comércio do Estado de Roraima (FECOMÉRCIO) com representantes da classe produtiva e de entidades indígenas: Dr. Alcides Lima (Presidente da FIER); Deputado Federal Almir Sá; Dr. José Lopes (Presidente da COOPERCARNE); Dr. Airton Dias (Presidente da FECOMÉRCIO); Dr.

³ Art. 3º Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas: I – Índio ou Silvícola – É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional; II – Comunidade Indígena ou Grupo Tribal – É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

Luiz Zago (Presidente da AGRICER); Dr. Waldemar (Advogado da SODIUR); Sr. Jonas (Presidente da SODIUR); Sr. José Novaes (Representante da SODIUR); Dr. Paulo Quartiero (Representante dos Arrozeiros); Dr. Derval Furtado (Presidente da FACIR); Deputado Luiz Afonso Faccio; Deputado Lúcio Pirilo; Bernaldo Wapichana (Presidente da Associação Indígena); Dr. Luiz Faccio (Representante dos rizicultores); Dr. Ricarco Peixoto (Presidente da CAMATUR); Dr. César Zoldan (Presidente da Cooperativa Grão Norte), Dr. Damião Dianlupe (Representante da EMBRAPA) e Gilberto Makuxi (Representante da ARIKON).

Por fim, no dia 3 de maio de 2005 houve reunião, na Câmara de Vereadores de Boa Vista, quando, uníssonos, os vereadores se manifestaram contra a demarcação. Da mesma forma, posicionaram-se o Prefeito de Pacaraima, Sr. Paulo César Quarteiro, e todos os vereadores desse Município.

6. Das falhas, contradições e nulidades do processo demarcatório

A Segunda Reunião da Comissão Especial Externa, realizada no dia 19 de maio de 2005 no Senado Federal, foi dedicada a ouvir o Sr. Hamilton Gondim, que presidiu a perícia judicial sobre a demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol por designação do Juiz Federal Helder Girão Barreto, em ação popular impetrada por advogados de Roraima.

Preambularmente, o Sr. Hamilton Gondim chama atenção para as *confusões e reviravoltas no processo de demarcação da referida área indígena*, o que permite explicar as falhas e contradições na regulação da matéria pelas instâncias do Poder Executivo:

De início, vale ressaltar que a primeira reunião de Tuxauas, visando a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, é de 1971. E, ~~entre~~ 1984 e 1989 – é importante e vamos voltar mais tarde a falar sobre

isto –, foram criados vários grupos de trabalho que produziram relatórios os mais diversos possíveis. Relatórios que demarcaram as terras em Ingarikó, lá em cima da Serra do Sol, como algo independente, e uma série de outros relatórios antropológicos e propostas de demarcação.

Porém, todas essas propostas não tinham um procedimento administrativo previamente definido. Era meio confuso. Quem olha os processos da Funai compreende como é confuso o processo de demarcação da terra indígena. Em 1991, o Decreto nº 22 veio normatizar a coisa. O art. 2º diz que a demarcação da terra indígena deve ser precedida de um estudo por um grupo técnico. E o § 1º, diz que o grupo técnico é nomeado pela Funai e será composto por técnicos especializados, também é importante lembrar disso. E o § 6º diz que, concluídos os trabalhos, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à Funai.

Por causa desse decreto de 1991, em 1992 a Funai foi obrigada a criar um grupo técnico a que eles chamaram de *interinstitucional*. Esse grupo naturalmente fez um relatório, que foi encaminhado à Funai que, pelo Parecer nº 36, aprovou o relatório e sugeriu que ele fosse homologado no despacho ao Ministro da Justiça em 1993.

Logo em seguida, o Ministro Jobim assume o Ministério da Justiça e condena praticamente publicamente o Decreto de 1991, dizendo que ele é *inconstitucional*, porque não dá ao Estado e aos Municípios o direito de apresentar o contraditório. Aí nasce um novo decreto, o Decreto nº 96, que simplesmente aumenta as exigências do Decreto de 1991. Dá oportunidade ao contraditório, diz que o relatório da Funai deve ser publicado no diário oficial do Estado, justamente para oferecer ao Estado a oportunidade de apresentar o contraditório, e reconhece algum direito do Estado e dos Municípios de participarem desse processo.

Mesmo assim, em 1998, houve a famosa Portaria nº 820, que demarcou a terra indígena. Com essa portaria de 1998, o que aconteceu é que apareceram várias contestações judiciais. Uma delas é a ação que o Senador Mozarildo já falou e que na Justiça Federal em Roraima fizemos parte do grupo técnico para fazer a análise desse processo.

Como resultado do tortuoso desentendimento no plano administrativo e judicial em torno da Portaria nº 820, as inúmeras ações impetradas foram reunidas sob a competência do Supremo Tribunal Federal, o que paralisou o processo de demarcação.

Posteriormente, lançando mão de uma questionável manobra jurídica, o Executivo, no dia 13 de abril de 2005, edita a Portaria nº 574:

somente publicada no D.O.U. no dia 15 de abril de 2005, que, em tese, substituiu a de nº 820, para induzir a perda de objeto das ações impetradas. Em inusitada velocidade, o STF, no 14 de abril, declara a perda superveniente de objeto das ações contestatórias da demarcação, ignorando que a Portaria nº 534, mesmo que tivesse sido previamente publicada, se escorava nos mesmos pressupostos fáticos e legais da portaria anterior, inclusive a ela fazendo expressa remissão:

Considerando que os atos praticados com fundamento na Portaria MJ nº 820, de 11 de dezembro de 1998, são válidos e devem ser aproveitados;

Em 15 de abril, a terra indígena estava homologada, frise-se, somente dois dias após a manobra. Diante desses fatos, o Sr. Hamilton apresenta os seguintes pontos de controvérsias:

A Portaria nº 534 tem os mesmos suportes técnicos que a Portaria nº 820. Na verdade, ela diz que a 820 é válida e que todos os atos devem ser respeitados. Portanto, não há porque se livrar da forma que foi feita.

A de nº 534 afirma, em seu preâmbulo também, que foi baseada no Decreto nº 1.775, de 1996 – aquele decreto que aumentou as exigências –, e que segue os procedimentos administrativos ali contidos. Aí vai numa observação: o Decreto do Presidente é a autonomia dele, ele decreta o que quiser; o decreto do Presidente decreta o que quiser. Agora, quando ele decretou isso, ele disse: “Estou seguindo o Decreto nº 1.775”. Nesse ponto, o próprio Presidente da República, no próprio decreto, se autolimitou; ele foi dizendo que seguiria os procedimentos ali.

Na verdade, a Portaria não segue esses procedimentos administrativos. E eu afirmo que não segue nem mesmo os do Decreto nº 22, de 1991, aquele que era mais brando. Lembro também o seguinte: em 1996, quando saiu esse novo Decreto, houve uma repercussão muito grande em todos os meios de comunicação, chamando-o “decreto do medo”, o “decreto da vergonha”, porque estava aumentando as exigências para a demarcação de terra indígena. **Mas por que ele não obedece aos relatórios? Porque, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado. Por quê? Porque esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo: pela antropóloga Maria Guiomar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido no 1.775, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo**

técnico-institucional criado pela Funai. A isso vamos tecer comentários mais tarde. E, finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do Cimi e do Cir, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

O perito contestou, portanto, pontos objetivos considerados na homologação da Raposa/ Serra do Sol e afirma que o grupo interinstitucional criado em 1992 foi, na verdade, uma farsa:

Sobre o grupo de trabalho institucional criado em 1992, primeiro, tem cinco membros da Funai. Então, com esses, aí nós, da Comissão, não tivemos nenhum contato a não ser com a presidente, com quem eu estive três ou quatro contatos. O funcionário do Incra. Quando eu estava presidindo esta Comissão, fui procurar a pessoa do Incra. Ele estava viajando para Belém e não pôde falar conosco. Agora, há um mês, fui ao Incra, procurei lá o Sr. Nilton e perguntei para ele: “O senhor esteve na Raposa Serra do Sol?” “Estive várias vezes, passei mais de 90 dias lá”. Aí começou a falar. O grupo fazia várias reuniões. “O que você achou da presidente da comissão?” Ele disse assim: “Que presidenta? O presidente é um outro antropólogo”. Eu disse: “Não, espera aí, nós não estamos falando da mesma coisa”. Aí descobrimos que ele esteve na Raposa Serra do Sol entre 84 e 87, fez muitos relatórios. Mas vocês se lembram daquela observação aqui embaixo, que dizia, entre 1984 e 1987, fizeram vários relatórios? Um deles é desse rapaz. (...)

Depois, os cinco funcionários que representariam o Governo... Aí vale ressaltar que o Governador na época era o Otomar Pinto, o mesmo governador de hoje. **O Governador, quando viu a possibilidade de fazer essa comissão, fez um decreto nomeando três representantes do Governo. Os três representantes eram: Robério Araújo, o então Secretário de Meio Ambiente e Justiça e, hoje, Secretário de Articulação Municipal; e mais duas outras pessoas que era o Aiberê, que era o Chefe da Casa Civil, e mais um fazendeiro do qual não me lembro o nome.**

Então os três foram nomeados por decreto pelo Governador. Esse projeto foi encaminhado para a Funai, para colocá-los na portaria. **A Funai, simplesmente, nomeou apenas o Robério.**

Aí pensei, nomeou o Robério porque na portaria não caberia três, caberia só um. Mas, em seguida, nomeia mais seis técnicos agrícolas. Então não era problema de número. **A Funai escolheu um e só um**

dos três indicados pelo Governador; e ainda colocou, de quebra, seis técnicos agrícolas.

Agora, chamei cada um dos seis técnicos agrícolas para conversar. **Apenas dois são técnicos agrícolas, todos os seis não são técnicos agrícolas; dois são motoristas, um outro é auxiliar operacional agrícola, e um outro é técnico em estradas; e esse técnico em estrada disse: doutor, nunca fui a Raposa Serra do sol. (...)**

O Robério tomou conhecimento. Foi à Assembléia Legislativa logo depois que saiu o relatório do grupo, do qual ele faria parte, e disse alto e bom som – e a cópia da ata da Assembléia, com essas declarações, está no processo – que nunca tinha sido chamado para reunião alguma; tinha sido nomeado para essa comissão por Brasília. Disse também que não o tinham ouvido, não tinham dado a ele a oportunidade de se expressar. Disse que fora enganado, que todos tinham sido enganados, e isso tinha sido feito de má-fé pela Funai. Não são palavras minhas, são palavras do Robério Araújo, que estão comprovadas na ata da reunião da Assembléia Legislativa.

Dois pesquisadores da USP... Academia, universidade tinham que estar representadas aí. Todo mundo ficou satisfeito porque a USP estava representando a academia. Porém dos dois, apenas um é pesquisador da USP. E liguei para esse pesquisador da USP, conversei com ele dadas minhas ligações com a USP, e disse: – meu amigo, como é que você faz um negócio desse.

- Que negócio? Eu não fiz.
- Quantas vezes você esteve em Roraima?
- **Ele disse: não conheço o Estado de Roraima, nunca fui lá.**
- Como é que você não vai lá e faz um relatório técnico desses?
- Eu! Relatório técnico! Que relatório técnico?
- Você fazia parte dessa comissão.
- Que comissão?

Ele não sabia que fazia parte da comissão, embora, na verdade, ele não tenha sido indicado pela USP, foi indicado pelo Cimi; e tenho a carta do Cimi dizendo que ele era pessoa confiável para fazer parte desta Comissão.

Um membro do CIMI – disso vamos falar daqui a pouco –, um representante do Conselho Missionário Indigenista e um representante da diocese de Roraima. Esses não procurei, porque não quis confrontar. Todos que procurei não tinham conhecimento de que faziam parte da comissão. Nunca encontrei um que tivesse conhecimento, a não ser a Presidente e o Robério. Esses eu não procurei. Mas é muito simples: na hora em que forem chamados em juízo, os dois vão dizer, naturalmente, que não houve nenhuma reunião.

E as lideranças indígenas? Foram 10 índios indicados para participar da comissão. Quanto aos 10 índios, a própria portaria diz claramente: indígenas indicados pelo CIR – Conselho Indigenista de Roraima, portanto por apenas uma das alas. Há 47% dos índios região Raposa Serra do Sol vinculados a eles, portanto é uma representação parcial dos índios.

Portanto, o grupo de trabalho, além de não contar com representantes dos Municípios roraimenses afetados, com produtores rurais e outros atores sociais interessados na demarcação da área, demonstra irregularidades em sua condução. Na verdade, nunca houve relatório do grupo nomeado.

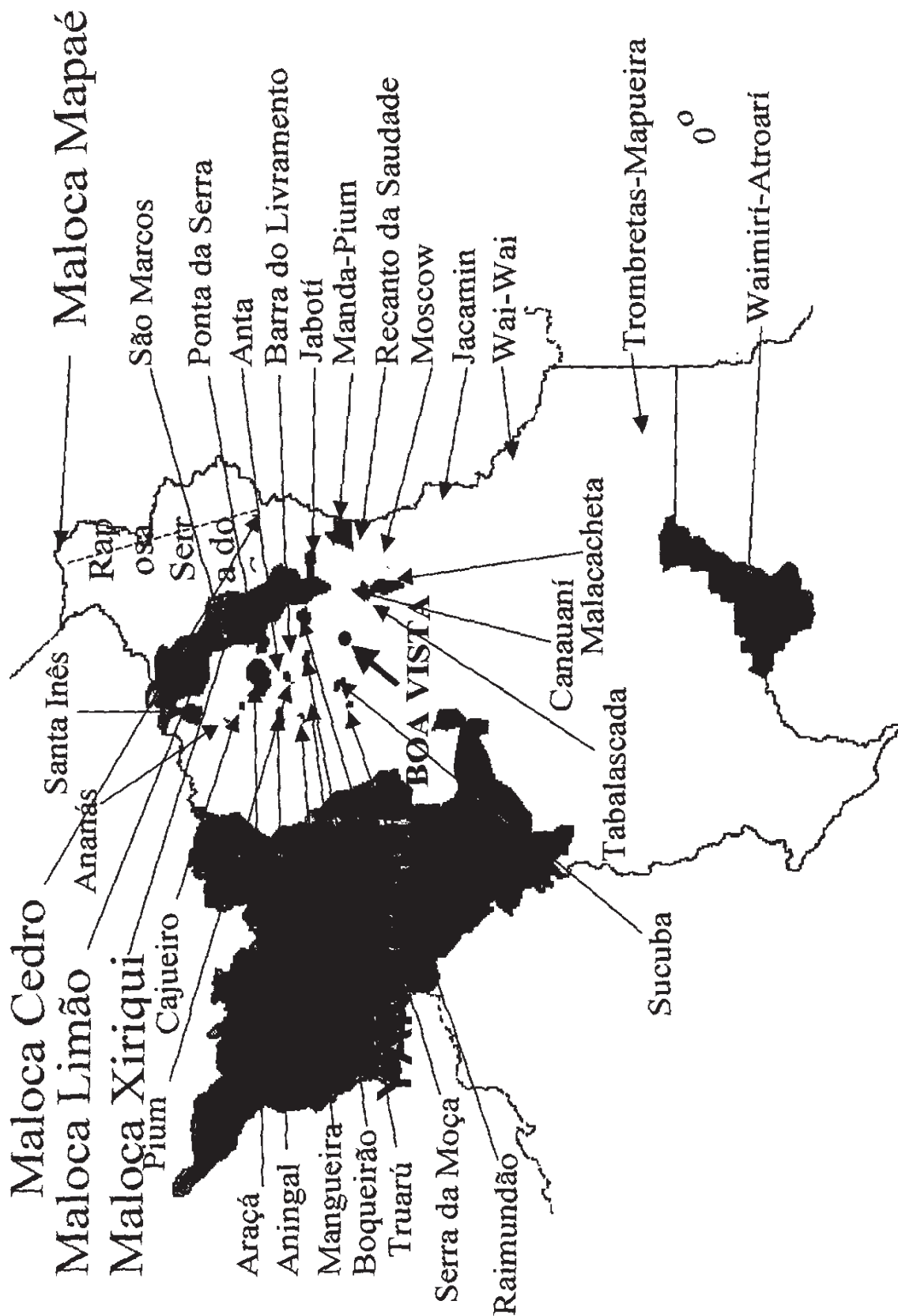
O perito igualmente contesta critérios na demarcação, misturando etnias como a Ingarikó e Makuxi na Raposa/Serra do Sol e separando outras que são idênticas e próximas geograficamente, mas em áreas distintas. Por exemplo, localizadas na área São Marcos. Se houvesse lógica no ajuntamento de etnias e culturas tão diferentes, deveríamos, por via de consequência, propugnar a unificação de todas as terras indígenas em Roraima, conforme o palestrante destaca:

Então, a terra indígena vai ser: San Marco, Raposa Serra do Sol, Jabuti, Ananás etc. E aí eu vou colocando uma outra vizinha, exatamente a mesma coisa. Por que não colocar? E aí se vai colocando todas aquelas terras indígenas que foram demarcadas no passado e que são várias ilhas em torno de Boa Vista. **Manda a lógica e a racionalidade que todas elas sejam integradas e aí você tem e acho que é a parte principal de nossa palestra, este mapa que fica muito interessante: Boa Vista rodeada de setas de todos os lados, onde, realmente, não tem a mínima condição de se colocar Boa Vista fora desta área.** Isso se usar a racionalidade de que devemos juntar duas coisas tão distantes daquelas. Portanto, alguma coisa está errada. (...)

Na hora em que começamos a fazer isso, vemos que Boa Vista desaparece, porque todas aquelas têm muito mais similaridade antropológica. É mais lógico juntar essas pequenas ilhas do que juntar Mapaé com Cedro. Mapaé está muito mais distante de Cedro, antropológicamente falando, do que as outras áreas.

Vejamos, a seguir, mapa ilustrativo que comprova a tese acima esposada:

TERRAS INDÍGENAS DEMARCADAS NO ESTADO DE RORAIMA



7. A Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça: ambigüidade e inconstitucionalidade

Entre outros pontos, um que merece imediata revisão no processo de demarcação diz respeito às áreas excluídas da Reserva Raposa/Serra do Sol. Com efeito, assim dispõe o art. 4º da Portaria nº 534, de 2005, do Ministério da Justiça:

Art. 4º Ficam excluídos da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol:

I – a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no Município de Uiramutã, Estado de Roraima;

II – os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes;

III – o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã, no Estado de Roraima;

IV – as linhas de transmissão de energia elétrica; e

V – os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes.

A leitura do inciso II do dispositivo acima transcrito causa uma primeira reação de perplexidade. Perguntamos: onde estão localizados os equipamentos e instalações públicas federais e estaduais referidos pelo dispositivo? A quem se destinam tais equipamentos? Se tais equipamentos – cuja finalidade básica é a de prestar serviços públicos – estão expressamente excluídos da área da reserva, o que dizer das populações por eles atendidas?

Ora, neste ponto, a Portaria nº 534, de 2005, utiliza o recurso da ambigüidade, da dúvida, da incerteza. É evidente que os equipamentos públicos hoje existentes (na maioria geridos pelo Estado de Roraima) atendem à população humilde das vilas atingidas pela demarcação. Em cada uma dessas minúsculas comunidades (Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Contão e Surumu), há praticamente a mesma estrutura: uma escola, um posto de saúde, um posto policial e a sede da administração da vila. No caso da comunidade

Flechal, existe apenas uma escola e um posto de saúde que atendem a aproximadamente vinte e uma aldeias circunvizinhas.

Em síntese, nas vilas acima mencionadas, o que existe é a presença mínima do Estado na sua missão de oferecer as condições mais elementares de sobrevivência dos moradores. Se o governo federal reconhece a necessidade de permanência dos equipamentos públicos, parece-nos um contra-senso – para não dizer uma aberração! – não admitir formalmente a existência das mencionadas vilas. Por estranho que pareça, a estratégia da portaria é a de valorizar os equipamentos públicos e não as pessoas que nasceram e construíram suas vidas no local.

Assim, o clima de intranquilidade dos moradores das vilas é plenamente justificável. Como dito anteriormente, o grau de mestiçagem dos moradores é bastante elevado, o que põe em xeque a velha divisão “índios” *versus* “não-índios”. Por outro lado, o art. 5º da portaria determina que “é proibido o **ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios** dentro do perímetro ora especificado (...)”. Daí a profunda insegurança e inquietude das famílias quanto ao futuro.

Em segundo lugar, a portaria exclui “o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã” (art. 4º, III). À primeira vista, este dispositivo soaria redundante. Todavia, o seu verdadeiro objetivo é confinar o município de Uiramutã aos estritos limites do seu núcleo urbano. Assim, a prevalecer a literalidade do texto, as vilas que hoje fazem parte do município não estariam contempladas. Da mesma forma, não se previu uma zona de expansão, como que negando ao município a possibilidade mínima de desenvolvimento.

O art. 4º, III, da Portaria nº 534, de 2005 parece ignorar o fato de que a República Federativa do Brasil é formada pela “união indissolúvel ~~de~~§

Estados e **Municípios** e do Distrito Federal”, como consagrado no *caput* do art. 1º da Constituição Federal (CF). Está fora de questão que os municípios gozam de autonomia político-administrativa na ordem constitucional vigente (art. 18, *caput*, da CF). A União deve, sim, zelar pela autonomia municipal, nos termos do art. 34, VII, c, da Carta Magna.

É o caso de perguntar, então: como uma portaria do Ministério da Justiça pode pretender definir os limites de um município? Ora, uma vez reconhecida a existência do município de Uiramutã, a única forma de redução da sua área territorial seria por meio de lei estadual, após consulta à população diretamente afetada, nos termos do art. 18, § 4º, da CF. A Lei Maior não admite outro modo de alteração da configuração geográfica do ente municipal. Por essa razão, a Portaria nº 534, de 2005, faz *tabula rasa* de todos os citados dispositivos constitucionais.

No limite do sistema federativo, se a União deseja reivindicar parte das terras hoje pertencentes ao Município de Uiramutã, cabe-lhe deduzir sua pretensão perante o Poder Judiciário, e não atuar de forma direta, unilateral e arbitrária.

8. Das conseqüências negativas da demarcação

O Decreto homologatório de 15 de abril de 2005 conseguiu produzir ou potencialmente produzirá, se mantido, várias conseqüências negativas no Estado de Roraima e para sua comunidade índia e não-índia. Como projeção desses efeitos, teceremos considerações sobre os impactos econômicos, fundiários, populacional e de defesa.

Impacto econômico – em Roraima, uma das principais atividades econômicas é o plantio de arroz e, entre as áreas mais propícias para tal cultivo, estão as que circunscrevem a terra indígena Raposa/Serra do Sol. No Município de Normandia, por exemplo, a produção de arroz alcançou o patamar de 29 mil toneladas de grãos em 2002, enquanto o Município de Pacaraima atingiu em mesmo período 38 mil toneladas. Além do arroz, destaca-se a produção de gado em Normandia e Pacaraima, que se aproxima de 33 mil cabeças de gado em cada município.

A supressão de boa parte das áreas de plantio, concorrente com a não previsão de área de expansão do Município de Uiramutã e das vilas presentes na área indígena, apontam cenário de carência econômica e impacto na qualidade de vida das comunidades índias e não-índias locais.

Não se pode negligenciar que as atividades econômicas mencionadas têm se revelado como grande parceira no desenvolvimento humano indígena, inclusive incentivando projetos de produção agrícola makuxi própria. Igualmente não se pode desprezar a subjetividade e a deliberação coletiva de tribos makuxi no sentido de participarem mais ativamente dos benefícios da cultura não-índia, como meios de transporte, tecnologia de produção, conforto doméstico, infra-estrutura escolar e sanitária, entre outros incrementos que alteram positivamente o índice de desenvolvimento humano das populações indígenas.

O Estado brasileiro sempre abandonou as comunidades indígenas e ignorou suas opções e estratégias de vida. O Decreto Presidencial de 15 de abril e a Portaria de 13 de abril mais uma vez comprovam o desrespeito à opção indígena, negligenciando posições distintas, como a dos Ingarikós, que pretendem certo distanciamento da vida não-índia, e a de grupos Makuxis, que buscam maior integração. Quais foram os beneficiados? Parte da

população makuxi que optou por laços mais estreitos com a Igreja católica? E a outra parte, resta-lhe apenas a opção do protesto?

O fato é que, excetuando o disposto do art. 4º, V, da Portaria nº 534, de 2005, que excluiu da demarcação os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes, as conseqüências econômicas para a população roraimense como um todo, e para certas tribos makuxis em particular, serão desastrosas.

Conforme destacado no Relatório parcial da Comissão Temporária Externa do Senado Federal sobre demarcação das terras indígenas (área indígena Raposa/Serra do Sol), p. 43, *textus*:

(...) cumpre ressaltar que não há contradição entre a manutenção do *ethos* indígena e a perspectiva desenvolvimentista, embora este deva estar associada com o respeito pela visão de mundo dos indígenas. O principal ponto de partida para o desenvolvimento em área onde haja indígenas é sua própria vontade, considerando-os como interlocutores que defendem a manutenção de costumes, tradições e usos peculiares, o que não significa ausência de perspectiva desenvolvimentista. No mínimo, deve-se reverter os baixos índices de expectativa de vida, garantir a segurança alimentar etc.

Impacto fundiário – É inegável o caos fundiário provocado pelo decreto homologatório da área indígena Raposa/Serra do Sol. Primeiramente, da forma como foi imposta a demarcação, simplesmente inviabiliza-se a organização fundiária de Municípios como Uiramutã e Pacaraima.

Esse efeito corresponde ao inverso pretendido pela comunidade política e produtora do Estado de Roraima. Ao invés de serem transferidas propriedades da União para o Estado de Roraima, aumenta-se a terra federal. Dessa forma, o Estado de Roraima não possui autonomia sequer sobre metade de seu território, em clara ofensa aos mandamentos constitucionais e ao pacto

federativo. A seguir, demonstra-se o quadro da situação fundiária do Estado de Roraima:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
SUPERFÍCIE ESTADUAL	22.298.980,00	100
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS DESTINADAS	14.257.800,00	63,92
Projetos de assentamentos	1.241.579,12	5,57
Unidades de conservação	2.329.857,00	10,44
Reservas indígenas	10.398.390,00	46,63
Terras do Ministério da Defesa	25.725,47	0,11
Áreas tituladas	262.248,41	1,17
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS NÃO DESTINADAS	5.800.000,00	26,01
Dentro da faixa de fronteira de 150 km	4.000.000,00	17,94
Fora da faixa de fronteira	1.800.000,00	8,07
TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS NÃO DESTINADAS	2.241.180,00	10,07

Não se pretende negar que, em Roraima, muitas terras são tradicionalmente ocupadas pelos índios e merecem estar sob seu domínio, seguindo conquista histórica assinalada em norma constitucional. Entretanto, boa parte do que é definido como “terra tradicionalmente ocupada” não corresponde à realidade, tendo em vista os confusos e irregulares procedimentos burocráticos da União. Isso ficou demonstrado pela exposição do Sr. Hamilton Gondim e pelos depoimentos coletados *in loco* por esta Comissão Externa, nas comunidades indígenas e não-indígenas existentes na área de Raposa/Serra do Sol.

Além disso, títulos dominiais validamente emitidos há mais de uma geração são manifestamente ignorados e, como consequência, aos ocupantes de boa-fé nas áreas indígenas somente restará o pagamento de indenização pelas suas benfeitorias, nos termos do art. 231, § 6º, da CF. Registre-se, a esse respeito, que depoimentos colhidos em Roraima, Estado *acostumado com as demarcações de terras indígenas*, apontam na direção das dificuldades de proprietários de boa-fé receberem até mesmo o correspondente às benfeitorias.

Impacto populacional – A demarcação prevista manteve o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã e os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes. Essa indeterminação já demonstrada criou sentimento de extrema instabilidade nas vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, que é habitada por índios, descendentes de índios e de antigos garimpeiros. Gente humilde, digna e que mantém vínculo profundo com o local; por certo, nunca fizeram jus à pecha de “invasores”, entre outros adjetivos ofensivos.

Essas pessoas, com a demarcação, possivelmente terão de sair para formar favelas em Boa Vista. Contrariamente aos rizicultores e pecuaristas, que possuem meios de se defenderem, as pessoas das vilas possuem poucas perspectivas e, seguramente, não terão guarida da União.

Impacto sobre a defesa – O art. 4º do Decreto Presidencial de 15 de abril de 2005 assegura, nos termos do Decreto nº 4.412, de outubro de 2002, a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, e o art. 4º, I, da Portaria do Ministério da Justiça nº 534, de 13 de abril de 2005, excluiu da demarcação a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira, localizado no Município de Uiramutã.

Nesse particular, o processo demarcatório atendeu em grande medida ao solicitado para a defesa da integridade territorial local. Afinal, o Decreto nº 4.412, de outubro de 2002, garante às Forças Armadas liberdade de trânsito e acesso, instalação e manutenção de unidades e de equipamentos de fiscalização, bem como implantação de programas e projetos de controle e proteção de fronteira.

Essa liberdade de atuação é extremamente necessária para a defesa nacional em local que pode servir de via de combate em disputa territorial entre Venezuela e Guiana, bem como de fluxo de contrabando de pedras preciosas. Vale dizer, na área de Raposa/Serra do Sol há fartura mineral, tais como diamante, zinco, ouro, caulim, ametista, cobre, diatomito, barito e molibidênio.

A defesa não se constitui, entretanto, na ação militar propriamente dita, pois as ameaças ao território nacional não se reduzem à ação armada manifesta e, mesmo diante tais ações, a reação e manutenção de nossa integridade depende de pluralidade de fatores ínsitos na sociedade civil.

Por exemplo, a supressão de vila de Mutum seria de grande dano à manutenção de nossa defesa, pois é separada apenas de um rio da Guiana e, inclusive, há intensa troca de relações no local: guianenses se abastecem de alimentos e outros gêneros em Mutum, por travessia de balsa, enquanto brasileiros exploram minerais em território guianense, mediante autorização própria. O local é riquíssimo em diamante e não há por parte da Guiana vigilância adequada da área, entre outros fatores de instabilidade. A ausência de urbanização em Mutum causará, seguramente, enfraquecimento do controle e pode constituir foco de instabilidade futura.


9. Recomendações

Após tomar depoimentos em todas as vilas afetadas pela demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol, em malocas indígenas descontentes com o ato homologatório e em Boa Vista, esta Comissão elegeu como prioritárias as seguintes recomendações:

- Reforçar as recomendações do Relatório da Comissão Temporária Externa sobre Demarcação de Terras Indígenas, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, no que diz respeito à Reserva Raposa/Serra do Sol;
- Apoiar o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que *susta o Decreto do Presidente da República, de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.*

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 349, DE 2005-SF, COMPOSTA PELOS TRÊS SENADORES REPRESENTANTES DO ESTADO DE RORAIMA, **“DESTINADA A ACOMPANHAR E AVALIAR OS DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO ADMINISTRATIVA DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE NORMANDIA, PACARAIMA E UIRAMUTÃ, NO ESTADO DE RORAIMA”**

Ata da 1ª Reunião (Instalação)

Realizada em 27/04/2005

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Augusto Botelho e ainda com as presenças dos Senadores, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz membros, reúne-se a Comissão Externa, Criada Mediante Requerimento Nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. O Senador Augusto Botelho abre a presente reunião de Instalação, ao tempo em que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação o Senador Mozarildo Cavalcanti para Presidente. O Senador Mozarildo Cavalcanti agradece aos presentes e indica o Senador Augusto Botelho para exercer a Relatoria desta Comissão Externa, convidando-o para tomar assento a Mesa. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita *“in loco”* às comunidades de Raposa, Pontão, Flechal, Maturuca, Pacaraima, Serra do Sol e Uiramutã, a ser realizada nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde realizarão visitas ao Governador, Presidente da Assembléia Legislativa e encontro com as classes Produtoras daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho é acatada pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

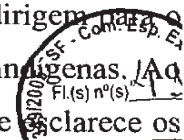
1º Relatório da visita “*in loco*” ao Estado de Roraima, realizada nos dias 30 de abril, 1º e 02 de maio de 2005.

Realizada em 30.04.2005

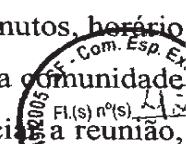
Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. Os Senadores membros da Comissão juntamente com a equipe técnica do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Dr. Rosber Almeida e Dulcídia Ramos Calháo – Secretária da Comissão, são recebidos pelo Governador do Estado de Roraima, *Ottomar de Souza Pinto* e pelo Secretário de Comunicação do Estado, Dr. Rui de Oliveira Figueiredo, na sala de reunião do Palácio do Governo. Os Senhores Senadores e o Governador discutem o assunto da demarcação das terras indígenas e demais questões fundiárias. O Governador parabeniza o empenho dos membros desta Comissão e reforça a sua posição a favor de uma demarcação mais justa e equilibrada. O encontro se encerra às dezessete horas, horário local, quando os membros da Comissão agradecem a receptividade por parte do Governo do Estado. Após, os Senadores membros dirigem-se ao Batalhão de Infantaria para um encontro com o General Studart – Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, do Estado de Roraima, quando os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz e os membros da equipe técnica do Senado Federal, dirigem-se para a sala de reunião do Batalhão de Infantaria, onde, reúnem-se com o Comandante General Studart e os Senhores: Cel. Aragão Mendes, Tenente Cel. Augusto, Tenente Cel. Menezes, Tenente Cel. Frazão e o Major Vendramin. A presente reunião se inicia as dezessete horas e trinta minutos, horário local, onde os membros da Comissão mantêm entendimento com o General Studart e demais presentes sobre o deslocamento da Comitativa, efetuado pelo helicóptero “*Cougart*”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia – CMA, que já se encontrava servindo na Capital do Estado. Os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz esclarecem aos presentes o itinerário a ser cumprido, conforme deliberação dos membros da Comissão, informando quais as localidades a serem visitadas: Mutum, Socó, Flexal, Água Fr

2005
Com. Esp. E.
Comissão,
Fl(s) nº(s) 1
Contão e

Vila Pereira. Assim, após esclarecimentos de ambas as partes, principalmente quanto aos detalhes operacionais e estratégicos do deslocamento ora tratado, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão, agradece ao General Studart e Oficiais presentes, em seu nome e em nome dos demais membros, a colaboração e atenção dispensada pelos Senhores Militares, visando o perfeito cumprimento da referida Missão. Ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a Comitativa embarca no helicóptero, no Aeroporto de Boa Vista, Estado de Roraima, deslocando-se para a Comunidade de Mutum. Às nove horas e vinte minutos, os Senadores membros da Comissão e a equipe técnica do Senado Federal chegam em Mutum e são recepcionados por diversos membros da Comunidade, reunindo-se em um espaço aberto de uma Casa Comercial. O Senador Mozarildo Cavalcanti esclarece inicialmente aos presentes o objetivo dos trabalhos desta Comissão, concedendo a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, os quais saudaram os cidadãos de Mutum e em seguida, passa a ouvir, pela ordem, os representantes da Comunidade: Senhora Mariuza; Senhora Macele – Esposa do líder indígena, Paulo; Senhora Terezinha e o Vereador Edimar Xavier. Os Senhores Senadores agradecem a participação efetiva da comunidade e a presença de todos, encerrando a visita, às dez horas e quinze minutos, horário local. Os membros se deslocam à Vila Socó, chegando às dez horas e trinta e cinco minutos, horário local, onde são recepcionados por membros da Vila, no recinto da Escola Municipal Severino Pereira da Silva. O Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti faz uma breve explanação aos presentes quanto a missão desta Comissão e em seguida, concede a palavra ao Administrador da Vila, Senhor José de Araújo. Fizeram uso da palavra os Senhores: Vereador Paulo José dos Santos, Professora Maria Luiza Brasil da Silva, Zélio Mota e finalmente ao Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva Lima. O Presidente concede a palavra aos Senadores Wirlande da Luz e Augusto Botelho, que falam das suas carreiras políticas no Estado de Roraima e emitem os seus entendimentos quanto ao processo de demarcação na região. O Senador Mozarildo Cavalcanti, de posse da palavra reafirma a sua posição e a dos membros da Comissão quanto a demarcação das terras neste Estado. Encerrando a presente reunião às onze horas e trinta minutos, horário local, ao tempo em que agradece a participação de todos. A Comitativa embarca para Flexal, chegando às onze horas e quarenta e cinco minutos, horário local, onde os membros se dirigem ao Centro Comunitário onde são recebidos calorosamente pelos índios e líderes indígenas. Ao iniciar a reunião, o Senador Mozarildo Cavalcanti, saúda a todos os presentes e esclarece os



objetivos da visita e passa a ouvir os líderes indígenas: Getúlio, Avelino, Gervásio, Lauro e o Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva. Após ouvir os líderes, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, para as suas considerações com relação a demarcação das terras indígenas no Estado de Roraima. A Presidência agradece a calorosa recepção por parte dos membros da Comunidade de Flexal, encerrando a reunião às doze horas e trinta minutos, horário local. A Comitiva embarca no helicóptero, indo para Água Fria, chegando às doze horas e cinquenta minutos, horário local, sendo recebidos por representantes e demais cidadãos de Água Fria no Centro Comunitário, onde inicialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti, faz uma exposição à respeito dos objetivos da presente visita e em seguida, concede a palavra ao líder indígena Custódio e após ao Coordenador do Município de Água Fria, Senhor Gilson. Usaram da palavra pela ordem, os líderes indígenas Percival, Júnior, Humberto e ao Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva. Após, pediram a palavra os cidadãos Ramon e Reginaldo, os quais expressaram as suas indignações com relação a demarcação. Ao encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente agradece aos membros da Comunidade, aos líderes indígenas e demais participantes, pela colaboração com os trabalhos da Comissão e também ao almoço que foi oferecido aos membros da Comitiva. A Presidência encerra às quatorze horas e quinze minutos, horário local, onde os Senhores Senadores e equipe técnica, dirigem-se para a Comunidade de Contão, chegando às quatorze horas e cinquenta minutos, e da mesma forma, são recepcionados de forma calorosa pelos membros e líderes, dirigindo-se para um espaço a céu aberto. Ao iniciar, o Senador Mozarildo Cavalcanti faz a abertura e apresenta a todos os presentes os objetivos desta visita e em seguida, concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. Fizeram uso da palavra pela ordem, os líderes indígenas Genival da Silva Costa; Vitoriano e a seguir, também fizeram uso da palavra, membros da Comunidade, Senhora Maria Delicia; Senhor Ronan, primo do líder Genival, que entrega aos membros da Comissão, um Manifesto que também foi lido pelo mesmo. A Presidência agradece em seu nome e em nome dos membros desta Comissão, pela gentil acolhida, encerrando a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, horário local. Dando continuidade a presente missão, os Senhores Senadores e equipe técnica, embarcam no helicóptero em direção a Vila Surumu, chegando às quinze horas e cinquenta minutos, horário local, onde os Senadores são recebidos pelos líderes indígenas, representantes da comunidade e demais habitantes da Vila Surumu, também chamada de Vila Pereira. Ao iniciar a reunião,



sediada no Ginásio de Esporte da Escola Estadual Padre Anchieta, quando o Professor Brasão, de posse da palavra saúda os membros da Comissão e após, todos os presentes, cantam o Hino Nacional, homenageando os membros da Comitativa. A seguir, o Professor Brasão, passa a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti que agradece a receptividade e faz sua explanação a respeito da missão desta Comissão do Senado Federal, concedendo, pela ordem, a palavra aos Senhores: Vereador José Romão de Pinho, que lê uma Nota de Protesto; ao líder indígena Anízio, e após, o Professor Brasão lê uma Carta aberta ao Povo Brasileiro, endereçada ao Presidente Lula. O Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. Ato contínuo, fizeram uso da palavra os Senhores Paulo Quartiero – Prefeito de Pacaraima e o Pastor Cícero da Congregação da Assembléia de Deus. O Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e cinqüenta e cinco minutos, horário local, quando os membros embarcam no helicóptero, retornando para a Capital do Estado, cidade de Boa Vista, chegando às dezessete horas e cinqüenta minutos, horário local. Ao primeiro dia de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, horário local, os membros da Comissão são recebidos no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, presentes os Senhores Deputados Estaduais: Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Edio Lopes, Naldo Bezerra, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. O Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Chico Guerra, cumprimenta os membros da Comissão, fazendo um breve discurso e concede a palavra ao Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que fez um relato a respeito da importância dos trabalhos da Comissão Especial Externa das “Terras Indígenas”, do Senado Federal, que funcionou naquela Casa Legislativa no decorrer do ano de dois mil e quatro, também sob a sua Presidência, ao tempo em que esclarece que a presente Comissão Especial Externa “Serra do Sol”, do Senado Federal, tem como finalidade a continuidade e acompanhamento dos trabalhos anteriormente desempenhados pela Comissão anterior, e que terá como conclusão, propor ao Governo Federal alternativas viáveis, equilibradas, de consenso com os representantes e autoridades locais que foram ouvidas pelos Senadores membros. O Senador Mozarildo Cavalcanti concede a palavra, pela ordem, aos Deputados Estaduais: Chico Guerra, Malu Campos, Célio Wanderley, Edio Lopes, Naldo Bezerra, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. Em seguida, a Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. O Presidente agradece a participação de todos declarando encerrada a presente reunião, às quatorze horas, horário

local. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, os membros da Comissão Especial Externa “Serra do Sol”, dão início a reunião com representantes dos Produtores, Rizicultores, Políticos, Líderes Indígenas e demais autoridades locais, no Auditório da sede da Federação do Comércio - FECOMERCIO do Estado de Roraima. Inicialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti abre os trabalhos e convida os Senhores Almir Sá – Deputado Federal e Presidente da FAER e Dr. Alcides – Presidente da FIER para comporem a Mesa dos Trabalhos. O Senhor Presidente concede a palavra pela ordem, aos Senhores: Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Airton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Gilberto Macuxi – Representante da ARIKON e o Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe. A Presidência concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz para as suas considerações finais. A seguir, o Senador Mozarildo Cavalcanti, agradece a participação dos Consultores do Senado Federal, Drs. Tarciso Dal Maso Jardim e Fabiano Augusto Martins Silveira, ao Dr. Rosber Almeida e a Secretária da Comissão, Dulcídia Ramos Calháo pelo assessoramento prestado aos trabalhos da Comissão. A Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Convido o senhor Deputado.... Deputado Hélio, tome assento, por favor.

Gostaria de dar por aberta esta reunião que tem como objetivo ouvir a Comissão Externa do Senado, composta pelos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, para tratarmos do assunto relacionado com a Raposa Serra do Sol.

Eu vou passar os trabalhos desta reunião ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero, inicialmente, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas estaduais aqui presentes, Deputado Chico Guerra, que aqui está representando a Presidência da Casa, e dizer que esta Comissão Externa do Senado, na verdade, está fazendo um trabalho de continuação do trabalho anterior feito antes da demarcação

quando o Senado aqui mandou uma comissão externa – vocês se recordam – que era presidida por mim e composta por outros quatro Senadores – Senador Delcídio Amaral, que hoje é o Líder do bloco de apoio ao Governo no Senado e foi o relator, Senador Jefferson Péres, do Amazonas, Senador Augusto Botelho e Senador Romero Jucá. Nós fizemos um trabalho exaustivo. Ouvimos aqui, em assembleias e audiências públicas, várias camadas da sociedade. Estivemos nas comunidades indígenas, ouvimos os produtores, enfim, ouvimos todo mundo. Só não ouvimos quem não quis ser ouvido, como foi o caso do Conselho Indígena de Roraima, que, embora convidado, não compareceu.

Depois disso, nós apresentamos um relatório sugerindo um formato de demarcação que era aquele que atendia a todas as partes. Tanto aqueles mais contrários ao fato de fazer uma demarcação excludente, porque precisa esclarecer aqui: não existe divergência no que tange à demarcação contínua. Todas as duas são contínuas. Uma é excludente, que é aquela proposta pela Funai e pelo Conselho Indígena de Roraima e defendido pela ONGs, excludente no sentido que tira todo mundo de lá. Exclui de lá todo mundo, exceto os indígenas realmente. Coisa que é até difícil porque, quem conhece aquela região, sabe que é difícil saber quem é indígena e quem não é. Talvez tenha que se fazer um exame de DNA, porque há uma miscigenação muito forte naquela área. Apesar de nós apresentarmos este relatório, apesar de uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados também ter apresentado outro relatório, cujo relator foi, coincidentemente, o Deputado Lindberg Farias, também do PT, porque o Senador Delcídio do Amaral, além de ser do PT, é Líder do bloco de apoio ao Governo no Senado, então, não era um relatório que sequer pudesse ser carimbado como se fosse um exclusivo pensamento da Bancada de Roraima. Aliás, no caso da Câmara, não tinha nenhum Deputado de Roraima participando da Comissão. No Senado, não, além dos três Senadores, havia mais dois de outros Estados. Nós não achamos que os parlamentares de Roraima, seja deputado estadual, federal ou Senador, sejam suspeitos para falar do problema. Pelo contrário, nós temos mais legitimidade para falar sobre ele, porque nós vivemos o problema. Então, o Presidente, apesar de ter essas informações da Câmara Federal, do Senado e, neste bojo, tanto de um relatório quanto no outro, tinha o pensamento da Assembleia Legislativa Estadual, resolveu demarcar de modo diferente. Coincidentemente, depois da viagem dele à Itália, para o enterro do Papa, ele se revoltou com o pacote feito e resolveu demarcar sem nem cumprir o acordo político que havia conosco, com o Governador, com os Senadores e Deputados federais, que era dar-nos prévio conhecimento da medida que ele iria tomar, para, se fosse possível, fazer algum ajuste. Ele resolveu fazer, digamos assim, na calada da noite. Nós fomos avisados por vias transversas que o decreto sairia no outro dia como, de fato, saiu. Então, saído o decreto, restaria dois comportamentos da nossa parte. Um: o de, simplesmente, acatar; o outro, de não acatar, de analisar, de discutir. E foi o que nós fizemos. Nós requeremos uma comissão externa do Senado para vir aqui imediatamente, ainda quando estavam reféns os policiais federais, para tentar, primeiro, resolver aquele impasse dos policiais federais. Embora compreendamos a indignação, a reação dos índios, nós não concordamos, porque, como homens da lei que somos, não podemos concordar que ninguém seja feito refém, sejam índios, sejam policiais federais.

Felizmente, antes que fôssemos lá – e chegamos aqui na noite de sexta-feira e fomos no sábado para lá – na madrugada de sábado, o Governador conseguiu demover o índios para que libertassem os reféns, o que eu considerei bom, porque, com isso, restaurou-se até a dignidade do poder local, isto é, do poder estadual, já que foi o Governador que conseguiu libertar os reféns, e não o Ministro da Justiça, e não o Presidente da Funai ou o Presidente da República. Isso restaurou, realmente, a autoridade federativa do Governo estadual.

Muito bem. Fomos ontem lá, naquela região. Estivemos em Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Contão, Surumum, sendo três vilas compostas de indígenas e não-indígenas e duas comunidades indígenas – Flechal e Contão – e quatro não indígenas. Três são do Município de Uiramutã – Mutum, Socó e Água Fria – e Surumum, que já é de Pacaraima. Na reserva afeta três Municípios: Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

Pois bem, em todas elas, nas áreas indígenas e não-indígenas – porque nas não-indígenas existem indígenas, e muitos. Como, por exemplo, quando estivemos na comunidade do Socó, existiam vários indígenas; em Mutum, a mesma coisa; na Água Fria, a mesma coisa.

Então, o que nós ouvimos era um tom só: de indignação, de revolta, de não-conformação com o decreto, com a forma como está redigido o decreto e, principalmente, com a atuação da Polícia Federal nas barreiras, não digo nem as que dão acesso, as que saem da cidade de Boa Vista. Eu mesmo, na semana anterior a essa formação, fui a Pacaraima e, na volta, resolvi parar na estrada que dá acesso a Surumum. Logicamente o meu carro não tinha escrito que eu era Senador; fui parado e, mesmo depois de identificar-me como Senador, a Delegada exigiu que eu apresentasse o documento do carro. Eu saí do carro, me identifiquei e ela me perguntou para onde eu ia. E respondi: “Vim aqui ver o que vocês estão fazendo. Quero saber por que vocês estão adotando esse tipo de procedimento. Qual a razão de, a vários quilômetros da reserva Raposa Serra do Sol, em uma rodovia estadual – a rodovia que dá acesso a Surumum é uma rodovia estadual – vocês estarem aqui com um aparato federal parando todos os cidadãos e cidadãs que transitam desde Boa Vista.” Desde a saída de Boa Vista, depois da Ponte do Caomé, naquela bifurcação da estrada do Passarinho, tem uma barreira lá.

Eu disse: “Vim dizer a vocês que não concordo com essa metodologia.” Estive em Pacaraima e, dentro da cidade, apesar de existir Polícia Federal, Exército, há uma outra barreira de guerra, vamos dizer assim, uma barraca montada para interpelar quem passa.

Isso já foi denunciado ao Senado; já denunciei ao Presidente da República e ao Diretor da Polícia Federal. Viemos aqui, o Senador Wirlande, o Senador Augusto e eu, ouvimos essas comunidades que já mencionei; hoje, queremos ouvir os Deputados Estaduais, porque sabemos, inclusive, que a Assembléia já esteve na Comunidade do Flechal, na véspera da soltura dos reféns. Queremos ouvir vocês. Esse depoimento da Assembléia Estadual, para nós, é muitíssimo importante, porque vocês estão no dia-a-dia aqui, muito mais até que os Deputados Federais e Senadores. Vocês são os representantes do Legislativo que estão no dia-a-dia, sabendo, portanto, das repercussões positivas e negativas desse ato do Presidente.

Eu queria, portanto, a partir daqui, ouvir os Deputados Estaduais que quiserem se manifestar.

Quero dizer que estão aqui também, além dos Senadores, dois consultores legislativos do Senado. Eles é que fazem a parte técnica, portanto as implicações jurídicas etc. do relatório que vamos apresentar e das medias que a Comissão deve tomar. Há também o Dr. Rosber, que é meu assessor, e a Dr^a Dulcília, que é a Secretária da Comissão. Então, embora constituída pelos três Senadores de Roraima, ela é uma comissão representativa do Senado Federal.

Quero voltar a palavra ao Presidente e que ele coordene, portanto, a passagem para os Deputados que queiram se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputada Maria Luíza.

A SR^a MARIA LUÍZA – Meus cumprimentos a todos. Cumprimento o Exm^o Deputado Guerra, os nossos Exm^{os} Senadores – sejam bem-vindos à nossa Casa –, todos os Deputados presentes e a imprensa.

Quero dizer que essa situação é constrangedora para todo o povo de Roraima. Acredito que, em breves dias, se não mudar essa situação, haveremos de ver guerra entre os índios, conflitos, porque eles vão se culpar mutuamente pelos problemas de saúde, de educação. Sabemos que a Funai nunca administrou a saúde. Aqui há três Senadores médicos que sabem verdadeiramente dessa história.

Sabemos que, se o Governo do Estado não interfere, não ajuda, não apóia, as coisas não fluem na educação, na saúde, na agricultura, em tudo.

Tenho um conhecimento muito grande no interior porque fui extensionista da Emater e tive contato em todas as áreas do Estado, desde que era Território. Então, essa história de se dizer que o índio vai se administrar e se desenvolver é utopia mesmo, porque a realidade que o povo de Roraima conhece.

Uma das questões que eu gostaria que fosse levada ao Senado por meio de V. Ex^{as} é quanto à indenização que farão. Essa indenização não é justa, até porque eles estão avaliando o que é área construída.

Sabemos que os fazendeiros, em Roraima, desde que começou a demarcação, simplesmente ficaram sem poder ou sem incentivo para melhorar as suas fazendas, alguma obra, alguma construção. Então, o que eles vão encontrar de construído, de feito? Nada. Deveria haver uma indenização pelos anos de moradia da localidade. Deve ocorrer isso para que haja justiça e a pessoa não saia com todo o seu futuro prejudicado.

Então, a minha proposta ao Senado é que haja uma avaliação pelo tempo de existência de cada fazenda e que as estruturas físicas não sejam o principal alvo, até porque o que existe está praticamente sem manutenção grande.

No passado, tínhamos fazendeiros que exportavam gado para Manaus, tínhamos grandes fazendeiros, incentivados pelas oportunidades da época. Depois que começou essa demarcação, desconheço algum fazendeiro que tenha feito algo na sua região.

Também me preocupa a indenização dos arroteiros. Se forem indenizar só pela área de plantio e de previsão de colheita, será errado também, porque essas pessoas, para prepararem uma terra – quem conhece agricultura sabe –, para adaptarem a parte de adubo, o investimento que fazem antes do plantio é muito grande. De repente a pessoa vai sair com o capital totalmente defasado e que não vai dar sustentação.

A nossa economia já é quase capenga. Somos um dos Estados mais ricos do Brasil em minérios, quiçá do mundo, e sabemos que essa cobiça de demarcação é por conta dessas riquezas minerais que temos.

Hoje, as pessoas que fizeram investimento na área rural, como os fazendeiros, os agricultores e os arroteiros, o que vão tirar de indenização? A previsão de colheita que vão ter? E o que eles investiram antes: a compra das terras, o que investiram para preparar essa terra, a mão de obra utilizada? Quer dizer, deve haver um estudo.

Eu gostaria que o Senado visse a possibilidade de fazer um estudo para que, para qualquer área que seja indenizada, sejam vistos o tempo de moradia e o investimento feito, não só pelo que tem de construção, mas pelo que foi feito para exploração, ou de agricultura ou de pecuária.

Então, só temos que lamentar, porque nossa economia está cada vez mais defasada. Os investidores de todo o Brasil estavam de olho em Roraima, porque somos uma porta aberta para vários países da Europa, para a Guiana Inglesa, para a Venezuela e várias ilhas do Caribe. Comparando com São Paulo e outros Estados grandes, que têm tradição em exportação, estamos, no momento, sendo a grande viabilidade do Brasil.

Além do mais, gostaria de encerrar dizendo: somos área de fronteira, e essa área não foi... Somos a grande preservação da fronteira. Deveríamos comover, sensibilizar os Deputados e Senadores de todo o Brasil, porque os guardiões da fronteira somos nós, do Estado de Roraima, e isso não está sendo visto. A soberania nacional está sendo atingida cruelmente por uma decisão, principalmente com incentivos estrangeiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Célio Wanderley com a palavra.

O SR. CÉLIO WANDERLEY (PSL – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, é um prazer ter V. Ex^{as} em nossa Assembléia para discutir um assunto que, para nós, já é velho, de tantas reuniões que tivemos. Talvez o Senador Wirlande da Luz, que está assumindo agora, no Senado, não tenha participado, mas o Senador Mozarildo Cavalcanti já vem lutando e brigando por essa causa há anos. Talvez até perdemos o estímulo de participar, de tanto que já lutamos.

Eu queria fazer algumas ponderações práticas, na realidade.

Primeiro, para a revisão da área, só temos um caminho: o caminho da política, via Câmara, com decreto legislativo, e via Senado, o que acontece, na maioria das vezes, que tivemos

oportunidade de conversar com os Senadores, dos Deputados Federais, de outros Estados e Unidades da Federação, é que, quando contamos o problema, recebemos um tapinha nas costas, o apoio, mas, na prática, a conversa é diferente.

Entendo eu que nosso Estado, hoje, vive uma intervenção branca, por parte do Presidente da República, inclusive com a instalação de algumas coisas para resolver, aqui no Estado, as questões, *sem dar sequer satisfação ao Governo do Estado.*

Nós, Deputados Estaduais e o Governo do Estado, nossos Deputados Federais e Senadores, deveríamos tomar um posicionamento em relação a essa questão. Vir aqui e tentar resolver o problema, sim, mas de acordo com as autoridades constituídas do Estado, e não independentemente, isolando essas autoridades.

Quanto à questão do decreto que determina que os retirados da área deveriam ser assentados e que ninguém vai sair antes de ser assentado, de ter a sua terra assentada, considero isso uma balela, porque tivemos as desapropriações com decreto do então Presidente – parece-me que era o João Figueiredo, não me lembro no momento. O pessoal que foi desapropriado, em 80, dessas áreas *não contínuas*, que deveria ser reassentado também, nunca o foi. Ou seja, qual o mecanismo que a Funai usou? Realizou uma indenização de forma arbitrária, em que só eles e a palavra deles tinha validade. E aqueles que não receberam o pouco que eles fizeram e permaneceram na área, hoje, estão respondendo a um processo, demandado pela Funai, solicitando-lhes indenização pelo tempo de sua permanência na área. Ou seja: eles, de credores do Governo Federal, passaram a *devedores*, e alguns já com causa transitada e julgada em Primeira Instância. Na realidade, a questão do reassentamento é balela. Até porque, o Incra, apesar de dizer que dispõe de áreas, para se retirar os colonos – é como eu estava falando para o Chico Guerra –, o Incra vai ter que desapropriar o Chico e o João, que estão lá na frente. Então, para reassentar esses colonos, um outro problema *social será criado no Estado.*

Quero também chamar a atenção para a questão do Código Florestal, que se encontra no Congresso. Creio que, por intermédio do Código Florestal, eles talvez estejam querendo fazer esse reassentamento. Há também a questão do zoneamento, solicitado para a Amazônia Legal. Além de não quererem *fazê-lo*, já estão dando o tratamento de grileiros a pessoas que ocupam essas áreas há cem anos. E as ocuparam com a autorização do Incra, pois, naquela época, se fazia o cadastro no Incra para poderem ocupar a área. Então, todas as questões levantadas precisam de solução.

Acredito que, no que se refere à questão de revisão da área, só temos um caminho: o da Justiça, por meio do Supremo Tribunal Federal. Talvez seja o único meio que tenhamos para *reversmos esse ato arbitrário do Presidente Lula.* Caso contrário, usando os meios junto ao Poder Legislativo, quero dizer que estou cansado do “tapinha nas costas”, do “apoio”, mas, quando chega a hora de votar as questões que são de interesse de alguns Estados, não se resolve nada, em função de interesses pessoais, de ONGs e de interesses outros que sequer sabemos. Então, solicito de V. Ex^{as} *que olhem com atenção*, principalmente no que diz respeito à questão relativa ao Código Florestal, à questão da retirada desse colonos, e se esse reassentamento não vai ser feito de forma arbitrária. Por exemplo, em uma área ocupada por alguém que só possui o cadastro, que é o caso da grande maioria dos roraimenses, pois não detêm o título, ele é considerado posseiro. O Incra já está desapropriando lá no sul do Estado. Inclusive já ganhou a ação, e, agora, impetraram mandato de segurança, e a sentença saiu determinando a desapropriação e a retirada das pessoas. *Vejam: se o próprio Incra havia concedido esse título de 600 hectares ao colono, como é que, agora, o próprio Incra desconhece isso? A própria instituição que dá a terra é a mesma que a toma lá adiante? Então, se estava errado, se ali era área para assentamento, não poderia ter fazendas, por que deram os títulos a esse cidadãos? Na realidade, trata-se de questões relativas ao nosso Estado, que são consideradas verdadeiros gargalos, os quais precisamos corrigir. Penso que qualquer tipo de ação do Governo Federal, na medida em que ele está propondo – 150 mil hectares –, caso o Governo estadual ou qualquer uma outra instituição aceitar será uma indecência, uma imoralidade, uma ilegalidade! Essa proposta merece, por parte de todos os roraimenses, o repúdio. Refiro-me à proposta feita pelo Governo Federal em relação à demarcação de terras. Se o Governo desse, de graça, esses*

150 mil hectares sem sequer questionarmos – seria para aceitarmos –, mandaríamos que eles colocassem a proposta no saco e a levasse de volta a Brasília e ficasse com tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Tem a palavra o Deputado Edio Lopes

O SR. EDIO LOPES (PST – RR) – Saúdo a comissão constituída por Senadores aqui presentes e, abrindo um parêntese, fazer o registro, com satisfação, da veemência com que o Senador Mozarildo Cavalcanti, eu diria, quase voz única do Congresso Nacional, digo isso pela Bancada de Roraima, tem tratado essa questão.

Mas eu queria dizer aos colegas e aos Senadores que os nossos Deputados e Senadores devem estar atentos não com a questão individualizada do Estado de Roraima, mas com os rumos que o Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva está dando à questão da terra no País – muito próximo do modelo bolchevique do Estado soviético. A forma de tratar o homem do campo, o produtor rural, está muito próxima da cartilha que foi implantada no estado comunista dos Stalin da vida.

É preciso uma discussão muito profunda, Srs. Senadores, sobre um apetrecho subjetivo que a Funai e o Incra têm se agarrado com extrema ênfase, a questão da boa-fé. Essa questão é muito subjetiva. O conceito de boa-fé que hoje todos nós temos não é o mesmo de cem anos atrás. É preciso discutir, forçar essa discussão. O colega que me antecedeu falou de um ocupador de 50 anos que ocupava uma área que não foi titulada até hoje por absoluta inércia do Poder Público e não dele, homem. Que já recebeu financiamento do Poder Público e que hoje esse cidadão, por um conceito subjetivo de difícil valoração, chega lá e diz que a ocupação é de má-fé. Então é preciso, urgentemente, forçar, no âmbito federal, essa discussão do que é essa boa-fé e do que é essa má-fé que a Funai e o Incra tanto falam da ocupação. Esse conceito precisa ser mais discutido.

Por último, concordo com o Deputado Célio Wanderley de que seria um crime contra o Estado de Roraima se as autoridades daqui sequer parassem para analisar a proposta do Governo Federal de disponibilizar para o Estado de Roraima 150 mil hectares ainda sob o regime de comodato. E aí volto ao Estado soviético, que tem sido um dos nortes deste Governo do Lula.

Porque, Sr. Senador, V. Ex^a acompanhou e é conhecedor de que uma associação amazônica de estrangeiros, Sr. Garibotti, argentino, financiado por um cara de Milão, na Inglaterra, detém a bagatela de 192 mil hectares no sul do Estado, e nem o Estado nem a União até hoje foram suficientemente competentes para expulsar esse cidadão estrangeiro. Não que aqui queira eu qualquer manifestação de xenofobia porque o camarada é estrangeiro, mas, daí o Estado de Roraima sentar ao redor de uma mesa para discutir, sob regime de comodato, 150 mil hectares, acho que seria no mínimo constrangedor para os representantes do Estado.

Portanto, fica aqui, nessas palavras rápidas, a minha linha de posição e o meu raciocínio sobre a questão, e volto a destacar a necessidade urgente de a Bancada de Roraima não falar grosso só aqui na Equatorial, na Tropical e na Rádio Folha e na Rádio Roraima. A Bancada de Roraima precisa falar grosso mesmo é lá, é lá o fórum onde a Bancada de Roraima tem que falar grosso. E nisso, sem desmerecer os demais membros, Senador Mozarildo, e eu não sou do seu partido, não sou correligionário de V. Ex^a, mas tenho que dar a mão à palmatória e fazer esse registro nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Naldo.

O SR. NALDO DA LOTERIA (PTN – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha preocupação e a de toda a população, como já foi falado, é que essa questão só por via judicial é muito difícil de se reverter. Mas acho que temos que nos unir e procurar algumas alternativas. A Mineração Parapanema funciona há muitos anos nessa área da reserva ianomâmi, no Amazonas.

Levanto a seguinte questão: essas áreas de arroz não poderiam – creio que Cascavel apresentou um projeto nesse sentido – ser exploradas pelos arroteiros em parceria com o índios? Essas áreas dos arroteiros são áreas de fronteira. As áreas de fronteira ficariam fora da demarcação. Não há possibilidade de o Governo rever isso?

Outra coisa: quanto às mobilizações feitas no Estado, chamando a população, não seria mais viável a classe política, o Governo e os empresários se unirem? Vamos levar os índios para a frente do Palácio! Acho que o Lula só gosta de gente na frente do Palácio, porque, quando os sem-

terra vão para lá e acampam, os ministros os recebem, e se procura alguma coisa. Se juntamos os índios, a população, e os caminhões trazem as pessoas, fazendo uma reunião aqui na praça, colocando fitas pretas nos nossos carros, é um protesto que só nós mesmos vemos. Nem a imprensa nacional noticia, e lá fora não se sabe o que está acontecendo. A partir do momento em que se colocar um grupo de índios, 24 deputados estaduais, 8 federais, 3 senadores, prefeitos e vereadores na frente do Palácio do Planalto, talvez, alguém comece a ver. É preciso fazer uma mobilização, com um acampamento para os índios. Ai, pode ser que haja algum interesse. Então, era mais ou menos isso.

Quanto a Pacaraima, destaco que muitas pessoas têm investimentos ali, e há vários comerciantes. Ali é uma válvula de escape, uma vez que o comércio da capital está saturado. Como ficam aquelas pessoas que têm imóveis e investimentos? Há possibilidade também de essa tragédia se ampliar mais e ser necessária a desocupação dos Municípios?

Sou de uma região de Pernambuco, onde há uma cidade de 150 anos. Há cinco anos, o povo dessa cidade foi obrigado a desocupá-la por causa dos índios xucurus. Algumas casas foram derrubadas, os moradores muito antigos ficaram lá, mas não têm direito de reformar suas casas, vendê-las ou passá-las para ninguém. E a cidade morreu. Eles tinham o costume de pegar as casas, destelhá-las e arrancar suas portas, e ficou um deserto. Há preocupação com as cidades que ficam na fronteira e que hoje estão ficando fora, mas com ameaça de, futuramente, serem desabrigadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Concedo a palavra ao Deputado Eliseu Alves.

O SR. ELISEU ALVES – Sr. Presidente, Deputado Chico Guerra; Sr. Presidente desta comissão externa, nosso grande Senador, muito bem referenciado pelo Deputado Édio Lopes, voz incansável em Brasília na defesa do nosso Estado de Roraima. Não desprezando os demais, mas o Senador Mozarildo Cavalcanti merece destaque. Vemos alguns Senadores preocupados apenas em trazer dinheiro para Roraima, mas o Senador Mozarildo tem-se preocupado em legislar para o Estado de Roraima. Infelizmente, nós, legisladores, sabemos que essa missão não é fácil. Isso não compete somente a um parlamentar, mas depende do apoio dos demais. Nesse processo democrático em que estamos vivendo, sentimos e sabemos o quanto é difícil, até pelos interesses ocultos de cada legislador, de cada homem público. Muitas vezes, na frente, vemos uma coisa e, quando se chega à realidade, a história é bastante diferente.

Nobre Senador, parabéns por essa grande iniciativa, por sua forma de defender o Estado de Roraima. Com certeza, o Estado também saberá lhe retribuir pelo empenho que tem mostrado com relação a Roraima. Parabéns também aos demais Senadores, como o Dr. Wirlande, que está há pouco na Casa. Desejamos sucesso a S. Ex^a; que ele se some a V. Ex^a nesse esforço, nessa vontade de resolver os problemas do Estado de Roraima.

Eminente Senador, é motivo de muita preocupação o atual momento. Sabemos que todos estão igualmente preocupados. V. Ex^a já colocou das diversas comissões criadas para tentar resolver a situação de Roraima.

Veio aqui o Ministro da Justiça... Infelizmente, a gente recebe com tanto carinho, com tanto amor, com tanta dedicação... Reunimos a Assembléia, o Governador do Estado, colocamos tapete vermelho, recebemos com tanto carinho, mas, apesar disso, nos vemos em situação como esta, posta pelo Governo Federal de forma covarde e arbitrária. Ignorando os interesses do Estado, de uma população, de um povo, resolve fazer uma demarcação de forma tão arbitrária, tão absurda, tão incoerente, tão injusta, como fez em nosso Estado de Roraima! Lamentamos isso e ficamos inertes diante dessa situação tão caótica.

Como foi colocado, comissões aqui vieram – do Senado, do Congresso –, empenham-se nesta Casa, a população, os arroteiros, os produtores, mas todo o trabalho que o Estado de Roraima fez para tentar alcançar uma situação coerente, uma situação de desenvolvimento para o Estado, foi em vão. O trabalho de longos anos de Roraima se perdeu diante de um simples fato. Como

temíamos, com uma simples canetada do Governo Federal, uma decisão... Não sabemos por que se agiu de forma tão arbitrária, tão injusta, tão covarde em relação ao nosso Estado. Justamente em um momento em que a classe política, as classes empresariais, os produtores tinham a esperança de que o Estado iria começar a se desenvolver, iria começar a crescer e ampliar seus horizontes, nos deparamos com essa situação que vivemos em nosso Estado. Lamentamos. A população tem vontade de vencer, mas, como já coloquei, os atos absurdos não vão deixar. É lamentável.

Sabemos que esta comissão está aqui de bom grado, mas, pelas condições que já foram passadas para o Estado, não vemos uma alternativa para dar o merecido ao nosso povo, ao nosso Estado. A não ser que façamos como o Deputado Naldo colocou. Vou até levar essa idéia ao Plenário amanhã: vamos reunir os 24 Deputados Estaduais, os representantes que são a favor da demarcação na forma que apoiamos e vamos a Brasília, vamos fazer vigílias em Brasília para tentar, junto com esta comissão, junto com a nossa Bancada Federal, reverter essa situação de forma a não prejudicar o Estado.

A oferta feita pelo Governo Federal, de 150 mil hectares, é absurda! Aliás, o Deputado Hélio foi muito feliz em suas colocações. É um absurdo sentar à mesa para discutir uma coisa que já é nossa, que já é do Estado. As pessoas que aqui vivem, que aqui estão trabalhando, as pessoas que vieram de outros Estados na esperança de criar seus filhos, de criar riqueza e de gerar renda hoje estão à mercê do Governo Federal e têm de aceitar a simples migalha de 150 mil hectares para o desenvolvimento do Estado. É um absurdo se comentar! É um absurdo falar nessa situação! E o que mais nos preocupa – e tenho sempre colocado – é que nos sentimos impotentes diante dessas situações. Ainda não temos um juízo firmado de como fazer, como agir para que possamos reverter a situação e o Estado de Roraima possa crescer.

Há poucos dias, estávamos neste plenário discutindo o Projeto – um outro desastre para a Amazônia – nº 4.776, de concessão da floresta pública. Outro absurdo que o Governo Federal está colocando goela abaixo do Congresso. E, pelo que temos observado, vai ser aprovado, o que representará outra catástrofe, daqui a anos, para o Estado de Roraima, na Região Amazônica, já que não vamos mais ter o direito sequer de tirar uma árvore ou de desfrutar de alguma coisa da nossa floresta, porque só poderá usufruir da floresta quem tiver a concessão. Mas só quem vai participar serão as grandes empresas, as multinacionais e as famosas ONG's, que têm todo o poder para participar das licitações. São elas é que vão tomar conta das nossas florestas. E o Estado de Roraima? Onde vai ficar?

Já disse aqui neste plenário e vou repetir: o Governo Federal, se continuar agindo da forma como está agindo, não só Roraima, mas toda a Nação, todo o País, terá problemas. Daqui a alguns anos, não temos dúvida, só vai restar o Palácio do Governo, que é o Palácio Senador Hélio Campos; o Palácio Antônio Martins, que é da Assembléia, e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e alguns poucos funcionários, porque a população de Roraima, como aconteceu com a população de uma cidade de Pernambuco do Deputado Naldo, se tiver que ficar desfrutando do pouco que restou, a tendência é, dia a dia, ir voltando para os seus Estados de origem e para as periferias das grandes cidades. E não sabemos o que acontecerá aos nossos filhos, enfim, à população de um modo geral.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que V. Ex^{as} estão muito preocupados com essa situação, mas isso não depende só da Bancada de Roraima, é necessário uma união. Foi comentado, quando estávamos no Parlamento Amazônico, no final de semana em Belém, sobre a união da Bancada da Amazônia. Precisamos nos unir. São 27 Senadores que formam a Bancada dos Estados da Região Norte. Precisamos nos unir – a Bancada Federal, as Assembléias Legislativas – para buscar apoio no sentido de fortalecer as nossas regiões, caso contrário a situação irá ficar cada vez pior. Precisamos fazer movimentos nesse sentido; precisamos buscar apoio junto aos companheiros dos Estados vizinhos, que também estão sofrendo dos mesmos problemas. Precisamos, pois, unirmo-nos na busca da solução desses problemas.

Lamentamos que um Senador da República chegue em uma barreira formada por Deputados Federais e tenha que se identificar. E se não fosse um Senador, talvez fosse tratado de uma forma humilhante, como muitos cidadãos são tratados. Nós, Deputados Estaduais, muitas vezes sentimos

tratados de forma humilhante, porque se sentem imbuídos de um poder tão grande que nos impedem de por ali trafegar.

É preciso tomar decisões corretas e firmes neste momento para tentarmos resolver essas questões, pois, como já disse, sentimo-nos impotentes. Mas vamos lutar. Não vamos esmorecer. Vamos buscar as alternativas.

Outra questão muito séria, Senador, diz respeito à Portaria nº 010, que vem afligindo os trabalhadores, os agricultores, aquelas pessoas que trabalham de bom grado. Vemos que a tendência do Governo Federal é acabar com todo o setor produtivo. Comentei, no encontro em Belém, que o Governo Lula está conseguindo uma coisa que outros governos não conseguiram: em vez de levar a paz onde há guerra, ele está conseguindo levar a guerra onde há paz. E onde há guerra, como vemos no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas grandes metrópoles, o Governo Federal não está conseguindo dar a segurança e a tranquilidade nos setores de educação, saúde e segurança. O Governo Federal está totalmente perdido nessa questão. Onde há paz, como no nosso Estado, ele está conseguindo implantar a guerra. Então, vamos lutar!

Parabenizamos, mais uma vez, esta Comissão. Acredito que toda a Assembléia, de forma unânime, esteja de braços dados para que possamos tentar achar um caminho para esta situação trágica e lamentável por que estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Tem a palavra a Deputada Marília Pinto.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Bom dia a todos! Primeiro, parabeno a vinda dos Senadores à Assembléia Legislativa, pelo respeito que têm ao ouvir a opinião dos Deputados Estaduais em relação a esta questão.

Na realidade, Senador Mozarildo Cavalcanti e demais Senadores aqui presentes, é lamentável que estejamos hoje discutindo esta matéria. A Assembléia Legislativa já foi palco de diversos debates sobre o tema, trazendo a nossa bancada federal, bancadas federais representando o interesse nacional e de diversos Estados que travam esta luta sobre a demarcação de áreas indígenas. O resultado foi tudo aquilo que não esperávamos, principalmente do Governo do Partido dos Trabalhadores. É cansativo ouvir essa afirmativa de todos nós, mas é preciso chamarmos a atenção para essas questões de maneira exaustiva, pelo desrespeito com que o Governo Federal rompe o acordo e o pacto federativo entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Como Parlamentar, é importante que isso seja dito e repetido e que nós, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, que trabalhamos na defesa dos interesses do povo do nosso Estado, possamos introjetar isso de uma maneira forte, para que tenhamos recursos para lutar por essas questões ou, pelo menos, para buscar outros caminhos. Para mim, é tácito o posicionamento do Governo Federal no sentido de desconhecer tudo que já foi dito por tantas pessoas.

Honestamente, Srs. Senadores, acho que esta discussão não nos levará aos resultados que tanto esperamos. Por isso, faço um questionamento a V. Ex^{as}. Entrei com uma ação popular, porque acho que teríamos que buscar um caminho legal para justificar a inconstitucionalidade do Decreto nº 534, de 2005. Busquei um caminho que é direito de qualquer cidadão brasileiro, a ação popular, meio constitucional que temos à nossa disposição para invalidar atos administrativos considerados ilegais e que sejam lesivos ao patrimônio federal, estadual ou municipal. Gostaria de recapitular algumas questões que, com certeza, se chegaram ao meu conhecimento, é do conhecimento dos Senadores, mas que trata de uma matéria que data de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Desculpe-me interrompê-la, Deputada Marília Pinto, mas quero registrar a presença do Senador Augusto Botelho.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Tive o cuidado de fazer um levantamento histórico do momento de maior discussão sobre isso, já da data do início da década de 90, quando as coisas começaram a ficar mais calorosas com relação à demarcação do Raposa Serra do Sol. Algumas informações que listei nessa minha ação popular. Primeiro, em 1996, o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, autorizou que a Funai excluísse de áreas a serem demarcadas como reservas indígenas sedes de municípios e vilas existentes em regiões. Isso é documental, data de 1996 e é do Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Já em 1998, o então Ministro da Justiça, Renan Calheiros, definia como tradicionalmente ocupada pelos índios uma área de 1,678 milhão hectares, e foi, dessa maneira, reconhecida a necessidade da área indígena Raposa Serra do Sol. E o Ministro da Justiça, agora, em 2005, amplia essa área substancialmente, para 1,743 milhão hectares, e contraria o documento de 1998, do então Ministro da Justiça, Renan Calheiros.

Além dessas contradições nos documentos que já foram anteriormente publicados, discutidos e aprovados, existem algumas questões, Senadores, que são brutais. Nós discutimos aqui com a Comissão federal, quando V. Ex^{as} estavam presentes, o laudo antropológico utilizado pela Funai, que serviu de base para o decreto. Aí faço uma pergunta, só para confirmar o que tenho aqui. Foi constituída uma comissão interdisciplinar – chegou-se à conclusão dessa necessidade –, que seria composta por profissionais das áreas de economia, agronomia, geografia, desenvolvimento sustentável, relações internacionais e antropologia – o juiz federal determinou que assim fosse. E esta Assembléia Legislativa, lembro-me bem, discutiu de que forma o Governo do Estado providenciaria os pagamentos para o trabalho a ser realizado por essa comissão interdisciplinar.

Ocorre que a Funai, só Deus sabe por que razões, ignorou solenemente o resultado desses trabalhos. E cabe uma ressalva ao Governo do Estado, na época, que silenciou, também não sei por que razões, junto com dois Secretários de Estado, sobre essa prerrogativa que tinha constituído por meio do juiz federal. E o que ficou valendo como base de laudo pericial técnico, para embasar esse decreto ministerial e presidencial foi o laudo anteriormente proposto pela Funai, independentemente daquilo que foi definido como constituição interdisciplinar, para que o laudo fosse efetivamente feito e tivesse eficácia. Mas ele não foi legitimado pela Funai, que lançou mão, para balizar o decreto presidencial, de uma equipe técnica composta por técnicos agrícolas, dois economistas e dois motoristas. Eu achei isso uma temeridade, um estupro a tudo aquilo que o Governo do Estado na época propôs e que nós, aqui na Assembléia Legislativa, discutimos e legitimamos como um laudo que daria o embasamento técnico suficiente, para que a demarcação se desse de maneira imparcial.

Então, até onde pude comprovar, Senadores, houve, realmente, parcialidade da Funai, acatada e legitimada pelo Senhor Presidente da República. Estou citando algumas questões, mas tenho tudo isso colocado nesse documento.

O agente indígena político é o CIR. A Sodiur não participa, nem tem peso político para definir questões junto ao Governo Federal. Nesse laudo pericial, em que se sublimou essa comissão interdisciplinar a ser constituída aqui, houve a participação não da Sodiur, mas do CIR, em todos os momentos, da mesma maneira que categorias de produtores, de fazendeiros sequer foram ouvidas. Então, no meu entendimento e com base até no próprio art. 5º da Constituição foi dito, naquela época, que os princípios de contraditório da ampla defesa foram absolutamente desrespeitados quando da execução desse laudo pericial. Então, acho que esse é um caminho que poderia, se é que nos resta alguma alternativa, ser colocado. E aí queria, também, lembrar que, por conta desse laudo pericial inadequado, na época, inclusive, o Ministro da Justiça Nelson Jobim acolheu essa questão e encaminhado, então, ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, assinou-se um decreto em 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo das terras indígenas que revogava o Decreto 22. E foi exatamente esse Decreto 22 que foi tomado como base para assinatura e homologação da Raposa Serra do Sol, que foi um decreto, inclusive revogado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, acho que em 1996. Então, me causa perplexidade constatar como o Governo Federal ofende os princípios da Constituição, descumpra prerrogativas tão essenciais e como temos deliberadamente um decreto presidencial tendo como base documentos, laudos e decretos que nem legalmente existem de direito porque já foram previamente revogados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acho que esse poderia ser o caminho para se discutir a legitimidade desse famigerado Decreto Presidencial 534, porque honestamente, Srs. Senadores, não acredito que exista o interesse legítimo do Presidente da República e do Ministro Márcio Thomaz Bastos em conduzir isso de uma

maneira imparcial e bilateral. Acho que o interesse é ilícito do Governo Federal e ele descumpre solenemente essas questões.

E gostaria de encerrar dizendo que, no sábado, eu tive oportunidade de estar em contato com alguns representantes da Funai e também do Gabinete Civil da Presidência da República. O Dr. Celso esteve aqui e algumas lideranças indígenas, especialmente da Sodiur, porque a CIR que determina politicamente os destinos da demarcação Raposa Serra do Sol nunca se senta para discutir essas questões. E aí fiquei extremamente preocupada com o que ouvi por parte da Funai. Na realidade, a grande preocupação dos indígenas seria a exclusão de algumas localidades e vilas como Água Fria, Mutum, Socó e Surumum. Isso representaria pouco mais de 300 mil hectares num universo de um milhão e setecentos e poucos mil hectares. Mas parece que não está se dando conta da necessidade dessa questão. E a outra preocupação das lideranças indígenas é a preservação da estrutura que eles têm, em termos de saúde, das escolas, do cuidado com o gado, com a produção agrícola e principalmente, também, com as estradas. E o que eu pude observar e essa preocupação que passo para os Srs. Senadores foi todo o tempo a Funai e a Casa Civil da Presidência afirmando categoricamente que o Governo do Estado é responsável e que as lideranças indígenas se tranquilizem porque haverá um trabalho conjunto entre Governo Federal, Governo Estadual e Governos Municipais em apoio a essa decisão de demarcação. Então, fico me questionando de que maneira será possível o Governo do Estado e alguns municípios participarem, uma vez que o histórico das demarcações que já foram feitas impossibilitam sequer o direito constitucional que nós temos de adentrar as áreas demarcadas. Nós não podemos, sequer, sobrevoar algumas regiões, a não ser que a Funai nos autorize a isso. Então, percebi, posso estar precipitando a minha observação, mas percebi uma intenção da Funai e do representante da Casa Civil do Governo da República em tranquilizar as lideranças indígenas, construindo uma idéia fictícia que não sabemos se será possível.

Queria fazer um levante – até porque há aqui médicos que são Deputados, e quem não é médico também conhece esta realidade – quanto à calamidade em que vivem as comunidades indígenas, por conta da ação inoperante da Funasa.

O Dr. Ramiro Teixeira, que é quem conduz a Funasa hoje, confirmou a situação dramática em que vivem as comunidades indígenas, entendendo que a Funasa, até aqui, terceirizou grande parte dos seus recursos, que são milhões de reais, muito mais do que o Governo Federal e o Ministério da Saúde disponibilizam para Estados e Municípios, proporcionalmente à população indígena existente em cada área indígena, demarcada ou não. O Dr. Ramiro confirmou que a Funasa foi, de certa maneira, displicente, chamando, inclusive, a Funasa de mero banco mediador de recursos, passando a maioria dos recursos para as organizações não-governamentais.

Hoje, neste novo momento de demarcação da Raposa Serra do Sol, todos os erros cometidos no passado deixarão de existir. Será uma nova realidade. Agora, a Funasa se compromete a chamar o CIR e a Sodiur, a criar um conselho indígena paritário – até aqui, o CIR definia quase todas as situações –, a não mais disponibilizar a maioria dos recursos para organizações não-governamentais, trazendo para a sua responsabilidade a gestão efetiva da saúde indígena.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupo-me, porque penso que estamos vivendo aqui a ilha da fantasia. Olhem para a Reserva São Marcos, olhem para a condição em que vivem aquelas comunidades! Somente agora, há muitas áreas demarcadas em Roraima! E temos conhecimento da carência existente, porque sempre houve um déficit social e econômico nessas áreas. Dizer que agora o Governo Federal vai investir recursos, que agora a Funasa vai trabalhar dentro de uma gestão realista e responsável, que agora todas essas questões serão conduzidas de maneira diferente... É preciso que estejamos atentos para isso.

Pouco me manifestei, porque a reunião não era minha, era entre lideranças indígenas e a Funai. Mas deixei claro que é preciso que as negociações sejam feitas em bases verdadeiras, ~~sem~~ ~~criar~~ ~~expectativas~~, sem criar ilha da fantasia, em qualquer gestão.

Gostaria de dizer isso. Desculpem-me, por eu ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Concedo a palavra à Deputada Lúcia Peixoto.

A SRª LÚCIA PEIXOTO (PL – RR) – Bom dia, Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes; Dr. Mozarildo, Presidente da Comissão Externa do Senado; Senador Augusto Botelho.

Senador Wirlande da Luz, seja bem-vindo! Depois da posse de V. Ex^a, esta é a primeira vez em que posso cumprimentá-lo.

Cumprimento também os demais Colegas aqui presentes, toda a Comissão.

É muito complicada toda essa situação, que já vem rolando há muitos anos, do pouco que conheço por meio do meu mandato.

Realmente, isso foi alarmante. Não acreditávamos que fosse acontecer essa demarcação de área contínua. Sempre falamos que não somos contrários à demarcação – os índios têm seus direitos –, mas queríamos que fossem preservadas as ilhas, os Municípios. Não entra na nossa cabeça a dizimação de uma cidade no prazo de um ano.

Com todo o empenho, com a nossa união, acredito que há uma solução, sim. Com todas as palavras com que a Deputada Marília se posicionou, nesse estudo por S. Ex^a feito a respeito dos decretos anteriores, penso que a esperança é a última que morre.

Contamos, sim, com o empenho dos Senadores e dos Deputados Federais e contamos também com o nosso empenho aqui, dos Deputados Estaduais, porque, no Congresso, penso que só o PT é que está de acordo com essa decisão, os outros Partidos são contra ou estão calados. Então, é uma vantagem para nós, sim, fazer uma grande mobilização lá para conseguirmos pelo menos deixar esses Municípios fora dessa demarcação, as vilas, porque não há como entrar na cabeça da gente essa questão de essas pessoas saírem dali.

Quanto a essas indenizações, não há valor algum que pague a essas pessoas que são pioneiras dessas localidades. Dinheiro nenhum paga o fato de essas pessoas terem que deixar suas localidades, deixar seus bens que estão ali, de avó, de bisavó, que as pessoas vêm cultivando. Então, não há como. Isso é uma aberração. Não há como essas pessoas, dentro de um ano, se posicionarem, verem outras localidades. Não há dinheiro que pague isso, de jeito nenhum.

Então, seria outra forma de esses produtores, esses arrozeiros, que já estão nessas localidades, fixados há muito tempo, poderem permanecer nessas localidades. O bom seria isso. Se tivesse acontecido dessa forma, aí, sim, não estaria acontecendo este caos que está hoje.

Com relação aos índios, mesmo os que são a favor da demarcação contínua, como aconteceu, não querem perder o apoio do Governo do Estado; eles não querem perder nenhum privilégio que estavam tendo. E o medo dos que são contra a área contínua é perder isso também, perder o apoio do Governo do Estado. Porque, até então, como a Deputada Marília citou, é muito difícil o Governo do Estado, as prefeituras municipais continuarem dando apoio a essas comunidades que, até então, foram a favor da demarcação da área contínua, porque há localidades em que hoje o Governador não pode entrar, como é o caso do Cantagalo, que fica no Surumu. Governador, político nenhum entra naquela localidade ali, no Cantagalo. Então, fica difícil levar benefícios com relação à saúde, à educação para uma comunidade que não aceita nossa presença. Fica muito complicada essa situação.

No entanto, eles querem que permaneça. Em muitas das comunidades com que convivi e convivo, sei que o que eles têm de benefício é obtido por meio das prefeituras e do Governo do Estado. São professores, escolas, postos médicos, caminhões, tratores, que transportam seus produtos. Enfim, eles vivem exclusivamente dependentes do Governo do Estado e dos governos municipais. Pouca coisa – que não se vê – é Funai, CIR, dando apoio a essas comunidades. Enfim, todos os órgãos convivem diretamente, por intermédio do Governo do Estado e prefeituras. Quantos milhões vão para o CIR, para a Funai, mas não vemos. O que vemos são ianomâmis morrendo de sarampo, de verminose, morrendo de fome. Creio que, se o Governo parar de dar apoio, se os Municípios pararem de dar apoio, o que vai acontecer é isso às demais localidades que conhecemos.

Então, quero dizer aqui que eu, particularmente, tenho esperança ainda, deposito minha esperança em V. Ex^{as}, Senadores e Deputados Federais, de que façam uma mobilização, mesmo, uma união grande para que possamos ainda reverter esse quadro. Creio que ainda há uma forma de revertermos esse quadro para que não aconteça esse caos e, cada vez mais, o nosso Estado enfraqueça.

São essas as minhas palavras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Titonho Bezerra, com a palavra.

O SR. TITONHO BEZERRA (PT – RR) – Eu queria cumprimentar aqui os Senadores Mozarildo, Wirlande, o Dr. Augusto.

Queria pedir desculpas pelo meu atraso, mas o que aconteceu foi que, quando eu estava chegando à Assembléia, às 10 horas e 30 minutos, os professores me puxaram pelo braço, e, como eu gosto de uma passeata, não dispensei o convite de ir até o Ministério Público.

Colegas Deputados, estava pensando, enquanto ouvia os colegas que me antecederam, como é que a gente, às vezes, tem uma sina. Há muita coisa que foi dita aqui com as quais concordo plenamente. Em relação ao que vou dizer aqui não gostaria que ninguém entendesse como ofensa ou mesmo que deixasse de pensar no outro lado.

Nessa questão das indenizações, como foi falado aqui, para mim, é muito diferente se indenizar uma empresa e se indenizar uma fazenda, onde havia uma família há muitos anos. Penso que uma empresa, onde estiver dando lucro, eu a instalo, pois o objetivo da empresa é gerar lucros. Se não é assim, não é atividade empresarial. Agora, quando se trata de propriedade rural de família, como o Deputado Tião disse, eu entendo que é diferente. Eu diferencio muito isso. Se alguém me perguntar se a área homologada foi grande demais, também direi que foi grande demais, um exagero.

Todavia, queria levantar uma questão aqui para tentar colaborar com os debates. Primeiro, o Governo do Estado é impessoal. Governo tem que fazer as coisas de maneira independente, porque o governo não é uma propriedade privada. O governo é de todos: dos que votaram nele e dos que não votaram; dos que concordam e dos que não concordam com ele. Então, o Governo do Estado não pode se furtar de fazer o seu papel relativamente às comunidades indígenas.

O Deputado Tião – e quero registrar todo o respeito que tenho por S. Ex^a – disse que os programas do Governo Federal só vão para o Acre. A diferença é que naquele Estado eles colocam o Governo Federal na placa; já aqui, o Governo do Estado omite todas as obras do Governo Federal dizendo que é realização sua. Inclusive, no Programa Luz para Todos, eu mesmo me pronunciei, ano passado, contra cinco projetos do Programa Luz para Todos, cada uma de R\$160 mil, num total de R\$900 mil, onde o Governo fez uma propaganda em que não aparecia sequer o símbolo, por menor que fosse, do Governo Federal, ainda que os recursos, na época, eram todos da União. E o Estado não executou até hoje porque a CER está inadimplente.

O problema maior é esse: quando o município faz uma obra do Governo Federal, com recursos da União, nunca coloca a placa para dizer que os recursos são oriundos do Governo Federal. Porém, em Roraima, não é novidade isso. Tenho me reunido com as Lideranças do PT do Brasil inteiro e, em todo canto, há essa reclamação.

Queria colocar o meu pensamento. Primeiro, respeito as opiniões divergentes. Se não respeitasse, não agüentaria sequer ouvir um debate do Márcio Junqueira com o Isaías Maia, que, de cada dez palavras que dizem, doze são besteiras. São uns inúteis; umas pessoas que não deveriam estar nos meios de comunicação. Mesmo assim, escuto e respeito a sua opinião, por mais absurda que seja. Digo isso porque fui formado numa escola democrática, de embate de idéias, onde aprendi a respeitar quando os outros pensam diferentemente de nós. Então, fico muito tranquilo de promover qualquer debate, que entendo ser salutar. A meu ver, quem é contra tem que buscar todas as maneiras de conseguir lutar por aquilo que entende ser correto.

Quero levantar algumas coisas que, às vezes, são colocadas como sendo o centro do mundo e, no entanto, não são tudo aquilo que dizem. Por exemplo: depois de homologada a área, nunca mais teremos produção de grãos aqui no Estado. Se vai diminuir, porque são 14.600 hectares que estão dentro da área, vai; se é um prejuízo, é – não podemos mascarar. Mas, quando o Sr. Titonho Bezerra plantou 500 hectares de soja e que se preparou este ano para plantar 1.500 hectares e não conseguiu porque não tinha onde comprar calcário, a culpa é da terra indígena? E a terra dele tem título, aqui

na estrada de Alto Alegre, segundo depoimento do próprio Presidente da Grão Norte, Dirceu Vinhal.

Então, eu me preocupo quando a gente acha que o mundo se acabou. É legítimo lutar contra? Retirada de 300 mil hectares, como alguém disse, é o fim do mundo de um milhão e setecentos? Acho que não. Agora, foi homologada, e qual é a minha posição, o que estou defendendo e do que estou correndo atrás? Atrás de resolver os problemas que isso causou.

Aí, Deputada Marília, as idéias que estão se constituindo junto ao Governo Federal não são idéias fictícias, não. São idéias concretas, coordenando todas as atividades dos órgãos federais aqui. Alguns já interpretaram como intervenção. Coordenação de atividades é uma coisa, intervenção é outra. Se alguém quer dizer que a homologação foi intervenção porque é uma parte do território, até que dá para justificar. Mas, por ações, querem fazê-las organizadas, isso não é intervenção; isso é organização de como fazer as coisas para reparar os prováveis prejuízos que aconteceram.

O problema que vejo é que muitas vezes... Por exemplo, alguém diz: “o que é boa-fé”? A lei diz o que é boa-fé. Se a gente for levar ao pé da letra, alguns arroteiros que entraram na área indígena não são ocupantes de boa-fé. O ocupante de boa-fé é o que entra sem nenhum conflito, entra antes de qualquer conflito, como muitos aqui, esses antigos que o Deputado Tião citou, como o Ernesto Costa, o Seu Dandan, o Seu Jair. São esses que entraram, às vezes até com documento, muitas vezes até com documento – LO, AO –, uma série de documentos que o próprio Incra emitia. Alguns têm título. Então, a lei define o que é ocupante de boa-fé. Ocupante de boa-fé ou de má-fé não é o que se inventa, não é o Presidente Lula ou eu que vamos inventar, e, sim, o que está escrito na lei.

Então, a minha preocupação maior... Ouvi o pronunciamento do Senador Mozarildo quando propôs a criação desta Comissão, vi Senadores preocupados com problemas de Roraima. Posso até ter divergências quanto à forma como ele defende, mas realmente ele tem preocupação, ele está sempre propondo uma coisa concreta. Acho que é por aí.

Agora, me preocupa quando sai alguma coisa e sai manchete, como “Governador admite que pode ter violência”. Vem uma pessoa, então, num meio de comunicação, e diz: “vai ter violência”. Sou professor e conheço um pouco dessa coisa da auto-sugestão; estou, na verdade, induzindo.

Quando um Deputado Federal como Rodolfo Pereira vai para a praça – eu não estava, estava viajando, mas gravaram – e diz que, a partir daquele dia, o Deputado Titonho teria que andar com segurança, está induzindo a violência ou, então, está me ameaçando. Como sei que ele não ameaça, porque sei que não é pessoa disso – ele pode até perder o controle num momento de emoção –, sei que não é homem para essas coisas, porque conheço o Rodolfo, mas quando se diz publicamente...

Graças a Deus, não recebi nenhum telefonema de ameaça, ninguém me faltou com o respeito esses dias todos, ando por todo o canto, defendendo minhas posições e acho que esse é o processo democrático. O que me preocupa é a superficialização das coisas e, às vezes, a indução para um rumo que não é o democrático, não é o rumo que manda qualquer sociedade civilizada. Essa é a minha preocupação. Agora, o direito democrático de lutar e defender... Aliás, passei a minha vida inteira lutando por direitos, lutando por conquistas, muitas vezes sendo preso, muitas vezes passando por uma série de humilhações, quando só defendia direitos em que acreditava e acredito.

Então, a Comissão vem aqui, faz esse debate, visita as comunidades, vi a programação de que falou o Senador Mozarildo. Este é o papel dos Parlamentares, é o nosso papel, como políticos: fazer alguma coisa, mas sem o incentivo à violência, como assistimos aqui em Roraima. Esses dias pós-homologação foram um incentivo à violência, tanto da parte dos políticos, como dos meios de comunicação. É lamentável, porque isso não ajuda a construir uma sociedade democrática.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Eu só queria fazer um esclarecimento, porque não fiz uma afirmativa, e o Deputado Titonho teria dito que eu teria afirmado sobre uma coisa fictícia. Eu acho importante. O tempo que estou me justificando aqui eu já teria explicado.

Com. Es
25/03/07

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Amanhã de manhã, se não vai virar um bate-bola, aí o Deputado Titonho vai querer também...

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Não, não, estou diante dos Senadores e da imprensa aqui que está gravando o que está sendo dito. Eu só queria explicar o seguinte, Deputado Titonho, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Eu defenderei a senhora, me dê aqui que eu vou dizer para o Deputado o que a senhora vai dizer.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Só quero explicar o seguinte: eu, em momento nenhum, disse e afirmei aqui que o que se estava negociando seria fictício; o que eu disse e afirmo categoricamente, aqui e em qualquer lugar, é que existe um antecedente histórico que todos que aqui vivem conhecem, sobre uma forma não muito adequada como a própria Funai tem conduzido as questões indígenas, que leva os índios, como mencionou a Deputada Lúcia e noticia a mídia nacional, a morrerem por desnutrição. Então se houvesse um histórico positivo e muito mais responsável, as comunidades indígenas não estariam preocupadas e nenhum de nós. Foi isto que eu quis dizer: que as bases de negociação têm que ser realistas, e não fictícias. Só queria fazer essa correção porque o senhor entendeu errado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Agora quero falar também como Deputado.

Preocupa-me essa posição da nobre Deputada porque estive na região. Eu fui para lá quinta-feira, fiquei quinta-feira à noite e sexta-feira até três horas da tarde, e sentimos que, se não cumprirmos o que acordaram com eles, vamos ter problemas, Senadores, seriíssimos. Andamos perto de ter problemas no meio-dia de sexta-feira. Não botaram fogo naquela camionete porque V. Exª havia ligado para um tuxaua e pediu para ele esperar até o dia seguinte, que botassem fogo no outro dia, que o senhor ia chegar lá, e que ia com uma comissão de Senadores, e eu estava presente no momento: ao meio-dia de sexta-feira, estavam lá pelo menos uns cinco ou seis tuxauas, cada um com um isqueiro na mão para tocar fogo. E o que é mais grave: lá havia pelo menos dois mil homens, não parecia, mas tinha.

O material não deu tempo de chegar, mas as fotografias ainda vão chegar; fotografamos índios de plantão em cima das serras, lá em cima, esperando que eles descessem e que invadissem, que eles iriam matar os quatro reféns.

Então veja bem: por que tudo isso ocorre? Porque foi feito realmente uma verdadeira discriminação, um verdadeiro *apartheid*. A Sodiur em nenhum momento participou de nenhuma negociação, e ela é a maioria, eles detêm a maioria. Tenho um documento com 16 assinaturas de tuxauas que estavam lá – e olha que isso foi um fato isolado. Isso aqui não tinha organização, não. Sabe como pegaram os federais lá? Porque eles estavam cansados de ser humilhados pela Polícia Federal no Município do Bonfim, no Município de Uiramutã, na sede do Município; eles estavam lá de piadinha com os índios, aquela história toda. E aí pegaram um índio lá, que tem duas filhas bonitas, mandaram as meninas irem paquerar os policiais federais, e marcaram para comer um pato na fazenda do pai dela que passava dentro do Flechal, e eles foram comer o pato, passaram a manhã todinha lá. Quando, à tarde, vieram para dar banho nas patinhas, uma delas disse assim: “Vamos parar aqui no Flechal”, e pararam; eles foram lá e pegaram os caras. Foi assim que prenderam. Lá tinha um delegado e técnicos; não tinha nenhum agente de polícia. Foi assim que eles foram presos. No Uiramutã, todo mundo conta isso em qualquer esquina. E o prefeito em exercício disse para o pai das meninas, que chamou o cara para comer o pato: “Tu trouxe os homens para a boca da onça”. Aí ele disse: “Eu faço o que mandam”. Então foi assim que prenderam eles.

Quando cheguei lá, na quinta-feira, eu disse: “Vocês não têm nenhuma reivindicação a fazer? O que vocês querem?” Está aqui a reivindicação deles. Dentre elas, pedia a retirada imediata da Polícia Federal, na hora, que a Polícia Federal saísse do Município imediatamente porque ~~estava~~ humilhando as pessoas. Chegavam nas casas das pessoas, o tuxaua Abel foi lá, à tarde, no Uiramutã, na tarde de quinta-feira, ele estava numa residência e saiu por trás. Quando viu o carro ~~da Polícia~~ Federal, saiu por trás. E a Polícia Federal desceu com a arma em punho e correu para a ~~senhora~~, a

dona da casa, perguntando se ela era mulher do tuxaua. Ora, mas isso foi com aquela educação... Não foi com educação, não, foi para arrebentar.

Olha aqui: nós estivemos lá. Isso aqui eram os indiozinhos, os pequenininhos, fazendo armas, se preparando para a guerra. Aqui os senhores vêem os pequenos. Os grandes já estavam todos armados. Até os pequenininhos estavam fazendo armas. Tenho uns videos. Não deu tempo de ficarem prontos, mas amanhã vou mostrá-los na reunião.

Aqui era uma barreira indígena que eles fizeram lá. Olha aqui, estavam armados de mamando a caducando. Até os indiozinhos estavam armados esperando a briga.

Aqui era o local onde eles estavam confeccionando as armas. Isso aqui era uma das reuniões que fizemos. Aqui é a barreira na hora de entrar lá. Os índios lá em cima.

Foi feita uma série de promessa para os índios. Espero que o Governo Federal as cumpra, porque, se não cumprir, vai haver problema, problema seriíssimo. Se a Polícia Federal continuar tratando, principalmente, o povo indígena – não é nem o branco não –, como eles estavam tratando; vamos ter problema. Amanhã vou mostrar a vocês as fitas. Desses dezesseis Tuxauas, pelo menos dez deram depoimento, dizendo, Senador, coisas que já sabíamos. Por exemplo, eles diziam lá: “Tenho 47 anos, milito no CIR* há não sei quantos anos, aprendi a roubar boi do branco porque o Padre Jorge me ensinou, mas não queria isso. Eu queria mudar.

Então há uma série de depoimentos que mostram a indignação deles. É pelo *apartheid*, é pelo diferencial que deixaram eles de fora; e eles são a grande maioria daquela região. Se tivesse colocado ele nas suas discussões... Ora! Eles pediam somente 300 mil hectares. A Associação Amazônia tem 150 mil hectares no baixio branco e ninguém mexe com ela. Eles lá, na maioria indígena, queriam 300 mil hectares, para aceitar passivamente a demarcação, não lhes deram; e dão à Associação Amazônia*. Então a minha preocupação é ...

Quería aqui parabenizar o Governador Ottomar Pinto* pelo esforço que fez para conseguir, naquele dia, reverter aquele quadro, porque senão, no sábado, eles iriam botar fogo nas duas camionetes. Não tenho dúvida de que eles iriam fazer isso. Estava lá. Na hora em que disseram: “Cadê o isqueiro?” Apareceu isqueiro de todos os lados. Dividiram esses Tuxauas aqui e foi pelo menos uma meia hora de confusão para se chegar ao consenso e não botar fogo naquele negócio lá.

Espero, Srs. Senadores, que levem essa preocupação às autoridades competentes que prometeram coisas aos nossos índios.

Irei fornecer, também, a V. Ex^{as} cópias das fitas com o depoimento dos Tuxauas, dos líderes desse movimento. V. Ex^{as} não tenham dúvida de que se não cumprirem, eles vão pegar um federal daquele e vai dar confusão grande.

Para encerrar a minha participação nisso, queria dizer de nossa preocupação e passar ao Senador cópia – vamos autenticar uma dessa aqui, ficou igual com a original que tenho – dos pedidos que eles tinham feito. Entre as reivindicações deles estava a permanência das vilas – que já vinham pedindo –, da produção agrícola do Surumu e a construção da hidrelétrica do Coti. Eles não abrem mão, eles entendem que se for feita hidrelétrica a situação deles melhora, e melhora, muito com relação ao *royalty*. Eles sabem que se for permitida a hidrelétrica do Coti... Além de ser uma obra estratégica para o desenvolvimento do País, ela vem trazer muitos benefícios para eles. Querem também a abertura para que possam explorar o turismo, porque eles não querem ficar totalmente fora como ficaram. Eles diziam o seguinte: “Deputado, se fosse bom a gente ficar isolado, eles abririam. Por que eles não deixam o senhor entrar lá na área dos Yanomami a hora que o senhor quiser. O senhor é Deputado, está dizendo que é Presidente da Assembléia, mas se o senhor quiser ir lá ver o meu parente o senhor não pode ir. Então, por que escondem? É porque não é bom. Se fosse bom, eles abririam para a pessoa ir lá, voltar e dizer: “Olha é bom, eles tratam bem os índios”.

Estou repetindo aqui o que o índio me dizia. O que eles diziam na minha casa. Fiquei lá mais de oito horas, na aldeia, e eles diziam isso.

Quería pedir aos nobres Senadores, aos três Senadores desta Comissão, principalmente pelo fato de serem roraimenses, que se dediquem. Acho que a Justiça também não vai dar certo porque já provou que não vai, já provou que ela está também tendenciosa. Mas há o decreto legislativo, que é um remédio mais duro, para mostrar que não é assim que se mexe



não, que isso aqui também é Brasil, isso aqui também é uma fronteira e que precisa ser cuidada. Temos de olhar para trás e ver aquelas pessoas que vieram para cá e foram morar na fronteira, foram ocupá-la quando havia meia dúzia de indígenas. Queremos dar para eles? Sim, queremos. Mas queremos também que respeitem a eles e principalmente a nós e aos nossos antepassados. Se não, não vão por aí. Amanhã votaremos um pedido, que será mandado a todos os Deputados e a todos os Senadores, de apoio para a votação desse decreto legislativo, porque eu o considero o melhor remédio para essa questão.

Ouvi o Senador Mozarildo Cavalcanti começar sua fala dizendo que o Lula foi para o enterro do Papa e ficou emocionado. Então, ele foi para a África, vestiram a bata da pomba-gira e ele endoidou de vez, porque chegou aqui mandando o povo tirar a bunda da cadeira e demarcando a Raposa Serra do Sol. Espero que o Senado conserte essa insensatez, que a Câmara conserte tudo isso, até porque o Ministro Thomaz Bastos já mostrou que é tendencioso. Ele é advogado da CNBB, e a CNBB não esconde de ninguém que queria isso. Quanto maior, melhor.

Como é que um País trata uma coisa dessa magnitude dessa maneira, deixando nas mãos das pessoas que tinham interesse? Tenho certeza de que o Presidente foi induzido a erro. Se o Senado e a Câmara Federal não revirem essa questão por meio de projeto de decreto legislativo, o Presidente irá se arrepender, e muito, desse ato, porque foi enganado por esse cidadão chamado Márcio Thomaz Bastos.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar e depois passar a palavra para os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria, nos procedimentos finais, passar a palavra para o Senador Wirlande da Luz e depois para o Senador Augusto Botelho. Então, poderemos fazer as considerações finais e encerrar esta muito proveitosa reunião.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Apesar de o Senador Augusto Botelho ser mais velho, chegou atrasado e, portanto, perdeu a chance de falar primeiro.

Srs. Deputados, senhores membros da imprensa, colegas Senadores, antes de adentrar propriamente o mérito da questão, faço uma consideração a respeito da fala dos Deputados Edio Lopes, Elizeu Alves e Tião Portella.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tem o meu reconhecimento, pois é um dos Senadores que mais lutaram pela demarcação da Raposa Serra do Sol, até por que S. Ex^a exerceu dois mandatos de Deputado Federal e um de Senador e participou da outra Comissão que fez a avaliação da Raposa Serra do Sol.

Não é verdade que os outros Parlamentares estão calados. Há exatamente 40 dias assumi um mandato no Senado, e a maioria dos Parlamentares do Estado de Roraima está no cargo há vinte anos, exatamente o mesmo tempo que está em conflito essa questão da Raposa Serra do Sol.

O que quero dizer é que não é verdade o que foi dito. Tão logo o Presidente Lula assinou o decreto, dei um telefonema ao Governador Ottomar, disse que estava do lado do povo de Roraima e que levantava essa bandeira. Aceitei o convite, feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, para participar desta Comissão, pronunciei-me na **TV Senado** e também na **Rádio Nacional** falando o que eu pensava com relação à demarcação da Raposa Serra do Sol.

Estivemos ontem na região, que eu ainda não conhecia. Eu conhecia só o Surumu, mas a outra região, do Mutum, da Água Fria e do Socó, eu não conhecia. Estivemos ontem na reunião e, apesar de ser da base aliada do Presidente Lula, eu não posso concordar com um decreto que mexe profundamente, tanto social como economicamente, para o meu Estado. Não posso de maneira nenhuma. Tenho votado constantemente nos projetos do Governo, nas medidas do Governo, mas aqui eu não posso me pronunciar, aceitar a maneira como foi demarcada a região Raposa Serra do Sol. Não posso por que? É uma coisa que mexe, eu estive lá com as pessoas, é um negócio impressionante. As pessoas não querem mais andar de arco e flecha na mão, as pessoas querem desenvolvimento e não querem estar separadas dos brancos porque eles sabem que vão ficar no isolamento, eles sabem que vão sofrer o isolamento total, eles não querem. Eu fiquei impressionado, me emocionou até ver aquela indígena chorando, dizendo que o marido dela não era índio e que a

filha era casada com um não índio. Eles não querem a separação, eles dizem que precisam dos brancos para poder crescer economicamente e socialmente e viver em paz.

Em todas as comunidades, vimos que nunca existiu um conflito sequer entre aquele povo que está lá e os indígenas, até por que todas aquelas vilas foram originalmente fundadas por indígenas. São vilas que têm 100 anos, e essas pessoas realmente não podem sair de lá.

Então, eu estou do lado do Estado, não concordo com esse tipo de demarcação. Dissemos a todos eles que nós iríamos fazer um movimento, inclusive chamamento de Deputados e Senadores de outros Estados para que se aliassem ao nosso grupo, para que nós possamos ter uma força maior, para que nós possamos tentar resolver, pelo menos em parte, essa situação. Porque não é possível que as pessoas fiquem isoladas quando elas não querem; não é possível que comunidades internacionais digam para as pessoas que elas têm que ser índios de arco e flecha na mão quando eles não querem ser. Eles não querem. Então, isso, nós não vamos aceitar. E eu me alio a toda a Bancada de Roraima, que está trabalhando e está realmente se dedicando a essa causa, e podem contar comigo, isso eu disse a eles. Já foram tomadas algumas medidas, como a entrada do decreto legislativo, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e na Câmara dos Deputados também.

Então, nós registramos total apoio, nós estamos do lado, continuamos na base aliada do Governo Federal, mas coisas que mexem profundamente com as pessoas do meu Estado, econômica e socialmente, eu não vou aceitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Augusto, pode usar da palavra, já estava anunciado previamente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores do quarto poder, a minha posição é bem clara em relação a essa história de Raposa Serra do Sol. O Governo, com essa história de compensação, está tentando nos enganar, compensar. Compensar de quê? Eu vou invadir a tua casa, te boto para fora da tua casa toda, te deixo só num pedacinho. E aí, depois: ah! Eu vou te compensar. Então, eu vou te dar mais um quarto e uma sala e vou ficar morando nesse resto aqui da casa. Quer dizer, isso é conversa para boi dormir. Eu acho que nós temos que reagir realmente, temos que achar uma solução, a solução vai ser jurídica mesmo. Apesar de, às vezes, eu ficar até um pouco preocupado, duvidando, porque, dia 14, saiu o ato, saiu a decisão, dia 15 já tinha tudo feito. Infelizmente, eu chego a achar que há alguma... a independência do Poder Legislativo e Judiciário...

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone.)

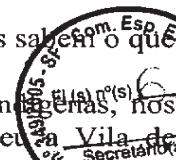
O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exato. Então, foi atropelado pelo Ministro da Justiça, eu achei isso. E as pessoas que estão lá, esse negócio de conflito, não é nada fabricado. Eu convivo há muito tempo no meio dos índios, eu sei disso. O conflito maior que vai haver, se ficar do jeito que está, não é já, já não, é daqui a uns dias, como na África. A África está em paz? A Inglaterra botou todo mundo, todas as etnias no mesmo saco e largou lá. Observe hoje com eles vivem lá. Aqui vamos partir para isso mesmo. Já existe essa radicalização entre o CIR e os outros, que só se exacerbará com uma medida dessa forma, ouvindo só um lado da história.

Eu penso que o índio tem direito. Se quiser andar de tanga, andar nu, comer calango, comer só jeju e viver de flecha, ele pode fazer isso. Lá há espaço para isso. Mas o índio que quiser ter o filho na faculdade, quiser uma boa escola para o seu filho, quiser se alimentar com alimento de melhor qualidade, quiser tomar água gelada... Água gelada é algo simples, mas que, numa aldeia, no interior, tem um grande significado, porque é um conforto que temos. Eles até brincam: não, doutor, quem não gosta de água gelada? Já me disseram isso aí.

Então, nós, parlamentares, temos o dever de defender as nossas pessoas. Que cada um faça o que quiser.

Os nossos índios não precisam que ninguém lhes diga o que eles querem. Eles sabem o que querem, tanto de uma facção quanto da outra, cada um com o seu ponto de vista.

Agora, realmente há muita injustiça e muito erro na definição das áreas indígenas, nos laudos antropológicos. Basta citar o de São Marcos. Em algum momento apareceu



Ipacaraima no laudo de São Marcos? Ela foi esquecida totalmente. É como se ela não existisse. Não podemos ficar fazendo de contra, temos que fazer o que é real.

Quanto a essa história de se dar 10 mil títulos, como estão dizendo, estão apenas cumprindo um dever. Isso já deveria ter sido para as pessoas que vivem lá há 25 ou 30 anos. E deveriam ter colocado mais. São 100 hectares cada um. Mas que dessem de 100 hectares, porque eles não têm nem 10 hectares, nem 5 hectares. Então, é isso. Não podemos aceitar essa compensação. Não pode! Essa palavra “compensação” é inadequada. Eu penso que compensação não é uma forma de proposta. O Governo Federal fará, sim, cumprir a lei, porque quando o Estado foi criado tudo que era do território passaria para o Estado. Esse prédio...

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) - Boa fé, exato!

Quanto a fazer indenização, do Partido do Presidente, sou como qualquer macuxi daqui de Roraima, não acredito que será feito algo justo para reassentar. A não ser que tenha mudado.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) - O ato já é injusto. E as outras famílias que saíram de lá e não receberam nada? E os outros que... Eu saio dessa casa e faço uma avaliação. A Funai diz: pode ir, porque vamos indenizá-lo. Daqui a dez anos eu estou brigando; vem e reavalia. Daqui a quinze eu estou brigando; vem e reavalia. Daqui a vinte reavalia. Aí diz: é, vou lhe dar os R\$3 mil, se quiser; quer os R\$3 mil por essa casa? Isso é indenização? Isso é falta de respeito com as pessoas. Além do mais, não podemos esquecer que a maioria das pessoas que estão lá, dos descendentes que estão lá, foram para lá orientados pelo próprio Poder Público para tentarem melhorar de vida, e estão misturados. Essa história de reclamar e dizer...

Há pouco tive um debate na Rádio Senado, por isso que eu cheguei atrasado aqui. Eu e a Fátima Cleide discutimos isso no Senado. Eu falei da história da índia e de sua família, que vai ser posta para fora porque é casada com um branco. Ela disse: “Isso é terrorismo que estão fazendo.” Eu disse: “Terrorismo porque a senhora não conhece a realidade. Há o Cabral...” – vou até pegar esse papel para esfregar no nariz dela quando chegar lá – “...que foi posto para fora porque era casado com uma índia.” Duas vezes já fizeram a extrusão dele. Vem a ordem de extrusão, ele recorre e não sai.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Esse é no Amajari, uma região antiga. Já é bem velho, está para morrer.

E lá em Pacaraima todos estão recebendo.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Casado com uma índia, já tem netos indígenas e tudo.

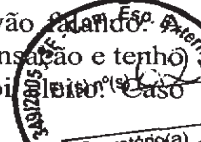
O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, porque é assim: se qualquer um achar ruim ele estar lá, um índio que não gosta dele vai à Funai e reclama. A Funai toma uma atitude.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Essa é a realidade no dia-a-dia. Como o é também a história de que vão deixar o quartel. Deixar a área do Exército é outra balela, porque não se poderá tirar o Exército do meio da vila mesmo; já está lá. Deveriam dizer: estamos deixando a Vila Uiramutã, inclusive o quartel que está dentro dela. Dão a impressão de que estão nos dando mais uma migalha, uma vantagem para o Estado. Não pode ser assim! Isso pega bem lá, mas aqui pega mal. Isso é uma forma de tentar nos iludir.

Sr. Presidente, o Município foi feito por votação. Quando andamos por lá, vi muita gente dizer que esse município existe porque votamos para que ele existisse. Isso é o povão. Minha posição é esta, penso que estão tentando nos iludir com esse negócio de compensação e tenho esperança de que o Lula faça justiça, cumpra a lei, pois foi para isso que ele foi eleito. Caso contrário, ele terá dificuldades em se manter no poder.



O SR. (Orador não identificado) – Quero agradecer aqui as palavras de todos os deputados, tanto os que pensam de uma maneira quanto os que pensam de outra. Assim como ontem estivemos em Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Pontão, Surumum e ouvimos apenas uma voz. Ou eu perguntava ou os outros Senadores perguntavam: “Vocês concordam com este decreto?” Não havia um só que concordasse. Obviamente que não fomos no Matuca, porque, se tivéssemos ido, seria justamente o inverso, só haveria quem concordasse. O que está se tentando fazer, primeiramente...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

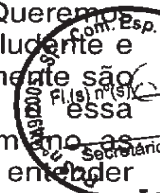
O SR. (Orador não identificado) – Isso. Aliás, é uma coisa que sempre sugerimos ao Presidente Lula, que fizesse o plebiscito apenas com os índios. É até difícil eu falar aqui um pouquinho como médico. Se fizermos exame de DNA ali naquela população, penso que iremos encontrar pouquíssimos que não tenham componente indígena naquela região. Vamos encontrar uma meia dúzia, talvez.

Ouvi algumas palavras aqui com um certo desencanto, pessimismo, o que é compreensível, porque faz muito tempo que estamos lutando com essa história. Uma coisa que parece tão clara, tão transparente para todo mundo, não sei por que há uma birra, um negócio assim radical. A verdade está conosco, somos os donos da verdade, professores de Deus e vamos impor assim. Esse é um parto difícil, mas, felizmente, temos três Senadores que são médicos – dois obstetras e um pediatra – e tenho certeza que iremos fazer esse parto, com a ajuda aqui dos nossos Deputados estaduais, dos Vereadores, do Governador e da população como um todo, porque me admira muito que o Presidente Lula não faça uma pesquisa para ver qual é o pensamento não apenas dos índios, o que é mais importante, mas também da sociedade de Roraima como um todo.

Fiquei muito impressionado com uma frase do Presidente Lula. Aliás, com várias frases. Primeiro foi lá no Acre, creio que o senhor estava presente, não tenho certeza, quando ele disse que as ONG’s européias eram mais fortes que qualquer partido político. Ele disse: “Companheiro Flamarion, temos que demarcar essa área. O Ministro da Justiça vai lá, vai conversar com todo mundo e aí vamos... Você vai com um papel em branco, não vai com nada definido. Você vai ouvir e depois quero demarcar essa área”. Bonito! Considerei bonito o final, mas, no início, considerei péssimo um Presidente reconhecer que as ONG’s européias mandam no Brasil. Outra frase ocorreu depois, na última reunião que tivemos com o Presidente, quando já era o Governador Otomar Pinto. Fui eu, o Senador Augusto Botelho e os Deputados federais. Entre outras coisas, o Presidente disse: “Eu já estou de saco cheio”. Exatamente assim. “Estou de saco cheio de que aonde eu chego, na ONU, na OEA ou na USP, me cobram a demarcação da Raposa Serra do Sol. Então tenho que definir. Vou tomar uma decisão, vou para o Suriname e, na volta, vou chamar vocês, porque já estarei com a formatação da demarcação e vamos discutir. Se tiver que fazer algum ajuste, faremos e vou demarcar”.

Nunca fomos contra a demarcação, todos nós já estávamos também de saco cheio de ficar nesse negócio, nessa mesma tecla de demarcação. Como os índios e não-índios que moram lá também já estão de saco cheio. Mas sempre discutimos a forma da demarcação, tanto é que quero deixar aqui de novo, Sr. Presidente, o relatório da primeira Comissão Externa do Senado. É bom que relembremos o trabalho feito e, por isso, podem nos acusar de tudo aqui – nós, os parlamentares de Roraima –, menos de omissão. Nunca fomos omissos nessa questão e não ficamos apenas no discurso. A primeira Comissão Externa do Senado que, repito, fez um trabalho de profundidade, com o apoio da consultoria legislativa, que se debruçou em cima de pesquisa, tanto da parte legal, quanto histórica e antropológica, concluiu por sete recomendações.

Outra coisa que precisamos esclarecer aqui é que ninguém nunca falou. Querem confundir a opinião dizendo que queremos uma demarcação não contínua. Querem contínua, o que não queremos é que seja excludente. Essa demarcação é excludente e queremos que seja contínua, porque os contornos externos da reserva praticamente são os mesmos. Ela apenas é uma reserva contínua, mas não excludente, essa demarcação que foi feita é excludente. Está claro: vai tirar, dentro do prazo de um ano, as pessoas que não são índias de lá. Essa é uma demarcação excludente, no meu entender.



uma forma de fazer um **apartheid** dentro do País, portanto, não poderíamos concordar. Está aqui a recomendação da Comissão Externa do Senado, cujo relator, Deputado(?), vai ser um dia, com certeza, era o Senador Delcídio Amaral, que é do PT e hoje é Líder do Bloco de apoio do Governo. Esse relatório foi assinado pelo Senador Delcídio e aprovado pela Comissão, por unanimidade, Comissão esta composta pelo Senador Delcídio, pelo Senador Jefferson Péres, do Amazonas, pelos três Senadores de Roraima e que eu tive a honra de ser o Presidente.

Vamos às recomendações:

1 - Que sejam excluídas da proposta atual áreas necessárias à exploração econômica;

2 – sejam excluídas as sedes do município do Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira, Mutum e as respectivas zonas de expansão, porque, se não houver previsão da zona de expansão, estaremos decretando o engessamento dessas vilas e futuras cidades. O Paracaima é da Reserva São Marcos. Do Paracaima tem-se a localidade da Vila Pereira. É Paracaima;

3 - sejam excluídas as estradas estaduais e federais presentes na área. A RR-171, a RR-407, a RR-319 e a BR-433. Infelizmente, parece que nem o Governo federal sabe que a Rodovia 220, que era estadual, não é mais, é federal. Foi federalizada por um projeto meu e já está transformado em lei, portanto, a rodovia que vai de Normandia a Paracaima é federal, que é a Rodovia 433 e a BR-401, permitindo-se o livre trânsito em referidas vias. Ora, do jeito que está o decreto, sabe apenas quem entra lá? Só autoridade federal. Não entra autoridade municipal nem estadual. É a decretação falaciosa, camuflada, de extinguir realmente qualquer pessoa lá de dentro;

4 – que seja excluída a área de unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima. Isso aqui foi acolhido. É impressionante, mas a Funai nunca descobriu que ali naquela área já existia um Parque Nacional do Monte Roraima, que é uma área de preservação ecológica. Mas a Funai ia extinguir. Se o Presidente pegasse a corda da Funai, nesse particular, ia ser o primeiro caso do Governo federal que iria extinguir uma reserva ecológica, aliás muito importante, que é a do Monte Roraima;

5 - excepcionalmente, observem o termo que a própria Comissão usou, sejam excluídas as áreas tituladas pelo Incra e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934. Que seja convocado o Conselho de Defesa Nacional para, ex vi do que dispõe o art. 91, § 1º, inciso 3, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira. Está lá apresentado que qualquer medida na faixa de fronteira que implique em qualquer tipo de ação, mesmo do Governo federal, tem que passar pelo Conselho de Defesa Nacional, porque está na faixa de fronteira. Está na Constituição, não fomos nós que inventamos, não foi a Comissão Externa do Senado que inventou. Isso nunca foi feito pelo Governo federal. Não foi apenas pelo Governo Lula, mas pelos outros também. Nunca respeitaram esse artigo da Constituição;

6 – que seja excluída a faixa de 15 km ao longo da faixa de fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela. Essa aqui talvez fosse a única novidade feita, que está também no relatório da Câmara, que foi assinado por outro petista, o ex-deputado Lindberg Farias. Na Comissão da Câmara não havia nenhum parlamentar de Roraima, no entanto, houve apenas um voto contrário. O nosso, que tinha três Deputados e dois Senadores de Roraima, foi aprovado por unanimidade. Lá não tinha nenhum parlamentar de Roraima e só teve um voto contrário, que foi o do Senador do PT de Rondônia.

Pois bem. Dois relatórios das duas Casas do Congresso Nacional, Câmara e Senado, foram aprovados e encaminhados ao Presidente da República. Portanto, o Presidente tinha informação e, se teve o trabalho de mandar algum assessor ler, veria que havia amparo legal para fazer a demarcação e a área contínua, mas não excludente. No entanto, o Presidente preferiu seguir o conselho do “Ministro da Justiça” e fazer essa demarcação.

Quero aqui fazer uma ressalva que o Supremo foi induzido a um erro, pelo “Ministro da Justiça”, porque o Supremo ia decidir uma questão levantada pelo Procurador Geral da República, que era sobre essa questão da ação popular impetrada aqui por três advogados de Roraima, que já tinha liminar para suspender qualquer demarcação até o final do julgamento – já tinha liminar aqui



do juiz, da Desembargadora do TRF, senhora Selene Maria de Almeida, do STJ e do Supremo. Seria discutido o quê? Se a competência era do juiz federal ou se era do Supremo.

Acredito muito no Poder Judiciário, até porque tenho dois filhos que são juizes, e prefiro acreditar que o Ministro Carlos Brito foi induzido ao erro. Não posso acreditar que ele combinou essa questão com o Ministro Thomaz Bastos. Mas o que o Ministro Thomaz Bastos fez? Disse: “Ministro, revoguei a Portaria nº 820 e baixei a Portaria nº 534, que muda completamente a questão que está sendo analisada, portanto, essa ação popular de Boa Vista mais as outras ações correlatas perdem o objeto. É verdade. Se realmente ele tivesse revogado, perderia o objeto. Mas, nesse caso, duas coisas eram mentirosas. Primeiro: ele não revogou a Portaria nº 820, mas a ratificou com ressalvas, e uma delas foi só excluir a sede do município do Uiramutã e aquelas besteiras inconstitucionais de dizer que as rodovias permanecem, os equipamentos públicos, mas ninguém pode entrar nem sair. Na verdade, ele enganou o Ministro, que não se apressou ou não foi atento ao perguntar: “Foi publicada a Portaria?” A Portaria não estava publicada. Então o Ministro, na hora do julgamento, disse: “Opino para que a competência seja do Supremo.” Realmente é competência do Supremo, porque existe um conflito federativo entre o Governo federal e o Governo do Estado. Foi colocado em votação e aprovado que o fato é de competência do Supremo. Em seguida, o Ministro disse: “A mais, quero acrescentar que a ação, em si...”

(Interrupção do som.)

O SR. (Orador não identificado) – Todas as pessoas que tomam conhecimento de como foi feito não concordam. Imediatamente aliam-se a nós. São 22 Senadores do PMDB que jamais vão concordar com isso. São essas pessoas que queremos estar trazendo para o nosso lado, para podermos fazer uma força maior lá.

O SR. (Orador não identificado) – Pois é. Anotei vários pontos aqui que foram abordados, obviamente está tudo gravado, mas gostaria muito de chamar atenção, está sendo até distribuído aí, não propriamente para o meu pronunciamento, mas para o aparte do Senador Sarney ao meu pronunciamento que, no meu entender, poderia servir de reflexão para o Presidente Lula. No entanto, parece que o Presidente Lula pensa que somente com o PT, ou com a banda não muito boa do PMDB, e com a igreja católica, ele será reeleito. Vejam aqui a declaração hoje publicada no jornal, em que ele está discursando, após uma missa em homenagem ao trabalhador na igreja matriz de São Bernardo do Campo: “Agora vamos dar prosseguimento à homologação dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que finalmente foi homologada. E eu sei o papel importante que a igreja teve nisso.” Aliás, o Presidente Sarney diz também que Dom Ivo Lorscheiter, quando Sarney era Presidente, foi pressioná-lo para demarcar a área Yanomami. Ao Presidente Sarney, quando disse que não poderia fazer daquela forma, ele perguntou: “O senhor está sendo pressionado pelos militares?” Sarney respondeu: “Não. Quem está me pressionando muito ultimamente nessa questão é o Barão do Rio Branco, porque o Barão do Rio Branco é que cuidou das nossas fronteiras e passou para a nossa geração uma área de fronteira totalmente protegida, diferentemente do que tem entre a Venezuela e a Guiana, até perdendo, como perdemos aqui, terras para a Inglaterra, mas, de um modo geral, ganhamos. Agora, o que estão querendo deixar para a outra geração é uma fronteira vulnerável, desguarnecida.

Titonho, perdoe a veemência do meu pronunciamento, mas estou realmente, como roraimense, muito indignado com a falta de consideração do Presidente Lula para com o Povo de Roraima. E já estou votando contra todas as matérias do Presidente Lula, embora continue em um partido aliado dele, porque penso que aliado não é capacho. O bom aliado é aquele que é capaz de dizer não e mostrar que discorda quando o cara está errado. E penso que ele está errado nisso. Tenho convicção de que ele está errado, mas infelizmente parece que também ele está se transformando em professor de Deus. Não concordo com isso e não estou dizendo isso só entre nós, particularmente, o fiz já na tribuna do Senado, já avisei o Presidente do PTB e disse-lhe: “Se ficar desconfortável para o PTB eu, como Líder, tomar essa posição, saio do PTB. Porque o meu primeiro partido é o “PR”, que é o “Partido de Roraima”, o resto para mim é secundário.” Portanto, quero dizer que ainda não estou rompido com o Presidente Lula, porque acredito que possa reformar, esse decreto sem contrariar tão grandemente a igreja, que ele tanto respeita. Aliás, se olhar os

passado da igreja, veremos que não é uma boa condutora, haja vista a Santa Inquisição, as Santas Cruzadas e tantas outras coisas que levaram sucessivos Papas a pedirem perdão pelas besteiras que fizeram, até porque, sempre ao lado da marca da bota do colonizador, estava a sandália do jesuíta.

Não vamos pensar que padre é santo, que a igreja é santa. Não. São compostas por homens como nós todos aqui. Espero firmemente que, concluído esse trabalho, com levantamento técnico de tudo isso, com o depoimento das pessoas que estão diretamente mais interessadas, que são as que moram lá, mas também com as pessoas indiretamente interessadas, que somos todos nós de Roraima, o Presidente possa adequar esse decreto. Se não o fizer, já estou na Oposição, não tenha dúvida. Se isso representar, por acaso, a perda do meu mandato, não tem problema. Não nasci Senador, mas quero, enquanto Senador, ser o Senador que não vende o meu Estado, que não está para negociar compensação, seja de emenda, seja do que for. Penso que é o mesmo pensamento dos outros Senadores e garanto, Titonho, que será de muitos outros Senadores. E já vou começar esse trabalho de pedir votos contra o Presidente Lula, se ele não mudar essa questão, que poderia ser revertida a favor dele, se mudasse.

Quero agradecer, desculpe o desabafo, mas ficamos indignados de ver isso, de nos sentirmos quintal, no mau sentido mesmo, da Nação. Aqui não valem nada, mais importante é a USP, São Bernardo do Campo, etc. Um Presidente que veio lá do interior do Nordeste, sofrido. Um Presidente que se fez em assembleias, em discussões abertas, em votações, e agora ignora a todos nós, porque somos duzentos e poucos mil eleitores.

Muito obrigado a todos e quero convidar, se quiserem participar, para uma reunião, logo mais, na Fecor, e amanhã, à tarde, com os Vereadores de Boa Vista e com os Presidentes de Câmaras do interior. Vamos ouvir a todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Queria agradecer a presença de todos. Senador, falando em igreja, tenho um livro no meu banheiro que leio todos os dias um pedacinho. Por acaso achei um trecho interessante e anotei: “Muito da sabedoria do santo vem da sua experiência de pecador.”

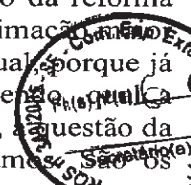
Concedo a palavra à Deputada Marília, antes de encerrar,

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB - RR) – Gostaria apenas de fazer uma observação e aproveitar esse momento que já encerramos a discussão para deixar uma preocupação minha, creio que também não seja apenas minha, mas da Assembleia como um todo, dos Senadores Wirlandi, Mozarildo e Augusto.

Trata-se da questão da discussão sobre a gestão das florestas públicas. Isso é uma questão séria, grave, que está na Câmara e, no momento em que foi marcada aquela reunião aqui, até por desconhecimento nosso, pois foi num domingo, muitos poucos Deputados estiveram aqui para a discussão. Vieram alguns Deputados federais e Senadores, vieram as pessoas interessadas nessa questão, esteve aqui a Deputada federal Maria Helena, que é Presidente da Comissão da Amazônia, mas não tínhamos uma informação exata sobre o que estaria sendo discutido. A maioria esmagadora da Assembleia não esteve presente e, quem esteve, assustou-se com essa outra proposta.

Até diria que o PT está entregando a Amazônia de uma maneira muito bem engendrada. Essa questão da demarcação indígena é um passo, a questão da gestão de florestas públicas é um outro passo e penso que precisamos desse contato com o Senado, diante das discussões que já estão acontecendo e que não temos informação. Foi constituída uma Comissão aqui, mas falta-nos subsídios de lá, do poder central, da discussão de vocês, para que possamos ter uma visão menos parcial, porque, ao meu entendimento, é isso que está ocorrendo. Lamento profundamente, porque temos uma Deputada federal na Comissão da Amazônia, presidindo essas discussões, e temos questionado muito esses posicionamentos.

O outro ponto que queria lembrar, que foi discutido em Belém, é a questão da reforma política. É preciso que exista, no meu entendimento e de vários Deputados, uma aproximação do grupo de Deputados e Senadores, do grupo federal, com o Poder Legislativo estadual, porque já existem substitutivos que estão sendo colocados e não sabemos o que está ocorrendo. Há uma tendência geral nos partidos e de uma maneira majoritária. A questão da verticalização, a questão da lista fechada, é uma situação também importante, premente, é que aqui não votamos



senhores que votam lá, mas as repercussões recaem sobre todos os representantes legítimos, principalmente Deputados e Vereadores que constituem o maior número de representantes legais.

Portanto, Sr. Presidente, queria dizer que há esse interesse dos três Senadores em chamarmos a atenção para marcar uma discussão ampla envolvendo vários segmentos do Estado, instituições instituídas legalmente e representadas, sobre a gestão de florestas públicas, sobre o estupro que está sendo proposto para Roraima e sobre a questão da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Queria agradecer a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, do nosso irmão Wirlandi e dizer que esperamos dele o mesmo que os outros dois vêm dando. Tenho certeza de que V. Ex^a continuará sendo orgulho do povo roraimense.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Boa tarde a todos!

Inicialmente, quero convidar o Senador Wirlande da Luz para compor a Mesa. (Pausa.)

Quero convidar também o Sr. Airton Dias para compor a nossa Mesa. (Pausa.)

Embora o Senador Augusto Botelho ainda esteja a caminho, vamos começar a reunião a fim de ganharmos tempo. (Pausa.)

Quero também convidar o Deputado Almir Sá para participar da Mesa. (Pausa.)

Quero convidar também o Deputado Raul Lima, Presidente da Câmara Brasil-Venezuela, para fazer parte da Mesa diretora dos trabalhos. (Pausa.)

Convido também o Prefeito Paulo César Quartieiro. (Pausa.)

Fique à vontade, Prefeito.

Quero iniciar os nossos trabalhos fazendo um esclarecimento sobre os objetivos desta Comissão Externa do Senado. Sei que para nós todos, aqui de Roraima, o assunto já está exaustivamente debatido, cansativamente falado, mas o que acontece é que, pelo que entendemos, o que querem é nos matar pelo cansaço – e não podemos, portanto, entrar nessa.

Foi por isso que, quando foi publicado o Decreto do Presidente, nós decidimos, ao invés de irmos individualmente, como Senadores do Estado, requerer a formação desta Comissão Externa do Senado, que é, portanto, uma comissão representativa do Senado, para que pudéssemos elaborar um relatório para a Câmara Alta do Legislativo brasileiro sobre a realidade tanto dos moradores da Reserva Raposa-Serra do Sol, quanto do Estado como um todo, sobre como foi aceito esse decreto, até porque poderia parecer que a opinião do Senador Wirlande da Luz, do Senador Augusto Botelho e minha poderia ser, não necessariamente, como eles entendem, a verdadeira.

Já visitamos as comunidades do Mutum, do Socó, da Água Fria, do Flechal, do Contão e do Surumu no dia de ontem; hoje, já nos reunimos com a Assembléia Legislativa, com os Deputados Estaduais; e, agora, estamos fazendo esta reunião com as classes produtoras do Estado. Faremos amanhã uma reunião com os Vereadores de Boa Vista e, pelo menos, com os Presidentes das Câmaras dos municípios do interior, até para termos o depoimento deles nesse contexto.

De outra parte, já propusemos um projeto de decreto legislativo, no Senado, visando a sustação do decreto presidencial, bem como os Deputados Federais, no mesmo sentido, propuseram um projeto de decreto legislativo na Câmara.

A nossa sustentação é a de que o decreto presidencial foi baseado, no mínimo, para usar uma palavra mais leve, em um equívoco jurídico, uma vez que, na verdade, o Ministro do Supremo, quando levou a matéria para ser votada, levou, para discussão e votação, a questão da competência para julgar a ação popular movida pelo Dr. Alcides Lima, nosso ex-deputado, pelo já falecido Dr. Luiz Ritler de Lucena e mais um outro advogado. Ao ensejo dessa ação popular, nós, depois, pedimos uma liminar, pois o Ministro chegou a anunciar o dia em que seria feita a demarcação. Então, pedimos uma liminar para que não fosse feita a demarcação enquanto não se julgasse a ação popular. Essa liminar concedida, vocês sabem, foi ratificada no Tribunal Regional Federal de Brasília, no STJ e no Supremo. Pois bem. Com isso, o que viu a Funai? Que estava correndo o risco realmente de ver aquela portaria anulada – de fato, tem que ser anulada – porque o que

nessa ação popular é que todos os procedimentos são efetivamente fraudulentos, desde os mais elementares como, por exemplo, falsificação de assinaturas ou de abaixo-assinados até a designação para a composição da comissão que deveria fazer o levantamento para basear o laudo antropológico, também constituída de maneira fraudulenta. Então, é evidente que não teria sobrevivido essa portaria.

Então, no ato do julgamento da reclamação do Procurador-Geral, que somente nesse caso levantou essa questão do conflito federativo, o Supremo julgou esta questão: se era competência do Supremo ou da Justiça Federal aqui de Roraima. E, coincidentemente – prefiro dizer que foi coincidentemente – o Ministro da Justiça telefona para o Relator dizendo que havia revogado a Portaria nº 820 e havia baixado uma outra portaria, sob o número 534, que mudava completamente o desenho da possibilidade de a reserva ser homologada. E o Ministro – creio eu que de boa-fé – resolveu neste momento aduzir ao seu relatório o fato de que, com aquela informação do Ministro da Justiça, perderia objeto tanto a ação popular quanto as demais ações que estavam correndo juntas, vamos dizer assim.

Realmente, se fosse juridicamente correta essa informação, teria perdido realmente o objeto. Só que a informação era mentirosa, porque a portaria não tinha sido publicada ainda – só foi publicada no outro dia. Quer dizer, o Supremo decidiu baseado numa informação falsa. E, no outro dia, quando foi publicada a Portaria nº 534, o que foi que se viu? Ela não revogou a Portaria nº 820. Ela ratificou a Portaria nº 820, com ressalvas. Que ressalvas? São essa meia-dúzia de coisas que vocês já sabem, tais como a manutenção da sede do Município de Uramutã, que não poderia ser extinta por decreto, uma vez que um município é criado mediante um plebiscito seguido de uma lei, portanto, não havia como haver a revogação por decreto. Manteve também algumas outras ressalvas insignificantes – na verdade, também não poderia ser diferente – tais como manter as vias de acesso estaduais e federais. Então, preferimos ouvir as pessoas. Coincidentemente também, os índios do Flechal fizeram os policiais de reféns, o que reforçou nossa vinda aqui, porque criou um dado nacional, que requereu a presença não só dos órgãos do Executivo, mas do Legislativo federal para acompanhamento. E viemos, estamos fazendo, ontem e hoje, essa peregrinação.

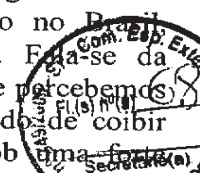
Queremos ouvir agora os representantes das associações e entidades da classe produtora do Estado, para subsidiar os trabalhos desta Comissão. Queremos justamente o quê? Fazer um novo relatório onde possamos ressaltar esses vícios todos que constatamos sem precisar de debates e levar claramente, deixar registrado, como fizemos no primeiro trabalho, que a população de Roraima não pode não ser levada em conta nessa questão. Podem até não nos levar em conta, mas não nos vamos omitir de apresentar nossa posição, de ter, portanto, algo registrado.

Eu gostaria de começar, ouvindo o amigo Airtton Dias, Presidente da Fecomércio, que vai prestar seu depoimento. Depois, vamos abrir a palavra a todos os representantes.

O SR. AIRTON DIAS – Senador, é um prazer tê-lo aqui em nossa casa, Senador Wirlande; meu amigo, Deputado Federal Almir Sá; o incansável combatente Derval; Deputado Raul Lima e demais companheiros e amigos que aqui estão, na realidade, o que sabemos dessa história é do passado.

Desde que aqui chegamos, temos uma grande preocupação com a situação que estamos vivendo hoje. Fico muito à vontade – sempre digo isso aos amigos – porque nunca esmorecemos no sentido de alertar todas as autoridades e o povo de Roraima fazendo diversos seminários. Trouxemos o Lourenço Carrasco, que é um *expert* e sempre foi apoiado pelo Paulo César e pelo Fátio. Aqui, em Roraima, existe um grupo de apoio, porque ninguém sabe mais que nós dessa preocupação com a internacionalização da Amazônia, no sentido de castrar as nossas possibilidades de exploração mineral – acho que reside mais aí a situação toda, não outro fato.

Acabei de chegar de Miami – passei uma semana fora em Caracas e outros lugares – e em momento algum ouvi um noticiário sequer sobre nada do que está acontecendo no Brasil, absolutamente nada, naqueles jornais de circulação americana, latino-americana. Fala-se da Argentina, do Equador, da Colômbia, mas absolutamente nada do Brasil. Então, o que percebemos neste momento é que houve uma grande articulação do Governo Federal no sentido de cobrir qualquer matéria. Acho que todos os órgãos de comunicação neste País estão sob



orientação no sentido de se calar. As poucas notícias que ouvi antes de viajar eram sobre os índios a favor, uns dois ou três, do Cir.

A sociedade tem que continuar organizada, trabalhando. E eu queria parabenizar os nossos Senadores pela iniciativa de comporem esta Comissão no Senado. Tenho certeza que dela sairá algum fruto, como também do empenho das classes produtoras. O nosso ex-Deputado Federal Alcides Lima entrou com aquela ação importante, e outras deverão ser encaminhadas. Se Deus quiser, encontraremos um caminho, um porto seguro para o nosso Estado. Acho que tem que ser definido; não podemos nos aquietar; devemos buscar realmente uma solução que venha ao encontro do interesse de todos os povos que aqui vivem. Nós formamos a sociedade.

Infelizmente, houve pouca ação no sentido do desenvolvimento no passado. Ficamos um pouco deslumbrados com as riquezas locais e não demos importância à grande quantidade de terra.

Nós que chegamos há alguns anos, vimos todos esses lavrados aí, da Liberdade e Buriti, e nunca nos preocupamos em comprar nada. Hoje, não conseguimos nem comprar mais um terreno, porque isso passou batido por nós, e assim continua sendo. O Estado foi comprado, nos últimos três anos, por gente de fora. As poucas propriedades que havia no Estado foram adquiridas por preço muito barato, e não resta mais praticamente nada em terra titulada. Então, se não houver um encaminhamento por parte de V. Ex^{as}, no sentido de que tenhamos definida a questão fundiária, não sei o que vai ser deste Estado.

Então, parabeno V. Ex^{as} e sou solidário. Faremos o que pudermos fazer, de comum acordo, e estaremos torcendo para que dê certo.

Obrigado.

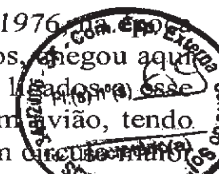
O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ex-Deputado e advogado Alcides Lima, que está também representando a Federação da Indústria do Estado de Roraima, para que possa fazer a sua explanação.

O SR. ALCIDES LIMA – Sr. Presidente da Comissão Externa do Senado, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Wirlande da Luz, Deputado Almir Sá, Presidente Airton Dias, Presidente Derval, Deputado Raul Lima, Senador Augusto Botelho, demais autoridades presentes, companheiros, produtores, colegas advogados, diria irmãos de lutas e de ideais, quero também parabenizar a iniciativa dos nossos Senadores em deslocar essa importante Comissão do Congresso Nacional, representado pelo Senado da República, e, posso dizer que tanto eles quanto nós, sabemos que estamos aquilatando a gravidade da situação do Estado de Roraima e a ameaça de perda de soberania do nosso País.

Antes de entrar na questão que desejo colocar sobre o decreto e a proposta que pretendo fazer para os ilustres Parlamentares, quero dizer, inicialmente, que estamos assistindo mais uma tática dessa estratégia orquestrada pela oligarquia britânica, pelo establishment anglo-americano que pretende impor nos países da América do Sul, sobretudo os países amazônicos, esse famigerado governo mundial, de caráter puramente malthusiano. E o que é isso? Nada mais é do que manter a estagnação econômica e o despovoamento dessas nações. E busca, com isso, inviabilizar a implantação de projetos de infra-estrutura para que essas nações não possam manter a prosperidade, o crescimento e até de sustentar a sobrevivência das suas populações, absolutamente, carentes. E essa ofensiva começou no nosso País, ilustre Senadores, apenas para rememorar, na década de 60, quando o aparato ambientalista, indigenista, comandado pela ONG *survival international*, que tem um dos braços lá na Casa de Windsor, no Palácio de Buckingham, na Inglaterra, que é a WWF (*World Wildlife Fund*), ou seja, a Fundação Mundial para o Meio Ambiente. É isso.

Isso aconteceu a partir da década de 60, quando eles urdiram essa estratégia para ameaçar e para pressionar os países da América Latina a criarem as chamadas reservas indígenas.

No Brasil e aqui em Roraima começou em 1975, quando o Governo brasileiro se abaixou a essas pressões e decidiu definir as áreas indígenas. E aqui chegou, em Roraima, em 1976, chegou aqui uma equipe interdisciplinar da Funai, composta de antropólogo e sociólogo, todos ligados a esse esquema indigenista-ambientalista. E o que fizeram naquele momento? Pegaram um avião, tendo em mãos o mapa de Roraima. Sobrevoaram o Estado e, lá de cima, iam colocando um círculo em torno



ou menor naquelas localidades onde viam casas de palha. Não estou inventando isso; creiam em mim, por favor. Levaram isso para Brasília e plotaram em escala, sem se preocupar com o fato de que existiam propriedades de pessoas miscigenadas com o sangue indígena. Eles precisavam de ter um aval do governo no território.

O Governador, naquela época, era Fernando Ramos Pereira, que estava em litígio aberto com os pecuaristas do Estado – os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho podem confirmar isso. O que fez o Governador? Chamou o seu Secretário de Segurança, que era também comandante da Polícia Militar, o Coronel Paulo de Tarso, criou uma comissão presidida por esse coronel e composta por funcionários do palácio do governo. Foi essa comissão que deu parecer sobre esse trabalho irresponsável feito por aquelas pessoas naquela oportunidade. O Governador deu seu aval e a Funai, por meio de uma portaria, definiu as áreas indígenas no território de Roraima naquela época. Esse foi um passo nessa estratégia que já vinha sendo executada, tanto que a área ianomâmi foi chamada de reserva ianomâmi com 2 milhões de hectares na época. Depois aumentou para 4 milhões e hoje está com 9,5 milhões de hectares.

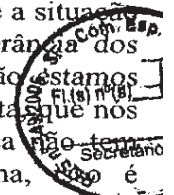
Tudo isso faz parte dessa estratégia que está sendo executada palmo a palmo. Denunciamos esse fato inúmeras vezes na Câmara. De 202 pronunciamentos que fiz na Câmara e no Congresso Nacional, em pelo menos 20 tratei da questão fundiária e indígena, afora a luta que empreendemos na Comissão do Índio, na Comissão de Agricultura, na Comissão de Minas e Energia.

Naquela época, tínhamos apenas um Deputado. Entreguei ao Deputado Hélio Campos uma exposição de tudo o que eu acabei de falar. Ele era membro da Comissão de Segurança da Câmara. Quem tinha força junto ao Executivo Federal era o Governador Ramos Pereira, por quê? Porque Roraima era subordinada, era ligada ao Ministério do Interior, na época, e à Funai também. Não era ligada ao Ministério da Justiça, como é hoje – o Senador Mozarildo Cavalcanti sabe disso. O Deputado foi impotente, porque estava sozinho; não tinha Senadores e ele não era ouvido pelo Executivo Federal.

Nesse trabalho não foram ouvidas as comunidades indígenas, não foram ouvidos os produtores que estavam nessa área. Esse foi o trabalho irresponsável que foi feito, e, assim, começou o esbulho nas terras do hoje Estado de Roraima. Essa situação, esse imbróglio todo causado, não fomos nós que aqui estávamos e nem aqueles que chegaram a posteriori, foi o próprio Governo Federal, foi ele mesmo, e ele mesmo é quem está criando toda essa dificuldade.

Por isso, com essa introdução, eu quero dizer à Comissão, primeiro, que os Parlamentares, eles foram de uma felicidade muito grande em entrar com esses decretos legislativos. Porque o decreto legislativo, como eles sabem, nós sabemos, é uma lei e tem força de lei, e mais, não vai para a sanção do Presidente, não vai, e ele, hierarquicamente, na pirâmide das normas jurídicas, ele é superior a um decreto executivo. E eu posso dar um testemunho que, se for feita uma mobilização para valer dentro do Congresso, isso daí, eu sei que a nossa Bancada pode fazer e vai fazer. Eu só quero dar o exemplo de um que aconteceu naquela chamada operação desmonte no Governo do Presidente Sarney, em 89, lembrem, quando ele extinguiu algumas empresas, entre elas a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Embrater. Eu e o Deputado Jonas, na Comissão de Agricultura, mobilizamos a Comissão, mobilizamos a Comissão de Agricultura do Senado, mobilizamos o Congresso e mobilizamos o Brasil inteiro, através dos dirigentes das Emateres e das Ateres nos territórios. Eles passaram um mês de gabinete em gabinete, de Deputado em Deputado, de Senador em Senador, e pelo decreto legislativo, a Embrater foi ressuscitada. Então, essa é uma proposta que eu faço para a Comissão: mobilizem a Câmara e o Senado e, aqui, as forças vivas do Estado se mobilizarão e irão a Brasília para ir de gabinete em gabinete pedir aos Senadores e Deputados que eles aprovelem o decreto legislativo. Esse é um ponto.

O outro, nós estamos aqui, até se precisarmos ir mais além da hora, eu acho que a situação é muito grave, nós não devemos nos amarrar em minutos, por isso, eu peço a tolerância dos Senadores e de V. S^{as} também, porque é muito grave, nós não podemos mais, nós não estamos atravessando a ponte, nós estamos no meio de uma pinguela, uma pinguela muito estreita, que nós não podemos mais voltar, nós temos que ir para a frente. O Presidente da República não tem competência legal nem constitucional para decretar homologação de área indígena, não é



competência do Congresso Nacional, a Constituição diz. E eu estou colocando na ação popular que vou intentar agora, nesta semana, acabei de redigir no sábado e no domingo, justamente a inconstitucionalidade do decreto, a ilegalidade do decreto porque ele está todo fundamentado naquilo que o Senador Mozarildo já falou, em um processo administrativo demarcatório viciado de nulidades, eivado de nulidades, de portaria também eivada de nulidades, sem contar esse estelionato ideológico que foi feito agora pelo Ministro da Justiça, engabelando o Supremo, engrupindo o Supremo Tribunal Federal, que é justamente o guardião do ordenamento jurídico do nosso País, da Constituição e de todo o sistema legislativo do nosso País. Isso foi um estelionato ideológico, na feliz frase do Governador Otomar.

Eu estou justamente atacando a inconstitucionalidade, a ilegalidade, a lesividade do patrimônio público do Estado de Roraima, porque o Presidente, com esse decreto, atentou contra o princípio federativo, Senador, e ele tem que ser chamado à responsabilidade junto com esse Ministro, porque o princípio federativo tem que ser mantido, sob pena de crime de responsabilidade. E eu faço mais uma proposta: se já houver uma CPI na Câmara Federal, que o Ministro seja chamado para explicar esse estelionato que ele praticou contra o País.

Sei que há na Câmara uma CPI sobre questão fundiária. Pode estar já esgotada a possibilidade de criação de novas CPIs, mas essa daí poderá ser aproveitada. Dei essa sugestão ao Deputado Federal Dr. Rodolfo Pereira, e faço agora, na presença do Deputado Almir Sá. E peço que, se possível, esta Comissão sugira, se ainda não existir, uma CPI sobre esta questão, para que a Nação saiba, de forma bem clara, por que aconteceu e ocorreu esse estelionato ideológico. E eu enfoco a questão da lesividade.

Outra coisa que, na ação popular, estou tentando refere-se à questão das áreas já tituladas pelo Incra nessa região. Isso se torna óbice para que seja feito o registro - se é que esse registro vai ser feito. Isso é óbice jurídico para que esta área seja registrada no competente cartório de registro de imóveis. E ela precisa ser registrada. Então, ilustres Senadores, embora eu tenha excedido o meu tempo, quero dizer que nós vamos continuar na nossa batalha jurídica, com a ação dentro do Congresso, para mobilizar a Câmara e o Senado. Aqui em Roraima, lutaremos para mobilizar as forças vivas para estar lá, de gabinete em gabinete, pedindo, exigindo que os Senadores e os Deputados não permitam esse saque contra o patrimônio do nosso Estado de Roraima, mas sobretudo contra a perda de soberania que o Brasil haverá de ter, se isso chegar ao seu final.

Muito obrigado e desculpem-me pelo excesso da minha contribuição. (Palmas.)

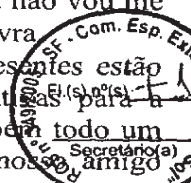
O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB - RR) - Quero parabenizar o companheiro Alcides Lima e dizer para ele que, na verdade, ele, que foi um brilhante parlamentar, sabe que essa limitação do tempo é só por questão de ordenar os trabalhos e dar oportunidade a todos de falar. De jeito algum teríamos a intenção de deixar de ouvir a sua brilhante explanação, até porque você tem toda a condição de falar, porque começou essa briga judicial. Portanto, não tenha dúvida de que isso é reconhecido.

Gostaria, para ter a oportunidade de ouvir o maior número de pessoas - se possível, todos que quiserem se manifestar -, de estabelecer cinco minutos para cada um, com uma prorrogação. No Senado é assim: cinco minutos para comunicação de Lideranças, dez minutos para quem está inscrito regularmente, etc. Trata-se de ordenar os trabalhos. É lógico que temos todo o interesse em ouvir o máximo de depoimentos. Até porque esses depoimentos estão sendo gravados e vão compor os trabalhos desta Comissão. Assim, é importante que o maior número possível de pessoas se manifestem.

Concedo a palavra ao Deputado Almir Sá, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Roraima, para que ele possa fazer sua explanação.

O SR. ALMIR SÁ (PL - RR) - Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, eu não vou me delongar muito, porque acho que há muitas instituições que querem também usar a palavra.

Gostaria de dizer que a Federação de Agricultura e as demais entidades presentes estão irmanadas em um só movimento, um movimento no sentido de encontrar alternativas para a resolução dessa questão fundiária que envolve não só Raposa Serra do Sol mas também todo um contexto fundiário que o Estado vem sofrendo, como muito bem colocou aqui o nosso amigo



Alcides Lima, nosso brilhante advogado e que está fazendo um trabalho primoroso para o Estado de Roraima. Ele merece os nossos elogios.

A somatória de valores é que vai fazer com que consigamos os nossos objetivos.

Quero registrar que, na semana passada, houve uma grande movimentação por parte da Comissão de Agricultura da Câmara e da Comissão de Agricultura do Senado. Participei desses trabalhos no Plenário II da Câmara Federal, ocasião em que fizemos um movimento objetivando o fortalecimento do Ministério da Agricultura, que vem sendo prejudicado também no que se refere à questão orçamentária.

Eu consegui inserir, na ata desses trabalhos, a questão da gravidade do problema de Roraima. Estamos conversando sobre a realização de um movimento que está sendo estudado, em nível nacional, no estilo do “caminhãoço” feito em anos anteriores. Recentemente, no Governo passado – V. S^{as} devem se lembrar –, foi feito um “caminhãoço”, de Norte a Sul do Brasil. Esse movimento parou Brasília. Está sendo estudado um novo movimento dessa ordem. Estamos acompanhando esse assunto e vamos participar desse movimento. Vamos inserir, nessas conversas, a questão da gravidade do problema fundiário do Estado de Roraima. Quando conseguirmos que esse assunto conste dessa ata e tão logo ela seja divulgada, passaremos isso para V. S^{as}.

Mozarildo, esse detalhe é importante. Penso que temos que levar, o mais longe possível, a gravidade do problema de Roraima. Hoje já avançamos bastante. Quando falamos com qualquer Parlamentar ou qualquer jornalista já existe a ressonância da gravidade do problema. Já não falamos isoladamente. Creio que agora, com as ações judiciais, com os apertos que forem necessários, com todas as instituições trabalhando unidas, conseguiremos avançar.

Acredito que o decreto legislativo que está tramitando na Câmara está contando com a participação de todos os Parlamentares. Eu mesmo fui, com Alceste Almeida, atrás de todos os Líderes, a fim de encaminhar esse assunto.

Outro ponto importante é as comunidades indígenas locais marcarem firmemente suas posições. Elas já estão se manifestando e têm que continuar manifestando aquilo que pensam, para que a comunidade brasileira saiba que na verdade não só os agricultores mas também todas as partes estão envolvidas no processo.

Eram essas as observações que queria fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Convido o Deputado Rodolfo Pereira para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nosso amigo Palúbio, que vai falar em nome da Coopercarne.

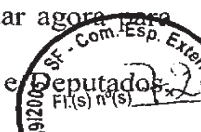
O SR. PALÚBIO – Queria cumprimentar o Senador e, em nome dele, cumprimentar todas as autoridades. Acho que a gente já está sem palavras, a gente não sabe mais nem o que dizer dessa situação, porque passou muito longe da vergonha, da falta de brasilidade quando certas autoridades que representam o povo de Roraima trabalham abertamente contra o povo de Roraima. Acho que o povo de Roraima tem de se levantar e dar uma resposta a essas autoridades que negociam o nosso futuro em troca de muito pouco.

Este momento é um momento difícil. Acho que temos de nos unir, buscar uma solução. A gente não tem de desanimar diante deste momento, porque era um momento que, devido à consequência deste Governo Lula, a gente já até esperava, entende, pelo pior, pela condução da política fundiária, agrária. Então, acho que neste momento temos de nos unir e reagir contra essa barbaridade, agradecendo aos Senadores por esse trabalho muito bom que têm feito em defesa do nosso estado. Que continuem assim! Podem contar conosco, porque sempre estaremos prontos a participar deste trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora para falar em nome da Agriger o Sr. José Luiz Zago.

O SR. JOSÉ LUIZ ZAGO – Boa tarde a todos, boa tarde aos Senadores e demais autoridades.



Confesso a vocês que estou sem nenhuma vontade de falar, mas, já que me convidaram... Acho que não se tem mais muita coisa a dizer. Está na hora de parar de falar; acho que está na hora de agir. Não sei exatamente quais seriam as ações que poderiam surtir algum efeito num Estado onde a Corte, onde os poderosos de Brasília não respeitam as pessoas que vivem... Não sei qual seria o caminho. Tenho algumas opiniões particulares e pessoais, não sei nem seria questão de externá-las aqui.

Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Deputados, se tiver alguma coisa que possa ser feita ainda lá em Brasília os senhores são as pessoas indicadas. O povo, neste momento, está meio que perdido, meio que atônito, meio sem saber para onde ir. Então, se é que existe alguma coisa ainda, eu acabava de escutar aqui que pode ser feita, em termos de decreto legislativo ou que pode ser feito na justiça, tenta-se, procura-se esse caminho, mas não sei até quando as nossas autoridades locais vão continuar permitindo que Brasília faça o que está fazendo. Isso realmente é uma total falta de respeito, de bom senso. Se continuar essa loucura, não sei qual será a reação dessas pessoas. Eu escutava algumas pessoas dizendo "eu estou indo embora". Algumas pessoas até pode ser que tenham para onde ir, mas a maioria das pessoas aqui não têm para onde ir. A grande maioria das pessoas, com certeza, terá que ficar e brigar. É aquela velha história, Senador Mozarildo: uma onça acuada no chão não tem dois caminhos, ou ela briga, ou ela vai ser vítima, ou ela vai ser presa, fácilimo.

Então, acho que o caminho é esse; acho que não adianta correr; acho que se tem realmente que reordenar, reorganizar, juntar novamente as forças que restam e se fazer alguma coisa. É isso que penso.

Deputado Almir, eu queria lhe fazer uma sugestão. Sei a força que a Federação da Agricultura tem. Inclusive acho que o senhor poderia liderar a Federação de Agricultura do Estado de Roraima, poderia liderar esse trabalho de aglutinação das federações da Amazônia, porque tenho absoluta certeza de que elas participarão, de que elas não faltarão, porque, naquele trabalho que foi feito aqui, não senti firmeza da direção nacional. Sincera e honestamente. Acho que seria a questão de a Federação de Agricultura do Estado de Roraima liderar e começar fazer um trabalho paralelo diretamente com as federações da Amazônia.

Tenho absoluta certeza de que o problema é o mesmo para todos. Talvez, aí, comece a surgir algum resultado. Naquela reunião, eu não senti nenhuma firmeza, não senti nada de funcional, nada de prático, nada que se encaminhasse pra alguma coisa palpável.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer o registro da presença de dois consultores do Senado Federal, Dr. Tarcísio e Dr. Fabiano, que, portanto, estão assessorando tecnicamente esta Comissão. Gostaria que eles se levantassem para que todos pudessem identificá-los.

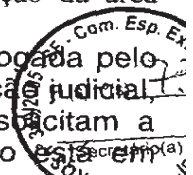
A nossa secretária da Comissão é a Dr^a Dulcília Ramos, e o Dr. Rosber é assessor direto da Presidência da Comissão.

Gostaria de chamar agora, para falar, segundo as palavras dele, em nome da Sodiur, da Alidcir e da Arikon, o Dr. Waldemar, que é o advogado das entidades.

Dr. Waldemar, com a palavra.

O SR. WALDEMAR – Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Presidente do Movimento Pró-Roraima, Presidente da Fecor, prezados agricultores e indígenas presentes, efetivamente, estou na condição de procurador de quatro organizações indígenas. Solicitaram que eu manifestasse nesta tribuna seu pensamento, sua preocupação, o momento dramático que todas essas comunidades estão vivendo hoje, especialmente em razão do processo de demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

Essas comunidades indígenas, bem antes da Portaria nº 534, homologada pelo Presidente da República, tomaram a iniciativa inteligente de proporem uma ação judicial, uma ação civil pública, por meio da qual essas organizações indígenas solicitam a demarcação judicial da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Essa ação está em



tramitação na Justiça Federal, na 1ª Vara aqui em Boa Vista, e não foi afetada pelas decisões do Supremo Tribunal Federal, conseqüentemente encontra-se hígida, andando. E está com o seu pedido de liminar, segundo despacho proferido pelo Juiz Helder Girão, submetido a sua apreciação, após ter ele concedido à AGU 72 horas de prazo para se manifestar a respeito da liminar e do pedido de antecipação de tutela.

Nessa ação judicial, os indígenas solicitam que a demarcação seja feita por meio de procedimento judicial em que serão examinadas todas as questões que envolvem essa demarcação e respeitados todos os direitos de terceiros que, eventualmente, estejam dentro da área. Eles têm consciência de que essa forma administrativa de realizar a demarcação não chegará ao fim jamais porque todos que aqui ouvi falar hoje estão preparando ações judiciais para serem aforadas no sentido de contestar essa demarcação.

Se, efetivamente, é intenção do Governo, por meio da demarcação, contemplar e proteger direito dos indígenas, esse terá que adotar um procedimento mais adequado, mais liso, mais limpo e não fundamentar a sua pretensão em laudos antropológicos, cuja falsificação já foi flagrada por perícia judicial realizada na Seção da Justiça Federal de Roraima.

Diz-se que os indígenas pretendem o direito – que têm – de ser defendidos por eles próprios, segundo o que lhes garante o art. 232 da Constituição Federal. Então não é aventura jurídica o que esses indígenas estão fazendo, nem estão jogando para a torcida; não têm nenhum interesse senão aquele de, efetivamente, buscar uma demarcação judicial para que se tenha o respeito ao direito consagrado aos indígenas pelo próprio art. 231 da Constituição Federal.

Essa ação, ainda quando entrevistado há poucos dias pela imprensa local, sobre qual seria a minha perspectiva a respeito da ação, eu disse que a perspectiva é positiva porque *ninguém melhor* do que o próprio juiz federal que está presidindo esse processo sabe que aqueles instrumentos que abaldraram a Portaria 534 não têm consistência como alicerce sólido para sustentar aquela demarcação.

Da mesma forma, Sr. Presidente, não queremos concordar com o termo que está em voga, inclusive aqui em Boa Vista, de que esses quatro federais foram seqüestrados. Absolutamente não. Esses quatro policiais federais foram detidos pela Maloca Flechal, pelo seu Tuxaua e pelos integrantes da comunidade porque se encontravam lá em flagrante delito. E a pessoa que se encontra em cometimento de flagrante delito pode, por qualquer cidadão brasileiro, ser preso em qualquer momento, em qualquer circunstância e em qualquer lugar em que esteja. Esses federais foram achincalhados lá. Exerceram arbitrariamente as próprias razões, menosprezando esses indígenas, inclusive atingindo o moral deles, querendo diminuí-los como seres humanos. Por isto foram detidos, porque não têm competência para agir dessa forma quando agem na repressão de crimes. Eles estavam oprimindo a sociedade que estava lá com vontade de gritar contra um crime que estava sendo cometido, como foi contra eles, que é a demarcação, que foi feita contrariamente aos interesses deles. Então, esses indígenas lá estavam agindo dentro da lei, sim, e não tinham nenhuma preocupação em não agir da forma que agiram. E, além disso, esses federais, que estavam lá com duas viaturas, estavam acompanhados de índias menores, o que veio a agravar ainda mais a situação da permanência deles dentro da maloca. Então, essas são questões que devem ser deixadas claras para a comunidade de Roraima e brasileira, porque daqui a pouco esses indígenas, de vítimas, poderão ser considerados réus, quando na verdade eles eram vítimas de uma ação ilegal daqueles policiais que lá estavam. Temos documentos e fotografias de que eles estavam acompanhados dessas menores.

Portanto, não podemos concordar que se registre essa palavra na consciência da comunidade de Boa Vista, isto é, que esses indígenas seqüestraram alguém. Também foram os Indígenas traídos na negociação para a libertação dos que lá estavam detidos. Foi palavra empenhada das autoridades que com eles negociaram que eles não seriam processados pelo fato de terem lá prendido aqueles indivíduos. Entretanto, hoje, quem compulsar as folhas do jornal de maior circulação aqui, que é a **Folha de Boa Vista**, verificará ali, a ameaça, mais uma, contra esses cidadãos, dizendo que todos eles serão processados e inclusive enquadrados como fundadores de quadrilha. Isso efetivamente é uma forma desleal de uma negociação. Se tivessem dito àqueles

com. Esp. E.
de maior
E.
E.(s) n.(s)
E.
Secretaria(a)

indígenas que eles seriam processados, não sei qual seria o futuro da vida das pessoas que estavam lá. Mas preferiram enganar, mais uma vez, aquela comunidade, retirar de lá os detentos e agora anunciar aos quatro ventos que esses indígenas serão processados, e inclusive têm eles os documentos, os instrumentos e as fotografias dos que participavam daquela detenção.

Vimos agora a entrega do prêmio pelo Presidente da República e entendemos a urgência, na qual ele estava interessado, em fazer essa demarcação. Na undécima hora, nem bem desceu do avião, vindo do exterior, estava preocupado em entregar o prêmio de que ele era devedor, fazer efetivamente a imolação do cordeiro para oferecer a sua deusa, Condolezza Rice, que vinha logo atrás dele para buscar aqui o grande prêmio que a Nação brasileira está dando aos governantes internacionais. Era esse, efetivamente, o seu dever e a sua obrigação, que ficou patente. Ou – quem sabe? – alguém está se enganando com isso? Não, efetivamente foi pagar uma promessa, com a imolação do cordeiro, que se chama Raposa Serra do Sol.

Pois bem, também acredito que não podemos comungar com o fato de deixar as coisas a nível doméstico. Por isso é importante a vinda dessa comissão. Temos de fazer eco. Não adianta nos iludirmos porque não temos uma bancada expressiva, não expressiva em valores, porque os nossos Deputados são, sim, de muito valor, são galhardos, mas em quantidade para mobilizar trezentos ou quatrocentos votos de que necessitamos para essa investida política, que é o decreto legislativo. Há necessidade de mobilização, sim, em âmbito nacional, para que consigamos dar-lhe luminosidade. Estive no Rio Grande do Sul, de onde acabo de retornar. Lá ninguém sabe o que está acontecendo aqui. Somos muito pequenos, somos a pulga perante o elefante. Precisamos dar uma dimensão maior. E a proposta que faço é a realização em Brasília, porque lá é o centro nervoso de todos os acontecimentos, de um seminário, daqui a sessenta dias, para, durante três, quatro dias a fio, discutirmos não a demarcação da Raposa Serra do Sol, mas a demarcação de áreas indígenas em todo o Brasil, porque há questões e problemas semelhantes ao nosso em todos os rincões do País. Teríamos facilidade, acredito, de mobilizar a Nação, no sentido de começar por aí, por meio dos decretos legislativos, a derrubar essas medidas casuísticas tomadas pelo nosso Ministro da Justiça.

Então era isso, Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, que nós queríamos deixar como proposta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria dizer que, apesar de o Dr. Waldemar estar representando legal e legitimamente essa três entidades que citei, se qualquer outra liderança indígena aqui presente – é muito importante para nós a presença dos indígenas – quiser usar da palavra, peço que se levante.

Jonas, vamos lá, Jonas Marcolino. (Pausa.)

Além do Jonas, qualquer outro que queira falar pode fazê-lo.

O SR. JONAS MARCOLINO – Muito bem, Sr. Senador Mozarildo, senhores que estão nos ouvindo, nós já ouvimos a colocação do Dr. Waldemar dizendo que, realmente, a gente foi enganado. O que nós propomos, na verdade... Não estávamos negociando, no nosso entendimento não estávamos negociando a retirada deles. Inclusive, o José Novaes disse para eles: “Olha, vocês querem...” Porque eles chegaram dizendo: “Rapaz, estamos aqui para discutir um projeto anterior que a gente tinha. Já foi criada uma comissão e tal e tal e tal”. Quando eu fui me pronunciar, eu disse a eles: “Eu gostaria realmente que não tivesse nenhum policial lá para a gente falar a respeito de toda as nossas idéias. Inclusive, eu tenho nossos documentos e não sei onde erramos em apresentar não aquilo que a gente apresentou hoje, aqui e agora, mas o que a gente vem discutindo há dez anos. São propostas nossas, antigas, e acredito que nós vamos defender isso enquanto não concretizados, porque nós sabemos que realmente nada disso... Nós só estamos começando uma batalha”. E eles disseram: “Não, nós gostaríamos de ter esses policiais”. José Novaes disse: “Se vocês vieram buscar os policiais, então peguem os policiais de vocês logo e vão buscar lá. Nós não vamos trazê-los, não. Nós não vamos trazê-los. Nós não vamos trazer esses policiais. Então peguem eles e levem”. O José Novaes deu uns gritos bem altos com eles e... Porque nós não gostaríamos de trocar policial com qualquer coisa. E realmente, eu, no meu entendimento, eu não gostaria de trocar nenhum policial ou nenhuma pessoa em troca de qualquer coisa.

O nosso pensamento em relação – e eu não conversei como Dr. Valdemar a respeito do documento, a respeito da proposta –, mas na nossa proposta propomos a eles que deve ser efetivado, inclusive a exclusão das vilas, excluir das áreas indígenas, áreas de produção, é construir a hidrelétrica do Cotingo, é conceder bolsa de estudo para pessoas que *graduarem nas universidades*, é fazer convênios com a Funasa, é desenvolver o setor produtivo. Enfim, não sei onde falhamos. Eu sei que isso a gente sabe que eles estão nos enganando. Não é? Por que o Ministro não esteve aqui? Por que o Ministro não quis discutir? Nós discutimos tudo isso com eles. Mas nosso projeto, nossa proposta, realmente não sei se já chegou ao conhecimento dos Srs, mas, se erramos, realmente foi... Nós erramos, eu acredito, eu falei um pouco no Flexal, disse para eles: “Olha, nós estamos aqui com uma proposta que é cem por cento nossa, é cem por cento da nossa vontade”. Agora, se alguém pergunta: “Vocês assinam embaixo?” Não, nós não vamos assinar embaixo. Eu tenho certeza absoluta de que nenhum de nós assinou. Essas propostas aqui são nossas. Não, não poderíamos... Eu assinei essa proposta aqui não garantindo que tudo isso seria concretizado, não. Eu assinei de última hora e ninguém mais assinou. Porque nós elaboramos e discutimos isso.

Mas, realmente, nós mostramos, no início, aqui, dizendo o seguinte: “Nós, populações indígenas, sentindo-nos profundamente prejudicados pela homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, de acordo com a Portaria nº 534, de 13/04/2005, que nos submete a um processo de regressão erradicando todas as chances de desenvolvermo-nos sociocultural, política, ambiental e economicamente, considerando que não permite a presença de autoridades estaduais e municipais, os únicos que prestam assistência social nas áreas indígenas em todos os aspectos, considerando o histórico do Governo Federal em submeter as comunidades indígenas num País à uma política indigenista de abandono em setores essenciais, o que tem provocado morte de crianças, de indígenas por desnutrição. Nós, indígenas, não permitindo tal imposição do Presidente da República, vimos às autoridades propor...”

Temos aqui as nossas propostas. Não mostramos para eles, em nenhum momento, que estávamos satisfeitos com a Portaria. Nós não mostramos a ninguém que estamos satisfeitos. As pessoas pensam que recebemos algo em troca disso. Eu ficaria com a minha consciência pesada se recebesse um centavo em troca para dizer que não estou satisfeito ou propor isso aqui.

Quero dizer que, realmente – o Dr. Waldemar disse aqui –, fomos enganados, mas nós acreditamos... Este Governo passa. Eu acredito que vá acabar, mas temos as nossas propostas, a nossa vontade de construir esse Estado junto com nossos compatriotas, por isso estamos aqui. Creio que, se tivesse feito qualquer coisa, eu teria medo de dizer o que fiz, teria vergonha de dizer, mas a nossa batalha realmente é esta: não acreditamos. Se Lula não realizar isso, não estamos interessados que ele realize. O importante é que o mundo inteiro saiba que não estamos contentes com essa homologação e que as nossas propostas sejam concretizadas. Se no Governo do Presidente, não interessa. O importante é o mundo que nós queremos construir, esse estado, um Estado promissor, aquele Estado onde realmente todos tenham a cidadania, todos tenham o direito contido na nossa Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero registrar, e se faltar algum mais aqui, quero que me corrijam e até falem, para que fique registrado na Comissão. Está representada a Sodiur pelo José Novais, Presidente; pelo Abel, vice-Presidente; o Amazonas, que é o Presidente da Nova Vida, que são lideranças indígenas; Jonas, da Sodiur, que já falou; o Genival, que é Vereador da Pacaraima e de Tuxaua do Contão, o Altevir, do Flechal. Mais alguém que eu não tenha mencionado? Mais algum indígena que eu não tenha citado? O Gilberto está presente, mas não está presente. Vou registrar, só para dizer que está, Gilberto, não quer dizer outra coisa não.

O importante vou repetir: se algum outro indígena quiser falar, concederei a palavra. (Pausa.)

Então, pode falar o nosso amigo José Novais.

O SR. JOSÉ NOVAIS – Meu boa-tarde, Senadores, Deputado Federal, é com muita satisfação que estamos agora, mais uma vez, nesta história tão angustiante da nossa vida. Na verdade, em certos momentos, a gente vê a situação, como disse o nosso amigo do Sul do Estado,

com quem estivemos há poucos dias, em Brasília, na Câmara Federal, onde indígena do sul da Bahia apontava em direção dos Deputados Federais, dizendo que eles não moviam uma palha para os povos indígenas, nem o Governo do Estado, inclusive o Deputado Rodolfo estava presente. Enfim o Estado, hoje, sofre por uma questão de área, como disse.

Não sei quando acaba essa fábrica de homologação de terras indígenas – eu sou índio, mas eu vou falar, porque é um absurdo –, que não é do índio, vimos dizendo e sempre defendemos. E também que a nossa vida, integrada à sociedade, nunca vai mudar, e o Governo Federal entende que tem que segregar o nosso povo deste povo que hoje se encontra.

Sempre defendemos, nunca vamos mudar o nosso discurso, que aqui se encontra. Inclusive colocamos uma nota em que defendemos todas as vilas, porque entendemos que nas vilas é onde vendemos os nossos produtos e onde compramos os produtos manufaturados.

Entendemos que, hoje, válida a implementação de tecnologia para os rizicultores que se encontram dentro da nossa área. A área é de todos. Há área para todos trabalharem e desenvolverem as suas atividades.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, sempre defendi também que, muitas vezes, fomos somente chamados a partir do momento em que há aflição. Estive vendo um dia desses o Senador Siba Machado, do Acre. Quando ele estava falando, havia pessoas lá no alto aplaudindo: “É isso mesmo, Senador!”. São pessoas que nem conhecem Roraima. Eles conhecem sequer o nosso convívio aqui dentro.

Precisamos estar juntos não somente nos momentos de aflição, mas também nos bons momentos, porque, em certos momentos de decisão, não podemos também arrancar os aplausos, pois são momentos difíceis, como era o caso do povo do Flechal. Fomos lá e estivemos junto com eles.

Os tuxauas, eles entenderam que, naquele momento, todos eles não iriam entregar aquelas pessoas que ali estavam detidas para ninguém, a não ser que ele viesse entregar. Disse que isso deveria ficar a critério deles. Essa decisão foi tomada pelos tuxauas que ali se encontravam.

Então, quero deixar isso muito claro e dizer, mais uma vez, que estamos viabilizando meios com os senhores e com todos os nossos compatriotas do Estado de Roraima, para que tenhamos uma história boa e feliz lá na frente.

Acredito nos Parlamentares, Senadores, Deputados Federais e demais autoridades que estão ali no dia-a-dia do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

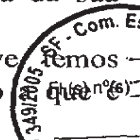
O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Gostaria de convidar o nosso amigo Paulo César Quartieiro para se pronunciar como produtor, já ele não quis participar da Mesa como Prefeito.

O SR. PAULO CÉSAR QUARTIEIRO – Boa Tarde! Gostaria de cumprimentar os representantes do Senado, que, mais uma vez, vêm aqui nos ajudar, as autoridades e o público em geral. As pessoas já falaram até com mais competência do que eu. Só gostaria de dizer algo que não foi dito, no sentido de que já estão anunciando o final da resistência. Acabou a novela Raposa Serra do Sol. Vamos preparar-nos para a próxima novela, não é?

Acredito que não. O rapaz estava perguntando-me há pouco o que iria acontecer. Não sei o que vai acontecer, mas os problemas que existem continuam aí. Não foi tomada nenhuma atitude do Governo seja Federal, seja de outra esfera de Governo, para solucionar esse problema. Simplesmente, ele se acomodou, mas o problema está aí latente.

A nossa população não aceita essa demarcação do jeito que é feita, com exceção de alguns que têm interesses próprios. Esse problema pode adormecer um pouquinho, mas vai tornar a aparecer, até com mais candentes, porque toda a manifestação atinge um certo acima da sua radicalização. Não sei quais as conseqüências que vão advir disso.

Evidentemente, ninguém está propondo qualquer coisa aqui, até inclusive a consciência de que não podemos expor a nossa população a aventuras, mas a situação induzida a população não vai satisfazer ninguém. Isso vai revoltar todo mundo.



Também ouvi falar muito aqui de pressões internacionais, não sei o quê, do nosso Foundation não sei de onde, mas o que sinto realmente é que nunca tivemos competência para nos defender. Quem é fraco, naturalmente, o forte agride. A fortaleza não vem de números, de força, mas convicção e firmeza. Se fosse assim, Davi não teria derrotado Golias. Quando se vai a uma disputa, não se medem as forças, mas a necessidade e a convicção das nossas posições.

Acredito que a nossa luta é justa. Estamos imbuídos, além do nosso interesse material – evidentemente, todos têm interesse –, do sentimento de representantes da presença brasileira no extremo norte.

Perdeu-se aqui uma grande oportunidade. A História ensina que o sucesso e o fracasso têm causas. Ao analisarmos, por exemplo, o PIB de Roraima hoje, constatamos que é o pior da Federação. Perdemos para o Amapá, para os adoradores de árvores do Acre, que tem área geográfica muito menor que a nossa. A nossa situação de Roraima é realmente desconfortável, ridícula e vergonhosa.

A sociedade perdeu uma oportunidade muito grande no momento em que nós, com nossa dificuldade e pequenez, conseguimos colocar esse assunto na mídia, graças aos nossos colegas – digo brasileiros – da imprensa. A população se mobilizou. Mas, infelizmente, é como a história do cavalo que veio, pastou, ninguém montou e ele foi embora.

Se nosso mandatário maior tivesse tido o desprendimento de assumir essa bandeira e essa liderança, talvez tivéssemos tido outra história. Nessa oportunidade, a liderança tem de ser exercida. Falaram que temos de levar isso em conhecimento. Acontece que nós, população, demos uma procuração ao Governo do Estado para tratar desses assuntos. Se estamos tratando diretamente, estamos pulando, hierarquicamente, uma posição, que é a do nosso Governador. Infelizmente, o Governador adotou outra atitude. Creio que ele ainda não descobriu a importância do cargo que ocupa. Esperamos que ele redefina essa política porque, realmente, perdeu-se uma grande oportunidade.

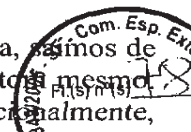
Tínhamos uma sociedade unida. Nosso assunto estava candente na imprensa. A razão está do nosso lado. Poderia, de repente, haver um movimento que seria talvez a independência de Roraima não do Brasil, mas como ente federativo. Falam que ninguém considera Roraima. Mas ninguém considera o fraco, ninguém considera quem não sabe se expressar, ninguém considera quem não sabe reivindicar seu direito. Evidentemente, se persistirmos nesse caminho, nunca chegaremos a lugar nenhum. Aí se explica por que, de repente, Rondônia progride, por que Tocantins, criado na mesma época nossa, progride e por que Roraima só vai para trás. Falhamos como sociedade.

A sucessão de erros talvez nos leve a uma situação. Na minha opinião, entendo que estamos hoje melhores que ontem. Em Roraima, acabou-se o baile de máscaras no qual as pessoas colocavam máscaras, iam ao baile, falavam o que lhes convinha e, depois, em outros campos, tiravam a máscara e mostravam a verdadeira face. Hoje, aqui, em Roraima, sabemos realmente quem tem compromisso com essa terra. Hoje, nós temos condições de reunir realmente quem está preocupado com a situação da nossa população. Sabemos quem são aquelas pessoas que estão aqui ganhando um dinheiro para aplicar fora, que estão vindo aqui para melhorar a aposentadoria, que não têm compromisso.

Nossa luta está boa. Daqui a um ano e pouco, haverá eleições gerais, e teremos oportunidade. Se fosse problema localizado de Roraima, tudo bem! Não há relação. Mas o problema de Roraima se repete no Pará, em Rondônia, no Mato Grosso, que é o cerceamento de quem quer produzir, quem quer reafirmar a presença brasileira por meio da produção de riquezas para a sociedade.

Hoje, nossa luta está melhor. Conseguimos realmente identificar quem nos apóia e quem não nos apóia, quem não nos apóia.

E faça um apelo a nosso Governador. Ele chegou aqui, nos deu tanta esperança, vimos de um Governo meio atrapalhado, e ele veio com aquela aura de otimismo, mas naquele momento mesmo. Que ele se invista da dignidade do cargo, a dignidade que ele, institucionalmente,



constitucionalmente falando, tem o mesmo porte jurídico que o Governador de São Paulo. O problema de sermos um Estado pequeno, isso é uma coisa eventual. Nosso Estado vai ser grande, sim, Senador. Vai ser grande, sim. E, estrategicamente, hoje é o Estado talvez mais importante do País, é a presença brasileira aqui no Hemisfério Norte, a influência política, a diplomacia brasileira neste setor do Hemisfério Norte, como disse anteriormente. Então, não podemos nos apequenar, a luta continua.

Agradecemos os Senadores por estarem aqui. Realmente, acho que é uma esperança, outra vez. Já estiveram aqui novamente. Gostaria de corrigir também, pois falamos muitas vezes, criticamos, talvez até com um pouco de ênfase, o Governo, mas não é assim. Temos que bem localizar as coisas: é o Executivo. O Legislativo, graças a Deus, tem nos acompanhado, tem se mostrado firme conosco. Há exceções. Em todo rebanho há a ovelha negra, não é? Mas, basicamente, quase todos aqui têm nos apoiado, a Justiça tem dado razão a nós em nossas demandas. Então, realmente, o que está tentando prejudicar este Estado é um grupo, um grupo que aí está, que daqui a um ano e pouco vai ser colocado novamente sob julgamento popular, e é um grupo que diz que foi eleito pelo povo, mas que sofre influências externas, que não sei quantos votos tiveram essas ONGs para exercerem tanto poder. Então, nossa luta é justa. Estamos lutando realmente por uma democracia no País, pelo desenvolvimento dos Estados. E o Estado de Roraima tem que sair da posição vergonhosa de pior PIB e de termos o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É por aí, não é? Isso se faz construindo com trabalho, com produção, utilizando nossos recursos naturais de maneira inteligente a partir de nosso objetivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora o empresário Célio Fonseca, que representa a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.

O SR. CÉLIO FONSECA – Boa tarde, Senadores Mozarildo Cavalcanti, Wirlande da Luz e Augusto Botelho e Deputado Rodolfo Pereira, companheiros do Sistema Fecomércio, Faci, Dias Iderval, companheiros, em Roraima convivo com esse tema desde o final da década de 70, desde quando Alcidinhos e Mozarildo eram candidatos, em uma luta aguerrida contra o arbítrio de então. E nunca vi, apesar dos percalços ocorridos agora, uma Bancada Federal tão na ativa, tão legítima como a que temos hoje. Temos um momento histórico importante e que deve ser aproveitado ao máximo. Fala-se muito em Raposa Serra do Sol. Vejo isso como a ponta de um *iceberg*. Vimos já a história ianomâmi. E quando se fala em Raposa Serra do Sol, temos os indígenas das etnias macuxi e uapixana em um nível de aculturação oposto aos indígenas da etnia ianomâmi, e esquecemos, o mundo não consegue enxergar, a etnia ingaricó, que está em um estágio intermediário. E sugiro aos nobres Senadores que mantenham contato com a liderança ingaricó. Creio que ela servirá como um contraponto para mostrar que Raposa Serra do Sol não é uma área única. Raposa Serra do Sol não é uma área homogênea nem entre os semelhantes que ali estão. É uma área diversa. E sugiro até que a Comissão Externa do Senado Federal visite a Serra do Sol – Manalai e Caramambatai –, são 1.500 seres iguais a nós que habitam cinco aldeias. Salvo engano, esse número de 1.500 indígenas, aproximadamente, que precisam ser ouvidos também e que querem a delimitação da área ingaricó dentro da área Raposa Serra do Sol, proposta que a Sodiur endossa, proposta que a Sodiur também defende, respeitando aqueles outros irmãos, como os componentes da Sodiur, Alidicir e Arikon querem ser respeitados também.

Para não me alongar, essa é a sugestão pontual, ouvir e visitar também os ingaricós, que têm uma situação toda diferente e que emprestam o nome a essa área da Raposa-Serra do Sol.

Muito obrigado. Sucesso na missão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora o nosso amigo Derval Furtado, Presidente da Facir, para fazer uso da palavra.

O SR. DERVAL FURTADO – Boa-tarde a todos os companheiros, Senador Mozarildo, Senador Wirlande, Senador Augusto, Deputado Rodolpho, Presidente da Casa, Airton Dias

Com. E.
S. F. M. S.

companheiros do Pró-Roraima, Prefeito Paulo César, aqui presente, o Vereador Líder da Bancada da Prefeitura em Pacaraima, meu companheiro Genival.

Companheiros, acredito ser muito importante que façamos as nossas exposições a esta Comissão. É importantíssimo. O Paulo já relatou há pouco e acredito que ele, que tem uma visão política, empresarial – e também político-partidária em que ele entrou – é muito importante para que tenhamos essa visão.

O Comércio de Roraima volta ao que era antes. Nós agora vamos chegar perto do contracheque, vamos chegar perto – Senador Mozarildo, Presidente da Comissão – ao contracheque novamente, se realmente nosso cinturão da produção do arroz, o cinturão da produção de carne no Sul do Estado e o cinturão hortifrutigranjeiro, principalmente aqui no Passarão e também em Perece, que ali também tem uma demanda da Funai, segundo temos registro.

Sabemos que, lá no sul do Estado, descendo o rio Branco, à esquerda, também já estão trabalhando – a própria Funai e o Ministério da Justiça, Senador – em aumentar a área dos waimiris-atroaris, a partir da reserva florestal, que termina ali, pela boca do Anauá, para baixo, à esquerda de quem desce. Para o lado direito, ninguém tem mais anuência nenhuma, estamos sem aquele pedaço até o Catrimani e depois são áreas ambientais. Portanto, as populações ribeirinhas que sobem o rio Branco, à direita – e que estão ali há mais de 50 anos – terão que também sair dali, deixar seu pedaço de terra.

Voltando para o comércio e para a indústria. A nossa indústria acabou; quanto à madeira, ninguém mais pode tirar um pedaço de pau de madeira de lenha para poder produzir e para exportar. Os nossos companheiros, os madeireiros, estão cada um com seu processo criminal na Justiça Federal, Senador. Temos também os processos administrativos, que são multas homéricas, o pessoal não tem moeda corrente para pagá-las. Já se tentou com o Ibama alguma negociação, é um absurdo. O presidente da Fundação do Meio Ambiente do Estado, Daniel, acredito que ele possa até se manifestar e fazer um histórico disso para esta Comissão.

Temos a questão dos grãos, na mesma situação e, agora, o nosso cinturão do arroz, que está agregando, que está movimentando o comércio aqui no Estado, apoiando o Amazonas, apoiando Belém e alguns Estados do Norte. Digo para o Faccio, que preside a Associação dos Arrozeiros, que o comércio sem o arroz produzido aqui vai ficar muito difícil e a população vai pagar muito caro. Quero ver quem vai se responsabilizar por isso, se vão fazer outro Cruzado e mandar novamente os policiais federais adentrarem nossas lojas armados para pegar os tubarões dos aumentos de preço. Isso nunca deu certo, foi uma tristeza absurda.

Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores Membros da Comissão, começo dizendo que estamos “*a la vontè*” novamente do Governo Federal, que fez de Roraima um grande laboratório das suas experiências. O pior de tudo é que não há nenhum cientista deles no Estado tentando manipular-nos. O fato mais absurdo ainda é que eles nos manipulam lá de fora, porque não há na região roraimenses verdadeiros e de coração que lutem por este pedaço de Pátria do nosso Brasil.

Eu gostaria de dizer que há uma preocupação do comércio de Roraima, de todos os Municípios, especialmente da capital, vexatoriamente alargado num preceito sem precedentes, porque precisamos manter o Estado. A arrecadação, até a virada do ano, era de R\$12 milhões. A previsão do fisco estadual era aumentar em torno de 3%, 3,5%. Sendo assim, estão tentando promover um aumento para chegar a aproximadamente R\$16 milhões, R\$18 milhões. Considero muito difícil aumentar dessa forma a arrecadação do Governo do fisco estadual.

Por conseguinte, o que ainda nos preocupa, Sr. Presidente, é a arrecadação do fisco federal nessas áreas que estão sendo desativadas pela população. A maioria dessa população que vive especialmente de Pacaraima paga Imposto de Renda e recolhe Cofins, impostos estaduais e impostos municipais. O pior de tudo é que o Governo Federal está pegando a sua parte desses impostos, Senador Mozarildo Cavalcanti, e está tirando dele próprio a arrecadação de um lugar que fica no extremo norte do Brasil e que ele não releva como ocupação de fronteira dessa população. Pelo contrário, o Governo marginaliza principalmente o produtor, o comerciante, o industrial e a

área de serviço. É preciso registrar a sobrevivência da nossa incipiente economia. Não temos mais condições de arcar com essa carga tributária absurda, que é modelo para o Sul do País e que nos tentam impor. Deveríamos ser pagos para trabalhar nessa região.

Lembro que estivemos novamente rodando o Brasil, tentando sensibilizar as maiores autoridades do País, como o Vice-Presidente da República e o Ministro da Defesa. Estivemos lá, fizemos uma exposição e colocamos um mapa na frente de S. Ex^a, que é empresário e também comerciante, a fim de sensibilizá-lo para a nossa situação socioeconômica e até estratégica. Resultado: acredito que não tivemos muita sorte. Apesar de sabermos que seria muito difícil, não custava nada tentar. Nesse sentido, a Comissão vem ao Estado para fazer esse registro e conhecer os nossos anseios neste momento de tristeza, desespero e apatia, de certa forma.

Companheiros, não nos deixemos abater pela apatia. Vamos trabalhar. Vamos continuar lutando, com pé no chão e conforme a lei. No meu entender, registre-se, Srs. Senadores desta Comissão, não foi praticado nenhum ato ilegal, inconstitucional, nem mesmo o protesto dos companheiros índios na maloca do Flechal. Não foi inconstitucional. Inconstitucional é o que MST, apoiado pelo Governo Federal, está fazendo hoje no Brasil. Isso é ilegal. Vejam bem. Os integrantes do MST, armados de foice, de facão, entram nas fazendas, nas propriedades das pessoas que vivem centenariamente naquela terra, mas os proprietários da terra que têm uma arma em casa para se protegerem são processados, presos, sem direito a fiança. Essa é a verdade. Hoje em dia, é a isso que se presta o estado de ofício, Senador Mozarildo Cavalcanti. Esta é a nossa preocupação: que leve ao Senado Federal, principalmente ao Senador Renan Calheiros – que não é amigo de Roraima, porque já é a segunda vez em que ele concorda, pelo que há de registro oficial, com essa absurdez –, mas que leve o nosso apelo e as nossas preocupações de Roraima. Da parte do comércio, acredito que o Sr. Dias se some conosco. É a nossa parte sindical, a liderança sindical do Estado quanto ao comércio.

Tenho que me ausentar, Sr. Senador, pois tenho uma reunião, agora, no Gabinete da Vice-Governadoria. Estamos também fazendo um trabalho em nível de Governo Federal e devemos, amanhã, ir para lá. Alguns companheiros sabem do nosso trabalho com o Itamaraty, tentando lidar com as alternativas das áreas de livre comércio, que também não foram implantadas justamente por falta de interesse – nosso também.

Enfatizo que a culpa é nossa, genericamente, a respeito da nossa situação atual. Só viemos juntar-nos um ano atrás. E continuo persistindo, Sr. Senador, nesse conagraçamento das lideranças – índios e não-índios –, a fim de que possamos levar às autoridades essa necessidade. Não adianta reclamar um dia ou dois. Vamo-nos juntar e tentar chegar a um entendimento, porque os adversários querem o nosso esfacelamento, a separação, ou seja, que enfraqueçamos. É assim a estratégia.

Noutro dia, para finalizar, eu estava na Comissão de Defesa Nacional – não é, Senador Augusto Botelho? Fiquei pasmo e boquiaberto quando ouvi as explicações da maioria dos Senadores que estavam ali. Em determinado momento, o Senador Augusto fez um aparte e expôs a situação de Roraima e da Amazônia no seu devido lugar – não detalharei o assunto, porque encomprida muito a conversa. Fiquei pasmo, porque eles estavam discutindo a soberania nacional e a Amazônia, que estava sendo vendida. O que foi concretizado lá, rapidamente, chegou a aparecer. Vi o Senado, aquela Comissão, baixar a cabeça para uma ex-Embaixadora do Estado Norte-Americano no Brasil.

V. Ex^a lembra-se, Sr. Senador, que, quando ela chegou, os trabalhos pararam para que fossem cumprimentá-la? Era uma ex-Senadora, não tendo sido convidada a comparecer ali. Foi apenas uma visita de passagem, pelo que entendi. Não foi assim, Senador Augusto?

Que tristeza! Uma ex-Senadora! Estava-se discutindo a internacionalização da Amazônia no Senado, numa Comissão muito lotada. Dessa forma, verifiquei como estão a nossa política brasileira e os representantes – genericamente, Srs. Senadores – do Brasil perante a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer. Estou muito grato a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Como o Sr. Derval terá que se retirar, convido o amigo Faccio para assumir a coordenação dos trabalhos pelo Movimento Pró-Roraima.

Ao mesmo tempo, concedo a palavra ao Deputado Rodolfo para suas explicações.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti, em nome da Comissão do Senado, e os demais Senadores Wirlande da Luz e Augusto Botelho. Saúdo também os Srs. Airton Dias e Derval, os companheiros índios e produtores de Roraima.

Foram muitas vezes em que participamos desse processo. Quase tudo o que faço já foi falado e exposto aqui. Mas, hoje, considero o conflito em Roraima o da pobreza e da desorganização, que leva ao enfraquecimento do nosso Estado. Se estamos apanhando do Governo é porque somos pobres, Sr. Senador.

Trabalhamos hoje com o agronegócio, que está descontente com o Governo Federal, a agricultura familiar e indígena, o meio ambiente racional e a segurança nacional. Todos nós pensamos da mesma forma e todos nós estamos descontentes com a política nacional, mas somos fracos. Juntando todos nós, não servimos de quase nada quando falamos lá fora. Ainda quando juntamos os três Senadores, os oito Deputados e o Governador, também ficamos sem voz nenhuma lá fora. Isso ocorre porque somos realmente fracos.

Hoje assisti no Canal do Boi a um programa que mostrava o Mato Grosso exemplificando a nossa organização e a nossa união para a defesa da área deles. Vejam, se não estamos conseguindo resolver a nossa questão aqui, o Mato Grosso quer que haja o modelo de Roraima para combater as ingerências políticas do Governo Federal na área dele, segundo veiculado no Canal do Boi.

De uma coisa sabemos: vamos ter mais um parceiro. Vamos ter o parceiro de Rondônia, de Pará, do Rio Grande do Sul e do Paraná, que estão vivendo a mesma situação, e alguns de São Paulo.

Tínhamos na nossa mão uma televisão do Canal do Boi, e nunca havíamos usado essa mídia, que é importante. Hoje, estava por acaso assistindo ao canal e vi essa reportagem. Também vi no Canal do Poder Judiciário sendo julgada uma ação de... Como se diz? Um mandado de segurança de um produtor que morava na região de Chucurus que dizia que havia sido atendida a questão do direito do contraditório. Tivemos três votos a nosso favor e ele ia ganhando, mas perdeu porque um dos Ministros resolveu verificar o mérito do processo e constatou que havia a assinatura de direito contraditório. Então, é bem provável que o Supremo, posteriormente, seja nosso parceiro.

Aqui em Roraima, há uma diferença na questão fundiária da Raposa Serra do Sol. É que, em todas as outras regiões de homologação, todos os índios são contra os não índios. Aqui, não. Aqui há algumas ONGs indígenas que são contra a demarcação, há produtores rurais do agronegócio que são contra a demarcação, há cidades, como Água Fria, Socó, Mutum, Vila Pereira, que são contra a demarcação. Então, temos um parceiro a mais. Na verdade, são todos contra um, diferente das outras. Ao Dr. Waldemar, que não está aqui, digo que seria bom começar a estudar isso aí. Observo neste momento a necessidade de partir em busca de uma banca de advogados que realmente tenha uma parceria muito próxima do Supremo, que conviva diariamente com o Supremo e que tenha competência para tratar da questão fundiária indígena, a fim de que possamos preparar uma defesa de fato, que possa surtir efeito.

Existem mais de dez defesas na Raposa Serra do Sol, a grande maioria das quais trazem alguns vícios, alguns defeitos que serão eliminados no início do processo de julgamento lá dentro. Não podemos aceitar essa questão. Digo a vocês, Lauro, Abel, Tevi, Amazonas, Jonas, que não podemos aceitá-la. Se o fizermos, estaremos errando. Então, não podemos aceitá-la. Só podemos aceitá-la, se nossa vida melhorar, e não vai melhorar, Genival, vai piorar. E é um fato verdadeiro o que estamos dizendo.

Qualquer cidadão neste Estado que aceite – vou citar um único exemplo – tirar o Sr. Joaquim Correa do Karacaranã, que paga imposto desde 1816, não é digno de ser brasileiro, nem de prestar para nada neste Estado. É preciso que fique claro, porque é danado que, quando uma mulher passa de biquíni, só conseguimos olhar para o biquíni e sequer olhamos para o rosto dela. Estamos

olhando para a Raposa Serra do Sol, fixando-nos na questão dos arroteiros. Ressalto que há uma centena de pessoas ali dentro que tem vida digna tanto quanto os arroteiros, e não podemos calar-nos diante dessa questão.

Hoje a mídia enfoca o Paulo César como se fosse grande malfeitor, campeão de intriga, discórdia e proprietário de terras ilegais. O Sr. Paulo César comprou o depósito, suas fazendas de um outro fazendeiro, que comprou de um outro, que comprou de um outro. É a quarta compra ou mais. Não sei direito a história da fazenda lá. Então, ele não é grileiro. Passou por um processo que foram colocados como muitos de nós. A minha propriedade tem quatro mil e quinhentos hectares titulados, mas tem seiscentos hectares que não titulados e isso já tem alguns anos. E, assim, quantos e quantos roraimenses estão nessa situação.

Não podemos aceitar e, aqui, acho que cabe um direito de resposta para explicar o que está acontecendo ou vamos entrar em um processo de difamação e não fica só em você, Paulo. Eu vi os índios queimando um boneco simbolizando o Senador Mozarildo Cavalcanti lá em Brasília como inimigo dos índios. Nós não somos inimigos dos indígenas. Estamos batalhando por um direito de pessoas que estão sendo usurpadas desse direito.

O Sr. Lourenço, dono da fazenda Manga Brava, pegou um avião e foi embora e disse que queria morrer em um lugar onde fosse considerado cidadão. Esses são alguns dos exemplos que estão sendo colocados e que precisam chamar a atenção. Então, dizendo com muita clareza: É preciso que nós não aceitemos essa condição. Vamos lutar na justiça, vamos lutar da melhor forma que for necessário. Em cada embate desse que temos há um grande amadurecimento.

Tenho a certeza de que hoje vocês estão mais maduros, assim como estão mais maduros aqueles trezentos e sessenta que saíram sem sequer ir ao jornal denunciar ou fazer alguma coisa porque já temos levantamento do nome de cada um deles. Eu, o Senador Augusto Botelho e o Senador Mozarildo Cavalcanti vamos colocar em uma página do principal jornal daqui e vamos procurar um jornal de fora para colocar o nome de um por um dos que foram saindo, onde estão hoje e que nenhum deles foi indenizado para, quando disserem que são oito produtores, a pessoa só vai dizer se ela tiver má-fé ou então for extremamente incompetente de não conhecer nada da história de Roraima.

Volto a citar que, nesse meio, o Sr. Joaquim Correia que tem a fazenda titulada Caracaranã, está pagando imposto da avó dele, Carminha, que passou para mãe dele, que passou para ele desde 1816. Se alguém fala que deve fazer pactuação, concordar, negociar, receber alguma coisa em troca não é cidadão brasileiro e não é digno nem de ser Governador, nem Deputado, nem Senador, a nada desse Estado. Este é o meu posicionamento.

Outra coisa daí por que falei no Mato Grosso é que essa questão é nacional. Temos que mirar num sentido. Contra quem estamos batendo? É contra o Lula? Não sei se é contra o Lula. O Henrique fez a mesma coisa. O Collor fez a mesma coisa. A diferença é que o Collor chegou aqui de herói. São muito parecidas as questões. Contra o MST? Contra a igreja católica? Não sei. Só sei dizer que o agronegócio cambaleia, a agricultura familiar precisa imediatamente de uma assistência e é uma obrigação política nossa de fazer isso. Não é a obrigação do Paulo ou dos outros daqui. É nossa, é minha, do Governador, do Senador, do Presidente da República dar condições para que a agricultura familiar comece a produzir de fato com qualidade de vida.

Aquele exemplo da agricultura indígena da comunidade do Pontão era para estar, há alguns anos, sendo feita e a Raposa já era para estar com mais de mil hectares de mandioca e o Flechal era para estar chegando a seus duzentos hectares de feijão, mas poucas pessoas se meteram a fazer isso e acho que é uma obrigação nossa. A homologação é uma linha imaginária e, de dentro dela para fora, com os índios amigos que temos, nós a quebramos com muita facilidade.

O outro ponto é a questão da segurança nacional em que o nosso Exército ganha tão pouco, tão pouco que os que vêm para a Amazônia, não vêm por patriotismo, vem por algumas promoções. Então, é um fato verdadeiro que se põe aqui. O meio ambiente racional existe também. Ele está sendo massacrado pelo Marina, mas ele existe. Assistimos algumas palestras nesse sentido.

Para completar. É difícil aprender. Ou você aprende estudando, ou você aprende apanhando. No mesmo tempo em que estamos apanhando aqui na Raposa Serra do Sol, não

um movimento organizado na área dos fazendeiros que esteja preparado hoje para discutir a questão fundiária sabendo, se alguém tiver dúvida, que a intenção do Governo é a de registrar, de titular até só cem hectares e tomar o resto como estão tomando as nossas lá. Alguém tem dúvida disso? Cadê o movimento dos fazendeiros? Precisa estar organizado.

Nesse período dos seqüestros dos índios do Flechal, o que nos ajudou muito – já era o momento em que a gente estava parando o movimento, todo mundo lembra disso – e o Abel Barbosa, heroicamente, com a sua família e seu povo fez aquela, não um seqüestro, uma prisão para chamar atenção da mídia de quem está sufocado juntamente com o Altevir. Mesmo assim ficamos aqui sem muita ação, sem correr. Eram um ou dois heróis que se punham a dar uma ajuda, que pegavam Globalstar, para inclusive poder falar com a imprensa, a polícia correndo atrás de todo mundo. Mas não tínhamos um grupo organizado. Alguns políticos corriam para cima para poder receber alguns benefícios. A queixa maior era a quantidade do que estava sendo pago pelos arroteiros, porque era muito pouco.

Essa é a verdade do nosso Estado. Essa é a pura verdade. Mas por quê? Porque somos pobres. Tão pobres que o Governo se contenta com 40 milhões, com 60 milhões, com 100 milhões. Um Estado que pode produzir, por ano, alguns bilhões de dólares e de reais para o seu povo e a sua família.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nosso companheiro Bernardo Uapixana está com a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Só peço a palavra um pouquinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Eu e o Senador Mozarildo entramos na CPMI da Terra com requerimento. Também entramos na Comissão de Agricultura. Está aprovado, para vir aqui.

A CPMI da Terra é uma CPI que pode invocar qualquer membro, pode convocar, pode convidar, tem poder de polícia e poder de investigação. Deveremos aprovar esse requerimento esta semana, e já poderíamos colocar aqui, Senador, a questão do roteiro.

Ela vem tratar da questão fundiária indígena aqui. Nós queremos ver, pelo menos pela minha cabeça, não conversei com o Senador, uma audiência pública, aqui na cidade, com as diversas categorias, e uma visita à cidade de Pacaraima. Todo mundo fala, fala, mas Pacaraima é uma área homologada, com processo judicial para retirar as pessoas que estão lá. E talvez essa cidade seja o exemplo da fraude do laudo antropológico, que omitiu a cidade de Pacaraima.

Então, faria uma visita a Pacaraima e uma audiência pública aqui. Este é o meu pensamento. Se alguém tiver uma outra...

Geralmente é muito rápida a audiência de CPI, é um dia. Ela vai poder ir ao local e volta para cá. Se alguém tiver outra idéia, ela pode ser colocada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Você pode usar da palavra.

O SR. BERNARDO UAPIXANA – Boa tarde, eu sou Presidente da Associação Indígena aqui da cidade. Estou aqui porque estou contra também a demarcação. Sou contra mesmo, porque não aceito essa situação que estamos vivendo hoje em dia, agora, neste momento. Porque, se, por exemplo, tiram os fazendeiros, arroteiros, empresários, aí como é que nós vamos ficar? Como é que nós vamos viver?

Eu digo para mim mesmo, eu sou índio, eu sou índio uapixana. Tem muitos índios que vivem aqui na cidade, então é por isso que estou muito revoltado com a situação. Estou muito revoltado mesmo, eu não aceito. São tantas pessoas, índios, que trabalham com eles, aqui, mas no interior também. No interior, com os arroteiros, com os fazendeiros. Realmente eu trabalhava. Mas agora parei, estou aqui na cidade.

Então é por isso que digo: como é que vai ficar? Como é que vai ficar a situação? Porque eu trabalho. Às vezes. Mas sempre falta alguma coisa para mim. Imaginem as pessoas que não trabalham, que vão ficar sem emprego. Como é que elas vão ficar?

Pois é, era isso que eu queria dizer para vocês. Agora quero convidar vocês, porque aqui, no dia 7, no sábado que vem, no sábado agora, vai haver uma grande reunião ali na nossa associação. Eu quero convidar vocês para estarem lá, porque queremos apoio, queremos ajuda, porque aqui existem muitos índios também necessitados, que estão precisando de ajuda, que precisam do apoio de cada um de vocês, está bem?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu quero agora conceder a palavra ao amigo Presidente da Associação dos Rizicultores de Roraima.

O SR. FACCIO – Srs. Senadores, é com muita satisfação que contamos com os senhores aqui, de modo especial a hora que temos um Senador nativo, inclusive mais um nativo, Dr. Wirlande. O Dr. Wirlande certamente é uma grande voz que se levantará no Congresso Nacional para defender suas raízes e seu povo.

Sabemos que os outros dois, tanto o Mozarildo quanto o Augusto, sempre tomaram suas posições, verdadeiras e fundamentais, conhecendo a realidade; o Deputado Rodolfo, que também muito estimamos, e os demais parlamentares que nos apóiam, como o Almir Sá, que voltou novamente, que eu não tinha visto que já estava aqui, que faz parte da Federação da Agricultura, que acho muito importante para nós hoje.

Falar aqui é um pouco difícil porque de fora tem pouca gente e os Senadores já conhecem nosso pensamento. Mas vamos externar agora, mais uma vez, nosso pensamento para a Comissão do Senado, que levará isso para as autoridades competentes.

É lamentável que permaneçamos numa situação dessa. Quero começar fazendo uma pergunta: A vontade de quem o Presidente Lula está fazendo? Estamos aqui com a grande maioria que representa a grande maioria dos indígenas, que deveriam ser os maiores beneficiados, e as classes produtoras que unanimemente se abalam com essas situações que o governo central está criando. O espírito de que povo o Lula está atendendo, se ele não ouve nem a classe política nem a voz da população do Estado? Sugiro aos Senadores que mandassem o Sr. Lula tomar as providências para que a Funai permitisse que se fizesse um levantamento na Raposa Serra do Sol para ver quanta população indígena tem e ver qual é a população indígena que é a favor de uma demarcação discriminatória dessa área Raposa Serra do Sol, coisa que a Funai não permite e ele não deixa que se faça.

Se há terra para todos, e os indígenas estão aí comprovando isso... Terra para todos, não. Não há terra para todos neste Estado, porque há terra somente para os indígenas. No nosso Estado, menos de 7% da população são indígenas, mas 57% das áreas do Estado estão demarcadas. E o Governo Federal já demarcou 90% das áreas entre reservas indígenas, reservas ambientais e Exército. Então, como viverá o restante, os noventa e tanto por cento da população desse Estado?

Mas não é só isso. Srs. Senadores e Srs. Deputados, lamentamos o projeto de lei de floresta que a Senadora Ministra do Meio Ambiente está querendo impor à Amazônia, não é ao Estado de Roraima. Há mais um isolamento para o afastamento da população. Essa lei é mais perversa do que a própria demarcação da Raposa Serra do Sol.

Vontade de índios, vontade de brancos, convivência pacífica em sua grande maioria, a não ser aqueles que algumas organizações não-governamentais e, de modo especial, internacionais, como é o caso do CIR assessorado, como é o caso da ISA, que levaram alguns indígenas a fazerem cursos na Europa e nos Estados Unidos para maquinarem e para amoldarem a consciência dessas pessoas.

Quero parabenizar o espírito destes indígenas que aqui estão, estes são os verdadeiros brasileiros. Eu diria o seguinte, se não houver uma mobilização nacional, e isso acho que deverá partir do Congresso, sei lá de que maneira, porque os meios de comunicação estão comprados e estão dirigidos por ONG's, a sua grande maioria. Não se esclarece a opinião nacional do que está acontecendo ao norte do País. O povo brasileiro não sabe o que está perdendo. O povo brasileiro, inclusive no Congresso Nacional, não sabe que estão entregando a nossa Nação, é questão de soberania nacional. Acredito que os Senadores têm que fazer um apelo sim às Forças Armadas para que tomem conta desse País, para que não deixem a ditadura branca internacional se apoderar dos

minérios, que esse é o verdadeiro interesse, das jazidas minerais que estão localizadas em cima do pretexto de demarcação de reservas indígenas. E os indígenas que aqui estão sabem disso. É lamentável essa nossa situação.

Covardemente dizem que meia dúzia de arroteiros é meia dúzia de instigadores que estão ai dentro, ignoram os fazendeiros que eles tiraram por opressão daquelas áreas, ignoram os produtores e os pecuaristas que lá dentro vivem e as famílias daquelas pessoas que lá dentro vivem que dependem aqui na cidade.

Acho que a nossa sociedade se não se unir e se não conseguirmos mobilizar a opinião pública nacional, de modo especial o Congresso Nacional, para que tome uma decisão em cima dessa situação o nosso solo foi embora e a nossa sociedade, o futuro de nossos filhos a quem pertence? De que viverão?

Era isso que tinha a expor e espero que tenha expressado o pensamento dos produtores, dos arroteiros, daqueles que vivem lá dentro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero conceder agora a palavra ao... Não sei exatamente o que quer dizer Camatur... É o Ricardo Peixoto, deve ser Câmara do Turismo. É isso?

(Troca de MD. Falha na gravação.)

O SR. RICARDO PEIXOTO – ...demais integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, gostaria nesse momento de abordar dois aspectos dessa nossa fala, me reportando num primeiro momento à entidade a qual estou representando, que é a Câmara Estadual do Turismo, Câmara esta que foi criada nesse Estado, Senador, para que pudéssemos levar a todos os cantos do País e do mundo as belezas que o Estado possui para serem vistas por todos.

Recordo-me, nesse início de fala, agora há pouco conversando com um Senador em sua visita lá a Uiramucã, ele me relatava as belezas que via ao contemplar as serras aquelas fartura, aquela abundância de água, aquela beleza que salta aos olhos daquelas pessoas que visitam aquele lugar a primeira vez.

Eu quero dizer a esta Comissão, Senador, que nós, que labutamos no turismo há mais de trinta anos, quando este Governo do PT se instalou e o Presidente Lula, no tempo oportuno, resolveu criar o Ministério do Turismo, vibrávamos e aplaudíamos a iniciativa, porque víamos que o turismo para este Estado era a saída, era aquela porta onde iríamos buscar o nosso sustento, uma vez que os ambientalistas, aquelas pessoas que, com outras intenções, fechavam as nossas saídas, sob todos os pretextos. Então, víamos a saída pelo turismo, mostrar as belezas deste Estado.

Lutamos, saiu o Plano Nacional de Turismo, e o nosso Estado foi contemplado, Senador. Criou-se o turismo regional. Agora, fala-se até, a partir de 1º de junho, do Salão Nacional do Turismo, em que o nosso Estado vai estar presente. Mas a surpresa maior para todos os senhores é que o Governo Federal criou um fórum, inclusive dentro deste Estado, que é o Fórum Estadual de Turismo, que elencou e fez mostrar às autoridades em Brasília todos os pontos interessantes deste Estado. Pasmem os senhores, membros da Comissão. O Governo Federal escolheu cinco pontos que ele chamou de pontos passíveis de comercialização, ou seja, cinco produtos que seriam objetos de exportação deste nosso Estado. Qual é a nossa surpresa agora, Senador? Dentro dos cinco pontos que o Governo Federal elencou para levar para o mundo, todos os cinco estão dentro dessa malfadada Reserva Raposa Serra do Sol. Como é que vamos mostrar – agradeço a colocação do nobre Deputado Rodolfo – para as nossas futuras gerações um Caracaranã, que mesmo aqueles que chegaram recentemente, há cinco ou dez anos, aprenderam a identificar e a reconhecer como a atração turística deste Estado? Como poderemos mostrar uma pedra pintada? Até mesmo o Baixo Rio Branco, com a pesca esportiva? Porque também, Senador, no Urariquera e no Baixo Rio Branco, está proibida a vinda de grupos para pesca esportiva. Também já proibiram.

Então, esse estado de coisas... Por isso, eu disse que queria apresentar dois pontos, o primeiro abordando esse aspecto, pela instituição que represento. Ou seja, o Estado de Boracama deverá estar representado no dia 1º de junho, na cidade de São Paulo, com um estande para mostrar

cinco produtos que o Governo definiu. A mim, como vice-presidente do Fórum estadual, resta apenas uma alternativa: aparecer nesse fórum com uma tarja preta, dizendo que meus produtos não podem ser negociados, porque o Governo os proibiu. O Governo os escolheu e o Governo mesmo os proibiu de vender.

É difícil falar, Senador, porque, como parte da família Caracaranã...

Estou aqui há 35 anos. Não nasci em Roraima, mas cheguei aqui garoto – e aí me reporto à segunda fala –, sonhando alto, porque eu lembro, Senador, ainda na época, quando diziam, da famosa ditadura militar, eu, ainda garoto, colegial, escrevendo algumas palavras, coloquei e isso o tempo transformou até em melodia.

Eu era um menino que nada sabia, mas ouvia os tambores na rua e ia para os portões.

Via passar os soldados, marchando valentes, tocando o seu hino.

Espada na frente e bandeira na mão.

Eu era inocente, eu era pequeno, mas sonhava tão alto, eu ia ser um dia um soldado. Ia até ser, quem sabe um dia, um dirigente desta Nação.

Mas o tempo malvado me levou na mente. Mas meu sonho não levou. Eu me fiz um soldado e vim para essa Pátria defender a nossa fronteira. E vejo com muita tristeza, Senador, agora que eu perdi parte daquele meu tempo, com toda demarcação, nesse patrulhamento lá do Orinduke até Normandia, palmilhando a pé cada passo, cada ponto dessa nossa fronteira, para defender e, pasmem vocês, encontrando lá aeronaves estrangeiras, presença de estrangeiros que foram apreendido e a história do Exército está aí para contar.

Mas o que me faz reportar a essa segunda, Senador, é que eu gostaria de chamar a atenção da Comissão para mais uma enganação que esta Portaria cometeu. Nos seus considerandos, o Sr Ministro da Justiça, entre tantos que fez, diz: “Considerando que a lei Tal permite ao Exército e às autoridades Federais adentrar as áreas a qualquer tempo”, o que não é verdade. A lei mencionada refere-se à interferência, à presença das Forças Armadas e das Forças Federais, quando da iminência do perigo. Ou seja, quando realmente for constatada a “perigosidade” da presença ou a violação da segurança nacional.

Eu perguntaria e gostaria que V. Ex^a levassem ao Sr Ministro da Defesa, ao Comandante Militar da Amazônia algumas questões. Eu, Segundo Tenente do Exército, hoje comandando um pelotão de fronteira, posso exercer o meu dever constitucional de defesa dessa linha de defesa normalmente? Por que a lei mencionada na portaria não me permite. Terei de pedir permissão à Funai para exercer a defesa desse cinturão de fronteira? Como ficarão as operações das nossas Forças Armadas regulamentares nessa faixa de fronteira, Senador? Terão de pedir autorização à Funai? Isso por que, repito, a lei mencionada pelo Ministro da Justiça não autoriza em tempo de paz, sem que haja qualquer conturbação da ordem, a presença dessas forças.

Mas uma vez quero agradecer a esta Comissão por essa oportunidade de estar aqui e alertar à população: que cada um de vezes levem para casa, leve para os seus vizinhos, porque realmente o que temos escutado na mídia, Senador, é que é meia dúzia de roseiros e alguns gatos pingados de fazendeiros. São trezentos ao todo, e ainda cometem essa falha. Mas eu me reporto entre essa minoria e me encontro dentro dessa minoria. Meus familiares estão lá. Como disse muito bem o Rodolfo, desde 1816 estão recolhendo os seus tributos legais. A titulação, por exemplo, do caso ao qual me referido, ao caracanamã, sofreu ainda a anuência de um Conselho de Segurança Nacional. Era o órgão maior deste País antes de o Presidente sancionar o seu título.

Como vamos acreditar em um País? Como vamos, a partir de agora, acreditar nessas autoridades que nos falam uma coisa, que implantam hoje pela mídia uma nota, Senador, e temos certeza, na prática, que nada vai acontecer. Há uma nota que diz que ninguém será prejudicado, que ninguém sairá de suas áreas sem tenha recebido ou outra igual ou a indenização devida. Quando nós sabemos – e V. Ex^a também o sabem, bem como os outros oradores – que temos dezenas, centenas de pessoas que foram retiradas de suas áreas e até hoje não receberam. Como é que vamos falar, Senador, com o Sr^o Joaquim Correia, como se referiu. S. S^a já está na sua quarta geração. Tem que deixar

aquele pedaço de chão, que aprendeu a amar. Todo roraimense aprendeu a amar o Caracaranã. A partir desse *apartheid* deixou de pertencer ao povo de Roraima.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estar aqui externando os nossos pensamentos, Senador. Quero dizer que esta luta está apenas começando. Não vamos arredar pé. Não nos intimidará a presença de opressores, a presença da força. Vim de dentro da força e sei como conduzi-la. Estaremos prontos, como nossos irmãos, a quem saúdo e parablenizo por sua luta. Devemos somar os nossos esforços. Falo de cada um de nós, brasileiros e roraimenses. Não podemos fazer deste ato apenas um cavalo de batalha. Venceremos. Não vamos nos intimidar.

Agradeço aos Senadores presentes. Hoje mesmo o *site* da Força Aérea dos Estados Unidos – e o fornecerei depois àqueles que quiserem – marca em solo amazônico a criação de três bases militares americanas. Revolta-me porque vim de dentro dessa força. Infelizmente, brado em alto e bom tom: não temos mais lideranças. Nossos líderes militares foram todos para suas casas. Estão em casa revoltados. Basta verificarem. Ontem mesmo no Fantástico, mais um começava a falar alguma coisa. Essa situação nos revolta, Senadores. Ontem, éramos heróis porque defendíamos nossa pátria. Vemos, hoje, os bandidos do passado, os guerrilheiros do passado, que tivemos o desprazer de combater, serem os heróis do presente. Envergonho-me de ver, como militar da reserva, nossas Forças Armadas omissas, caladas, diante de um fato tão grave que é a soberania nacional. Fico com vergonha, Senador, de ver nossos militares, nossas Forças Armadas, de joelho, clamando por 4,5% ou 20% de aumento! Panelaço de esposas de militares, é esse o tratamento que está sendo dado. Portanto me envergonha de ver aqueles que têm o direito constitucional de estar aqui conosco brigando na linha de frente, porque a Constituição determina uma faixa de fronteira, e aprendi isso, Senador, não porque a Constituição me ensinou, até porque as Forças Armadas à qual pertencia me destinavam uma faixa para percorrer, e tinha que fazer isso, que era o patrulhamento quase que diário da nossa fronteira. Hoje, não temos comida nas Forças Armadas, nossos soldados estão sendo dispensados para almoçar em casa. É com tristeza que digo isso! Tristeza, porque é esse o vazio que amamos, é esse Estado que aprendi a amar e adotei, onde estou criando meus filhos.

Peço que levem a Brasília esse grito, e acordem aquelas autoridades, acordem os nossos líderes militares! Que surjam agora, porque ainda há tempo da implantação de bases militares dentro do nosso Território Nacional, porque, se isso ocorrer, seremos, com certeza, mais um Iraque, porque, logo, logo, estarão mandando em cada um de nós.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Desejo convidar, para falar em nome da Cooperativa Grão Norte, Sr. César Zoldan.

O SR. CÉSAR ZOLDAN – Muito boa tarde, e já boa noite, a todas as autoridades e aos produtores amigos nossos!

Gostaria de falar da intranqüilidade que temos, no dia-a-dia, para trabalhar neste Estado e também dizer o quanto nos sentimos traídos por um poder central que nos deveria pagar realmente para estar produzindo aqui neste Estado, um Estado com terras boas, com tecnologia gerada pela Embrapa, com produtividades altíssimas e que poderia estar, hoje, gerando mais uma parcelinha do PIB agrícola deste País, numa entressafra nacional. E hoje estamos sem tranqüilidade para produzir, porque não se sabe quando a Funai vai tomar a propriedade de cada um de nós, porque esses bravos arroteiros que estão na Raposa Serra do Sol são como soldados numa trincheira, segurando a Funai. Já temos notícias de 9 áreas que serão aumentadas e homologadas pela Funai. Onde vai ser isso? Quem é que tem coragem de investir, de tomar um financiamento em banco? Não se sabe se, amanhã, essa terra vai ser nossa! Como é que aumentamos essa área? Como é que traz mais emprego? Como é que traz mais riqueza? Como é que vamos gerar isso, sem tranqüilidade, sem paz? O poder central é que deveria gerar essa paz, essa ordem que está escrita na bandeira do País. Como vamos ter progresso se não há ordem? E falo que não há ordem, porque, hoje, não temos documento de terra: os proprietários de terra em Roraima não têm documento. Se não têm documento, não há financiamento de banco! Se não podemos pegar esse dinheiro que é de direito nosso para produzir, como vamos aumentar a produção, a produtividade, gerar riqueza? O Inepa exige que se beneficie a terra para dar documento, mas o Ibama não deixa que se beneficie a terra,

porque não temos documento. O que o Governo Federal quer? Estou vendo que deseja que seja entregue esse patrimônio nacional.

Se voltarmos um pouco em nossa história, na época do Império, quando o Governo francês ou Governo holandês queria invadir a nossa Pátria, o poder central juntava o seu exército com os índios e os não-índios residentes no local e expulsava esses cidadãos que não eram brasileiros. E hoje nós cidadãos brasileiros aqui lutando sofremos pressões desse poder central, porque estamos defendendo a soberania do País.

Faço uma pergunta aos Senadores: a quem nós, cidadãos brasileiros defensores da soberania deste País nesse rincão – um pequeno pontinho do extremo norte, acima da linha do equador –, devemos recorrer se o Exército brasileiro que aqui deveria estar defendendo a sua soberania não o está? Sabem que isso está sendo entregue, mas não agem e não se manifestam. Se a autoridade máxima deste País passa por cima de leis, passa por cima de questões jurídicas para homologar, para fazer um decreto, e se a autoridade máxima do Judiciário colaborou para isso, a quem, Senador Mozarildo Cavalcanti, devemos recorrer para exercer a cidadania nossa de defesa dessa soberania que tanto falamos?

Só vejo que resta o Legislativo, a Câmara dos Deputados e o Senado brasileiro. Nós contra o restante. Devemos ter o apoio de V. Ex^{as}, porque, senão, sumiremos junto com... Hoje estão falando de arroseiros, mas já foram produtores de gado, já foram os garimpeiros, eles querem que no futuro sejamos nós, produtores de soja. Vêm com uma proposta de doar 150 mil hectares de terra para o Estado, terra que já é nossa. Se lembrarmos que no sul do Estado há uma ONG com 170 mil hectares de terras ocupados – V. Ex^a bem sabe disso –, querem que tenhamos 150 mil hectares para quê, se amanhã a Funai pode tomar isso? Não tem fim esse aumento de área indígena, e sabemos que os índios não querem esse tipo de política.

Este é um apelo de um cidadão brasileiro, é um apelo de um produtor que confia que ainda existem pessoas que têm a capacidade de se indignar diante disso. E faço este apelo a V. Ex^a, porque vejo, na sua história como político, essa capacidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para encerrar a parte de audiência, porque depois quero passar a palavra para os Senadores, quero ouvir o Dr. Jean Luppe, Presidente da Fundação do Meio Ambiente.

Portanto, teremos a palavra de uma pessoa experiente nessa área.

O SR. JEAN LUPPE – Senador Mozarildo Cavalcanti, fico realmente lisonjeado em poder dirigir-lhe a palavra pelo seu brilhante trabalho no Senado Federal, pelo qual todos os roraimenses lhe somos gratos; Senador Wirlande da Luz, que está se incorporando ao grupo; Senador Augusto Botelho, batalhador no mérito nessa questão; Deputado Rodolfo, Deputado Sá, Dias, grande batalhador pela causa de Roraima e todos aqui presentes.

Ouvi hoje, eu acho que seria só fazer um breve minuto de silêncio e ouvir o que essas paredes falariam, porque essa causa vem de longo tempo, e acho que já está impregnada em todos nós e em todas as paredes, essa luta que une os índios, os brancos e todos aqueles que moram nesta terra, diferentemente do que se ouve em outros recantos do Brasil.

Estamos em uma condição singular. Em outras regiões se demarca uma terra indígena porque os índios solicitam que se demarque. Aqui se demarca uma área indígena que os índios não querem que se demarque porque não sei quem pede que se demarque.

Se alguns são favoráveis à demarcação em área contínua, são índios esclarecidos que têm consciência de suas necessidades. Se eles são contra a demarcação contínua, eles são manipulados por grupos, por fazendeiros, por arroseiros, por outras coisas nesse sentido.

Então, parece-me que o argumento da fala está ficando praticamente inócuo. Quantas comissões passaram por aqui, quantas pessoas falaram, quantas pessoas estão sendo, digamos, denunciadas, porque estão falando em defesa desse Estado, da sua própria soberania? Nós falamos e não temos eco.

Penso que precisamos realmente batalhar. Não vamos parar com isso. Acho que o Estado não vai parar com isso, seu Governo, suas lideranças políticas todas vão batalhar. Este luto que hoje vestimos, que colocamos em nossos carros, é um sinal de morte, mas não do nosso espírito de luta, é um sinal de morte de uma etapa com a qual muito aprendemos. Mas é também um sinal de renascimento de uma luta mais forte, de uma união mais forte, de uma briga mais árdua, porque somos todos brasileiros em busca de uma soberania, em busca do crescimento de toda uma comunidade e em busca de um Estado promissor que orgulha o País e que seja, inclusive, uma solução para o País, porque todos sabemos que esse isolamento da nossa área aqui do Norte se faz exclusivamente pela sua grande riqueza natural e que nós “devemos”, parece que essa é a idéia, essa grande riqueza a outras Nações, que de pronto, após esse grande milagre do Papa João Paulo II, de perdoar todas as dívidas dos nossos quatro Presidentes passados e que compadecidos, glorificados, chegaram aqui no País e demarcaram mais uma reserva indígena aqui em Roraima.

Queria dizer que essa política não é isolada, faz parte de um contexto. Está aí a Portaria nº 10, do Incra, está aí aquele projeto de lei das florestas públicas, as demarcações de áreas indígenas e assim nós vamos.

Agora, estava vendo na última **Veja** o golpe do índice de produtividade.

Se colocarmos...

(Falha na gravação.)

... do lado daqueles que sempre lutaram contra a ditadura militar.

Hoje, não se ouve mais a população, nem os seus interesses, e engessa-se o próprio Congresso Nacional, que fica impedido de legislar em função de uma quantidade enorme de medidas provisórias que são jogadas na programação e trancam a pauta, e o Congresso Nacional se vê manietado, sem capacidade de produzir leis. E acho que é por aí, Senador, que temos que trabalhar muito. A tarefa é árdua, mas temos abrir esse espaço dentro do Congresso Nacional, modificar essas leis, aprovar o decreto legislativo e por aí temos que começar a mudar a página desse País.

Com certeza, somos em poucos, estamos desorganizados ainda, mas penso que o Estado, aos poucos, vai criando consciência, e essa consciência crescerá, numa finalização, digamos assim, pela qual vamos ter orgulho de ter batalhado.

Eu gostaria de sugerir – foi bem lembrado da platéia – que o Senador requisitasse da Bandeirantes uma fita do Cabrini, parece que ele fez uma pesquisa aqui no Estado, em torno de doze horas de gravação, alguma coisa já saiu na imprensa, sobre a presença de estrangeiro tirando riquezas das áreas indígenas do Estado.

Eu queria agradecer a oportunidade. São essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Gilberto Macuxi está fazendo sinal de que quer dar uma palavrinha.

Gilberto, vamos nos limitar aos cinco minutos, porque todo mundo já está um pouco cansado, mas é um prazer ouvi-lo.

O SR. GILBERTO MACUXI – Boa noite a todos.

Quero aplaudir aqui o Maloca Flexal, o Abel, o Altevir e o Lauro Barbosa. É muito importante a Maloca tomar posição, com firmeza, mas só que soltaram e vai ser processado, isso é muito ruim, né? Então eu acho aqui que a Arikon vai apoiar as suas posições, juntamente com as organizações.

Essa luta é muito grave vai ficar mais ainda. O que temos que fazer é tomar ação, tomar posições, unir o povo, unir toda a sociedade, unir todos os Deputados e Senadores que representam Roraima, porque muitos amigos nossos, os Deputados Federais e Estaduais, muitos são vendidos. Por isso os Deputados sempre ficaram calados, nunca responderam, nunca falaram, nunca disseram nada, nunca nos chamaram para executar um projeto. Queremos então, segurar os que já estão lá dentro, Municípios, vilas que estão lá, lutar para ficar lá. Os produtores que estão aí e os índios que estamos aqui somos aliados, portanto, vamos lutar pelo seus direitos, pelo desenvolvimento do Estado.

A gente está aí para lutar. Naquela época dos padres que foram presos, novamente foi negociado. Espero que nunca mais seja negociado assim. Esperamos segurar mais, porque a Arikon é uma posição de segurança, não para entregar. Quero dizer ao Presidente da Sodiur: segura, chama o Júlio também, se os outros estão com vontade de lutar, mas, não, se espalha, se divide. Então, a Sodiur não pode ficar assim. Tem a Alidcir, a Arikon, a Associação Municipal Indígena que está aí. Quero dizer para os empresários, porque tem gente dividindo a gente, que a Arikon é que fala por ela, e não outro fala para as pessoas.

Quero dizer para o advogado também que, quando a Arikon quer falar, fala a Alidcir, fala qualquer pessoa. Aqui não sou usado, nem o governo manda em mim, nem o Mozarildo, nem ninguém. Então, minhas palavras são minhas palavras, o que sinto.

Quero dizer para o Sodiur essa questão também que está dividindo. Não divide, trabalha com dignidade, com segurança, com opiniões, com povo e com povo indígena.

Quero dizer para o Rodolpho e para o Senador Botelho que só reconhecem a Sodiur, mas tem a Arikon, a Alidcir, que também lutam muito. Essa bandeira foi da minha pessoa desde 1985/86 quando eu brigava só com os padres. Eu lutei aqui bastante, durante muito tempo.

Então, quero dizer para os empresários para ficarem sabendo o que está acontecendo nas nossas organizações.

Só isso que quero falar. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer ao Gilberto, porque, inclusive, quando presidi a CPI das ONGs, o Gilberto e o Anísio foram lá prestar depoimento sobre essas questões, quando estávamos investigando a atuação das ONGs no Brasil.

Agora quero ouvir o Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Senhores membros da Mesa, senhores representantes das entidades constituídas presentes e demais pessoas que não representam as entidades, mas que aqui estão para nos ouvir, há 40 dias assumi no Senado na vaga do Senador Romero Jucá, que ora ocupa o cargo de Ministro.

A maioria de vocês sabe que, assim como os Senadores Augusto e Mozarildo e meu colega médico Rodolpho, também sou nascido no Estado de Roraima e sou médico. Como o Mozarildo disse pela manhã, essa é uma tarefa difícil, um parto difícil, mas temos muitos médicos aqui, principalmente no Senado – dois obstetras e um pediatra –, e vamos tentar fazer com que essa criança nasça em belíssimas condições.

Embora eu seja aliado da bancada federal, juntamente com os outros 21 Senadores do PMDB, sou, acima de tudo, um cidadão brasileiro e roraimense nascido e criado, apenas me ausentei daqui para estudar.

Não vou admitir, não aceito de maneira alguma que essa situação da Raposa Serra do Sol que se arrasta há mais de 20 anos seja homologada da maneira como foi, porque não atende, de maneira alguma, a maioria das pessoas deste Estado, mas atende a uma minoria que sequer conhece como vivem os cidadãos desta terra.

Assim que foi homologada Raposa Serra do Sol, o Senador Mozarildo tomou a iniciativa de dirigir um ofício à Mesa criando esta Comissão e me fez o convite, que foi prontamente aceito, porque, nesse momento, precisamos estar juntos para lutar, não só a Bancada Federal do Estado de Roraima, como também a de outros Estados. Nisso estamos trabalhando, trazendo Senadores, o Senador Rodolpho Tourinho juntamente com outros Parlamentares, Deputados que conhecem a nossa situação e que já a viveram em seus Estados para se juntarem a nós. Vamos fazer isso porque já foi iniciado o processo com o decreto legislativo por iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, e também na Câmara Federal por iniciativa dos nossos Parlamentares Federais.

Vou ser mais breve. Quero dizer que, apesar dos meus quarenta dias lá, apesar de ser aliado à Bancada Federal, apesar de estar votando junto com o Governo, estou do lado das pessoas que vivem aqui, das pessoas que querem essa homologação de maneira diferente, como foi feito principalmente no primeiro relatório da comissão há dois anos.

Escutei aqui de um orador perguntando até quando as autoridades desse Estado vão permitir que isso aconteça. Não é verdade. As autoridades, Parlamentares estão trabalhando, são que

fomos pegos de surpresa da maneira como foi homologado. O acordo que tinha sido feito era de estudar exaustivamente o relatório anterior e ser homologado da maneira que era como a maioria das pessoas queria.

Era isso que tinha a dizer. Vou continuar do lado do povo de Roraima porque é uma questão de meu sentimento, que é igual a de qualquer um de vocês ou até maior. Como é a minha primeira atividade parlamentar, nunca havia me envolvido de maneira mais perto dessa situação. Não é o caso do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, do Almir Sá e demais Parlamentares que estão aqui. Mas estou envolvido a partir desse momento de maneira que possamos resolver essa situação sem conflitos, sem agressões, de uma maneira pacífica, tenho certeza. Para isso, na quarta-feira passada, tivemos um almoço com a Bancada do PMDB no Senado e levantamos a questão da Raposa Serra do Sol. Estavam os 22 Senadores. O Senador Gilberto Mestrinho deu uma aula a todos os Parlamentares ali presentes sobre a questão Raposa Serra do Sol, porque conhece profundamente isso aqui. E para nossa surpresa, os Senadores que não conheciam e não tinham ainda se manifestado resolveram se manifestar a nosso favor. Então o início é por aí. Acho que cada Partido, cada Senador deve buscar os seus colegas de Partido e tentar fazer uma grande força para resolver esse problema. Temos certeza de que vamos resolvê-lo.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vamos ouvir o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria se cumprimentar todos os Parlamentares presentes, em nome do companheiro Fácil e do Abel, todos os produtores rurais e todos dessas entidades aqui presentes.

A minha posição em relação a isso é bem clara. Tenho divulgado, falado com as pessoas. O Governo fica, acho que a palavra certa é enganar, querendo nos enganar. Quando dizem que no decreto ficará “permanecer a unidade militar” não diz que a unidade militar está dentro do Município. Não tem jeito de deixar uma coisa e não deixar outra. É a tal compensação. Eu sou contra a compensação e deixei bem clara a minha posição na primeira reunião que tive com o Ministro da Justiça, quando surgiu um Parlamentar de Roraima com 11 itens de compensação. Foi nessa hora, na época daquele movimento, que fui contra. Todos sabem da minha posição. Acho que é mentira mesmo essa propagandazinha que aparece na televisão do www.mj não sei o quê: só sairão depois que houver uma terra para colocar ou for indenizado... Estamos ouvindo essa história há 30 anos. Há mais de 300 famílias na Raposa Serra do Sol, fora algumas da reserva São Marcos e das outras áreas indígenas que foram definidas aqui e que as pessoas até hoje não receberam. Quando recebem, recebem como se fossem até chantageadas pela Funai. A propriedade foi avaliada três vezes depois de 20, 30 anos. Aí você chega lá a casa, não vale mais nada. Dizem: se quiser, recebe isso aqui; se não quiser, não recebe. Para nós, de Roraima, isso é conversa fiada.

As dez mil pessoas que vão ser assentadas na tal compensação... É dever do Governo. É uma injustiça não estarem com o título os produtores rurais do meu Estado, que estão aí. As terras do Estado, que passaram, como todos os bens do Território, deveriam ter passado, e foram usurpadas pelo Incra e pelo Governo Federal, que até hoje não resolveu a situação.

Então, acho que é assim: temos que brigar na Justiça como podemos. Temos que lutar, falar, reclamar. Cada um faz a coisa como acha que tem que ser feita. Agora, temos de olhar bem na cara deles para não ficarem nos enganando mais. Eles estão conversando muito com as lideranças indígenas. Tenham bem claro isso na cabeça de vocês. Nunca fizeram nada que prometeram à gente de Roraima. Nossa posição é esta: vamos ficar brigando. Já voto contra o Governo mesmo. Só voto a favor quando acho que ajuda as pessoas, mas quando é para aumentar imposto, voto contra. O meu Partido nunca votou a favor do aumento de imposto. Quando é para tirar direito de trabalhador, também sempre votamos contra. Acho que é assim.

Não pesamos nada na balança de voto, como o Senador Mozarildo Cavalcanti disse. Só são 200 mil votos aqui. O Lula perguntou na reunião: quantos votos têm lá? Duzentos mil, quer dizer, 200 mil não valem nada, mas todos nós aqui temos parentes e amigos fora. Se permanecer do jeito que está essa homologação, teremos de arranjar uns 2 milhões de votos contra. Temos de segurar.

Não podemos sair de nossa terra, porque eles vão passar, eles vão sair, eles não vão ficar eternamente. E nós estamos aí, trabalhamos, vivemos, moramos em Roraima. Acho bom o pessoal que está querendo cair fora ter um pouco de paciência e agüentar mais. Estamos há trinta e poucos anos agüentando isso e estamos perto da solução. Tenho certeza de que a solução virá. Não perdi a confiança em Deus principalmente. Acho que enganaram o Lula. Acho que o Ministro da Justiça fez uma jogada para enganá-lo no final. Ele conhece a situação. Só pode ter sido isso. E o Lula está querendo nos enganar também.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para encerrar, quero lembrar algumas frases. O Senador Augusto Botelho já disse uma frase do Presidente que quero, depois, retomar. A primeira frase que o Presidente Lula disse sobre essa questão foi numa reunião no Estado do Acre com todos os Governadores e Senadores e alguns Deputados da Região Norte. Na época, o Governador ainda era Flamarion. Ele disse claramente: “Companheiro Flamarion, precisamos demarcar aquela reserva Raposa Serra do Sol. Não agüento mais as pressões porque essas ONGs européias são mais fortes do que qualquer partido político. Vou mandar”... O Ministro da injustiça, Thomaz Bastos, estava lá e ele disse: “Ministro, ò senhor vai a Roraima com um papel em branco, não vai com nenhuma idéia pré-concebida. Vai com um papel em branco para ouvir todo mundo, anotar e depois vamos demarcar da forma mais justa possível”. Como ele falou essa segunda parte, eu preferi não comentar nada. Se ele ficasse só com a primeira parte, eu ia dizer a ele: Presidente, das duas uma, ou o senhor renuncia e entrega a Presidência a alguém que as ONGs escolherem, ou, então, o senhor já foi escolhido pelas ONGs, porque um Presidente da República que admite isso publicamente, para mim, realmente, não tem força nem moral para ser Presidente da República, mas acreditei na segunda parte. O Ministro veio aqui. Todos se lembram daquela palhaçada que foi, porque S. Ex^a ouviu todo mundo e, depois, ficou de elaborar um estudo. Daí a uns dias, anunciou que ia ser demarcada uma área contínua. Nós entramos com um pedido de liminar, que suspendeu, portanto, qualquer ato até que fosse julgado pelo Supremo. Quer dizer, retardamos o processo que ele iria fazer. Ele perdeu a liminar aqui e lá em Brasília, nas três instâncias. Foi então que aplicaram esse golpe de entrar com essa história de reclamação, para que o Supremo julgasse como sendo um conflito federativo, e nós sabemos como foi o final, essa história de dizer que tinha feito uma Portaria e não tinha sido publicado... Portanto, o Supremo foi, repito, induzido a um erro. E eu tenho certeza de que o Supremo, hoje, já deve ter percebido isso e, por isso, acredito que vai corrigir essa ação. Nós já temos ação judicial nesse sentido. Penso que quanto mais entrarmos com ações judiciais, melhor. Todas as classes produtoras, o Alcides entrou como autor da ação popular inicial, eu entrei, o Augusto está entrando, o Governo do Estado está entrando... Nós não podemos mais nos conformar com essa questão, juridicamente falando.

Também estamos fazendo do ponto de vista legislativo, porque um d decreto legislativo, como foi dito aqui, pode anular esse decreto do Presidente. Então, é um trabalho, como o Wirlande também lembrou, é um parto difícil realmente. Nós estamos lutando contra inimigos poderosos e, o que é pior, não adianta ficarmos culpando... Nós temos de identificar, como identificamos, que realmente os interessados nisso são os governos que compõem o G-7, os Estados Unidos e seus companheiros da Europa.

Mas quem está fazendo essas malvadezas aqui? É o Presidente da República, um brasileiro, os sucessivos Presidentes da República. Inclusive, quero chamar a atenção de vocês – acho que foi distribuído aí um pronunciamento meu – não tanto para o meu pronunciamento, mas para o aparte do Presidente Sarney, em que S. Ex^a conta a história, claramente, quando a questão da reserva ianomâmi, quando o Presidente da CNBB, que era o Dom Ivo Lorscheider foi procurá-lo, para pressionar mesmo para que S. Ex^a demarcasse em área contínua. Ele disse que não podia demarcar em área contínua, porque ele era contra. O Dom Ivo, então, perguntou “O senhor está sendo pressionado pelos militares?” Ora, se ele estivesse sendo pressionado pelos militares, já seria legítimo, porque os militares estariam preocupados com a soberania do País. Mas ele disse: “Não, não estou sendo pressionado pelos militares. Quem tem me pressionando muito ultimamente tem sido o Barão do Rio Branco”. Ele perguntou “Mas como o Barão do Rio Branco?” Porque o Barão

do Rio Branco fez um trabalho primoroso em garantir as nossas fronteiras íntegras, etc, e nos legou essa situação. E essa demarcação de reserva indígena na linha de fronteira é um desserviço que estamos fazendo com a Nação e passando, portanto, para as gerações futuras um país vulnerável.

É importante isso aí e vai ajudar inclusive muito na nossa reflexão. Mas a outra frase foi essa quando nós estivemos lá – e o Gianoco(?) estava até presente –, o Governador, eu, o Senador Augusto, vários Deputados Federais, ele perguntou no meio da conversa – nós estávamos discutindo essa questão da formatação da reserva –, ele foi e disse “Olha, eu estou de saco cheio, porque, se eu chego na ONU, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol; se eu chego na OEA, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol, se eu chego na USP, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol. Eu não agüento mais. Eu vou demarcar. Agora eu vou para o Suriname, mas, quando eu voltar, eu vou chamar vocês e vou apresentar o modelo da demarcação que eu quero fazer. Nós podemos fazer alguns ajustes e eu vou demarcar”. Só que ele estava tão desinformado que já tinha saído naquele dia, de manhã, aliás, no dia anterior, no final da tarde, a decisão da Ministra Helen Gracie, para uma medida cautelar com que entrei, pedindo para sustar a decisão, quer dizer, qualquer demarcação até que fosse julgado o mérito da questão. Mas ele disse claramente que ia demarcar quando voltasse. E aí fez essa pergunta: “Quantos eleitores têm em Roraima?” Aí nós dissemos que tinha 250 mil. E ele ficou balançando os óculos assim, como quem diz “Ora, isso aí eu tenho na USP.” Só que é o que o Augusto falou: nós devemos começar a nos mobilizar já agora, pois a eleição é daqui a um ano e cinco meses. Cada um de nós que mora aqui tem, pelo menos, cinco ou seis amigos lá fora, em outros Estados. Eu mesmo tenho parentes no Pará. São cerca de seis parentes. Tem um no Ceará, outro na Paraíba e eu tenho certeza de que cada um de vocês tem também. Então, vamos começar a pedir para eles que se esse decreto não for revertido até a eleição, nós vamos votar contra o Lula. Aí serão os 250 mil daqui vezes 6. Vai dar o quê? Um milhão e meio de eleitores. Faz uma diferença enorme numa eleição.

Então, esse trabalho nós temos que fazer de maneira muito patriótica, porque nós estaremos defendendo o Brasil e Roraima e não vamos aceitar essa – digamos assim – condição de nos colocar como se fôssemos algo insignificante, duzentos e cinqüenta mil.

Para finalizar e ficar bem claro realmente para quem o Presidente estava dando satisfação, eu quero ler o que saiu na **Folha de Boa Vista** hoje, mas na verdade é uma matéria nacional; portanto, saiu nos jornais. É palavra do Presidente. “Lula diz estar satisfeito com a libertação pacífica dos policiais”. O que ele diz?

“Ao discursar após a missa em homenagem aos trabalhadores, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que está satisfeito com a solução pacífica do impasse com indígenas que prenderam quatro policiais federais na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol”. Essa é a frase interessante: “Agora nós vamos dar prosseguimento à homologação dessa área, dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que finalmente foi homologada. Eu sei – olha só – eu sei o papel importante que a igreja teve nisso”

Então, não é preciso ser muito esperto para entender o que interessa ao Presidente. Não é, realmente, a população de Roraima; nem os índios, nem os não-índios, porque ele deveria ter feito o que nós cansamos de sugerir a ele e dizer isso para S. Ex^ª: Presidente, mande o pessoal do seu serviço de informação ou de algum outro órgão fazer o plebiscito lá dentro com os índios. Vá de casa em casa, nos índios, perguntar: vocês querem a demarcação como?

Ele nunca acatou a idéia, porque sabia que a maioria das pessoas que moram na reserva indígena não querem essa demarcação, tanto os índios quanto os não-índios. Aliás, para saber hoje em dia quem não tem sangue de índio é preciso fazer um DNA. Até às vezes os de pele mais clara têm sangue indígena no meio. Então, é um **apartheid** que está sendo implantado no Estado e nós não podemos aceitar.

Esta Comissão, que é oficial do Senado, tem por objetivo exatamente complementar o trabalho da primeira Comissão que veio aqui, composta por cinco Senadores, que eu tive a honra também de presidir, mas cujo relator era um Senador do

PT que hoje é Líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, o Senador Delcídio Amaral. Nós produzimos um relatório que atendia a todos. Atendia ao CIR. Pelo menos eu entendo que atendia, porque a reserva seria contínua, mas não excludente.

Eles confundem a cabeça da opinião pública nacional e internacional dizendo que nós queremos uma demarcação em área não-contínua. Não. Os limites externos praticamente são os mesmos, então ela é contínua. Não são ilhas. Nós queremos que seja contínua, não-excludente. O que significa isso? É justamente manter as vilas; é manter a sede do município, até porque ele não poderia extinguir por um decreto; manter os produtores que estão ali, seja os de arroz ou os pecuaristas, porque os índios também querem isso. As vilas que estão ali são habitadas por indígenas, não-indígenas e miscigenados.

Então, isso realmente é uma malvadeza que é feita de fora para dentro, mas que está sendo feita sucessivamente por brasileiros. Para vermos o que o Presidente Collor fez há um tempo atrás é só olharmos. O Presidente Sarney tinha demarcado de forma não-contínua a Reserva Indígena Ianomâmi; não-contínua. Porém, entre uma ilha e outra – vamos dizer assim – ele criou florestas nacionais. Quer dizer, não podia também ter pessoas que não fossem indígenas ali. Mas preservava, portanto, a integridade das nossas fronteiras. E o Presidente Collor, depois, quando assumiu, para garantir os financiamentos do FMI, do Banco Mundial e do Bird, etc, fez o quê? Aquela palhaçada de que todos se lembram, de vir aqui fardado explodir as pistas e tal.

Mas há um negócio de que eu sempre me lembro também. Todos que fazem maldade com Roraima não têm terminado bem, não. Lembram-se daquele Senador Severo Gomes, de São Paulo, que começou essa história de Ianomâmi apresentando um projeto para a criação da Reserva Ianomâmi? Qual foi o fim dele? O Collor, que fez essa malvadeza, como terminou? Com **impeachment**. Não estou rogando praga para o Lula não, mas é apenas para ele perceber que pode acontecer, senão alguma coisa antes do término do seu mandato, com certeza a sua não reeleição.

Embora esteja no PTB, Partido aliado do Governo, já disse para o Presidente do Partido e para os meus Colegas, que estão apoiando a minha posição, que vou votar contra tudo o que for mandado pelo Lula, salvo o que for de interesse nacional. Não vou votar contra os interesses do Brasil. Não vou dizer que ele só faz malvadeza não. De vez em quando, ele manda alguma coisa que preste, mas, agora, daqui para frente, o que não atender ao interesse maior do País, já estou votando contra.

Até o próprio Presidente Lula pode reverter esse Decreto. Se ele tivesse um pouco de brasilidade, ele poderia fazer um outro decreto, mudando este que está aí. Não acredito que ele vá fazer isso, porque ele demonstrou claramente, pelas declarações de ontem, nessa missa, que ele está a serviço efetivamente de outros interesses que não são nossos.

Então, nós é que temos de nos valorizar, começando por multiplicar esses 250 mil votos que temos aqui. Primeiro, não deixem ninguém perto da casa de vocês ficarem sem tirar o título de eleitor. Depois, vamos pedir para todo mundo, para amigos que temos por fora, para nos ajudarem a salvarmos Roraima, votando contra o Lula.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião.)

Ata da 2ª Reunião

Realizada em 19.05.2005

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, na sala seis da Ala Nilo Coelho, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa criada

mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão. A Presidência faz um breve relato aos presentes a respeito da viagem da Comissão, realizada nos dias trinta de abril, primeiro e dois de maio de dois mil e cinco, detalhando o *cumprimento missão inerente ao fato determinado da Comissão*. No dia trinta de abril de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, os membros da Comissão, acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal mantiveram Audiências com o Dr. Otomar da Silva Pinto - Governador do Estado, no Palácio do Governo e às dezessete horas e trinta e cinco minutos, horário local, com o General Studart - Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comandante. No dia primeiro de maio de dois mil e cinco, a Comitiva deslocou-se da Cidade de Boa Vista, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a bordo do Helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia, dirigindo-se às Comunidades Indígenas de Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumu retornando para a cidade de Boa Vista às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. O Senhor Presidente discorre sobre a impressão que os Senadores membros da Comissão tiveram com os sentimentos demonstrados, expressos pelos indígenas, não índios, mestiços, Representantes da Classe Produtora e de Entidades Indígenas e demais autoridades locais, a respeito da demarcação administrativa das terras indígenas Raposa e Serra do Sol. No dia dois de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, os membros da Comissão acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal, foram recebidos pelos Deputados Estaduais, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, estando presentes os Deputados: Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto, quando os membros da Comissão ouviram os parlamentares e discutiram de forma ampla a questão da demarcação administrativa das terras indígenas daquele Estado. Também no dia dois de maio do ano em curso, a Comitiva deslocou-se para a sede da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima, com início às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, a Audiência Pública mantida com os representantes dos setores produtivos e representantes de entidades indígenas, dentre eles: Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal

Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Airton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON – Gilberto Macuxi, encerrando às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local. A Presidência esclarece que, nos dias três, quatro, cinco e seis de maio de dois mil e cinco, os membros da Comissão permaneceram no Estado de Roraima, quando mantiveram encontros com os Presidentes das Câmaras de Vereadores, com Prefeitos de diversos Municípios inseridos na demarcação de terras indígenas, bem como Audiências mantidas líderes indígenas, no município de Pacaraima. Após, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim – Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal. O Presidente convida o expositor para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a sua explanação inicial. O expositor, esclarece de forma objetiva quais os tópicos que irá abordar no decorrer de sua exposição, procedendo a sua apresentação com o auxílio de Power Point. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho para os seus questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senador Wirlande da Luz que também fez perguntas ao convidado, Dr. Hamilton. O expositor emite o seu ponto de vista relativo à forma como foi confeccionado e produzido o Relatório a respeito do assunto ora abordado, por parte dos órgãos afeitos questão de demarcação de terras no Estado de Roraima. Ao final, a Presidência agradece a presença do Dr. Hamilton Gondim e ao mesmo tempo, esclarece que o Dr. Hamilton foi Reitor da Universidade de Roraima e Prefeito de Boa Vista. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que também cumprimentaram e agradeceram a presença do expositor. A Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial Externa criada mediante o Requerimento nº 349, de 2005, do Senado Federal, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã.

Farei um breve resumo dos trabalhos desta Comissão até aqui antes de passar a palavra ao professor Hamilton Gondim, que nos honra com a sua presença e vai, com certeza, colaborar muito com esta Comissão.

Como eu disse, esta Comissão está composta pelos três Senadores de Roraima – eu, Senador Mozarildo Cavalcanti, como Presidente, o Senador Augusto Botelho, como Relator, e o Senador Wirlande da Luz, como membro. Nós nos deslocamos a Roraima com o assessor Rosber Almeida, a Secretária da Comissão, Drª Dulcília Ramos Calhau, os consultores legislativos Dr. Tarcísio Dalmaso Jardim e Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, além do Sr. Luiz Roberto Andrade, técnico de som do Senado Federal.

Estivemos, no dia 30, em uma visita ao Governador do Estado, quando ouvimos de S. Exª a sua posição sobre a questão. Às 17 horas e 35 minutos estivemos com o Comandante da Brigada de Infantaria da Selva, General Paulo Studart, que é o Comandante do Exército em Roraima. No dia 1º, num domingo, nós nos deslocamos para as localidades que estão dentro da área Raposa Serra do Sol, estivemos na Vila do Mutum, na Vila do Socó e na Vila Água Fria. Estivemos também nas comunidades indígenas do Flechal e Contão e, por último, na Vila Surumu. Essas comunidades ficam exatamente dentro do Município de Uiramutã e Surumu. Tivemos a oportunidade, portanto, de ouvir essas comunidades. Nas vilas, ouvimos representantes dos diversos setores, índios e não-índios, porque nessas vilas residem índios, não-índios e mestiços, pessoas que são miscigenadas, índios casados com não-índios. Pudemos colher um depoimento unânime, não somente das vilas como das comunidades indígenas, contra a forma como foi demarcada a reserva indígena. Todos os que moram na região querem a demarcação, mas discordam da forma como ela foi feita.

Nós voltamos ali, justamente depois de termos participado de uma outra comissão externa do Senado, para ver qual era o ânimo das pessoas diante do decreto da forma como foi assinado o decreto pelo Presidente da República e pudemos ter, *in loco*, um depoimento de todos contrário à demarcação. Eles querem que haja a permanência das vilas e das comunidades indígenas, querem a demarcação, mas também a convivência pacífica, como hoje existe entre índios e não-índios. A maioria dos índios se pronunciou também contrária.

No dia 2, segunda-feira, nós ouvimos os deputados estaduais em uma reunião na Assembléia Legislativa. Estiveram presentes os Deputados Estaduais Chico Guerra, Célio Vanderlei, Malu Campos, EdioLopes, Naldo Bezerra, Eliseu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. Também tivemos dos deputados a mesma posição.

Às 15 horas do mesmo dia, estivemos da Federação do Comércio, onde tivemos a oportunidade de ouvir não somente os representantes das classes produtoras, mas também vários representantes de entidades indígenas. Tivemos a palavra da Fier, Federação das Indústrias do Estado de Roraima, do Deputado Almir Sá, Presidente da Federação da Agricultura de Roraima, do Presidente da Cooperativa dos Produtores de Carne, Dr. José Lopes, do Presidente da Fecomércio, Dr. Airton Dias, do Presidente da Acreger, Luiz Zago, do advogado da entidade indígena chamada Sodiur, Dr. Valdemar. Tivemos, depois, a palavra de um ex-Presidente da Sodiur, que é um índio, Jonas Marcolino; outro representante da Sodiur, o também indígena José Novaes; do representante dos arroteiros, o Dr. Paulo Quartiero; e o Presidente da Federação do Comércio, Derval Furtado. Ouvimos, também, o Sr. Luiz Afonso Faccio, Presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima; o Deputado Lúcio Pirillo e o Presidente da Associação Indígena de Boa Vista, Bernardo Wapixajam; o Presidente da Câmara de Turismo de Roraima, Sr. Ricardo Peixoto; o Presidente da Cooperativa

Leão Norte, Sr. Sérgio Zoldan; o representante da Embrapa, Sr. Damião Jean Luppi; e o Presidente de uma outra entidade indígena chamada Arikon, o Sr. Gilberto Macuxi.

Tivemos, também, a oportunidade de ouvir, em dias subseqüentes, os Presidentes das Câmaras de Vereadores e os Prefeitos de todos os Municípios do interior do Estado. Nós nos deslocamos para o Município de Pacaraima e, em sua sede, pudemos ouvir vários tuxauas das diversas comunidades indígenas lá localizadas.

Fizemos, então, um trabalho de ausculta pós-decreto, já que havíamos feito uma ausculta antes do Decreto. Ou seja, houve uma Comissão externa do Senado Federal, presidida também por mim, composta de cinco Senadores. No caso, o Relator foi o Senador Delcídio Amaral, que é do PT, atual Líder do PT e Líder do Bloco de apoio ao Governo. O Senado Federal realizou uma Comissão anterior que apresentou relatório sugerindo as linhas de demarcação e que coincidiam com o pensamento das pessoas que lá vivem e da sociedade de Roraima como um todo, mas o Presidente não acolheu nem essa sugestão e nem a da Comissão externa da Câmara dos Deputados. Por essa razão, o Senado Federal resolveu instalar outra Comissão a fim de auscultar a posição, posteriormente, do decreto.

Portanto, devemos ouvir, hoje, a explanação do Professor Hamilton Gondim, que inclusive participou da fase judicial de análise da questão, designado que foi pelo Juiz Federal Helder Girão Barreto, que analisava ação popular impetrada por três advogados de Roraima. O Dr. Hamilton estudou a questão profundamente. Naquela primeira Comissão, não tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. Hamilton, embora tenhamos tido acesso ao relatório dos peritos. Assim sendo, convidamos o Dr. Hamilton Gondim para fazer uma explanação à Comissão a fim de que possamos decidir se encerramos nossos trabalhos ou se será necessário tomar mais alguma providência no sentido de produzir um relatório que indique os rumos que possam pacificar aquela questão, de maneira que o Estado não tenha prejuízo e que a maioria dos índios que moram na Reserva, repito, não tenham prejuízo, pois a maioria dos índios não quer a demarcação já feita.

Convido o Professor Hamilton Gondim para tomar assento à Mesa e fazer a explanação.

O SR. HAMILTON GONDIM – Inicialmente, gostaria de expressar minha satisfação em comparecer, hoje, a esta Comissão externa do Senado Federal, com muita honra, para prestar alguns esclarecimentos sobre o processo de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. *Cumprimento o Exm^o. Sr. Presidente desta Comissão externa, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Exm^o. Sr. Senador Wirlande da Luz, de Roraima, que compõem esta Comissão, o Exm^o. Sr. Deputado Federal Luciano Castro, Presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, demais senhores e senhoras presentes, de pronto, quero esclarecer que não vou falar sobre alguns tópicos, quer dizer, vou primeiro falar sobre o que não vou falar. Não vamos falar absolutamente nada sobre os complexos argumentos antropológicos pró e contra a demarcação da forma como foi feita, porque há um emaranhado de posicionamentos teóricos que, muitas vezes, são carregados de ideologias. Não irei falar também sobre os interesses diversos de vários grupos que compõem a sociedade, sobre os interesses sociais. Também não falarei sobre os interesses ligados à riqueza mineral do Estado de Roraima, nem aos ligados à riqueza da nossa Amazônia, nem sobre a segurança nacional. Não falarei sobre absolutamente nada disso.*

Na verdade, a minha exposição é bem mais simples, é quase que trivial. É uma exposição em que se falará sobre tudo o que já foi falado antes, não trará absolutamente nada novo. Aliás, a única coisa nova que tenho para dizer é que organizei o pensamento de uma forma lógica, de uma forma racional, de uma forma diferente da que tem sido adotada por aí afora.

Na realidade, o nosso Deputado Federal Luciano Castro, há mais de um ano, fez um pronunciamento na Câmara Federal em que expôs praticamente todos os pontos que colocarei hoje aqui, porque ele se baseou no mesmo relatório que foi dado ao conhecimento de todos. No final, o Deputado Luciano Castro pede a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para verificar as demarcações feitas pela Funai de modo geral e, em especial, da Raposa Serra do Sol.

A nossa exposição vai ficar restrita a uma tese, pois não se pode defender, qualquer que seja o ato, por mais nobre que seja, por mais correto que seja – sem entrar no mérito se é ou não

correto –, com base em meias verdades, com base em falsidades, com base em fraudes. Em outras palavras, não se pode defender absolutamente nada, por mais correto que seja, porque os meios não justificam os fins, e todos nós sabemos disso.

E notem que estamos falando sobre um decreto do Presidente da República, que é algo não-trivial, é algo que envolve uma decisão que... Antes de entrar no próprio decreto, faço um esclarecimento àqueles que não têm ainda conhecimento da área.

Roraima fica no extremo norte – é diferente de Rondônia – e a Raposa Serra do Sol é aquela terra indígena que foi demarcada pelo decreto do dia 13 de abril que fica no norte-nordeste de Roraima. Roraima tem esses treze municípios e tem mais três municípios no norte-nordeste, onde a terra indígena está implantada – as sedes municipais dessa região, como o Senador Mozarildo Cavalcanti falou, são Uiramutã, Normandia e Pacaraima e há várias vilas: Socó, Água Fria, Vila Pereira e Mutum, que foram todas visitadas pela comissão externa do Senado.

Quanto à localização das malocas indígenas, você nota o seguinte: todos esses pontinhos representam malocas indígenas, e esses pontos aumentaram muito nos últimos anos – nota-se que estão distribuídos ao longo de toda a área.

Gostaria de chamar a atenção para duas malocas, uma chamada Mapaé, que fica lá em cima, fica na Serra do Sol, em Mapaé, e uma outra chamada Cedro. A distância entre ambas, em linha reta, dá 180km. Isso é muito importante e, ao longo da palestra, vamos fazer menção sempre a essa marcação, colocando essas duas malocas dentro de um mesmo grupamento.

Note que também existe uma maloca chamada Limão, na fronteira da Raposa/Serra do Sol, e uma outra chamada Chiriqui, que já fica na terra indígena São Marco. A distância entre ambas é de 8km.

De início, vale ressaltar que a primeira reunião de Tuxauas, visando a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, é de 1971. E, entre 1984 e 1989 – é importante e vamos voltar mais tarde a falar sobre isto –, foram criados vários grupos de trabalho que produziram relatórios os mais diversos possíveis. Relatórios que demarcaram as terras em Garicó, lá em cima da Serra do Sol, como algo independente, e uma série de outros relatórios antropológicos e propostas de demarcação.

Porém, todas essas propostas não tinham um procedimento administrativo previamente definido. Era meio confuso. Quem olha os processos da Funai compreende como é confuso o processo de demarcação da terra indígena. Em 1991, o Decreto nº 22 veio normatizar a coisa. O art. 2º diz que a demarcação da terra indígena deve ser precedida de um estudo por um grupo técnico. E, o § 1º, diz que o grupo técnico é nomeado pela Funai e será composto por técnicos especializados, também é importante lembrar disso. E o § 6º diz que, concluídos os trabalhos, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à Funai.

Por causa desse decreto de 1991, em 1992, a Funai foi obrigada a criar um grupo técnico a que eles chamaram de interinstitucional. Esse grupo naturalmente fez um relatório, que foi encaminhado à Funai que, pelo Parecer nº 36, aprovou o relatório e sugeriu que ele fosse homologado no despacho ao Ministro da Justiça em 1993.

Logo em seguida, o Ministro Jobim assume o Ministério da Justiça e condena praticamente publicamente o Decreto de 1991, dizendo que ele é inconstitucional, porque não dá ao Estado e aos Municípios o direito de apresentar o contraditório. Aí nasce um novo decreto, o Decreto nº 96, que simplesmente aumenta as exigências do Decreto de 1991. Dá oportunidade ao contraditório, diz que o relatório da Funai deve ser publicado no diário oficial do Estado, justamente para oferecer ao Estado a oportunidade de apresentar o contraditório, e reconhece algum direito do Estado e dos Municípios de participarem desse processo.

Mesmo assim, em 1998, houve a famosa Portaria nº 820, que demarcou a terra indígena. Com essa portaria de 1998, o que aconteceu é que apareceram várias contestações judiciais. Uma delas é a ação que o Senador Mozarildo já falou e que na Justiça Federal em Roraima fizemos parte do grupo técnico para fazer a análise desse processo.

Porém, todas as ações subiram para a alçada do Supremo. Dada essa situação complexa, o governo ficou com as mãos atadas, não podia fazer nada, porque estava subjuiciado o processo de demarcação. O governo, no dia 13 de abril, lança uma nova portaria, a Portaria nº 534, comunicada ao

Supremo, que simplesmente faz como Pilatos: lava as mãos. Já que todas as ações eram contra a Portaria nº 820, e como essa portaria foi substituída pela 534, perdeu o objeto de todas as ações. Portanto, não existe mais nenhum óbice para a publicação do decreto de homologação. Isso possibilitou esse decreto, que é o decreto de 15 de abril. Notem as datas aqui: 13 de abril, 14 de abril, 15 de abril – em três dias, foi feito todo esse processo.

Outra coisa: nós estamos limitados a fazer um relato de fatos sem emissão de nenhum juízo de valor. É pelo menos essa a nossa expectativa. E mais: eu não represento a comissão de peritos; eu apenas fui um perito e, por acaso, o presidente da comissão, e o que vamos dizer já está escrito em nosso relatório. Não vou acrescentar nem vou apresentar outros julgamentos.

Quais são os pontos possíveis de contestação?

A Portaria nº 534 tem os mesmos suportes técnicos que a Portaria nº 820. Na verdade, ela diz que a 820 é válida e que todos os atos devem ser respeitados. Portanto, não há porque se livrar da forma que foi feita.

A de nº 534 afirma, em seu preâmbulo também, que foi baseada no Decreto nº 1.775, de 1996 – aquele decreto que aumentou as exigências –, e que segue os procedimentos administrativos ali contidos. Aí vai numa observação: o Decreto do Presidente é a autonomia dele, ele decreta o que quiser; o decreto do Presidente decreta o que quiser. Agora, quando ele decretou isso, ele disse: “Estou seguindo o Decreto nº 1.775”. Nesse ponto, o próprio Presidente da República, no próprio decreto, se autolimitou; ele foi dizendo que seguiria os procedimentos ali.

Na verdade, a Portaria não segue esses procedimentos administrativos. E eu afirmo que não segue nem mesmo os do Decreto nº 22, de 1991, aquele que era mais brando. Lembro também o seguinte: em 1996, quando saiu esse novo Decreto, houve uma repercussão muito grande em todos os meios de comunicação, chamando-o “decreto do medo”, o “decreto da vergonha”, porque estava aumentando as exigências para a demarcação de terra indígena. Mas por que ele não obedece aos relatórios? Porque, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado. Por quê? Porque esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo: pela antropóloga Maria Guiomar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido no 1.775, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo técnico-institucional criado pela Funai. A isso vamos tecer comentários mais tarde. E, finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do Cimi e do Cir, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

Sobre o grupo de trabalho institucional criado em 1992, primeiro, tem cinco membros da Funai. Então, com esses, aí nós, da Comissão, não tivemos nenhum contato a não ser com a presidente, com quem eu estive três ou quatro contatos. O funcionário do Incra. Quando eu estava presidindo esta Comissão, fui procurar a pessoa do Incra. Ele estava viajando para Belém e não pôde falar conosco. Agora, há um mês, fui ao Incra, procurei lá o Sr. Nilton e perguntei para ele: “O senhor esteve na Raposa Serra do Sol?” “Estive várias vezes, passei mais de 90 dias lá”. Aí começou a falar. O grupo fazia várias reuniões. “O que você achou da presidente da comissão?” Ele disse assim: “Que presidenta? O presidente é um outro antropólogo”. Eu disse: “Não, espera aí, nós não estamos falando da mesma coisa”. Aí descobrimos que ele esteve na Raposa Serra do Sol entre 84 e 87, fez muitos relatórios. Mas vocês se lembram daquela observação aqui embaixo, que dizia, entre 1984 e 1987, fizeram vários relatórios? Um deles é desse rapaz.

- Eu disse: não, meu amigo, quero me referir à portaria de 1992.

- Não, doutor, depois de 1987, nunca visitei mais a Raposa Serra do Sol, não fiz parte desse grupo, dessas portarias.

- Não, o senhor fez parte.

- Não, não fiz. Estou lhe dizendo que não fiz.

- Ele disse: está aqui a portaria.

- Então não sabia que eu fazia parte do grupo.

Então o representante do Incra não tinha conhecimento que fazia parte desse grupo que deveria elaborar o relatório. Isso é um fato, quer dizer, é uma realidade, não se pode contestar.

Depois, os cinco funcionários que representariam o Governo... *Aí vale ressaltar que o Governador na época era o Otomar Pinto, o mesmo governador de hoje. O Governador, quando viu a possibilidade de fazer essa comissão, fez um decreto nomeando três representantes do Governo. Os três representantes eram: Robério Araújo, o então Secretário de Meio Ambiente e Justiça e, hoje, Secretário de Articulação Municipal; e mais duas outras pessoas que era o Aiberê, que era o Chefe da Casa Civil, e mais um fazendeiro do qual não me lembro o nome.*

Então os três foram nomeados por decreto pelo Governador. Esse projeto foi encaminhado para a Funai, para colocá-los na portaria. A Funai, simplesmente, nomeou apenas o Robério.

Aí pensei, nomeou o Robério porque na portaria não caberia três, caberia só um. Mas, em seguida, nomeia mais seis técnicos agrícolas. Então não era problema de número. A Funai escolheu um e só um dos três indicados pelo Governador; e ainda colocou, de quebra, seis técnicos agrícolas.

Agora, chamei cada um dos seis técnicos agrícolas para conversar. Apenas dois são técnicos agrícolas, todos os seis não são técnicos agrícolas; dois são motoristas, um outro é auxiliar operacional agrícola, e um outro é técnico em estradas; e esse técnico em estrada disse: doutor, nunca fui a Raposa Serra do sol.

- Como não? Você fazia parte da comissão.

- Ele disse: que comissão?

Não sabia, de todos os sete que representariam o Governo do Estado, só um tinha conhecimento que fazia parte da portaria, que fazia parte do grupo, que era o Sr. Robério, que por sinal o convidei para que ele estivesse aqui hoje. Mas não pôde comparecer.

O Robério tomou conhecimento. Foi à Assembléia Legislativa logo depois que saiu o relatório do grupo, do qual ele faria parte, e disse alto e bom som – e a cópia da ata da Assembléia, com essas declarações, está no processo – que nunca tinha sido chamado para reunião alguma; tinha sido nomeado para essa comissão por Brasília. Disse também que não o tinham ouvido, não tinham dado a ele a oportunidade de se expressar. Disse que fora enganado, que todos tinham sido enganados, e isso tinha sido feito de má-fé pela Funai. Não são palavras minhas, são palavras do Robério Araújo, que estão comprovadas na ata da reunião da Assembléia Legislativa.

Dois pesquisadores da USP... Academia, universidade tinham que estar representadas aí. Todo mundo ficou satisfeito porque a USP estava representando a academia. Porém dos dois, apenas um é pesquisador da USP. E liguei para esse pesquisador da USP, conversei com ele dadas minhas ligações com a USP, e disse: - meu amigo, como é que você faz um negócio desse.

- Que negócio? Eu não fiz.

- Quantas vezes você esteve em Roraima?

- Ele disse: não conheço o Estado de Roraima, nunca fui lá.

- Como é que você não vai lá e faz um relatório técnico desses?

- Eu! Relatório técnico! Que relatório técnico?

- Você fazia parte dessa comissão.

- Que comissão?

Ele não sabia que fazia parte da comissão, embora, na verdade, ele não tenha sido indicado pela USP, foi indicado pelo Cimi; e tenho a carta do Cimi dizendo que ele era pessoa confiável para fazer parte desta Comissão.

Um membro do CMI – disso vamos falar daqui a pouco –, um representante do Conselho Missionário Indigenista e um representante da diocese de Roraima. Esses não procurei, porque não quis confrontar. Todos que procurei não tinham conhecimento de que faziam parte da comissão. Nunca encontrei um que tivesse conhecimento, a não ser a Presidente e o Robério. Esses eu não procurei. Mas é muito simples: na hora em que forem chamados em juízo, os dois vão dizer, naturalmente, que não houve nenhuma reunião.

E as lideranças indígenas? Foram 10 índios indicados para participar da comissão. Quanto aos 10 índios, a própria portaria diz claramente: indígenas indicados pelo CIR – Conselho

Indigenista de Roraima, portanto por apenas uma das alas. Há 47% dos índios região Raposa Serra do Sol vinculados a eles, portanto é uma representação parcial dos índios.

Depois, a participação do Governo, como já dito, foi comprometida completamente. A participação da academia, também comprometida; a Igreja Católica; e o Governo brasileiro, que, pelo que se sabe, é laico, não tem religião. Sendo uma questão de Estado, uma questão de tanta relevância, na minha cabeça, não caberia, na época, a participação de nenhuma igreja. Já que vai haver uma igreja participando, existem outras lá que fazem o mesmo trabalho da Igreja Católica, por sinal, belíssimo, de ajuda às comunidades indígenas. Se há um lado representado, deveria também haver outros, daí a pouca representatividade.

Quanto aos Municípios, à época nenhum foi convidado para participar de absolutamente nada; só o Governo teve aquela participação comprometida.

Os produtores agropecuários, quer dizer, todos os atores sociais que vivem lá, de que o Senador Mozarildo Cavalcanti já falou; os outros indígenas, quer dizer, a maioria; os não-indígenas, que não sabemos dizer até que ponto são indígenas ou não, porque são mestiços, casados com índia, filhos de índia com branco, com não-índio; ninguém da região foi considerado. Quando eram considerados, eram tidos como invasores.

O relatório do grupo não atende o que diz o decreto, nem o 22. Por quê? Porque não houve relatório do grupo.

As comunidades indígenas. Vê-se o seguinte: o CIR... Em termos de malocas, eles têm 60% das malocas indígenas da Raposa Serra do Sol. Portanto, têm maioria em termos de malocas. Mas, quando se olha a população, só têm 47%. Eles têm a minoria da população indígena. Por quê? Porque houve uma política, ao longo de 20 anos, de subdivisão de malocas. Vê-se que essas malocas têm 10, 20 pessoas, enquanto as malocas de outra, do Sodiur, 37, com 18%; têm 31% da população, porque as malocas são maiores. As malocas maiores foram-se dividindo, para uma política de se ter uma quantidade de malocas bem maior e justamente aquela distribuição ao longo da Raposa Serra do Sol.

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Houve uma pane na parte eletrônica.

O que ia falar agora é sobre aquelas duas malocas: Mapaé e Cedro. A distância entre ambas é de 180 quilômetros. A comunidade de Mapaé é ingaricó e fala ingaricó ou inglês. O Cedro fala macuxi ou português. Ingaricó é uma comunidade bem primitiva, já Cedro é uma comunidade mais bem integrada com a sociedade.

Alguém sabe mexer aqui?

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Então, vamos às conclusões.

A conclusão que se tira é que a Funai conseguiu apresentar uma quantidade extraordinária de irregularidades no mesmo processo de demarcação. Isso talvez movida por um desejo fora do comum de servir a uma causa nobre: a defesa dos índios, que é uma causa nobre, politicamente correta; defender a causa indígena é algo que todo mundo quer, que é defendido internacionalmente e nacionalmente por organismos diversos, governamentais e não-governamentais.

Então, talvez tenha sido essa vontade de servir a essa causa nobre.

Na verdade, algum deslize, algum erro, quem foi administrador público sabe disso, em propriedades administrativas, existem, principalmente, quando se tem pressa. Mas a Funai levou 30 anos para demarcar essa terra. Que pressa era essa? E, em três dias, foi feito esse decreto. É muito difícil justificar isso.

A posição aí é a seguinte: mesmo que um dos itens apresentados não fosse tão devastador como é, a própria existência de uma coleção tão ampla já era suficiente para se questionar isso. Essa foi a conclusão da comissão de peritos. Aí é aquela comparação que eu estava fazendo: Mapaé e Cedro, distantes 180km uma da outra. A religião de uma é protestante; a outra, católica. A atividade produtiva: uma faz agropecuária direta...

Todos os itens possíveis...

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Creio que está havendo algum problema. Eu acho que é justamente nessa parte aí.

Em relação a todos os itens, qualquer comparação que se faça, antropológica, leva a entender que essas duas comunidades não têm praticamente nada em comum, a não ser o fato de serem índios. Mas decidimos – quer dizer, nós como sociedade – que Mapapé e Cedro devem ficar no mesmo conjunto.

Agora, quando olhamos aquelas duas vizinhas, uma na Raposa Serra do Sol e o outro em São Marcos, as duas têm a mesma etnia, a mesma língua, a mesma cultura, os mesmos costumes, tudo exatamente igual.

A pergunta que se faz é a seguinte: onde está a racionalidade de se colocar juntos dois grupos de indivíduos tão díspares um do outro, na continuidade da Raposa Serra do Sol e colocar duas entidades tão próximas, como aquelas duas, e tão identificadas, separadas.

Então, realmente, não há nenhuma racionalidade para que se justifique a mesma análise, por mais técnica que seja, que faça coisas tão contraditórias.

Na verdade, contra-argumento com o seguinte: na verdade, se nossa sociedade, se o Senado brasileiro, se a Câmara de Deputados, se a nossa sociedade decide que duas coisas tão distantes daquelas têm que estar juntas, então é coerente, é lógico, é racional que ela vá levar esse raciocínio para outros lugares. Daí a posição de que devemos ter não só Raposa Serra do Sol; devemos emendá-la também com a San Marco. Portanto, a reserva indígena tinha que ser denominada San Marco-Raposa Serra do Sol. Mas na hora que eu fiz isso, existem duas outras que estão mostradas aí, Jabuti e uma outra, que são encostadas na San Marco. Então, não tem sentido. E também a Macuxi da mesma etnia. Não há nenhum argumento que não os coloque junto também.

Então, a terra indígena vai ser: San Marco, Raposa Serra do Sol, Jabuti, Ananás etc. E aí eu vou colocando uma outra vizinha, exatamente a mesma coisa. Por que não colocar? E aí se vai colocando todas aquelas terras indígenas que foram demarcadas no passado e que são várias ilhas em torno de Boa Vista. Manda a lógica e a racionalidade que todas elas sejam integradas e aí você tem e acho que é a parte principal de nossa palestra, este mapa que fica muito interessante: Boa Vista rodeada de setas de todos os lados, onde, realmente, não tem a mínima condição de se colocar Boa Vista fora desta área. Isso se usar a racionalidade de que devemos juntar duas coisas tão distantes daquelas. Portanto, alguma coisa está errada.

A minha proposta particular é que algo tão sério como uma demarcação de terra indígena deveria estar sujeito a uma apreciação desta Casa. Por quê? Porque a nossa sociedade acha que, por exemplo, tomar conta de uma rádio ou de uma televisão é algo importante socialmente, e é. Ela exige que o Governo faça isso administrativamente, mas também exige que seja mandado depois para o Senado dar o parecer.

Como é que nós damos uma concessão pública de uma rádio, de uma televisão? Precisa passar no Senado e algo talvez mais sério socialmente, porque envolve o futuro de um Estado e de várias pessoas, como é que a mesma sociedade que decide isso não decide colocar esse assunto também passando pelo Senado?

Na verdade, a minha proposta é que passe pelo Senado tudo isso e uma revisão integral de tudo o que foi feito, porque, pelo que eu andei vendo na Funai, pelos processos a que tive acesso... Primeiro, quero dizer por que. Não sou mais inteligente ou menos inteligente do que ninguém que mexeu nisso. A única diferença nossa, do nosso grupo que fez essa análise, é que tivemos acesso a mais documentos do que qualquer outra pessoa. Quando o juiz federal pediu à Funai o processo, ele mandou o processo, mas um processo limpo, enxuto, sem uma série de coisas. Quando o Senado pediu à Funai, ela mandou um processo de umas duzentas páginas mais ou menos. Quando a Câmara pediu, mandou isso.

Então, eu, morando aqui em Brasília também, vim à Funai e procurei ver as coisas e me disseram que eu não teria acesso àqueles documentos que eram sigilosos. Tudo bem! Voltei para lá e comuniquei ao juiz federal, porque, infelizmente, a gente não manda nada. Ele mandou uma carta de apresentação, dizendo que todos os dirigentes de órgãos do Governo brasileiro deveriam

apresentar todos os documentos, sob pena de crime de desobediência. Foi então que tive acesso a toda uma papelada e tiramos doze mil cópias xerox.

É uma quantidade extraordinária. É isso que me dá a confiança de vir ao Senado expor o seguinte: pelo que eu vi, pelo que eu pude fazer, existem muitas impropriedades. Isso é o mínimo que se pode dizer. Existem muitas impropriedades não só nessa demarcação como em outras demarcações, porque você pode argumentar antropológicamente, você pode ser técnico, cientista, político, o diabo que você queira ser. Você não pode é ir contra a racionalidade humana, a lógica, porque antropologia não é necessariamente maluca, não necessariamente vai contra a lógica.

Então, a nossa proposta é que se coloque um pouco de racionalidade. Na verdade, eu iria até a frente, eu concluiria as minhas palavras sugerindo que fosse criado no Senado ou na Câmara ou em ambos uma comissão de peritos, composta de economistas... É muito difícil, pois são seis dígitos... Essa comissão seria formada por um economista, um antropólogo, um estatístico. Quem sabe a quantidade de indígenas que há na região? Quem conta isso? Cadê o IBGE? Ele está fazendo essas contas? Na minha cabeça, não. A quantidade de índios alegada na região é a mais diversa possível. Nós deveríamos formar uma comissão com pessoas especializadas em várias áreas do conhecimento humano, a fim de que se pudesse fazer um estudo a respeito. Esse estudo, de acordo com a proposta que fiz no parecer técnico, deveria ser baseado, por exemplo, em **clusters**, análises. Esse é um procedimento lógico, de estatística, um procedimento espetacular. Esse procedimento é usado pelos geólogos e estatísticos para se fazer mapas. Trata-se de juntar coisas e entes de acordo com várias particularidades. Como é que eu vou fazer esta **cluster**? É um grupamento. Eu tenho 180 pessoas e defino uma distância entre elas, distância no sentido lato. É uma distância não só física, como aquela de 180 quilômetros, mas também antropológica, social, uma distância em que se pode colocar a mesma língua, a mesma cultura, etc.

Definida essa distância, a sociedade brasileira deve definir qual o grau de tolerância que temos para juntar coisas dizendo que são idênticas ou semelhantes.

Definido isso pela sociedade, aí o problema será técnico e o computador resolve. Simplesmente colocando entes semelhantes junto com entes no mesmo **cluster** e garantindo que entes diversos fiquem diferentes, mais distantes do que a sociedade deseja, fiquem em **clusters** separados. Em outras palavras, Cedro e Mapaé se você põe dentro de um mesmo **cluster**, é obrigado a incorporar também Boa Vista, usando esse critério técnico.

Essa transparência mostra todas as comunidades indígenas. Nós somos escravos da tecnologia e quando ela não ajuda...

Essas são as terras indígenas demarcadas no Estado de Roraima. Vêem-se a linha do Equador, os Ianomâmis, aquela vermelha e aquelas terras indígenas lá embaixo, que já foram demarcadas. Ali está Boa Vista. Ali, a Raposa Serra do Sol. Lembra-se de Mapaé e Cedro, à distância de 180 quilômetros, com diferenças culturais bastante demarcadas.

Limão e Chiriqui são vizinhas. Uma está na Serra do Sol e a outra está em San Marco, que é essa vizinha vermelha. Se se juntar San Marco com Raposa Serra do Sol, não há porque não juntar Jabuti e Ponta da Serra. Então, vai ser Jabuti e Ponta da Serra e San Marco e Raposa Serra do Sol.

Vemos também Santa Inês, que é vizinha. Por que não se junta também? Tem de juntar. Se junto 180 quilômetros, por que não junto?

Araçá é vizinha, bem perto da Ponta da Serra. Serra da Moça também é vizinha. Tem de juntar, não tem por que ficar separado. Não há nenhuma lógica que mostre que tem que ficar separado. Então, vamos juntar. Também temos que juntar Ananás.

Na hora em que começamos a fazer isso, vemos que Boa Vista desaparece, porque todas aquelas têm muito mais similaridade antropológica. É mais lógico juntar essas pequenas ilhas do que juntar Mapaé com Cedro. Mapaé está muito mais distante de Cedro, antropológicamente falando, do que as outras áreas.

Isso dá uma visão completa da situação de Roraima. Agora mesmo, a própria Funai está aumentando algumas dessas reservas indígenas, fazendo outra demarcação.

É preciso que a sociedade brasileira pense. Se vai juntar, ótimo, vamos juntar; mas criamos um país indígena em Roraima e aproveitamos Boa Vista, que já fica como capital. É só colocar para fora alguns Senadores de lá. Desculpem a piada, é uma brincadeira.

Bem, pessoal, gostaria, Sr^s e Srs. Senadores, de agradecer esta oportunidade. Lamento muito a falha técnica do computador, mas eram basicamente esses pontos que queríamos colocar em evidência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Agradecendo ao Professor Hamilton a brilhante exposição, abro a discussão para que os Senadores que desejem façam perguntas para esclarecer melhor o assunto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Professor Gondim, nesses processos que o senhor olhou, alguma vez viu algum parecer do Estado ou de algum produtor?

O SR. HAMILTON GONDIM – Do Estado tem. Inclusive, o Otomar, o então governador Otomar, compareceu ao Ministério da Justiça encaminhando um parecer antropológico alternativo e uma proposta alternativa a isso. Isso rodou em todo o Governo, na AGU, em todas as instâncias, e todas diziam que compete à Funai fazer o laudo antropológico. Foi tudo para a Funai, que respondeu a isso dizendo que o laudo do Governo era um laudo sem embasamento técnico, que era um laudo que se reduziu a algo realmente não confiável. Inclusive, fez comentários sobre o antropólogo que assinou o laudo, que ele não fazia parte da Associação Nacional dos Antropólogos, etc. Então, foi questionado isso e considerado que esse laudo, a posição do Governo do Estado não era embasada em argumentos e desconhecia a legislação vigente. Não era baseada na legislação vigente e era uma peça não confiável.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – No laudo antropológico eles fazem alguma referência às vidas do Mutum, Socó, Água Fria e Pereira?

O SR. HAMILTON GONDIM – Fazem, fazem referências inclusive pejorativas. E, de uma forma muito feia, chamam de corruptelas e chama... escrevem os nomes errados.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – O dela é prostíbulo?

O SR. HAMILTON GONDIM – É.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Linguagem de garimpeiro. Ouvi de todas as famílias que existem lá.

O SR. HAMILTON GONDIM – Então, só se referem a esses agentes sociais na qualidade de invasores, quer dizer, já parte de uma pré-concepção.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – São tão invasores quanto o pessoal de São Paulo e Brasília que aqui chegaram, os primeiros que chegaram lá faz duzentos e poucos anos dentro do espírito de garantir as fronteiras do Brasil, o tamanho do Brasil. Se for usar essa terminologia, temos que chamar os paulistas de invasores, nós aqui de Brasília, todos somos invasores.

Então, citaram, porque eu acho que de San Marcos esqueceram de citar a vida de Pacaraima, não é? Porque depois que... existem duas mil casas lá em Pacaraima, estão colocando todos para fora de lá também.

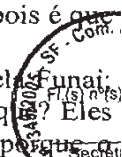
O SR. HAMILTON GONDIM – É, eles não falaram, apenas citaram esses conglomerados urbanos, mas não há nenhum comentário antropológico, social ou econômico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Nesses conglomerados eles não falam se há escolas, unidades de saúde?

O SR. HAMILTON GONDIM – Não falaram nada disso, para dar a impressão de que não há gente lá mesmo, que é só um prostíbulo mesmo de garimpo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Exatamente. Porque há escolas de primeiro e segundo grau, quadras de esporte, luz elétrica, postos de saúde, alguns têm hospitais; lá em Surum há hospital, que é da Igreja, mas há hospital que foi feito com recurso da comunidade. Depois é que dividiram, que o hospital era da Igreja, mas existe hospital também.

Infelizmente, o meu Estado tem sido vítima de mentiras sobre mentiras feitas pela Funai; antropólogos vão lá e não respeitam as pessoas, chamam todos de grileiros. Grileiros por que? Eles já estão na terceira geração em cima da terra, tentam regularizá-la e não conseguem porque o



Estado, a Nação, o Governo Federal não criam condições, impedem até que regularizem. Direito de usucapião não existe. Quer dizer, realmente na Constituição houve uma falha muito grande, mas a palavra “habitar” está no presente, e lá em Roraima isso não tem sido considerado.

O senhor falou sobre a multiplicação das aldeias, que foi feita propositadamente. E: aldeias que possuem duas casas. Existem aldeias que têm Caraparu 1, 2, 3 e 4, que ele separando para poder dominar. Até a própria Raposa, a tradicional, a mais antiga, existe a Raposa 2, porque quem não concordava com a forma como o Cimi queria, eles dividiam e faziam aldeia. E dizem que não querem luz elétrica, não querem água enganada e tudo. Propuseram ai os indígenas voltassem a andar nus, coisa que não foi aceita porque já estão lá há quase 200 num processo de miscigenação. Estão na universidade. Existem mais de 120 indígenas na universidade lá em Roraima. E alguns já estão formados. Eles querem luz elétrica, a maioria quer luz elétrica. Infelizmente, quem tinha mais voz era o Cimi, por isso se fez dessa forma.

Mas o Presidente Lula sabia que lá era dessa forma. Ele assinou influenciado por esses ungueiros que estão em volta dele, que ajudaram ou, como o nosso Senador Gilberto Mestrinho fala, alguns ministérios que parecem sucursais de ONGs. E parecem mesmo. Toda a vez que se lê sobre o Ministério do Meio Ambiente, há a opinião do WWF. Eu não sei se há algum membro do WWF dentro do Ministério também com uma função.

Acredito muito na Justiça, porque ela é lenta, mas chega. As pessoas que foram retiradas das áreas indígenas demarcadas no meu Estado... Como vimos ali, são 35 áreas indígenas demarcadas. Desafio os Governos. A culpa não é só do Lula, não, é dos outros Governos. Houve Governo que designou área na qual o cidadão deveria ser reassentado, mil hectares, quatrocentos, quinhentos hectares, e até hoje não foram reassentados. Ninguém foi assentado. Os que receberam indenização receberam-na pela metade, um terço, um quarto, um quinto do valor do bem. Existem muitos que já saíram da sua área há 10, 15, 20 anos e estão esperando a indenização.

Quando entra na Justiça para pedir indenização, vai lá a Funai e avalia os bens, mas uma casa que está, há 15 anos, sem entrar gente dentro não vale mais nada. Então é uma injustiça que deve ser corrigida.

Espero ainda, já que o Presidente Lula não vai fazer justiça com o povo de Roraima, que haja um presidente que faça justiça, que indenize justamente as pessoas, que reassente as pessoas que foram tiradas dos seus lares, onde já estavam há duas, três gerações.

Quero ver como é que vão fazer com esses seiscentos que ainda estão no Mutum, Socó, Água Fria e Vila Pereira, que estão prometendo tirar de lá também. É mais uma injustiça que vai ser feita, fora os seis mil empregos que vão acabar no meu Estado, diretos e indiretos, ligados à cultura do arroz irrigado, principal atividade econômica do Estado.

O meu Estado tem 100% do seu PIB, sendo 80% de recursos do Governo Federal; 11%, do arroz irrigado e 9% vêm das outras atividades. Se acabar com essa atividade, eles estão querendo colocar a gente para fora da nossa terra, mas não vamos sair de lá. Optamos por viver em Roraima. Nascemos em Roraima, nossos filhos nasceram lá também. Somos de Roraima e ninguém vai nos tirar de lá. Vamos vencer, lutar e resistir, por meio da lei, para ninguém tirar a gente da nossa terra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Senador Wirlande da Luz, com a palavra.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Professor Hamilton Gondim, tinha assistido, na sessão da Câmara, a essa sua explanação. Na ocasião, não tive oportunidade de falar, até porque tive que sair antes.

O meu acompanhamento a respeito de Raposa Serra do Sol era um acompanhamento por meio de jornais, conversas com deputados, senadores, mas nunca me aprofundei na questão, até porque era uma região que, parte dela, ainda não conhecia. Ao fazer parte desta Comissão, fui

loco, juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Augusto Botelho, conversar com aquelas comunidades.

Não somos nós, os brancos, os não-índios que não querem a demarcação daquela maneira. São os índios que não querem. Os índios têm entendimento de que aquela demarcação é feita de maneira errada. Aquela demarcação não melhora a qualidade; pelo contrário, piora.

Tive acesso ao relatório anterior feito numa outra Comissão, de que o Senador Mozarildo participou e o Senador Augusto também. O relatório é primoroso na questão que realmente define o que os índios e as comunidades querem, que seria uma demarcação em ilhas.

Mas fiquei impressionado de ver a sua explanação aqui, porque há coisas gravíssimas a respeito do que foi exposto. Essa conclusão a que se chegou aqui a respeito de pessoas que participaram, assinaram o relatório... Parece-me que há outras pessoas que assinaram que não têm nenhum nível técnico para assinar. Assinaram motoristas, agentes administrativos que sequer estiveram no local e, muito menos, têm nível de conhecimento para assinar tal relatório antropológico. E antropólogos que nunca colocaram os pés em Roraima estavam na Comissão. E há pessoas que estiveram lá participando de um outro relatório, que não estavam nesse relatório final.

São coisas que, realmente, deixam-nos entristecidos e de uma maneira a pensar em como esse relatório é concluído dessa maneira. Não sei qual é o período em que se teve acesso, juntamente com outras pessoas, a esses documentos, mas nunca ouvi falar que essas coisas encontradas nesse relatório, nesse acesso por determinação judicial, tenham sido estampadas nos jornais de circulação nacional; que tenham sido abordadas essas questões – perdoe-me o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está aqui há mais tempo que eu – na tribuna do Senado Federal; se foi colocado esse engodo na tribuna da Câmara dos Deputados. E, se isso foi colocado, chegou, sim, ao conhecimento do Presidente da República e também de seus ministros. Sim, se foi colocado, isso chegou, sim, foi colocado em nível nacional. Eu, realmente, desconhecia isso, até porque nunca li em nenhuma revista de circulação nacional ou jornal dos grandes Estados a respeito dessa situação que foi encontrada pelo Professor Gondim.

Então, realmente, da forma como foi apresentada é uma coisa de estarrecer. E parece-me que apenas um dos antropólogos, ou uma antropóloga, que assinaram esteve na região. Os outros – parece-me que oito pessoas assinaram – nunca estiveram na região. E os que lá estiveram, não estiveram lá no momento da feitura do relatório.

Senador Mozarildo Cavalcanti e Professor Hamilton, realmente é de estarrecer.

Tomei conhecimento disso agora, no momento da explanação. Inclusive, até quando participei da reunião da Comissão, eu não tinha a mínima noção de que já se tinha conhecimento a respeito desse relatório, um falso relatório, que não dá fundamentação a Governo nenhum para se decidir sobre uma demarcação como essa, que não atende a maior parte da população indígena, até porque os índios que lá estão dizem “Nós somos brasileiros. Portanto, queremos ser respeitados como brasileiros.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Está com a palavra o Sr. Hamilton Gondim.

O SR. HAMILTON GONDIM – Senador Wirlande, a minha posição é muito incômoda porque faz um ano e dois meses que concluímos esse relatório. Não me compete, como Perito da Justiça Federal, procurar os órgãos de imprensa nem ficar divulgando um relatório que me foi encomendado tecnicamente. Não sou filho de Roraima, apesar de ter uma vinculação muito grande com o Estado de Roraima.

Na Câmara dos Deputados, perguntaram-me qual era a minha motivação de fazer isso, se eu tinha alguma terra. Lembrei-me de que fui prefeito da capital, inclusive por indicação do Senador Mozarildo, naquela época em que Boa Vista englobava Pacaraima e outras comunidades dessa área. Na época, eu fazia muitos decretos doando terras, assim: em Pacaraima, eu doava pra quem quis ir pra lá porque eu queria povoar aquela área. A única condição imposta era que, dentro de certo período de tempo, fizesse uma casa e fosse, realmente, residir lá.

Perguntaram-me se eu tinha terras por lá. Eu respondi: “Mas, rapaz, eu me esqueci de tirar terras para a minha família e para mim. Hoje posso dizer que não tenho um palmo de terras no Estado. Portanto, não estou defendendo interesse próprio. Não tenho a mínima vinculação com nenhum proprietário de terra, com absolutamente ninguém. Então, não me move nada que não seja a busca de algo mais sério.”

Sou um cidadão brasileiro. Fico estarelecido de ver o meu País baixar um decreto, pelo Presidente da República, com base nesse tipo de informação errada. Não quero nem saber da Raposa Serra do Sol, não quero saber de problema indígena, não quero saber de nada. É que, se o meu País faz isso com uma questão tão séria dessa, começo a duvidar de outras coisas que possam acontecer em outras áreas.

O senhor tem toda a razão. Lamento muito, mas não quero aparecer, não procurei aparecer. Só fui à Câmara dos Deputados e agora venho ao Senado porque fui convocado, praticamente. E a minha resposta é sempre a seguinte: vou para qualquer lugar que me chamem, desde que seja uma posição que eu vá esclarecer. Agora, não vou procurar a imprensa; tenho procurado evitá-la. Inclusive, muitos jornais estão ligando para mim, e simplesmente digo que não estou disponível. Procurem os Parlamentares de Roraima que eles têm as informações.

Portanto, na verdade, a minha posição é muito delicada porque não quero tomar partido, não quero defender o que está certo ou errado agora. É inconcebível que haja um ato do meu Governo com base em meias verdades, para não dizer outros nomes.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Não há meias verdades, só há inverdades, só inverdades; não existem meias verdades aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Bom, antes de encerrar a reunião, até para esclarecer ao Senador Amir Lando, todas essas questões foram abordadas, até exaustivamente, na tribuna do Senado e na tribuna da Câmara também. No nosso próprio relatório da Comissão Temporária Externa anterior, fizemos menção a essa questão. Então, verdadeiramente, todas as autoridades do País, inclusive o Presidente da República, conheciam esses detalhes que hoje foram apresentados aqui na Comissão.

Então, fiz questão – conversamos e deliberamos sobre isso – de convidar o Professor Hamilton justamente para mostrar, dentro de um contexto atualizado, como esse decreto realmente se baseou em premissas falsas. Não chamamos o Professor Hamilton na época da primeira Comissão porque não havia sido concluída a parte, digamos, judicial, os autos estavam conclusos para o juiz. Portanto, não tínhamos como fazer com que esse relatório viesse à tona antes de o juiz concluir o exame dos autos.

Penso agora que essa explanação é muito importante. Vamos requerer que consigamos justamente essa perícia, esse documento resultante da perícia dos peritos designados pela Justiça Federal de Roraima. Isso, com certeza, vai nos orientar na medida legislativa que devemos tomar, se vai ser um decreto legislativo, se vai ser, enfim, qualquer outra medida em que deva, digamos assim, ser recolocar essa questão dentro do que é justo, do que é de direito, e principalmente no rumo que seja bom para todos.

Aliás, essa foi a promessa que o Presidente Lula fez ao Governador atual. E toda a bancada de Senadores e Deputados queria encontrar uma saída que fosse justa e igual para todos, quer dizer, que atendesse o lado que quer a demarcação dessa forma porque há confusão proposital na mídia que diz assim: O CIR – Conselho Indígena de Roraima, e o Cimi, Conselho Indígena Missionário, defendem a demarcação em área contínua e que os outros defendem em demarcação não contínua. Não é verdade. Tanto um quanto outro defendem área contínua. O que defendemos é uma demarcação em área contínua que não seja excludente porque essa demarcação que foi feita é excludente, ela quer excluir da área todo mundo que não for índio. E quem vai definir quem é índio? Se for pedir o DNA daquele pessoal que mora ali, vai ser difícil encontrar alguém que não tenha participação de sangue indígena. Muito difícil, porque são miscigenados há décadas. Existem pessoas lá, inclusive talvez a indígena mais velha daquela região seja casada com um branco, com um não-índio, que foram para lá no início daquele povoamento. E os próprios índios dali também, muitos deles, há algum tempo, estavam no Caribe, foram enxotados pelos espanhóis para cá.

Então, é preciso discutir essa questão muito amplamente. Agora o que urge, o que esta Comissão tem que fazer é não deixar que uma ação que, notadamente, é baseada em premissas falsas, prosperem e que causem danos, primeiramente, aos próprios índios que moram lá e que, majoritariamente, não querem essa forma excludente de demarcação e também aos não-índigenas, miscigenados ou não, que moram naquela região, em vilas ou em propriedades, como nós detectamos na nossa primeira Comissão, com títulos anteriores a 1934. Portanto, esses têm que ser excluídos. Também não vemos nenhum malefício na atividade, por exemplo, dos produtores de arroz que estão na franja da reserva, na beirada da reserva, não podendo, portanto, causar qualquer dano, se é que danos poderiam ser causados a índios que estão completamente integrados, normalmente, com a comunidade. Basta citar o Município de Normandia, um dos atingidos, cujo Prefeito é um índio, o Município de Uiramutã, cuja Prefeita é neta de índio e cujo Vice-Prefeito é um índio, e o Município de Pacaraima, cujo Vice-Prefeito é um indígena e vários Vereadores desses três municípios são indígenas. Então, há uma perfeita integração e esse decreto quer exatamente descrever essa história e fazer a exclusão de todo o mundo que não seja indígena, não levando em conta que há indígena que não quer esse tipo de exclusão.

Então, quero agradecer a explanação do Professor Hamilton, que – é bom que se ressalte –, além de ter sido Prefeito da capital, foi reitor da Universidade Federal de Roraima. É um homem que teve um papel importante e conhece a história não por tê-la ouvido, mas por ter estado lá muito de perto. É um homem que tem a cabeça muito clara e voltada para o que é academicamente correto, porque, pelo que viu durante esse período em que trabalhou como perito, ele poderia ter sido muito mais contundente, porque, realmente, as coisas que vimos nesse relatório são de arrepiar.

Não havendo, então, quem queira se manifestar, dou por encerrada a presente reunião, reiterando os agradecimentos ao Professor Hamilton.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Penso que a maioria da população brasileira, principalmente a do Estado de Roraima, não conhece isso. E quero lhe dizer que, se o senhor tivesse separado um pedaço de terra para si, ela também não seria sua. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Então está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h14min.)

Ata da 3ª Reunião

Realizada em 06.07.2005

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas e quarenta minutos, na sala quinze da Ala Alexandre Costa, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão. A Presidência faz um breve relato aos presentes a respeito da viagem da Comissão, realizada nos dias trinta de abril, primeiro e dois de maio de dois mil e cinco, detalhando o cumprimento missão inerente ao fato determinado da Comissão. No dia trinta de abril de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, os membros da Comissão, acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal mantiveram Audiências com o Dr. Otomar da Silva Pinto - Governador do Estado, no Palácio do Governo e às dezessete horas e trinta e cinco minutos, horário local, com o General Studart - Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comandante. No dia primeiro de maio de dois mil e cinco, a Comitiva deslocou-se da Cidade de Boa Vista, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a bordo do Helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia, dirigindo-se às Comunidades Indígenas de Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumu retornando para a cidade de Boa Vista às dezessete horas e cinqüenta minutos, horário local. O Senhor Presidente discorre sobre a impressão que os Senadores membros da Comissão tiveram com os sentimentos demonstrados, expressos pelos indígenas, não índios, mestiços, Representantes da Classe Produtora e de Entidades Indígenas e demais autoridades locais, a respeito da demarcação administrativa das terras indígenas Raposa e Serra do Sol. No dia dois de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, os membros da Comissão acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal, foram recebidos pelos Deputados Estaduais, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, estando presentes os Deputados: Chico Guerra, Célio Wanderley, ^{5.º} Mafu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e ^{1.º} Lúcia

Peixoto, quando os membros da Comissão ouviram os parlamentares e discutiram de forma ampla a questão da demarcação administrativa das terras indígenas daquele Estado. Também no dia dois de maio do ano em curso, a Comitativa deslocou-se para a sede da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima, com início às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos, horário local, a Audiência Pública mantida com os representantes dos setores produtivos e representantes de entidades indígenas, dentre eles: Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Airton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON – Gilberto Macuxí, encerrando às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos, horário local. A Presidência esclarece que, nos dias três, quatro, cinco e seis de maio de dois mil e cinco, os membros da Comissão permaneceram no Estado de Roraima, quando mantiveram encontros com os Presidentes das Câmaras de Vereadores, com Prefeitos de diversos Municípios inseridos na demarcação de terras indígenas, bem como Audiências mantidas líderes indígenas, no município de Pacaraima. Após, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim – Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal. O Presidente convida o expositor para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a sua explanação inicial. O expositor, esclarece de forma objetiva quais os tópicos que irá abordar no decorrer de sua exposição, procedendo a sua apresentação com o auxílio de Power Point. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho para os seus questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senador Wirlande da Luz que também fez perguntas ao convidado, Dr. Hamilton. O expositor emite o seu ponto de vista relativo à forma como foi confeccionado e produzido o Relatório a respeito do assunto ora abordado, por parte dos órgãos afeitos questão de demarcação de terras no Estado de Roraima. Ao final, a Presidência agradece a presença do Dr. Hamilton Gondim e ao mesmo tempo, esclarece que o Dr. Hamilton foi Reitor da Universidade de Roraima e Prefeito de Boa Vista. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho

Wirlande da Luz, que também cumprimentaram e agradeceram a presença do expositor. A Presidência agradece a presença de todos e por unanimidade e sem mais observações é aprovado o Relatório Final da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Havendo número regimental – aliás, com a presença de todos os membros da Comissão Especial Externa criada mediante o Requerimento nº 349, de 2005, do Senado Federal –, declaro aberta a presente sessão desta Comissão, criada com o fim de acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol, localizada nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima.

Tendo sido distribuída a Ata da reunião anterior aos membros da Comissão, submeto-a à aprovação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que esta reunião se destina à leitura e à aprovação do relatório final da Comissão.

Para tanto, portanto, começo concedendo a palavra ao ilustre Relator, Senador Augusto Botelho.

O SR. RELATOR (Augusto Botelho. PDT-RR) – O relatório já é do conhecimento de todos nós, membros da Comissão. Passo, então, a fazer um resumo do Relatório porque teremos votação, agora, às 18 horas.

A Comissão temporária, externa, Raposa-Serra do Sol foi criada a partir do Requerimento nº 349, de 2005, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, cujos termos, resumindo, são os seguintes: "... destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do Processo de Demarcação Administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol".

A Comissão foi realizada no dia 27 de abril e foi eleito Presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti e me designou como Relator. A diligência se destinava, principalmente, a avaliar os impactos da demarcação sobre a população diretamente afetada, levar as reivindicações das comunidades às autoridades federais competentes, desestimular qualquer ato de violência, sobretudo em face da situação envolvendo os policiais federais que estavam reféns na comunidade de Flexal. Na noite em que chegamos lá, os policiais tinham sido liberados pela comunidade de Flexal, e fizemos visita a todas as vilas que serão expulsas de lá, fizemos visita à sede do município e às comunidades de Flexal e de Contão, que são duas comunidades que existem na região.

Eu vou fazer uma rápida leitura sobre as considerações dos acontecimentos e vou bater principalmente em um ponto que eu acho que é muito justo com o nosso Estado e injusto com as populações que estão lá.

Como um resultado tortuoso – o desentendimento no plano administrativo e judicial em torno da Portaria 820 –, as inúmeras ações impetradas foram reunidas sob a competência do Supremo Tribunal Federal, o que paralisou o processo de demarcação. Posteriormente, lançando mão de uma questionável manobra jurídica, o Executivo, no dia 13 de abril de 2005, editou a Portaria nº 534, só promulgada no **Diário Oficial da União** no dia 15 – só publicada no dia 15 c

abril – que, em tese, substituiu a Portaria nº 820, para induzir de objeto das ações impetradas. Em inusitada velocidade, o STF, no dia 14 de abril, declara perdas supervenientes de objeto das ações contestatórias de demarcação, ignorando que a Portaria, mesmo que tivesse sido publicada, se escorava nos mesmos pressupostos fatos ilegais da Portaria anterior, inclusive, a ela fazendo expressa remissão.

Considerando os atos praticados e com fundamento na Portaria MJ 820, de 11 de dezembro de 1998, são vários e devem ser aproveitados.”

Aí, descreveu todo o processo. Nós, inclusive, sabemos que há várias irregularidades na elaboração do laudo antropológico, que a Comissão designada para fazer o acompanhamento não existiu, não funcionou, que os representantes do Estado foram designados pelo Governo da época, Sr. Robério Araújo, em Iberê – foram três designados, mas só o Robério Araújo participou da Comissão – e um fazendeiro, pecuarista, cujo nome não temos. E realmente a Funai colocou motorista, técnico agrícola, técnico de estrada para representar o Estado, e a comunidade indígena não teve representação, só do CIR, os dez indígenas da comissão eram só de uma facção. As outras organizações – a Sodiur, a Alidici e a Aricon – e os outros indígenas que não eram contrários à demarcação não tiveram representação. Fora o fato de que várias pessoas da comissão nunca foram nem em Roraima.

É eivado de irregularidades o processo de demarcação da Portaria 820, que foram endossadas por essa portaria recente do Ministério da Justiça.

O nosso relatório conclui fazendo as seguintes recomendações:

Após tomar o depoimento em todas as vilas afetadas pela demarcação Raposa-Serra do Sol e em malocas indígenas descontentes com o ato homologatório e em Boa Vista, esta Comissão elegeu como prioritárias as seguintes recomendações (estão elencadas aqui as recomendações da Comissão):

Reforçar as recomendações da Comissão Temporária Externa sobre demarcação das terras indígenas, criada pelo Requerimento 529, de 2003, no que diz respeito à reserva Raposa-Serra do Sol;

Apoiar o Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que susta o Decreto do Presidente da República de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol no Estado de Roraima.

Dentre as recomendações da Comissão do Senado estão, principalmente, preservar as vilas e a sede do município e suas áreas de expansão, preservar as estradas, as redes elétricas, preservar as áreas produtivas de interesse econômico para o Estado, especificamente as áreas produtivas de arroz, que são responsáveis pela principal atividade econômica do Estado de Roraima, que é a cultura do arroz irrigado.

Então, é esse o relatório.

Gostaria de ouvir a opinião dos demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Wirlande para suas considerações.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu já tive acesso ontem ao conteúdo do relatório e de fato o relatório reflete exatamente aquilo que foi visto dentro da área da Raposa-Serra do Sol e, como foi colocado agora pelo Sr. Relator, a questão do relatório elaborado ... aqueles questionamentos que o Prof. Hamilton Gondim elaborou, que infelizmente aquilo é uma tristeza e saber que aquilo culminou exatamente ao contrário... ele foi buscar exatamente o que não aconteceu e que culminou com aquela Portaria 820.

Mas, eu quero parabenizar o Sr. Relator. Eu acho que o conteúdo do relatório realmente expressa fielmente aquilo que foi visto e expressa fielmente principalmente a vontade das comunidades que moram naquela região e que não querem que a demarcação seja feita daquela maneira que foi feita. Quero parabenizar o Sr. Relator pelo excelente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu gostaria também de fazer como Presidente e membro da comissão algumas considerações. Primeiro, eu quero deixar bem claro que na verdade essa comissão é o desdobramento de uma comissão anterior, uma comissão que antecedeu o decreto do Presidente e que nós queríamos justamente, aqui no Senado, colaborar para que o Presidente tivesse não só um viés, não só um tipo de informação, mas tivesse todas as informações possíveis.

Então, criamos uma comissão externa temporária, aquela também presidida por mim, mas cujo relator era o Senador Delcídio Amaral, que hoje é Líder do Governo. Faziam parte dela também o Senador Jefferson Péres, o Senador Augusto Botelho e àquela altura o Senador Romero Jucá.

Fomos a Roraima, andamos em todas as comunidades indígenas, ouvimos e convidamos todos os agentes envolvidos para serem ouvidos. Só não compareceu quem não quis. Nós tivemos várias audiências. Depois, a nossa consultoria se debruçou sobre todos os elementos que tinham de documentação, de informações, e elaboramos um relatório circunstanciado, que atendia plenamente às aspirações de todas as pessoas que moram naquela reserva: os índios primeiramente que, majoritariamente, nunca quiseram essa demarcação que foi feita, e também os índios que queriam essa demarcação, além deles, aquelas pessoas que moram nessas vilas citadas pelo Relator, que são as Vila do Mutum, do Socó, da Água Fria, Vila Pereira, também conhecida como Vila do Surumum, que, na verdade, são habitadas por índios, por não índios, por miscigenados, por descendentes de índios e também os produtores que estão naquela região.

Os produtores, principalmente os da área da pecuária, a maioria deles já saiu de lá dado há tempo, quer dizer, são três décadas que essa questão vem se arrastando e se arrastando de maneira maliciosa, como foi deixado bem claro aqui, porque a Funai conduziu realmente de maneira fraudulenta esse processo – e dissemos isso no nosso relatório.

Infelizmente, embora estivesse no Supremo a questão para ser examinada, já com duas liminares sustando qualquer ato que o Presidente pudesse praticar para homologar aquela área sem examinar o mérito da questão, porque, no mérito, estavam levantados aquilo que o Relator falou: uma série de vícios insanáveis e principalmente o não-atendimento às aspirações da população que mora ali, prioritariamente os índios... São seis etnias diferentes, etnias que se dividem até do ponto de vista religioso, que pensam completamente diferente. Na sua maioria, temos nos três Municípios envolvidos um Prefeito, o Prefeito de Normandia é índio; o Município de Uiramutã, que é o mais atingido, está no miolo da reserva, a Prefeita é uma neta de índio, e o Vice é índio; em Pacaraima, o Vice-Prefeito é um índio, e diria que quase a maioria dos Vereadores desses três Municípios também ou são índios, ou são descendentes, miscigenados de índios.

Na verdade, é uma realidade que se jogou para a mídia nacional que não corresponde à realidade de fato. Ali não há índios que devam ser isolados da sociedade envolvente, a dita sociedade não-índia. Ali existe uma integração completa, feita por eles mesmos ao longo de séculos. Vimos, por exemplo, na Vila do Mutum, uma coisa absurda: os moradores estão lá, porque era uma área pretendida, impedidos de explorar o diamante no rio que separa o Brasil da Guiana. Então, o que fazem os moradores daquela vila? Atravessam o rio e vão para a Guiana, porque lá é permitido explorar o diamante. Então, eles tiram o diamante, que é brasileiro, porque não está separado o meio do rio, que é a linha divisória, eles metem a draga, puxam o diamante do Brasil, vendem para a Guiana, a Guiana legalmente os paga, recolhe imposto, e eles estão morando no Brasil e fazendo de conta que trabalham na Guiana. O Brasil, que atravessa uma série de dificuldade, fica fazendo esse tipo de figuração para a dita comunidade internacional.

Pois bem, apesar de tudo isso, o Presidente demarcou a terra, como foi dito também no relatório, induzido por uma decisão do Supremo – aliás, o Supremo foi induzido por uma informação do Ministro da Justiça, que editou uma portaria. Não tendo sido publicada, informou o Relator na hora da decisão se era competência do Supremo ou não analisar a questão. Quer dizer, a questão é apenas de analisar a competência, e ele informou ao Relator que tinha editado uma portaria que anulava a anterior. Portanto, todas as ações que estavam lá ajuizadas perdiam o

Com isso, o Supremo acolheu o parecer do Relator, e, no dia seguinte, o Ministro publicou a portaria, e o Presidente assinou o decreto numa rapidez nunca vista.

Lamentavelmente, prefiro dizer que tanto o Supremo, ou pelo menos o Relator, quanto o Presidente da República foram induzidos a erro pela posição do Ministro da Justiça. Em nosso relatório, depois de termos percorrido com esta nova Comissão toda a área e ouvido das pessoas que estavam lá se estavam satisfeitas – porque aqui havia um setor do Governo que dizia que, demarcada a área, tudo iria se acomodar, não haveria problema e todos iriam aceitar, o que não é verdade –, constatamos que é exatamente o contrário. E se não está havendo conflitos maiores é porque ainda há a expectativa de que da decisão desta Comissão e das ações que voltamos a impetrar no Supremo se possa reverter a situação esdrúxula que foi criada com esse decreto.

Agradeço à nossa Consultoria Legislativa, que, tanto na primeira quanto na segunda Comissão, nos acompanhou. Já estamos na segunda, e estão cuidando dela.

Agradeço também ao Dr. Tarciso, que participou das duas, assim como o Dr. Fabiano. Quero fazer uma referência especial à Dr^a Dulcília Francisca Ramos Calhau, que foi nossa secretária da Comissão anterior e também foi secretária desta Comissão. Ela andou conosco nas comunidades indígenas, viu de perto todos os depoimentos e se dedicou de maneira muito proficiente e competente. Quero fazer esse registro e agradecer também ao Dr. José Augusto Panisset Santana, que está secretariando esta última reunião, e dizer que esperamos que recomendações apresentadas aqui sejam colocadas no Relatório do Senador Augusto Botelho. São basicamente dois: a questão do decreto legislativo e a acolhida das recomendações da Comissão Externa anterior.

Creio que concluímos o nosso dever, o nosso trabalho. Aliás, acredito que nós, Senadores do Estado de Roraima, fizemos o dever de ir lá de novo constatar a situação e mostrá-la. Agora vamos apresentar esse novo relatório à Presidência do Senado, já que fomos designados para compor esta Comissão Externa, e procurar implementar essas duas ações, que, se implementadas, resolverão o problema.

Quero deixar muito claro também que a nossa defesa é a defesa de que há solução para convivência de todos os agentes envolvidos, tanto os que pensam de um jeito como os que pensam do outro. É possível, por exemplo, manter a área produtiva de arroz que fica na borda da reserva, quero dizer, que fica na beirada da reserva. Portanto, essa área não complica em nada nenhuma das comunidades indígenas.

Inclusive, quero deixar registrado que é preciso que os órgãos federais de inteligência e de segurança, como é o caso da Polícia Federal, devem estar atentos porque existem informações seguras de que as ações visando criar conflitos artificiais estão sendo mantidas lá principalmente pelos membros do Conselho Indígena de Roraima. Quero deixar isso formalmente registrado.

Obviamente, pela manifestação do Senador Wirlande da Luz e pelo voto do Relator, creio que é unanimidade nesta Comissão a aprovação do relatório. Portanto, se não há nenhuma observação a fazer, fica aprovado o relatório.

Declaro encerrada a reunião, agradecendo a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h59min.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr.

1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 84 DE 2007

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 34, de 2007 (nº 73/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor

Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 1º de março de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Marco Maciel, sobre a Mensagem do Senado

Federal nº 34, de 2007, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por 23 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção, totalizando 23 votos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2007. – Presidente, Senador **Marconi Perillo**, – Relator, Senador **Marco Maciel**.

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

Mensagem (SF) nº 34, de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1º/03/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: *Senador Marconi Perillo*

RELATOR: *Senador Marco Maciel*

Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESSARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
IDELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
RANCISSCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
FERNANDO COLLOR - PTB	6- JOÃO CLAUDINO - PTB
EXPEDITO JÚNIOR - PR	7- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCA	1- GARIBALDI ALVES
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
JOAQUIM RORIZ	4- NEUTO DE CONTO
VALTER FERREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (PFL / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (PFL / PSDB)
ALDEMIR SANTANA - PFL	1- DEMÓSTENES TORRES - PFL
ELISEU RESENDE - PFL	2- MARCO MACIEL - PFL
JAYME CAMPOS - PFL	3- JONAS PINHEIRO - PFL
HERÁCLITO FORTES - PFL	4- ROSALBA CIARLINI - PFL
RAIMUNDO COLOMBO - PFL	5- ROMEU TUMA - PFL
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marco Maciel**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

De acordo com o dispositivo constitucional anteriormente citado, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Conforma-se a essa hipótese o caso em tela, de Conselheiro da Anatel indicado pelo Poder Executivo, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que criou a referida autarquia e instituiu, como seu órgão máximo, um Conselho Diretor composto de cinco conselheiros, com mandato de cinco anos.

O **curriculum vitae** anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1963, o indicado concluiu, posteriormente, a formação de diplomata pelo Instituto Rio Branco (IRBr) do Ministério das Relações Exteriores. Além disso, desenvolveu sólida carreira na academia, no IRBr e na Universidade de Brasília (UnB), onde lecionou em cursos de pós-graduação. Tem ainda inúmeras publicações de relevo, de que destacamos: *Introdução ao Estudo da Teoria das Relações Internacionais* (1977), *The Foreign Policy of Brazil* (1984), *O Brasil e a Nova Ordem Mundial* (1998), *Brasil 2020: Visões Estratégicas para um Cenário Desejável* (1998), *Estudos Prospectivos em Ciência e Tecnologia* (2000), *Ciência e Bioética: Recentes Avanços* (2002) e *Brasil, Política Multilateral e Nações Unidas* (2005).

No campo profissional, destacou-se na diplomacia. Além de diversos cargos de relevo que ocupou, foi Embaixador do Brasil em Moscou e Madri e Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança, presidindo este colegiado por duas oportunidades.

Ocupou, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, o cargo de Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), órgão de nível ministerial, responsável, entre outros aspectos, pelo Projeto dos Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM), por estudos sobre segurança das comunicações e estratégias de longo prazo para o País (Projeto Brasil 2020), além da supervisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Foi também Ministro de Estado Extraordinário de Projetos Especiais, com as atribuições anteriormente distribuídas à SAE.

Posteriormente, ocupou o cargo de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, nos anos de 1999 a 2002. Foi então responsável pela aprovação e institucionalização dos Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pelo lançamento de diversos programas afetos à sua Pasta, de que se destacam o Projeto Genoma Brasileiro e os Programas da Sociedade da Informação, da Tecnologia Industrial Básica, dos Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade, da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, entre outros. Foi também incumbido de elaborar as políticas nuclear e espacial a serem implementadas pelos respectivos órgãos especializados (CNEN e AEB).

Além de suas qualificações acadêmicas e profissionais, incumbe mencionar as condecorações que recebeu em função da excelência de seu trabalho, como as Ordens de Rio Branco, do Mérito Científico, do Mérito das Forças Armadas, do Mérito Militar, do Mérito Naval e do Mérito Aeronáutico. Condecorações de equivalente envergadura lhe foram concedidas ainda em países como Espanha, Chile, Argentina, Portugal, Alemanha, Peru, Colômbia, França, Senegal, República da Guiné, Nigéria, Venezuela, México, Costa do Marfim e Japão.

As funções e cargos que exerceu, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Sala da Comissão, – Senador **Marco Maciel**,
Relator.

PARECER Nº 85, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006 (nº 2.329/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Renato Casagrande**

Relator **ad hoc**: Senador **Marcello Crivella**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 510, de 2006 (nº 2.329, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronun-

ciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 510, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de março de 2007. – **Renato Casagrande**, Relator – **Marcello Crivella**, (Relator **ad hoc**).

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 510/2006 NA REUNIÃO DE 01/03/07
OS SENHORES SENADORES:**

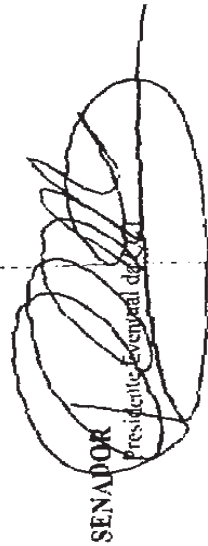
PRESIDENTE:		<i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA	<i>(ad hoc)</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	<i>[Signature]</i>	2. FLÁVIO ARNS <i>[Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	<i>[Signature]</i>	3. JOÃO RIBEIRO
RELATOR		
SÉRGIO ZAMBIASI	<i>[Signature]</i>	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI		5. (VAGO)
PMDB		
VALDIR RAUPP		1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	<i>[Signature]</i>	2. GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Signature]</i>
GILVAM BORGES	<i>[Signature]</i>	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	<i>[Signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	<i>[Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	<i>[Signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	<i>[Signature]</i>	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO		4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO		5. ARTHUR VIRGÍLIO
EDUARDO AZEREDO	<i>[Signature]</i>	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	<i>[Signature]</i>	7. SÉRGIO GUERRA
PDT		
VAGO		1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 510/06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOAO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO TUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
GILVAM BORGES	X				MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOAO TENORIO					ARTHUR VIRGILIO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 09 SIM: 08 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 04



SENADOR
Presidente Especial da CCI

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/03/2007

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa;

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 86, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 942, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que requer da Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003, assim como as notas fiscais que suportam os referidos saques. (Em audiência, nos termos do Despacho exarado, pelo Presidente do Senado Federal, no OF. nº 78/06, de autoria do Senador Alvaro Dias).

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Mediante o Requerimento nº 942, de 2005, o Senador Alvaro Dias requer à Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos, desde janeiro de 2003, assim como as notas fiscais que suportam os referidos saques.

O requerimento é dirigido à autoridade competente, em conformidade com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

No dia 20 de setembro de 2005, a matéria foi aprovada, por unanimidade, pela Mesa do Senado Federal.

No dia 21 de setembro de 2005, o Primeiro Secretário do Senado Federal, por meio do Ofício SF nº 2.328, encaminhou à Ministra Chefe da Casa Civil o referido pedido de informações, bem como determinou o seu cumprimento nos termos constitucionais.

No dia 13 de outubro de 2005, em resposta a manifestação do Senador Alvaro Dias na tribuna do Senado, feita no dia 11 de outubro de 2005, a respeito do não-atendimento do Requerimento nº 942, de 2005, até aquela data, o Senador Tião Viana, no exercício da Presidência do Senado Federal, reafirmou, **in verbis**:

O SR PRESIDENTE (Tião Viana-Bloco/PT-AC) – Senador Alvaro Dias, quanto à manifestação de V. Exª sobre informações de Ministérios e requerimentos na sessão de terça-feira, dia 11 último, devo dizer-lhe que os Requerimentos nºs 838, 839, 940 e 942, de 2005, foram recebidos nos Ministérios respectivos no dia 21 de setembro, estando ainda no prazo constitucional de trinta dias.

Em 20 de outubro de 2005, a Casa Civil encaminhou o Aviso nº 1.334, informando que a documentação solicitada seria muito numerosa, motivo pelo qual colocaria todos os processos de prestação de contas e de suprimento de fundos à disposição do Senado Federal.

Assim sendo, com o intuito de cooperar com a Casa Civil, foi designado servidor do Tribunal de Contas da União (TCU) para analisar a referida documentação, conforme Ofício SF nº 221, de 2006, encaminhado no dia 13 de fevereiro de 2006, àquela Pasta pela Primeira Secretária do Senado Federal. Contudo, a Casa Civil impediu que o mencionado servidor tivesse acesso aos documentos solicitados no Requerimento nº 942, de 2005.

No processado anexo, às folhas 48 a 56, encontram-se expedientes realizados no âmbito da Casa Civil, com destaque para o Memorando nº 140/2006-SA/PR, de 13 de março, endereçado ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, no qual o Secretário de Administração da Casa Civil, Sr. Romeu Costa Ribeiro Bastos, encaminha a Nota SAJ nº 0658/2006-FLAF, de 10 de março de 2006, “para conhecimento e adoção das providências pertinentes”, visando a fundamentar sua atuação.

Observa-se que a dita Nota, subscrita pela assessoria jurídica do Órgão, efetivamente veda o acesso do servidor designado pelo Poder Legislativo à documentação comprobatória dos gastos com cartão corporativo.

Em reação à recusa no fornecimento das informações requeridas, o autor do Requerimento nº 942, de 2005, o Senador Alvaro Dias, encaminhou, em 17 de abril de 2006, à Presidência desta Casa, o Ofício nº 0078/2006, em que expõe a situação anômala em que se encontra o exercício de uma prerrogativa constitucional do Parlamento e pede providências.

Como resposta, o Presidente do Senado Federal determinou a apreciação do Requerimento nº 942, de 2005, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazendo menção às alegações do Senador Alvaro Dias e ao art. 8º e seguintes do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

Assim, o Requerimento nº 942, de 2005, aprovado pela Mesa do Senado Federal, mas não atendido pela autoridade competente, vem à análise e deliberação desta Comissão.

II – Análise

Cabe iniciar esta análise com o esclarecimento de que não cabe a aplicação, ao Requerimento nº 942, de 2005, do disposto nos arts. 8º e seguintes do Ato nº 1 da Mesa.

Quando de sua tramitação original, essa questão foi adequadamente considerada no Parecer nº 1.723, de 2005, da Mesa do Senado Federal, lavrado pelo Senador Papaléo Paes, nos seguintes termos, com grifos nossos:

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal confere à Mesa Diretora do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado. No caso sob análise, caberia, em tese, a discussão sobre se as informações requisitadas são ou não protegidas por sigilo. Caso tais informações tenham caráter sigiloso, o requerimento deve ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e posteriormente deliberado pelo Plenário do Senado Federal.

A respeito de matéria similar a esta, a CCJ emitiu o Parecer nº 1.433, de 2005, sobre o Requerimento nº 427, de 2005, que requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Pasta. *O referido parecer da CCJ demonstra que as informações sobre as despesas com cartões corporativos não implicam quebra de sigilo bancário de indivíduos, mas, tão somente, a obtenção de informações institucionais vinculadas a despesas realizadas com recursos públicos.*

Dessa forma, a CCJ definiu que compete à Mesa do Senado Federal decidir sobre o encaminhamento do requerimento, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo, cuja liberação dependeria de procedimento legislativo próprio.

Assim, superada a discussão a respeito da questão do sigilo, fica claro que esta Mesa Diretora tem competência para apreciar a proposição em tela. Assim, contata-se que o Requerimento nº 942, de 2005, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

O mencionado Parecer nº 1.723 foi aprovado pela Mesa do Senado Federal em 15 de setembro de 2005, e não há fatos ou argumentos novos que possam promover reversão dos conceitos ou decisões acima mencionados.

Assim, como consideração preliminar, esta Comissão deve reafirmar a perfeita aderência da tramitação e aprovação do Requerimento nº 942/2005 às normas vigentes do processo legislativo, de modo que tanto a Presidência como a Mesa do Senado Federal tenham o respaldo para tomar as medidas cabíveis frente ao desrespeito a princípio constitucional por parte da Casa Civil.

Em caráter complementar, cabe analisar os argumentos da Casa Civil para proteger as informações requeridas e negar o acesso do servidor do TCU credenciado pelo Primeiro Secretário do Senado Federal para ter acesso aos documentos destinados a atender ao Requerimento em exame (Ofício SF nº 221, de 2006, fls. 40).

Em primeiro lugar, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, por meio da Nota SAJ nº 0658/2006 – FLAF, alega razões de “segurança nacional” para aduzir a impossibilidade de o Congresso Nacional acessar tais informações, sob a pálide justificativa de que somente as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e o Tribunal de Contas da União poderiam fazê-lo.

Olvida-se a Casa Civil de que ambos são meras projeções orgânicas do Congresso Nacional. A este toca a competência de análise da documentação; a atribuição daqueles deriva do Congresso, não o oposto.

O simples fato de as despesas se revestirem de caráter reservado não tem o condão de impedir o acesso do Congresso aos respectivos documentos. Com efeito, nenhum gasto público, por mais reservado que seja, está apartado dos princípios da Administração Pública, da prestação de contas, da publicidade, ainda que relativa, bem assim da fiscalização congressual, na forma do art. 70 da Carta Política.

Ademais, a Nota se revela profundamente equivocada, de um anacronismo que coloca os gastos da Presidência acima da lei e do controle público, violando frontalmente o **caput** do art. 1º da Constituição Federal, consoante a qual a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, Estado no qual ninguém está acima da ordem jurídica, nem mesmo a Presidência da República.

Se assim não fora, então o Excelentíssimo Senhor Presidente da República constituiria um ente acima da lei, insindicável, o que é francamente repellido pelo sistema de freios e contrapesos adotado pela Lei Maior.

A mencionada Nota da Casa Civil faz referência à previsão do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, mas não leva em conta a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, que disciplina a parte final desse dispositivo constitucional. A citada lei prevê que as informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado terão a proteção de rotinas e procedimentos adequados, mas não impõe limitação ou restrição ao acesso, pelo Poder Legislativo, a qualquer informação, no exercício das prerrogativas previstas no art. 50, § 2º, da CF.

Consigna-se, na Nota em referência, que o Poder Legislativo não poderia ter acesso amplo e irrestrito às informações detalhadas “com gastos com a utilização do cartão corporativo” (fls. 53 do processado anexo), porquanto concernentes à segurança do Estado, de sorte que apenas as Comissões Parlamentares de Inquéritos poderiam romper-lhes o sigilo. Em ânimo à tese, cita-se jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da inviolabilidade do sigilo e da privacidade fiscal e bancária.

Ocorre que o pedido vertido no Requerimento nº 942, de 2005, não implica quebra de sigilo bancário de indivíduos nem a ruptura da esfera da intimidade, que têm proteção constitucional, mas, tão-somente, a obtenção de informações institucionais, estritamente vinculadas a despesas efetuadas por servidores públicos em nome do Poder Público e com recursos públicos. Ressalte-se que não objetiva aquele requerimento, sequer, recolher informações de instituição financeira – a administradora de cartões de crédito, no caso –, mas sim da própria Administração Pública, em seu sentido mais estrito.

Dito de outro modo, o Poder Público não tem direito a privacidade. Ao contrário, suas informações devem, como regra, ser públicas, nos termos do **caput** do art. 37 da Constituição, que alçou a publicidade a princípio explícito da Administração Pública.

Essa constatação é levada ao limite quando em pauta a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, pois a esse incumbe a fiscalização e o controle daquele.

Se, eventualmente, as informações requisitadas envolverem o acesso a dados cujo sigilo seja indispen-

sável à segurança do Estado e da sociedade – o que não pode obstar a competência fiscalizadora deste Parlamento -, caberá ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para esta Casa ou, como é o caso, as condições de acesso do servidor do TCU àquela documentação. Em suma, a esta Casa cumpre cuidar para que os documentos pertinentes recebam o tratamento que seu conteúdo eventualmente exija, se for o caso.

Ademais, o subscritor da Nota Jurídica em apreço supõe haver o procedimento de tramitação e aprovação do Requerimento de Informações nº 942, de 2005, violado o art. 4º do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001. A esse respeito informa: "(...) o requerimento de informação apresentado por Senador será distribuído pelo Presidente do Senado Federal a um relator, que apresentará relatório, sendo aprovado ou rejeitado o requerimento pela Mesa."

Ora, dito artigo tem conteúdo totalmente diverso, **litteris**:

Art. 4º As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Por derradeiro, afirma, como se fora corregedor do Senado Federal, que o Requerimento de Informações nº 942, de 2005, não foi relatado, o que vem a ser uma inverdade, bastando, para tal constatação, a leitura do **Diário do Senado Federal** de 21 de setembro de 2005, fls. 31491 e seguintes, que provam que o nobre Senador Papaléo Paes relatou a matéria.

Impende aduzir, ademais, que o descumprimento das decisões da Mesa do Senado Federal importa em crime de responsabilidade, conforme disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. Assim, deve ser reiterada àquele Órgão a solicitação de informações supracitadas, no prazo de cinco dias, sob pena de imputação legal, nos termos do art. 5º do Ato nº 1, de 2001:

Art. 5º Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 1º A Mesa poderá, antes de declarar a ocorrência do fato a que se refere o **caput** deste artigo, decidir pela reiteração do pedido de informações, cujo atendimento, nesse caso, deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias.

§ 2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas.

Cabe, ainda, observar a imposição estabelecida no art. 216, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....
 § 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

O precedente é gravíssimo e coloca os gastos de agente público além de qualquer fiscalização do Congresso Nacional, importando, como dito, em crime de responsabilidade, previsto na Lei nº 1.079, de 1950, art. 4º:

Art. 13. São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado:

.....
 4 – Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade.

Em adição às providências indicadas nesta análise, e diante da gravidade da situação, cabe à Presidência do Senado Federal considerar a conveniência da adoção das providências sugeridas pelo autor do Requerimento nº 942/2005, em sua correspondência de 17 de abril do corrente exercício ao Presidente do Senado Federal:

1º) expedição de ofício da Presidência do Senado dirigido à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, advertindo-os para as implicações de sua postura e indagando sobre a proibição de o servidor designado prosseguir nas análises, com comprovação de recebimento e prazo curto para resposta, na forma do art. 48, II, do RISF;

2º) em caso de manutenção da negativa de acesso, a decisão sobre se o crime de responsabilidade em tese praticado pela Ministra e pelo Secretário de Administração da

Presidência guarda conexão com a responsabilidade do Máximo Magistrado da Nação e devida representação para responsabilização das autoridades à Procuradoria Geral da República ou competente processo e julgamento no Senado Federal, a par da propositura de medidas judiciais para assegurar as prerrogativas fiscalizatórias do Congresso Nacional.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pelo encaminhamento do Requerimento nº 942, de 2005, à Mesa do

Senado Federal, uma vez que ele não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento próprio.

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2006.

delegado, Presidente

delegado, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: REG Nº 942 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/09/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>João Batista Motta</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA (RELATOR)	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL, PPS e PRB ⁽⁵⁾)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- (VAGO) ⁽⁶⁾
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI ⁽⁴⁾	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 04/09/2006

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

(6) O Senador Antônio João deixa o exercício do cargo em 30.08.2006 em virtude de reassunção do titular.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

~~V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;~~

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

~~VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;~~

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

~~X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;~~

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Requimento)

~~XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito; (Vide Lei nº 8.448, de 1992)~~

~~XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tri-bunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

~~XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 39, § 1º;~~

~~XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;~~

~~XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI e XII, 150, II, 153, III e § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, 1998)~~

~~XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de~~ de ~~horários;~~

~~XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;~~

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~c) a de dois cargos privativos de médico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

~~XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;~~

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

~~§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.~~

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

.....

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS, NOSTERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Ofício nº 78/2006 – SEN

Brasília, 17 de abril de 2006

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No dia 20-9-05, foi aprovado à unanimidade pela Mesa do Senado federal, o Requerimento nº 942/2005, de minha autoria, por meio do qual solicitei ao Ministério da Casa Civil cópia integral de todos os processos de prestações de contas e de suprimento de fundos de servidores que utilizam cartões de crédito corporativos, inclusive as despesas efetuadas por meio de saques em dinheiro, bem como as referidas notas fiscais que sustentam os referidos saques e despesas, no período de janeiro de 2003 até a presente data.

No dia 21-9-05, a Mesa do Senado Federal, por meio do ofício SF nº 2.328 encaminhado à Ministra da Casa Civil, informou os termos do Requerimento nº 942/2005, bem como determinou o seu cumprimento nos termos constitucionais.

No dia 13-10-2005, em resposta à manifestação que fiz na tribuna do Senado no dia 11-10-05, a respeito do não atendimento do Requerimento nº 942/05 até aquela data, o Senador Tião Viana informou, no exercício da Presidência do Senado Federal, **in verbis**:

“O Sr. Presidente (Tião Viana-Bloco/PT-AC): Senador Álvaro Dias, quanto à manifestação de V. Ex^a sobre informações de Ministérios e requerimentos na sessão de terça-feira, dia 11 último, devo dizer-lhe que os Requerimentos nºs 838, 839, 940 e 942, de 2005, foram recebidos nos Ministérios respectivos no dia 21 de setembro, estando ainda no prazo constitucional de trinta dias.”

Em 20-10-05, a Casa Civil encaminhou o Aviso nº 1.134 informando que a documentação solicitada seria muito numerosa, motivo pelo qual colocaria todos os processos de prestação de contas e de suprimentos de fundos à disposição para vistas.

Assim sendo, com o intuito de cooperar com a Casa Civil, foi designado o servidor do Tribunal de Con-

tas da União, a serviço do Senado Federal, Eduardo Nery Machado Filho, para analisar a referida documentação, conforme ofício nº 1.386/05, encaminhado no dia 24-1-06 à Casa Civil. Contudo, de forma surpreendente, a Casa Civil vem criando dificuldades de modo a evitar que o servidor tenha acesso aos documentos solicitados no Requerimento nº 942/2005.

Em nova arremetida em oposição ao exercício das competências constitucionais fiscalizatórias do Congresso Nacional, cujo exemplo mais conspícuo encerra-se no art. 70 das Leis, o multicitado órgão da Presidência da República endereçou o Memorando nº 140/2006-SA/PR, de 13 de março, ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, no qual o Secretário de Administração da Casa Civil, Sr. Romeu Costa Ribeiro Bastos, encaminha a Nota SAJ nº 658/2006-FLAF, de 10-3-2006 “para conhecimento e adoção das providências pertinentes”.

Pois bem. Dita “Nota”, subscrita pela assessoria jurídica do órgão, efetivamente veda o acesso do servidor designado pelo Poder Legislativo à documentação comprobatória dos gastos com cartão corporativo, para tal valendo-se de risíveis argumentos de óbvia inconstitucionalidade.

Alega razões de “segurança nacional”. Aduz a impossibilidade de o Congresso Nacional acessar tais informações, sob a pálide justificativa de que tão-somente CPI e o Tribunal de Contas da União poderiam fazê-lo.

Olvida-se a Casa Civil de que ambos são meras projeções orgânicas do Congresso Nacional. A este toca a competência de análise da documentação, àqueles, a atribuição mostra-se derivada deste, não o oposto.

O simples fato de as despesas revestirem-se de caráter reservado não tem o condão de impedir o acesso do Congresso. Nenhum gasto público, por mais reservado que seja, está apartado dos princípios da administração pública, da prestação de contas, da publicidade, ainda que relativa, bem assim da fiscalização congressual, na forma do art. 70 da Carta Política.

Ademais, referido parecer revela-se profundamente equivocado, sujeito que é de um anacronismo que coloca os gastos da presidência acima da lei e do controle públicos, violando frontalmente o **caput** do art. 1º da Constituição Federal, consoante a qual a República Federativa do Brasil vem a ser Estado Democrático de Direito, Estado no qual ninguém está acima da ordem jurídica, nem mesmo a Presidência da República.

Se assim não fora, então o Excelentíssimo Senhor Presidente da República constituiria um ente acima da lei, insindicável, o que é francamente repellido pelo sistema de freios e contrapesos adotado pela Lei Maior.

Ademais, referido assessor jurídico supõe haver o procedimento de aprovação do requerimento de informações violado o art. 4º do Ato da Mesa do Senado nº 1/2001, por pretensamente “(...) o requerimento de informação apresentado por Senador será distribuído pelo Presidente do Senado Federal a um relator, que apresentará relatório, sendo aprovado ou rejeitado o requerimento pela Mesa.”

Ora, dito artigo tem conteúdo totalmente diverso, **litteris**:

Art. 4º As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Por derradeiro, afirma, qual se fora corregedor do Senado, que o requerimento de informações nº 942/2005 não foi relatado, o que vem a ser uma inverdade, bastando para tal constatação a leitura do **Diário do Senado Federal** de 21-9-2005 às fls. 31491 e seguintes, onde se prova que o nobre Senador Papaléo Paes relatou a matéria.

O descumprimento das decisões da Mesa do Senado Federal importa em crime de responsabilidade, conforme disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, solicito que seja encaminhada cópia integral dos processos de prestação de contas e de suprimento de fundos referentes aos gastos com cartões de crédito corporativos no período de janeiro de 2003 até 2005, conforme os termos do requerimento original supracitado, no prazo de cinco dias, sob pena de imputação legal.

O precedente é gravíssimo e coloca os gastos de agente público além de qualquer fiscalização do Congresso Nacional, importando em crime de responsabilidade previsto na Lei nº 1.079/1950, art. 4º:

Art. 13. São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado:

1 – os atos definidos nesta lei, quando por eles praticados ou ordenados;

2 – os atos previstos nesta lei que os Ministros assinarem com o Presidente da República ou por ordem deste praticarem;

3 – A falta de comparecimento sem justificção, perante a Câmara dos Deputados

ou o Senado Federal, ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra casa do Congresso os convocar para pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado;

4 – Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade.

(Grifou-se)

De ver-se a norma cogente do art. 216, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....
§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

Diante da gravidade da situação, sugiro a adoção das seguintes providências:

1º Expedição de ofício da Presidência do Senado dirigido à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, advertindo-os para as implicações de sua postura e indagando sobre a proibição de o servidor designado prosseguir nas análises, com comprovação de recebimento e prazo curto para resposta, na forma do art. 48, inc. II do RISF.

2º Em caso de manutenção da negativa de acesso, a decisão sobre se o crime de responsabilidade em tese praticado pela Ministra e pelo Secretário de Administração da Presidência guarda conexão com a responsabilidade do Máximo Magistrado da Nação e devida representação para responsabilização das autoridades à Procuradoria Geral da República ou competente processo e julgamento no Senado Federal, a par da propositura de medidas judiciais para assegurar as prerrogativas fiscalizatórias do Congresso Nacional.

Diante do exposto, Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que providencie atue defesa das

prerrogativas do Congresso Nacional e do Senado da República, como sempre tem procedido.

Atenciosamente, Senador **Alvaro Dias**.

DESPACHO – REQUERIMENTO Nº 942, DE 2005

Ref: Ofício nº 78/2006-SEN – Senador Alvaro Dias

Em face das alegações do Exmº Sr. Senador Alvaro Dias no expediente acima referenciado, e nos termos do art. 8º e seguintes do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal, o requerimento vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senado Federal, 8 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

PARECER Nº 87, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Após aprovação pela Câmara dos Deputados, foi submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071, de 2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, e dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

A Lei nº 10.334, de 2001, teve como objetivo obrigar os fabricantes de lâmpadas incandescentes para o mercado interno a assegurar que as lâmpadas tivessem valores de tensão no mínimo iguais ou até 10% superiores aos das tensões nominais da rede de distribuição de energia elétrica. A aprovação da lei se fez necessária porque a não observância desses parâmetros vinha resultando numa queda significativa da durabilidade das lâmpadas no País. Como o problema foi inicialmente observado mais em relação às lâmpa-

das incandescentes, a lei foi elaborada especificamente para atender esse segmento.

A referida lei também exige que as lâmpadas fabricadas ou comercializadas tragam impressa em sua embalagem advertência ao consumidor sobre sua luminosidade, durabilidade, e as conseqüências do uso das lâmpadas em tensões elétricas diferentes das especificadas para o produto.

Além disso, a lei prescreve penas de advertência por escrito e multa de R\$53.205,00 pelo descumprimento das normas. Em caso de reincidência, o valor da multa é aplicado em dobro.

Nos anos decorridos desde a aprovação da lei, verificou-se que o problema de disparidade de tensão atingia diversos tipos de lâmpadas colocadas no mercado. Para resguardar os direitos dos consumidores desses outros tipos de lâmpada, o autor do PLC nº 75, de 2004, propõe eliminar a referência explícita às lâmpadas incandescentes, para que a mesma exigência seja aplicável às lâmpadas em geral.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto, de autoria do Deputado Luciano Zica, foi aprovado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em 27 de agosto de 2003. Em 11 de dezembro do mesmo ano, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa do Projeto.

II – Análise

A Lei nº 10.334, de 2001, representou um passo importante no sentido de proteger os direitos do consumidor. Procura impedir que os fabricantes de lâmpadas incandescentes coloquem no mercado produtos fora de especificação desejável. O não cumprimento dos parâmetros técnicos recomendados resulta em queda de durabilidade das lâmpadas ou então luminosidade inferior à prometida pelo fabricante. Em ambos os casos, o consumidor é lesado.

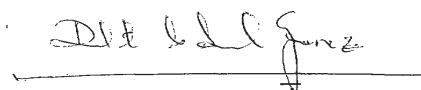
Uma vez verificado que outros tipos de lâmpada apresentam o mesmo problema, é de todo conveniente alterar a redação da lei para que suas exigências sejam aplicadas a todas as lâmpadas.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004.

Sala da Comissão, 13 de fevereiro de 2007.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/03/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Alvaro Machado

RELATOR(A): D. D. A. G. G.

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

PARECER Nº 88, DE 2007**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Vicentinos.**Relator: Senador **Marco Maciel****I – Relatório**

Chega ao exame da Comissão de Educação do Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 108, de 2006 (nº 5.150, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Salvador Zimbaldi.

A proposição em análise propõe criar uma data nacional para os Vicentinos, a ser comemorada no dia 27 de setembro. Em sua justificaco, o autor rememora a tradição vicentina em nosso País, voltada para prestar auxílio aos mais necessitados, e alega que a escolha da data presta-se a homenagear o fundador da entidade, o Padre Antônio Frederico Ozanan, cuja prática em favor dos pobres é reconhecida em todo o mundo.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que se manifestou favoravelmente quanto a seu mérito; e à de Constituição e Justiça e de Redação, que emitiu parecer também favorável, em caráter terminativo, quanto aos aspectos de sua competência.

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 24), a apreciação das comissões era conclusiva e, não tendo sido interposto recurso, a matéria foi encaminhada ao Senado e, aqui, distribuída à Comissão de Educação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Cabe à Comissão de Educação apreciar tanto o mérito quanto os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais do PLC nº 108, de 2006, visto que está entre as suas competências opinar sobre matérias que tratem de datas comemorativas, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A instituição do dia 27 de setembro como o Dia Nacional dos Vicentinos, proposta pelo PLC nº 108, de 2006, situa-se no contexto de uma tradição nacional de celebrar datas para certas profissões, políticas públicas ou segmentos étnicos da população brasileira.

Do ponto de vista de nossa tradição legislativa, temos já consagrada uma prática de instituir, por Lei Federal, datas consideradas relevantes, como é o caso, por exemplo, da Lei nº 5.579, de 1970 (Dia da Cultura e da Ciência); Lei nº 10.402, de 2002 (Dia do Livro Infantil); Lei nº 10.469, de 2002 (Dia de Luta pela Reforma Agrária); Lei nº 10.457, de 2002 (Dia do Bacharel em Turismo).

O grupo de voluntários Vicentinos trabalha pelo resgate da dignidade de pessoas em situação de exclusão social. Se hoje a exclusão social é tema de políticas públicas sérias e consistentes, com transferência de renda aos desvalidos, a fim de que tenham o mínimo para se alimentar, nem sempre foi assim. Por isso, o grupo que atua há mais de um século merece o reconhecimento como pioneiro de uma prática hoje consolidada.

Os Vicentinos estão organizados em grupos locais, com presença em periferias de grandes cidades e em municípios menores, onde reúnem pessoas, identificam grupos carentes e prestam assistência sistmica a eles.

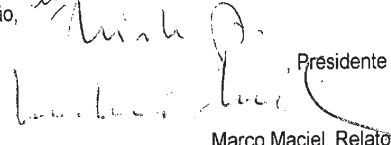
Ademais, a proposição tem amparo constitucional e está redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006.

Sala da Comissão,

em 13/02/07



Presidente

Marco Maciel, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 108/06 NA REUNIÃO DE 13/02/2007
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Mir. Cristovam Buarque

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO <i>E. Lobão</i>	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>M. do Carmo Alves</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RELATOR: <i>Marco Maciel</i>	
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>	7- CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	9- FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	10- LÚCIA VÂNIA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>	4- VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>	7- NEUTO DE CONTO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- ALFREDO NASCIMENTO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- (VAGO)
INÁCIO ARRUDA	6- (VAGO)
RENATO CASAGRANDE	7- (VAGO)
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- (VAGO)
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.579, DE 15 DE MAIO DE 1970

Institui o Dia da Cultura e da Ciência, e dá outras providências.

LEI Nº 10.402, DE 8 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Dia Nacional do Livro Infantil.

LEI Nº 10.469, DE 25 DE JUNHO DE 2002

Institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

LEI Nº 10.457, DE 14 MAIO DE 2002

Institui o Dia do Bacharel em Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 87 e 88, de 2007**, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação referentes às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei nº 75, de 2004** (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei nº 108, de 2006** (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Vicentinos*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 41, DE 2007

(Nº 97/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País, nos dias 2 e 3 de março próximo, para participar da XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Georgetown, Guiana.

Brasília, 28 de fevereiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 148 – C. Civil.

Em 28 de fevereiro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País, nos dias 2 e 3 de março próximo, para participar da XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Georgetown, Guiana.

Atenciosamente, **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 10/2007 – CCT

Brasília, 1º de março de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo**

nº 510, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, despachos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CE, CCT e CAE, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 1º de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CCT.

Senado Federal, 1º de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2005

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CE, CCT, CCJ, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 1º de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sr^{as} e Srs. Senadores, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, que versam sobre o arquivamento de proposições ao final de cada Legislatura, a Presidência comunicou ao Plenário, na sessão deliberativa realizada no dia 21 de dezembro de 2006, que a Secretaria-Geral da Mesa procedeu ao levantamento e análise de cada uma das matérias em tramitação na Casa.

Como resultado desse trabalho, foram analisadas 4.112 proposições, sendo que:

- 1.034 matérias foram arquivadas, nos termos do art. 322 do Regimento Interno;
- 30 matérias foram declaradas prejudicadas, nos termos do art. 334 do Regimento Interno;
- 3 comissões parlamentares de inquérito e 10 comissões temporárias foram declaradas extintas, nos termos do art. 76 do Regimento Interno; e
- 10 proposições foram declaradas prejudicadas, em virtude do arquivamento das matérias a que se referem.

A listagem dessas proposições foi publicada em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** do dia 22 de dezembro de 2006 e encontra-se também disponível em avulsos e na Internet.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Concordo com a Mesa, Sr. Presidente, quando ela toma providências como essa de arquivar um excesso de proposições que ficam avolumando papéis e que acabam sendo perdidas ou que são substituídas por idéias mais novas ou que se perdem no tempo em consequência da evolução dos costumes, da evolução política, da evolução da sociedade brasileira. Mas acredito que a Mesa deveria ser mais rígida no cumprimento do Regimento Interno.

Há uma proposição minha que cria o direito à ortotanásia. V. Ex^a sabe que há eutanásia, que é proibida, distanásia, que é a provocação da morte com dor, e ortotanásia, que é o que aconteceu, por exemplo, com o Papa João Paulo II. Perguntaram “o senhor que ir para o hospital? Talvez o Senhor possa viver mais uma semana”. Ele disse “não, eu quero esperar o encontro com Deus aqui”. Quer dizer, é não sobrecarregar de esforços para prorrogar uma vida que está implacavelmente perdida.

Tenho documentos da Igreja Católica, de teólogos... Um colega nosso – não quero declinar o nome porque já falei com ele muitas vezes – é, há quatro anos, o Relator do projeto. A Mesa ou a Presidência das Comissões tinha que ser mais rígida quanto a isso. Passado aquele prazo, retoma-se o projeto e o distribui para outro Relator. Porque é um assunto importante. Veja V. Ex^a que o Estado de São Paulo legislou sobre isso sem ter poderes para legislar, porque o Congresso se omitiu.

Eu queria que V. Ex^a anotasse e levasse o assunto para a próxima reunião da Mesa para que ela pudesse ser mais rígida com esse tipo de comportamento, que não condiz com a atividade que nós temos que exercer aqui, pelo bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Senador Gerson Camata pelas considerações e informamos que V. Ex^a mesmo pode, como autor, valer-se do art. 172 do Regimento, que diz:

Art. 172 – A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses:

I – por deliberação do Plenário, se a única ou a última comissão a que estiver distribuída não proferir o seu parecer no prazo regimental.(...)

V. Ex^a pode valer-se exatamente desse artigo.

Mas é oportuna a intervenção de V. Ex^a porque nós aproveitamos para fazer um apelo aos Srs. Relatores de matérias importantes para que agilizem os procedimentos necessários, a fim de que o Plenário do Senado Federal possa deliberar.

V. Ex^a está coberto de razão, porque há realmente inúmeras matérias da maior importância, principalmente na Câmara dos Deputados, matérias já aprovadas aqui pelo Senado Federal.

O SR. Gerson Camata (PMDB – ES) – Importantes matérias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós estamos acostumados a constatar esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável logo que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica V. Ex^a inscrito como primeiro orador para uma comunicação inadiável, o Senador Gerson Camata em segundo lugar e o Senador Mão Santa em terceiro lugar.

Com a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque como orador.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha geração, como, provavelmente, a da quase totalidade daqueles que compõem esta Casa, nossa geração cresceu sob a égide do desenvolvimento. As gerações anteriores, não! As gerações até o ano de 1930 cresciam sob a égide da produção, das estradas, do telégrafo, mas não do desenvolvimento. Mesmo a partir do século XX, a partir de Getúlio Vargas, a geração cresceu sob a égide da produção, da industrialização, mas não do desenvolvimento.

A palavra desenvolvimento chega ao Brasil tardiamente, sobretudo com Juscelino Kubitschek. A palavra abolição, da mesma forma, demorou muito a chegar ao nosso vocabulário, Senador Gerson Camata.

Pois bem. Chego a esta idade nesta Casa e sinto que estamos caminhando para deixar para as futuras gerações não mais a palavra desenvolvimento, mas a palavra involução.

O Brasil é um País que saiu do franco processo de desenvolvimento para o nítido processo de involução, por exemplo, em relação ao crescimento econômico, como temos visto nos últimos anos. Já vem de bastante tempo uma taxa de crescimento que deixa o Brasil sucessivamente para trás em relação a outros Países.

Quando falamos em involução no cenário das Nações, não queremos dizer apenas que não crescemos, mas que crescemos menos do que os outros. Quando a minha geração se desenvolveu, acostumou-se com o contrário: o Brasil caminhar mais rapidamente que as outras Nações. Hoje o crescimento mostra que estamos sofrendo involução. A palavra crescimento mostra a nossa involução e o acomodamento que vemos ultimamente.

Cresci numa geração que tinha uma aventura adiante, que queria romper barreiras. O que vemos hoje? Vemos os governantes e muitas outras pessoas dizerem que pelo menos crescemos pouco mais de 2%. Não só estamos ficando para trás, Senador Paulo Paim, mas nos acostumando com isso. Há uma clara involução em ficarmos para trás.

Pior é que não é só acomodamento. Fala-se, nos jornais, que o Governo está preparando um novo índice de crescimento, e tememos que aí venha outro retrocesso, chamado manipulação de dados, que o Brasil já viu no passado.

Demos um salto no nosso processo evolutivo de acreditar nas palavras, nos dados; demos um salto ao descobrir estatísticas, indicadores e, de repente, corremos o risco de haver outra involução no sentido de ficar para trás na verdade, por conta de manipulação,

que é capaz de mostrar que o Brasil cresceu mais do que na verdade cresceu.

Essa involução é muito triste. Mas não é só essa: vivemos um período de corrupção que não se viu em muitos outros momentos da história do Brasil. Nada significava mais desenvolvimento do que uma sociedade que não tivesse corrupção. É preciso resgatar o sentido da palavra desenvolvimento, com toda a sua grandeza de riqueza, de paz, de honestidade, de ciência e tecnologia.

Desenvolvimento era uma palavra mágica que compunha uma porção de objetivos que tínhamos, inclusive de não ter corrupção. Estamos involuindo no que se refere à corrupção. Criamos órgãos como os Ministérios Públicos, investimos na Justiça, implantamos a democracia, abolimos, sim – aí é preciso dizer: uma evolução –, a inflação, que é talvez a pior de todas as formas de corrupção, mas estamos involuindo outra vez com esse agravamento do quadro de corrupção.

Mas não é só isso. Quem não percebe que estamos sofrendo uma involução na infra-estrutura? A palavra “apagão” era inimaginável num País em processo de desenvolvimento. Hoje já nos acostumamos com o da energia, com as estradas depredadas e agora estamos nos acostumamos com o problema dos aeroportos.

Ou seja, Senador Gerson Camata, estamos involuindo. Não estamos caminhando como crescemos, a nossa geração de Senadores, em que a palavra “desenvolvimento” era a palavra mágica do nosso projeto de sociedade e de Nação. Estamos indo para trás, para não falar naquilo que mais percebemos hoje como símbolo da tragédia brasileira, que é a violência.

Desenvolvimento devia significar paz. Que paz temos hoje? Depois desses 50 anos em que a palavra “desenvolvimento” ganhou o imaginário da população brasileira e todos passaram a falar dela como se não apenas soubessem, mas sonhassem com ela, de repente, vivemos a tragédia da violência, prova de uma grande, sim, involução, de um retrocesso no nosso projeto de civilização, no nosso projeto de para onde queremos ir. Não é só essa involução. Há outras.

Comparado a outros Países, estamos indo para trás na área de ciência e tecnologia, Senador Mão Santa. Aí não basta dizer que o Brasil avança. É preciso dizer que avançamos muito menos. Quem imaginava, há 30 anos, em pleno desenvolvimento brasileiro, mesmo que sob um regime militar, que iríamos ficar para trás, por exemplo, do Irã, do Paquistão, da China, da Coreia, da Índia? Estamos hoje muito distantes deles do ponto de vista da ciência e da tecnologia.

Involuímos e estamos em franco processo de involução. Quando foi a última vez que tentamos lançar um foguete, que explodiu? Há quantos anos? Quantos anos mais teremos de esperar para o Brasil tentar dar

um salto nesse setor fundamental em que Irã, China, Coreia, Paquistão, Índia já deram um salto? Estamos involuindo na ciência e na tecnologia.

Estamos involuindo radicalmente na educação. Volto a dizer: se compararmos o Brasil de hoje com o de 20 anos atrás, não estamos piores. Mas se compararmos o Brasil de hoje com os Países de 20 anos atrás e o Brasil de hoje com esses Países no dia de hoje, estamos não atrás, mas muito atrás, e pior: com uma velocidade menor do que a deles. Portanto, em 20 anos, estaremos mais atrás do que estamos hoje. Estamos involuindo, Sr. Presidente.

É essa a herança que vamos dar para os nossos filhos e netos? É essa a herança que nossa geração de Líderes nacionais, de políticos vai deixar, depois de termos recebido como herança, de Juscelino e de outros, o legado do desenvolvimento? Vamos entregar aos nossos meninos o legado do não desenvolvimento, do contrário do desenvolvimento, da involução?

Lembrem-se como era, na nossa geração de jovem, a chance de ter um emprego e comparem com a chance de os jovens de agora terem um emprego.

Isso é prova de involução. Nada indica melhor a evolução do que o jovem saber que vai ter uma vida melhor do que a dos seus pais. Estamos deixando aos jovens de hoje uma vida pior do que a que recebemos dos nossos pais – nós, os líderes deste País. Não estou pondo culpa no Presidente, nem no de hoje, nem nos anteriores; estou assumindo que somos os responsáveis.

Estamos deixando para o futuro um processo de involução. Aí os jovens estão se acostumando. Vejam a combatividade do jovem de hoje comparada com a combatividade de antes. Onde estará a UNE? Onde estará a Ubes? Onde estão os jovens que se pintavam para derrubar governos, que faziam passeatas, manifestações? Involuíram. Involuíram do ponto de vista dos seus sonhos e da disposição de lutar. Vamos reconhecer que temos culpa, nós, os políticos mais velhos deste País, porque involuímos.

Quando vocês lerem os discursos do Senado de 30 anos atrás e compararem com os discursos que fazemos hoje verão que involuímos.

Os debates, Senador Mão Santa, que havia naquela época entre os líderes do Congresso e os debates que existem hoje provam com clareza uma involução.

Não é preciso ir há 30 anos, não. O Senado publicou agora os discursos de Joaquim Nabuco na campanha de 1884 para Deputado em Pernambuco. Compare os discursos dele, Senador Paim, com os discursos que fazemos hoje.

Estamos em franco processo de involução. Precisamos saber que a palavra que estamos deixando hoje aos nossos filhos e netos para as próximas gerações

não é a palavra desenvolvimento; é a palavra retrocesso, é a palavra involução. E isso é assustador, porque um País que herda a palavra involução no lugar da palavra avanço é um País condenado. Não pode continuar sem despertar para a realidade e trazer para o debate não apenas a superficialidade costumeira para enfrentar cada problema, como agora, no caso da violência. Estamos trazendo apenas a superficialidade para enfrentá-la. Em vez disso, está na hora de aprofundarmos e analisarmos o retrocesso no baixo crescimento, o retrocesso no acomodamento do Governo diante do fato, o retrocesso no risco da manipulação de dados, o retrocesso da corrupção, o retrocesso da violência, o retrocesso da ciência e tecnologia comparada com outros Países, o retrocesso na educação e o retrocesso no exercício do trabalho do Parlamento, pois, hoje, sinceramente, nosso trabalho não se compara, nos discursos e nas ações, com o de uma geração anterior à nossa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a citou Juscelino. Eu faria lembrar de Juscelino aquela mensagem: é melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, o pessimista já nasce errado e continua errando. Mas V. Ex^a traz essa esperança. Este Senado, em educação, toda a História sabe: o nosso João Calmon, Darcy Ribeiro e V. Ex^a. V. Ex^a se iguala a Norberto Bobbio. Estou lendo aqui Norberto Bobbio porque V. Ex^a ainda não me deu seu último livro. Mas nem tudo está perdido. Pode gravar, lá no Piauí chamamos de esculhambação. No lugar de Ordem e Progresso, o que tem é violência, é falta de hierarquia, de respeito. É a incompetência. Um governo é como um banco, Senador Gerson Camata: tem quatro pernas que o sustentam. Ele está forte porque são quatro. A corrupção, segundo o velho Ulysses, é o cupim que destrói a democracia. Há desperdícios – o aerolula –, sonegação – os ricos estão chafurdando, não pagam impostos – e incompetência. Acabou-se a máquina administrativa construída por Getúlio no livro do Dasp. Era de Wagner Estelita o primeiro livro em que estudei chefia e administração, critérios de promoção. Agora não. Se é do PT, é promovido. E está aí essa hierarquia. De tal maneira que, há muito tempo, eu pensei que eles iam mudar a cor da bandeira de verde, amarela, azul e branca para vermelha. Mas não. Eles trocaram só o “Ordem e Progresso” por “Desordem e Regresso” na nossa bandeira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu já havia praticamente concluído, mas para responder preciso de um minuto mais.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa, que me trouxe mais uma das involu-

ções com a sua fala: a máquina do Estado. A eficiência da máquina do Estado também é mais um indicador da involução. Agradeço ao Senador Mão Santa por ter trazido mais esse indicador. V. Ex^a falou de otimismo e pessimismo e de um livro que eu não lhe dei. Eu não dei ainda o livro porque ele deve ser lançado em março. Com relação ao título do livro – lamento fazer propaganda, é ruim isso –, mostra que sou otimista.

O título do livro vai ser **Sou Insensato**, que é o título de um dos artigos que publiquei há algum tempo, na **Folha de S. Paulo**. Eu sou insensato porque ainda sou otimista. Eu sou insensato porque ainda acredito que vale a pena lutar para que o Brasil dobre essa curva e saia da involução que nós estamos vendo, outra vez, para o desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência agradece a V. Ex^a e o cumprimenta pelo brilhante discurso, com um conteúdo irreprovável. Parabéns, Senador.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, como primeiro orador inscrito, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei três comunicados muito rápidos, mas quero começar por este, que vai na linha da fala do Senador Cristovam Buarque.

Sr. Presidente, hoje, se estivesse vivo, o Presidente João Belchior Marques Goulart estaria completando 89 anos. Falo de Goulart porque ele foi para mim um dos grandes Presidentes deste País. João Goulart está enterrado em São Borja, onde nasceu, ao lado de Getúlio Vargas e de Leonel de Moura Brizola. Jango morreu em 1976, no exílio, na Argentina. João Goulart e Brizola para mim entram para a História como grandes líderes deste País. Por isso, nesta data, faço uma pequena homenagem ao nosso inesquecível Jango.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero também registrar um fato positivo. Nesta semana, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Tabaré Vazquez firmaram acordo para que enfim se construa uma nova ponte sobre o rio Uruguai, ligando a cidade brasileira de Jaguarão, no meu Rio Grande, com Rio Branco, no lado uruguaio. As obras estão sendo encaminhadas por uma comissão mista binacional.

A obra fortalece, sem sombra de dúvida, o Mercosul. Lembro-me que participamos das primeiras discussões que levaram à aprovação desse acordo entre o Brasil e o que chamamos de *Los Hermanos* para a construção de novas travessias sobre o rio Uruguai. As

pontes serão construídas entre Itaqui e Alvear, Mauá e Alba, e Porto Xavier e San Xavier.

Sr. Presidente, além desse rápido comunicado e da homenagem pelo menos a dois ex-Presidentes da República do nosso País, quero também dizer da minha satisfação pelo fato de a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal ter aprovado hoje pela manhã um projeto que eu havia apresentado ainda quando deputado, que era a regulamentação do art. 7º da Constituição Federal, assegurando a crianças de zero a cinco anos de idade o direito à creche nas empresas.

Agradeço ao Relator, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, pois entendo que o dever de prestar educação às crianças de zero a cinco anos de idade não é exclusiva do Estado, mas dos demais segmentos da sociedade. Trata-se de um típico caso do dever concorrente do Estado e da empresa.

Sr. Presidente, segundo pesquisa, das 13 milhões de crianças brasileiras na faixa etária de zero a três anos, apenas 11,7% têm acesso às creches, e, ainda, somente 6% recebem atendimento público. É uma estatística lamentável. Um país que investe em educação é um país que acredita no potencial de seu povo e na importante dimensão política do processo educativo. Não devemos conceber a educação apenas como um direito fundamental, mas também como uma estratégia essencial para a superação do subdesenvolvimento de todo um povo. Investir em educação é adquirir o passaporte para um futuro mais próspero e, com certeza, mais justo, mais igualitário e mais libertário, inclusive com muito menos violência.

A permanência da criança na creche – e a empresa pode assumir essa responsabilidade com crianças de zero a cinco anos – foi um sonho dos Constituintes de 1988, e eu estava lá. Ajudei a redigir esse capítulo, e, até hoje, não conseguimos aprovar a Lei Complementar. Tentei lá, tentamos aqui, já há alguns anos, desde 2003, e somente hoje é que conseguimos aprovar a matéria, naturalmente por uma pressão muito grande do setor econômico. E conseguimos aprovar porque fizemos com que haja dedução de contribuições do empresariado para o Estado. Por isso, avançamos nessa formulação para que, efetivamente, a criança possa ter acesso a creche como uma forma de preparação.

Hoje, Sr. Presidente, quando aprovados os projetos, um pai me disse o seguinte – para mim foi interessante e vou contar porque sintetiza o meu pronunciamento: ele disse que o filho dele, com três anos, que freqüenta creche particular, quando chegou em casa, ao montar o seu caminhãozinho, começou a montar a colocar o lixo dentro do caminhãozinho. Ele perguntou, por que isso, filho? E o filho responde ao pai: porque lá na escola me ensinaram que lugar de

lixo não é no chão; por isso que estou botando, já, no caminhãozinho. Depois, conversando com o filho, ele o ouviu falar de meio-ambiente, de ecologia. Isso, já, com três anos de idade. Claro que esse pai disse que pode pagar uma creche, mas o assalariado, esse não vai poder pagar uma creche, e, conseqüentemente, as crianças ficam na favela, ficam na rua com idade de quatro, cinco e, até pouco tempo, seis anos, porque agora muda a legislação.

Por isso, Sr. Presidente, considero de suma importância a aprovação desse projeto que é uma lei complementar que chamo da responsabilidade social, também da iniciativa privada em parceria com o Estado, já que vai poder deduzir os gastos que ele aplicar, efetivamente, com a creche dos filhos dos trabalhadores.

Era isso. Obrigado inclusive pela tolerância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, obrigado a V. Exª.

Com a palavra, o Senador João Vicente Claudino.

V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o meu primeiro pronunciamento desde a posse, há um mês, nesta Casa. Inspirei-me em um texto de Sêneca sobre a brevidade da vida:

Não temos exatamente uma vida curta, mas desperdiçamos uma grande parte dela. A vida, se bem empregada, é suficientemente longa e nos foi dada com muita generosidade para a realização de tarefas importantes.

Ao contrário, se desperdiçarmos no luxo e na indiferença, se nenhuma ordem é concretizada e, por fim, se não se respeita nenhum valor, não realizamos aquilo que deveríamos realizar, sentimos que ela se esvai.

Desse modo, não temos uma vida breve, mas fazemos com que seja assim.

Não somos privados, mas pródigos de vida. Como grandes riquezas, quando chegam às mãos de um mau administrador, em um curto espaço de tempo, se dissipam, mas, se modestas e confiadas a um bom guardião, aumentam com o tempo, assim a existência se prolonga por um largo período para o que se sabe dela usufruir.

As palavras de Sêneca que tomei por empréstimo refletem os sentimentos que animam o meu espírito e justificam as razões pelas quais assumi as elevadas

funções de Senador da República, representando o povo do Estado do Piauí.

O tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem aproveitado por quem edifica a vida, e mais aproveitado ainda por quem pode e faz diferença positiva na vida dos seus concidadãos. E pelo povo do Piauí, precisamos colocar o tempo de nosso mandato a serviço dessa transformação.

Todavia, Sr. Presidente, quero, antes de apresentar as linhas gerais do exercício do nosso mandato parlamentar, fazer indispensáveis agradecimentos e prestar necessárias homenagens.

Agradeço primeiro a Deus, porque sem Ele não é possível construir o bem, pela força a mim concedida na caminhada, me fortalecendo o espírito e sempre renovando a vontade de lutar pela melhora do meu povo.

Além de homenagear, agradeço também àqueles que depositaram em mim as esperanças, o lutador povo do Piauí, a que tanto me orgulho de pertencer e representar. Não carrego apenas os quase um milhão de votos que tive, mas muito mais. Sei que nos meus ombros depositam-se sonhos de todos os piauienses, dos que lá estão e dos que emigraram em decorrência das dificuldades que a vida impõe ao meu amado Piauí. Um dia voltarão para junto dos seus, tenho certeza.

Despertei a esperança nos corações dos piauienses, e as aspirações do nosso povo estão centradas nos desejos de fazer um Estado potencialmente rico e vocacionado para o desenvolvimento.

Não esquecerei nem abandonarei aqueles que me apoiaram e acreditaram em nossas propostas. Este é o meu compromisso: não desapontarei quem confiou em mim, decepcionarei aqueles que não acreditam na consecução dos nossos compromissos.

Hoje estou nesta honrada tribuna, destacando que a cadeira em que tomo assento sempre foi ocupada por políticos com longa vida pública. E hoje a ocupo de maneira inédita, pois essa foi minha primeira disputa eleitoral – um tanto novo na vida política do meu Estado, embora faça política há 20 anos. É decorrência de, ao longo da minha vida, ter recebido o apoio incondicional de minha família e dos meus amigos. Poderia ter perdido a eleição, mas só o entusiasmo demonstrado por eles no percurso de nossa ascensão ao Senado Federal representou muito dentro de mim. Já sabia que poderia contar com eles, mas me deram muito mais do que eu pedi. Deram o coração a uma causa. Meu especial muito obrigado a minha família.

Não posso deixar de homenagear a minha querida e estimada Paraíba e a minha cidade de Cajazeiras. Nessas terras estão minhas raízes.

Sr. Presidente, a certeza de que honrarei o mandato parlamentar que o povo me concedeu se justifica

porque o eixo de nossa atuação política será a luta pelo trabalho, a defesa do desenvolvimento, com a responsabilidade socioambiental, e o empenho para com a educação, sem a qual trabalho e desenvolvimento são apenas dois substantivos.

Sr. Presidente, mais do que o Estado, sou representante do povo do Piauí. Vim para esta Casa para defender os interesses de todos que fazem daquela terra o local onde moram, trabalham, vivem homens e mulheres de bem, crianças que sonham com uma boa educação, jovens que vislumbram oportunidades de trabalho, idosos que devem ter merecida valorização.

Trabalho, desenvolvimento e educação será o tripé de nossa atividade parlamentar. Trabalho e desenvolvimento têm sido as marcas de minha vida. E, por coincidência, o ritmo que também quer imprimir Sua Excelência, o Presidente da República, cujo farol é o PAC, que é, no mínimo, uma demonstração pessoal do Presidente Lula em priorizar a área de investimento, mesmo sabendo que o PAC será discutido, aperfeiçoado e votado nesta Casa. Temos de alertar que é imprescindível mais que uma ação que gere crescimento por determinado tempo e temos de planejar um crescimento continuado para atingir um desenvolvimento nacional consistente.

O legítimo mandato que me foi concedido pelo povo para representá-lo somente terá utilidade se canalizarmos as nossas energias e os nossos talentos para criarmos oportunidades de trabalho e viabilizarmos o desenvolvimento social e econômico para todos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sem educação, não há trabalho que sirva e, por conseqüência, não há desenvolvimento. Inútil e vão será o trabalho se não produzir o desenvolvimento. A educação, o trabalho e o desenvolvimento estão intrinsecamente ligados, e nós dependemos da harmonia dessa realidade.

Para simbolizar esse Piauí grande, vigoroso e que dá certo, destaco o Instituto Dom Barreto, primeiro lugar nacional do Enem, orgulho para o Piauí, um sonho de um homem devotado à educação: o Professor Marcílio Rangel, um mecenas da arte e da cultura, um educador que fez um empreendimento privado sem se distanciar do compromisso social, sem titubear ao inserir a qualidade Dom Barreto na periferia de Teresina. Trata-se de um colégio com as mesmas características e os mesmos princípios para as crianças carentes na busca de diminuir o fosso da disparidade qualitativa do ensino.

O nosso Piauí, Sr. Presidente, não tem a pujança econômica de outras Unidades da Federação, mas tem um povo que sabe superar as dificuldades da natureza, de um sol escaldante, sem se deixar abater. Temos o potencial do agronegócio, do turismo, do comércio, da mineração, das indústrias e sobretudo o mais rico produto que uma região pode ter: pessoas vocacio-

nadas para o trabalho, o estudo e o desenvolvimento. A função do Poder Público é canalizar esse potencial todo para que o Piauí crie, de uma vez por todas, a imagem de terra de muitas oportunidades.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Senador João Vicente Claudino, quero, primeiramente, dizer que é uma honra tê-lo no Senado, no nosso Partido, o PTB, V. Ex^a que, jovem ainda para os padrões da Casa, assume a cadeira de Senador com uma visão de homem empreendedor, portanto, de homem que sabe que tempo e trabalho são coisas muito importantes para termos resultados. Tenho certeza de que o seu mandato vai ser muito profícuo e muito benéfico para o povo do Piauí. Aliás, o Piauí só tem mostrado aqui bons exemplos de bons Senadores, como o Senador Alberto Silva, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa, Petrônio Portella, que foi um exemplo nacional de homem público. Tenho certeza de que V. Ex^a vai estar à altura de todos eles e de que o PTB vai se engrandecer muito com a presença de V. Ex^a nas suas fileiras.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço o aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti. Os desafios da nossa querida Roraima são muito parecidos com os do Estado do Piauí.

Sr. Presidente, todos sabemos quais são os principais problemas que castigam o nosso País: a miséria, a falta de trabalho, a violência e tantas outras chagas que nos afligem e devem ser combatidas.

Esses tumores sociais somente serão lancetados se todos nós, governantes e sociedade civil, trabalharmos com entusiasmada dedicação. É uma tarefa por demais gigantesca para ficar nos ombros de poucos ou de um pequeno grupo, por mais bem intencionado que seja. Todos nós somos convidados para essa messe.

Nós, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, recebemos um convite especial. O nosso anfitrião é o povo brasileiro. Foi ele quem nos chamou para assumirmos essa grandiosa responsabilidade. Nós não podemos nos omitir, nenhum de nós.

Por isso, Sr. Presidente, vim para somar esforços para que o Senado Federal cada vez mais contribua para a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros. Não tenho a ilusão de que sozinho farei tudo. Nem quero fazer tudo sozinho. Quero ajudar. Quero contribuir. Aprenderei com os políticos experientes desta Casa, repetindo para internalizar, e criando para renovar.

Desejo conquistar o respeito de meus colegas e admiração de meus concidadãos com minha luta por mais trabalho e mais desenvolvimento para todos.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Claudino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Concedo o aparte. É um prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Desejo, em rapidíssimas palavras, cumprimentá-lo pela posse e, também, fazer votos de pleno êxito no exercício do seu mandato. V. Ex^a é de um Estado nordestino, como sou. O Piauí é vizinho de Pernambuco; portanto, temos uma convivência que muito nos identifica. Estou certo de que aqui, além das questões nacionais e federativas, poderemos atuar muito em defesa do Nordeste e de seu desenvolvimento. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço e reitero a admiração que temos pela conduta política de V. Ex^a na vida pública nacional.

Reitero: os acertos serão de todos. Os erros também. Todos somos legítimos representantes do povo de nossos Estados.

Sr. Presidente, a despeito do muito que tem sido feito, ainda há muito por fazer. Há muito trabalho pela frente. Há muito o que desenvolver. Aqui, uso esta palavra no sentido de melhorar.

Temos de melhorar o nosso sistema tributário, pois o Fisco arrecada muito, mas inibe os setores produtivos deste País, jogando muitas atividades econômicas e empresariais para a informalidade. A Reforma Tributária será o momento oportuno para discutirmos também o Pacto Federativo.

A reforma política é a base para que a atividade política possa ser revalorizada, em conjunto com nossas atitudes, não se podendo jogá-la para segundo plano de discussão. A ação política transforma a vida das pessoas e fortalece a democracia no Brasil, que ressoa para o continente.

Temos de melhorar a legislação trabalhista e previdenciária para que as empresas sintam-se estimuladas a criar mais oportunidades de emprego para mais trabalhadoras e trabalhadores, e que estes tenham assegurado e protegidos os seus benefícios sociais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Vicente, permite-me um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Vicente, nós, do Piauí, temos uma grande responsabilidade. Nesta Casa, talvez, em seus 180 anos, a figura mais importante foi o piauiense Petrônio Portella. Nas turbulências, ele impôs respeito. Quis Deus eu estar do seu lado quando fecharam este Congresso. A imprensa foi entrevistá-lo e ele disse: “Este é o dia mais triste de minha vida”. Essa é a autoridade moral de um Presi-

dente. Essa frase, essa força moral do Piauí, simbolizada por Petrônio, que nós temos de representar, fez recuar as forças militares e abriu este País, que teve o Congresso fechado mais de sete vezes e por muito tempo. Roma, nunca. Nem os Césares fecharam-na por mais de cinco dias. Então, Petrônio deu esse ensinamento muito oportuno. A história diz que Cícero, num momento como esse, em Roma, disse: “**Pares cum paribus facilline congregantur.**” Violência atrai violência. Mas eu vim, Camata, e quero chamar a sua atenção para a grandeza que nós temos aqui. Este é o Piauiense. Eu não vou retratar os outros, pois todos os Senadores foram extraordinários. Eu podia incorrer no erro de esquecer alguns dos nomes. Mas, para que o Brasil, para que Lula da Silva Presidente veja o que é uma autoridade moral: Petrônio Portella Presidente andava no Rio de Janeiro sem proteção militar. Eu o recebi lá no Piauí, na nossa Parnaíba – evidentemente, era até um carro privado, eu do lado, ele, meu irmão e Lauro Corrêa. Havia aqueles batedores. Olha que autoridade moral! Aí, de repente, o Ministro do Piauí, o Ministro que justiça da Justiça, como disse Aristóteles, a coroa brilhar mais do que a dos reis, mais alto do que a dos santos. Camata, de repente, o Piauí recebeu homenagem normal de orgulho do piauiense. João Vicente, ele disse: “Mão Santa, pára, pára, pára.” Eu fiquei preocupado, Camata. “Olha, eu não gosto disso. Autoridade é moral. Eu não preciso de batedor.” E é esse o Estado, essa é a autoridade em que os Ministros são assaltados, têm medo até de dizer que foram assaltados. Viram o Ministro da Fazenda? Agrediu um honrado piauiense, o caseiro Francenildo. Então, é essa autoridade moral de Petrônio Portella de que nós somos herdeiros.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a e faço minhas as palavras elogiosas ao Senador Petrônio Portella, simbolizando a integridade política dos Senadores do Piauí.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador João Vicente Claudino, devo dizer a V. Ex^a que todos nos sentimos felizes com a presença deste jovem parlamentar nesta Casa, sabemos da responsabilidade que tem V. Ex^a com o Estado que aqui representa, o Piauí. Se o povo do Piauí está feliz, alegre com a presença de V. Ex^a nesta Casa, imagine nós, os paraibanos, sendo V. Ex^a filho de Cajazeiras, a terra que ensinou a Paraiba a ler, a nossa querida Cajazeiras, no alto sertão da Paraiba. Então, nós, os paraibanos, estamos mais felizes ainda porque, em vez de três Senadores, temos quatro Senadores paraibanos aqui em defesa da nossa Paraiba. Contamos com o apoio de V. Ex^a, precisamos do

seu sangue paraibano para fortalecer a nossa banca. Deus abençoe V. Ex^a para que aqui tenha um grande trabalho, tenha a mesma fibra que tem o seu pai, o empresário João Claudino, que mostrou ao Nordeste, à Paraiba, ao Piauí, ao Maranhão, como se vence na vida: vence-se com trabalho, com dedicação, com honradez, com humildade. Então, V. Ex^a, com certeza, fará nesta Casa um excelente trabalho. E espero que, sempre que formos convocar a Bancada da Paraiba, desde já se sinta convocado para participar das reuniões da nossa querida Bancada paraibana.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Não tenha dúvida, Senador Efraim. É uma alegria, e estaremos sempre a postos para trabalhar para nossa querida Paraiba.

É indispensável, ainda, fortalecermos a família brasileira para que os indivíduos tenham nela o seu “porto seguro”, o seu eixo para afastá-los da violência, da criminalidade, das drogas, da ociosidade. É preciso resgatar o respeito pelo indivíduo, e o melhor caminho é o respeito à família.

Como afirmei, há muito o que fazer. Temos de cerrar um pacto pelo desenvolvimento de nosso País e dos nossos Estados e Municípios em particular.

O desenvolvimento sustentável do País não deve ser um sentimento solitário, que fique na intenção do Presidente da República, mas deve e tem que ser de todo o Governo, acabando com a insensibilidade burocrática que trava os investimentos necessários para alcançarmos esse desenvolvimento. No nosso Parlamento, especificamente aqui no Senado, devemos ser responsáveis e céleres nas discussões para dirimir os problemas.

Sr. Presidente, não podemos deixar que se apague a chama empreendedora que fez deste País uma das maiores economias do mundo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho consciência de que não se consegue entregar o que não se tem, de que não se consegue realizar o que não se planejou. Pretendo trazer a minha experiência administrativa para a atividade político-parlamentar. Sou um homem de ação. As palavras servem para anunciar apenas o que se espera que façamos e não o que deixaremos de fazer.

Sei que posso contar com a colaboração de meus colegas Senadores e Senadoras para concretizarmos essa missão. Não faltarei aos meus deveres. Apoiarei todas as iniciativas que forem boas para o Brasil, e para o Piauí em especial, esse Estado sempre vítima das desigualdades nacionais e regionais...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com prazer Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu gostaria apenas de dar as boas vindas nesta Casa a V. Ex^a, uma das mais novas, expressivas e promissoras lideranças do nosso querido Nordeste brasileiro, do nosso Piauí. Tenho certeza que, com sua atuação agora como político, vai cada vez mais confirmando-se como essa grande liderança nordestina que vai realçar com seu trabalho a nossa Bancada nordestina, hoje aqui tão carente de talentos como o de V. Ex^a. Por isso queria dar-lhe as boas vindas a esta Casa.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço as suas palavras.

Como eu dizia o Piauí é um Estado sempre vítima das desigualdades nacionais e regionais, produzidas pela concentração dos investimentos nas regiões mais ricas do País.

Finalizando, Sr. Presidente...

O Sr. Sérgio Zambiasi (Bloco/PTB – RS) – Senador João Claudino, antes do seu encerramento e contando com a compreensão do Presidente Papaléo Paes, como seu companheiro partidário, quero dizer que lamento não ter podido estar presente na abertura do seu pronunciamento, mas cumpria missão de Senador da República e do Rio Grande do Sul. Mas eu não poderia deixar de me solidarizar com o seu pronunciamento, com suas preocupações e com os seus compromissos como Parlamentar, como brasileiro, como piauiense. Não tenho dúvida de que sua presença nesta Casa terá um significado muito especial, não só como companheiro de Partido, o PTB, com muito orgulho, mas como representante do Estado e, acima de tudo, como um brasileiro que está a serviço do País, buscando construir o melhor para todos nós junto ao Governo Lula, com quem estamos comprometidos em apoiar e lutar pelo sucesso desta administração. Trago, portanto, se me permitir o Senador Mozarildo Cavalcanti, pois não sei se S. Ex^a já se manifestou a esse respeito, em nome da nossa Bancada – somos cinco companheiros aqui, ou seja, uma representação significativa no Senado –, os cumprimentos, pois V. Ex^a sempre foi solidário a todos os compromissos assumidos com o seu povo, com o seu Estado, com o Governo Federal e com o Brasil. Bem-vindo.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, agradeço as palavras. Estou orgulhoso de dividir a Bancada do PTB com o Senador Mozarildo Cavalcanti e com V. Ex^a, tratando das preocupações nacionais.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de recitar um poema de um piauiense que muito nos orgulha – o Senador Mão Santa o conhece bem –, o saudoso poeta Da Costa e Silva, que resume a força motriz da minha vida:

Síntese

O que perturba e intimida

O meu espírito forte

Não é a certeza da morte,

Mas a incerteza da vida.

Temos muito trabalho pela frente para diminuirmos essa incerteza. Mãos à obra. Que Deus nos abençoe.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Vicente Claudino, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, e Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Respeitando V. Ex^a como presidente, como legislador, porque, a partir de ontem, não tem mais aparte nas comunicações inadiáveis. Mas Montesquieu, em **O Espírito das Leis**, me inspira e me dá coragem de vir aqui ser solidário a Paulo Paim, que hoje falou sobre o problema mais grave deste País: creches. Não tem mais.

Fui prefeito, Efraim Moraes, e existia a LBA. Papaléo também o foi. Como era fácil se criar uma creche com a LBA. Agora não tem. Então, Paulo Paim, com sua inspiração, cria um projeto de lei que faz voltarem para as crianças as possibilidades de creches que tivemos no passado, com a existência da LBA.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela observação.

Agora, quero deixar claro a V. Ex^a e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o que solicitamos ontem dos senhores Parlamentares foi o cumprimento do Regimento no que diz respeito a isso. Porque está aqui, no art. 14, inciso XII:

XII – para apartear, por dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

.....
b) não serão permitidos apartes:

.....
7 – a uso da palavra por cinco minutos;

Essa é somente uma forma de equilibrarmos o debate. Quando ontem solicitamos que não aparteassem, em função do Regimento, era porque nada mais, nada menos do que cinco Parlamentares estavam querendo apartear. Se o orador tinha dois minutos, caberia a

reclamação por parte daqueles que estavam inscritos. Portanto, pedimos só a compreensão.

Em compensação, em seguida, estreava na tribuna o Senador Marconi Perillo, que usou 40 minutos, como hoje usou 25 minutos o Senador João Vicente Claudino. Os membros da Mesa sempre vão ter a paciência de dar oportunidade aos Parlamentares que estão estreando, mas solicitando a compreensão dos experientes. Na hora em que puder haver apartes, o Senador será aparteado.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Inicialmente, quero registrar a presença no plenário do ex-Ministro e futuro Ministro Ciro Gomes, que está visitando seus futuros companheiros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência registra a presença do ex-Ministro e Deputado Ciro Gomes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, ontem houve dois fatos importantes no Brasil, tendo como palco o Senado: um, que reputo com muito importante e de bom augúrio para o Brasil; o outro, que considero um pouco triste para o Senado e um pouco triste para o Brasil.

Um fato importante foi a visita a Brasília dos Governadores do Sudeste – Paulo Hartung, José Serra, Aécio Neves e Sérgio Cabral –, que estiveram aqui para propor treze medidas sobre segurança: tipificar crimes cometidos por organizações criminosas; aumentar as penas para os crimes contra a incolumidade pública, como incêndios de veículos e ataques a sistemas de comunicação; aumentar a pena para motins de presos; aumentar a pena para homicídio doloso contra policial, juiz ou membro do Ministério Público ou servidor do sistema prisional; definir como falta grave o uso de celular ou comunicação eletrônica em presídio, já aprovado aqui – está na Câmara dos Deputados; responsabilizar as operadoras quanto à recepção de sinais de celulares; determinar o uso do patrimônio do criminoso para ressarcir a vítima; aumentar o tempo de cumprimento de pena para o condenado por crime hediondo; restaurar o exame criminológico para que se possa decidir se o condenado merece ser transferido para regime mais brando; permitir que condenados tenham o benefício da delação premiada; conceder o subsídio para financiamento habitacional a policiais; aumentar o tempo máximo de internação de jovens infratores de três para dez anos; reformar o processo penal para apressar os julgamentos, porque, quando a justiça tarda, ela já falhou.

O fato lamentável, no meu entender, Sr. Presidente, foi que nós, ao mesmo tempo, na Comissão de Justiça

do Senado, adiamos, por 45 dias, uma tomada de decisão quanto a baixar para 16 anos a maioria. Esses projetos – são seis – tramitam na Casa desde 1999, há nove anos. Pois bem, pediram alguns Srs. Senadores só mais 30 dias para examinar direito. Se em nove anos não examinaram, não sei o que vão examinar em 30 dias.

Temos – e V. Ex^a acabou de falar sobre isso – de ter um Regimento que seja obedecido. Temos de ter normas para nosso trabalho. Nenhum organismo, nenhuma assembléia de síndico – e um Senado muito menos – pode funcionar sem um Regimento Interno que determine as competências de cada um e a hora em que essa competência deva se manifestar.

O ex-Senador e Governador Sérgio Cabral, Sr. Presidente, trouxe para cá um anteprojeto de lei complementar que objetiva transferir para os Estados alguns itens específicos de Direito Penal para a legislação dos Estados, principalmente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre fatos ocorridos no território de cada Estado, inclusive com o direito dos Estados de aumentar as penas.

Há um projeto de lei complementar de minha autoria tramitando na Casa sobre o mesmo assunto. Estou solicitando licença ao Governador Sérgio Cabral para apresentar o projeto dele, que julgo um pouco mais completo do que o meu e que vai fazer com que, quando o Congresso Nacional não se decidir rapidamente, a Assembléia Legislativa do Estado possa tomar providências e legislar sobre matéria penal. Isso fará com que a população tenha respostas mais rápidas diante das crises que estão acontecendo a todo momento.

Acredito, Sr. Presidente, que os Governadores vieram trazendo todos projetos que já estão em tramitação nesta Casa há cinco, dez, quinze anos, oferecendo à Casa esse tesouro, esse banco de dados, essa tempestade de boas iniciativas que, tramitando nas duas Casas, estão aí prontas para serem aprovadas. Algumas tramitam há mais de dez anos.

Queremos cumprimentar os Governadores do Sudeste pela iniciativa de abrirem o olho do Congresso Nacional, trazendo aquilo que já estava tramitando aqui há muito tempo.

Sr. Presidente, peço que seja transcrito aqui um editorial sobre esse assunto do jornal **A Gazeta**, do Estado do Espírito Santo.

Era o que eu queria dizer a V. Ex^a, cumprindo rigorosamente o horário que V. Ex^a me determinou.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GERSON CAMATA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Até quando?

A população terá de esperar ainda mais para conhecer a decisão do Congresso sobre a proposta da redução da maioria penal no país, de 18 para 16 anos. Estava previsto que a matéria seria votada ontem no Senado, mas não foi. A Comissão de Constituição e Justiça da Casa achou uma forma de conter a velocidade de tramitação do projeto. Recorreu à forma clássica: criou uma comissão especial para discutir o assunto. É composta por seis senadores, que terão prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15, para se manifestar.

É a segunda vez que a matéria é barrada no Senado. No dia 14 de fevereiro último, uma manobra regimental articulada pelo governo adiou sua votação na Comissão de Constituição e Justiça. Num gesto que agradou ao Palácio do Planalto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu vista (tempo para analisar) das propostas. O presidente da CCJ, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), atendeu à solicitação, afirmando que a votação não passaria do dia 28 (ontem). Ficou o dito pelo não dito.

É difícil convencer a grande parte da sociedade de que não está em curso uma estratégia de esfriamento da matéria. Diminuir o limite de idade para que um jovem possa ser condenado por um crime virou tema de batalha retórica no país. A tomada de posição, seja a favor ou contra, está sujeita a contestações. Ocorre que o adiamento de decisão tão importante também provoca desgaste – e muito – tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

Num primeiro momento, ao protelar a votação, os senadores evitaram confronto com parlamentares aliados ao Palácio do Planalto. E com instituições representativas da sociedade civil. Poucos dias após o assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieitis, fato que reavivou o debate sobre a idade mínima para punições penais, o presidente da República solicitou aos líderes de sua base no Congresso que derrubassem a tramitação da matéria. Para ele, o sentenciamento penal antes dos 18 anos pode "desproteger os adolescentes" – teoria que atrai ampla rejeição. Principalmente dos que se preocupam com os desprotegidos cidadãos de bem.

Criaram-se flagrantes deformidades no objeto dessa discussão. Às vezes até propositadamente, para esvaziá-la. É mil vezes evidente que a proposta de diminuir a idade mínima para punição penal não embute vingança à morte do menino João Hélio. Esse tipo de sentimento não tem nexos em política de segurança pública.

Também é falacioso o argumento de que o clima emocional sugere a protelação de eventuais mudanças nas leis penais. É evidente que se tratou de um fato chocante, de repercussão internacional, a barbárie praticada contra um garoto de seis anos, arrastado por um veículo ao longo de sete quilômetros, no subúrbio do Rio de Janeiro. Mas, se a tomada de atitude depender que cesse a participação de menores em atos criminosos, certamente ela não irá acontecer.

O imobilismo também está fadado a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade. É claro que não vai. Mas é indispensável adequar a legislação às necessidades atuais. Essa e muitas outras medidas devem ser tomadas, com urgência. A impunidade não pode continuar alimentando a violência. A sociedade não aguenta mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas questões de ordem. A primeira para protestar e recorrer contra decisão de ontem tomada aqui, sem que ninguém soubesse, pela Mesa e pelo Plenário, com urgência, inclusive dizendo que a Comissão de Justiça era favorável. Não é favorável! Quem deu o parecer não tinha condições de fazê-lo sem a autorização do Presidente. Não é possível que se queira ficar na Mesa com as vantagens dos cargos da Mesa e ainda se queira participar das comissões. Isso sempre foi impedido. E, em 24 horas ou menos, 12 horas, o Senado da República muda o Regimento numa atitude pouco elegante e descortês com as lideranças com as quais conversei hoje e que não estão dispostas a fazê-lo.

De minha parte, direi: se isso prevalecer, eu não distribuirei nem um projeto a quem tenha sido membro da Mesa e vá para a comissão. Isso foi um crime que se praticou neste Senado para dar vantagens aos membros da Mesa, que já têm muitas.

Conseqüentemente, quanto a esta questão de ordem, quero que V. Ex^a dela tome conhecimento. E, ao mesmo tempo, quero dizer ao meu amigo Gerson Camata que ninguém tem trabalhado mais no combate à criminalidade que a Comissão de Justiça. Ainda hoje estamos trabalhando. Já fizemos uma reunião no almoço com todos os membros. Já temos trabalho realizado. Segunda-feira, às 18h, estaremos reunidos. Quinta-feira, às 11h, estaremos reunidos.

Nós vamos cumprir com a nossa obrigação. E, quanto a tudo aquilo que os Governadores pediram, eles já tinham sido atendidos, na sua grande maioria, pelo Senado da República, pela Comissão de Justiça.

De modo que faço este protesto – protesto sério – e vou recorrer, se for possível recorrer, contra a decisão que o Plenário tomou ontem, que é infringente com relação à Constituição. Lamento, inclusive, se o meu amigo, hoje Ministro do Tribunal de Contas, Raimundo Carreiro trabalhou nesse sentido, pois cometeu

um crime antes de ir para o Tribunal, o que não tinha feito antes da sua escolha.

Portanto, este é o meu protesto. E quero que meu protesto seja levado à Mesa. Como V. Ex^a é Secretário da Mesa, tem responsabilidade. De maneira que V. Ex^a leve à Mesa o meu protesto. Se precisar ser escrito, será escrito, mas não é para beneficiar quem já tem tantas vantagens como membro da Mesa que vou calar a minha voz e permitir isso. Na minha Comissão, Líder nenhum designe, porque, se designar, não relatará nem um projeto. Eu não permito que essa arbitrariedade fique impune. Eu não permito!

Fizeram um golpe! Chega de golpes nesta Casa! Vamos fazer coisa séria! Vamos prestigiá-la! Vamos fazer com que a Casa cresça no conceito nacional, e não com essas medidas às escondidas, na calada da noite, sem que ninguém saiba! Eu, que estava aqui o dia inteiro, não vi. Conseqüentemente, Sr. Presidente, isso foi feito sem número, isso foi feito arbitrariamente, isso foi feito erradamente! Se V. Ex^a puder consertar, crescerá bastante na opinião pública do País. Se V. Ex^a não puder, que leve para o Presidente da Casa fazê-lo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a e lhe comunico que a matéria foi discutida na Mesa por um projeto de autoria do Senador César Borges e, aprovada por unanimidade, veio ao Plenário e foi votada com o acordo dos Srs. Líderes partidários. É uma informação que a Mesa já adianta a V. Ex^a, mas dará conhecimento de todos os detalhes para que V. Ex^a tenha conhecimento do trâmite que aconteceu do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Ex^a me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em respeito a V. Ex^a não vou dialogar com V. Ex^a. Entretanto, os membros da Mesa não vão para a Comissão de Justiça, porque, se forem, não terão nem um projeto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Eu informo a V. Ex^a que já tenho muito trabalho na 1^a Secretaria.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, em respeito ao Senador Antonio Carlos Magalhães, quero trazer alguns esclarecimentos.

Essa questão foi debatida numa reunião dos Líderes partidários na presença do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; posteriormente, discutida na reunião da Mesa do Senado Federal, por proposta do Senador César Borges, com o objetivo de fazer com que os Srs. Senadores que integram a Mesa possam trabalhar mais. Na verdade, o que se deseja é mais trabalho para alguns membros da Mesa, que poderão, se desejarem, indicados pelos seus Líderes, participar das comissões temáticas da Casa.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E não trabalham não, Excelência?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu disse que querem trabalhar mais – ainda mais –, participando das Comissões, porque as Comissões realizam um trabalho de grande importância. Há cargos da Mesa que não exercem função administrativa, como a Vice-Presidência, a 2ª Vice-Presidência. E houve um desejo de Parlamentares que integram a Mesa de poderem participar dos trabalhos das Comissões.

É evidente que a Mesa só poderia submeter em regime de urgência com a concordância das Lideranças. E as Lideranças subscreveram requerimento solicitando o regime de urgência. Apenas para esclarecer.

Sr. Presidente, venho, com muita tristeza, a esta tribuna para destacar que o infortúnio chegou à casa de alguns amigos no Paraná. No mesmo dia em que estampou a manchete “Paraná cresce no mato do crime”, deplorando o estado de violência a que chegou o Estado, o publicitário André Heitor Costi Filho, ex-diretor comercial e filho do diretor-presidente do jornal **O Paraná**, que se edita em Cascavel, com ampla circulação no oeste do Paraná, foi encontrado morto com 11 tiros de pistola 9 milímetros, em uma estrada de Matelândia, quando retornava de Foz do Iguaçu.

André Filho estava desaparecido desde terça-feira, e sua família, preocupada com a falta de notícia, já temia pelo pior em face do clima de violência que domina o Paraná. Ontem à tarde os maus presságios se confirmaram quando o corpo do publicitário, de 46 anos, pai de um filho de 13, foi localizado em um trecho da estrada que corta o município de Matelândia.

Esse é mais um dado no quadro da violência que estarrece o Brasil e o meu Paraná e coloca em desta-

que o meu Estado no *ranking* dos Estados brasileiros com os maiores índices de criminalidade no País.

A manifestação de solidariedade à família do André e os nossos mais profundos sentimentos pelo ocorrido. Certamente, essa é uma perda que será sentida interminavelmente na cidade de Cascavel e no oeste do Paraná.

É o retrato da violência que campeia no interior do País. Não apenas as grandes metrópoles, mas o interior do País está sobressaltado com o crescimento avassalador da violência, que não se contém, até porque a autoridade se ausenta, e a competência de gestão administrativa não há.

Aqui há outro retrato de violência que atinge o meu Estado: “Foz do Iguaçu tem mais homicídios de jovens – cidade registra a taxa média de 223,3 mortes de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos por cem mil habitantes”. Sr. Presidente, peço que se registre nos Anais da Casa essa matéria do jornal **O Globo** como alerta, para que se estabeleça, desde já, o anúncio de que a situação se agrava não só nessa cidade, mas especialmente nela. Especialistas estão prevendo que, já em 2008, Foz do Iguaçu poderá ser a cidade mais violenta do Brasil. O alerta parte sobretudo do coordenador do Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência de Foz do Iguaçu, Sr. José Elias Alex Netto.

Portanto, Sr. Presidente, o pedido de que V. Ex^a autorize o registro desta matéria nos Anais da Casa é para alertar as autoridades, porque não posso entender como um patrimônio da humanidade como é Foz do Iguaçu possa ser tratado dessa forma pelos governos. Pluralizo, pois não é só este Governo: são muitos os governos que vêm e vão e que não olham para a cidade, apesar de suas fantásticas belezas naturais, que encantam o mundo, permitindo-se que se estabeleça um contraste aterrador entre as belezas naturais e a pobreza da violência, que assusta a todos que lá vivem.

O Governo não vê; o Governo não cuida; o Governo não protege; o Governo não respeita; o Governo não se sensibiliza com a tragédia diária; o Governo ignora, porque não tem competência ou não tem sensibilidade humana. Assiste passivamente ao acúmulo das vítimas que se sucedem, enquanto sequer gasta os recursos disponibilizados no Orçamento para combater a violência no País. Os recursos são reservados para o pagamento de juros, serviços da dívida, para o alcance do superávit primário, enquanto vamos acumulando vítimas no País.

Sr. Presidente, não sou daqueles que procuram gerar falsa expectativa de que o Congresso possa resolver essa situação; de que o Congresso, aprovando leis, aprimorando a legislação, vá resolver todos os problemas que sacodem o País no setor de segurança pública. Não. Não vamos gerar essa falsa expectativa. Mas temos o dever, sim, de agilizar os procedimentos, de aprovar as matérias, de aprovar os projetos.

Por isso, não nos conformamos com essa postura de contemplação da Câmara dos Deputados e até, de certa forma, de desrespeito ao Senado, ao não aprovar os projetos que têm origem nesta Casa e que dormem nas gavetas da outra Casa do Congresso Nacional.

Diante desse drama que o País vive a cada dia, a cada passo, cada vez mais, com a violência que cresce, diante dessa tragédia, queremos apelar para a sensibilidade do Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para que coloque na pauta todos os projetos já aprovados no Senado Federal e que digam respeito à segurança pública neste País.

Sr. Presidente, eu teria outro pronunciamento a fazer, mas houve esse fato novo – o que, aliás, é corriqueiro no Brasil. É por isso que nós nos assustamos, e o Senador Antonio Carlos Magalhães sabiamente protestou quando afirmaram que não se deveria deliberar em momento de emoção, como se este País não vivesse permanentemente sob forte emoção. Temos emoções todos os dias. A emoção é constante, é rotina; a tragédia também. Emocionamo-nos diante da tragédia, mas, sobretudo, ficamos indignados diante da postura contemplativa das autoridades em relação à existência dela a cada dia. É preciso decidir sob emoção sim; é evidente que temos de decidir sob emoção. Se fôssemos aguardar um dia sem emoção e sem tragédia neste País, nós não teríamos a oportunidade de decidir jamais, porque a tragédia e a emoção são permanentes no Brasil.

Sr. Presidente, relativamente ao outro pronunciamento, peço a V. Ex^a que o dê como lido, para que possamos inscrevê-lo nos Anais da Casa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, posso apartear-lo?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Mozarildo. Com a permissão do Presidente,

que me concedeu mais dois minutos, eu os concedo a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, quero apenas comentar justamente uma frase de V. Ex^a, essa história da emoção. V. Ex^a tem toda a razão. Já disse isso aqui em um pronunciamento, baseado na minha experiência de médico. Como não resolver um problema em um momento de emoção? É preciso resolvê-lo, sim, no momento de emoção, de dor, de sofrimento. Quero, inclusive, parabenizar o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da CCJ, pela iniciativa de nomear um grupo de trabalho, composto por seis Senadores, em que eu honrosamente estou incluído – mais por bondade de S. Ex^a e menos por mérito meu. Vamos trabalhar com prazo fixo de 45 dias para condensar todo o conjunto de propostas e elaborar, portanto, a legislação necessária para combater, de maneira efetiva, a criminalidade neste País, propondo as medidas legislativas e também indicando para o Executivo e o Judiciário as sugestões necessárias para realmente coibir a criminalidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Eu dizia que não devemos gerar falsas expectativas. A lei, por si só, não resolve, porque há ausência de autoridade no Brasil. Quando a autoridade não se impõe, a marginalidade cresce, o crime aumenta, e a violência faz vítimas.

Não há como admitir que um governo não imponha a sua autoridade para combater o crime. Os marginais, quando percebem a ausência de autoridade, sentem-se mais poderosos do que as autoridades constituídas. Essa situação vem ocorrendo no Brasil a par da incompetência administrativa que impede o Governo sequer de aplicar os recursos disponibilizados no Orçamento da União.

Concluindo, Sr. Presidente, peço que V. Ex^a considere como lido o pronunciamento que hoje faria sobre questões de natureza econômica, abordando o PAC, as PPPs, o crescimento econômico do País, as taxas de juros e a carga tributária.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

- A indefinição do presidente Lula na escolha de sua equipe – como disse o editorial da Folha de São Paulo do último domingo – “confere características melancólicas ao seu segundo mandato”. Já se passaram mais de 100 dias – desde que foi reeleito –. O presidente Lula está perdido nas contradições da pretensa “coalizão programática”. As negociações em curso não conduzem a formação de um governo de coalizão, amparado em princípios “programáticos”.
- Crescem os questionamentos em todas as áreas: segurança pública, invasões no campo e chegam a questões econômicas e sociais.
- Já afirmei dessa tribuna que não acredito na capacidade de execução do governo do Presidente Lula – me referia especificamente à execução do PAC.
- Vejamos o exemplo das Parcerias Público-Privadas – PPPs. Mais de dois anos após o Presidente Lula sancionar a Lei que instituiu as PPPs – à época decantada em prosa e verso como a solução salvadora para a modernização da infra-estrutura do País, face às limitações de investimento do Estado – a iniciativa permanece a dormir nos escaninhos das 34 Pastas setoriais.
- O travamento da primeira PPP lançada pelo governo federal é emblemático.
 - São duas estradas no interior da Bahia, cujo edital de concessão está programado para março próximo. O lançamento da referida parceria já foi anunciado e adiado várias vezes. O preocupante é que são reais as possibilidades dela continuar paralisada.
 - O governo trava verdadeira “quebra-de-braço” com os potenciais parceiros privados, porque considera alta a taxa de retorno esperado pela iniciativa privada. As projeções sobre a rentabilidade do investimento não podem justificar o adiamento *sine die* das PPPs.
 - Em janeiro último, o governo suspendeu um projeto que concederia 07(sete) trechos rodoviários (Paraná) à iniciativa privada. Nesse caso específico, o governo não aceitou a expectativa de 12,88% de retorno previsto em contrato.
 - Os empresários ouvidos destacam que situar a taxa entre 12% a 13% é perfeitamente defensável tecnicamente.
 - A ministra Dilma Roussef ao apresentar ao Congresso Nacional o PAC, procurou dissipar todas as suspeitas da presença de viés ideológico a privatização daquelas estradas.
 - Em que pese o viés ideológico permear a questão, a incompetência administrativa tem sido a marca da gestão do presidente Lula. Em termos gerenciais é uma lástima.

A propósito, em matéria de **critérios de rentabilidade gostaria de abrir aqui um parêntese**: Paralisam-se obras e melhorias em infra-estrutura, que são investimentos que embutem risco para o dono do capital, e que melhorariam o escoamento da produção econômica, por exemplo.

Vejamos o BMG, um dos bancos do mensalão, que foi favorecido pelo INSS na concessão dos empréstimos consignados para aposentados, talvez a **primeira PPP informal do governo**, apresentou **rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 26,3% em 2006**.

• **Eu pergunto**: quais são então os critérios que o governo utiliza para considerar alta ou baixa a rentabilidade de um negócio? Obter uma rentabilidade de 12,5%, investindo em infra-estrutura, é socialmente mais perverso do que obter uma rentabilidade de 26%, emprestando a aposentados a taxas de 40% ao ano?

• Na questão cambial, terreno sabidamente movediço, há uma fenda aberta e sobre a qual pairam muitos questionamentos. Um estudo do economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Gonçalves, demonstra que, em 2006, o custo para o Tesouro Nacional de manutenção das reservas internacionais chegou a **R\$ 8,3 bilhões**, o equivalente ao **orçamento do Bolsa Família**.

• O que podemos dizer? No mínimo a estratégia - o esforço empreendido pelo Banco Central para manter o dólar num patamar acima de R\$ 2 precisa ser objeto de análise e debate. O Banco Central elevou as reservas de US\$ 53,8 bilhões para US\$ 85,8 bilhões entre janeiro e dezembro de 2006.

• Em 22 de fevereiro último, esse valor já estava em US\$ 98, 208 bilhões e o Banco Central manteve compras diárias superiores a US\$ 500 milhões, na cruzada para preservar o dólar acima do patamar de dois (2) reais.

• Como demonstra o estudo do especialista aqui mencionado, o custo fiscal de manutenção das reservas é mensurado pela diferença entre o **rendimento** das reservas em moeda estrangeira (depositadas em forma de títulos) e o **custo** de captação dos recursos em reais para sua aquisição.

• Atualmente, o rendimento está em torno de 4,5% e o custo entre 12,5% e 13% (estimativa média para a Selic em 2007).

- São inúmeros os aspectos que merecem ser debatidos. A questão dos **juros** está no cerne dessa discussão. Como destaca o economista da USP, Antonio Correia de Lacerda, não podemos considerar elevado o patamar acima de US\$ 100 bilhões das reservas internacionais.
- Na verdade, o problema reside no patamar elevado dos juros. “O custo fiscal é elevado porque os juros são altos”.
- A questão dos benefícios sociais é outro ponto **nevrálgico** que merece igualmente reflexão. A constatação de que trabalhadores rurais estão se recusando a aceitar empregos com carteira de trabalho assinada, temendo perder esses benefícios sociais, é preocupante. A recusa vem sendo observada tanto entre os beneficiários do Bolsa Família quanto entre os desejam aderir ao Programa.
- Essas e tantas outras questões estão em aberto. Infelizmente o governo patina e se enreda nas teias que ele mesmo teceu.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

MANCHETE DO JORNAL O PARANA NA VESPERA DA MORTE DO SEU EX-DIRETOR COMERCIAL:

Paraná cresce no ranking do crime

Cascavel – O Paraná é o 11o estado mais violento do País em números de assassinatos. Os dados são de um estudo feito pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz com base em estatísticas do Ministério da Saúde e que resultou no livro “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros”, publicação da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Os números são referentes ao ano de 2004 quando ocorreram, em todo o Brasil, 48.345 mortes provocadas por assassinatos. Na pesquisa anterior, de 1.994, o Paraná era o 16o estado mais violento. Pelos números da nova pesquisa, o estado perdeu cinco posições.

A pesquisa apontou que a maioria dos óbitos concentra-se em 556 cidades, o que representa 10% do total dos municípios do país. Dos 48.345 óbitos por esta causa, ocorridos em 2004, 34.712 foram registrados nessas cidades. Isso

representa que 10% dos municípios brasileiros concentram 71,8% dos homicídios. Entre os 556 municípios mais violentos, 47 são do Paraná. A cidade paranaense mais violenta apresentada na pesquisa é Foz do Iguaçu, que aparece em 11o no ranking nacional com uma taxa 94,3 mortes para cada cem mil habitantes. A média nacional é de 27,2 homicídios.

Depois de Foz do Iguaçu o estudo aponta a cidade de Tunas do Paraná como a mais violenta. Na terceira posição aparece Rio Bonito do Iguaçu e em quarto Campina Grande do Sul. Cascavel não aparece entre as 47 cidades mais violentas do Paraná.

O estudo revela ainda que as mortes violentas vêm ocorrendo, com mais intensidade, nos municípios do interior do país, em especial no Centro-Oeste. Das 10 cidades com as maiores taxas de mortalidade por homicídio, seis encontram-se no Centro-Oeste. Destas, quatro estão no Mato Grosso. Também chama a atenção o fato de algumas dessas cidades serem de pequeno porte, contrariando a histórica concentração de mortes por causas violentas em grandes cidades. A maior taxa de mortalidade do país, em 2004, foi a de Colniza, cidade do interior do estado do Mato Grosso, com população de 12,4 mil habitantes. Enquanto que o Brasil registrou, naquele ano, 27,2 homicídios por 100 mil habitantes, em Colniza o registro chegou a 165,3 óbitos por 100 mil habitantes. Em segundo lugar, está outra cidade do Mato Grosso, Juruena, com 137,8 óbitos por 100 mil habitantes entre uma população de 6,2 mil.

No mesmo dia em que estampou a manchete **“PARANÁ CRESCE NO MATO DO CRIME”**, deplorando o estado de violência a que chegou o Estado, o publicitário **ANDRÉ HEITOR COSTI FILHO**, ex Diretor Comercial e filho do Diretor Presidente do Jornal **O PARANÁ**, que se edita em Cascavel, com ampla circulação no Oeste do Paraná, foi encontrado morto com 11 tiros de pistola 9m, em uma estrada de Matelândia, quando retornava de Foz do Iguaçu. **ANDRÉ FILHO** estava desaparecido desde terça-feira e sua família, preocupada com a falta de notícia, já temia pelo pior face ao clima de violência que domina o Paraná. Ontem à tarde os maus presságios se confirmaram quando o corpo do publicitário, de 46 anos, pai de um filho de 13, foi localizado em um trecho da estrada que corta o Município de Matelândia. Esse é mais um dado no quadro da violência que estarrece o Paraná e o coloca em ~~primeiro lugar~~ ^{destaque} no ranking dos Estados brasileiros com os maiores índices de criminalidade no país.

Foz do Iguaçu tem mais homicídios de jovens

Cidade registra taxa média de 223,3 mortes de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos por cem mil habitantes

Ana Paula de Carvalho (*)

• CURITIBA. A pesquisa da Organização dos Estados Iberoamericanos revela que Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, é a cidade brasileira com maior índice de homicídios entre jovens entre 15 e 24 anos. Situada na conturbada fronteira com o Paraguai e Argentina, porta de entrada do tráfico de armas e drogas, Foz do Iguaçu registra uma taxa média de 223,3 mortes de jovens por homicídio para cada cem mil habitantes. Os dados do levantamento foram desprezados pelo secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari. Em nota oficial, ele considerou os números uma "atitude equivocada" que não contribui para as discussões sobre segurança na fronteira.

"Foz do Iguaçu é uma cidade de tríplice fronteira que diariamente recebe milhares de pessoas de inúmeros locais, fato

que, por si só, já a diferencia de qualquer comparação simplista", disse em nota, esclarecendo que houve aumento do efetivo na região em mais 130 policiais.

Paulo MacDonald Ghisi, prefeito de Foz do Iguaçu, que tem 302 mil habitantes, discorda do governo estadual:

— As polícias Militar e Civil não têm atendido às necessidades da cidade, que mereceria mais investimentos, além de integração com a Guarda Municipal. Hoje, temos menos policiais do que há dez anos.

Segundo o Instituto Médico-Legal (IML) de Foz, de 52 vítimas registradas em 2007, 15 eram jovens que tinham até 18 anos.

Para especialistas, cidade acrá a mais violenta em 2008

Especialistas dizem que Foz pode se tornar, já em 2008, a cidade mais violenta do Brasil. O alerta parte do coordenador do Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência (Nuprev), de Foz do Iguaçu, José Elias Aiex Neto.

— Em 2006, a cidade registrou 323 assassinatos para 309 mil habitantes, uma taxa de 104,5 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a média brasileira é de 24 homicídios a cada 100 mil habitantes — revela, corroborando os dados da pesquisa Ibero-americana.

Alex Neto, também secretário municipal Antidrogas de Foz, diz que o narcotráfico é a principal causa de morte entre os jovens, já que Foz serve como entreposto de cocaína. Atualmente, a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, que abriga 500 presos, possui metade da população carcerária condenada pelo tráfico. Para o estudioso, faltam ações conjuntas entre os governos brasileiro e paraguaio.

— Não basta cortar os pés de maconha. O Paraguai precisa de uma política mais efetiva no combate à droga — crítica. ■

'Os jovens viraram reféns do vício'

Mãe que perdeu filho adolescente assassinado culpa o tráfico de drogas

Letícia Lins

• RECIFE. Embora as instituições de defesa dos direitos humanos ainda investiguem os altos índices de mortalidade por causas violentas entre os jovens recifenses — que chegam a 207,9 homicídios por cem mil —, para o Diretor de Homicídios e Proteção à Pessoa da Secretaria de Defesa Social, Joel Venâncio, a explicação é simples: normalmente é o narcotráfico que está por trás de tantos assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos.

Essa também é a tese de quem viu a dura realidade de

perto. Emigrante da região Piauí e trabalhando desde os 12 anos como empregada doméstica na capital, X., de 36 anos, viu o filho ser executado aos 13 na porta de sua casa depois de ter mergulhado por dois anos na marginalidade. Ele deixou uma viúva de 19 anos e um filho, hoje com 3. O rapaz tinha 16 anos quando optou pelo tráfico de tubos de loló num carnaval de Olinda. Depois, viciou-se em maconhas, maconha e crack. Em pouco tempo estava disputando espaço com traficantes numa das mais violentas favelas da capital e onde a mortalidade de jo-

vens também é muito alta.

X. lembra-se de pelo menos seis jovens que tombaram como seu filho na comunidade:

— Quando escolhi invadir um terreno vazio em Recife juntamente com 400 outras famílias, vim atrás do sonho de ter um lugar para morar. Durante dois anos só fiz trabalhar para transformar meu barraco numa casa de aivenaria. Quando terminei, o inferno começou. A favela foi dominada por traficantes, e os jovens viraram reféns do vício. Para mim, os jovens que estão morrendo assassinados é porque estão envolvidos com dro-

gas — disse ela, enquanto visitava o túmulo do filho morto no bairro de Casa Amarela.

Ela conseguiu moradia em outra comunidade, que até o ano passado era tranquila, mas que já começa a enfrentar problemas por causa do tráfico crescente:

— Tenho muito medo de voltar a mergulhar no inferno — diz ela, que, pelas frestas da janela de sua pequena casa de três cômodos, presencia a venda de drogas. Ela teme pelo futuro da filha, da nora e dos netos, que dependem do seu trabalho. ■

Serra, a mais violenta do Espírito Santo

Cidade está em segundo lugar no ranking nacional de homicídios de jovens

Bruno Dalvi

• VITÓRIA. A cidade da Serra, na Grande Vitória, é a segunda do país com o maior índice médio de homicídios contra jovens de 14 à 24 anos. A cada 100 mil nascidos em 2002, 2003 e 2004, data da realização da pesquisa da Organização dos Estados Iberoamericanos, pelo menos 222 foram assassinados. O município também ocupa a segunda colocação no ranking dos lugares onde mais se matam jovens com armas de fogo. Na cidade, a cada 100 mil jovens nascidos pelo menos 97,8 perderam a vida

atingidos por disparos entre 2002 e 2004.

Em 2005, a cidade era a mais violenta do Espírito Santo. Foram 349 assassinatos, entre jovens e adultos, 15 mortes a mais do que em 2005, ano em que a cidade também estava à frente do ranking. No mesmo ano, Serra foi uma das cidades que mais registraram toque de recolher na Grande Vitória. Na maioria das vezes, motivados por assassinatos ou prisões de jovens ligados ao tráfico de drogas.

Em nota, o secretário de Segurança Pública do Espírito Santo, Ivan Rosa Marques, disse que

val trabalhar para reverter a trágica realidade. "O nosso desafio é reduzir os índices de criminalidade em toda a Grande Vitória". O secretário reclamou ainda dos últimos governos. "No Espírito Santo, os investimentos nas áreas sociais e em segurança só voltaram a ocorrer em 2003, depois de mais de uma década de governos marcados por escândalo".

Consórcio Intermunicipal é criado para conter violência

Ao todo, o governo do estado elevou o investimento da área de segurança, de R\$ 421

milhões, em 2002, para R\$ 756,2 milhões, em 2006. Também contratou cerca de 800 policiais e comprou 1000 veículos para as polícias Civil e Militar. O Orçamento do estado para a área de segurança este ano é de R\$ 856 milhões.

Em agosto de 2006, foi assinado um convênio que cria o Consórcio Intermunicipal de Prevenção da Violência e da Criminalidade na Grande Vitória. O objetivo é prevenir a violência e a criminalidade em cinco municípios da região metropolitana. ■

Especial para O GLOBO

SP tem mais mortes no trânsito

• BRASÍLIA. Com 1.093 mortes por ano, o Rio é o segundo município brasileiro com maior número de óbitos em acidentes de trânsito. Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, São Paulo, com média de 1.266,7 mortes anuais, é o que registra mais casos. Em terceiro ficou Brasília, 624,3. O estudo considera as médias do período de 2002 a 2004.

Treze capitais encabeçam a lista em números absolutos. Em 14º lugar aparece Campos (RJ), com 213,3 mortos por ano. Os 556 municípios com maiores números totais, o equivalente a 10% das cidades brasileiras, responderam por 72,2% das mortes no trânsito e em acidentes de avião, helicóptero ou em embarcações, em 2004.

Naquele ano, segundo o estudo, 35.654 pessoas perderam a vida no país, das quais 25.751 nos 556 municípios de trânsito mais violento. O mapa elaborou também outro ranking, considerando as taxas de morte, isto é, o número de vítimas para cada 100 mil habitantes. Desse modo, é possível comparar resultados entre cidades com populações de tamanhos diferentes.

Barra do Turvo (SP) teve a maior taxa média, de 277,4 mortes para cada 100 mil moradores, entre 2002 e 2004. Em segundo ficou Rifaína (SP), com 202,6, seguida de Crixás do Tocantins (TO), com 182,4. O município flumi-

nense com taxa mais alta é Silva Jardim, que ocupa a 26ª posição nacional, com taxa de 103,5. Os 556 municípios com maiores taxas são de pequeno porte e concentraram apenas 20,9% do total de vítimas no país, em 2004.

De acordo com o estudo, só não houve redução da taxa de morte, no período de 1994 a 2004, entre a população de 20 a 29 anos. Na faixa de 20 a 24 anos, a taxa subiu 11,1%, crescendo 8,9% entre os brasileiros de 25 a 29 anos. O estudo recomenda a adoção de políticas públicas específicas para essas duas faixas etárias.

Violência associada à disputa por terras

Colniza, município de Mato Grosso que surgiu de assentamento, é o que tem mais homicídios

Anselmo Carvalho Pinto

• CUIABÁ. O município com o maior número de homicídios, segundo o estudo Organização dos Estados Ibero-americanos, fica no extremo norte de Mato Grosso, distante 1.065 quilômetros da capital Cuiabá. Criado a partir de um assentamento rural, Colniza tem 18 policiais e nenhum delegado para uma população de quase 40 mil habitantes.

Segundo o prefeito Adir Ferreira de Souza (PSB), o grande número de assassinatos deve-se à disputa por terras, ricas em madeira nobre. A partir da segunda metade dos anos 90, o crescimento populacional fez inchar a cidade, provocando todo tipo de desordem. Em 2000, eram apenas 12 mil habitantes.

— Vieram dois tipos de pessoas. O primeiro grupo era de gente honesta, que veio trabalhar. A cidade atraiu os exploradores, os especuladores. Estes é que provocaram a violência.

A culpa, segundo Adir, também pode ser creditada ao abandono das famílias pelo governo federal e à indefinição fundiária. Para a prefeitura e a polícia, o período mais crítico passou. Desde 2004, a crise no setor madeireiro e o malor combate à extração ilegal afugentaram os grileiros. Nos últimos dois anos, três grandes operações da PF levaram para a cadeia centenas de acusados de extração ilegal, grilagem e pistologem. ■

Especial para O GLOBO

Câmara adia votação sobre prescrição

Deputados suspeitam que mudança atingiria colegas que respondem a processo

Isabel Braga e Maria Lima

• BRASÍLIA. Dúvidas sobre o alcance do projeto que muda as regras da prescrição de crimes levaram a Câmara a adiar, para a próxima semana, a votação do projeto neste sentido prevista para ontem. Entre as principais preocupações levantadas, estavam a possibilidade de maior morosidade da Justiça e o receio de que a mudança atingia parlamentares que são alvos de processos hoje.

Também pode ser abortada hoje a votação da PEC que trata a antecipação da maioridade penal na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A decisão pode ser adiada por 60 dias. O relator da proposta, senador Demóstenes Torres (PFL-RO), diz que vai tentar votar seu parecer. O senador Aloizio Mer-

cadante (PT-SP) também vai apresentar um voto em separado, propondo a rejeição do parecer de Demóstenes e outras mudanças, como a ampliação do regime especial de internação de menores infratores. Diante do impasse e das pressões, tudo pode ser engavetado.

Relator foi chamado às pressas para dar explicação

Chamado às pressas à reunião de líderes ontem, o relator da proposta que muda as regras de prescrição de crimes, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), tentou tirar as dúvidas. Ao explicar aos colegas que a lei não irá atingir os atuais processos, só futuros crimes, afirmou:

— Todos podem dormir tranquilos — disse, explicando que a Constituição prevê que uma lei só pode retroagir se for em benefício do réu e

dando a entender que quem está sendo processado hoje, caso de vários deputados, não seria prejudicado.

O líder do PTB, Jovair Arantes (GO) reagiu:

— Vamos estudar melhor a proposta, para ver se não irá propiciar que alguém de má-fé — do Ministério Público e do Judiciário — possa usá-la como represália a qualquer cidadão, inclusive com o interesse de aparecer (na mídia).

Para Jovair, é preciso verificar ainda se o projeto não contraria a morosidade da Justiça. Ele vê, no entanto, um lado positivo da proposta, de inibir os pequenos crimes.

Indagado, antes da reunião de líderes, se algum deputado que está sendo processado o havia procurado porque temia ser prejudicado com a mudança, Magalhães negou, mas justificou

a iniciativa de explicitar que o fim da prescrição retroativa só vale para os crimes cometidos depois da sanção da lei:

— Aqui a gente tem que adiar a votação, porque a gente tem que adiar a votação, porque a gente tem que adiar a votação.

O deputado e juiz Flávio Dino (PCdoB-MA) afirma que é infundado o receio do fim da prescrição:

— Ela continuará existindo, só que não será com base na pena aplicada ao réu.

Também fracassou a tentativa de votar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, dois dos 11 projetos do pacote de segurança pública aprovado no ano passado pelo Senado. Um pedido de vista coletivo adiou para próxima semana a votação do projeto que cria o regime de segurança máxima para presos ligados ao crime organizado e amplia o prazo de permanência dos presos. ■

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar como Líder. Pode ser após a Ordem do Dia, uma vez que há muitos oradores que falarão agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho a V. Ex^a requerimento sobre o problema da transposição do Rio São Francisco, com uma série de perguntas a respeito dos pareceres do Ibama.

Passo às mãos de V. Ex^a o referido requerimento e lhe peço, se não for realmente transtorno, que me mande entregar a transcrição da parte final – 30 minutos pelo menos – da sessão de ontem, na qual foi votada a possibilidade de os membros da Mesa participarem da Comissão. Solicito as notas taquigráficas, porque a Mesa disse que não havia nem Líderes nem número para votar a PEC do meu colega e amigo Tasso Jereissati. Quero saber se, depois daquele momento, houve número. V. Ex^a me informará pelas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido de imediato, Senador Antonio Carlos Magalhães. O requerimento será recebido, já sabendo de antemão V. Ex^a que haverá posições contrárias em relação ao desejo da transposição do São Francisco.

V. Ex^a ainda terá a palavra como Líder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Até pelo respeito que devoto ao Senador Antonio Carlos Magalhães, eu gostaria de antecipar as informações que ele solicita.

Ontem o Senador César Borges apresentou um requerimento subscrito pelas Lideranças – portanto, regimentalmente correto –, e a Mesa teria que deliberar de qualquer maneira.

Apesar da assinatura das Lideranças – estava eu na Presidência –, consultei Líder por Líder. As Li-

deranças dos Partidos se manifestaram oralmente, portanto, naquele momento.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – Quais Lideranças?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os Líderes de cada Partido, que estavam representando os Partidos no plenário, no momento. Senadores Tião Viana, Aloizio Mercadante...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Sei. Tião Viana, Vice-Presidente; V. Ex^a, 2º Vice-Presidente; César Borges, 3º Secretário... Basta isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Falaram em nome dos Partidos os Líderes. Não me lembro quais as Lideranças que assinaram, mas os Partidos foram todos representados. E posteriormente houve um entendimento de Lideranças para que não se votasse a PEC.

O Senador Suplicy, inclusive, solicitou que a PEC de autoria dele não fosse votada ontem, porque ele temia a ausência de quórum para deliberar sobre proposta de emenda à Constituição. Apenas para prestar esses esclarecimentos a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas, se havia ausência de quórum, talvez a houvesse também para o outro requerimento, não?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas quando há votação pelas Lideranças não há necessidade de quórum qualificado.

Quero apenas, Senador Antonio Carlos Magalhães, dizer que V. Ex^a tem autoridade para solicitar o que requer à Mesa. Certamente receberá as notas taquigráficas e poderá cuidadosamente analisá-las. Até porque sei do apreço que V. Ex^a tem pelo Senador César Borges, que foi o grande Líder dessa articulação. V. Ex^a tem isenção...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Por aí vê V. Ex^a a minha dor e a minha isenção, em relação ao César Borges ou a qualquer outro, quando se está em jogo o prestígio do Legislativo brasileiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para concluir a minha questão de ordem, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois V. Ex^a poderá falar também, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria apenas de concluir, dizendo ao Senador Antonio Carlos Magalhães que esse debate é imprescindível. Temos de discutir mesmo o modelo que queremos para o funcionamento do Senado Federal. Precisamos adotar um novo modelo, mais

atraente, para a sociedade brasileira, a fim de que o povo possa nos acompanhar e nos fiscalizar mais de perto, porque as sessões podem ser melhoradas, sim. E essas questões regimentais devem ser bem discutidas e debatidas, para que possamos chegar a um entendimento.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Tenho um apreço enorme por V. Ex^a, e V. Ex^a sabe disso! Sou seu fã e o considero um dos grandes Senadores da República. Agora, ouço e, porque ouço, tenho de dizer que a primeira reforma do Regimento é diminuir o número da Mesa. Já que não têm o que fazer...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Alvaro Dias, então gostaria de fazer um esclarecimento.

Pelo fato de que ontem não havia sequer 49 membros no plenário do Senado, avalei que seria oportuno deixarmos a PEC que trata da necessidade da presença do Presidente da República no início dos trabalhos legislativos todo dia 15 de fevereiro, quando envia sua mensagem presidencial, para a próxima semana, em um dia em que haja quórum suficiente para votação, ou seja, mais de 49 Senadores.

No que diz respeito à proposição, à indagação do Senador Antonio Carlos Magalhães, fui testemunha do breve diálogo aqui havido, tendo o Senador César Borges proposto que se votasse com urgência a proposição de que os membros da Mesa pudessem participar das comissões.

O Senador Tião Viana opinou em sentido favorável, ponderando que, como há atualmente 11 comissões e 81 Senadores, e por vezes é até difícil que haja número suficiente de Senadores presentes nas comissões para trabalhar, poderiam também os membros da Mesa delas participar. Avalio que há argumentos ponderáveis a favor e contra essa proposição que, possivelmente, não foram inteiramente analisados na reflexão ontem havida.

Como há esse debate, essa polêmica e a posição forte do Senador Antonio Carlos Magalhães de que isso deveria merecer melhor exame por parte do Plenário, pergunto, Sr. Presidente, se essa proposição pode ser novamente apreciada e votada; se há, regimentalmente, a possibilidade de isso acontecer para que o conjunto dos Senadores, talvez em maior número presente, todos cientes das objeções do Senador Antonio Carlos, possa deliberar novamente, considerando que há

argumentos favoráveis que talvez indicassem que deveríamos rever a decisão. Vamos analisar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sugiro à Mesa... Gostaria de, inclusive, perguntar, Sr. Presidente, porque foi me dada a informação – não sei se é verdade – de que a Mesa Diretora presente teria decidido que os cargos de suplentes de Mesa também passariam a ter gabinetes completos, assim como os membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não há nenhuma decisão da Mesa nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não houve decisão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, nem expectativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Além de decisão, sem expectativa.

Devo dizer a V. Ex^a que só um novo projeto de resolução poderá revogar outra resolução.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães como Líder. Em seguida, falarão os Senadores Jarbas Vasconcelos, Mão Santa, para uma comunicação inadiável, Expedito Júnior e Romeu Tuma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve, porque acho que a Casa aguarda com todo o interesse a palavra do Senador Jarbas Vasconcelos, um dos maiores líderes do Nordeste, uma figura que já se destaca em pouco tempo nesta Casa e que merece todo o nosso aplauso, todo o nosso apoio.

Volto à tribuna exclusivamente para tratar da transposição do São Francisco, e agora muito assustado, Sr. Presidente. Quando passo o requerimento à Mesa e V. Ex^a, Senador Efraim Morais, do alto dessa cadeira, não se contém e já diz que é contra, fico pensando o que não será feito para evitar-se que o meu requerimento tramite.

Sr. Presidente, podemos ter posição divergente, nem tanto em relação ao seu Estado, mas a transposição do Rio São Francisco é uma aberração, é um crime contra o País, atenta contra a legalidade e contra a Constituição. Mas o *lobby* dos empreiteiros é bem maior neste Governo do que em qualquer outro. Conseqüentemente, o Presidente quer fazer de qualquer maneira, pois os empreiteiros precisam desse dinheiro, o PT está cheio de dívidas e precisa pagá-las. É isso

que está acontecendo, e V. Ex^a diz que é contra mim porque é a favor dos empreiteiros.

Ah, Sr. Presidente, não fique assim! Defenda o seu Estado, mas não defenda a transposição. Inclusive, há caminhos para se levar água para a Paraíba sem precisar dessa transposição. V. Ex^a conhece esse assunto, até já tratamos sobre ele, e V. Ex^a conhece outras fórmulas.

Apelo para V. Ex^a: se V. Ex^a é contra, não seja contra como membro da Mesa. A Mesa já está machucada com o que fez ontem. A Mesa já está desgastada com o que aconteceu ontem nesta Casa. Conseqüentemente, vamos fazer a tramitação do meu requerimento contra essa transposição indigna, contra essa transposição, com a qual os empreiteiros vão pegar R\$6 bilhões. As contas do PT vão ser pagas e outros “mensalões” virão por meio disso. V. Ex^a, que presidiu a Comissão dos Bingos, da qual foi um grande Presidente, viu quantas coisas horríveis apareceram ali e nada foi feito até agora. V. Ex^a sabe que Waldomiro Diniz está solto, brilhando nas páginas sociais, porque este Governo prestigia as pessoas que assim atuam.

Acho, Sr. Presidente, que V. Ex^a teria outros assuntos para tratar aqui, inclusive para mostrar uma porção de coisas inacreditáveis que já pegamos no *site* da Internet, onde o Brasil aparece com um PIB superior apenas ao do Haiti. Hoje todos dizem que a situação – é manchete no **O Globo** – econômica do País é muito pior do que ontem, e nós estamos vivendo este mar de rosas em que as coisas acontecem ou deixam de acontecer porque uns querem adiar coisas que não são adiáveis.

De minha parte, quero dizer que a nossa Comissão irá cumprir o seu dever para com o povo brasileiro em relação à criminalidade existente. Ninguém irá adiar, todos têm o interesse de aprimorar a legislação. Achei e acho um erro que não se tenha votado ontem o problema da maioria para os crimes... Em todos os países civilizados, uma pessoa com dezesseis anos pode ir para a cadeia. Quem tem um filho morto, como tiveram os pais de João Hélio, sabe disso. Não é assim que o País irá consertar, Sr. Presidente. O meu Partido e o seu Partido têm deveres muito grandes com a Nação. Não podemos transigir com o erro. Transigir com o erro é, ao mesmo tempo, ajudar a roubalheira, é ajudar o “valerioduto”, o sanguessuga, etc.

Sr. Presidente, voltarei à tribuna segunda-feira, com mais tempo, para fazer outras análises. No momento, o que desejo é a presença do Senador Jarbas Vasconcelos na tribuna para mostrar que, além de grande administrador, vai ser um notável Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Maga-

lhães. Aproveito para dizer que o ofício de V. Ex^a não sofrerá nenhum empecilho de tramitação na Mesa.

Continuaremos divergindo em relação a essa matéria. Sei da importância da transposição do rio São Francisco para a minha Paraíba. Por isso, continuarei defendendo e pedindo às lideranças baianas, como V. Ex^a e toda a Bancada Federal – quero registrar, com muita alegria, a presença do Deputado ACM Neto –, a todas as lideranças da Bahia e de outros Estados que lutem pelo entendimento, a fim de que seja feita a transposição, muito importante para os nossos Estados, tanto para o Ceará, do Senador Tasso Jereissati, como para a minha Paraíba e para o Rio Grande do Norte, de Garibaldi Alves Filho. Continuarei divergindo de V. Ex^a. Tenha certeza de que, até o final do meu mandato, estarei defendendo os interesses da minha Paraíba, entre eles a transposição do rio São Francisco.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, há exatos 21 anos, deixamos o Congresso Nacional para assumir o mandato de Prefeito da cidade do Recife, na retomada das eleições diretas para as prefeituras das capitais brasileiras. Nesse período, reelegemo-nos Prefeito e conquistamos, com o apoio da maioria do povo de Pernambuco, dois mandatos de Governador.

Foram duas décadas de aprendizado importante à frente do poder executivo municipal e estadual.

Mesmo com todos os problemas que continuamos enfrentando, o nosso País mudou para melhor. Deixamos de ser uma democracia em construção para servir de exemplo a uma parte expressiva do mundo que ainda convive com regimes autoritários.

A partir de 1986, votamos cinco vezes para eleger o Presidente da República. Criamos um sistema de votação eletrônica que nos orgulha e, hoje, já é exportado para vários países. Um sistema que, nas eleições passadas, permitiu que cerca de 100 milhões de brasileiros fossem às urnas para escolher o Presidente da República de forma organizada e ordeira.

A eleição direta para escolher o mandatário maior do País não é mais bandeira como há 21 anos, hoje é rotina. As eleições se integraram ao nosso cotidiano.

O fato de nos colocarmos entre as principais democracias do mundo impõe uma grande responsabilidade no aperfeiçoamento das nossas instituições, pois os avanços alcançados não devem ser denegridos pelos acontecimentos que marcaram a última legislatura do Congresso Nacional.

O mais preocupante é que esses episódios exercem nefasta influência no sentimento da opinião pública

em relação ao papel das Casas Legislativas do País. Vem daí a importância da reforma política, que não pode ser tratada como panacéia, mas precisa ser encarada pelas lideranças políticas que não pensam apenas nos seus interesses imediatos e corporativos.

Esses momentos da recente História brasileira guardam alguns aspectos especiais para este que vos fala. Há 21 anos, com o PMDB, deixamos a Oposição para virar Governo, com a vitória do Presidente Tancredo Neves e do agora Senador José Sarney. Embora não tenhamos ido ao Colégio Eleitoral, por uma questão de princípio, apoiamos o primeiro Governo civil que resultou do processo de redemocratização do País.

Retornamos agora ao espaço de exercício parlamentar que ocupamos entre 1970 e 1985: a Bancada de Oposição.

A experiência oposicionista não nos é estranha. Para dizer a verdade, é uma posição em que nos sentimos confortáveis, pois é coerente com o resultado das urnas. É importante que aprendamos a respeitar as urnas, que se traduzem na escolha do eleitor sobre quem deve governar e quem deve fiscalizar o Governo.

Por isso, acreditamos que as alianças políticas são legítimas quando apoiadas num projeto claramente defendido perante a opinião pública e não fruto do apego a cargos, sem um respaldo programático.

As eleições de 2002 e de 2006 nos colocaram duas vezes seguidas na Oposição ao Governo que aí está, pois apoiamos as candidaturas do agora Governador José Serra e do ex-Governador Geraldo Alckmin.

A soberania das urnas mostrou o caminho a seguir, uma trajetória que não será fácil, mas que nos deixará tranquilos, com a consciência de que vamos contribuir para o aperfeiçoamento da democracia no País.

Há de se destacar, neste momento, o comportamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após sua vitória em 29 de outubro do ano passado, quando, ao contrário de 2002, procurou negociar com as direções partidárias a chamada coalizão.

Para usar uma expressão que está em voga, foi um comportamento mais republicano, bem diferente de tratar acordos políticos de forma isolada, por fora das estruturas partidárias. Práticas desse tipo só poderiam resultar em mensalões, trapalhadas nas eleições da Mesa Diretora da Câmara, uma crise política e parlamentar sem precedentes na história política do País.

Desta vez – já não era sem tempo –, a institucionalidade foi respeitada. O Presidente teve os cuidados que não tomou no passado. Um governo democrático deve sempre imprimir um caráter institucional a suas ações. Oxalá que a nova postura do Presidente não seja um episódio isolado, mas uma mudança de rumo

na maneira de o Governo interagir com sua Base Parlamentar e com a própria Oposição.

No momento, a posição majoritária do meu Partido, o PMDB, é pelo apoio ao Governo. São minoritários aqueles que defendem a Oposição.

Nossa crítica inicial a esse entendimento foi dirigida ao PMDB, e não ao Governo. É natural que um Presidente, um Governador, um Prefeito trabalhem para consolidar sua Base Parlamentar. Particularmente em países com grande fragilidade no quadro partidário, consideramos correta e adequada uma política de alianças para governar, mas que tenha como base o respeito ao pluralismo partidário e expresse um programa de governo com objetivos claramente definidos.

Acreditamos que o PMDB poderia resgatar a posição que ocupava há 21 anos, quando era o principal esboço das esperanças em construir um Brasil melhor e mais justo.

Governos não devem buscar a unanimidade. Já disse uma vez Nelson Rodrigues, pernambucano como eu, e o Presidente da República, que “toda unanimidade é burra”, que “a posição unânime está a um milímetro do erro, do equívoco, da iniquidade”.

Além do mais, o direito de fiscalizar a administração é tão necessário quanto a própria administração.

Já dissemos antes e repetimos agora que temos grandes dificuldades de acreditar no que este Governo promete.

O seu histórico político aponta para obstáculos redundantes.

Num ato de auto-ironia involuntária, o próprio Presidente da República escolheu a expressão “destravar”, que resume de maneira perfeita as limitações do Governo. Talvez signifique “destravar” os grandes projetos que foram prometidos ainda na campanha de 2002 e que não saíram do papel: a transposição do rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina. Por que não falar também do funcionamento da Sudene? Um órgão público que precisa voltar sem seus vícios e distorções do passado. Cito esses três projetos apenas para ficar na minha Região Nordeste, a mais necessitada de ações e projetos do Governo Federal.

É importante que o Presidente tome conhecimento de que suas prioridades estruturadoras para o Nordeste não foram cumpridas no seu primeiro mandato.

Mas não vamos adotar a postura que foi prática recorrente do Partido dos Trabalhadores no passado, de torcer pelo quanto pior melhor; de rejeitar tudo que vem do Palácio do Planalto. Não haverá gritos de “Fora Lula” ou “Abaixo o PT”.

Estamos aqui para ajudar, para aperfeiçoar o que for enviado para a nossa apreciação, mas trabalhando na Oposição.

O Presidente precisa deixar para trás o período do verbo e entrar na era da ação. Não adianta ficar dizendo que a economia vai crescer 5% ao ano – esse número de conteúdo mágico que o Presidente Lula e seus auxiliares insistem em repetir quase que diariamente.

É quase impossível destravar a economia com os gargalos dos gastos públicos sem planejamento, com a infra-estrutura em frangalhos, que aumentam o Custo Brasil e criam um déficit político enorme em razão da baixa credibilidade das instituições.

O “Governo das palavras” precisa se transformar no “Governo do desenvolvimento de verdade”. Nunca antes, neste País, como gosta de afirmar o Presidente, se viu uma conjuntura internacional tão favorável, como, aliás, têm destacado vários observadores políticos e econômicos.

A verdade é que perdemos quatro anos de vento forte a nosso favor. Todos devemos torcer pela manutenção deste cenário internacional favorável, para que uma eventual “calmaria” no oceano econômico internacional não traga efeitos devastadores para quem navega tão lento quanto o Brasil.

O Programa de Aceleração de Crescimento, o chamado PAC, lançado com pompa e circunstância, é uma iniciativa importante do Governo, porque procura assegurar os investimentos necessários à infra-estrutura do País. Mas o PAC não pode se transformar num mero palanque eleitoral para o PT e para o Presidente da República.

Somos céticos com relação ao sucesso desse novo programa, justamente pelas razões que enumeramos há pouco, pois o passado recente condena o Governo na sua responsabilidade para promover o crescimento sustentável da nossa economia. Mas estaremos aqui, na Bancada de Oposição, para ajudar, para melhorar a proposta do Governo.

O retrospecto político mostra que é difícil tratar de um programa consistente, quando o PT e o Presidente da República agem como fizeram durante a última campanha eleitoral, ao abordar a privatização dos setores de telefonia, siderurgia e energia. Após quatro anos no poder, de forma eleitoreira, levantaram dúvidas sobre as privatizações realizadas pelo Governo anterior.

Se a privatização foi a bandalheira que acusaram, por que não abriram uma auditoria, não questionaram legalmente todo o processo, quando chegaram ao poder? Esses arroubos de viés populista maculam a credibilidade política do Governo na sua relação com as forças que hoje estão na Oposição e, sobretudo, com os investidores privados.

Episódio parecido se repetiu por todo o País, especialmente na Região Nordeste, também durante a campanha eleitoral, quando aliados do Presidente da República espalharam que a Oposição acabaria com o Programa Bolsa Família, caso fosse vitoriosa. Uma prática similar à utilizada por ditaduras contra seus adversários. “Esperteza demais engole o esperto”, diz o dito popular, uma máxima que talvez sirva de alerta ao Governo.

Tamanha “astúcia política”, no entanto, foi insuficiente para tirar o Brasil da lanterna do crescimento econômico nas Américas, pois no Continente aparecemos à frente apenas do Haiti. Ao mesmo tempo em que, de acordo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), os países emergentes tiveram um crescimento médio de 7% em 2006, uma das taxas mais altas da história.

Há um consenso de que não será apenas com a redução dos juros que o País crescerá o necessário. No Governo Lula a carga tributária subiu de 36% do Produto Interno Bruto para 39%. O primeiro mandato do Presidente Lula foi marcado no campo econômico por dois fatores: baixo crescimento da economia e carga tributária recorde.

O mais dramático é que o arrocho fiscal ocorreu aumentando as contribuições que não são repartidas com os Estados e os Municípios. Ou seja, promovendo a centralização e prejudicando o equilíbrio federativo. Ainda por cima, contingenciando os recursos para a Segurança Pública, os portos, as estradas e o controle de tráfego aéreo.

Mais importante do que ser reverenciado como o criador do Bolsa Família, o Presidente Lula deveria lutar para ser reconhecido como o líder brasileiro que estabeleceu as condições para que o benefício deixasse de ser uma necessidade.

Por isso que pelo menos uma coisa concordamos com o Presidente: o Brasil precisa ser destravado.

Um diagnóstico um tanto tardio, mas somos daqueles que acreditam no “antes tarde do que nunca”. Discordamos, no entanto, dos questionamentos que o Presidente fez com relação ao Ministério Público, ao Ibama e até à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de que atrapalhariam o andamento de projetos como os de geração de energia.

Se o Governo não dialoga internamente, não supera suas diferenças, se não há planejamento eficiente, a tendência é que os chamados “gargalos” da infra-estrutura só façam aumentar, bem alimentados pela falta de iniciativa. Possíveis excessos dos órgãos de fiscalização não são alibi para a inoperância do Executivo.

Afinal, os apagões são filhos da ineficiência do setor público em executar grandes projetos. Os apagões talvez sejam o crime perfeito, aquele em que não existe culpado, no qual a comprovação da culpa nunca fica explícita.

Esta é a ilusão na qual vive o Governo, pois a opinião pública sabe a quem responsabilizar.

E ainda temos a “trava” da Educação, como bem sabe o Senador Cristovam Buarque, que nos honra a todos ao fazer dessa questão sua maior prioridade. A Educação precisa integrar a pauta da nossa infraestrutura básica. Sem ela, nós não vamos atingir o crescimento necessário, muito menos distribuir seus frutos de forma justa.

Os senhores devem conhecer o estudo que mostra que 35% da diferença entre a nossa renda **per capita** e a dos Estados Unidos decorre diretamente da qualidade inferior da escola que oferecemos às nossas crianças e aos nossos jovens. Ao mesmo tempo, a Educação somada às novas tecnologias pode significar nosso maior capital para enfrentar a competição do mundo globalizado.

Sem infra-estrutura adequada, social e econômica, permaneceremos travados.

Esse diagnóstico a nossa equipe de Governo fez quando assumimos a administração do Estado de Pernambuco, em janeiro de 1999. Encontramos uma infra-estrutura razoável, mas defasada, de estradas, de portos e aeroportos, de energia e de abastecimento d’água.

Mas a nossa avaliação era clara, ou melhorávamos esse patrimônio ou continuaríamos patinando na competição com a Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães e com o Ceará da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Tasso Jereissati.

Oito anos depois, Pernambuco, com um verdadeiro *upgrade* na sua infra-estrutura, atrai os principais empreendimentos públicos e privados do Nordeste, como a refinaria de petróleo, o pólo petroquímico e o estaleiro.

Ainda ontem, o grupo italiano M&G inaugurou, no complexo industrial do Porto de Suape, sua unidade produtora de PET – a fábrica mais moderna do mundo nesse segmento. Aproveito para cumprimentar os executivos da M&G pelo empreendimento que consolidará a posição de Pernambuco no segmento petroquímico.

A verdade é que a grande trava do desenvolvimento no Brasil é o Governo, com excessiva carga tributária, uma baixa capacidade de investimento e crescentes gastos públicos recorrentes. Cabe ao governante dar o exemplo de não se comportar como perdulário, não gastar mais do que arrecada.

Entre 1993 e 2006, o Brasil conseguiu, com o Plano Real, transformar a inflação em coisa do passado, mas o crescimento econômico amargou o pior desempenho entre os países emergentes.

Sem cortar despesas fica impossível reduzir impostos e fazer o dever de casa. O Governo tem dificuldades para ampliar a capacidade própria de investimento e também não consegue atrair o setor privado para a tarefa.

Até hoje as Parcerias Público-Privadas não avançaram. Como registrou o jornal **O Estado de S. Paulo**, em editorial do último dia 23 de fevereiro, o Presidente Lula assinou a Lei das PPPs há dois anos e dois meses, mas nada acontece no mundo real. Segundo o **Estadão**, “a iniciativa continua repousando no amplo dormitório de projetos que o Governo anuncia, anuncia e anuncia”. Acertadamente, o jornal concluiu que se trata de incompetência e não de ideologia.

Investir em infra-estrutura exige um volume expressivo de recursos, planejamento e um conjunto estável e claro de regras para atrair o setor privado. Um mau exemplo foi o que ocorreu com as agências reguladoras, que, quando não foram instrumentalizadas, terminaram esvaziadas pelo atual Governo.

No Brasil, algumas questões tendem a chamar a atenção durante determinado período, para depois cair no esquecimento, se integrar à paisagem da mediocridade nacional. É o caso da questão da segurança pública, que vem, a cada dia, deixando a sociedade em pânico e colocando em xeque o próprio arcabouço jurídico institucional do Estado brasileiro. Esse é um problema que precisa ser encarado como uma questão nacional. Não pode ser tratado com a tradicional divisão de responsabilidades que vem desde a Proclamação da República. Muitas vezes, expressamos essa opinião como Governador.

Por um dever de compromisso, não poderia deixar este assunto de fora do nosso primeiro pronunciamento.

O combate à violência e à criminalidade deve pautar esta Legislatura da mesma maneira que as chamadas Reformas Institucionais.

Durante o período em que governamos Pernambuco, sempre que éramos questionados sobre o problema da segurança pública admitíamos que o Governo do Estado fazia o que estava ao seu alcance para enfrentar a escalada da violência. Compramos equipamentos, investimos na formação de pessoal, mas tudo parecia ser insuficiente.

Creio que esta angústia foi e continua sendo compartilhada por quem é Governador ou Prefeito de uma grande cidade.

De nada adianta um “xerife” em cada Estado tentar fazer as coisas à sua maneira, tentar encontrar um jeito próprio de assegurar o direito de ir e vir da população, de enfrentar o medo que ronda os grandes centros urbanos do País. O crime se modernizou e assumiu padrões de uma rede globalizada, não podendo ser mais tratado nos moldes tradicionais.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula foi quase ausente no enfrentamento da questão da segurança pública, talvez respaldado na avaliação de que a cobrança maior da opinião pública recai sobre os Estados, sobre os Governadores.

De forma imprevidente, o setor teve, entre 2001 e 2005, uma queda de 58% nos investimentos federais. O Fundo Penitenciário Nacional, mantido pela União, também foi prejudicado. Em 2001, investiu R\$399 milhões contra apenas R\$93 milhões em 2005.

A questão da segurança não se transformou numa política pública nacional, continua sendo tratada ao sabor do contingenciamento dos programas descartáveis.

Por isso, defendemos a necessidade de federalizar a segurança, mudando inclusive a Constituição, para que a divisão das competências e das responsabilidades entre os entes federativos se enquadre no combate ao crime, na dimensão que a realidade contemporânea exige.

A necessidade de uma reforma mais profunda não significa protelar soluções, nem que ocorra em prejuízo das soluções emergenciais e urgentes; e que podem e devem ser tomadas com o arcabouço institucional vigente.

Em relação à questão da ética, ao combate à corrupção, nunca um Governo foi tão confuso e tão acintosamente justificou a tese de que “os fins justificam os meios”, sendo complacente com o fisiologismo e o aparelhamento do Estado.

É preciso destacar, no entanto, o trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal, que lideraram operações exitosas por este País afora.

Só que não dá para ficar apenas repetindo que “nós não jogamos para debaixo do tapete”, que “nunca se combateu tanto a corrupção quanto neste Governo”. E os casos continuam acontecendo, os “aloprados” continuam operando.

Nessa área, mais do que em outras, o Governo permanecerá neste segundo mandato se comparando consigo mesmo.

Há pelo menos uma década, Sr. Presidente, que a principal pauta do Legislativo, em especial em início de Governo, tem sido as reformas. Em que pese ao nosso ceticismo com relação à determinação do Go-

verno em tirar seus compromissos da virtualidade, é essencial para o Congresso Nacional que enfrentemos essas pendências.

Não podemos fugir nem mesmo daquelas reformas que muitos consideram “impopulares”, como a da Previdência e a da Legislação Trabalhista. Em especial, essas duas reformas representam faces diferentes de um mesmo problema: o elevadíssimo peso do trabalho informal na economia brasileira. Além dessas reformas, também é necessária uma reforma tributária que simplifique o atual sistema e restaure o equilíbrio do pacto federativo.

Mas o primeiro item, Sr. Presidente, desse passivo institucional é a reforma política, que consideramos a “mãe de todas as reformas”.

Durante a campanha eleitoral do ano passado, sempre que tratávamos do tema, sabíamos que o eleitor mais simples, morador do sertão de Pernambuco ou da periferia do Grande Recife, talvez não compreendesse a prioridade para o assunto.

Por que diante de tantas questões mais prementes, em especial num País de carências diversas como o nosso, colocamos a reforma política acima das demais?

Talvez diante do desgaste enfrentado pelo Poder Legislativo, o eleitor compreendesse melhor a reforma política, sabendo que com ela pretendemos cortar a própria carne.

Essa é uma maneira de enxergar a questão. Mas não é a única.

Proclamamos a República; presidentes foram depostos; reconstruímos a democracia mais de uma vez; porém, a relação entre os Poderes permanece semelhante aos últimos anos do Império: o Legislativo quase que completamente submisso ao Poder Executivo.

Diante desta realidade, precisamos implantar mudanças que fortaleçam os partidos, ampliem a interação com a sociedade, tornando a atividade política mais transparente. Um conjunto de medidas que leve a uma reforma do comportamento político.

Entre as medidas que consideramos prioritárias, estão: a adoção da fidelidade partidária, o financiamento público das campanhas eleitorais, o fim das coligações proporcionais, a implantação do voto distrital misto com listas fechadas, a manutenção do segundo turno apenas para as eleições presidenciais, o fim das emendas individuais ao Orçamento Geral da União.

Devo ainda citar a Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo nobre Senador Marco Maciel, que tive a honra de relatar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, restabelecendo a cláusula de desempenho. Trata-se de mais um passo importante

para fortalecer os partidos, dificultando a proliferação das chamadas “legendas de aluguel”.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Ilustre Senador Jarbas Vasconcelos, desejo, antes de tudo, cumprimentá-lo pelo discurso que pronuncia nesta Casa – aliás, seu primeiro discurso no Senado Federal. V. Ex^a chega ao Senado Federal depois de haver, com muito êxito, governado o Estado de Pernambuco em dois períodos administrativos e deixado uma grande obra não somente no campo social, mas também no econômico. V. Ex^a, inclusive, referiu-se a projetos estruturadores que se consolidaram em sua administração. Entre muitos, eu poderia lembrar a questão da refinaria de petróleo, um sonho pernambucano acalentado há meio século. Além disso, V. Ex^a, antes de ser Governador de Pernambuco, já desfrutava de grande conceito no Estado, o que o levou a ser Deputado Estadual à Assembléia Legislativa de Pernambuco, a Casa de Joaquim Nabuco, Deputado Federal, duas vezes Prefeito da Capital, uma cidade difícil chamada por Agamenon Magalhães “cidade cruel”; depois, como fiz referência, foi também duas vezes Governador e agora Senador da República. O discurso de V. Ex^a demonstra as qualidades de que é dotado, de conhecimento das questões nacionais e regionais. São muitos os problemas com os quais se defronta o País, e V. Ex^a tem para eles um caminho e uma solução a oferecer. Entre essas questões – sem querer me alongar no aparte, posto que muitos dos seus colegas desejam também trazer suas achegas – eu lembraria a da reforma política, que V. Ex^a citou com muita propriedade, definindo inclusive os itens mais relevantes e essenciais para podermos melhorar a governabilidade do País. O Brasil ainda sofre daquilo que Norberto Bobbio certa feita chamou de “déficit de governabilidade”. Naturalmente, somente através das reformas políticas é que conseguiremos fazer com que o País cresça a taxas mais altas. Não será possível um correto e justo projeto de desenvolvimento enquanto não efetivarmos essas reformas que vão ajudar a vertebrar as instituições e, assim, criar condições para que o País cresça sustentada e ordenadamente. Encerrando minha intervenção, quero cumprimentar V. Ex^a e desejar votos de pleno êxito no Senado. Sei que o terá, pelas qualidades pessoais, cívicas e também pelo passado que orna a sua vida pública.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Muito agradeço a V. Ex^a o aparte que só irá enriquecer o nosso discurso de estréia aqui no Senado.

Ouçó o Senador José Agripino, Líder do PFL, e, posteriormente, o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jarbas Vasconcelos, pode estar certo de que V. Ex^a está começando sua atuação no Senado com o pé direito. Digo isso com a experiência de quem tem três mandatos de Senador e já viu tanta gente falar dessa tribuna. V. Ex^a fez um discurso denso, deu uma varredura completa, falou de reformas, de política, sugeriu a sindical trabalhista – sugeriu em termos de exigir –, falou de padrão ético, de ação de governo, sem ferir ninguém, sem elevar hora alguma o seu tom de voz. Senador Jarbas, papel agüenta tudo! Mas quem pronuncia o discurso para merecer fé tem de ter passado, tem de ter história, tem de ter credibilidade. V. Ex^a tem, pela sua história de vida, pela sua ação como Prefeito, como Governador, como Parlamentar, como Líder político. Fico muito feliz de tê-lo entre nós; não somente como Senador, mas por dividir responsabilidades de dar ao Governo o tom certo, sem exagero, no tom do discurso que V. Ex^a acabou de fazer, marcado pelo equilíbrio, pelo bom senso.

Estou nesta Casa há muitos anos, lidero um Partido que faz oposição e procuro pautar a minha linha de oposição pela linha do equilíbrio, até porque quem exagera, quem exacerba na linha do equilíbrio perde a racionalidade e a credibilidade. Quem nos vê e quem nos ouve não admite que ajamos com temperamento exagerado nem com irracionalidade. Estou absolutamente convencido de que esta Casa vai ganhar muito com a sua presença. Tenho certeza de que V. Ex^a não vai ser um falastrão contumaz, mas, quando falar, vai ser ouvido, pelo seu equilíbrio e pela consistência de suas opiniões, baseado no que diz e baseado no seu passado. Seja muito bem-vindo e o aplauso do PFL pelas suas palavras iniciais.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Muito obrigado, Senador José Agripino, pelas palavras generosas.

Ouçó V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Jarbas Vasconcelos, conheci V. Ex^a há muitos anos, quando fui Governador pelo PMDB. Se não me engano, era Secretário-Geral do PMDB e tivemos aqui longas e constantes reuniões sobre a questão da sucessão presidencial, entre outros assuntos. Depois, tive o privilégio de ser seu Colega como Governador vizinho no Estado do Ceará, quando tive a oportunidade de verificar dois fatores que muito me chamaram a atenção: o grande salto administrativo de qualidade que deu o Estado de Pernambuco, o grande salto de desenvolvimento econômico que deu o Estado de Pernambuco e, mais do que isso, a recuperação de

uma coisa que sempre foi histórica em Pernambuco: o orgulho de ser pernambucano, que andava em baixa antes de V. Ex^a assumir o Governo de Pernambuco. Aquilo que sempre foi uma característica – nós, cearenses, nos conhecemos tão bem – do pernambucano, aquele orgulho de Pernambuco tinha revertido. E V. Ex^a fez o que, talvez, tenha sido, das suas obras, a mais importante no Estado de Pernambuco, que hoje é outra. Tive oportunidade também de conviver com um homem de caráter irretocável. Nunca o vi jogando para a platéia; nunca o vi cedendo a demagogias fáceis; nunca o vi falando aquilo em que não acreditava e nunca o vi sendo absoluta, pouco ou minimamente – para ser mais exato – desleal com algum dos seus companheiros. Talvez V. Ex^a não imagine o tamanho do que significa, para mim, o elogio, mas, na minha vida pública, a minha grande referência política foi um político, com quem V. Ex^a também teve a oportunidade de conviver, chamado Mário Covas. E o seu temperamento, a sua postura e o seu caráter é o que, hoje, mais se aproxima do grande Mário Covas, com quem acho V. Ex^a teve a oportunidade de conviver.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)

– Tive, sim, com muita honra.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Portanto, não me surpreende este seu primeiro pronunciamento, sério, sem nenhum exagero, equilibrado, mas tocando em todas as grandes feridas nacionais, de maneira muito competente, mas sem cair na demagogia fácil do ataque fácil, daquele que exagera para poder obter aplauso. Ele só vem demonstrar, com toda clareza, o que o Senado está ganhando, o que nós vamos ganhar com a presença de V. Ex^a entre nós. É um marco importante o seu discurso e, com certeza, devemos aprofundar a discussão dessas suas palavras, sair dessa discussão e entrar nas nossas ações. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Tasso Jereissati, agradeço as palavras de V. Ex^a. A sua atuação como vizinho, como Governador de um Estado – V. Ex^a, que saiu do campo empresarial para governar o Ceará – deu uma demonstração de exemplo, não só para a região, mas para todo o País, da sua competência e, sobretudo, da sua seriedade.

Muito obrigado mesmo pelo depoimento, que sei espontâneo e verdadeiro, de V. Ex^a.

Ouç o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Tasso Jereissati disse que nós, pernambucanos, costumamos ter muito orgulho de ser pernambucanos. Uma das razões é por termos políticos como o senhor. Nesta Casa, devo ser aquele

que o conhece há mais tempo. Quando muito, muito jovem, trabalhávamos com Egydio Ferreira Lima.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – A mesma luta que o senhor manteve ao longo de todos esses anos, com extrema coerência, no Legislativo e no Executivo. Fique certo de que o seu discurso não é de estrepante nem de iniciante, é de um veterano com muita experiência e um imenso capital político. O Brasil inteiro sabe que vai receber do senhor uma grande contribuição. Concluo dizendo que o seu discurso tem uma característica que, às vezes, a gente não consegue ver na vida pública hoje: nitidez. A nitidez das posições que senhor toma neste seu discurso é motivo de esperança para nós, seus colegas hoje no Senado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Ouç o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jarbas, Euclides da Cunha disse que “o sertanejo é, antes de tudo, um bravo”. V. Ex^a merece recordar essa história. Olha, já foram citadas as suas vitórias, mas V. Ex^a é esse bravo, extrapolou o Nordeste e hoje é do Brasil. Lembro-me da sua coragem nos momentos difíceis. V. Ex^a – Deus escreve por linha tortas – desejou o Senado da República há muito tempo e lutou bravamente. Era porque havia o artifício de sublegenda e precisava de três para derrotá-lo, e V. Ex^a perdeu a eleição, perdeu o pai, mas nunca perdeu a dignidade e a vergonha. Deputado, fundou o nosso MDB dos autênticos. Que bela história, não é? Eu tenho até uma dívida. Quando eleito prefeito da minha cidade, Parnaíba, um professor, Leonides Filho, coordenava o Inad e nos levou lá alguns prefeitos eleitos. Havia muitos baianos, muitos pernambucanos, eu, piauiense. Tinha briga, e eu ele me escolheu como orador. V. Ex^a era prefeito e eu comecei a observá-lo. V. Ex^a foi um ícone para todos nós. Talvez o exemplo de V. Ex^a, administrando a prefeitura e governando o Estado, tenha sido muito importante para que eu chegasse aqui e fosse reconhecido pelo povo. Então, o que eu tenho a dizer é o seguinte: neste momento da democracia que aí está, das dificuldades que temos no Brasil, V. Ex^a chega. Eu me permitiria citar um trecho que ouvi do primeiro discurso de Brossard: “A oposição não pede licença para fazer oposição.” V. Ex^a dignifica esse entendimento. Rui Barbosa passou quase 22 anos fazendo oposição. V. Ex^a então, sem dúvida nenhuma, credencia-se a ser esse grande líder da oposição, para que sonhemos todos com a democracia, que prenuncia que tem de haver alternância de poder. E V. Ex^a poderia vir a ser, no meu Partido, essa alternância de poder.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçõ, pela ordem, o Senador Alvaro Dias e o Senador Mozarildo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, imagino que a dura tarefa que o Congresso Nacional tem pela frente é a de recuperar a credibilidade e contribuir para a construção de uma nova instituição pública mais respeitada, mais valorizada pela sociedade brasileira. E a presença de V. Ex^a qualifica o Senado Federal para o exercício dessa tarefa.

Grande Governador! Mas não só isso. Uma trajetória política exemplar. Em seu primeiro discurso, orienta-nos sobre a postura adequada para um Parlamentar: a postura da independência, que V. Ex^a prega, em contraste com a prática que é antiga, que não é nova e que deveria estar em desuso, que é a relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Legislativo. Não há nada que desgaste mais a instituição parlamentar do que o promíscuo relacionamento estabelecido nos últimos anos entre Executivo e Legislativo. V. Ex^a vem exatamente estabelecer um contraste com essa prática. Com um discurso independente, demonstra que serve ao País o Parlamentar que realmente assumir compromissos com a sociedade e não obrigatoriamente, não necessariamente com quem eventualmente esteja no poder. Parabéns a V. Ex^a. Certamente teremos uma convivência extraordinária no Senado Federal, porque sabemos da sua postura ética, do seu comportamento probo e inteligência política. Parabéns, Senador Jarbas Vasconcelos. Aliás, Pernambuco é que está de parabéns.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador. Nós nos conhecemos desde a época em que atuamos na Câmara dos Deputados, ainda no MDB, como Deputado Federal.

Ouçõ o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Senador Jarbas Vasconcelos, não me surpreendo com o pronunciamento de V. Ex^a, porque tive a honra de conhecê-lo na Câmara dos Deputados. Acompanhei a atuação de V. Ex^a como Parlamentar e como Governador. V. Ex^a sempre manteve uma postura sempre isenta, ética, de um homem público completo. E o pronunciamento de V. Ex^a realmente faz aquilo que geralmente o Presidente da República não gosta de ouvir: uma análise isenta da realidade. E essa análise isenta é sempre confundida com crítica, com a crítica destrutiva. Mas, na verdade, é uma análise isenta e, portanto, uma crítica construtiva. V. Ex^a falou muito bem sobre essa questão aí de o Presidente estar usando ao exagero a palavra “travar” e “destravar”, parecendo até que quem estava governando até o dia 31 de

dezembro era uma outra pessoa que travou o Brasil, e ele agora vai destravar. Como médico, acredito na recuperação das pessoas, mesmo quando estão com doenças graves. Acredito piamente que o Presidente Lula pode mudar, e mudar muito, se ouvir pessoas como V. Ex^a, se ouvir outras pessoas até do próprio Partido dele, como o Senador Suplicy. Ontem, comentava com ele: se estivessem no PT pessoas capazes de vir aqui e sugerir, de maneira isenta, certas condutas, com certeza o Presidente não erraria tanto. E quero aliar-me ao pensamento de V. Ex^a em quase todos os pontos aqui colocados, principalmente no que tange ao tratamento desigual que o governo Lula dá às regiões mais pobres do País.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Ouçõ, pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PR

– ES) – Queria só advertir aos aparteantes, que são muitos: é o primeiro discurso do nosso querido Jarbas Vasconcelos nesta tribuna, estamos sendo muito complacentes e continuaremos sendo. Quem está sentado lá em baixo gosta de complacência e depois que sinta aqui fica muito duro. Não é o meu caso. É só porque há muitos aparteantes e para que todos possam apartear bem tranqüilamente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É um momento especial, Sr. Presidente. V. Ex^a tem que estar acostumado. Tempo não conta. O que conta é o personagem.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Vou atender ao apelo do nosso queridíssimo Presidente e dizer algumas coisas ao Senador Jarbas Vasconcelos. Primeiro, da minha alegria e satisfação em ter V. Ex^a como companheiro nesta Casa. V. Ex^a proferiu um discurso radiográfico, que é um verdadeiro diagnóstico e aponta rumos. V. Ex^a tirou a roupa do rei dentro do plenário sem violência, como bem disse o Senador José Agripino. Aponta mazelas com elegância, faz a sua crítica em tom não elevado, mas contundente e nos brinda com um valioso discurso, um discurso-síntese, que aponta, como disse, horizontes. Tenho observado o Senador Jarbas Vasconcelos desde a posse e tenho lido o que V. Ex^a fala e a imprensa reproduz. Recentemente houve uma entrevista em uma revista de circulação nacional.

Tenho lido, Senador, não por simples curiosidade, mas por absoluta necessidade. A política hoje, em nosso País, tende para o banal. É uma mazela nossa. E V. Ex^a, com seu passado, seu presente e a garantia de seu futuro, inclusive com atuação que, tenho certeza absoluta, será expressiva nesta Casa, tira todos nós desta perspectiva ruim de continuarmos na política de forma avacalhada, priorizando o banal. V. Ex^a, quando prega a necessidade, por exemplo, de uma reforma política profunda, uma reforma que alcance as instituições políticas deste País, aponta para a grande contribuição que será dada, pelo seu mandato, na discussão desse tema tão importante, que, tenho certeza absoluta, fará com que voltemos a tratar de questões relevantes, voltemos a dar a importância que a política tem. E V. Ex^a está aqui, sem alterar o timbre de voz, sem alterar o tom, numa contundência que poucas vezes vemos nesta Casa. Como eu disse, desvestiu o rei dentro deste plenário, mas com seriedade e com elegância. Está aqui seu discurso-síntese para que possamos ouvi-lo agora, guardá-lo e sobre ele refletir. Ele contém lições sobre as quais precisamos refletir durante muito tempo nesta Casa. Meus parabéns. Seja bem-vindo ao Senado Federal.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Muito obrigado Senador.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy e posteriormente o Senador Pedro Simon.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jarbas Vasconcelos, tenho na minha memória a presença de V. Ex^a em muitas ocasiões da história pela democratização deste País e eu o tenho como uma das figuras mais respeitáveis na história política na defesa da justiça, da democracia e das liberdades do povo brasileiro.

Fico impressionado por vezes como o Presidente Lula acompanha os pronunciamentos do Senado. São muitas as ocasiões em que ele comenta os pronunciamentos, como se, de repente, no meio do trabalho, ele conseguisse tempo para acompanhar a TV Senado ao vivo. Talvez ele o faça hoje à noite. Mas tenho a certeza de uma coisa, e quero fazer aqui inclusive uma recomendação ao Presidente Lula. Se, por acaso, ele não puder acompanhá-lo ao vivo, que possa ouvi-lo, quem sabe hoje à noite. Que leia as notas taquigráficas do pronunciamento de V. Ex^a feito em relação a Sua Excelência, como o de um amigo desta Nação, um amigo do povo, um amigo que respeita o Presidente, que pode ter divergências, mas que reconhece diversos méritos, como ressaltou V. Ex^a referindo-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, salientando que tem inúmeros pontos positivos e que espera que possa ser levado adiante. V. Ex^a ressaltou, dentre

outros pontos, a transposição do Rio São Francisco que, por outro lado, tem, como V. Ex^a reconhece tão bem, ainda hoje, o alerta aqui do Senador Antonio Carlos Magalhães, que não considera isso como a melhor prioridade. Do mesmo modo, D. Luiz Cappio está convidando a Nação para uma melhor reflexão sobre isso, antes que se decida de vez. Ele considera melhor a revitalização. Mas foram muitos os pontos que V. Ex^a levantou. Na questão econômica, sim, crescemos apenas 2,9%, só à frente do Haiti, mas V. Ex^a, como muitos, ontem ainda, reconheceram, saberá observar que, conforme o Presidente Henrique Meirelles ontem nos expôs, as condições econômicas hoje são bastante propícias para que tenhamos uma perspectiva de crescimento mais acelerado e sustentado para os próximos anos. E acho muito importante que V. Ex^a venha aqui com a disposição de trazer os elementos que possam contribuir para esse objetivo. Finalmente, no que diz respeito ao outro ponto tão importante do seu pronunciamento, a reforma política, tenho muitos pontos de convergência com V. Ex^a: na fidelidade partidária, que precisa ser instituída; na questão relativa ao financiamento público de campanha, em que podemos avançar, tendo maior transparência ainda nesta área. E dentre outros pontos, V. Ex^a mencionou que consideraria adequado o sistema de dois turnos apenas para a Presidência. Faço uma ponderação: será que isso, realmente, seria um avanço? Eu me empenhei muito, desde quando Deputado Estadual, em 1979, para que fosse instituído o sistema de eleições em dois turnos, e me parece que isso tem sido um aperfeiçoamento do processo democrático. Lembro uma eleição da qual participei diretamente. Em 1985, a primeira vez em que houve eleições diretas para Prefeito das capitais depois de vinte e poucos anos, no maior Município brasileiro, disputavam o ex-Presidente Jânio Quadros, o então Senador Fernando Henrique Cardoso, eu próprio e outros. Jânio Quadros obteve 37%; Fernando Henrique, 34%; e eu, 19,7%. O Senador Fernando Henrique, depois Presidente, atribuiu a mim o fato de eu estar ali impedindo-o de vencer as eleições. Eu quero dizer – e disse a ele – que, houvesse o sistema de eleições já em dois turnos, eu normalmente, naquele episódio, o teria apoiado no segundo turno. Mas, em um turno só, venceu as eleições o Presidente Jânio Quadros. Eu preferiria que tivesse havido os dois turnos. Coloço isso para uma reflexão, porque me parece que o sistema de eleição em dois turnos constitui algo que aperfeiçoa o processo de escolha democrática. Meus cumprimentos pela maneira como elaborou tão bem o seu pronunciamento hoje.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A admira-

ção é uma relação que existe entre mim e V. Ex^a, pelas atuações de V. Ex^a, sempre marcadas pela seriedade, combatividade e objetividade.

Ouçó o Senador Neuto de Conto.

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Senador Jarbas Vasconcelos, com sua história de vida, seu passado de luta, experimentado quer seja no Executivo ou no Legislativo, V. Ex^a traz uma peça importante, para análise e reflexão profunda, à Pátria e nos dá um direcionamento ao futuro. Sem dúvida alguma, sou daqueles que pensa que a reforma política é o primeiro e grande passo para dar aos partidos políticos e a seus quadros a dignidade da função e do trabalho. Certamente, os partidos políticos teriam também de excluir os que não correspondem para atuar na vida pública. Quero cumprimentá-lo e dizer que, no quadro da reforma tributária, se encontrarmos um caminho para baixar a pirâmide da tributação, alargar as bases, tributar o consumo e desonerar a produção, certamente teremos a oportunidade de criar emprego e desenvolvimento. Acrescento ainda, nobre Senador, que o pacto federativo deveria acompanhar, para que possamos dar a oportunidade de administrar os Municípios aos seus dirigentes, pois é lá nos Municípios que vive o homem e onde estão os problemas. Sem dúvida nenhuma, com a oportunidade dessa nova administração, desse novo pacto federativo, vamos buscar lá na célula-base o início do desenvolvimento, do crescimento e dos grandes espaços reservados para a nossa Pátria. Parabéns pelo belo pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Muito obrigado, Senador.

Senador Pedro Simon, com muita honra.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Meu irmão Jarbas Vasconcelos, não calcula V. Ex^a a emoção de vê-lo aqui. Foram tantos os anos, tantas as lutas, tantas as situações, boas e ruins, eufóricas e de tristeza, em que a gente se encontrou, que vê-lo nessa sua figura, representando aqui o povo brasileiro... Olha, Senador Jarbas Vasconcelos, tenho dito aqui, há alguns anos, que o Brasil é um país que ficou sem referências. Estamos vivendo uma hora muito dura, porque naquelas nossas andanças lá atrás – ditadura, arbítrio, sem liberdade de imprensa e tudo o mais –, tínhamos referências. Tínhamos o Teotônio, tínhamos o Ulysses, tínhamos Dom Evaristo Arns, tínhamos Dom Helder Câmara, tínhamos nomes e entidades, tínhamos o velho MDB de guerra, que o povo olhava com admiração. A OAB da época era também uma referência nacional. Naquela nossa luta, talvez até de sonhadores, nosso objetivo parecia único: destruir o inimigo, e o inimigo era a ditadura militar. E, derrubando a ditadura, voltando à prática da democracia, à liberdade,

achávamos que o Brasil estava pronto para ir embora. Então, nós éramos irmãos. Não perguntávamos para quem estava do nosso lado se ele era comunista ou capitalista, como era a vida privada dele. Olha, “pega a espingarda e atira para lá”; se ele atirasse para lá, nós o recebíamos. Hoje mudou. Hoje, o que falta para o Brasil é uma expectativa de futuro. Em quem vamos acreditar? O PMDB pagou tantos pecados, tantos equívocos que nós cometemos. Aquele velho MDB de guerra, que, modéstia à parte, a história haverá de reconhecer, sustentou a luta e trouxe a democracia; uniu a mocidade, indo às ruas para as “Diretas Já” e tudo o mais. Desde a morte do Dr. Tancredo, parece que o PMDB vem pagando um preço gradativo e não consegue ser o mesmo. O PT era a grande esperança. O PT era um grupo de sonhadores, anjos que vieram aqui. Dom Evaristo Arns colocou na sacristia dele para orientá-los. Parecia que seriam os donos da verdade. E se transformou no que é hoje, um partido, cá entre nós... E o discurso de V. Ex^a foi uma peça a que há muito tempo não se assistia. A análise que V. Ex^a fez foi complexa, inteira, foi realmente muito profunda e de muito significado. No Brasil, V. Ex^a é uma referência. V. Ex^a é hoje no Congresso Nacional uma referência, Senador Jarbas Vasconcelos. Quatro anos, Prefeito de Recife, o maior do Brasil; quatro anos de novo, Prefeito de Recife, o melhor do Brasil; quatro anos, Governador de Pernambuco, o melhor do Brasil; mais quatro anos, Governador de Pernambuco, o melhor do Brasil! Sem uma vírgula na sua integridade, na sua seriedade, na honestidade, na sua honradez. Dezesseis anos ocupando cargos com seus adversários, brigas e tristezas. V. Ex^a e Arraes, dois irmãos, espetaculares, de repente, tornam-se completamente diferentes, mas a dignidade, a respeitabilidade entre V. Ex^as nunca foi posta em dúvida. V. Ex^a sempre foi a grande referência do PMDB. V. Ex^a podia ter assumido a Presidência do PMDB, a lei o impediu, e foi uma pena, porque, se V. Ex^a tivesse assumido naquela oportunidade a Presidência do PMDB, a realidade seria diferente, a nossa realidade seria diferente. V. Ex^a é uma personalidade difícil de encontrar igual. Lembro-me de uma conversa com meu companheiro Ibsen Pinheiro, que estava recém-chegando à Casa. Quando veio V. Ex^a, nós dissemos: “O homem que vai nos representar na Executiva, por unanimidade, é o Jarbas Vasconcelos”. E ele disse: “Por que o Jarbas?” “Porque nós todos achamos que deve ser o Jarbas”. “Eu não conheço”. “É um homem de uma simpatia extraordinária”. “Se ele é simpático, ele esconde bem, porque ele já me foi apresentado quatro vezes, mas ele não me cumprimenta. A simpatia dele, para mim, ele ainda não mostrou”. V. Ex^a é um homem, eu diria, rude, duro, inflexível, quando diz não, diz não.

V. Ex^a é de quem precisamos. Que bom se um homem como V. Ex^a estivesse no comando do nosso partido! Que bom se um homem como V. Ex^a pudesse fazer o que eu sonhava que poderia acontecer! O primeiro Governo do Lula foi muito ruim e, porque foi tão ruim, em seu pronunciamento, que ouvi todo do gabinete, V. Ex^a disse que o segundo tem de ser melhor. Disse que ele começou melhor porque ele, em vez de dialogar com as pessoas, passou a dialogar com o conjunto da vida partidária. Achei que ele poderia dar um salto. E não falo em Pacto de Moncloa, porque isso já caiu no ridículo no Brasil, mas falo em um grande entendimento, em chamar grandes nomes para tentar fazer um grande governo. Aí estaria V. Ex^a. Digo com toda sinceridade a V. Ex^a: falo muito raramente com o Presidente Lula, não sou das pessoas que têm maior intimidade com ele, aliás, tenho praticamente nenhuma. Falo com ele da tribuna. Falo não, dirijo-me a ele – e sempre vem um Senador do PT dizer: “Olhe, falei com o Lula, e ele vai lhe chamar, porque ele quer muito falar contigo”. Mas ele nunca me chamou. Encontrei-me com ele no enterro do nosso querido companheiro do Mato Grosso do Sul, o companheiro Ramez Tebet. Na volta, o Presidente ofereceu a nós, Senadores, que estávamos em nosso avião, uma carona, e nós voltamos juntos. Aí, então, se conversou. O Presidente salientou a importância de V. Ex^a, salientou o respeito e a admiração que tem por V. Ex^a. Disse exatamente isso: “O Jarbas é o Jarbas, com o gênio dele. Quando tem de falar, fala, e a gente tem de ouvir. Na maioria das vezes, não se pode nem responder. Se fores falar com o Jarbas, diga-lhe que eu sou um admirador dele. Ele pode falar o que quiser de mim, ele tem autoridade para isso”. É o que dizia o Dr. Ulysses com relação a V. Ex^a. Quando vinha alguma coisa do Jarbas, ele parava para ver, pegava o telefone. Eu perguntava: “Dr. Ulysses, porque o senhor está tão nervoso? Os jornais todos falam do senhor e o senhor não está nem ligando...” “Se o Jarbas está dizendo alguma coisa, tenho de ver o que é. Tenho de ver imediatamente para corrigir imediatamente”. V. Ex^a terá um grande papel neste Congresso. Aqui V. Ex^a encontrará grandes nomes e grandes lideranças, mas estamos muito mais perto da Torre de Babel do que da Câmara dos Comuns da Inglaterra. Estamos aqui com pessoas que entendem, que querem uma solução, que apresentam fórmulas espetaculares. O discurso de V. Ex^a é perfeito. Poderia dizer que, a partir do discurso de V. Ex^a, deveríamos reunir uma comissão para estabelecer um plano de ação, mas, na hora de agir, cada um apresenta o seu, cada um diz o que quer e não sai absolutamente nada. Quero falar da alegria que tenho de, ao longo dessa vida pública – e lá se vão quarenta anos –, sempre ter privado da amizade

de V. Ex^a. Praticamente sempre estivemos do mesmo lado, defendendo as mesmas causas. Faço questão de dizer do orgulho, da satisfação, da emoção que tenho de tê-lo como companheiro, de tê-lo como irmão e, agora, de tê-lo como colega aqui nesta Casa. Um abraço muito carinhoso para V. Ex^a, querido Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador e irmão Pedro Simon. Quero dizer de público agora que V. Ex^a foi, é e continuará sendo a nossa maior referência dentro do nosso partido.

Concedo um aparte ao nobre Líder do P-Sol.

O Sr. José Nery (P-Sol – PA) – Senador Jarbas Vasconcelos, quero inicialmente saudar V. Ex^a pelo brilhantismo de sua avaliação do quadro político nacional. As inquietações de V. Ex^a, em certa medida, talvez com outros pressupostos, são também as nossas diante do nosso País nos dias de hoje. Quero fundamentalmente dizer a V. Ex^a que o conheço desde a década de 70, quando V. Ex^a, ao lado de expressivos nomes da política brasileira – ao lado de Ulysses Guimarães, de Marcos Freire, de José Carlos Vasconcelos –, fez por este País caravanas de lutas pelas liberdades democráticas, pelas eleições diretas, pela Assembléia Constituinte, um tempo em que divergi do governo de plantão do regime dos generais. Isso significava uma ousadia tão grande que poderia custar a própria vida, como sabemos que custou a vida de muitos brasileiros e brasileiras que ousaram se insurgir contra o regime de plantão, que tanta infelicidade e atraso trouxe ao nosso País. E V. Ex^a integrava o chamado Grupo Autêntico do MDB – depois PMDB. Naquele momento, há trinta anos, eu iniciava a minha militância política nos sertões do Ceará. Depois, dei continuidade a ela na Amazônia, no Estado do Pará, que hoje tenho a honra de representar nesta Casa. Gostaria de dizer a V. Ex^a o quanto é importante, no atual quadro da política brasileira, contarmos com a contribuição de pessoas como V. Ex^a, que simboliza a política alicerçada na ética, na luta pela cidadania. No exercício de inúmeros mandatos, seja no Parlamento, seja no Executivo, V. Ex^a deu muitas contribuições e, com certeza, é uma referência positiva que engrandece a política, porque, infelizmente, muitos hoje fazem da política um verdadeiro balcão de negócios. Ao que eu saiba e ao que eu tenho acompanhado da sua trajetória política, V. Ex^a, com a sua luta e a sua determinação, tem sido um exemplo para o Brasil, especialmente para Pernambuco, sua terra natal. Com certeza, precisamos, nesta Casa do Congresso Nacional, no Senado Federal, unir as forças com todos aqueles e aquelas que têm verdadeiro compromisso de lutar para fazer com

que a democracia não seja apenas uma declaração formal ou apenas um arranjo de formalismos. Defendo a radicalização da democracia, mas, infelizmente, sabemos que a democracia brasileira é manca, porque, se temos avançado no sentido dos mecanismos de representação popular, do ponto de vista econômico e social, convivemos, cotidianamente, com uma verdadeira apartação social, inadmissível nos dias de civilidade que estamos construindo e que queremos para a humanidade, para o Brasil, no século XXI. Portanto, eu me somo aos que me antecederam, em numerosos apartes, para saudar um dos líderes mais autênticos na luta pela redemocratização do nosso País. Com toda a certeza, no mandato de Senador, continuará honrando os mais fundamentais compromissos, com a ampliação dos direitos democráticos do nosso povo e a construção da cidadania brasileira. Aqui estaremos juntos para defender os interesses mais autênticos do povo brasileiro, do povo trabalhador, na certeza de que poderemos oferecer nossa contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e político do nosso País. Parabéns!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Agradeço ao ilustre representante do PSOL. Chegamos juntos a esta legislatura, mas já foi possível perceber toda a sua combatividade e seriedade.

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, dou-lhe um aparte duplo, porque falo em meu nome e lhe transmito o abraço muito afetuoso do Senador Sérgio Guerra, que está, por sinal, acompanhando seu pronunciamento. Se conheço V. Ex^a um pouco, sei o quanto este momento significa para seu sentimento, para sua alma. Afinal de contas, Deputado bem-sucedido e bravo, muito me animou a disputar minha primeira eleição. V. Ex^a foi uma das figuras que me estimulou, pelo exemplo, a também trilhar este caminho na época em que a minha geração se perguntava: “Vale ou não vale a pena entrar nisso? É um jogo em que faremos oposição da oposição paraguaia ou vale a pena entrar para fazer a oposição que faz, por exemplo, Jarbas Vasconcelos?” E optei por isso. Mas a consagração de hoje sei que representa muito para V. Ex^a, porque é um homem público na acepção da palavra, com a trajetória de administrador bem-sucedido, de Parlamentar bravo dos tempos do combate ao regime militar e de um Senador que chega com uma bagagem de experiência enorme e com o mesmo nome limpo e intacto para representar o seu Estado e engrandecer a representação parlamentar no Congresso. Mas o que me chama a atenção em V. Ex^a é um dado extremamente relevante para mim, pelo menos. Alguns companheiros seus e meus, do período de resistência à ditadura, depois se perderam na falta

de discurso. Pessoas admiráveis, que V. Ex^a adora e eu estimo; ambos amamos essas pessoas. Mas ficaram sem o discurso porque não conseguiram se acostumar ao período em que o mundo não se dividia em duas categorias simples: o sim à ditadura ou o não ao regime autoritário. Era preciso, então, aprendermos a conviver com uma sociedade mais plural, uma sociedade em que era possível uma série de nuances entre as posições que antes estavam unidas contra ou estavam unidas a favor. Procurei me libertar disso da maneira mais rápida que pude. E vi que V. Ex^a fez isso brilhantemente, governando com pragmatismo, dirigindo o seu Estado com muita seriedade e construindo uma carreira pública cuja marca é a coerência; uma carreira pública que, sem dúvida alguma, mostra a sua enorme capacidade de reciclagem. V. Ex^a percebeu o novo tempo, o novo momento. Não deixou de ser aquele Jarbas Vasconcelos admirável da resistência, mas aceitou plenamente as regras do jogo democrático que estavam povoando o novo tempo, o novo momento. Isso me chama a atenção em V. Ex^a. Esse discurso mostra o que para mim não é uma novidade. V. Ex^a nasceu, neste mandato, um grande Senador, para ser ouvido pela Casa, respeitado pelos seus Pares e acatado toda vez que se dirija a essa tribuna, e que o faça com o máximo de frequência para o nosso deleite e, muitas vezes, até para a nossa orientação. Portanto, saúdo o seu ingresso no Senado, pela via da tribuna, V. Ex^a que já pontificou nas comissões e que tem uma contribuição muito grande a dar ao País. Repito, este aparte eu faço muito afetuosamente em meu nome e em nome do Senador Sérgio Guerra. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por extensão também ao Senador e amigo Sérgio Guerra, que se encontra em estágio de pré-operação.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para registrar em plenário a presença desse exemplar homem público, ex-Deputado, ex-Senador, Presidente do PPS, o nobre e sempre Senador Roberto Freire.

Ouçó o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Jarbas Vasconcelos, como representante do Estado de Minas Gerais eu quero também saudá-lo nesta participação inaugural aqui no Senado Federal. Aprendi a conhecê-lo, a respeitá-lo, desde a época do antigo MDB, e ouvi aqui nas palavras do nosso companheiro Pedro Simon toda a emoção e todo esse sentimento em relação ao passado. Mais recentemente, estive lado a lado com o Sérgio Guerra, no dia-a-dia aqui, e vi, por intermédio de S. Ex^a, os acertos do seu governo e da sua condição política. Assim, ao ouvi-lo se referir à

questão da reforma política, quero dizer que estamos de pleno acordo. Mas o tempo está passando, já estamos em março, e o Governo do Presidente Lula não tomou a iniciativa de propor a reforma política, como disse que o faria durante a campanha. E todos nós sabemos que o momento de fazer reforma política é no início de Governo. Portanto, se o Governo não mandar essa reforma política para o Congresso, certamente se perderá, mais uma vez, a chance de uma reforma que é fundamental para as instituições brasileiras, para o funcionamento da democracia. Meus parabéns e sucesso na sua atuação como Senador!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– E sobretudo, Senador Azeredo, este não é um ano eleitoral, é um ano que oferece as mais amplas condições para que possamos discutir e votar a reforma política; aliás, discutida ela já está amplamente. Quero agradecer e ouço o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) –

Senador Jarbas Vasconcelos, também quero dizer da minha imensa alegria não apenas por ver V. Ex^a hoje na tribuna do Senado da República, mas por ter participado com V. Ex^a de encontros de assembleias estaduais quando V. Ex^a era Deputado Estadual pelo então MDB; eu também era Deputado Estadual. Depois, exercemos um mandato de Prefeito: V. Ex^a Prefeito de Recife; eu, Prefeito de Natal, em um mandato atípico de três anos. Posteriormente, V. Ex^a veio para o cenário federal e eu fiquei lá no cenário estadual, mas sempre acompanhando a carreira brilhante de V. Ex^a porque sou um admirador de Jarbas Vasconcelos, posso até não ser amigo, mas sou admirador de Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Com certeza é amigo também.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) –

Obrigado. Sou admirador da sua coerência, da sua fibra, da sua coragem e das suas qualidades como administrador. Então, Senador Jarbas Vasconcelos, estou certo de que a presença de V. Ex^a nesta Casa só fortalecerá o prestígio deste Senado e só nos levará, nós nordestinos, a debatermos com mais vigor os problemas da nossa Região. Receba meus parabéns e tenha a certeza de que, embora tenha perdido uma parte do discurso de V. Ex^a, vou procurar lê-lo imediatamente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador.

Ouçó o Senador Efraim Morais, nosso vizinho da Paraíba.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, por ser vizinho de V. Ex^a é que aprendi muito na política. Todos nós, políticos paraibanos, respeitamos a história e a coerência de V. Ex^a, homem público, administrador, homem sério, homem que realmente mudou a história do nosso querido Estado de Pernambuco. Confesso ao Brasil a admiração que tenho por V. Ex^a, repito, como homem público, como administrador, acima de tudo pela história e pela coerência política de V. Ex^a, Senador Jarbas Vasconcelos. É evidente que este Plenário se enriquece com a presença de V. Ex^a, pois teremos um debate mais experiente e mais verdadeiro, porque sempre foi assim que V. Ex^a fez política. No início de minha carreira política, sempre tive em V. Ex^a a imagem do homem que fez política com seriedade e com coragem. V. Ex^a chega hoje para representar seu Estado, nosso Nordeste e nosso Brasil. Da nossa parte, é uma alegria imensa fazer parte desta Legislatura com V. Ex^a. Tenho a certeza de que muito fará pelo nosso Nordeste, pelo nosso Pernambuco e – lembre-se do seu vizinho! – pela nossa Paraíba.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador. Tenho muita vontade de conviver no Senado com pessoas como V. Ex^a, meu vizinho, uma pessoa bastante ativa e bastante determinada.

Ouçó o ex-Governador do Distrito Federal e Senador da República Joaquim Roriz.

O Sr. Joaquim Roriz (PMDB – DF) –

Senador Jarbas Vasconcelos, lamento muito não estar aqui desde o início de suas palavras, porque eu estava em uma missão fora desta Casa. Infelizmente, não tive a satisfação e a alegria de ouvir todo seu pronunciamento, mas acabo de assistir ao espetáculo de vê-lo sendo aparteadado e elogiado pela maioria esmagadora dos membros deste Poder Legislativo. Fiquei sensibilizado ao ouvir tantas manifestações de solidariedade ao seu pronunciamento, à sua figura e à sua posição política tradicional, autêntica, do nosso velho MDB. Quero parabenizá-lo por sua estréia nesta Casa! Também sou profundo admirador de V. Ex^a. Aqui, estarei sempre ao seu lado, em defesa de seu nome e da dignidade sempre presente nesse homem público brilhante. Parabéns pelo que assisto aqui! Gostaria muito de ter seu pronunciamento em minhas mãos, assim que for possível, para eu ter a alegria de ler o pensamento de

V. Ex^a, que está doutrinando este País. Parabéns pelo seu gesto e parabéns pela sua dignidade!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Joaquim Roriz. Farei chegar às mãos de V. Ex^a meu pronunciamento.

Ouçó o Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, ouvi muitos apartes que expressam o sentimento que V. Ex^a colhe por tudo que plantou ao longo da vida. Minha admiração por V. Ex^a foi despertada pelo então Senador Humberto Lucena, que, ao lado do Senador Pedro Simon e de muitos outros, tinha compromisso com a redemocratização deste País, e V. Ex^a muito contribuiu para que isso ocorresse com sua coragem, com sua determinação e com a vontade de homem público. V. Ex^a conseguiu fazê-lo – e diga-se muito bem – não só na esfera política, mas também na administrativa. Eu, que sou da Paraíba, conheço muito bem o trabalho desenvolvido por V. Ex^a como administrador público municipal e estadual. Tenho a certeza de que ganham esta Casa, o Parlamento e todos nós, com a possibilidade de convivermos com V. Ex^a e de juntos trabalharmos não só pela Região Nordeste, por nossos Estados, mas, principalmente, por aqueles que mais precisam.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Ouçó o Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, pela sua história de vida, pela sua trajetória política, V. Ex^a é reconhecido por todos os seus Pares, independentemente de coloração partidária ou regional, como um expoente da política brasileira. Sua dedicação em prol do desenvolvimento do seu Estado e do Brasil tem dado legitimidade à sua ação política em benefício do nosso País. Senador Jarbas Vasconcelos, as demonstrações que aqui V. Ex^a colheu de reconhecimento dos seus Pares, pela sua ação política, norteia, tenho absoluta certeza, a juventude do nosso País, para que tenha em V. Ex^a exemplo de político com ética, com competência e com determinação de trabalho. V. Ex^a deu exemplo disso ao governar, por oito anos, o querido Estado de Pernambuco. Nesta oportunidade em que V. Ex^a faz seu primeiro discurso na tribuna como Senador por aquele Estado, devo dizer, como falei ontem ao Senador Marconi Perillo, que seu trabalho nas Comissões,

desde o primeiro dia, vem em defesa de Pernambuco. Parabéns e sucesso!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado.

Sr. Presidente, ao término do meu pronunciamento, gostaria de agradecer a benevolência...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Concedo o aparte ao Líder do meu Partido.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Jarbas Vasconcelos, em meu nome e em nome da minha Bancada – inclusive, há pouco, recebi uma ligação do Presidente Renan Calheiros e do ex-Presidente José Sarney, que me pediram para citá-los em meu aparte ao seu pronunciamento –, transmito nosso desejo de sucesso no mandato, que, certamente, será profícuo, assim como foram todos os mandatos de V. Ex^a. Sempre tive muito orgulho de falar dos expoentes do PMDB, ainda no início da minha carreira política, quando havia nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Jarbas Vasconcelos, que foi Governador por três mandatos, não é? Foi um mandato, e, depois, foram mais dois consecutivos?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Exato.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Foram três mandatos de Governador?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Não, dois mandatos.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Foram dois mandatos de Governador de Pernambuco, Estado que teve desenvolvimento acentuado no Governo de V. Ex^a. Hoje, Pernambuco pode se dividir em duas eras: antes e depois de Jarbas Vasconcelos. Então, V. Ex^a está de parabéns, e nosso desejo é o de que, como peemedebista, como homem democrático, que fez alianças com outros Partidos no seu Estado, V. Ex^a possa desenvolver seu mandato tão bem no Senado Federal como desenvolveu todos que exerceu até agora. Sucesso e parabéns!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente Efraim Morais, e a seu antecessor a benevolência e a atenção que teve para com este orador.

Ao término desta nossa intervenção, gostaria de agradecer a atenção que nos foi dirigida e de falar da satisfação que temos em integrar esta Casa Alta do

Congresso Nacional, uma reserva do que existe de melhor na política brasileira de homens e de mulheres experientes, bem-sucedidos nas suas áreas de atuação, que, com toda certeza, farão desta Legislatura um exemplo a ser seguido.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço e parabeno V. Ex^a e reitero ao Plenário que o tempo concedido a V. Ex^a foi pelo fato de ser seu primeiro pronunciamento nesta Casa.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao eminente Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, fiz chegar à Mesa um requerimento de congratulações ao eminente Ministro Rider Nogueira de Brito, que toma posse amanhã na Presidência do Superior Tribunal do Trabalho, para o biênio 2007/2008.

Faço isso, Sr. Presidente Efraim Morais, porque o Ministro Rider Nogueira de Brito é um paraense da cidade Óbidos, que honra todos nós da Bancada do Estado do Pará no Senado. Ele tem uma vida dedicada ao Judiciário Trabalhista, tendo ingressado há quase 50 anos na carreira da Magistratura, e honra a todos nós ao assumir, a partir de amanhã, a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

Quero, também, fazer o registro para que receba os votos de congratulações ao Ministro Milton de Moura França e João Oreste Dalazen, visto que assume amanhã também a vice-Presidência do TST e a Corregedoria Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a, de acordo com o Regimento da Casa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe da palavra para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. O próximo orador será o Senador Expedito Júnior.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente Efraim Morais, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Deus escreve certo por linhas tortas.

Roriz, o PMDB estava ali; a história, Jarbas, a luta. E a história se repete. Ó nosso Líder Raupp, a história se repete. Senador Magno Malta, Rui Barbosa aí está. Aí está porque teve a coragem, Roriz, de fazer nascer esta República. Com suas idéias e sua luta, fez a primeira Constituição Republicana. Ele foi governo, com Deodoro; ele foi governo com Floriano Peixoto. Senador Expedito Júnior, aí quiseram colocar outro militar, Neuto de Conto, mas aí ele disse: “Tô fora”. Saiu numa campanha de cidadania. Ofereceram-lhe um Ministério da Fazenda – a história se repete – e ele responde – atentai bem, Roriz: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”.

Garibaldi... está no telefone. Deveria haver um Regimento Interno para o uso de telefone, como no teatro, que proíbe o uso de telefone. O nosso Secretário-Geral, que é Ministro, deveria colocar um aviso como se vê no teatro: “Favor desligar o telefone” Isso no Congresso.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Não sei o que V. Ex^a tem contra mim hoje. Todo mundo telefona e V. Ex^a não reclama e me escolheu hoje.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, é porque V. Ex^a é o mais querido. Está até no livro de Deus: “Muitos são os procurados, poucos os escolhidos.” V. Ex^a é esse escolhido, porque é do nosso PMDB, de grandeza.

Eu dizia que este PMDB está grandioso. Ô Pedro Simon, Michel Temer faz a história se repetir. O que Rui disse está aí. Quiseram dar a ele um Ministério. Ô, Pedro Simon, Michel Temer revive Rui Barbosa: “Não troco as trouxas de minhas convicções por um Ministério.”

Michel Temer é essa referência, ele é constitucionalista, ele é o reviver de Rui Barbosa, que disse: “Eu sou a lei e a salvação.” Ele é constitucionalista, é professor de Direito. O outro, é réu confesso.

Neuto de Conto, a Constituição é a lei das leis, deve ser obedecida. Ulysses disse: “Quem não obedece rasga a bandeira.” E quem burla, quem a fraudar merece o quê? O meu PMDB não, o meu PMDB quem merece é Michel Temer.

Eu conheço a história, fiz também, foi longa e sinuosa a nossa luta e está aí, não é a chapa da unidade, é a da dignidade. Olha, sou orgulhoso. São 29 Partidos. Eu me orgulho do presidente do meu Partido. Compare com os outros. Ô Pedro Simon, eu nunca vi o nome de Michel Temer envolvido em nada. Ontem, li dezenas de manchetes aqui, dos mais laureados homens da cultura deste País.

“Não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério” – essa é a referência. Pedro Simon, que conhece a Bíblia, está com o livro ali. O Francisco, eu olhei ali...

Esse Francisco é belo. Ele é o “Paz e Bem!”. O virtuoso Pedro Simon. Então, eu abro a Bíblia. Pedro Simon, V. Ex^a se lembra de Moisés, não é? Libertar o povo de Deus. Não queria saber se tinha Mar Vermelho, se tinha faraó, se tinha exército. Por 40 anos, ele agüentou firme! O nosso Moisés foi Ulysses Guimarães, Roriz, por 20 anos levando o PMDB! Mas, na hora de chegar à Terra Prometida, ele foi buscar o Josué. E o nosso Josué hoje é Michel Temer. E ele vai ser reeleito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não. Ulysses demorou muito mais. O Presidente Lula foi reeleito. O Senador Renan Calheiros não quis ser reeleito! O PMDB da vergonha, o PMDB verdadeiro, da unidade e da dignidade quer a reeleição de Michel Temer, nossa referência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O próximo orador inscrito é o Senador Expedito Júnior. V. Ex^a pode dirigir-se à tribuna enquanto o Senador Eduardo Azeredo, rapidamente, fala pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Trata-se de um pedido de atuação da Mesa do Senado em relação às providências que são necessárias para que a TV Se-

nado volte a estar disponível na grade comum das TVs a cabo. As concessionárias de TV a cabo estão instalando os codificadores para a TV digital e retirando as TVs públicas da grade de TVs, fazendo com que apenas as TVs comerciais sejam acessadas.

De maneira que seria necessária uma posição da mesa, uma vez que a TV Senado é um avanço democrático, assim como as demais TVs públicas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a tem razão, e a Mesa tomará as providências nesse sentido, até porque a própria audiência da nossa TV começa a preocupar.

Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a presença do nosso Deputado Estadual Silvernani Santos, do Estado de Rondônia.

Assomo à tribuna, pela terceira vez, para tratar de assuntos referentes ao meu Estado. Percebo que predominam, principalmente no Senado, assuntos sobre a violência. E não é diferente a violência no meu Estado. Vejo aqui os Senadores Mão Santa, aguerrido, Magno Malta, que quase todos os dias fala sobre a violência no Brasil, bem como outros Senadores, e, preocupado com a violência do Estado de Rondônia, tenho de cumprimentar o Governador do meu Estado, Ivo Cassol, pessoa determinada, que investe em segurança pública. Não fosse assim, não teria contratado 2.400 policiais militares, no maior concurso já feito no Estado de Rondônia, depois de cinco Governadores que passaram pelo nosso Estado.

Eu já o disse desta tribuna: S. Ex^a equipou as nossas Polícias, preparou as nossas Polícias, mas isso ainda não é o suficiente, Senador Roriz.

Há muitas dificuldades no nosso Estado; há 1,3 mil quilômetros de fronteira com a Bolívia, cuja segurança é de responsabilidade do Governo Federal, é de responsabilidade do Exército, é de responsabilidade da Polícia Federal. Contudo, quem faz isso é o meu Estado, quem faz isso é o Governador do meu Estado, com muita dificuldade, com pouco dinheiro, mas vai fazendo aquilo que é dever do Governo Federal.

O Governador Ivo Cassol, preocupado com a violência no Estado, encaminha um documento ao Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros; à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; ao Ministro da Justiça e ao Presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, alertando para o grande perigo que corre novamente o nosso Estado. Corre-se o risco inclusive de haver uma nova chacina no nosso Estado, como ocorreu recentemente na Reserva Roosevelt.

O Governador encaminha o documento, e eu gostaria de entregá-lo à Mesa do Senado, para que pudesse constar do nosso pronunciamento a preocupação do Governador Ivo Cassol para com a violência que tem lugar naquela que é considerada a maior jazida de diamantes do mundo, que vem sendo explorada e dilapidada de forma irracional.

Devíamos estar aqui discutindo a legalização da exploração de riquezas em terras indígenas. Há um projeto do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, nesse sentido que tramita nesta Casa. Mas, para o nosso Estado, fica o caos social; para o nosso Estado, fica a miséria, a pobreza e ficam as doenças, Senador Valdir Raupp. V. Ex^a, que conhece muito bem o Município de Espigão, sabe do que estou falando e das dificuldades que a Prefeita Lúcia Tereza enfrenta no seu dia-a-dia.

Eu gostaria também de tratar de outro assunto muito importante para o nosso Estado; assunto este que nos preocupa e que preocupa todos os pecuaristas do Estado de Rondônia. Refiro-me à Portaria nº 015, publicada recentemente pela Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul. Por meio do referido instrumento, proíbe-se, por meio de um embargo, a entrada da carne de Rondônia e do Acre no Estado do Rio Grande do Sul. É uma pena!

Respeito a posição da Governadora. Estive com S. Ex^a, com quem trabalhei, quando eu era Deputado Federal, e S. Ex^a, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul. Até entendo a situação. Creio que não se trata de um posicionamento da Governadora e, sim, dos seus assessores, principalmente do seu Secretário de Agricultura, em atenção à gravidade de que se reveste o ressurgimento da febre aftosa na região.

O Ministério do Desenvolvimento Rural Agropecuário e Meio Ambiente da Bolívia comunicou, no final de janeiro, à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a ocorrência de um foco de febre aftosa no Departamento de Santa Cruz, causado pelo vírus tipo O.

O governo boliviano imediatamente informou o caso à OIE e suspendeu as exportações de carne e de laticínios para evitar a disseminação da doença. A última ocorrência de aftosa na Bolívia deu-se em 2003.

A confirmação do novo foco deu-se em 26-1-2007, e a comunicação à Organização foi dada logo em seguida, no dia 29-1-2007.

Ora, o que tem a ver com a questão o Estado de Rondônia, que fez o seu dever de casa? O que tem a ver com a questão o Estado de Rondônia por meio do seu Instituto de Defesa Animal, o Idaron? Aliás, quero reconhecer e louvar aqui o trabalho do Idaron; quero reconhecer e louvar aqui o trabalho do Fefa e dos pecuaristas do meu Estado. Se hoje atingimos 100% da vacinação do nosso rebanho – e estamos chegando a quase 13 milhões de cabeças de gado no Estado de Rondônia –, devemos esse êxito à organização dos nossos pecuaristas, que se uniram ao trabalho do Governo do Estado e vacinaram 100% do rebanho.

É uma injustiça muito grande com o nosso Estado! Mais uma vez, é uma injustiça muito grande com Rondônia! O preço da carne lá é dos menores!

Senador Valdir Raupp, creio que isso nada tem a ver com a febre aftosa. Fiz um levantamento e verifiquei que a carne de Rondônia chega ao Rio Grande do Sul a R\$50,00 a arroba, enquanto que, no Estado do Rio Grande do Sul, a arroba de carne está custando R\$60,00. É lógico que é preferível embargar a entrada da carne do nosso Estado no território gaúcho para que se possa restringir a comercialização apenas à carne do Rio Grande do Sul.

Faço um apelo aos Senadores do Rio Grande do Sul – e há aqui três grandes Senadores: que apelem para o espírito público que sempre norteou a vida pública e política da Governadora Yeda Crusius, em defesa do seu povo do Rio Grande do Sul. Que a Governadora reveja sua posição no que diz respeito a essa Portaria, para que não penalize o povo do nosso Estado, o povo ordeiro e trabalhador da minha querida Rondônia.

Ouçó o ex-Governador e Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a trata de dois assuntos muito importantes para o nosso Estado, o Estado de Rondônia – e por que não dizer do Brasil: a questão da Reserva dos Cinta-Larga, da Reserva Roosevelt, uma das maiores jazidas de diamante do mundo. Já deveria ter sido encontrada uma saída para se explorar esses minérios, não só da reserva Roosevelt, mas de outras reservas indígenas do Brasil, a exemplo dos Estados Unidos. Os índios americanos, hoje, são ricos; os nossos são pobres, estão morrendo de inanição em várias reservas indígenas

do Brasil, sendo que há grandes riquezas, tanto no setor madeireiro, que pode ser explorado com planos de manejo sustentável, sem agredir o meio ambiente, quanto no setor mineral, que é expressivo nas reservas. Levei ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, se não me falha a memória, por duas vezes, uma proposta para se criar uma empresa, mesmo que fosse uma empresa estatal federal, junto à Caixa Econômica Federal, para dela se comprar os diamantes, por meio de cooperativas, transformando isso em riqueza para os índios. Isso acabaria, com certeza absoluta, com as invasões de garimpeiros, que estão lá todo tempo. São 100, 200, 1000; chegou a haver 5000 garimpeiros dentro da Reserva Roosevelt. Houve até chacinas, quando, num único dia, mataram 29 pessoas. Creio que é muito fácil acabar com isso se houver vontade política de parte das autoridades federais. E proponho a V. Ex^a que levemos, em conjunto, mais uma vez, uma proposta ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Justiça. A respeito da febre aftosa, trata-se realmente de uma injustiça. Seria o mesmo se outros países ou outros Estados boicotassem a comercialização de carne do Rio Grande do Sul caso surgisse um foco de febre aftosa no Uruguai, na Argentina, ou nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, que fazem divisa com o aquele Estado. Isso não é justo! Seria o mesmo se outros continentes boicotassem a União Européia se surgisse um foco de febre aftosa em um de seus países. Isso não seria correto! Rondônia tem dado demonstração disso. No meu Governo, foram criados mecanismos: o Idaron (Instituto de Defesa e de Sanidade Animal), que até hoje funciona muito bem, bem como o Fefa, que é gerenciado pelos pecuaristas de Rondônia. O Governo tem feito a sua parte, e o Brasil também, ajudando a Bolívia com a doação de 60 mil doses – agora, parece que está destinando 300 mil doses – da vacina para combater a febre aftosa. Agora, que culpa temos nós, os Estados brasileiros, se surge um foco de febre aftosa num país vizinho? Não é sequer em um de nossos Estados, mas num país vizinho. Não tenho esses dados. Pergunto a V. Ex^a se esse boicote também foi feito ao Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul, pois a Bolívia faz fronteira com esses Estados.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – O boicote foi feito somente à carne produzida no Acre e em Rondônia.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Pois é. Está errado. Obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Finalizo, nobre Presidente, dizendo que fiz uma consulta, ontem, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito do posicionamento daquela Pasta quanto ao boicote.

Eu gostaria de ler a nota emitida pelo Departamento de Saúde Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária:

O Ministério da Agricultura em razão do registro de febre aftosa nos municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo no Estado de Mato Grosso do Sul, em outubro de 2005, e posteriormente no Estado do Paraná, editou Instruções Normativas para disciplinar o trânsito de animais susceptíveis, seus produtos e subprodutos procedentes das áreas que foram afetadas. As outras áreas dos referidos estados e todos os outros estados do Brasil, com exceção de Alagoas, Piauí, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, parte do Estado do Pará, Maranhão, Pernambuco, Amapá, Amazonas e Roraima, continuaram com o reconhecimento nacional de livre de febre aftosa com vacinação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Os Estados do Acre, Rondônia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os municípios de Boca do Acre e Guajará no Estado do Amazonas foram mantidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Desta forma, sob os aspectos técnicos e científicos e do ponto de vista nacional e internacional, não há justificativas para o estabelecimento de qualquer restrição sanitária entre estas áreas.

Peço, Sr. Presidente, mais uma vez, o apoio dos Senadores do Rio Grande do Sul para que nos ajudem a convencer a Governadora a rever a Portaria nº 015, de 2007, atendendo ao clamor do povo do meu Estado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EXPEDITO JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, e §2º do Regimento Interno.)

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO – BRASÍLIA/DF**

OF N.º 042/2007/GABSUP

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2007.

Senhor Senador,

A pedido do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Rondônia Sr. Ivo Narciso Cassol, encaminho a Vossa Excelência, cópia dos Ofícios entregues ao Coordenador da Bancada Federal de Rondônia, Deputado Eduardo Valverde, externando a preocupação do Governador com a exploração ilegal de diamantes na Reserva Indígena Roosevelt.

Solicito a Vossa Excelência que interceda junto aos Órgãos do Governo Federal, a fim de que estes, tomem, urgentemente, medidas para evitar que novos conflitos ocorram.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


SANDRO BERGAMIM
Superintendente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador EXPEDITO GONÇALVES JÚNIOR
Senado Federal
Brasília - DF

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA/DF**

Ofício N°003/2007/GG/GABSUP

Brasília/DF, 15 de fevereiro de 2.007.

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo, valho-me do ensejo, para encaminhar a Vossa Excelência e aos demais parlamentares da Bancada Federal de Rondônia, cópia dos ofícios protocolados junto à Presidência da República, ao Ministro da Justiça e ao Procurador Geral da República externando a minha preocupação e pedindo providências em relação à extração ilegal de diamantes que continua acontecendo na Reserva Indígena Roosevelt, conforme vem sendo divulgado nos veículos de comunicação de Rondônia, copia em anexo.

Diante disto, solicito a Vossa Excelência que em conjunto com a Bancada Federal interceda junto aos Órgãos do Governo Federal, a fim de que estes tomem, urgentemente, medidas para evitar que novos conflitos ocorram.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


IVO NARCISO CASSOL
Governador

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal EDUARDO VALVERDE
Coordenador da Bancada de Rondônia
CÂMARA DOS DEPUTADOS
BRASÍLIA – DF

Recebido em
16
02
07

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

GOVERNO
DE RONDÔNIA
TRABALHO E RESERVA

Ofício nº 00038/GG.

Porto Velho, 12 de fevereiro de 2007.

Senhor Presidente,

Em junho do ano passado encaminhei a Vossa Excelência, ao Ministro da Justiça, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que dirigi-me a Vossa Excelência para tratar deste assunto.


Em todas as vezes, além de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, também alertei o da incidência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento que lhe enviei anteriormente, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Em resposta ao Ofício nº 078/2006, de 06 de junho de 2006, que lhe enviei, tratando deste mesmo assunto, recebi o Ofício nº 2572, informando que aquele ofício fora enviado para o Ministro da Justiça, para análise e providências. Ocorre, no entanto, que nenhuma providência parece ter sido tomada, pois a Reserva continua invadida e a exploração à todo vapor, conforme verifica-se pela reportagem do Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) que tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA"

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Presidente da República
Brasília - DF.

Presidência da República CODIN / PROTOCOLO
15 FEV 2007
HORA: 16:30
FUNC.: Leão-ouro



A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cintas largas não estão inibindo a ação de garimpeiros, que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo o número de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente saem diversos ônibus de Rondônia, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros

É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí, decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta, e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos aos garimpos

Mais uma vez recorro a Vossa Excelência, na esperança que tome, urgentemente, providências para evitar que novos conflitos ocorram.

Enquanto há tempo, façamos alguma coisa. Rondônia não merece que seu solo seja novamente banhado de sangue.

Contamos com vosso apoio.

Respeitosamente,


IVO NARCISO CASSOL

Governador

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

G O V E R N O
D E R O N D Ô N I A
TRATANDO COM RESPEITO

Ofício nº 00039/GG.

Porto Velho, 12 de fevereiro de 2007.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



Senhor Procurador,

Em junho do ano passado encaminhei a Vossa Excelência, ao Presidente da República, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Ministro da Justiça, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que dirigi-me à essas autoridades para tratar deste assunto.

Em todas as vezes, além de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, também alertei os da iminência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento encaminhado, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Mesmo não querendo ser repetitivo, faz-se necessário, novamente recorrer a Vossa Excelência, a fim de tratar desse assunto, pois a garimpagem continua à todo vapor na Reserva Roosevelt. O Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA". A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

A Sua Excelência o Senhor

ANTÔNIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

Procuradoria-Geral da República

Brasília-DF

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador



As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cintas largas, não estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo os números de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente, saem diversos ônibus de Rondônia, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta, e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos ao garimpo.

Mais uma vez recorro a Vossa Excelência, na esperança de que nos ajude, intercedendo junto ao Governo Federal, a fim de que este tome, urgentemente, medidas para evitar que novos conflitos ocorram.

Enquanto há tempo, façamos alguma coisa. Rondônia não merece que seu solo seja novamente banhado de sangue.

Contamos com vosso apoio.

Atenciosamente,


IVO NARCISO CASSOL
Governador

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador



Ofício nº 0040/GG-06

Porto Velho-RO, 12 de fevereiro de 2006.

Senhora Presidente,

Em junho do ano passado encaminhei a V.Excia, ao Presidente da República, ao Procurador Geral da República e ao Ministro da Justiça, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que me dirigi a essas autoridades para tratar deste assunto.

Muitas foram as vezes, nestes últimos quatro anos, que me dirigi às autoridades federais a fim de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, alertando-os da iminência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento encaminhado no ano passado, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Mesmo não querendo ser repetitivo, faz-se necessário, novamente recorrer a V. Excia, a fim de tratar desse assunto, pois a garimpagem continua à todo vapor na Reserva Roosevelt. O Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA". A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

A Sua Excelência, a Senhora
ELLEN GRACIE
Presidente do Supremo Tribunal Federal
Brasília- DF

GABINETE DA PRESIDÊNCIA/STF
Recebido em 15/02/2007
às 16 h 26 min.

As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cintas largas, não estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo o número de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente, saem diversos ônibus de nossa capital, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta, e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos ao garimpo.

Mais uma vez dirijo-me a V. Excelência, no intuito de mantê-la informada do problema existente, bem como das providências adotadas por este Executivo Estadual.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,


IVO NARCISO CASSOL
Governador

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

**GOVERNO
DE RONDÔNIA**
TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO

Ofício nº 00041/GG.

Nome 34293162
RECEBIDO NA SLAF 011 - I
Em 15/02 às 16:45
Lúcia Rita
(nome por escrito no cartão)
Lúcia
(Assinatura)

Senhor Ministro,

Em junho do ano passado encaminhei a Vossa Excelência, ao Presidente da República, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que dirigi-me a Vossa Excelência para tratar deste assunto.

Em todas as vezes, além de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, também alertei-o da iminência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento que lhe enviei anteriormente, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Mesmo não querendo ser repetitivo, faz-se necessário, novamente recorrer a Vossa Excelência, a fim de tratar desse assunto, pois a garimpagem continua à todo vapor na Reserva Roosevelt. O Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA". A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

A Sua Excelência o Senhor
MARCIO THOMAS BASTOS
Ministro de Estado da Justiça.
Brasília - DF.



As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cirtas largas, não estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo os números de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente, saem diversos ônibus de Rondônia, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos ao garimpo.

Mais uma vez recorro a Vossa Excelência, na esperança de que medidas urgentes sejam tomadas para evitar que novos conflitos ocorram.

Enquanto há tempo, façamos alguma coisa. Rondônia não merece que seu solo seja novamente banhado de sangue.

Contamos com vosso apoio.

Atenciosamente,



IVO NARCISO CASSOL
Governador

Mensagem

Marcia Maria Tobias

De: Nelmon oliveira Costa [nelmon@agricultura.gov.br]

Enviado em: quinta-feira, 1 de março de 2007 11:47

Para: Marcia Maria Tobias

Assunto: ENC: restricao_Rs_port 15.doc

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Prezada Sra Márcia, solicito a gentileza de retransmitir ao Senador Expedito Jr o parecer do Departamento de Saúde Animal do MAPA sobre a Portaria de nº 15/07 da Secretaria da Agricultura do RS.

Se o Senador necessitar de mais informações o Dr. Jamil Gomes de Souza, que é o nosso Diretor do Departamento de S Animal colocou-se à disposição prestar outros esclarecimentos julgados necessários, por telefone. O telefone do Departamento: 32 18 27 01 – 32 18 27 26

Também fico à disposição do Senador para qualquer outro esclarecimento.

Obrigado

Nelmon Costa

Secretário Substº da SDA

-- sec. de def 229 Agrupamento

-----Mensagem original-----

De: Jamil Gomes de Souza [mailto:jamil@agricultura.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 1 de março de 2007 12:01

Para: Nelmon@agricultura.gov.br

Assunto: restricao_Rs_port 15.doc

Oi Nelmon,

Espero que tenha ajudado ao Senador. Se quiser mais subsídios, tenho a impressão que poderíamos conversar com ele.

Jamil

DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Assunto: Restrições sanitárias aplicadas pelo Estado do Rio Grande do Sul - Portaria 015/2007 de 09 de fevereiro de 2007

O Ministério da Agricultura em razão do registro de febre aftosa nos municípios de Eldorado, Japorá e Mundo Novo no Estado do Mato Grosso do Sul, em outubro de 2005, e posteriormente no Estado do Paraná, editou Instruções Normativas para disciplinar o trânsito de animais susceptíveis seus produtos e subprodutos procedentes das áreas que foram afetadas. As outras áreas dos referidos estados e todos os outros estados do Brasil, com exceção de Alagoas, Piauí, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, parte do estado do Pará,, Maranhão, Pernambuco, Amapá, Amazonas e Roraima, continuaram com o reconhecimento nacional de livre de febre aftosa com vacinação.

Os estados do Acre, Rondônia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os municípios de Boca do Acre e Guajará no Estado do Amazonas foram mantidos pela Organização Mundial de Saúde Animal ~ OIE como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Desta forma, sob os aspectos técnicos e científicos e do ponto de vista nacional e internacional não há justificativas para o estabelecimento de qualquer restrição sanitária entre estas áreas.

JAMIL GOMES DE SOUZA

"ELDORADO"

A fartura de ouro já passou

Atraídos pela mídia nacional, sobre a descoberta do "Eldorado" do Juma, vários garimpeiros e aventureiros estão inchando o Garimpo do Juma, no município de Novo Aripuanã-AM. É que ainda há muito ouro a ser explorado, mas há terras disponíveis para quem chega agora. E as levas de aventureiros chegam diariamente de Mato Grosso e Pará.

O garimpo do Juma foi descoberto pelo garimpeiro de apelido "Goiano", provavelmente há mais de um ano, mas só em 15 de dezembro a notícia foi compartilhada com outros garimpeiros e no início de janeiro chegou à mídia nacional.

Atualmente, o garimpo do Juma é composto por 15 grutas, sendo que as mais famosas são Gruta Rica, Gruta do Goiano (que descobriu o garimpo), e do Zé da Balsa. Todas estão ocupadas. O trabalho funciona assim: o dono da gruta cede um pedaço da terra para o garimpeiro trabalhar. Todo o ouro retirado é dividido meio a meio. Mas cada um repassa 4% da produção para o dono do garimpo, Zé Capeta, que, por sua vez, destina uma parte para os fiscais que cuidam das grutas.

Os rondonienses predominam no local. Alguns estão tentando recuperar o que gastaram para retornarem para casa. Outros, passam fome. O portovelhense aposentado Elias Mendes de 65 anos, morador do bairro JK, que já garimpou em Serra Pelada, Campo Novo e Bom Futuro, está no Juma há

um mês e conseguiu apenas 4 gramas. Diz que vai ficar mais dois dias, depois retorna para Porto Velho.

O comerciante José Ferreira Silva conta que as terras do garimpo Juma pertencem ao seu pai, o "Zé Capeta", que comprou a área em 2003 e em seguida precisou ir para outra cidade. Em janeiro teve informações que havia gente garimpando suas terras e que havia ouro. O gerente do garimpo, Paulo César Bruno, braço direito de Zé Capeta, afirma que a notícia da chegada de tanta gente à imprensa nacional. Betou o anúncio de dar com a notícia na mídia nacional. Betou o anúncio de dar com a notícia na mídia nacional. Betou o anúncio de dar com a notícia na mídia nacional.

Atualmente, o garimpo do Juma é composto por 15 grutas, sendo que as mais famosas são Gruta Rica, Gruta do Goiano (que descobriu o garimpo), e do Zé da Balsa. Todas estão ocupadas. O trabalho funciona assim: o dono da gruta cede um pedaço da terra para o garimpeiro trabalhar. Todo o ouro retirado é dividido meio a meio. Mas cada um repassa 4% da produção para o dono do garimpo, Zé Capeta, que, por sua vez, destina uma parte para os fiscais que cuidam das grutas.

A busca pelo enriquecimento não faz restrição a sexo. Há muitas mulheres garimpeiras que fazem os mesmos trabalhos dos homens. Algumas enfrentam os mesmos problemas: vieram atrás de riquezas e não têm dinheiro para retornar para casa. Nilce Rodrigues e Elza Nunes contam que vieram de Ariquemes e há 18 dias tentam conseguir o dinheiro para voltar para casa.

Os garimpeiros que estão a caminho do "Eldorado do Juma" usam chuteiras com trava, que são melhores para caminhar no lamaçal. Só não descobriram como escapar dos surtos de diarreia, malária e micoses entre os dedos. A higiene é muito precária.

Varredura aérea detecta máquinas na Roosevelt

Garimpo na reserva indígena volta a preocupar; estradas clandestinas são utilizadas

PAULO RICARDO

Bastou uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana, para que fossem detectadas duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos, 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes da reserva indígena retornou com força total neste início de ano. A fiscalização mantida pela Polícia Federal em terras dos índios Cinta Largas, está impedindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando estradas clandestinas.

Após a varredura aérea, a Polícia Federal passou a comunicar os órgãos competentes para que alguma providência seja tomada. Calcula-se que, pelo menos algo em torno de 100 garimpeiros estejam no interior da reserva, extraído ilegalmente diamantes. Apesar de não haver confirmação oficial, especula-se que alguns índios estejam cobrindo a ação dos garimpeiros.

Nenhum garimpeiro foi preso nos últimos dias, conforme informações da Polícia Federal. Apesar de ter sido retomada legalmente a extração de diamantes nas terras sagradas dos índios Cinta Largas, há indícios de que muitos garimpeiros já teri-

am deixado o local para se aventurarem no "Novo Eldorado", no coração da Amazônia: o garimpo de ouro próximo ao município de Apuí que está atraindo centenas de garimpeiros de todas as regiões do país, como vem sendo noticiado nos principais veículos de comunicação do Brasil.

Máquinas do tipo resumidoras e motor de bomba de água também foram detectadas pela Polícia Federal dentro da Reserva Roosevelt. Os garimpeiros burlam a fiscalização da PF através de acessos clandestinos, chamados de alternativos.

Um passado manchado por sangue

O garimpo ilegal de diamantes na Reserva Roosevelt já levou Rondônia negativamente para os noticiários nacionais, com a chacina de mais de 20 garimpeiros. Atualmente, parece que foi estabelecido uma espécie de pacto entre garimpeiros e índios para a extração da pedra preciosa, já que os indígenas

não alarmaram a presença dos invasores em suas terras. Há alguns meses, quando a própria Polícia Federal fazia uma vistoria aérea, foi recebida à bala.

Nos anos anteriores, a Polícia Federal tem apreendido maquinários e outros equipamentos utilizados na extração, além de prisões de

garimpeiros e, inclusive, de índios que estavam facilitando a entrada de invasores nas terras indígenas.

As duas escavadeiras que foram avistadas no início da semana seriam as mesmas que provavelmente foram escondidas após uma operação desencadeada pela Polícia Federal.

12 - O ESTADÃO - PORTO VELHO - QUINTA-FEIRA 08/2/2007

MÃO-DE-OBRA GARIMPAGEM

GARIMPO

Imprensa nacional e internacional estão fazendo matérias no local. No garimpo estão jornalistas de agência inglesa, Reuters, da americana AP, além de profissionais do Canadá e Holanda. É "O Novo Eldorado" despertando a cobiça do mundo

Rondonienses "migram para garimpo no AM

Em opção, desempregados e garimpeiros revivem a "febre do ouro", em Apuí

por MARCELO GLADSON

A busca pelo enriquecimento rápido faz com que milhares de rondonienses, todos garimpeiros e aventureiros, que partem em busca de ouro no "Eldorado do rio Juma", garimpo localizado no município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí.

A passagem custa em média R\$ 105 e a partida acontece às 23h de Porto Velho. São 16 horas de viagem para cobrir o trajeto de 600 quilômetros até o município de Apuí. Depois, é preciso percorrer mais 400 quilômetros de estrada de chão pela BR- 230 (Transamazônica) até Apuí.

Difícil

Para chegar ao garimpo é preciso mais. Embarca-se num veículo do tipo pau-de-ara, em que é preciso pagar entre R\$ 20 a 25 até a margem do rio Juma. Daí, é preciso embarcar numa voadeira e pagar de R\$ 20 a 25 pela viagem até chegar à "currutela", cidade improvisada no garimpo. A parte final é feita numa caminhada de 800 metros até onde estão as grutas, local onde o ouro é procurado incessantemente na terra.

Para cruzar, através de balsas, o rio Madeira em Porto Velho, Humaitá e Apuí. No percurso estão 92 pontes de madeira. Entre Humaitá e Apuí, todo garimpeiro precisa pagar pedágio aos índios Penharin e Diahoy, afinal, eles são detentores da faixa de 30 quilômetros por onde é pre-

so passar. Os nativos provavelmente não sabem o que está acontecendo lá. Os garimpeiros chegaram às 7h e, embarcaram na Polícia Militar do Amazonas com uma barreira para evitar entrada de armas.

É não é apenas o começo da espera para chegar ao dorso do Juma, que muitos acreditam ser a única maneira de possibilitar riqueza rápida e imediata. A maioria dos garimpeiros de Porto Velho. São poucos os que chegaram ao estado de Amazonas que nararam a história da existência do garimpo.

A currutela (cidade improvisada no garimpo) em torno da qual vivem os garimpeiros, há de tudo: carne, bebidas, cigarros, chuteiras, materiais para garimpo e outros produtos essenciais ao dia-a-dia. Mas os preços são altos. Para se ter uma ideia, uma garrafa de cerveja custa R\$ 20,00, que equivale a um copo de leite. Um pacote de macarrão custa R\$ 10,00 e um pacote de arroz custa R\$ 10,00. Mas não há nem um banheiro público.

A polícia Militar do estado do Amazonas montou barragens, uma a 100 km antes de de Apuí, outra na do rio Juma, e na "currutela", dentro do garimpo. A Polícia Federal tem base na cidade, onde um posto construído para abrigar a estrutura da "Operação". Os trabalhos são feitos com a ajuda de um helicóptero, segundo os agentes. Mantém-se o objetivo, segundo os agentes, manter as "barragens" e evitar o tráfico de armas e drogas.

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2007

Senhor Presidente,

De acordo com o art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro as providências dessa Presidência, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 215 do mesmo Regimento, objetivando a reconstituição do Ofício “S” nº 12, de 2003.

A matéria, cuja origem é o Governador do Estado de Rondônia, foi publicada em 24/04/2003 na página 8454 do DSF com destino à Comissão de Assuntos Econômicos. Teve como relatores os senadores Gilberto Mestrinho e Garibaldi Alves, que devolveram a proposição para redistribuição. Em 21/01/2004 foi distribuído a novo relator, o senador Romero Jucá, em cujo Gabinete a matéria foi extraviada.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2006


Senador EXPEDITO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Magno Malta. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores que assistem à TV Senado, registro, com muita satisfação, o editorial publicado, hoje, no jornal **A Gazeta** do meu Estado: “Até quando? Senado adia votação de proposta de redução do limite de idade para que adolescentes possam ser condenados por crimes”. E diz: “O imobilismo tende a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade no país”.

Sr. Presidente, solicito que se registre nos Anais da Casa esse editorial de **A Gazeta**, digno de elogio, a fim de que o País inteiro dele tome conhecimento. Também solicitei à minha Assessoria que o inserisse na nossa página, de maneira que as pessoas pudessem acessar esse editorial tão significativo.

Vejo com preocupação, Sr. Presidente, o deboche pelo fato de a impunidade ser o adubo da violência:

Foi publicado no jornal **A Gazeta**: “Presas e Desocupadas”. Diz a matéria que duas moças, uma de 19 anos e outra de 18, fazem tráfico de pasta de cocaína desde os 15 anos e as duas, mesmo algemadas, com suas bolsas, estão sorrindo. O texto diz:

Duas jovens foram presas ontem na Serra, após terem trazido 3 kg de pasta-base de cocaína do Paraguai. Pela viagem, cada uma recebe R\$1 mil. Na delegacia, Ana Paula Santos da Silva e Caroline do Sacramento pareciam não se preocupar com a pena pelo crime de tráfico.

A impunidade fez com que chegássemos a esse deboche, a risadas diante daquilo, porque têm plena convicção que não vão pagar e não vão cumprir.

Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, eu gostaria de registrar que estou encaminhando à Mesa, precisamente ao nosso querido Presidente Renan Calheiros, um ofício, que já está protocolado e traz a assinatura de diversos Líderes desta Casa e da Mesa Diretora,

propondo o que entendo ser sensato neste momento que estamos vivendo, de calamidade na segurança pública nacional, já há alguns anos.

Como costume dizer, todos os limites foram arrebatados. Já não existe mais limite. Precisamos chegar a um consenso no sentido de que os três Poderes compenetrem-se da sua responsabilidade.

Sou daqueles que defendem a redução da maioria penal, mas não para 16 anos. Defendo que não tratemos de faixa etária nenhuma. A minha defesa é para que o cidadão brasileiro que cometa crime de sangue ou crime qualquer de natureza hedionda perca a sua menoridade e seja considerado maior, para pagar as penas da lei. Assim, qualquer brasileiro, de 50 anos ou de um ano de idade, que pegue uma escopeta e saia atirando em alguém deve responder pelo crime que cometeu. Não estou interessado na faixa etária.

Falo isso, Senadora Lúcia Vânia, com a autoridade de quem, há 25 anos, tira menores da rua, e até maiores, na minha concepção, de 16 ou 17 anos, que estupram, matam e sabem exatamente o que estão fazendo, que têm a capacidade de planejamento, mas são tratados, pelo nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, como crianças.

Faço essa proposta porque a redução da maioria penal tão-somente, Senador Efraim, não vai resolver o problema, não vai resolver, porque precisamos de um conjunto de medidas que envolvem o Executivo e o Judiciário.

Qual é a minha preocupação? É que a expectativa da sociedade é criada em cima do Legislativo. Mas o Legislativo não tem a chave do cofre e o poder de prender. A sociedade cria todas essas expectativas. No momento em que o Legislativo adia a votação da redução da maioria penal, cria na sociedade uma frustração. E, se nós votarmos a redução e ela não der jeito na violência, a frustração ainda será muito maior. Por quê? Porque é necessário um conjunto de medidas que dependem dos três Poderes.

Se a discussão já está nesta Casa, se a discussão já está no colo do Parlamento, estou propondo ao Presidente Renan Calheiros que convoque os três Poderes – a Justiça brasileira, na pessoa da Ministra Ellen Gracie, e o Executivo – para que constituam uma comissão entre eles. Aí, sim.

A responsabilidade maior de quem é? Do Executivo, porque o que é mais importante no Estatuto da Criança e do Adolescente não é a maioria penal, mas os centros de reabilitação dignos, que devem ser feitos pelo Executivo, porque o Legislativo não tem condição de deliberar sobre eles – não tem chave de cofre, não executa e não ordena despesas. O Judiciário é quem prende, é quem executa a lei.

Senador Marconi Perillo, que foi Governador por oito anos, legislador e Deputado Federal quando adolescente ainda, acredito, V. Ex^a sabe de tudo que estou falando. Perceba: se não é um conjunto de medidas envolvendo os três Poderes, “pagaremos um mico” junto à sociedade, que está frustrada por conta do adiamento da votação da redução da maioria penal. A sociedade, sozinha, nada fará. Por outro lado, se votarmos a redução da maioria penal e isso não resolver o problema da violência – porque também não resolverá –, ainda criaremos uma frustração maior no coração da sociedade. Daí a minha proposta ao Senador Renan Calheiros.

Senadora Lúcia Vânia, conversei com o Presidente, oficiei à Mesa, e S. Ex^a, então, chamará o Judiciário e o Executivo para criarem uma comissão dos três Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conclua, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ontem, vimos os Governadores reunidos na sala da Presidência do Senado. Esse fato só aconteceu quando da morte de Celso Daniel. E, ontem, estava o Governador Aécio Neves, meu amigo, que presidia a Câmara dos Deputados à época – V. Ex^a, Senador Efraim Morais, era o Vice-Presidente. V. Ex^a, inclusive, ajudou a criar aquela Comissão do Senado e da Câmara que condensou todos os projetos que tratavam da segurança pública. Essa Comissão, que durou 60 dias, foi presidida pelo Senador Iris Rezende. Portanto, tudo foi condensado, e tudo que foi condensado não foi votado. Ontem, aconteceu a mesma coisa.

Sr. Presidente, é preciso unir os três Poderes.

Chamo a atenção – e já encerro, Sr. Presidente – dos Poderes Executivo e Judiciário para que essa conta não seja paga, perante a sociedade, só pelo Poder Legislativo. Porque, ao votarmos a redução penal, a violência não será minimizada; se não a votarmos, frustraremos ainda mais a sociedade. O tema requer a junção e o envolvimento dos três Poderes para darmos uma resposta contundente e responsável à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, depois de haver conversado com o Presidente, enviei à Mesa essa proposta, que conta com a assinatura dos Líderes, para que a Nação saiba, tome conhecimento de que o Judiciário, o Executivo e o Legislativo devem se reunir e criar, de fato, uma expectativa que possa ser realizável, respondendo à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MAGNO MALTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Até quando?

Senado adia votação da proposta de redução do limite de idade para que adolescentes possam ser condenados por crimes

EDITORIAL

A população terá de esperar ainda mais para conhecer a decisão do Congresso sobre a proposta da redução da maioria penal no país, de 18 para 16 anos. Estava previsto que a matéria seria votada ontem no Senado, mas não foi. A Comissão de Constituição e Justiça da Casa achou uma forma de conter a velocidade de tramitação do projeto. Recorreu à forma clássica: criou uma comissão especial para discutir o assunto. É composta por seis senadores, que terão prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15, para se manifestar.

É a segunda vez que a matéria é barrada no Senado. No dia 14 de fevereiro último, uma manobra regimental articulada pelo governo adiou sua votação na Comissão de Constituição e Justiça. Num gesto que agradou ao Palácio do Planalto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu vista (tempo para analisar) das propostas. O presidente da CCJ, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), atendeu à solicitação, afirmando que a votação não passaria do dia 28 (ontem). Ficou o dito pelo não dito.

É difícil convencer a grande parte da sociedade de que não está em curso uma estratégia de esfriamento da matéria. Diminuir o limite de idade para que um jovem possa ser condenado por um crime virou te-

ma de batalha retórica no país. A tomada de posição, seja a favor ou contra, está sujeita a contestações. Ocorre que o adiamento de decisão tão importante também provoca desgaste – e muito – tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

Num primeiro momento, ao protelar a votação, os senadores evitaram confronto com parlamentares aliados ao Palácio do Planalto. E com instituições representativas da sociedade civil. Poucos dias após o assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieitis, fato que reavivou o debate sobre a idade mínima para punições penais, o presidente da República solicitou aos líderes de sua base no Congresso que derrubassem a tramitação da matéria. Para ele, o sentenciamento penal antes dos 18 anos pode “desproteger os adolescentes” – teoria que atrai ampla rejeição. Principalmente dos que se preocupam com os desprotegidos cidadãos de bem.

Criaram-se flagrantes deformidades no objeto dessa discussão. Às vezes até proposadamente, para esvaziá-la. É mil vezes evidente que a proposta de diminuir a idade mínima para punição penal não embute vingança à morte do menino João Hélio. Esse tipo de sentimento não tem nexo em política de segurança pública.

O imobilismo tende a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade no país

Também é falacioso o argumento de que o clima emocional sugere a protelação de eventuais mudanças nas leis penais. É evidente que se tratou de um fato chocante, de repercussão internacional, a barbárie praticada contra um garoto de seis anos, arrastado por um veículo ao longo de sete quilômetros, no subúrbio do Rio de Janeiro. Mas, se a tomada de atitude depender que cesse a participação de menores em atos criminosos, certamente ela não irá acontecer.

O imobilismo também está fadado a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade. É claro que não vai. Mas é indispensável adequar a legislação às necessidades atuais. Essa e muitas outras medidas devem ser tomadas, com urgência. A impunidade não pode continuar alimentando a violência. A sociedade não agüenta mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Senador Flexa Ribeiro, após a Ordem do Dia, concederei a palavra a V. Ex^a, pela ordem, e também ao Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do Item 1 da pauta.

Assim, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 331, DE 2006
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 331, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 15-3-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 332, de 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 332, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 18-3-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, de 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, qui-*

nhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 25-3-2007

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006
(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal*)
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999
(*Votação nominal*)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2,

de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).*

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro; em seguida, falará o Senador Expedito Júnior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, solicito a V. Exª a minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª já se encontra inscrito.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar – e há pouco conversei com o nosso amigo, Carreiro – que encaminhei requerimento à Mesa para a reconstituição de um Ofício “S” nº 12, de 2003, que versa sobre a renegociação da dívida do Beron – Banco do Estado de Rondônia.

Infelizmente, Sr. Presidente, parece que tem havido dificuldade para a reconstituição desse Ofício “S”. Por isso, peço o apoio de V. Exª, haja vista que o Relator de então era o Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa.

Ratifico o meu pedido de reconstituição do Ofício “S” nº 12, de 2003, para que possamos discutir novamente a respeito da renegociação da dívida do Beron – Banco do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Serão encaminhadas ao Senador Romero Jucá as Notas Taquigráficas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento de inserção em Ata de voto de aplauso ao Hospital Beneficência Portuguesa de Manaus pela inauguração do seu Centro de Alta Complexidade. O nome é de uma figura muito honrada: Comendador José dos Santos Silva Azevedo. Isso vai servir, e muito, para salvaguardar a saúde do povo da minha cidade, do meu Estado e da Amazônia Ocidental.

É um grande benefício regional, portanto, o Hospital da Beneficência Portuguesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Serei brevíssimo; apenas enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a publicação nos Anais do Senado da reportagem que escrevi para a revista **ISTOÉ**, intitulada “Um mundo, um sonho: a volta à china 30 anos depois”. Ali faço um relato mais completo da viagem sobre a qual já me reportei da tribuna do Senado.

Peço, pois, seja transcrita a reportagem da revista **IstoÉ**, publicada às páginas 58 a 70, inclusive com as fotos e o texto complementar da jornalista Mônica Dallari.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 120, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



ESPECIAL CHINA

**UM MUNDO,
UM SONHO**

A VOLTA À CHINA 30 ANOS DEPOIS

**Senador faz viagem no tempo,
reencontra o país que visitou em
1976 e relata com exclusividade por
que a China se tornou a economia
que mais cresce no mundo**

**Por EDUARDO MATARAZZO SUPPLY
FOTOS: MÔNICA DALLARI**

1976 / 2007

Avenida Tiananmen, a principal de Pequim (acima).
As casas conhecidas como *hutons*, que na década de 1970 formavam a paisagem, cederam lugar a edifícios modernos com milhares de escritórios.
Na foto principal, o senador Suplicy retorna à Muralha da China, 30 anos depois da primeira viagem, que ele relatou na edição número 4 de ISTOÉ

REPORTAGEM
EXCLUSIVA PARA

ISTOÉ



ESPECIAL CHINA

Minha primeira visita à China ocorreu em 1976, dois anos após o restabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil. O governo militar havia interrompido nossas relações em 1964. Fui um dos três primeiros jornalistas brasileiros convidados a visitar, durante 19 dias, seis cidades, seis fábricas, duas comunas agrícolas, a Universidade de Pequim e outras organizações. Foi em abril-maio de 1976, durante os últimos meses da Revolução Cultural, pouco após a morte de Xu-en-Lai, em janeiro, e antes da morte de Mao Tsé-tung, em setembro. Vi muitos cartazes – os “dazibaos” – colocados em murais e carregados em passeatas com críticas ao “vento desviacionista de direita de Deng Xiaoping”. Mas, dois anos depois, em 1978, Deng se tornou o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), dando ao país uma nova direção.

CIDADE PROIBIDA

Residência de várias dinastias de poder, hoje é o principal ponto turístico de Pequim

Foi o responsável pelas reformas econômicas que levaram a China a ter um grande impulso nos últimos 30 anos. O intérprete daquela época, Chen Duqing, tornou-se um bom amigo e hoje é o embaixador da China no Brasil. Ele insistiu para que eu voltasse ao seu país agora.

Assim, de 17 a 27 de janeiro, visitei Pequim, Xangai, Xian e zonas rurais situadas a 100 quilômetros em torno dessas cidades, com o propósito principal de conhecer como os chineses conseguem alcançar tão altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, como estão erradicando a pobreza absoluta e tentando construir uma sociedade justa. Convidado pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China (CCPCC), tive, desta vez, a oportunidade de conversar com inúmeras autoridades, como o vice-diretor da Comissão de Economia e Finanças da Assembléia Popular Nacional, Yi Xun Yan; o vice-ministro do Departamento Internacional do CCPCC, Cheng Fengxiang; o



TEMPLO DO CÉU No local em que imperadores pediam pelo tempo bom, mulher elogia Deng Xiaoping

diretor-geral do Grupo Líder de Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento do Conselho de Estado, Wu Zhong; o diretor-geral para América Latina e Caribe do Departamento Internacional do CCPCC, Wang Hua. Tive também um encontro muito significativo com o professor Tian Xiaobao, presidente da Academia de Segurança Social e Trabalho, do Ministério do Trabalho.

Em 1976, logo ao chegar a Pequim tive a sensação de estar em outro planeta.

Desta vez, no aeroporto, muito mais moderno e com um movimento extraordinariamente maior, esperavam-nos Chen Xiao Ling e Zhu Xiaoning, duas intérpretes e

guias que falavam português. Nosso embaixador na China, Luiz Augusto Castro Neves, estava no Brasil. Mas a embaixada nos deu toda assistência através do ministro conselheiro Carlos Alberto M. den Hartog, e do cônsul-geral em Xangai, João de Mendonça Lima Neto, com suas equipes.

Na primeira tarde fui visitar o parque onde fica o Templo

TÚNEL DO TEMPO *Suplicy (à dir.) em 1976 e a Muralha de Xian, hoje: a mais larga do país*

do Céu, um paradigma da arquitetura e simbolismo chinês, concluído na dinastia Ming. Milhares de pessoas de todas as idades, mesmo em dias úteis, aproveitavam o dia frio, mas agradável, para jogar, tocar instrumentos típicos de cordas e conversar. Ouvi um grupo muito animado de mulheres que cantavam e dançavam com microfone e alto-falante portáteis. Perguntei à guia o que cantavam. Eram “loas” aos feitos e conquistas de Deng Xiaoping, falecido em 1997.

★ **MÚSICA E SUVENIRES**

Os chineses gostam de dançar, inclusive em locais abertos, como à noite junto ao lago Hohai, em frente a um grande número de restaurantes e casas noturnas. Homem com mulher, mulher com mulher, homem com homem, o que conta, para eles, é a diversão. Nesse lugar, de muito movimento, quando caminhava com o ministro brasileiro, eis que um rapaz, e depois outro, veio nos perguntar se gostaríamos da companhia de jovens chinesas. Não demos atenção. Havia muitos ambulantes que ofereciam algum tipo

de souvenir, como em qualquer lugar onde tenha turistas estrangeiros. Pedindo auxílio, vi um homem, sem uma perna, com muleta, diante do Palácio Imperial.

Hospedei-me no Hotel Minzu, na mesma avenida da Praça da Paz Celestial onde ficara há 30 anos. O impressionante mar de bicicletas que vi naquela época foi substituído pelos carros, num trânsito intenso e atravancado. As bicicletas ainda circulam em grande número, mas nas espaçosas ciclovias laterais. **Em Pequim há hoje 2,85 milhões de veículos. Calcula-se que daqui a três anos serão 3,8 milhões. São mil novos carros por dia.** As autoridades recomendam aos motoristas que, voluntariamente, utilizem transporte público uma vez por semana. Nossa guia, membro do PCC, procurava dar o exemplo. Há programas para elevar o uso do transporte público para 40% em 2010.

Em frente ao hotel, ao longe, ainda consigo observar a torre da estação da Rádio de Pequim, onde trabalhava o jornalista Jaime Martins, exilado em 1976. Sua filha Raquel, então com 12 anos, é hoje uma exímia tradutora e intérprete. Veio me visitar e falou sobre o progresso da China. Explicou que, para um povo que viveu mais de cinco mil anos sob o



ESPECIAL CHINA

domínio de um império, o conceito de democracia é bem diverso do que aquele a que estamos acostumados. Para ela, o avanço dos chineses em permitir liberdades democráticas e eleição direta dos governantes será gradual.

Na avenida do hotel e por toda parte, nas diversas cidades, impressiona o número de novas construções, seja de edifícios residenciais, comerciais ou industriais. **Metade dos guindastes ou gruas de construção civil do mundo está operando na China neste momento.** Os empresários brasileiros já despertam para essa grandiosidade. Segundo o conselheiro João Mendonça Lima Neto, nos últimos quatro anos, 35 empresas brasileiras se instalaram em Xangai, como o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, o Itaú BBA, a BM&F, a Vicunha, a Seleniun, a Comexport, a M. Kassab, a WEG Motores Hidráulicos e a DHB.

No segundo dia fomos visitar a Grande Muralha, um dos patrimônios da humanidade. Quando Yuri Gagarin subiu ao espaço, observou que essa era a única construção feita pelo homem visível lá de cima. Com seis mil quilômetros, os chineses a construíram há mais de dois mil anos para evitar a invasão dos mongóis e de outros povos. Há 30 anos, nosso pequeno grupo chamava a atenção. Os chineses se aglomeravam à nossa volta para observar como éramos diferentes. Hoje, o número de visitantes é extraordinário e os estrangeiros já não despertam curiosidade. Chega-se à região de Badaling, a 70 quilômetros de Pequim, um dos pontos onde está a Muralha, por uma excelente e nova auto-estrada.

Xangai mudou muito. Visitei a moderníssima área de Pudong, que, até o início da década de 90, era precária e marginalizada. Nos últimos 12 anos, com incentivos fiscais para atrair empresas, Pudong se tornou um bairro de centenas de edifícios, tanto de escritórios como de moradias, que continuam a ser construídos em ritmo veloz. No Centro de Exibição de Planejamento Urbano conheci o cuidadoso grau de planejamento da cidade, com a projeção de um filme, numa tela de 360°, sobre como a cidade ficará no futuro. Numa plataforma, viajo rapidamente em meio a prédios muito altos projetados por alguns dos melhores arquitetos do mundo. Em seguida, do alto da torre da TV Pérola Oriental, pude ver a grandiosidade de Xangai, que faz lembrar Nova York.

★ MESA FARTA

O Jardim Yu Yuan, outra refinada construção da dinastia Ming, continua preservado. Almoço ali perto, no restaurante Lu Bo Lang. Foram servidos cerca de dez pratos, como aconteceu outras vezes, oferecidos amavelmente pelos chineses. Entre os pratos, sapo branco e tubarão, em meio a muitos "gambel", a saudação de saúde.

No banquete oferecido pelo diretor-geral do CCPCC, Wang

SÓ MULHERES

Em Xangai, a maior cidade do país, a banda da TV Pérola tem aposentadas e desempregadas. O único homem é o maestro

Hua, perguntei-lhe sobre a pena de morte na China. Expus meu ponto de vista de que ela não contribui para diminuir a criminalidade violenta. Dei o exemplo de pena de morte recente, de Saddam Hussein, que havia provocado maior violência e mortes no Iraque. Respondeu-me que os chineses, desde há muito tempo, acreditam que deve se aplicar a pena de morte no caso de assassinatos. Informou, entretanto, que agora somente a Suprema Corte Popular é que pode decidir sobre a pena capital, o que limitará bastante os casos.

Conheci o Centro Cultural do Distrito Zhabei, que desenvolve atividades, em especial para idosos, de dança, música, artesanato, artes gráficas, pinturas e de bem fazer e servir o chá. Entrei numa sala onde cantei, com a condução do maestro e o acompanhamento de um coral entusiasmado de 100 pessoas. Em seguida, visitei um apartamento no bairro reurbanizado onde se encontravam quatro gerações de uma família: os avós, os pais, os dois filhos e suas esposas e uma neta. Haviam se mudado há dois anos para aquele edifício recém-construído, onde tiveram direito a ocupar 320 m², divididos em três apartamentos.

Ao seguir para o aeroporto internacional de Pudong, que serve Xangai, para voar para Xian, vejo em velocidade incrível o trem de tecnologia alemã, que praticamente voa sobre os trilhos: 35 quilômetros em sete minutos. Em breve, ligará Xangai até Hangzhou, uma distância de 130 quilômetros, atingindo

mais de 400 km por hora. Mais uma vez observe os investimentos em infra-estrutura, as boas auto-estradas e os inúmeros anéis viários, tanto em Pequim quanto em Xangai.

Conheci projetos de inclusão social e combate à pobreza. Na aldeia Xiang Yugou, a uma hora de Xian, no distrito de Chang An, nas montanhas de Qin Ling, há uma boa escola infantil. Percorri as casas de famílias de agricultores, que foram estimulados a melhorá-las para poder receber hóspedes vindos das áreas urbanas e assim melhorar sua renda. São muitos os chineses das cidades que querem conhecer a vida no campo. A diária custa 50 yuans, ou US\$ 6,50, com direito a três refeições.

★ COMBATE À POBREZA

A cerca de 80 quilômetros de Pequim visitei um projeto parecido, embora a região seja mais rica. Trata-se de uma área de plantação de maçãs, iniciada na primeira metade dos anos 90. Ali também as famílias foram estimuladas com ajuda financeira a melhorar suas casas, para receber os hóspedes urbanos. Nesse caso, a diária é de 80 yuans, ou US\$ 10. Seguindo a tradição, os moradores reservam os melhores cômodos da casa para os visitantes.

Essas áreas e organizações agrícolas são bem diferentes das comunas que visitei em 1976, propriedades do Estado em que os trabalhadores se organizavam de forma coletiva, obedecendo às diretrizes de produção de um planejamento central. Desde 1978 os agricultores passaram a ter direito a cultivar uma área de um hectare ou pouco mais para cada família, podendo decidir o que produzir, de acordo com o mercado. A área ainda pertence ao Estado, mas a família tem a concessão para explorá-la enquanto puder.

A 82 quilômetros de Xian, visitei a Zona de Demonstração de Indústrias de Alta Tecnologia Agrícola de Yangling, que promove as mais variadas experiências de plantios, de aproveitamento industrial de produtos agrícolas, pesquisas de plantios em zonas secas, técnicas de irrigação, controle de água e da erosão do solo. Seus diretores, Tang Limei e Liu Zhonshan, informam que já desenvolvem intercâmbios com institutos de pesquisa do Rio Grande do Sul, mas que gosta-

TRADIÇÃO MANTIDA

O progresso da economia não tirou as bicicletas de circulação. Elas são a opção preferencial dos jovens e dos mais pobres



ESPECIAL CHINA

riam de aprofundar relações com outras instituições, como a Embrapa e a SBPC. Ali os chineses criaram o primeiro bode clonado a partir de células somáticas e estão localizadas duas grandes instituições de ensino, a Universidade Noroeste A & F e o Colégio Vocacional e Técnico.

Em Xian também fui conhecer a antiga muralha em torno da cidade. Ela é mais larga do que a Grande Muralha, e anualmente ali se promove corrida de atletas. Aluguei uma bicicleta para poder ter uma idéia melhor das construções da cidade, das mais antigas às mais modernas. Gostei muito de ver o Palácio da Primavera Quente e, sobretudo, os guerreiros do Exército de Terracota, que o imperador mandara fazer para proteger a sua terra de possíveis invasores – que já foram expostos no Brasil.

★ CINCO MIL ANOS

De volta a Pequim, visitei a enorme área onde estão, já na fase final de construção, inúmeros estádios, ginásios e estabelecimentos para os Jogos Olímpicos de 2008. O Estádio Olímpico de Futebol tem uma arquitetura especialmente bonita que faz lembrar um ninho de passarinho. Ao lado, estão sendo concluídas as obras de edifícios modernos para 20 mil atletas de todo o mundo. Será uma oportunidade excepcional para os chineses se mostrarem inteiramente. Como diz Jin Yuanpu, diretor do Centro de Estudos Olímpicos Humanísticos: **“É tempo de nós revivermos e repensarmos nossa filosofia tradicional e preciosa herança. O mundo nos dá 15 dias, nós lhe daremos cinco mil anos.”**

Por toda parte onde ando, observo que as pessoas em geral estão bem vestidas, muito diferentes de trinta anos atrás, quando quase todas usavam aqueles típicos uniformes azuis de Mao. Os adultos usam mais cinza e preto e os jovens gostam das roupas coloridas, no estilo ocidental. O uso de instrumentos eletrônicos, a começar pelo celular até os iPods, é intenso e generalizado. Diferentemente de 1976, quando se viam apenas os grandes cartazes de propaganda política, hoje há pelas cidades e estradas uma profusão de anúncios comerciais, tanto de marcas internacionais quanto de nacionais.

Pude perceber que as reformas instituídas desde 1978 estimularam as iniciativas econômicas tanto no meio rural quanto urbano. As pessoas passaram a ter a possibilidade de enri-

quecer, organizando firmas para produzir e vender bens e serviços, sob o lema expresso por Deng Xiaoping, em 1982: “É tempo de prosperar. A China tem sido pobre por mil anos. Enriquecer é glorioso.”

Os investimentos estrangeiros foram intensamente estimulados. Empresas com diferentes formas de propriedade e controle passaram a existir. As de propriedade do Estado que foram caracterizadas por ineficiência diminuíram. O Estado, entretanto, continua a ter importante presença na

economia, especialmente reservando para si as áreas consideradas fundamentais, como energia elétrica, petróleo, petroquímica, telecomunicações, carvão, indústria naval e de aviões. Mesmo nestas áreas, o governo tem promovido importantes parcerias com empresas internacionais, a exemplo do que já ocorre com a Embraer. Ademais, o governo tem a grande preocupação de planejar o desenvolvimento da economia – através dos planos quinquenais –, o crescimento das cidades e a interação com o setor privado.

explicaram, para não criar pessimismo na população. Os modernos meios de comunicação, como o celular e especialmente a internet, muito provavelmente terão um efeito importante na abertura da sociedade chinesa. **O *China Daily*, principal jornal que circula em inglês, anunciou, em janeiro, que dentro de dois anos a China terá um número maior de internautas do que os EUA, que hoje têm 210 milhões de pessoas na rede.** Sem dúvida, também o número crescente de chineses que visitam o exterior contribuirá muito para a abertura. Estima-se que 34 milhões viajarão para fora da China em 2007, 10% mais do que em 2006.

★ CENSURA NA TEVÊ

Nos hotéis modernos há 34 canais na televisão, muitos dos quais internacionais, como a CNN, dos EUA; a BBC, do Reino Unido; a RAI, da Itália; a TV5, da França, e de vários outros países. Informaram-me que, se a CNN der informações sobre a *China de fatos não problemáticos*, tudo bem; mas, se as notícias forem negativas, a transmissão é suspensa.

Os chineses caracterizam seu sistema como socialista de mercado. Há um contraste, pois permitem liberdade de informação econômica e comercial, certamente muito mais do que há 30 anos, quando, por exemplo, todo o comércio exterior era feito por empresas estatais. Hoje uma pessoa física, se o desejar, pode fazer comércio com o exterior.

Para o sistema de mercado funcionar eficientemente, faz-se necessário que as pessoas e as empresas emitam sinais sobre o que desejam comprar e vender de bens e serviços, inclusive com a liberdade de se fazer publicidade da qualidade e da marca do que se pretende vender. Por outro lado, embora as liberdades de expressão, de imprensa, de organização política e outras tenham se ampliado, ainda são bem mais limitadas do que no Brasil.

Perguntei muito sobre a organização da economia chinesa, de seus programas sociais, de como conseguiram fazer o Produto Interno Bru-

to crescer a taxas superiores a 9% ao ano desde o início dos anos 1990, e 10,7% em 2006, mantendo a estabilidade de preços – a taxa de inflação no ano passado foi de apenas 1,5%. O PIB atingiu US\$ 2,68 trilhões, o quarto maior do mundo, depois dos EUA, Japão e Alemanha. Em 1976, o PIB per capita chinês era 34% do PIB per capita brasileiro. Agora, é 43%.

A China foi capaz de diminuir o número de pessoas em condições de pobreza absoluta nas áreas rurais de 250 milhões, em 1978, para menos de 30 milhões recentemente, explicaram-me. O sistema de seguridade social tem um significativo desenvolvimento. Normalmente, as empresas contribuem com

NOVOS TEMPOS, NOVAS ROUPAS

No parque, em 1976 (acima), jovens em trajes estilo Mao debatem política em preparação a uma manifestação contra “o vento desviacionista de direita”. Hoje (à esq.), perto do campus universitário de Pequim, o colorido está na moda, assim como os celulares, os iPods e as grifes. Em Xangai (abaixo), as construções tradicionais convivem com arranha-céus. A meta é deixar Nova York para trás em grandiosidade

O Partido Comunista da China mantém o controle da sociedade com o apoio de oito partidos menores, chamados democráticos, que são considerados aliados, desde que Mao Zedong assumiu o poder em 1949. Nota-se uma gradual abertura do processo político, com a população participando das decisões em níveis locais, mas não ainda com eleições diretas. Quando perguntei, por exemplo, se seria possível a jornalistas fundarem um novo jornal e tecer críticas às autoridades, disseram-me que não. Há hoje um número muito grande de publicações, jornais, revistas, e muitos canais de televisão e rádio. Mas há normas que precisam ser seguidas, segundo me



ESPECIAL CHINA

20% sobre o valor dos salários para o fundo de previdência e os trabalhadores com 8%. Estima-se que, com as demais contribuições referentes à assistência médica, acidente de trabalho, auxílio-maternidade, fundo de habitação e seguro-desemprego, as contribuições da empresa correspondem a 57% do salário. Além do sistema de seguro-desemprego, há meios de ajudar a encontrar novos empregos, com treinamento e lugares nas cidades onde as pessoas diariamente vão procurar oportunidades de trabalho. **A taxa de desemprego hoje está próxima de 4%. A taxa de juros anual está em torno de 2,3%.** O salário mínimo na China difere se a província, a região ou a cidade são mais ou menos desenvolvidas, e é definido pela autoridade central depois de um diálogo entre o governo, federações representativas de trabalhadores e empresas. Em janeiro, o salário mínimo em Pequim estava em 640 yuans por mês (cerca de US\$ 80); em Xangai era de 750 yuans; em Jiangshi, de 270 a 360 yuans; no Tibet, de 445 a 495 yuans. Shenzhen, uma das áreas mais modernas e industrializadas perto de Hong Kong, tem o salário mais alto, de 700 a 810 yuans. Já o salário médio em Pequim estava em torno de 2.800 yuans (US\$ 150).

★ RENDA MÍNIMA

Há ainda um sistema para completar a renda das famílias que não alcançam um mínimo para a sua subsistência, regulamentado por decreto em cada província, também de acordo com o grau de desenvolvimento. Assim, em Pequim, segundo me explicaram o diretor-geral Wu Zhong e o diretor Gao Hong Bin do Escritório de Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza do Ministério do Trabalho, se uma família de três pessoas – pai, mãe e uma criança – não alcança uma renda de pelo menos 390 yuans por mês per capita, cerca de US\$ 50, portanto US\$ 150 mensais para três pessoas, ela passa a ter o direito de receber o que falta para completar aquele patamar.

Há por volta de 23 milhões de pessoas em 26 províncias nesse programa, o que não é tanto para a China. A família declara o seu rendimento, que é verificado, num processo complicado, pelo ministério civil, governo provincial e pela comunidade. Se for descoberto que houve falsificação, a família perde para sempre o direito de receber o complemento. Segundo Wu Zhong, no campo é mais fácil a comunidade acompanhar, uma vez que os vizinhos conhecem bem cada família.

Expliquei como estavam se desenvolvendo os programas sociais brasileiros, como o Bolsa Família, e a perspectiva, aprovada em lei, de gradualmente introduzirmos uma Renda Básica Incondicional para todos os brasileiros como um direito à cidadania.

Foi com o professor Tian Xiaobao e outros economistas que tive a mais longa e produtiva conversa, de três horas. Ele é autor do livro *Seguridade social na China*, de 2006, publicado pela China International Press, e é considerado o economista chinês número 1 em assuntos do trabalho. Depois de explicar todas as vantagens de uma Renda Básica Incondicional, perguntei-lhe se achava possível instituir esse direito para todos os mais de 1,32 bilhão de chineses.

Respondeu-me que considera a Renda Básica de Cidadania uma proposta racional, de bom senso, coerente com os objetivos de construção de uma sociedade harmoniosa, conforme defendia o mestre Confúcio (551-479 a.C.). Também era concernente com os objetivos presentes do governo chinês. Mas é preciso, disse ele, um período de preparação durante os próximos planos quinquenais. Assim, a Renda Básica será possível e desejável em 2020. Em seguida, o professor Tian convidou-me para uma palestra sobre o tema na Academia de Seguridade Social e Trabalho. Aceitei na hora.

Fiquei superfeliz. Como co-presidente da Rede Mundial da Renda Básica (Basic Income Earth Network – Bien), convidei-o para participar do próximo XII Congresso Internacional da Bien, que se realizará em Dublin, Irlanda, em 2008.

Ao voltar para o Brasil, passando um dia em Paris, vi *La stella che non c'è*, filme do diretor Gianni Amélio, co-produção chino-italiana, que conta a história de um técnico italiano que se preocupa com a venda de um alto-forno com uma peça defeituosa para uma siderúrgica chinesa. Ele resolve ir à China procurar a siderúrgica que a comprou. Viaja de Pequim até a Mongólia. Vê muitas regiões, vilas e pessoas

EDUARDO SUPLEY

CONTRASTES DA CHINA DE ONTEM E HOJE

O país melhorou a qualidade de vida, mas crescimento gerou novos problemas

ONDA DE POLUIÇÃO

O avanço da economia agravou a poluição nas grandes cidades. Há nuvens de fumaça no ar e lixo nos rios (ao lado). Em 2006, a China não cumpriu a meta de redução de poluentes

TRABALHO INFANTIL

Em 1976, crianças trabalham numa fábrica de relógios perto de Pequim (à esq.). Hoje, a estatística oficial diz que 98% delas estão na escola. O que ocorre é o fluxo de homens do campo para a cidade em busca de trabalho melhor remunerado

Uma viagem de 10 mil quilômetros pela China.

Um documentário sobre o país gigante
 foi lançado em Brasília. O filme
 também mostra a situação econômica
 e social do país.



DOIS TEMPOS Em ISTOÉ de agosto de 1976 (*acima*), Suplicy mostrou a velha China; hoje o país faz grandes obras para as Olimpíadas (*ao lado*)

quanto no rural, e entre ambos. Procura-se dar uma atenção mais humana ao que chamam de socialismo de mercado, através de medidas como a eliminação recente de impostos para os camponeses, a ampliação do sistema previdenciário e os investimentos em infra-estrutura em todo o país, do que é exemplo a maciça construção civil, a ferrovia para o Tibet e a interiorização das indústrias.

ainda em dificuldade. **A realidade mostra que falta muito para que as estrelas contidas na bandeira chinesa – que significam pátria, dignidade, honra, prosperidade e florescimento – possam brilhar de fato.** Mas é um sinal de que não têm medo de mostrar a dura realidade que ainda existe, para combatê-la e poder dar mais um salto de progresso.

Em 1976, a caminho da China, assisti em Paris ao documentário do cineasta holandês Joris Ivens, que se tornara amigo de Xu-en-Lai ao filmar a guerra civil, em 1938. Com seu material se fez o único documentário sobre o período revolucionário chinês. O filme *Como Yukong removeu as montanhas* foi feito de 1973 a 1975, com a autorização de Xu-en-Lai, em total liberdade. O filme me ensinou muito sobre a transformação da China.

O atual presidente, Hu Jintao, tem enfatizado a sua preocupação com o lado perverso da abertura econômica e do desenvolvimento da economia de mercado, especialmente em função da crescente disparidade de renda, tanto no setor urbano

★ **DESAFIOS ATUAIS**

Os brasileiros e chineses têm muito que aprender uns com os outros. Temos muitas semelhanças. O Índice de Desenvolvimento Humano apurado em 2006 está próximo de 0,792 no Brasil, e de 0,768 na China. A expectativa de vida está em 73 anos para ambos. A taxa de analfabetismo de adultos no Brasil é de 11%. Na China, de 9,1%.

Os chineses têm pela frente o desafio de compatibilizar o rápido crescimento com a combinação do funcionamento dinâmico do mercado e o planejamento da economia, criando instituições que possam garantir real cidadania, liberdade e dignidade para todos. Nós, brasileiros, temos a aprender com eles que é possível conciliar crescimento com estabilidade de preços, levando em conta a vida da população. Temos de avançar mais e mostrar aos chineses que a democracia plena poderá permitir a ambos também conciliar o desenvolvimento com maior igualdade e justiça. ■

100 mil

membros do Partido Comunista deixaram o governo em 2006, acusados de corrupção

73 anos de idade é a atual expectativa de vida da população chinesa

A taxa de mortalidade infantil é de 23 óbitos para cada mil nascimentos (Unicef). Índice semelhante ao de El Salvador

ARTE E CULTURA

Depois de ganhar o Festival de Veneza, em dezembro, o cinema chinês arrebatou na semana passada o Urso de Ouro, em Berlim (*acima*, o cineasta Wang Quanan). Na Ópera de Pequim (*à esq.*), a tradição de servir o chá requer habilidade e precisão

BRUNNIN



ESPECIAL CHINA

BABY BOOM NO ANO DO PORCO

Horóscopo chinês indica sorte e bonança aos nascidos em 2007. Governo teme explosão demográfica e mexe nas leis

Por **MÔNICA DALLARI**

As crianças nascidas após a implantação da Política de Planejamento Familiar na China, no final dos anos 1970 – que permitia a cada casal ter apenas um filho –, provocam hoje uma revolução nos hábitos e costumes milenares dos chineses. Atualmente na faixa entre 25 e 30 anos, os jovens nascidos naquele período preferem se casar mais tarde ou mesmo permanecer solteiros, anseiam por viver longe das famílias e as mulheres adiam o quanto podem a maternidade.

A flexibilidade de pontos do programa, que se tornou necessária com o tempo, deve provocar um inesperado *baby boom* em 2007.

O programa começou quando a população chinesa, a maior do mundo, estava perto de bater a casa de um bilhão de habitantes, o que ocorreu em 1980. Sem a adoção da “política do filho único”, avalia-se que a China, hoje com 1,32 bilhão de habitantes, teria 400 milhões de pessoas a mais. Com a manutenção da política, que o governo ajusta, mas não cogita suspender, a expectativa é que a população chegue a 1,36 bilhão em 2010 e a 1,45 bilhão em 2020.

Ao obrigar o casal ao filho único (ficaram de fora apenas as 55 etnias consideradas minoritárias, que representam 8,1% da população, contra 91,9% da etnia ham), sob risco de pesadas multas e punições, o governo não imaginava os problemas que estavam por vir. O primeiro deles, de origem cultural, foi a preferência pelos filhos homens, especialmente no campo, onde ainda vivem 60% da população. Os homens possuem maior força física, garantem a continuidade da família e são os responsáveis por sustentar os pais na velhice. Pela tradição, são considerados “superiores”. Em

A POLÍTICA DO FILHO ÚNICO GEROU MATANÇA DE BEBÊS DO SE



100 meninas nascidas. A desproporção é tão séria que a Comissão Nacional de Controle Populacional e Planejamento Familiar calcula que em 2020 existirão 30 milhões de homens a mais que mulheres, o que poderá gerar o aumento da violência e distúrbios sociais. Esses homens estarão principalmente nas áreas rurais, que têm escolaridade mais baixa.

A questão causa preocupação a ponto de as autoridades permitirem aos casais que vivem no campo ter o segundo filho, caso o primeiro seja uma menina ou possua grave problema de saúde. Como a manutenção do controle de natalidade é considerada fundamental para o crescimento do país, especialmente nas áreas rurais, no início deste ano entrou em vigor uma nova política de ajuda financeira às famílias no campo que acataram a lei do planejamento familiar. O benefício foi testado em dez províncias desde 2004. O objetivo é estimular cada vez mais os

FOTOGRAFIA: MONICA GALLAR

mandarim, principal dialeto chinês, “filho homem” e “semente” têm o mesmo som, *zi*.

A consequência imediata foi a matança de meninas recém-nascidas, o abandono em orfanatos e, atualmente, o aborto, após a constatação do sexo em exames de ultra-som. O exame para a identificação, apesar de proibido, é feito em larga escala. Ainda neste primeiro semestre deverá ser aprovada uma lei que pune com pena de três anos de prisão quem fizer o aborto para interromper a gestação de uma menina. Na China, o aborto é permitido em casos de gravidez indesejada (sem saber o sexo da criança) e pode ser feito em hospitais públicos a um custo de aproximadamente US\$ 50.

O desequilíbrio entre os sexos tende a aumentar ainda mais. Hoje, nascem na China 119 meninos para cada 100 meninas. Em algumas províncias, como Guandong e Hainan, a proporção é de 130 meninos para 100 meninas. A média nos países em desenvolvimento é de 104 a 106 meninos para cada

O QUE FAZER?

Nascem na China 119 meninos para cada 100 meninas. Em 2020, haverá 30 milhões de homens a mais

casais a terem apenas um filho. Ao completar 60 anos, todos os pais e mães de filhos únicos, de duas filhas ou que tenham perdido o único filho terão direito a receber cada um uma pensão anual de 600 yuans, US\$ 75 per capita, ou US\$ 150 por casal.

Pode parecer pouco, porém na China o sistema previdenciário começa apenas agora a to-

mar forma, especialmente pelo significativo aumento da população com mais de 60 anos. Até hoje não existia nenhuma aposentadoria rural. Os homens são obrigados a se aposentar com 60 anos e as mulheres com 55 na zona rural – e 60 anos nas grandes cidades.

Homens e mulheres acima de 60 anos deixam de receber seus vencimentos e passam a depender totalmente dos filhos. Hoje, 143 milhões de chineses, ou 11% da população, têm mais de 60 anos. Em 2020, a estimativa é de que os idosos cheguem a 234 milhões, 16% do total. Além da população de

KO FEMININO, DESEQUILIBROU A POPULAÇÃO E PODE CAUSAR DISTÚRBIOS SOCIAIS



ESPECIAL CHINA

idosos crescer 3% ao ano, a expectativa de vida subiu de 67 para 73 anos nas duas últimas décadas.

Mas, e os casais que tiveram apenas uma filha mulher? Esse é outro problema enfrentado pela geração dos filhos únicos. Afinal, não são eles os responsáveis por manter seus pais? O resultado é que muitos casais jovens acabam sendo obrigados a sustentar os pais e os sogros, além do próprio filho. Isso se não estiverem vivos avós e avós, fato bastante freqüente. Não é à toa que muitos preferem permanecer solteiros.

Para solucionar esse impasse, uma nova modificação na política de controle de natalidade permite que casais formados por dois filhos únicos possam ter dois filhos, com a diferença de quatro anos entre eles. A novidade animou os cerca de dois milhões de filhos únicos em Pequim, onde as mulheres, cada vez mais dedicadas à profissão, não se casam com menos de 27 anos. Como na China não há nada que não seja em grandes proporções, por conta dessa mudança prevê-se um *baby boom* em 2010. Porém, o fenômeno acabou se antecipando em três anos, em função do horóscopo chinês. Para evitar outro *baby boom* em 2010, está em estudo o fim da obrigatoriedade de espera para se ter o segundo filho.

Em 2007, segundo o horóscopo chinês, se comemora o ano do "Porco de Ouro", quando se cruzam no mesmo período o porco com o elemento ouro. **O encontro só ocorre a cada 60 anos, e é visto como sinal de sorte e honança para os nascidos no período.** A expectativa é que, em vez dos 78 mil novos bebês registrados anualmente em Pequim, aconteçam 140 mil nascimentos!

SEM PREVIDÊNCIA
Aumento da população com mais de 60 anos leva governo a criar benefícios aos idosos

O desejo de ter dois filhos é resultado da insatisfação dos jovens em terem sido filhos únicos. Além de se sentir sozinhos, eles sofrem com a superproteção das mães e são muito pressionados para obter bons resultados nas escolas e competir nos estu-

NOVOS CASAIS
Em 2006, foram realizados 170 mil casamentos em Pequim, 77% mais do que no ano anterior

dos. Não é à toa que são apelidados de "pequenos imperadores" ou "imperatrizes".

A consequência já aparece no mercado de trabalho. Por serem considerados mimados, pouco sociáveis, irascíveis e egoístas, muitas vezes acabam preteridos nos empregos. A explicação é que eles têm tudo muito fácil e por isso desistem logo diante da primeira dificuldade.

O mesmo acontece nos casamentos. Outra pesquisa, feita com 162 casais com menos de 30 anos, mostrou que o sonho de 92% deles era morar longe dos pais por conta da interferência deles – especialmente da sogra... A taxa de divórcios de casamentos de filhos únicos é de 24,5%, contra 11,7% de casais vindos de famílias mais numerosas.

A verdade é que os problemas do programa de controle de natalidade estão só no começo. Nesse momento, a política está em questão por atingir apenas a população mais pobre ou os funcionários públicos, obrigados a dar o exemplo. Com a abertura do mercado e o surgimento dos novos-ricos, a multa de 60 mil yuans (US\$ 7,5 mil) para quem tiver o segundo filho e o elevado custo das escolas (1,2 mil yuans mensais o jardim da infância, ou 800 yuans o ensino fundamental) deixaram de ser empecilho.

O privilégio atinge uma pequena minoria, mas provoca descontentamento, especialmente porque chineses famosos estão tendo mais filhos, em uma demonstração considerada de total desrespeito ao controle de natalidade. Afinal, a lei deveria ser igual para todos. É o caso da cantora popular Mao Amin, do cineasta Chen Kaige, diretor do premiado *Adeus, minha concubina*, e do ídolo do futebol chinês Hao Haidong, todos eles com mais de um filho. O governo estuda adoção de punições maiores, que poderão chegar a 1,2 milhão de yuans, ou US\$ 150 mil, para quem infringir a lei.

Isso não quer dizer que a dor de cabeça da Comissão Nacional de Controle Populacional e de Planejamento Familiar vá diminuir. O *baby boom* deste ano era para acontecer inicialmente em 2015. Depois, previsão se antecipou para 2010. Agora, corre-se o risco de ter dois *baby booms* na mesma década. Resultado: as surpresas da política do filho único, que já não é tão único assim, prometem se suceder.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido, Senador Eduardo Suplicy, na forma regimental.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, penso que V. Ex^a, Presidente Efraim, estava presente à reunião da Executiva do nosso Partido hoje pela manhã, quando da exposição, com base em transparências, com dados fidedignos, por uma consultoria que o nosso Partido contrata para fazer análises macro e microeconômicas. V. Ex^a, como eu, deve ter ouvido as preocupantes constatações a que o Professor Cláudio Adilson chegou; ele que é verdadeiro sempre, porque quando o Governo vai bem, ele vai, com seus dados e constatações, ao fim da linha e assevera ou que “isso está certo, aquilo vai dar certo”, ou que “isso está errado, isso não vai dar certo”. Quem assim procede, adquire credibilidade.

Da exposição de hoje, V. Ex^a, Presidente Efraim, deve se lembrar, assim como eu me lembro, que, dentre as várias constatações, a MCM Consultores chegou ao resumo do resumo do resumo da avaliação.

A avaliação que fizemos hoje foi sobre o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. E V. Ex^a deve ter verificado, conforme avaliação que demandou uma hora e meia de exposição, com transparências, números, estatísticas, com seqüência histórica de fatos e ocorrências, que há uma constatação, que me preocupa demais, preocupa também a V. Ex^a, e a este Plenário também deve preocupar: o PAC não prevê, em momento algum, melhoria da qualidade do gasto público nem a contenção de gasto público. O PAC prevê investimentos de R\$503 bilhões e prevê, para este montante, receita pública decorrente do crescimento do País à base de 5% ao ano.

Sabemos que o País, lamentavelmente, não vai crescer 5% ao ano. E, como não há previsão de contenção de gasto público nem melhoria na qualidade do gasto público, a constatação a que chegamos, Senador Marconi Perillo, é que vai, sim, haver a tentativa de aumento de carga tributária mais uma vez.

E aí quero fazer uma avaliação sobre um dado preocupante e um dado aterrador. O preocupante é o anúncio, pelo IBGE, do ridículo crescimento do PIB brasileiro: 2,9%, contra 5,1% do mundo inteiro. O mundo inteiro, que tem Austrália, tem Estados Unidos, tem Uruguai, tem Argentina, como tem Sudão, tem Bangladesh, tem Zaire, tem República Dominicana, tem Haiti; enfim, o mundo como um todo cresceu 5,1%, enquanto o Brasil cresceu 2,9%. Pior: o dado aterrador está nos jornais de hoje, dado do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário): a carga tributária sobre a

economia brasileira atingiu o inédito patamar de 38,8%. Ou seja: estamos chegando a 40%, num Governo, Senadora Lúcia Vânia, que prometeu – e V. Ex^a sabe –, aqui desta tribuna, pelos Ministros da economia que aqui vieram – os que estão e os que saíram –, que, se fosse constatado aumento de carga tributária, o Governo tomaria a iniciativa de tomar providências para baixar a carga tributária. Quero só ver!

Pela exposição do PAC, haverá tentativa de aumento de carga tributária.

Desconfio que temos uma chance de que o Governo não ouse fazê-lo, porque, como ele não tem capacidade de gasto, anunciou, num enunciado de intenções, um mundo de coisas que não vai saber fazer. Se ele souber fazer, vai precisar de dinheiro, que não tem, e vai aumentar imposto, vai tentar aumentar imposto e vai nos encontrar pela frente. Ah, vai nos encontrar pela frente. Vai me encontrar, assim como ao Senador Arthur Virgílio, que quer um aparte e vai merecer, com muito prazer; vai encontrar aqueles que estão, Senador Cristovam, vigilantes, como o Senador Jarbas Vasconcelos, que fez um belo pronunciamento hoje. Vai encontrar os homens que têm zelo pelo interesse coletivo, como o Senador Mão Santa. Vai nos encontrar pela frente e vamos evitar o mal maior que é, Senadora Lúcia Vânia, este País não vai crescer nunca a 4%, 4,5% ou 5% com a taxa de juros de 13% e a carga tributária de 38,8%.

O PAC é conversa fiada; é enganação. Nem tem receita para fazer nem tem Governo capaz de gastar para realizar nem uma coisa nem outra. Vamos ter de conviver com um Governo ineficiente e tentador por aumento de carga tributária.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, neste ano o setor externo será negativo em cerca de 1,5%...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Será 1,4%, para ser mais preciso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Algo parecido com isso. Então, temos de crescer internamente, na demanda interna, quase 6% para atingirmos os 4,5% a que se refere o PAC. Agora, V. Ex^a tocou em um ponto, que é nevrálgico, que é basilar, fundamental. Se o PAC é expansionista, se não temos hoje nenhuma proposta efetiva de redução de gastos – não temos, estamos vendo o Estado gastador, perdulário, cada vez mais gastador e mais perdulário –, é óbvio que só se financia esse expansionismo proposto pelo PAC com aumento de carga tributária. É uma coisa óbvia – é lógica, mais do que lógica –, já que não se tem mais a manivela da Casa da Moeda para gerar dinheiro inflacionário.

A carga tributária de 38,53% absurdos hoje está em 38,80%. É algo absolutamente impensável! Ou seja, não há mágica que faça um País sustentar o crescimento com perspectiva de distribuição de riqueza, algo de longo termo, com uma carga tributária desse jaez. Eu estou um pouco cansado com aquela conversa das pessoas que olham para trás: “Ah, porque o Governo Fernando Henrique pegou 17% e deixou 28%”. Muito bem, está em 38%. Desculpem-me, deixou em 34%; agora, está em 38%. Fernando Henrique e seu Governo resgataram vários esqueletos, capitalizaram mais de uma vez Banco do Brasil e Caixa Econômica; resolveram problemas herdados ainda do período autoritário, como o BNH, por exemplo; renegociaram dívidas de Estados e Municípios. Eu pergunto a V. Ex^a: qual foi o esqueleto retirado do armário por este Governo? Nada, a não ser o financiamento de um suposto superávit. Ou seja, um ajuste fiscal. E o ajuste fiscal é desejável. Obtido esse ajuste fiscal pela forma mais negativa, que é a do aumento da carga tributária. Não obtiveram o ajuste fiscal de maneira saudável, que seria a da despesa menor, para se racionalizar a aplicação das receitas. V. Ex^a aborda com muita segurança esse tema, e a Casa só aumenta a admiração que nutre por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador, Arthur Virgílio, V. Ex^a abordou, abrindo a porta para o que eu quero abordar agora, a questão do câncer chamado “apreciação do real”, maravilha para quem quer ir ao exterior, Senador Marconi Perillo. Senador Jayme Campos, para quem quer ir à Disney, dólar a R\$2,10 é uma maravilha; agora, para quem produz – como V. Ex^a em seu Estado – algodão, soja, para quem compra fertilizante, vender a produção a R\$2,10 e ter comprado fertilizante com dólar lá em cima é um desastre completo. O PIB cresceu 2,9%. Senador Garibaldi, o PIB do Brasil cresceu 2,9%. Cresceu por quê? Porque o consumo das famílias cresceu 3,8% acima do crescimento do PIB, movido por quê? Por coisas artificiais tipo crédito consignado, que é finito; as pessoas têm uma capacidade ilimitada de tomar dinheiro emprestado e pagar, e a inadimplência já está acontecendo. Então, o consumo das famílias aconteceu por crédito consignado e também por pressão da Oposição para o aumento do salário mínimo. Aumento do salário mínimo que pressionou o quê? Aumento da carga tributária, que faz o quê? Que impede o crescimento da economia de forma sustentada, mas cresceu a economia por conta do aumento da renda das famílias em 3,8% e dos investimentos, Senador Marconi Perillo, que cresceram 6,3%. Investimento por quê, Senador Mozarildo? Cresceu por quê 6,3%? Por conta do dólar barato. As pessoas fizeram investimentos. Isso é uma

coisa boa. Só que inibiram; importam equipamentos e inibiram a produção local de equipamentos. E o que é que puxou para baixo o PIB? Cresceu por conta da renda das famílias e dos investimentos, mas o setor externo a que se referiu o Senador Arthur Virgílio, Senador Cristovam, caiu 1,4%. O que é isso? O que é cair 1,4% do setor externo? É o seguinte, para quem está nos vendo pela TV Senado: é que as exportações de 2005 para 2006 cresceram a 5,0%. Em 2006, foram 5% maiores. E as importações? Foram 18,1% maiores, cresceram muito mais do que as exportações. E, no balanço do setor externo, puxou o PIB para baixo em 1,4%. Por quê? Porque você exporta 5 e importa 18. O que importou deixou de produzir aqui dentro, você puxou para baixo o PIB. Por conta de quê? De câmbio. Câmbio por quê? Por causa de juros, é evidente. Câmbio por conta de juros. Senador Cristovam, o Dr. Henrique Meirelles, um cidadão por quem tenho todo o apreço, respondendo a uma pergunta que fiz sobre o custo do empilhamento dos US\$100 bilhões que o Brasil conseguiu acumular de reservas... Perguntei a ele se não seria mais conveniente ao País se, em vez dos US\$5 bilhões que estávamos gastando de diferença entre o custo de captação desses dólares e a aplicação desses dólares em títulos do mercado americano, em vez de pagar esses US\$5 bilhões de juros, de diferença de juros, investíssemos, fizéssemos investimentos em infra-estrutura para retomar o crescimento do País. Ele disse que não, que aquilo fazia parte de um lastro que o Brasil precisava ter para conter o risco Lula, praticamente disse isso. Disse que era uma espécie de seguro contra incêndio que o Brasil tinha de pagar. Tem de pagar e tem de se habituar a esse estado de coisas. Para ver, Senador Cristovam, a República Dominicana cresceu 10,7%; a Venezuela, 10,3%; a Argentina, aqui do lado, 8,5%; o Uruguai, 7,3%. Lula acabou de ir ao Uruguai fazer mais uma benesse, levar um óbolo para um país que cresceu 7,3%; o Paraguai cresceu 4%! O Brasil cresce 2,9%?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só um minuto.

E o BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China –, como andam os nossos parceiros emergentes? Senador Arthur Virgílio, sabe quanto cresceu a China? Cresceu 10,7%. Sabe quanto cresceu a Índia? Cresceu 9,2%, e o Brasil, 2,9%. Em um mundo comprador. E se o mundo deixar de ser comprador como China está anunciando? E em um dia só a Bovespa cai 6,2%. Como nós vamos ficar?...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro que sim, mas um minuto só.

Estou fazendo esses alertas porque é preciso que adotemos corretivos de rumo. Senador Marconi Perillo, Senador Jayme Campos, estamos falando em PAC como se fosse a panacéia, o remédio para todos os males. E a carga tributária, a taxa de juros e o câmbio, que são a âncora puxando para baixo o tempo todo? Como ficam? É o PAC que vai resolver? O mal maior, o câncer que nós temos de debelar, que temos de combater chama-se carga tributária, e pela exposição de hoje, o PAC está nos ameaçando com perspectiva de aumento de carga tributária. Se vier proposta, já vou falar sobre uma expectativa que vai nos encontrar pela frente.

Ouçó, com muito prazer, os Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro, pela ordem de solicitação.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Agripino, como sempre, seus pronunciamentos trazem alertas fundamentais. Hoje fiz um discurso, lembrando que a nossa geração de Senadores – tirando, talvez, o Senador Marconi Perillo, que é bem mais jovem –, entre os 70 e 50 anos, foi a primeira que cresceu e ficou madura sob o signo do desenvolvimento. Agora a gente está passando para a próxima geração com o signo da involução, de uma regressão: pela taxa de crescimento baixa, acompanhada com a de outros países – até há pouco tempo, a nossa era maior –, e pela corrupção, pela violência, que é uma forma de involução civilizacional. Alertava sobre algo que V. Ex^a tocou indiretamente: temo que essas mudanças – não estou chamando de manipulação – nas estatísticas que vão medir o PIB daqui para frente possam trazer uma manipulação, para indicar um crescimento que não esteja ocorrendo. Precisamos ficar alertas, porque isso será também uma involução terrível na transparência – uma involução na transparência que a gente não pode deixar que aconteça.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Cristovam Buarque, muito obrigado por seu aparte.

Podem falar nisso ou naquilo, mas há coisas que falam por si sós. O desemprego no Brasil, lamentavelmente, voltou a crescer – esse é o grande indicador de crescimento ou não da economia. Os dados do IBGE, que é um órgão do Governo, mostram que o desemprego nas grandes capitais voltou a crescer. No mês de janeiro cresceu o desemprego, e caiu a renda: dois péssimos indicadores, que foram seguidos pela constatação nefasta de um crescimento de 2,9% e da informação aterradora de que a carga tributária chegou a quase 39%.

Com prazer, ouço o Senador Eduardo Suplicy, porque parece que S. Ex^a está querendo pegar um avião.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pedi uma gentileza aos Senadores Flexa Ribeiro e Mão Santa, que me permitiram brevemente apartear-lo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, considero que V. Ex^a traz à tribuna pontos relevantes. V. Ex^a observou, na argüição junto ao Presidente Henrique Meirelles, alguns dos pontos que lhe chamam a atenção. Quero dizer-lhe que tenho confiança em que os dados macroeconômicos, inclusive os apresentados pelo Presidente Henrique Meirelles, denotam uma perspectiva de crescimento sustentado da economia pelo conjunto dos dados, como poucas vezes houve na história recente do Brasil, seja porque diminuiu significativamente a taxa de inflação, 3,14% em 2006 – é a menor desde 1999, quando foi instituído o Plano de Metas –, seja porque diminuiu de 57% para 49% o endividamento público sobre o PIB, ou mesmo por causa da taxa de crescimento, 2,9% – ainda que essa não seja a que esperava o Presidente Lula ou aquela pela qual torcíamos. As condições são muito propícias, mesmo quando V. Ex^a chama a atenção para o crescimento da taxa de desemprego em janeiro. Lembro que, em todo mês de janeiro, normalmente ocorre um aumento do desemprego, que diz respeito às pessoas que, na época de fim de ano, com o aumento das vendas, são empregadas.

Assim, se levamos em conta a comparação com o mês de janeiro do ano passado, a situação ainda é melhor. De maneira que avalio que podemos ser mais otimistas do que V. Ex^a está sendo em relação aos efeitos que poderá ter o Programa de Aceleração do Crescimento. Mas considero que as ponderações de V. Ex^a são construtivas, inclusive porque V. Ex^a chama a atenção para pontos importantes. Tivemos um diálogo muito esclarecedor com o Presidente Henrique Meirelles, que, respondendo à pergunta de V. Ex^a e à minha, expôs que obviamente está consciente de que, ao se adquirirem reservas, muitas vezes se levantam recursos à taxa de juros alta, para aplicá-los no mercado internacional em títulos de grande confiança, como os norte-americanos, que pagam 4,5% menos do que o que se paga aqui no Brasil. Por outro lado, V. Ex^a sabe que esse maior volume de reservas representa garantia para o Brasil em circunstâncias como a desta semana, em que houve grande volatilidade nas bolsas internacionais. Felizmente, aquilo que poderia parecer uma crise na Bolsa, em verdade, durou apenas a terça-feira, porque, na quarta-feira, já

houve uma reação positiva. Não sei hoje como está. Na minha avaliação, surgem as condições para uma diminuição ainda mais acentuada das taxas de juros, o que vai possibilitar aquilo que todos desejamos: a compatibilidade de crescimento com a estabilidade de preços. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, como sempre, é elegante nas suas observações e concorda com coisas acertadas. V. Ex^a concluiu pelo que eu ia responder-lhe.

As condições macroeconômicas para a redução da taxa de juros, a começar pelo controle da inflação, estão estabelecidas, não há nenhum reparo a fazer. O Dr. Henrique Meirelles tem agido com muita sabedoria e com muita determinação – com muita determinação! Tem conseguido excelentes índices de controle da inflação. Ora, se as condições macroeconômicas estão postas, V. Ex^a eu e a torcida do Flamengo inteira perguntamos: por que o Copom não começa, de verdade, a baixar a taxa de juros? Por que o Copom, que vinha fazendo a taxa de juros cair a 0,5%, de repente passa para 0,25% e, depois do solavanco da China, pensa até em parar ou diminuir a intensidade dessa diminuição?

Taxa de juros é remédio para câmbio. É na veia. O Governo está com todas as condições macroeconômicas estabelecidas, pelo que fez Fernando Henrique Cardoso, e Meirelles não mudou uma vírgula. Se se criaram as condições, por que – perguntamos V. Ex^a e eu – não se destrói o mal maior e se acelera o processo de diminuição de taxa de juros, para que aí sim haja uma decente taxa de câmbio? O câmbio que o Brasil adotou é o moderno processo de câmbio flutuante, em que pesam a balança comercial, os investimentos que vêm de fora para pegar os juros de 13% e os leilões que o Brasil faz hoje, por necessidade de segurar o câmbio em um nível no mínimo aceitável. Essa é a pergunta.

Se não baixa a taxa de juros, o serviço da dívida vai ficar... Senador Arthur Virgílio, peço desculpas, porque brindei V. Ex^a com uma informação errada. V. Ex^a é um diplomata, conselheiro do Itamaraty – que eu queria ver embaixador sênior –, mas é um economista de mão cheia. Prestei uma informação a V. Ex^a nesta semana, dizendo que aquilo que o Brasil estava gastando de diferença entre o que pagava para captar os US\$100 bilhões e o que estava auferindo com a aplicação dos mesmos US\$100 bilhões, que são as reservas que temos, era US\$5 bilhões. Eu menti a V. Ex^a e peço perdão. O dado do Banco Central divulgado hoje não é de US\$5 bilhões, mas de US\$6,2 bilhões, US\$1,2 bilhão a mais do que informei a V. Ex^a e aos demais Srs. Senadores. Com esse US\$1,2 bilhão, dava

para fazer metade da transposição do São Francisco. Foi o equívoco que cometi.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Mão Santa e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, entendo que hoje V. Ex^a é a figura mais importante da política do Brasil. V. Ex^a tem feito oposição elegante e firme, com visão. Eles não ouvem e não aprendem, mas me lembro de quando V. Ex^a denunciava aquele negócio da mamona, do *biodiesel*, aquele carnaval todo. É igual ao PAC, propaganda antecipada e criminosa. Ora, lembro-me de que V. Ex^a disse que aquilo não tinha economicidade. V. Ex^a tem ciência e consciência. Foi um desastre. No Piauí, usa-se a mamona, mas o litro do óleo sai por quase R\$5,00. Quem vai comprar? Depois de três anos, esbarramos com aquilo que V. Ex^a disse: economicidade. Eu iria ser muito simples. Sou cirurgião prático, e, às vezes, dá certo. Ó Lula da Silva, Juscelino era cirurgião médico, como eu! Cícero Lucena, quero dizer o seguinte: cada um que rememore seus Estados! Represento aqui o Piauí, que, para mim, é mais importante do que o Brasil. Foi o povo do Piauí que me trouxe até aqui. Enquanto V. Ex^a estava falando, eu estava aqui revivendo as obras inacabadas. O Presidente Lula da Silva enganou o povo do Piauí. O Porto de Luís Correia está inacabado, parado. Quanto à estrada de ferro Teresina/Parnaíba/Luís Correia, meu amigo engenheiro Alberto Silva foi iludido, pois disseram que iriam, em 60 dias, deixá-la pronta. O Hospital Universitário está parado. E o Pronto-Socorro Municipal? O ex-Prefeito Firmino Filho botou... Disseram: “Só faltam uns convênios”. E prometeram e foram lá. Seria inaugurada uma ponte para comemorar os 150 anos de Teresina. V. Ex^a é engenheiro. O Presidente da República e o Governador foram lá. Teresina já está com 154 anos. Fiz uma ponte no mesmo lugar em 87 dias. Heráclito o fez em cem dias. Já faz quatro anos, e está lá a ponte sesquicentenária! E a Transcerrado – que possibilitaria o crescimento –, a Universidade do Delta, a carcinicultura? Quando deixei o Governo do Piauí, Presidente Cícero Lucena, o cultivo de camarão era de US\$20 milhões; hoje, exportamos menos de US\$4 milhões. Essa é a miopia do PT. E a fábrica de leite em pó? Um pré-metrô é o que há lá. Então, queríamos que, em lugar do PAC, este Governo tivesse vergonha e terminasse as obras inacabadas do Piauí, pelas quais, pacientemente, nosso povo espera.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem

peço brevidade, porque vejo o Sr. Presidente já bem inquieto, por causa do tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, como sempre, V. Ex^a traz à tribuna assuntos da maior importância, temas palpitantes. Se houver disponibilidade de tempo, eu mesmo estou inscrito para falar pela Liderança do PSDB e vou tratar – entre outros assuntos – do quanto custa à Nação manter a taxa cambial nas bases que quase inviabilizam o setor produtivo nacional.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – US\$6,2 bilhões.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mais que o que é gasto com o Programa Bolsa-Família.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito mais.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Somente para manter a taxa cambial. Senador José Agripino, o PAC, que todos queremos que dê certo, peca na sua origem, porque o Governo novamente insiste em fazer sua projeção com crescimento de 4,5%. Ao longo dos últimos quatro anos, já nos foi apresentado pelo Presidente Lula o espetáculo do crescimento. A cada ano, o Presidente e o Ministro da Fazenda afirmam: “O crescimento vai ser de 5%”. Não fomos surpreendidos pelo índice inferior, porque fomos avisados, ao longo do ano, de que, lamentavelmente, cresceríamos 2,9%, apenas mais do que o Haiti novamente. Se crescermos a 4,5% pelo PAC, não vamos ter energia para manter o crescimento. E, se não crescermos, o PAC não vai dar certo, porque não terá a receita necessária. Então, o Presidente precisa desatar esse nó e esclarecer à Nação brasileira como vai fazer o País crescer sem energia e como vai implementar o PAC sem a receita pelo crescimento previsto no plano. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Por isso, Senador Flexa Ribeiro, é que estou aqui me antecipando, alertando esta Casa sobre a perspectiva que vejo cada vez mais real, depois da exposição aqui, hoje,...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Sr. Líder, prorrogaremos seu tempo, mas pedimos sua compreensão, para que os demais oradores possam falar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...da intenção do Governo de aumentar a carga tributária. Vai-nos encontrar pela frente.

Ouçõ rapidamente o Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, concluirei o discurso.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador José Agripino, quero apenas dizer poucas palavras. Se o Presidente Lula tivesse quem o informasse dos pronunciamentos que se fazem aqui, do quilate do que foi feito por V. Ex^a e pelo Senador Jarbas Vasconcelos, hoje, com certeza, não cometeria os erros que cometeu no primeiro mandato e que – parece – vai insistir em cometer no segundo mandato. Espero realmente que o Presidente tenha bons conselheiros nesse segundo mandato.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Esperamos todos nós, Senador Mozarildo.

Sr. Presidente, minha preocupação é que as coisas aconteçam neste País. Ninguém espere do PFL posição intransigente com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento! Onde for viável, vai merecer nosso voto favorável. Não vamos criar dificuldades ao Governo, muito menos ao País. Podemos ser adversários do Governo, não somos inimigos do País. Pelo contrário, pode contar sempre com nossa colaboração. Mas gato por lebre não!

Há outra coisa. Senador Arthur Virgílio, preste atenção, porque vai chegar – espero que não chegue – a notícia do veto à Emenda nº 3, da Super-Receita. Sabe o que significa isso? Significa dizer que aos auditores da Receita Federal, aos fiscais da Receita Federal, será permitido eliminar o contrato de trabalho entre pessoa jurídica e empresa. Se alguém constitui uma pessoa jurídica por uma pessoa que presta serviço a dez empresas ou a uma empresa, cabe somente à Justiça do Trabalho decidir se o contrato é legal ou não. E o que se anuncia ao veto é para facilitar aquilo que foi intenção do Governo na MP nº 232.

Lembra-se, Senador Arthur Virgílio, da famigerada MP nº 232, que derrotamos? Pois querem agora derrotar a Emenda nº 3 – que aprovamos por unanimidade nesta Casa e na Câmara –, para tentar meter a mão no bolso do prestador de serviço ou da pessoa jurídica que presta serviços a empresas e que procura exercer com dignidade sua profissão ou sua ação, tudo na ânsia desmesurada de aumento de arrecadação.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mário Couto, com a aquiescência da Presidência, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Já fiz até um sinal ao Sr. Presidente de que meu aparte será bem breve, Senador José Agripino. Quero fazer os votos que sempre fiz, desde que cheguei a esta Casa, de que o Presidente Lula possa nos ouvir. Hoje, lamento, e é exatamente isso que quero dizer, Senador José Agripino, que não esteja no plenário nenhum membro

do Partido dos Trabalhadores para ouvir seu brilhante discurso. É lamentável! Penso que é por isso que o Presidente Lula não sabe dos belos e contundentes pronunciamentos que se fazem neste plenário em favor da sociedade brasileira. Portanto, quero lamentar que estejam aqui representados o PSDB, o PMDB, vários Partidos, mas não o PT. Que pena! É lamentável que isso possa acontecer nesta tarde, em função do brilhante pronunciamento que faz V. Ex^a! Até com a preocupação que têm V. Ex^a e cada Senador, em favor do nosso povo brasileiro, com o PAC e com outros planos que o Governo Federal está lançando – foi assinado agora um decreto lançando novo plano no dia 22 de fevereiro, e vou comentar isso no decorrer da semana –, é lamentável que não haja nenhum membro do Partido dos Trabalhadores, nenhum Senador, para dizer ao Presidente da preocupação da sociedade brasileira, que muito bem V. Ex^a transmite nesta tarde. Meus parabéns, Senador José Agripino!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Espero que o Senador Suplicy, que teve a oportunidade de me apartear e que teve de se ausentar, leve ao Palácio do Planalto as preocupações que não são minhas, são da sociedade, são do Plenário que se manifesta. S. Ex^a terminou por concordar comigo, no sentido de que o maior dos males é a taxa de juros e de que as condições macroeconômicas estão criadas, para que o Governo, se quiser, se tiver cabeça, determine uma escalada descendente vigorosa na taxa de juros e não fique que nem um poltrão, baixando-a 0,25%, 0,15%, 0,10%, quando tem todas as condições de baixá-la para, inclusive – aí sim! –, dar uma contribuição para diminuir a carga tributária, porque já não vai gastar tanto dinheiro com o serviço da dívida, alimentada a uma taxa de juros de 13%, campeã de juro real no mundo.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, agradecendo a V. Ex^a e dizendo que, se há uma obrigação da qual meu Partido não abre mão, esta é a de lutar contra o aumento de impostos. A sociedade não agüenta mais. E, pela exposição que ouvi hoje, estamos com a perspectiva na nossa frente. O sinal amarelo está aceso e vai-nos encontrar pela frente – a nós e àqueles que querem, de verdade, que o Brasil retome seu crescimento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra o orador inscrito, Senador Marconi Perillo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Pois não, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para informar ao Senador Couto que estou aqui desde o início do pronunciamento do nosso querido Senador José Agripino e que a Senadora Fátima Cleide também se encontrava bem ali, naquele cantinho. S. Ex^a não nos viu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo, pelo tempo regimental.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna hoje não para falar de política, ao menos no sentido mais estrito a que todos, nesta Casa de Leis, estamos acostumados a ouvir; tampouco vim falar de partidos, reformas, planos, programas ou emendas.

O intuito, Sr. Presidente, é inverter a ordem – e por que não dizer subverter a ordem – para homenagear um grupo de gente criativa, ousada, nova, que marcou o início de uma forma nova de ver e pensar o Brasil de perspectiva mais brasileira, por assim dizer. Gente antropofágica, que virou as costas aos ditames clássicos da prosa e da poesia; gente que rompeu com as regras, a métrica, o modelo, para criar livre de qualquer padrão.

Exceto por Graça Aranha, o grupo ruidoso e provocador só tinha jovens intelectuais de São Paulo: Oswald Andrade, Manuel Bandeira, Heitor Villa Lobos, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, entre muitos outros, todos imbuídos do propósito de apresentar a nova arte, a nova música, a nova poesia numa semana especial para a história da literatura brasileira: a Semana de Arte Moderna, que, na semana passada, completou seus 85 anos.

Dividido em três festivais realizados no Teatro Municipal de São Paulo, o movimento propunha uma visão de mundo diferente, que deveria ser recebido com curiosidade ou interesse. Mas tudo, absolutamente tudo, parece ter chocado os modelos preponderantes de então.

Não deu outra, Sr^{as} e Srs. Senadores. Nem Menotti Del Picchia conseguiu expor as linhas e os objetivos do movimento, nem Mário de Andrade conseguiu recitar a **Paulicéia Desvairada**. Com Manuel Bandeira não foi diferente: não era possível ouvir **Os Sapos**, uma

crítica ao parnasianismo...Uma enxurrada de vaias para todos os lados marcou a segunda noite, que deveria ser a mais importante do movimento.

Se, no contexto do mundo globalizado de hoje, com comunicação em tempo real, o novo nem sempre é bem recebido, quiçá num Brasil conservador do início do século XX, marcado por uma estrutura essencialmente agrícola e com uma visão de si mesmo fundada na estética européia e dos Barões do Café.

Só poderia ter causado espanto a vontade de romper com as práticas artísticas dominantes, que, apesar de aceitas e mantidas, mostravam-se esgotadas e incapazes para expressar o tempo de mudanças do início do século XX. Não é à toa que Menotti del Picchia reafirmava a estética modernista como guerreira, de reação, e dizia:

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho em nossa arte. Que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou anacronicamente a dormir e a sonhar, na era do *jazz band* e do cinema, com flauta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena.

Os modernistas queriam ver o Brasil pelo olhar brasileiro, queriam, naquele ano de comemoração do Centenário da Independência política, marcar também a independência mental, intelectual e moral. É com esse espírito que me permito lembrar nesta tribuna o trecho inicial da magnífica obra de Mário de Andrade:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança feia é que chamaram Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Se o incitavam a falar, exclamava:

"Ai! Que preguiça!..."

O caráter maior do Herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade, era exatamente o de exaltar a brasilidade, dar um grito, Sr^{as} e Srs Senadores, em favor da cultura genuinamente nossa, brasileira, latino-americana, futurista e livre.

Macunaíma dava continuidade às concepções do movimento modernista, que já se manifestavam em **A Escrava que não é Isaura**. Mário criou o herói

sem caráter com um perfil do homem da nossa terra, com virtudes e defeitos.

Está exatamente nesse aspecto a principal virtude dos Modernistas: transcenderam o romper com o tradicional, para lançar uma nova leitura do Brasil, que exalta nossas formas, nossa visão de mundo, que tenta superar a condição de exilados em nossa própria terra, para ressaltar as culturas indígenas e africanas, tidas como primitivas.

Essa a razão do impacto do "Abaporu", de Tarsila do Amaral. É a própria autora que reconhece o impacto do bicho feio numa sociedade marcada pelo gosto geral das paisagens semelhantes à vida, reino da natureza morta, como era a provinciana São Paulo dos anos vinte.

O "Abaporu", nas palavras de Tarsila, relembra as histórias contadas pelas velhas negras depois do jantar, histórias de assombração que estava no forro da casa e lhe causavam medo.

Dali a instantes, ia cair um braço da abertura, uma perna, uma cabeça. Eram histórias que faziam todos correrem de medo.

Para os modernistas, não havia barreira, contanto que a ordem fosse romper com o passado. E o contexto histórico era propenso, Sr. Presidente, marcado por agitações e mudanças. A aristocracia cafeeira estava abalada pelas sucessivas crises; a industrialização levava à criação dos grandes centros urbanos e gerava mobilidade social; os investimentos dividiam-se entre a agricultura tradicional e as fábricas nascentes.

Além desse cenário de conturbação e mudança, marcaram os meios intelectuais da época a chegada do pintor russo Lasar Segall, com estilo de cunho expressionista e nada convencional; o jornal **O Pirralho**, publicado por Oswald de Andrade, influenciado pelo **Manifesto Futurista** de Marinetti; e o **Juca Mulato**, canto de despedida de Menotti à era agrária diante da urbanização nascente.

Não acredito que a Semana de Arte Moderna tenha sido "uma revolução que não saiu dos salões", como criticaria Franklin de Oliveira mais tarde. Não acredito que os modernistas da Semana de Arte Moderna não possam servir de exemplo ou lição a ninguém, como observou Mário de Andrade em autocrítica.

A Semana de Arte Moderna é o marco de nascimento da brasilidade, do olhar de reconhecimento do brasileiro por si mesmo. A Semana da Arte Moderna é o marco de nascimento do homem genuinamente brasileiro.

Essa exaltação à criatividade do brasileiro e o reconhecimento de nossas tradições e cultura são traços em que buscamos nos inspirar quando estivemos à frente do Governo de Goiás, não só pela construção

do Centro Cultural Oscar Niemeyer e pelo tombamento da cidade de Goiás como patrimônio mundial, mas também pelo incentivo permanente às manifestações regionais.

Nosso Goiás, Sr. Presidente, canta e vê o Brasil de maneira multiforme, porque nosso amor pela Pátria vem no verso sertanejo e se espalha mundo afora na Festa do Divino Padroeiro, na cantiga e na catira.

Nosso Goiás, Sr^{as} e Srs. Senadores, exalta a preservação da natureza no Festival de Cinema e Vídeo Ambiental e reza pelo povo na Procissão do Fogaréu.

Homenagear a cultura tem sido, também, o objetivo permanente do Senado Federal, que, por meio da TV e da Rádio Senado, divulga inúmeros eventos de repercussão local, regional e nacional. Não é outro o objetivo do jornalista e ex-Senador Arthur da Távola no programa “Quem Tem Medo da Música Clássica”, hoje referência no cenário brasileiro.

A exaltação à cultura nacional, estandartes, modernistas, devem servir-nos no momento em que a sociedade brasileira busca encontrar novos caminhos para o desenvolvimento, novas alternativas para a inclusão social e sobretudo para a gerência do Estado.

Esses valores devem servir-nos no momento em que precisamos romper com estruturas arcaicas de governo e de representatividade política para lançar as bases de uma nova sociedade, de fato moderna e livre.

Quem sabe, Sr^{as} e Srs. Senadores, não esteja no espírito inovador da Semana de Arte Moderna o fermento que precisamos para levar adiante a reforma tributária, a reforma previdenciária e trabalhista dentre tantas outras de que tanto necessitamos, nós, a imprensa, a família, o setor produtivo, a sociedade de maneira geral, os trabalhadores.

Quem sabe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não esteja nos poetas, artistas e pintores modernistas a chama para iluminar e reacender a vontade de fazermos um Brasil grande, real, de pés no chão, um Brasil voltado para uma perspectiva de futuro e centrado no bem-estar de nossa gente, de nossa Nação.

Concedo, com muita honra, um aparte ao ilustre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Perillo, é surpreendente para mim que o aniversário da Semana de Arte Moderna seja lembrado aqui por quem talvez seja o mais jovem dos Senadores. E fico muito feliz que senhor tenha trazido esse assunto aqui. A Semana de Arte Moderna foi mais do que uma manifestação artística, como uma última frase sua demonstra: foi um movimento de renovação em diversos aspectos da vida nacional. Estamos precisando muito

de uma nova Semana de Arte Moderna no Brasil, à parte de arte, tem de ser muito mais. O Brasil está precisando de uma renovação, de reencontrar o projeto de um povo, como o senhor lembrou muito bem citando aqueles grandes nomes que simbolizaram a procura de um Brasil novo, diferente. A Semana de Arte Moderna, na verdade, é a semana de um Brasil novo. Estamos precisando disso. Parabéns por trazer esse assunto que nenhum outro de nós se lembrou de trazer.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Marconi Perillo, prorrogo a sessão por mais 40 minutos para que V. Ex^a possa concluir seu pronunciamento e também para que outros oradores possam fazer uso da palavra.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço o aparte do ilustre Senador Cristovam Buarque, certamente um dos brasileiros mais comprometidos, não só com a educação, com a inclusão, mas, sobretudo, comprometido com a cultura, com a cultura de nossa gente, de nossa terra, comprometido com princípios, valores. Eu ouvi hoje de meu gabinete, atentamente, Senador Cristovam, a bela oração de V. Ex^a, chamando-nos a todos para uma reflexão em relação ao papel deste Parlamento.

Senador Cristovam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à discussão esse tema, porque acho que o Senado, a Casa de Rui Barbosa, precisa efetivamente tratar de todos os temas, de todos os assuntos importantes para a vida do cidadão brasileiro.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para falar em nome da Liderança da Minoria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de aqui dar as boas-vindas ao Senador Jarbas Vasconcelos, que nos brindou hoje com um belíssimo discurso, mostrando, por meio de suas palavras, o seu perfil: o perfil de um homem sério, competente, honesto. Como disse Pedro Simon, S. Ex^a é uma referência nacional e, sem dúvida nenhuma, será uma referência nesta Casa. Portanto, ao Senador Jarbas Vasconcelos, o meu abraço. Infelizmente não pude estar aqui no momento em que S. Ex^a pronunciava o seu primeiro discurso, mas quero deixar registrada, Sr. Presidente, a minha alegria de ver chegar a esta Casa um Senador brilhante, sereno e que muito ajudará, nesses quatro anos do Governo Lula, mostrando as dificuldades com ponderação, com equilíbrio, mas, acima de tudo, com altivez. É essa a oposição que queremos ver florescer nesta Casa.

Esta manhã, Sr. Presidente – V. Ex^a inclusive nos acompanhou –, tivemos a primeira reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Foi uma reunião importante, porque contamos com a presença de dois Ministros de Estado, o Ministro Mares Guia, do Turismo, e o Ministro Pedro Brito, da Integração Nacional, e, representando os governadores do Centro-Oeste, o Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio.

Tive ainda a grata satisfação de contar com a presença de 21 Senadores, que acompanharam atentamente as exposições dos convidados e, ao final, fizeram questionamentos a respeito de temas de interesse das regiões que aqui representam.

Essa minha primeira reunião deu-me a certeza de que a Comissão de Desenvolvimento Regional terá todas as condições de executar os objetivos a que se propôs quando de sua criação, há dois anos.

Sei, Sr. Presidente, que V. Ex^a é um dos grandes interessados por essa Comissão. Sei de seu amor por seu Estado, a Paraíba, e sei também de seu compromisso naquela Comissão de dar a sua colaboração, como ex-Ministro da Integração Nacional que foi, que acumulou ao longo do tempo experiências nessa área e que irá, sem dúvida nenhuma, enriquecer os nossos trabalhos.

Para nós, que estamos na Comissão, é uma honra poder estar naquele fórum, substituindo um dos grandes incentivadores da criação dessa Comissão e um dos grandes parlamentares do Senado da República, o Senador Tasso Jereissati.

A CDR tem por princípios trabalhar visando a diminuir as desigualdades regionais e a incentivar o turismo nacional.

Apesar de ser uma das mais novas Comissões do Senado, é também um importante fórum de debates nesta Casa. Esse Colegiado desempenha importante papel como porta-voz dos Estados brasileiros e do Distrito Federal nesta Casa.

O cronograma de suas atividades será, sem dúvida alguma, discutido com o Colegiado – aqui está presente o Senador Flexa Ribeiro, que também é membro da Comissão e pôde hoje muito colaborar com os nossos trabalhos, e o Senador José Maranhão, que também levou sua experiência de Governo. Enfim, acreditamos que aquele Colegiado poderá oferecer às regiões, principalmente às regiões menos desenvolvidas, um trabalho expressivo com uma pauta que atenderá a todas as reivindicações das cinco regiões.

Vamos tratar da questão da transposição do rio São Francisco. Sei que o tema é polêmico, sei das dificuldades de tratar esse tema, mas, na verdade, não podemos fugir a esse debate. Vamos estabelecer o

contraditório. Vamos reunir todos os interessados no tema para que possam discutir conosco essa questão, que aflige o povo nordestino e que também interessa a todo o povo brasileiro.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia, este aparte tem apenas o objetivo de saudar a Liderança do meu Partido e esta Casa por escolher V. Ex^a para presidir essa Comissão. É uma Comissão da mais alta relevância para o Brasil e será presidida por uma Parlamentar do mais alto gabarito, da mais alta responsabilidade, densa, conhecedora desse assunto como poucos e absolutamente comprometida com o combate às disparidades regionais. O Brasil não carece apenas de igualdade social, mas também de igualdade regional. Precisamos combater as discrepâncias regionais. Os temas que serão debatidos – aliás, já começaram a ser debatidos a partir de hoje, quando V. Ex^a inaugurou os trabalhos da Comissão – por certo contribuirão muito para que as regiões menos desenvolvidas possam ganhar força, ganhar fôlego e possam, efetivamente, prosperar e serem competitivas. Parabéns V. Ex^a pela reunião inaugural dessa Comissão, no dia de hoje, com a presença de dois Ministros da mais alta importância para o desenvolvimento do Brasil. Parabéns e conte comigo no sentido de colaborar com esse debate!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Marconi Perillo, agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho certeza de que a presença de V. Ex^a nesta Casa, que traz uma grande experiência da nossa região, a Região Centro-Oeste, será de grande valia, de grande importância naquela Comissão.

Concedo o aparte ao Líder do meu Partido, que hoje de manhã não pôde comparecer, mas tenho certeza que estava presente torcendo para que tudo desse certo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senadora Lúcia Vânia, tive razões pessoais fortes, mas elas não diminuem o apreço que tenho pelo seu trabalho nem a confiança que seu Partido devota em V. Ex^a. Tenho certeza de que sobretudo as regiões menos favorecidas do País sentir-se-ão plenamente contempladas pela atuação de V. Ex^a à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da Casa, e o belo e oportuno discurso que profere neste momento já é prova sobeja disso. Eu a vejo como uma amazense, assim como tenho certeza de que o Senador Flexa Ribeiro vê-la-ia como uma paraense, e o Sena-

dor Cícero Lucena como uma paraibana, e o Senador Marconi Perillo, mais do que todos, como uma goiana, ou seja, V. Ex^a vai encarnar como ninguém a idéia de que este País precisa ter grandeza para as regiões mais ricas saberem fazer aumentar a sua capacidade de crescer, deixando crescerem as regiões mais pobres. Tenho a impressão de que a generosidade não seria meramente benemerente; a generosidade seria inteligente, lúcida, prática e até pragmática. O Brasil precisa crescer como um todo. Não dá para crescer o Centro-Sul, deixando-se o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste em situação periférica do ponto de vista da posição na economia brasileira. Tenho certeza de que V. Ex^a haverá de fazer isso com dinamismo, com a consequência de quem já foi Ministra de Ação Social do Governo passado, com a consequência de alguém que é respeitada e ouvida por esta Casa. A sua Comissão haverá de lhe oferecer grandes frutos para a análise da sociedade brasileira. Eu plenamente confio nisso e, por isso, o Partido renova a expectativa na brilhante Presidência que V. Ex^a exercerá, assim como exerce brilhantemente a Liderança do Bloco da Minoria nesta Casa. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. E tenha a certeza de que farei tudo para merecer a confiança que tem depositado em mim. V. Ex^a sabe que tenho estado nesta Casa procurando sempre, com determinação e com responsabilidade, cumprir a missão que os eleitores me deram, bem como cumprir os objetivos do nosso Partido.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Lúcia Vânia, hoje pela manhã, V. Ex^a deu demonstração da forma competente e determinada com que vai presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao longo da sua gestão. Quero dizer que a questão regional aflige, lamentavelmente, as regiões ainda periféricas do nosso País. Essa questão deveria ser uma prioridade ou uma vontade política do Governo Federal para que ela se tornasse uma realidade, porque é uma questão nacional e não regional. A integração dessas regiões ainda periféricas à Nação brasileira faz com que a Nação possa atingir os níveis de crescimento que todos nós almejamos, e que o próprio Presidente Lula anuncia a cada ano, com maior rapidez, porque possibilita a incorporação de áreas bastante importantes no segmento do desenvolvimento brasileiro. V. Ex^a iniciou com chave de ouro as audiências públicas, trazendo dois Ministros à Comissão. Quero dizer que estarei permanentemente ao seu lado. Essa é uma tese, uma bandeira que defendo há mais de 25 anos na minha vida. Lamentavelmente, os resultados que temos colhido são ínfimos em relação

àqueles que poderiam e deveriam ser considerados pela Nação brasileira. Vamos, Senadora Lúcia Vânia, com certeza absoluta, discutir em profundidade os problemas e, mais do que isso, propor soluções para que o Governo Federal possa, não só sob a forma de oratória, mas com demonstração de vontade política, transformar em realidade um desejo seu e de todos os brasileiros que habitam nessas regiões.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, um grande companheiro, que tem estado conosco em todos os momentos, e um grande defensor do Pará. S. Ex^a tem sido o nosso professor dessa região. Temos, juntos, conseguido algumas vitórias.

Gostaria também de dizer, Sr. Presidente, para finalizar – e sei que estou abusando do tempo –, que a Comissão também tratará do turismo. Um dos pontos mais importantes que vamos analisar naquela Comissão será a Lei Geral do Turismo. Será um marco legal que irá, sem dúvida nenhuma, permitir novos investimentos e fazer com que o turismo brasileiro alcance um novo patamar.

Deixo aqui os meus agradecimentos a todos os companheiros e, de forma muito especial, ao Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, pela confiança em mim depositada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia ao mesmo tempo em que me somo a todos aqueles que a parabensam e confiam no seu trabalho e no seu compromisso com o desenvolvimento dessas regiões. Sem dúvida, Senadora Lúcia Vânia, todos sabemos que V. Ex^a trabalhará não só em relação ao turismo no São Francisco, mas também em relação à recriação das superintendências de desenvolvimento, que irão dar uma bela contribuição ao desenvolvimento dessas regiões.

Concedo a palavra o Senador Arthur Virgílio, inscrito como orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ter sido, por alguns anos, a locomotiva que impediu que o Brasil crescesse ainda menos do que o fez no período recente, o setor externo contribuiu negativamente na composição do PIB do ano passado. Pode ser ainda pior mais adiante, infelizmente.

Uma conta simples dá a dimensão do estrago: não fosse a contribuição negativa do setor externo (menos 1,4%), o PIB teria crescido 4,2% no ano passado. Ou seja, o aumento desenfreado das importações (avanço de 18% no ano passado), alimentadas pela relação cambial atual, e a perda de dinamismo das ex-

portações impediram que o crescimento da economia fosse 50% maior, em 2006. Para um país que precisa desesperadamente criar oportunidades de trabalho para seus jovens – metade deles hoje desocupada –, isso não é pouco.

O câmbio fora do equilíbrio é consequência direta dos juros campeões mundiais praticados no Brasil, menos por culpa do Banco Central e mais em razão do nó fiscal do Governo Lula. Em busca de ganhos, os dólares internacionais, mesmo depois do mini-*crash* em Shangai, são ainda pujantes. E lembro a V. Ex^a, Sr. Presidente, que hoje foi dia novamente de agitação nas bolsas mundiais; as bolsas americanas e européias fecharam em baixa, a Bovespa fechou em baixa, 2,9% a menos na Bolsa de Shangai, na China. Ainda assim, eu diria que os dólares continuam pujantes no mercado internacional. Há muita liquidez no mercado internacional. Os dólares internacionais vêm se banqueteando com a enormidade que paga a nossa Selic. A enxurrada de moeda americana aprecia o real (foram 25,6% nos últimos dois anos, segundo a Consultoria MCM), torna as exportações mais caras e as importações mais apetitosas.

Além dos desacertos no câmbio e nos juros, o Governo nada fez, ou fez muito pouco, para incentivar o investimento produtivo no País. O Brasil, afinal, investe anualmente cerca de 1% do seu Produto Interno Bruto em infra-estrutura. É quase nada. Seria preciso aplicar o triplo disso só para manter os serviços mais ou menos no estado atual e atender às necessidades geradas pelo crescimento da economia a uma taxa medíocre de 2% ao ano. “Para equiparar os serviços oferecidos no Brasil aos níveis encontrados na Coréia do Sul, seria preciso investir o equivalente a 9% do PIB em infra-estrutura”, mostra o jornal **Valor Econômico**.

“O Governo passou quatro anos sem fazer uma PPP, iniciou um volume mínimo de obras na geração de energia, aumentou mais a carga tributária e anarquizou o sistema regulatório. Como poderia crescer apenas pelo passe de mágica da queda dos juros?”, critica, com muita lucidez, a jornalista Miriam Leitão. Ela ressalta que a queda dos juros é ainda mais dificultada por uma política fiscal expansionista, como a que adota o Presidente Lula, que reluta em controlar gastos.

Pela primeira vez, desde 2000, o setor externo contribuiu negativamente para o PIB. Nos últimos anos, apenas em 1995 a contribuição externa foi tão negativa para o PIB como está sendo agora. Naquele ano, a demanda doméstica cresceu 8,6% e a externa tirou 4,4% desse fôlego. No ano passado, a demanda interna cresceu 4,3% e o setor externo deduziu 1,4%

desse crescimento. Resultado: o PIB ficou em magérrimos 2,9%.

“Este ano, na melhor das hipóteses, o setor externo derrubará o PIB em 1,3%. Significa que a demanda interna teria de aumentar 5,8% para o crescimento do PIB bater nos 4,5% previstos no PAC”, prevê Luís Nassif em seu *blog*.

O ano de 2006 marca uma inflexão na evolução das operações externas: é quando a taxa de crescimento anualizada de importações supera a de exportações. Hoje a diferença já é brutal. A taxa de crescimento anualizada das exportações caiu pela metade entre 2005 e 2006: de 11,6% para 5%, mostrou o IBGE. A contraface vem do aumento das importações, cujo ritmo de crescimento anual dobrou no período: passou de 9,5% para 18% agora. Esse movimento no comércio exterior impediu maior crescimento do PIB em 2006.

Alguns observadores lúcidos não têm dúvida: há um movimento de desindustrialização em marcha no País. Isso acontece, por exemplo, nos automóveis e, mais notadamente, nos têxteis, no vestuário, nos calçados, afetando a indústria e a geração local de empregos. A indústria de transformação cresceu só 1,9% no ano, freando ainda mais o PIB.

Com capacidade produtiva ociosa, a produção doméstica e o PIB teriam sido maiores, sem inflação ou qualquer coisa do gênero, se as importações não tivessem sido facilitadas pelo câmbio, entre outros fatores: no ano passado, a quantidade exportada cresceu meros 3%, enquanto a importada saltou 16%. O câmbio valorizado está subsidiando importações de produtos e serviços que poderiam ser realizados localmente.

Volto a dizer, na minha coerência, Senador Flexa Ribeiro, que não acredito em intervenção no câmbio, não acredito que o Presidente Lula, amanhã, fará um decreto, como pensam alguns *naïfs*, alguns ingênuos ou supostamente ingênuos, segundo os quais o câmbio está assim porque basta o Presidente dar uma penada. Não basta!

É preciso que a economia em geral construa as condições para que se possa ter uma relação de câmbio mais favorável às exportações – eu que não acredito em exportação apenas lastreada em câmbio; acredito em exportações lastreadas em competitividade sistêmica da economia a maior, em melhor processo produtivo, em mais agressividade na busca por mercados. Acredito em tudo isso, mas o fato é que o câmbio valorizado está subsidiando importações de produtos e serviços que poderiam ser realizados localmente. Essa é outra verdade que deve ser registrada com franqueza para o Senado Federal.

A análise do PIB, Sr. Presidente, mostra que o aumento da massa salarial em 2006 e a expansão da

oferta de crédito explicam o bom desempenho do consumo interno, assegurando o aumento dos gastos das famílias com compras de bens e serviços. Mas é preciso ver que há os limites nisso. Os ganhos de renda têm-se mostrado muito dependentes de dois fatores: aumento do salário mínimo e expansão do crédito. São movimentos que já têm mostrado muito dinamismo.

No primeiro caso, o salário mínimo, os reajustes eleitores dos últimos dois anos deverão ser refreados já neste ano, além do que a economia não suporta expansão continuada no ritmo corrente. No caso do crédito, como a renda não reage à altura, acaba-se gerando um exército de endividados – como já se vê em alguns indicadores de inadimplência. Para mostrar quão tímida é a recuperação da renda, basta lembrar que ela caiu 22% de 1998 a 2004, e subiu 6,4% nos últimos dois anos. “Para voltar ao pico do Plano Real, a renda ainda precisa avançar 15,6%, atesta o jornal **Valor Econômico**.

Vale relativizar também o desempenho apontado como “muito positivo” dos investimentos, que cresceram 6,3% no ano passado. A taxa de investimento na economia deve ter voltado ao entorno dos 21,5% do PIB no máximo, patamar em que estava no período entre 2000 e 2004. Há muito investimento que não é exatamente destinado à produção fabril. Computadores, por exemplo. “Nada menos que 80% dos investimentos correspondem a atividades de construção civil e esta ficou concentrada na expansão da construção de habitações, que melhora as condições do trabalhador, mas não propicia maior produção futura”, escreve Celso Ming. Petróleo e telecomunicação são os outros setores que concentram investimentos; transporte e saneamento não, lembra Miriam Leitão. Ressalte-se que muito do que foi aplicado em 2006 destinou-se à modernização industrial e não a plantas novas.

A comparação dos resultados do atual Governo com outras gestões e com outras economias do mundo é contundentes. No primeiro mandato de Lula, o PIB do País cresceu em média 2,6% ao ano. É a mesma taxa assinalada nos primeiros quatro anos de Fernando Henrique Cardoso. Mas o último quadriênio foi, segundo quaisquer indicadores, o de maior bonança no mundo, desde a crise do petróleo, desencadeada em 1973.

Ou seja, a minha crença é que, se o Presidente Fernando Henrique tivesse manejado o Governo nesses quatro últimos anos do Presidente Lula, o Brasil teria crescido, sim, os 5% que o Lula promete e não consegue cumprir. Essa é a minha crença absoluta.

Já concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

“Desde o governo Collor, quando a produção nacional encolheu, o País não ficava tão atrás da corrida mundial do crescimento econômico como nos quatro

anos do primeiro mandato de Lula. Sob o Governo petista, a renda brasileira se elevou a um ritmo equivalente a 54% da média de prosperidade global. Nos anos Fernando Henrique a taxa média do País equivalia a 64% da mundial”. Não sou eu que digo isso. Quem diz isso é o jornal **Folha de S. Paulo**.

Ouçó V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como sempre, traz à tribuna assuntos que ajudariam o Governo, se escutasse a voz do Congresso Nacional, a obter êxito com o Programa de Aceleração do Crescimento. Farei um pronunciamento mais ou menos na mesma linha do de V. Ex^a, porque é impossível que não se possa enxergar o que todos os segmentos nacionais mostram: a receita para se chegar ao crescimento. Lamentavelmente, fazem-se repetidos anúncios e não se chega ao resultado que V. Ex^a mostra em seu brilhante pronunciamento. V. Ex^a se posicionou em relação à situação da economia mundial nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, graças a Deus, diferente da situação encontrada pelo Governo Lula nesses quatro anos. Além da economia e do consumo aumentado internacionalmente, Senador Arthur Virgílio, é importante lembrar à Nação brasileira que o Presidente Lula recebeu um País já com o rumo direcionado e corrigido nas suas mazelas, diferente do que recebeu o PSDB, em 1995. Apesar de não reconhecer – e o pior cego é aquele que não quer enxergar – o Presidente Lula recebeu o País no rumo certo, tanto que deu continuidade à política macroeconômica do PSDB. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

E já disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive, que Deus foi muito bom com o Brasil. Afinal de contas, os anos de crise – e conto 11 crises internacionais que atingiram a economia brasileira em maior ou menor monta durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique. Que bom que era ele que governava. Imaginem se tivesse sido o contrário, se tivesse sido Lula a manejar aqueles oito anos, com a dificuldade que ele tem para tomar as decisões, com a dificuldade que tem para tocar o seu Governo nas coisas mínimas? Não adiantaria sequer a bonança internacional se Fernando Henrique tivesse sido eleito depois de Lula. Ele teria encontrado, aí sim, uma herança maldita, uma terra arrasada.

Deus foi muito bom. Fernando Henrique, para os momentos de crise, fez o melhor possível, e Lula para os momentos de bonança, e mesmo não fazendo o melhor possível, mas o Brasil sofreu menos, ao fim e ao cabo, se é que me faço entender pela Casa e pelos ilustres colegas, Sr. Presidente.

Peço tempo apenas para concluir, Sr. Presidente.

Após o aparte do Senador Flexa Ribeiro, eu retomo a linha básica do meu discurso, Sr. Presidente, para dizer que, entre 2003 e 2006, juros baixos, dinheiro farto, alta dos preços dos produtos primários de exportação, expansão dos Estados Unidos da América e desempenho excepcional da China, produziram um crescimento médio do PIB global de 4,8% ao ano. Mais: Leste Europeu e Europa Central cresceram 5,4% ao ano em média; os países em desenvolvimento da Ásia avançaram em média 6,3% anuais e os países da América do Sul, América Central e Caribe, exclusive o Brasil, 4,4% ao ano.

Em 2007, novamente o Brasil será o patinho feio do ranking da expansão mundial. Em dois dos quatro anos de Lula isso ocorreu. No continente só ganhamos do Haiti, mergulhado em guerra civil. Numa lista de 34 emergentes, cuja média de crescimento é de 5,5%, o Brasil amarga a última colocação, atrás até do Paraguai.

A média de crescimento mundial incluindo as já consolidadas economias ditas centrais, é de 5,1% em 2006. Para os países emergentes e em desenvolvimento, a estimativa é ainda mais otimista: 7,3%.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

No caso dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), os resultados já divulgados mostram a distância que separa o Brasil dos demais integrantes: a China cresceu 10,7%; a Rússia 6,7%; a Índia projeta 9,2%. No ritmo atual, a economia brasileira levaria 30 anos para dobrar de tamanho, fenômeno que na China vem ocorrendo a cada oito anos.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero dar um testemunho a esta Pátria. Primeiro, vou buscar na Filosofia. Quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Esse negócio de o Lula estar atacando o Fernando Henrique reflete que ele não tem luz própria para brilhar. Nunca votei em Fernando Henrique Cardoso, sou do PMDB, estou trabalhando pelo Michel Temer, mas se ele perder a vergonha e a verdade, quero ganhar asas para voar para o ninho tucano. Não votei nele, eu votei em Quércio; votei depois em Ciro, porque era do Ceará, meu vizinho, Sobral, Parnaíba, etc. Não votei em Fernando Henrique, mas ele foi um extraordinário estadista. Este País era uma zorra, ninguém sabia da dívida, havia um ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. Tudo que era prefeitinho ia ao Banco tal e ninguém sabia quanto devia. Foi a sua equipe quem descobriu. Esse Malan é um homem extraordinário!

Vamos na Filosofia, Lula, aprenda! Diógenes andava com uma lanterna em Atenas. Todas as noites, perguntavam a ele o que ele estava fazendo. E ele respondia: “Estou procurando um homem de vergonha!” Esse Malan eu conheci, negocieei com ele. Teve essa Lei de Responsabilidade Fiscal, o avanço educacional – hoje é esse Fundef, essa confusão – , a ampliação da universidade, a inflação! O Lula da Silva tem de entender que nós somos humanos. Então, cada Presidente tem a sua meta e a sua missão. Eu sou cirurgião, a gente faz uma operação. D. Pedro I, a Independência; D. Pedro II, esse Brasilão, grandão; Deodoro, a República; Getúlio, a valorização do Trabalho e da Previdência – e seu pai era do PTB. E aí vai a história. Esse Fernando Henrique enfrentou um monstro que ninguém tinha a coragem de enfrentar: a inflação! Ele e o Itamar, que foi o pai, o DNA. Aquilo era a pior desgraça! Vossa Excelência, Presidente Lula da Silva, tinha de enfrentar o monstro da violência. Fernando Henrique foi muito decente com V. Ex^a. A ingratidão é uma doença do caráter. Olha a transição! Eu vi uma entrevista. Eu nunca votei em Fernando Henrique, mas já li todos os livros dele. Já li o grossão, já li o pequenino. Leio porque ele tem a ensinar e a aprender. Ele tem um livro para a juventude que o PSDB devia adotar. É melhor do que o livro do Bill Clinton, e não tem lá a Mônica atentando ele. Então, o Presidente Fernando Henrique tem isso. Fez a Lei de Responsabilidade Fiscal. A inflação era uma zorra. Fui Prefeito com um Presidente Sarney, um homem muito generoso. Esse Collor tinha autoridade, e o Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Esse negócio de privatizar, já pensou o PT na Vale do Rio Doce?! Já pensou os escândalos que haveria lá? Então, o Governo tem de ser aquilo mesmo. O Bill Clinton mandou se estudar democracia, e ela é difícil, Ted Gable e David Osborne fizeram um livro, resumindo que o governo não tem de ser grande demais. Um transatlântico, um Titanic, afunda. Um Governo tem de ser pequeno e ágil. E ele fez e nós evoluímos. Agora, o Lula tem um compromisso com esta Nação: acabar com essa violência. Nunca antes houve tanta violência como a do Governo em que vivemos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão, Senador Mão Santa. O dever do Presidente Lula é mesmo, além de cuidar da economia e não deixar desperdiçar o que já se fez antes do ponto de vista da estabilidade da economia, lutando por melhores taxas de crescimento, ele tem de criar algo parecido, Senador Cícero Lucena, com o plano real da segurança.

Muito oportuno o aparte do Senador Mão Santa.

Mas, Sr. Presidente, prossigo afirmando que, para esse exercício, há consenso entre especialistas de que a economia começou 2007 em ritmo mais forte, “mas

poucos projetam uma taxa muito superior aos 2,9% de 2006”, segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**. Ancorado na constatação de que indústria e varejo registraram vendas fortes no primeiro bimestre, o **Valor** é mais otimista: “O resultado do PIB no quarto trimestre de 2006, mostrou um quadro de aceleração do crescimento sugerindo que o desempenho da economia em 2007 poderá ser melhor do que esperavam os analistas.” Tomara que sim, digo eu, sinceramente.

Um dos fatores que pode garantir melhor desempenho é o chamado *carry over*, ou seja, o efeito estatístico que os resultados de um ano geram no exercício seguinte. O *carry over* do último trimestre de 2006, para 2007, é de 1,4%, bem acima dos 0,5% do mesmo período de 2005 para 2006. Isso significa que, se até dezembro o País não crescer nadinha, ainda assim, o PIB de 2007 fechará com o mínimo de 1,4% de expansão. Isso, por si só, já garante uma aceleração da economia para o ano em curso. Nunca é demais lembrar que caminhar para um câmbio mais equilibrado é condição determinante para um crescimento maior da economia ainda este ano – embora eu repita que não se faz equilíbrio cambial por decreto. Não acredito nesse determinismo. Repilo e rejeito.

Conhecido o PIB de 2006, sabemos agora que a carga tributária brasileira bateu novo recorde no ano passado: foi a 38,8% do PIB. Assim, o primeiro mandato de Lula termina com carga fiscal 2,96 pontos percentuais acima da do último ano de Fernando Henrique – 35,84% – contrariando um caminho de promessas vãs. Em comparação com 2005, registrou-se aumento de quase um ponto percentual.

Os brasileiros pagaram mais de R\$800 bilhões em tributos no ano passado envolvendo os três níveis de Governo, com aumento real de 7,8%. Ano passado, cada contribuinte brasileiro pagou, em média, R\$4.434,00 em tributos aos três níveis de Governo, isto é, R\$447 acima dos números de 2005. Aí chamo atenção de V. Ex^{as}, Senador Flexa Ribeiro, Sr. Presidente, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. Senador Mão Santa, Sr. Senador Augusto Botelho, da ilustre Bancada de Roraima, chamo atenção dos Srs. para esses dados que são, a meu ver, lamentáveis.

Por dia, em 2006, foram pagos de impostos R\$2.233 bilhões. Por dia, Senador Mão Santa! Por dia, em 2006, foram pagos R\$2.233 bilhões de impostos. Por hora, R\$93 milhões; por minuto, R\$1,550 milhão; por segundo, R\$25.845 mil, dinheiro suficiente para se adquirir um carro zero quilômetro.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Mão Santa. (Pausa.)

Teria sido muito honroso poder lhe conceder um aparte, mas o meu tempo está mais do que esgotado.

Com esses números, eloqüentes por eles mesmos, e agradecendo a condescendência de V. Ex^a, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado ao Senador Arthur Virgílio.

Passamos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, em nome da Liderança do PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui saudar a presença do Senador Augusto Botelho, da ilustre Bancada do PT.

É importante dizer, Senador Augusto Botelho – como V. Ex^a bem fez a correção há pouco, no aparte do Senador Mário Couto – que V. Ex^a estava presente desde o pronunciamento do Senador José Agripino e permanecerá no plenário até o encerramento desta sessão.

Quero saudá-lo e lembrar que V. Ex^a é neopetista! Senador Arthur Virgílio, o Senador Augusto Botelho entrou para o Partido recentemente, e é um quadro valioso que o PT recebe do Estado de Roraima.

Senador Arthur Virgílio, quero agradecer a utilização do tempo da Liderança do PSDB e voltar à tribuna, Sr. Presidente, para tratar dos assuntos palpitantes, principalmente no dia de hoje, após ter sido anunciado o crescimento do PIB brasileiro no ano passado.

Poderíamos até dizer que o crescimento de 5% todos os anos, de acordo com a promessa do Governo, segundo a mídia e os economistas, estaria longe de acontecer. Hoje, o Governo festeja o fato – é impressionante, Senador Cícero Lucena! – de a taxa de crescimento do PIB, Senador Arthur Virgílio, ter sido maior que a expectativa da área econômica privada. Os economistas diziam que o PIB cresceria em torno de 2,7% a 2,8%, mas cresceu a 2,9%.

Na realidade, em vez de festejar, ele deveria lamentar o fato de ter dito à Nação brasileira que o PIB cresceria em torno de 4,5% a 5%, quando, ao final, o crescimento foi de 2,9%.

Senador Cícero Lucena, o jornal **O Globo**, de domingo, trouxe uma matéria da maior importância sobre o custo da Nação, da sociedade brasileira, em manter o dólar nesses patamares, que colocam em risco a economia brasileira. As empresas exportadoras, sejam elas do segmento primário, secundário ou terciário, estão sobrevivendo em face da bolha mundial de crescimento, que ocorre da demanda dos países em adquirir os insumos e os produtos brasileiros. Não fosse isso, tenho absoluta certeza de que essa crise, que é real, já teria inviabilizado a exportação brasileira.

A matéria de **O Globo** diz que, para se manter US\$1 dólar na base dos R\$2,10, R\$2,15, o Governo

despendeu, em 2006, o equivalente a R\$8,3 bilhões. E, para manter o dólar em 2007, dependendo dos cenários previstos na reportagem da jornalista Regina Alvarez, isso custará à Nação brasileira, Senador Augusto Botelho, US\$12,5 bilhões.

Muito mais do que o Governo gasta com o programa Bolsa-Família, pela qual se baseia a ação social do Governo Lula.

Como pode a Nação gastar mais do que gasta – uma vez e meia a mais – no Bolsa-Família somente para manter o dólar em um patamar que é o limiar de sustentabilidade do setor exportador brasileiro? Nesse caso, temos de falar da receita do crescimento.

Todos os brasileiros, evidentemente, assim como nós, do PSDB, ou aqueles de qualquer outro Partido de Oposição, somamos com a Situação, no sentido de colaborar para que este País possa crescer. Nenhum país do mundo pode deixar como legado às futuras gerações um crescimento econômico próximo ao crescimento demográfico, porque estamos trabalhando contra as gerações que virão. Estamos trabalhando contra os jovens de agora, porque eles não encontrarão postos de trabalho quando chegarem à idade produtiva.

Este, talvez, seja um efeito dos mais danosos para a questão da violência: a falta de ocupação, evidentemente associada à falta de educação, dos jovens brasileiros.

Não é possível! Não sei se o Presidente Lula assiste à televisão. A jornalista Miriam Leitão, citada aqui várias vezes, por vários oradores que me precederam – e não só ela, mas vários jornalistas e economistas – mostra diariamente as ações que poderiam levar ao crescimento. Todas elas são claras. E a primeira delas – que o Governo não quer entender – é a redução do tamanho da máquina, a redução do gasto público, para que ele possa, com isso, reduzir o gasto e dar melhor qualidade a esses gastos. Reduzindo o gasto público, com certeza absoluta ele vai poder reduzir a carga tributária. E aí vem o segundo ponto da receita do crescimento, Presidente Lula: a reforma tributária, que está empacada e que precisa ser feita com uma análise profunda.

Aqui foi dito pelo Senador Arthur Virgílio – e quero repetir o que a jornalista Miriam Leitão disse hoje no Bom Dia Brasil! – que a carga tributária brasileira está próxima do limiar dos 40% inimagináveis! Fechou o ano de 2006 a 38,8%.

O Presidente Lula recebeu o Governo com uma carga tributária da ordem de 34% a 35%. Nos seus quatro anos de governo, essa carga tributária cresceu algo em torno de 10%, o que é insustentável! É evidente que, para manter o tamanho do Estado que está aí, ele vai precisar cada vez mais aumentar...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/ PTB – RR)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concederei um aparte aos nobres Senadores que o solicitam. ... o esforço da sociedade brasileira.

É bom a TV Senado e a Rádio Senado levarem a mensagem a todos os brasileiros e aos queridos paraenses que nos assistem.

A situação do esforço da sociedade em levar recursos para o Tesouro da União, a chamada carga tributária, Senador Cícero Lucena, representa o mesmo que você pedir que um anêmico possa doar sangue. Estamos tirando sangue de uma sociedade anêmica, que não suporta mais ter aumento dessa carga tributária.

O outro item do bolo para que aconteça o espetáculo do crescimento, que aguardamos há quatro anos, é aumentar os investimentos privados, investimentos privados produtivos – é importante que se diga -, não especulativos. O dinheiro entra no Brasil para se especular na Bolsa e para sair no dia seguinte. São investimentos produtivos. Nesse caso, precisamos, de uma vez por todas, definir os marcos regulatórios.

Nenhum investidor, seja ele brasileiro, seja ele estrangeiro, vai colocar o seu capital com riscos que não sejam mensuráveis, que não possam ser administrados dentro do investimento, ou da planta produtiva, ou do negócio que ele queira colocar no Brasil. Assim, deverá haver o fortalecimento das agências reguladoras.

Hoje, o Presidente Lula foi saudado pela Situação e pela Oposição na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na sabatina do Embaixador Sardenberg, indicado por ele para a Anatel e que recebeu, Presidente Cícero Lucena, 23 votos “sim” dos 23 componentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

É uma demonstração de que, quando o Presidente Lula faz a indicação de alguém reconhecidamente competente e que pode vir a desenvolver o trabalho que todos nós brasileiros esperamos das agências reguladoras, a Oposição brasileira vota com o Governo para, com isso, contribuir para que as agências reguladoras – mas é preciso que o Governo esteja imbuído nesse sentido – sejam fortalecidas, a fim de que o consumidor seja respeitado, tenha seus direitos assegurados e os investidores possam, com segurança, fazer os investimentos necessários para o desenvolvimento do Brasil.

Outro item importante dessa receita que discutimos na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, é a taxa de juros. Não entendemos, como foi dito aqui, que o Brasil está com a sua macroeconomia consolidada. O País tem uma reserva cambial da ordem de US\$100 bilhões, o que representa em torno de 10% do seu PIB, e está com a inflação contida, sob controle. Então, não é possível que se mantenha essa taxa de juros, que, mesmo com a redução da Selic, continuará sendo a maior taxa de juros real do mundo.

É preciso haver o equilíbrio dessas questões, mas também é necessário que ocorram ações mais energéticas por parte do Banco Central, que, inclusive, é solicitada pela própria base do Governo, como o foi na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Senador Aloizio Mercadante, do PT. S. Ex^a, ao mencionar o Presidente do Banco Central, disse não entender por que o Banco Central se mostra tão parcimonioso em não manter o ritmo de redução da taxa de juros.

São esses pontos que precisam ser observados.

Tenho a honra de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Eu gostaria de informar que, como se esgotou o tempo da sessão, eu a prorrogarei, mais uma vez, por 15 minutos, para que os dois últimos oradores possam utilizar esse tempo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Serei breve, Sr. Presidente. Quero apenas dizer, Senador Flexa Ribeiro, que o Presidente Lula tem muita sorte. Eu anotei que pelo menos quatro oradores da Oposição, incluindo V. Ex^a, falaram hoje. Mas que Oposição? Uma Oposição altamente civilizada. Não ouvi de nenhum dos que falaram sequer uma palavra que fosse ofensiva ao Presidente Lula. Lembrei-me da época em que o PT era oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dos discursos raivosos, virulentos, de frases como “Fora, FHC”, etc. O Presidente Lula tem uma sorte a mais: estando em um segundo mandato, com todos estes indicadores negativos que estão aí, tem 11 Partidos apoiando seu Governo. Não há coalização alguma. Nenhum Presidente anterior teve tanto apoio. Espero que ele aproveite esse momento positivo e corra, porque já estamos no terceiro mês de seu segundo mandato. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Senador Mozarildo Cavalcanti, e incorporo seu aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

Quero dizer a V. Ex^a que na terça-feira, após a manhã exaustiva de trabalho dos Senadores nas Comissões, com a presença da Diretoria do Banco Central, do Ministro da Previdência Social e do Ministro da Educação, tive oportunidade de apartear a Senadora Ideli Salvatti, que louvava o trabalho e a presença dos Ministros.

Eu disse a ela: “Senadora Ideli, eu quero-me associar a sua alegria por esta manhã de trabalho, mas quero dizer a V. Ex^a que, lamentavelmente, já foi incorporado ao espírito brasileiro que o ano somente começa depois do Carnaval. Neste ano, lamentavelmente, o Presidente Lula achou que o ano somente deve começar após a convenção do PMDB. Peça a Deus que isso realmente aconteça após a convenção”.

Estou preocupado, Senador Augusto Botelho, que isso seja prorrogado para depois da Páscoa, porque eu dizia à Senadora Ideli que poderíamos estar usando o esforço dos Senadores desnecessariamente. Perguntei à Senadora se aqueles Ministros, que estavam naquelas audiências todas que ocorreram naquela manhã, continuariam nas Pastas ou se precisaríamos repetir, daqui a uma semana, duas semanas ou três semanas, as mesmas audiências com os novos Ministros que ocuparão essas Pastas, seja da Educação, seja da Previdência Social, seja o Banco Central.

A Senadora disse, em resposta – e eu não pude apartear-la novamente –, que somente a Oposição tem pressa na nomeação dos Ministros.

Não, Senadora Ideli. Não é a Oposição que tem pressa, não! É a Nação brasileira, são os brasileiros que têm pressa para que este País retome o caminho do desenvolvimento.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, eu e o País o estamos ouvindo atentamente. V. Ex^a é um homem de muita experiência empreendedora. Foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará e nos transmite sua visão. Presidente Cícero Lucena, acredito no estudo. Acredito em Deus e no estudo, que leva à sabedoria. Estuda-se para tudo, portanto, para se governar é preciso estudar. Bill Clinton foi, por quatro vezes, Governador de Arkansas, quatro vezes Governador de Estado! V. Ex^a foi Prefeito e Governador extraordinário. Como Governador, fui ao seu Estado e ao de Goiás, de Íris, para aprender a governar. Bill Clinton foi, por quatro vezes, Governador de Arkansas! Ele viu que o negócio era complicado, complexo. Chamou Ted Gaebler* e David Osborne*, os maiores técnicos no assunto, que escreveram um livro intitulado Reinventando o Governo, o qual sintetiza isso. Como V. Ex^a disse, o Governo não pode ser grande demais, não, um transatlântico como o Titanic, grande, que afundou. Tem que ser menor. O que Lula fez? Grande. Como V. Ex^a explicou, o mal nunca vem só: a carga tributária é consequência disso. Ainda há o juro. Já dizia Rui Barbosa, atentai bem: “Primazia ao trabalho e ao trabalhador”. Ele vem antes, ele faz a riqueza. Getúlio Vargas

Getúlio Vargas, do PTB, Partido do Senador Mozarildo, tanto se bateu sobre os trabalhadores. É isso que não houve, e que V. Ex^a sintetiza. Mas o Presidente Lula é aquele que não viu e não sabe. É uma pena. Onde está o PT? Há mais de quatro horas debatemos graves problemas deste Brasil e não tem nenhum deles aqui! Cadê o Líder? É o PT, Partido que está nos governando e que deveria levar ao Presidente da República as informações daqui. Então, vamos fechar isso. Em toda a história do universo, os Senados são os pais da pátria.

Roma, nunca fecharam do que cinco dias. Até César ia ouvir o Senado, assim como Cícero. Mas aqui não tem nenhum membro do PT. Coloque isso na televisão! Isso é uma vergonha! como Boris Casoy dizia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para encerrar, Senador Cícero Lucena, agradecendo a generosidade de V. Ex^a em nos conceder tempo, quero dizer aos meus Pares que está sendo encaminhado a esta Casa – Brasil, atenção! -, oriunda da Câmara dos Deputados, uma medida provisória em que o Presidente da República doa a Evo Morales, presidente da Bolívia, US\$20 milhões. Isso não é possível! Vou me posicionar contrariamente neste Plenário do Senado, até porque, Senador Cícero Lucena, quero dizer que vim por diversas vezes à tribuna, na Legislatura passada, pedir ao Presidente Lula que concluísse o Hospital Rede Sarah, de Belém, que o Hospital da Rede Sarah, de Belém, para o qual faltavam R\$ 14 milhões para entrar em funcionamento, desde dezembro de 2004 até hoje – lá se vão cinco anos -, desde o final de Governo Fernando Henrique, portanto, o Hospital está com suas obras físicas concluídas, mas não funciona por falta recursos da ordem de R\$ 14 milhões para a compra de equipamentos e para o treinamento de pessoal. Por tudo isso, não posso votar a favor de uma doação para o povo da Bolívia, embora necessitem desse recurso, quando o meu querido povo do Pará espera, há quatro anos, por R\$ 14 milhões para ter a Rede Sarah funcionando.

Desde já, antecipo meu voto contrário à medida provisória para a doação de US\$ 20 milhões ao governo boliviano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro as palavras, às quais me associo, porque a carga tributária, além de estar bastante elevada, não está sendo dividida com os Estados e com os Municípios.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, para uma rápida comunicação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Lembro ao Senador Mão Santa que agora sou membro do PT.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero só esclarecer. Peço perdão. Errei: **errare humanum est**. Mas a grandeza de V. Ex^a é ser médico. A Medicina é a mais humana das Ciências. V. Ex^a é um grande benfeitor da humanidade. Em reconhecimento, o povo de Boa Vista mandou-o para cá. Como um médico pode ser do PT? Consulta do SUS: R\$2,50; anestesia: R\$9,00; parto: R\$50,00. Por isso, fecharam 265 hospitais! O da Universidade de Brasília não tem neonatologista. Agora,

começo a acreditar no PT. Talvez, seja uma benção de Deus ter V. Ex^a, que, talvez, seja a luz para o PT.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para registrar, inicialmente, notícia veiculada pela **Folha de Boa Vista** que deixa apreensiva toda a população roraimense. Trata a notícia de problema que, há muito tempo, atormenta o Estado e que merece especial atenção das autoridades de todas as esferas do Governo: o problema das queimadas. As queimadas começaram a se intensificar, porque o verão está intenso em Roraima, com ventos fortes, fazendo com que o fogo ganhe grandes proporções.

Conforme a notícia, “Técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Femact) identificaram, ontem, durante sobrevôo, um grande incêndio na região de Campos Novos, Município de Iracema, que avança em direção às comunidades indígenas localizadas na reserva Yanomami, próxima daquela região”.

O chefe da Divisão de Fiscalização da Femact, Fábio Machado, disse que o fogo está intenso, não sendo mais passível de controle. O técnico não descartou a possibilidade de novo incêndio como o ocorrido em 1998, que foi muito grave e que quase acabou com toda a produção do meu Estado. Segundo ele, “o fogo está se alastrando de Campos Novos para Apiaú, partindo para a área Yanomami. Se não houver cuidado, como não existe previsão de chuva, pode ocorrer outro grande incêndio como o de 1998”.

Cedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Apenas para colaborar com V. Ex^a e com o Governo Federal, quero dizer que, em 1998, fomos socorridos pelos argentinos. Foi o Governo argentino que mandou helicóptero para apagar o incêndio lá. É bom que se diga que o incêndio lá não é criminoso. Ele se dá por que os agricultores, abandonados pelo Incra, que não lhes assiste, têm de queimar suas roças para sobreviver, e o fogo, às vezes, foge ao controle, invade a mata e se propaga, causando danos não só à mata, mas também aos nossos cerrados, aos nossos lavrados. Então, preciso só dizer isto: é bom que o Governo ouça V. Ex^a, que é do PT, e tome providências antecipadas e mande para lá recursos para combater o incêndio.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

De acordo ainda com a **Folha de Boa Vista**, “somente nos dois primeiros meses do ano, mais de 400 ocorrências de incêndios e de queimadas em Roraima foram registradas. No mês de janeiro, foram 180

e, em fevereiro, 130 queimadas, numa média de 4,6% ao dia. Na zona rural, foram quase 100 ocorrências de incêndios de pequeno e médio porte nas localidades rurais próximas a Boa Vista”.

Sr. Presidente, diante de tal quadro, tão bem exposto pelo jornal, entendo ser premente a mobilização dos Governos Federal e Estadual, para que, em ação conjunta e articulada, evitem que tragédias como as queimadas no Estado, verificadas em Boa Vista, voltem a se repetir, lembrando-nos dos fatos ocorridos em 1998.

Apelo, especialmente, ao Presidente da República e aos Ministros cujas Pastas estejam ligadas ao problema, para que envidem esforços, aliás nunca negados – diga-se de passagem –, para evitar que a população de Roraima não seja sacrificada.

Realmente, no incêndio de 1998, quem nos socorreu primeiro foi a Argentina, que mandou uma equipe especializada para nos orientar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB.) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho que, mesmo tendo sido apartado, foi bastante rápido, cumprindo o tempo destinado a S. Ex^a.

Convidamos o Senador Mozarildo Cavalcanti para fazer uso da palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero fazer um registro relativamente rápido, mas de muita importância. Trata-se de questão da segurança pública neste País e da criminalidade.

Debatemos esse assunto praticamente todos os dias. Por isso, apresentei, dia 23, requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual faço parte, solicitando a criação de uma subcomissão de segurança pública para se debruçar sobre essa questão de maneira ampla e apresentar não só uma medida pontual, emergencial, que é necessária – é preciso que haja uma medida emergencial –, mas também medidas de médio e longo prazos,

O Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães, foi rápido e até mais eficiente ao não criar uma comissão, por ser, às vezes, bem mais burocrática sua criação, já que tem de haver proporcionalidade partidária, fato que traz complicação na indicação das Lideranças. S. Ex^a criou um grupo de trabalho, do qual tenho a honra de participar. Hoje, tivemos nossa primeira reunião. O grupo de trabalho é composto por seis Srs. Senadores. Na coordenação do grupo está o Senador Demóstenes Torres, um especialista, um bacharel, inclusive foi Promotor de Justiça; contamos também com a participação dos Senadores

Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati.

Já nos propusemos, na semana que vem, termos todos os projetos que estão em tramitação e mais outros que venham a ser apresentados. Ouviremos os Governadores no prazo máximo de cinco dias – todos os Governadores, porque somente os do Sudeste trouxeram sugestões para o Senado. E os do Nordeste, os do Norte e os do Centro-Oeste?

Queremos, portanto, realizar um trabalho completo, em que as medidas legislativas sejam rapidamente aprovadas bem como as indicações para os Poderes Judiciário e Executivo, para que não fique essa história que vemos todos os dias na imprensa, Senador Cícero, parecendo que somos a “Geni” da música. Todo mundo joga pedra no Legislativo, como se nós fôssemos os responsáveis pela impunidade. Na verdade, quem tem de aplicar a lei? É o Executivo, por meio da Polícia, e o Judiciário, depois de apurados os fatos pela Polícia. Nós fazemos as leis, e as fazemos atendendo ao clamor da sociedade. Este é o nosso papel: elaborar leis que estejam de acordo, que atendam ao clamor da sociedade.

Antes de nomear esse grupo, eu havia listado alguns pontos que considero importantíssimos para que possamos avançar.

No que tange à parte do Legislativo, eu, particularmente, entendo que temos de atingir algumas áreas. Por exemplo, quanto ao policial, precisamos ter uma Polícia honesta. Então, temos de punir severamente os policiais que colaboram com o crime. Mas, por outro lado, o do Poder Executivo, o policial tem de ser bem pago. O policial precisa receber uma remuneração condigna, para que ele não seja corruptível pelo crime. É preciso dar-lhe condições de moradia; que ele resida, por exemplo, em um conjunto habitacional condigno, não precisando, assim, morar ao lado do criminoso, onde está o crime organizado.

Temos também de considerar, por exemplo, crime hediondo a utilização de menores por criminosos adultos, que corrompem menores para praticarem crimes e, portanto, se isentarem muitas vezes das culpas.

Diminuição da maioria penal. É uma questão discutível. Vamos discuti-la, enfrentá-la e ver o que a sociedade quer realmente. Mantê-la em 18 anos? Reduzi-la para 16 ou 10 anos, como acontece na Inglaterra? Vamos discutir, mas vejamos o que o povo brasileiro quer. Isso é o que queremos saber.

Há uma proposta intermediária do Senador Tasso Jereissati, muito inteligente, em que se determina a pena de acordo com cada crime. Se um menor de 16 anos comete um crime bárbaro e se avalia que tem consciência do que está fazendo, ele é punido como se maior ele fosse. Outra questão: aumentar a pena socio-

educativa. Essa história de três anos no máximo não pode, não é mais condizente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse particular, está superado.

E, mais ainda, dar autonomia aos Estados, para que tenham legislações penais próprias, de acordo com a sua realidade. Com certeza, a realidade de Roraima não é a mesma do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba. Então, tem-se de flexibilizar isso, desconstitucionalizando essa questão e deixando-a com cada Estado.

No Piauí, por exemplo, que é um modelo de educação na avaliação do Enem, não sei como é a taxa de criminalidade. Então, cada Governador tem de ter autonomia, por meio de suas Assembléias, para legislar sobre essa questão, como ocorre nos Estados Unidos. Que federação é essa em que tudo tem de ser igual em tudo e tudo é competência privativa da União?

A questão do cumprimento de um sexto da pena em que a pessoa vai para o regime aberto não pode acontecer, tem de ser de acordo com o tipo de crime cometido.

Entendo que temos de ter uma boa assessoria. Não sou da área do Direito, mas vou me assessorar muito bem nesse particular. Tenho dois filhos que são juízes, mas vou buscar assessoria da Consultoria do Senado para procurar saber mais sobre o assunto. Entretanto, uma coisa eu sei fazer: ouvir o povo, porque eu, como médico, sempre aprendi a ouvir; ninguém medica sem ouvir o doente; ninguém medica apenas porque acessou uma conversa.

Então, quero contribuir com o meu esforço para este trabalho, que não pode ser só do Senado ou da Câmara. Tem de envolver o Presidente da República e seus Ministros; o Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal ao juiz de Primeira Instância; os prefeitos, porque é no Município que está o delinqüente. Surpreendeu-me saber que uma cidade aqui do Entorno de Brasília detém o maior índice de criminalidade.

Portanto, precisamos fazer esse diagnóstico e, ao mesmo tempo, envolver as instituições neste trabalho, instituições sérias, como é o caso dos Rotarys, Lions, Maçonaria, das Igrejas, não só a Católica, mas também as Evangélicas, e todas as outras instituições que queiram colaborar. Esse não é um trabalho que deva ser desse ou daquele segmento da população. Tem de ser um trabalho de toda a sociedade. E, por isso, entendo que esse grupo de trabalho, que tem o prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15 – e nós estamos com o intuito de concluí-lo dentro dos 30 dias –, terá condições de votá-lo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e trazê-lo para o Plenário, a fim de dar uma resposta à sociedade. E aí não pode ser como já aconteceu outras vezes: nós votarmos aqui

e morrer na Câmara, ou sair da Câmara e morrer na Presidência da República.

Fico com medo quando vejo o Presidente da República se antecipar e se pronunciar sobre este ou aquele aspecto dessa questão, porque, em muitas dessas matérias que são leis ordinárias ou complementares, Sua Excelência tem o poder de veto. Então, se Sua Excelência já se antecipa, afirmando que é contra ou a favor de algum projeto, significa que não está querendo ouvir o povo diretamente e muito menos os representantes do povo, que somos nós, Deputados e Senadores.

Entendo também que a imprensa está fazendo um trabalho muito importante, que é o de não deixar esse assunto morrer. Acredito que a imprensa tem de investigar mais, ir mais longe. Temos de cobrar efetivamente de cada setor da sociedade, não só por causa do crime do João Hélio, que foi horrendo, mas por tantos crimes de joões hélios que acontecem todos os dias, em todas as partes deste Brasil.

Por isso, termino, pedindo a V. Ex^a que nós todos nos mobilizemos e concluamos esse trabalho dentro do prazo previsto, para darmos a resposta que a sociedade merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, João Tenório, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Mário Couto, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Marconi Perillo, Romeu Tuma e Valdir Raupp enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governadores da oposição vão pedir mudanças”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de Janeiro de 2007.

A matéria mostra que, insatisfeitos por não terem sido consultados, Estados vão preparar uma lista de reivindicações e que entre as críticas, está a de que a desoneração fiscal pode provocar perda de receita.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governadores da oposição vão pedir mudanças

Insatisfeitos por não terem sido consultados, Estados vão preparar lista de reivindicações

Entre as críticas, está a de que a desoneração fiscal de R\$ 6,6 bi pode provocar perda de receita; Serra aponta para juros e câmbio

DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Insatisfeitos por não terem sido consultados antes do anúncio do PAC, governadores de oposição criticaram a formulação do pacote e decidiram apresentar, com o apoio de governistas, lista de reivindicações em 6 de março, em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para eles, a desoneração fiscal de R\$ 6,6 bilhões pode provocar perda de receita aos Estados. Reclamam ainda que a falta de diálogo do governo ao selecionar projetos impede investimentos conjuntos.

Segundo governadores tucanos, o principal protesto foi o silêncio de José Serra (PSDB-SP), que deixou o Planalto sem dar entrevista. Em Franca (SP), foi cauteloso, mas disse que é preciso ficar atento à reunião do Banco Central que definiu nova taxa de juros.

"Não tenho condições de emitir uma opinião responsável, porque apenas hoje [ontem] (omei conhecimento das linhas gerais do PAC", disse. Seguindo etc, "estímulo ao crescimento é não apenas apresentar um plano, que deve ser analisado, mas também a decisão sobre os juros e indiretamente sobre o câmbio".

Aécio Neves (PSDB-MG) foi irônico. Disse que "deve ter sido brincadeira" incluir no PAC criação de 700 vagas de estacionamento no aeroporto de Confins. Disse que Lula "perdeu uma oportunidade de ouvir dos governadores quais seriam as obras federais que eles julgam prioritárias em seus Estados".

O estímulo ao crescimento é não só apresentar um plano, que deve ser analisado, mas também a decisão sobre os juros e indiretamente sobre o câmbio

JOSÉ SERRA (PSDB-SP)
governador de São Paulo

Aécio e Serra, a *Folha* apurou, preferiram não desferir golpes muito fortes no PAC, pois poderia parecer má vontade no momento de lançamento do pacote. Mas os tucanos acreditam que uma decisão do BC sobre juros, reduzindo mais a taxa, seria talvez mais eficaz do que grande parte das medidas apresentadas ontem.

Porta-voz do grupo oposicionista, Aécio afirmou que o projeto de desenvolvimento do país "não pode ficar concentrado exclusivamente nas mãos da União". "O governo demorou meses para desenhar essas propostas. Agora é preciso ver o custo para os Estados."

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), é "cortesia com o chapéu alheio", "como ser chamado para pagar por um banquete do qual não participou".

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, classificou as reações como "naturais". "Não há questão que não possa ser avaliada. Desde que não seja desconstruído o essencial, há espaço para mudar."

Outro ponto do plano econômico que preocupou os governadores foi o limite para os reajustes salariais do funcionalismo público, que não poderá ultrapassar a variação do IPCA (inflação) mais 1,5% ao ano.

Também sobram queixas de projetos "preteridos". Nos bastidores, eles afirmaram que o Planalto evitou direcionar investimentos para obras que pudessem ser "capitalizadas" eleitoralmente pela oposição.

"Houve uma escolha do governo de quais seriam as obras. Eu, particularmente, morri de inveja do metrô de Fortaleza", disse a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), em alusão aos investimentos no Estado do governista Cid Gomes (PSB).

Após o evento no Planalto, 19 governadores participaram de almoço em que formaram comissão de cinco governadores -- um de cada região --, que se reunirá na segunda, em Brasília, para fechar agenda de reivindicações. Um dos líderes do bloco governista, Jaques Wagner (PT-BA) tentou amenizar. "As pessoas sempre acham que poderiam debater mais. Se não marcar prazo, o debate fica interminável." (SÍLVIO NAVARRO • FERNANDO KRASKOVIC)

PIB	25,8% do PIB brasileiro (R\$ 1,938 trilhão em 2005)
Bolsa Família	58,8 programas Bolsa Família, com orçamento de R\$ 8,5 bilhões em 2006
Investimentos da Petrobras	9 vezes o valor de investimentos da estatal previsto para este ano, de R\$ 55 bilhões
Investimento estrangeiro	18,6 vezes o investimento direto estrangeiro recebido pelo Brasil no ano passado, que somou US\$ 12,6 bilhões (R\$ 26,9 bilhões)
Deficit da Previdência	12 vezes o déficit nas contas da Previdência, que fecharam 2006 com R\$ 42 bilhões de saldo negativo (estimativa do governo)
Educação	15,9 vezes o valor dos gastos com educação feitos pelo governo federal em 2005, de R\$ 31,5 bilhões

Fontes: IBGE, Petrobras, IB, Previdência Social e Sufi

No exterior, plano é visto com cautela

SÉRGIO DÁVILA
DE WASHINGTON
MARCO AURÉLIO CANÔNICO
DE LONDRES

Cautela foi a palavra de ordem na reação ao pacote econômico anunciado ontem. Num relatório destinado a investidores, o Merrill Lynch recomenda o "ceticismo" na avaliação das medidas.

"Todo o aumento em investimentos deve ser visto como positivo, obviamente, pois esse tem sido o ponto

fraco da economia brasileira", disse à *Folha* James Barrineau, da Alliance Capital Management. "Mas ainda não está claro se essas medidas ajudarão a elevar o crescimento do país em 2007."

Segundo o economista-chefe para a América Latina, faltou a reforma tributária.

Para Jairo Saddi, professor da Universidade de Oxford, no Reino Unido, o PAC não é uma agenda para o crescimento e faltou detalhamento das medidas.

O "Financial Times" disse que o plano deixou dúvidas sobre como será financiado e fez pouco para resolver alguns dos principais entraves para o crescimento do país.

Convidados cochilam e deixam Planalto antes do fim da apresentação

DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Cinquenta e cinco minutos de apresentação de Guido Mantega (Fazenda) e mais uma hora e vinte minutos de Dilma Rousseff (Casa Civil) foram suficientes para fazer muitos dos presentes no Palácio do Planalto cochilarem, engatarem conversas paralelas e até saírem de fininho.

Quando já falava por quase uma hora, Dilma disse que estava perto do fim. Ainda durou mais meia hora. Ao final de sua exposição, o burburinho era tão intenso que obrigou a ministra a elevar o tom de voz. Muitas das cadeiras no fim do Salão Nobre do Palácio do Planalto já estavam vazias.

As exposições foram longas porque o governo temia a acusação de que as medidas eram genéricas demais. Por isso, Dilma fez uma exposição área por área, região por região.

Mantega também falou detalhadamente das medidas. No fundo do salão, um grupo de empresários repetia que

"estavam exagerando nos detalhes, coisa para jornalista".

No início, o salão estava completamente lotado. Foi a maior reunião de políticos desde o início do primeiro governo Lula, com quase todos os 34 ministros, 23 governadores (entre eles os tucanos

Aécio Neves e José Serra), dois vice-governadores e presidentes e líderes dos 11 partidos que dão apoio ao presidente no segundo mandato.

O deputado federal Miro Teixeira (PDT) foi um dos que fugiram no meio da apresentação. Outro que deu uma saída do salão foi o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno. O assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, também seguiu o mesmo caminho e voltou somente mais perto do fim.

Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se cansou. Em determinados momentos cochilhava com a primeira dama, Marisa Leticia, sentada a seu lado. Em outros, esfregava as mãos, num sinal de impaciência com a extensão de apresentações dos ministros.

A fala de Lula, por sinal, foi curta -- cerca de 15 minutos.

Mas, se a maior parte da plateia se entediou, a primeira fila teve que tentar manter uma postura "exemplar", apesar das longas explicações.

Quando Dilma falava de investimentos no Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (P se animou tanto que mereceu uma menção da ministra. Ana Júlia está muito alegre, disse, num misto de constância e repressão à petista, e falava com colegas.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para OAB, plebiscito pode virar arma de populista”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 09 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que a Ordem dos Advogados do Brasil reage a deputados do PT que querem dar ao presidente Lula a prerrogativa, que hoje é do Congresso, de convocar plebiscitos sem autorização do Parlamento.

Para OAB, plebiscito pode virar arma de populistas

Ordem dos Advogados do Brasil reage a deputados do PT que querem dar ao presidente prerrogativa de convocar consulta sem autorização do Congresso

Ricardo Brandt

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirmou ontem que a proposta feita por um grupo de parlamentares petistas de que o presidente da República possa convocar plebiscitos e referendos sem a autorização do Congresso “tem um viés autoritário”.

“Os instrumentos de democracia direta e participativa são meios de controle da ação dos governantes pelo próprio povo; eles não podem se tornar formas de legitimação populista para instauração de governos autoritários”, afirmou o presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da OAB, Fábio Konder Comparato, em nota.

A proposta consta de um documento de 30 páginas, denominado *Um Novo Rumo para o PT*, que será apresentado pelo grupo no 3º Congresso do partido. Entre seus signatários estão o deputado federal Cândido Vaccarezza, José Mentor, Devanir Ribeiro e Carlos Zarattini – todos de São Paulo.

Num dos 90 itens do documento está escrito: “Se o presidente da República pode editar medidas provisórias – ca-

da vez mais sob o crivo das críticas por seu vezo autoritário –, por que não pode ele, sem este vício originário, convocar plebiscitos sem autorização legislativa para decidir questões de grande alcance nacional?”

Os autores do texto garantem que a proposta visa a “ampliar a democracia no País” e cita exemplos de países de primeiro mundo que usam o plebiscito e o referendo com maior frequência. No Brasil republicano há registro de apenas dois plebiscitos (em 1963 e 1993).

De acordo com Comparato, a OAB apresentou ao Congresso dois projetos de lei sobre plebiscito e referendo que “incentivam a democracia direta e participativa, diferentemente da proposta do grupo de deputados petistas paulistas, que tende ao autoritarismo”.

“Os projetos n^o 4.718/04 e 0001/06 atribuem a iniciativa de convocação de plebiscito e referendo ao próprio povo ou a uma minoria qualificada de cada Casa do Congresso Nacional”, explica.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pastorais defendem referendos

“A realização mais freqüente de consultas populares, por meio de plebiscitos e referendos, tem sido reivindicada há algum tempo pelas pastorais sociais da Igreja Católica no Brasil. Foram estas pastorais que encabeçaram em 2002 a realização de um plebiscito oficioso, com intuito pedagógico, sobre a filiação do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca); e são elas que estão à frente de outro plebiscito não oficial, programado para setembro, sobre a anulação da privatização da Vale do Rio Doce.

Na opinião de bispos ligados à área social, como d. Demétrio

Valentini, de Jales (SP), plebiscitos e referendos ampliam a democracia. As pastorais contam com o apoio de movimentos sociais e centrais sindicais, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Há diferenças, no entanto, entre o que eles defendem e o que está sendo proposto por setores do PT. “Na nossa opinião, as consultas não devem ser convocadas pelo presidente”, diz Antonio Carlos Spis, da CUT. “Devem acontecer dentro dos limites constitucionais, com a fiscalização da Justiça Eleitoral.” • ROLDÃO ARRUDA

Pela legislação atual, nas questões de relevância nacional, o plebiscito e o referendo são convocados por meio de decreto legislativo, por proposta de no mínimo um terço dos membros da Câmara ou do Se-

nado (artigo 3º, da lei 9.709/98 – que regulamentou o artigo 14 da Constituição Federal).

Comparato diz que a proposta dos petistas “mostra a urgência de serem aprovados os projetos de lei apresenta-

dos pela OAB ao Congresso”.

Além da OAB, especialistas em direito constitucional também atacaram o caráter autoritário da proposta e disseram que ela desqualifica o Congresso. “Através dos plebiscitos é que se fazem os césores”, atacou o jurista Célio Borja, ex-ministro da Justiça. “O plebiscito sem aprovação do Congresso restringe a democracia, porque coloca nas mãos do chefe do Executivo esse poder.”

Carlos Ari Sundfeld classifica a proposta como um retrocesso democrático. “O Brasil tem uma democracia em construção. Por isso precisa privilegiar o Parlamento e não fazer o contrário, dando plenos poderes ao presidente”, afirmou.

Para Belizário dos Santos Júnior, seria o começo de um governo ainda mais autoritário. “O presidente já tem um poder quase imperial com as medidas provisórias. Essa proposta soa muito chavista. É um absurdo os próprios deputados dizerem que não têm competência.” •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sururu no Itamaraty”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de fevereiro do corrente.

A matéria se refere à confusão criada, no Ministério das Relações Exteriores, pela entrevista do ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Celso Abdenur. Ele revela que as promoções no Itamaraty ocorrem de acordo com afinidades política e ideológica e que

os diplomatas sofrem uma doutrinação política sendo obrigados a realizar leituras de viés esquerdista.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SURURU NO ITAMARATY

Está suspensa a
leitura engajada.
Já a política
externa...

A entrevista a *VEJA* do ex-embaixador do Brasil em Washington Roberto Abdenur produziu um salteiro no comportado mundo da diplomacia. Com 44 anos de carreira e aposentado há apenas duas semanas, quando deixou o posto nos Estados Unidos, Abdenur revelou que as promoções no Itamaraty ocorrem de acordo com afinidades política e ideológica, disse que a atual orientação tem um substrato “vagamamente anticapitalista, antiglobalização, antiamericano, totalmente superado” e chegou a denunciar o que chamou de “doutrinação de diplomatas”, obrigados a realizar leituras de viés esquerdista. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reagiu. Primeiro, afirmou que Abdenur deveria ter feito as revelações quando ainda estava no cargo, em Washington. Depois, anunciou uma providência. Diante de tudo o que Abdenur disse, Amorim mandou suspender as leituras obrigatórias no Itamaraty, classificadas pelo ex-embaixador na entrevista a *VEJA* como “vexatórias”.

O ministro Celso Amorim rebateu as acusações de que as promoções no Itamaraty ocorrem de acordo com o alinhamento ideológico dos diplomatas. “É um absurdo e é até difamatório”, reagiu. Até a leitura obrigatória, que Amorim mandou suspender diante da entrevista de Abdenur, foi minimizada pelo chanceler. Ele disse que, de três obras obrigatórias (*Chutando a Escada*, do chinês Ha-Joon Chang, *Río Branco*, de Álvaro Lins, e *Brasil, Argentina*

e *Estados Unidos — Da Tríplice Aliança ao Mercosul*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira), apenas a última poderia ter algum viés esquerdista. Ainda assim, Amorim afirmou que decidiu suspender as leituras apenas para evitar o que chamou de “mal-entendidos” explicitados pela entrevista de Abdenur a *VEJA*.

A leitura obrigatória de obras alinhadas com a doutrina nacional-terceromundista do chanceler Amorim foi introduzida pelo secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, no início de 2004. A leitura é parte de um curso de duas semanas a que Pinheiro Guimarães submete todos os diplomatas que estão sendo transferidos de posto. O viés ideológico das aulas, apelidadas no Itamaraty de “Escolinha do Professor Samuel”, é inequívoco. Um dos livros cuja leitura foi suspensa traz um prefácio no qual o próprio Pinheiro Guimarães espicaça a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e os Estados Unidos. Responsável por promoções, transferências e pela formulação da política externa do governo petista, Pinheiro Guimarães professa ideário inútil e ultrapassado do fim do século XIX. Odeia a globalização, é contrário à abertura econômica, acredita no imperialismo yanque e adota como método de trabalho ampuheta e papel-carbono. As fichas de leitura engajadas acabaram. Pinheiro Guimarães segue forte no Itamaraty. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Camisa de força neles. Eles enlouqueceram”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 08 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra a reação do líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia, que classificou de “inaceitável” a proposta de um grupo de parlamentares do PT que pretende apresentar uma Emenda Constitucional dan-

do poderes ao Presidente da República de convocar plebiscitos sem autorização do legislativo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Camisa de força neles. Eles enlouqueceram’

Oposição classifica tese defendida por petistas de “inaceitável” e vê intenção de copiar modelo de Chávez

A oposição reagiu ontem à proposta de um grupo de parlamentares do PT que começa a trabalhar para que o presidente da República possa convocar plebiscitos sem autorização do legislativo. Um dos mais indignados foi o líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (PFL), que considerou sem sentido de despropositada a intenção. “Camisa de força neles”, afirmou. “Eles enlouqueceram”, reagiu.

Maia classificou a proposta dos petistas de “inaceitável”. E rebateu criticando a postura antidemocrática das lideranças do PT. “Essa é a democracia direta deles. Fazer as coisas sem passar pelo principal representante da sociedade, o poder Legislativo. Não vamos aceitar isso”, anotou.

CHAVEZ

O deputado pefelista comparou



Rodrigo Maia Deputado (PFL-RJ)

“Essa é a democracia direta deles. Fazer as coisas sem passar pelo Poder Legislativo. Não vamos aceitar isso”

José Aníbal Deputado (PSDB-SP)

“Eles sabem que o PT não tem candidato para 2010. E vão tentar todas as possibilidades para conseguir fazer o Lula sair candidato novamente”

a intenção dos petistas ao modelo adotado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. “Isso caberia bem lá para o Chávez. Aqui, não. Aqui, no Brasil, vigora a democracia.”

Para o líder do PFL, nem mesmo os demais deputados do

PT podem compactuar com a proposta do grupo ligado à ex-prefeita Marta Suplicy. “Isso não vai vigorar. Ninguém pode aceitar isso, nem mesmo os parlamentares do PT.”

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) também fez coro. E repudiou a intenção dos petistas. “A oposição precisa estar preparada para atitudes desse naipe que o PT possa tentar fazer. Eles vão ousar o que eles não imaginávamos o que eles iriam ousar. Devemos ficar alertas para quaisquer atitudes que esses petistas podem tomar após essa eleição da Câmara”, observou.

Também mencionando o presidente venezuelano, Agripino Maia ressaltou que o PT parece estar querendo esquecer o poder Legislativo.

“É a interlocução direta com a sociedade que eles acham que

conquistaram e acham que com isso poderão passar por cima do Congresso.”

O deputado José Aníbal (PSDB-SP) também reclamou da sugestão “autoritária” do grupo de petistas ligados à ex-prefeita paulistana.

SUCCESSÃO

Na avaliação do tucano, por trás do projeto dos petistas está o fato de o partido não ter candidato para a disputa presidencial de 2010. Com a possibilidade de o presidente convocar plebiscitos sem a autorização do Legislativo, o principal interesse seria o de conseguir apoio para a disputa de um terceiro mandato. “Eles sabem que o PT não tem candidato para a Presidência em 2010. E vão tentar todas as possibilidades para conseguir fazer o Lula sair candidato novamente”, afirmou Aníbal. “É uma tendência golpista do governo.” Para o deputado tucano, a proposta do PT “é um prenúncio chavista, uma tentação autoritária de passar por cima do Congresso”.

Ele prosseguiu: “É a mesma tentação de quando eles falam que a torcida do Flamengo torce pela anistia de José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil cassado em 2005). ● ANAPOLA SCINOCCHI E RICARDO BRANDT

O SR. MARIO COUTO (PSDB – PR. Sem apatamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 07 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que o ex- chanceler Celso Lafer, apóia as críticas feitas pelo ex- embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Abdenur, à atual política externa brasileira que conteria um elemento ideológico muito forte e um antiamericanismo atrasado. Ainda segundo a matéria, o Itamaraty tem obrigado os

diplomatas à leitura de livros ideológicos o que está sendo considerado pelos meios diplomáticos uma lavagem cerebral na política externa brasileira.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty

Ex-chanceler apóia críticas de Roberto Abdenur à atual política externa

Gabriel Manzano Filho

O ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, que ocupou o cargo no governo Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que concorda com todas as críticas feitas pelo ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos Roberto Abdenur ao modo como o governo vem conduzindo a política externa. “Partilho inteiramente de suas impressões”, disse Lafer. “Coisas como essa indicação de livros a serem lidos, por diplomatas de ótima formação, são simplesmente vexatórias. O que Abdenur quer ressaltar é uma certa lavagem cerebral. Uma coisa muito ruim, que resulta numa diplomacia de qualidade discutível.”

Em entrevista à revista *Veja*, Abdenur, que até recentemente era grande amigo do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, havia denunciado “um elemento ideológico muito forte” e “um antiamericanismo atrasado” na atual diplomacia. Também achou “um erro ter incorporado a Venezuela de chofre no Mercosul”. Essa úi-

tima decisão, para Lafer, “é coisa gravíssima”, que “põe em questão 20 anos de esforços da diplomacia brasileira”.

Grande parte das críticas feitas por Abdenur – principalmente à estratégia Sul-Sul, que prioriza as relações com nações em desenvolvimento – já vem sendo feita também por outros embaixadores. Dois deles, Sérgio Amaral e Rubens Barbosa, num recente seminário em São Paulo, fizeram fortes críticas à ênfase excessiva dada pelo governo Lula ao comércio com potências emergentes. Um terceiro diplomata, o ex-ministro Luiz Felipe Lampreia, tem criticado duramente o que considera descaso do atual governo pelo interesse nacional nas relações com a Venezuela.

Em Brasília, as críticas de Abdenur endossadas por Lafer – que é antigo desafeto de Amorim – parecem incomodar o Itamaraty. A ordem é nada comentar, mas assessores próximos a Amorim consideram descabidas as afirmações de Lafer. E

quanto aos livros “indicados” aos diplomatas, um desses assessores diz que um deles é uma biografia de Ruy Barbosa, o patrono da carreira. Ele pergunta: “Isso é ideologia?” Sabe-se, porém, que a simples obrigatoriedade das leituras irrita muitos dos diplomatas.

Em Brasília e Washington, onde Abdenur atuou quatro anos, as críticas ao Itamaraty não chegaram a surpreender. Ficou evidente para muitos diplomatas que o esforço do embaixador para melhorar as relações com os EUA parava sempre no desinteresse brasileiro.

Em meados de 2005, já desalentado, Abdenur criticou, em São Paulo, a decisão de reconhecer a China como economia de mercado. A crítica irritou Amorim, que lhe mandou um telegrama reservado pedindo que se retratasse. Ele recusou e o texto dessa recusa circulou entre diplomatas em Brasília. O rompimento tornou-se inevitável. ●

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Desequilíbrio de poder”, publicado pelo Jornal **O Globo** de 4 de Fevereiro de 2007.

O artigo escrito pelo sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, faz uma análise da situação política mundial e o frágil equilíbrio entre as Nações que buscam garantir as fontes de energia, água, e terras férteis ainda disponíveis, e que disputam o conhecimento em biotecnologia como forma de superar umas as outras. O texto analisa o equilíbrio político ao longo dos séculos ora conquistado pela guerra ora pela submissão ao poder do Império, e nos chama a uma reflexão sobre o papel do Brasil no atual cenário mundial sugerindo que, ao contrário do que nossa atuação diplomacia tem feito, o Brasil volte a ser a Nação da neutralidade que exerce

o papel de contenção nas disputas entre países e possa ter um papel que “dispense armas atômicas e sonhos de potência, mas que nos torne um país mais respeitado e nos dê tempo para robustecer nossa economia, melhorar a vida de nosso povo e ganhar o reconhecimento de que somos uma grade democracia que exerce a liderança em nossa região mais pelo exemplo do que pela astúcia e que pode contribuir para a emergência de uma nova ordem política mundial”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desequilíbrio de poder

Estamos longe da paz universal. Que papel caberá a países como o Brasil?

Vem de longe o imenso e raras vezes bem-sucedido esforço para desenvolver uma política baseada no “equilíbrio de poder” no mundo. Isso porque o natural nessas relações é outro: ou a guerra ou o Império, a submissão de todos ao poder do mais forte. Faço um breve retrospecto histórico para logo falar do lugar do Brasil no incerto mundo de hoje.

Da Paz de Westfalia, a partir da terceira década do século XVII, à Revolução Francesa, ao final do XVIII, depois da desarticulação de poder que se seguiu ao fim da Idade Média e do domínio do Sacro Império Romano, estabeleceu-se um prolongado equilíbrio na cena internacional europeia. A emergência de novos poderes e a Reforma Protestante, que rompeu os vínculos de sacralidade que a fé católica dava aos imperadores, deram lugar a um sistema de estados de potência equivalente capaz de impor seus interesses sobre os demais e evitar que um deles quisesse alçar vôo solo. Sob a inspiração do cardeal Richelieu, responsável pela política exterior da França, o direito divino dos reis foi substituído pela *raison d'état* que garantia o domínio de estados poderosos, sem primazias.

Esse equilíbrio rompeu-se com as guerras napoleônicas. Destruído Napoleão, estabeleceu-se novamente um sistema de consultas entre estados dispostos a não guerrear entre si, com a preocupação de impedir o surgimento de novas potências com aspirações hegemônicas. Foi o tempo do chamado Congresso de Viena. Não que inexistissem guerras, mas elas obedeciam aos interesses dos estados consorciados em manter entre si o equilíbrio de poder.

O equilíbrio europeu, entretanto, quebrou-se uma vez mais por aspirações expansionistas. Na segunda metade do século XIX, a Realpolitik de Bismarck e Napoleão III desencadeou a dinâmica que, anos mais tarde, levaria à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O que veio depois é história mais conhecida. O fracasso da Liga das Nações, inspirada pelos valores morais do presidente americano Woodrow Wilson, o ressurgimento

dos nacionalismos e dos projetos de expansão, principalmente na Alemanha, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a vitória dos aliados e a criação da ONU, da qual a Liga havia sido uma espécie de embrião.

A suposição de que seria então possível um abrangente entendimento global baseado em regras de convivência logo se mostrou frágil, com a polarização crescente entre dois campos ideológicos, o do mundo sino-soviético e o do mundo ocidental, com ampla repercussão e influência sobre os conflitos regionais em todo o mundo. Sob a Guerra Fria, começaram a surgir na periferia novos desafiantes do sistema mundial do poder. A África liberada passou a ser palco de lutas, Cuba tornou-se um marco de resistência ao “ocidentalismo” e a Coreia dividiu-se entre a do Norte, comunista, e a do Sul, aliada aos Estados Unidos.

Com a queda do Muro de Berlim, imaginou-se que teríamos finalmente um novo Império, a era da hegemonia americana. Durou pouco. Imbuídos de princípios abstratos, de ordem moral, os Estados Unidos afastaram-se de seus deveres de solidariedade para com o antigo Terceiro Mundo e lançaram-se em uma estratégia de domínio pela força, até mesmo nas galáxias. Desde Reagan, com exceção de Clinton, prevaleceu a idéia de que o investimento em *soft power* era sinal de fraqueza. A diretora passou a ser a construção de forças armadas capazes de assegurar militarmente, em todo o globo, os interesses norte-americanos.

Com isso, os Estados Unidos não se deram conta das transformações por que passava o mundo: a emergência do Islã, os fluxos migratórios que criam redes multiculturais no mundo ocidental, o dissenso interno no Ocidente, com a Europa dividida, a Nova Europa temerosa do que resultará da reconstituição dos escombros do mundo soviético e a Velha Europa aferrada à sua prosperidade, parca em ajudas bélicas, temerosa da "contaminação" racial e cultural.

Para não falar da China, que, embora seja aliada econômica e mesmo indispensável para reciclar a imensa dívida americana, se aproxima outra vez da Rússia, agora transformada em potência energética (gás e petróleo). Ambas atuarão, daqui para frente, com influência cada vez maior, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África. Poderão ser fatores de equilíbrio, mas não renunciarão aos seus interesses. Nesse complicado quebra-cabeça, há ainda a Índia (*gigante adormecido*, em suas

inextricáveis castas, que desponta agora como potência econômica), um aliado necessário dos Estados Unidos para fazer frente a eventuais futuras ameaças chinesas ou islâmicas, o que explica o respaldo americano ao desenvolvimento de bombas atômicas por aquele país. Recentemente viu-se a China lançar mísseis destruidores de satélites, sinal de que também pode destruir armas na guerra das galáxias. E tanto a China como a Rússia vendem armamento, direta ou indiretamente, aos países belicosos do Oriente Médio.

Estamos longe, portanto, da paz universal e mesmo de uma situação de equilíbrio estável. Diante desse panorama, pergunto, que papel caberá a países de poder médio como o Brasil?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Coisas da Política", publicado pelo **Jornal do Brasil** de 06 de Janeiro de 2007.

O artigo da jornalista Ana Maria Tahan critica a postura do Presidente Lula. Enquanto os governadores eleitos tomam posse de seus estados, e entram em ação, reduzindo custos ao diminuírem cargos de confiança, salários e secretarias de governo, o chefe da Nação tira férias sem dizer o que pretende fazer

Alinhar-se fora do Ocidente (e fora de hora) poderá apenas causar males futuros. Alinhar-se automaticamente ao Ocidente tampouco é uma boa opção. Para começar, com que parte do Ocidente? Ser neutro pode ser uma opção, desde que não seja a solução dos impotentes. Então, o que fazer? Certamente o pior é cutucar a onça (melhor, as onças) com vara curta. Deixemos isso para os donos do petróleo.

OS ESTADOS UNIDOS, encaçacrados no Iraque, vendo crescer ao seu redor as novas-antigas potências, odiados pelo mundo islâmico, malvistas pelos africanos pobres, dependentes da muleta chinesa, mais cedo ou mais tarde, oxalá os democratas compreendam isso, precisarão de uma nova entente, menos belicosa e mais igualitária. O caminho da guerra e da mudança de regime já está perdido. Os americanos precisarão mais de uma política de contenção do que de uma vitória arrasadora, que não virá.

Quem sabe o Brasil possa ter um papel que *dispense armas atômicas e sonhos de potência*, mas que nos torne um país mais respeitado e nos dê tempo para robustecer nossa economia, melhorar a vida de nosso povo e ganhar o reconhecimento (como fez Nehru com a Índia) de que somos uma grande democracia que exerce a liderança em nossa região, assegura nela a paz e os vínculos ocidentais, mais pelo exemplo do que pela astúcia ou pela assertividade do poder, e que pode contribuir para a emergência de uma nova ordem política mundial. Esta, sem voltar às idéias de equilíbrio de poder, deveria pelo menos evitar desequilíbrios que nos levem a novas catástrofes.

neste primeiro ano de seu segundo mandato na economia, no social e na política

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ana Maria Tahan

atahan@jb.com.br

Coisas da Política

Um descansa, outros trabalham

O PRESIDENTE LULA ESTÁ EM RECESSO. Tira férias sem dizer quem fica, quem sai, quem muda de endereço na Esplanada dos Ministérios. Pincelou, no discurso de posse, o que planeja neste primeiro ano do segundo mandato para a economia, o social, a política. Conversou com os pretendentes ao comando da Câmara, aceitou sem comentários o retorno de Ricardo Berzoini ao controle do PT. Autorizou o envio da Força Nacional para reforçar a segurança do Rio antes mesmo do Pan, acenou com alterações da legislação para punir crimes com mais rigor. Nada mais disse do muito que lhe foi perguntado e embarcou, ao que se sabe, para a casa de praia do ministro Márcio Thomaz Bastos em Iporanga, litoral paulista.

Enquanto o chefe da nação se bronzeia antes de mergulhar em 2007, os governadores se apossam dos Estados e entram em ação. Dezenove fecharam a semana com cortes de gastos, redução de secretarias, tesouradas em cargos comissionados e por aí fora. Em Brasília, o liberal José Roberto Arruda, com um rombo de R\$ 100 milhões, reduziu a menos da metade a equipe de secretários, ceifou 17 mil vagas de apadrinhados e transferiu para uma cidade satélite a sede do governo. Os amplos gabinetes se resumem agora a um andar, quase galpão, com os ocupantes do primeiro escalão e o próprio governador instalados em baias, economia de R\$ 30 milhões anuais com o aluguel de imóveis.

O SR ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o déficit habitacional brasileiro é uma das questões sociais mais delicadas a serem enfrentadas pelo Presidente Lula e pelos presidentes que o sucederem. Embora venha sendo enfrentado há décadas, trata-se de um problema que não dá mostras de que vá desaparecer no futuro próximo.

Os dados confiáveis mais atualizados de que dispomos sobre o assunto ainda são os divulgados no estudo “Déficit Habitacional no Brasil”, que o Ministério das Cidades, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou em 2005.

O relatório estima que o déficit habitacional absoluto – o número de moradias que precisam ser construídas do zero – seria de 7 milhões e 200 mil moradias, e que o déficit de adequação domiciliar – referente ao número de moradias que já existem, mas são praticamente inabitáveis –, por sua vez, seria superior a 12 milhões de unidades.

Esses números, referentes a 2005, certamente já estão em patamares mais elevados, pois muito pouco

No Rio, Sérgio Cabral mostra que está mesmo disposto a redesenhar a biografia dos últimos ocupantes do Palácio Guanabara. Com os 14 decretos assinados dia 1º, quer fechar o ano com redução de quase R\$ 3 bilhões nos gastos do Estado. Capitaneia o mutirão nos hospitais públicos, demite diretores que se rendem às dificuldades antes de enfrentar a primeira batalha, convoca pedreiros, ordena a compra urgente de medicamentos. Paralelamente, pede à União o envio da Força

Enquanto Lula se bronzeia, os governadores entram em ação

Nacional, a quarta mobilização para atazanar a vida de bandidos e permitir aos cidadãos recuperar a confiança em seus governantes. Os soldados treinados para atuar em conflitos urbanos somam-se aos policiais civis e militares e a fardados das Forças Armadas, chamados a se integram à missão nas cercanias dos quartéis.

Tudo bem que ainda há muito a fazer. Os assaltos a turistas, na aventura que se tornou atravessar sem sobressaltos o caminho entre o Aeroporto do Galeão e a Zona Sul, retratam a distância entre o discurso e a prática. Foram espoliados no dia em que as vias expressas deveriam ostentar policiamento em dobro. Falhas de um esquema que ainda engatinha. Deficiências que não são privilégio do Rio. O vice-governador do Rio Grande do Sul foi assaltado na noite de quinta-feira, quando esperava abrir o semáforo num cruzamento de Porto Alegre. A violência e a criminalidade grassam pelo país, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas.

Criminosos são capazes de se unir e expandir as fronteiras dos Estados, como os do Rio e São Paulo em que atiram, metralham e incendiam vidas sem remorso. Governadores se unem para combatê-los muito além dos discursos de campanha e de posse. Dia 9, os do Sudeste sentam à mesa pela primeira vez para traçar as linhas do plano que pretende matar, de inanição, facínoras da região.

Por tudo isso, a primeira semana do Ano Novo permite um vislumbre de esperança no futuro. Quem sabe, mensaleiros e sanguessugas tenham servido, pelo menos, para alertar políticos e aprendizes sobre a urgência de recuperar credibilidade. Enfrentar e vencer bandidos. Administrar com competência e seriedade.

Enquanto o chefe da nação se bronzeia antes de mergulhar em 2007, os governadores se apossam dos Estados e entram em ação.

foi feito, nos últimos dois anos, para combater a falta de moradias no País, que atinge, fundamentalmente, as classes menos privilegiadas.

O plano habitacional anunciado no segundo semestre de 2006, por exemplo, beneficiou apenas as famílias com renda igual ou superior a cinco salários mínimos, os 40% mais ricos da população brasileira. Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é justamente a fatia da população que menos precisa de auxílio habitacional! Cerca de 85% do déficit se concentra em famílias cuja renda familiar é inferior a três salários mínimos, ou R\$1.050,00!

Além disso, a oferta de crédito é superior nas regiões Sudeste e Sul, e sabemos que é justamente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste que se concentra a maior parcela do déficit habitacional brasileiro.

Em suma: as medidas adotadas pelo Governo Federal são praticamente inócuas para solucionar o problema do déficit habitacional, pelo simples fato de que o déficit habitacional atinge justamente a parcela da população que não está sendo assistida pelos programas do governo.

A classe média, porém, não está de todo livre de preocupações no que diz respeito à habitação. Quase

tão dramático quanto não ter um teto sob o qual viver é conviver com a perspectiva de, a qualquer momento, perder aquilo que se chama de casa, de lar.

Esse é o drama de pelo menos 30 mil famílias, ameaçadas de despejo com a chegada iminente do fim dos contratos de compra da casa própria assinados no final dos anos 80.

Sr. Presidente, o fim desses contratos, que deveria significar a realização de um sonho, é, pelo contrário, motivo de insônia para os mutuários. A maior parte dos contratos registra saldos devedores muito superiores ao valor de mercado do imóvel. Há casos em que os mutuários devem um montante equivalente a três vezes o valor estimado da casa que compraram.

Temos, portanto, milhares de famílias que, a partir de junho deste ano, enfrentarão essa realidade. Como seus contratos não foram cobertos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o futuro dessas pessoas depende da decisão que o Governo Federal tomar em relação ao total da dívida formada pelos monstruosos saldos devedores desses contratos.

Sr. Presidente, a conta desses saldos chega a R\$3,5 bilhões. Cada uma das 30 mil famílias deve, portanto, em média, R\$115 mil para os bancos. São famílias de classe média, que não têm a menor condição de arcar com esse valor.

Sendo assim, quem deve arcar com essa dívida? As opções estão na mesa, sendo estudadas por representantes das instituições bancárias e por técnicos do Governo. Independentemente do que for decidido, uma coisa é certa: a estratégia escolhida precisa, necessariamente, contemplar o perdão da dívida para o mutuário, ou, pelo menos, um desconto significativo.

Pois essa dívida, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é dos mutuários. Isso está cada vez mais pacificado, inclusive pela Justiça, que vem dando ganho de causa aos mutuários que têm recorrido aos tribunais exigindo a revisão dos contratos que assinaram – contratos que, por diversos motivos, especialmente de ordem econômica, tornaram-se desequilibrados em favor das instituições bancárias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado de perto tudo que diz respeito ao setor habitacional no Brasil. Sou da opinião de que um lar digno é um dos requisitos básicos da cidadania.

A inclusão do direito à moradia no rol dos direitos sociais relacionados no artigo 6º da Constituição Federal, processo do qual participei ativamente como relator da PEC que resultou na Emenda Constitucional nº 26, foi o primeiro passo que demos no sentido de democratizar o acesso a um lar, especialmente para a parcela mais pobre da população.

Para avançarmos no sentido de um Brasil livre de sem-tetos, precisamos agir, simultaneamente, em duas frentes de batalha: na primeira, precisamos fornecer moradias a quem não tem onde viver, ou vive em condições subumanas, sem os requisitos básicos de higiene e segurança; e na segunda frente, precisamos aliviar a aflição

dos milhares de famílias que, tendo assinado contratos que se revelaram leoninos, vivem situações completamente surreais, em que devem um valor duas ou três vezes superior ao valor do bem que adquiriram.

A construção de moradias e o perdão da dívida dos mutuários em fim de contrato trarão benefícios inegáveis ao País, na forma de aumento da poupança e do consumo, geração de empregos no ramo da construção civil, mais áreas com saneamento básico e acesso a serviços públicos, redução dos níveis de criminalidade e, principalmente, o crescimento do número de cidadãos efetivos neste País. No Brasil dos nossos sonhos, os direitos individuais e sociais não são apenas letras no papel, mas os próprios fundamentos sobre os quais se ergue a realidade social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

1. Há exatos quarenta anos, a 28 de fevereiro de 1967, por meio de decreto lei, o Governo Federal tomou uma decisão histórica. Criava-se, por aquele ato, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, esta SUFRAMA que já se inscreveu definitivamente na moderna história econômica do Brasil.

2. Compreender o papel desempenhado por essa autarquia, ao longo de quatro décadas, requer que se lance um olhar mais profundo sobre todo o processo de construção do Brasil moderno.

3. Indiretamente, a origem mais remota do hoje consolidado Pólo Industrial de Manaus pode ser identificada na política empreendida pelo governo Vargas, em pleno Estado Novo, consubstanciada no projeto da Marcha para o Oeste.

4. Anos depois, na segunda metade da década de 1950, o país conviveu com o sopro revitalizador e desenvolvimentista conduzido pelo extraordinário presidente Juscelino Kubitschek, sintetizado no mote que consagrou sua administração, os “50 anos em 5”.

5. Com JK, a questão da interiorização do desenvolvimento ganhou impulso formidável, de que a construção de Brasília foi a síntese perfeita.

6. A transferência da Capital para o Planalto Central foi a senha a partir da qual teve início a benfazeja – e absolutamente necessária desconcentração do investimento produtivo em nosso país.

7. A Zona Franca de Manaus foi o desdobramento natural desse processo histórico. E, sob o comando da Suframa, logrou vencer os inúmeros desafios, superou entraves e adversidades, adaptou-se a uma realidade sempre mutável e se consolidou plenamente.

8. Alguns números falam por si. Entre 1970 e 1990, enquanto o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 11,4 vezes, o PIB da Região Norte cresceu 18,5 vezes!

9. Sabem todos que, antes do advento da Zona Franca de Manaus, a Região Norte encontrava-se completamente estagnada em termos econômicos,

razão pela qual esvaziou-se e foi relegada ao mais absoluto abandono.

10. Entende-se, pois, o sentido de sua criação: em primeiro lugar, o que se pretendia era atenuar os desequilíbrios regionais e intra-regionais da Amazônia.

11. Na prática, o projeto visava, simultaneamente, compensar a distância que separava a Amazônia dos grandes centros de produção e de consumo do País, além de estimular a estratégica e efetiva ocupação dessa gigantesca porção do território nacional.

12. Justamente por assim ser, Senhor Presidente, a SUFRAMA sempre teve o cuidado de atuar em três vertentes complementares: a industrial, a comercial e a agropecuária.

13. Assim, a partir da criação de um pólo de forte densidade econômica, seria possível atrair para a Amazônia os investimentos de outras regiões, cuja repercussão imediata seria a criação de milhares de empregos e o aumento das receitas em divisas.

14. A Suframa cumpriu seu papel. Nem tudo foi fácil, bem o sabemos. Sua maior virtude residiu – e permanece de pé – na capacidade de reorientar-se conforme a evolução da economia nacional e mundial.

15. Assim, soube responder, por exemplo, ao enorme desafio representado pela abertura da economia brasileira no início dos anos 1990, que se fez acompanhar de forte redução na capacidade produtiva do país.

16. Mudanças na legislação, ao lado da vontade férrea de superar uma conjuntura adversa, permitiram a recuperação da Zona Franca a partir de 1993.

17. Em 1996, por exemplo, o faturamento atingia 13,2 bilhões de dólares. Dez anos depois, chegava a 20 bilhões de dólares.

18. No ano passado, uma vez mais, o recorde foi batido e o faturamento ficou em torno de 22 bilhões de dólares.

19. Há outro aspecto a ser considerado ainda. Refiro-me à qualidade da mão-de-obra amazônica. Ela está na base do êxito da experiência de modernização econômica da região.

20. Alguns dados, entre inúmeros outros, atestam a veracidade da afirmativa.

21. Sabe-se que, hoje, enquanto os trabalhadores japoneses entregam pronta uma motocicleta em 46 segundos, em Manaus esse tempo cai à metade, para cerca de 20 segundos.

22. Na indústria ótica, enquanto o padrão internacional gira em torno de 800 lentes fabricadas em oito horas de trabalho, em Manaus esse quantitativo simplesmente dobra, sendo fabricadas 1,6 mil lentes em igual período.

23. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não ficaria em paz com minha consciência se, além de saudar efusivamente todos os que contribuíram para esses 40 anos de profícua atividade da Suframa, não abordasse um tema que considero, nos dias de hoje, rigorosamente fundamental. Digo funda-

mental não pensando apenas em minha região, mas com o olhar voltado para o conjunto do País.

24. No momento em que o Brasil se prepara para entrar na era da televisão digital, não posso sequer imaginar que ocorra a alguém impedir que Manaus se constitua no grande pólo desse extraordinário avanço tecnológico.

25. Não se trata, em absoluto, de mero bairrismo. Muito menos posso vislumbrar a existência mesquinha de mera guerra fiscal entre regiões brasileiras para sediar o projeto. Apenas lembro, e faço questão de enfatizar isso, que o surgimento da Suframa integra um projeto muito maior que a própria região.

26. O que sempre esteve em jogo, no passado como no presente, é, isto sim, um projeto estratégico para o Brasil!

27. Não compreender isso significa desconhecer as necessidades nacionais. Significa jogar para o alto o esforço de gerações voltado para a construção de uma geopolítica brasileira que garanta, efetivamente, a integração nacional e a redução de históricas desigualdades regionais e sociais.

28. Ao provar e comprovar sua capacidade, a Zona Franca de Manaus obteve êxito indiscutível na geração de um núcleo industrial dinâmico na Amazônia. Mais: historicamente, esse núcleo baseou-se em indústrias de tecnologia de ponta, dentre as quais se destaca o setor eletroeletrônico.

29. A Suframa conseguiu, pois, oferecer à Amazônia uma alternativa viável para a promoção do desenvolvimento sustentável.

30. Não exagero se disser que ela forjou uma identidade econômica para a região, onde antes havia o vazio, o desalento e a falta de perspectivas.

31. Por tudo isso, reitero minha posição de que nenhuma outra região brasileira dispõe do conjunto de condições apresentado por Manaus para ser o pólo da nova era da TV digital que começamos a percorrer. Mais que tudo, é questão de justiça, que o Pólo Industrial de Manaus detenha o direito de produzir os televisores digitais de que o Brasil fará uso em breve.

32. Por último, mas não menos importante, trata-se da reiteração de um projeto estratégico que, sendo bom para a Amazônia, ótimo será para o Brasil.

33. Que pensemos nisso. Que o Poder Executivo esteja atento à questão e consciente da decisão que irá tomar.

34. O Brasil não pode, não deve e não admitirá um retrocesso que uma decisão em contrário representaria, em tudo e por tudo imperdoável.

35. A trajetória da Suframa faz de sua pretensão de sediar o pólo de TV digital brasileira um ato de justiça. Para o bem do Brasil!

Muito obrigado!

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT – Sem apanhamento taquigráfico)

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores;

É com tristeza que ocupo hoje a tribuna desta Casa para registrar uma posição incômoda para meu Estado, Mato Grosso, que oferece quatro de seus municípios para o vergonhoso ranking das dez cidades com maior taxa de homicídios do país, conforme mostra uma pesquisa divulgada, esta semana, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. Lastimavelmente, Colniza, na região Noroeste, figura como a mais violenta do Brasil, seguida de perto por Juruena, no mesmo quadrante territorial. São José do Xingu aparece em quinto lugar e Aripuanã surge na oitava colocação.

Todos, municípios próximos e com perfil sócio-econômico semelhante. Retrato da desordem da segurança pública do país e reflexo da incompetência dos governos estadual e federal na formulação de políticas públicas que gerem oportunidades em áreas de forte tensão pela ocupação da terra e de estagnação absoluta da economia local.

O estudo da O.E.I. indica Colniza como o município mais violento porque concentra um número de 165,3 homicídios entre os anos de 2002 e 2004. A estatística foi alcançada levando em conta grupos de 100 mil habitantes. Ou seja, proporcionalmente, a cidade mato-grossense é a líder em assassinatos no país. Somente em 2004 foram registrados 18 casos de mortes naquela localidade. Outro aspecto alarmante deste relatório é que, em nível de Brasil, as maiores vítimas são jovens e negros, mostrando que a falta de educação e a discriminação racial ainda são os principais combustíveis da violência urbana.

O combate à violência deixou de ser uma questão meramente policial e tornou-se uma equação de natureza econômica e social. Vivemos uma guerra civil mal disfarçada, onde excluídos e miseráveis se matam num campo de batalha sem honra e sem lei. É a banalização da morte. Uma mutilação dolorosa de nossa sociedade, que assiste impotente ao extermínio de seus filhos.

Colniza é agora um símbolo de nossas mais perversas angústias, do sofrimento e da dor de um país que contabiliza suas vítimas misturando lágrimas à impunidade.

Infelizmente, nossa legislação está repleta de subterfúgios que acobertam os malfeitores, protegem os facínoras e criam salvo-condutos para a criminalidade. Nosso maior flagelo não são as balas perdidas que riscam a autodeterminação de nossa gente; mas sim, a falta de vocação de nossas leis para castigar os transgressores. Porque não podemos fazer justiça a bandidos; aos bandidos simplesmente devemos punir.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores;

Quando nossas consciências são açoitadas pela brutalidade de crimes como aquele cometido contra o menino João Hélio, há poucos dias no Rio de Janeiro, logo reagimos, aqui no Congresso Nacional, com discursos inflamados e propostas contundentes. Precisamos fazer com que nossa indignação se converta em ações concretas para o refreamento da violência no país. Aliás, este foi o tom do comentário do jornalista Alexandre Garcia, no “Bom Dia Brasil” desta quarta-feira. Ele tem razão: nossa gente não suporta mais tamanha indiferença do poder público. A morte é vizinha de cada brasileiro. Um pai de família que sai para trabalhar cedo, carrega sempre a dúvida se voltará à noite para a casa.

Muitos projetos tramitam neste Parlamento, no sentido de aprimorar a legislação no que tange a implementação de mecanismos de combate ao

crime. Sabendo da relevância destas iniciativas, proponho que a presidência do Congresso Nacional crie uma comissão de senadores e deputados para compilar estas idéias, transformando-as no arcabouço de um Programa Nacional de Segurança Pública e Combate à Violência.

Acredito que nascerá do Legislativo um documento que traduzirá as aspirações da maioria do povo brasileiro. Porque só conseguiremos debelar o crime com idéias, com uma nova postura dos institutos de segurança e, sobretudo, com investimentos em educação e na transferência de renda para a população mais carente. Não se combate mais o crime à bala; temos que enfrentá-lo com inteligência e ousadia. A ousadia de acreditar que podemos vencê-lo!

Cada criança na escola, cada jovem profissionalizado e cada adulto empregado é um cidadão a mais e um soldado do crime a menos nas ruas. Temos que combater a morte com a vida. Temos que encarar o terror com a promessa de futuro, e temos que vencer o crime com a esperança! Nossa arma é a paz! Sem, contudo, renunciarmos a punição dos faltosos.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores;

Voltando aos alarmantes índices de Mato Grosso, onde Colniza, Juruena, São José do Xingu e Aripuanã figuram entre os municípios mais violentos do país, os especialistas creditam à forte corrente migratória os efeitos na criminalidade, conforme revelou a matéria “Mapa da violência mostra onde o risco de morrer é maior”, assinada pela jornalista Leila Suwvan, da Folha de São Paulo. De fato, nesta região existem bolsões de conflito fundiário, onde a posse pela terra, muitas

vezes, suscita confrontos entre posseiros, grileiros e legítimos proprietários. Isto se deve, principalmente, à morosidade com que é tratada a regularização dos títulos de propriedade. Por isso, estou encaminhando expediente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pedindo a instalação de uma delegacia do Incra no Norte de Mato Grosso. Pois, se a luta pela terra pode ser uma das causas deste flagelo, então devemos combatê-la com urgência e eficiência.

Mas, lamentavelmente, as raízes da violência são mais profundas e será preciso um esforço titânico das várias esferas do poder público e também da sociedade para reverter este quadro. Devemos ser vigilantes e caminhar serenamente a cada dia, passo a passo, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Pois somente com justiça e igualdade, vamos nos tornar uma comunidade mais fraterna e menos violenta.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Nada mais havendo a tratar e desejando que Deus proteja a todos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 6, às 14 horas, com ordem do dia designada.

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 331, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 331, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 15-3-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 332, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 332, de 2006, que *abre crédito*

Muito obrigado!

extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 18-3-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 25-3-2007

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A

à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2005

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2004

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 49 minutos.)

(O.S 10826/2007)

Ata da 17ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Efraim Morais, Augusto Botelho, Arthur Virgílio,
Paulo Paim e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 89 E 90, DE 2007

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências.

PARECER Nº 89, DE 2007

(Da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

A proposição em epígrafe, de autoria da Senadora Heloísa Helena, determina que 0,5% das edições de livros e revistas de grande circulação sejam, obrigatoriamente, impressas em braile. A medida abrange somente os livros e revistas de caráter literário, didático ou acadêmico.

As editoras terão um prazo improrrogável de 3 anos para adaptar-se, após o qual a inobservância da obrigação de imprimir em braile o referido percentual implicará a imediata proibição de comercialização e distribuição de suas publicações literárias, acadêmicas ou didáticas, por um período de 6 meses, que será dobrado em caso de reincidência.

Na justificativa do projeto, salienta-se a precariedade dos dados sobre as pessoas portadoras de deficiência. Com relação aos portadores de deficiência visual, seu número era de 145.852 segundo o Censo de 1991. Mais recentemente, o Censo Escolar de 1999 revelou que dos 374.129 alunos matriculados, nos diversos níveis de educação, 18.629 (5% do total) são deficientes visuais.

A autora considera lenta a atuação oficial em favor dos portadores de deficiência e enfatiza que “desde a Constituição Cidadã de 1988, está prevista uma dedicação especializada por parte do Estado para com os portadores de deficiência, quando em seu inciso III, art. 208, dispõe que deverá ser dispensado um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu Capítulo V, também prevê um atendimento adequado a esse grupo populacional”.

II – Análise

A obrigação legal de imprimir em braile 0,5% das tiragens de livros e revistas implica onerar ainda mais os custos das editoras, que terão de adquirir equipamento próprio para esse tipo de impressão e contratar pessoas especializadas na transposição de textos ao braile.

No Brasil, onde raramente a tiragem de um livro excede a 3.000 exemplares, a impressão em anaglifotografia de 0,5%, ou seja, de 15 exemplares, tornaria o empreendimento antieconômico, colocando em risco a sobrevivência das editoras de pequeno e médio porte.

Por outro lado, não temos conhecimento de nenhuma revista, de caráter acadêmico, didático ou literário, com grande circulação.

A constitucionalidade da proposição sob exame também é duvidosa, por inobservar um dos dois fundamentos constitucionais da ordem econômica: a livre iniciativa (art. 170, **caput**, da Lei Maior).

São essas as razões que nos fazem concluir pela inconveniência de forçar, mediante determinação legal, as editoras a imprimir parte de suas tiragens em braile.

Talvez, a melhor solução consista na atribuição dessa tarefa ao setor público. O parque gráfico oficial ficaria, na medida de suas possibilidades, incumbido de imprimir obras em anaglifotografia, que seriam vendidas a preço de custo, sem o ônus dos direitos de reprodução, já que independe de autorização do autor a reprodução, sem fins comerciais, de obras literárias, artísticas ou científicas para uso exclusivo de deficientes visuais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 46, I, **d**).

Poder-se-ia pensar ainda numa sistemática de atuação do Estado, em favor do acesso dos deficientes visuais à leitura, que combinasse, de forma planejada, a produção de determinados livros em gráficas oficiais e a encomenda de outros às editoras privadas, o que proporcionada uma boa oferta de títulos em braile a preço acessível.

Como exemplo de ação governamental nesse campo, cabe ressaltar o trabalho do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem distribuído livros didáticos em braile aos alunos das escolas públicas, da 1ª à 8ª série, mediante uma parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o Instituto Benjamin Constant (IBC) e a participação das Secretarias Estaduais de Educação, com seus Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP).

O próprio Senado Federal tem dado o exemplo. No seu parque gráfico são impressas em braile obras sobre diversos assuntos.

Tendo em vista que é dever do Estado garantir aos portadores de deficiência física o direito à educação e à cultura (arts. 208, III, e 215, **caput**, da Constituição), apresentamos substitutivo ao PLS nº 224, de 2000, com o objetivo de deslocar para a área de atuação governamental a incumbência de atender à demanda de livros e revistas impressos em braile.

O substitutivo inclui o referido encargo entre as medidas enumeradas no art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “Dispõe sobre o

apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, na forma do seguinte:

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224 (SUBSTITUTIVO), DE 2000

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 outubro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único.

.....

I –

.....

g) a oferta, gratuita ou a preço de custo, de livros didáticos, inclusive para o 3º grau, impressos em braile;

.....

VI – na área da cultura, o acesso de portadores de deficiência visual a obras literárias, técnicas ou acadêmicas, mediante a oferta, a preço de custo, de textos impressos em braile. (NR)”

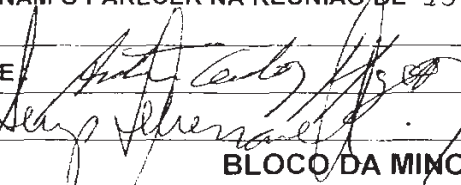
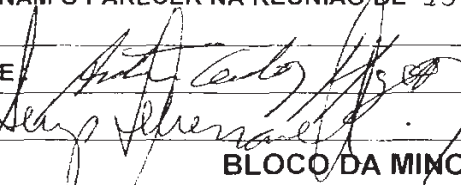
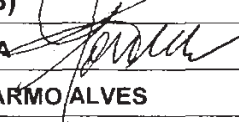
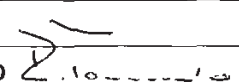
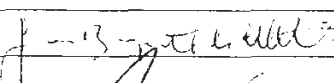
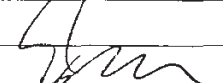
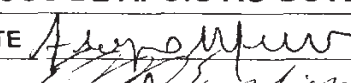
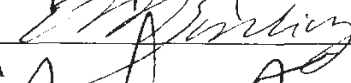
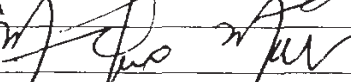
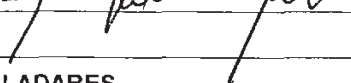

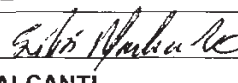
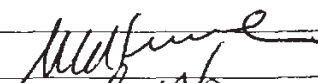
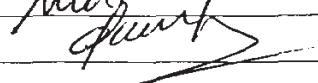
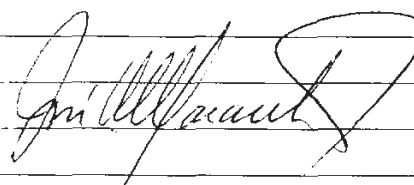

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 324 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/10/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Senadora Serys Slhessarenko	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA 
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO 
JOÃO BATISTA MOTTA 	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA 	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE 	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY 	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA 	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA 	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI 	5-SIBÁ MACHADO 
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO (RELATORA)	7-MARCELO CRIVELLA (PMR) ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA 
(VAGO)	2-LUIZ OTÁVIO 
JOSÉ MARANHÃO 	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA (PC do B) ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES 	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 03/10/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005.

PARECER Nº 90, DE 2007
(Da Comissão de Educação)

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, torna obrigatória a impressão em linguagem braile de 0,5% das edições de livros e revistas de grande circulação, sejam literários, didáticos ou acadêmicos.

A proposição prevê a aplicação de sanções em caso de descumprimento da medida, estabelecendo um prazo de três anos, a partir da publicação da lei, para a adequação das empresas editoriais no sentido de tornar viável a implementação da obrigatoriedade.

No curso de sua tramitação, o projeto foi inicialmente apreciado, em outubro de 2005, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu o relatório da Senadora Serys Slhessarenko, cujo voto foi pela aprovação do projeto na forma do substitutivo encaminhado.

Em exame na Comissão de Educação, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

Não sobram dúvidas acerca do mérito do PLS nº 224, de 2000. Tal como referido em sua justificação, é elevado o número de portadores de deficiência visual no País. Dados do Censo Escolar de 1999, também mencionados na justificação, indicavam, à época, que cerca de 5% dos alunos matriculados, em todos os níveis de educação pública, eram deficientes visuais.

Igualmente meritória é a observação sobre a necessidade de uma urgente atuação oficial em favor desse contingente de brasileiros, para o qual está prevista uma dedicação especial por parte do Estado. Efetivamente, o inciso III do art. 208 da Constituição Federal dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, obrigatoriedade também incorporada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996).

Ocorre que, como bem observou o parecer aprovado pela CCJ, a melhor solução seria a atribuição da tarefa ao setor público. Nessa medida, além de escoimar vício de inconstitucionalidade do projeto, a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) propiciou encaminhamento adequado ao seu intento, mediante a alteração do art. 2º da Lei nº 7.853, de 1989, que, entre outros objetivos, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. A nova alínea **g**, incorporada ao inciso I do parágrafo único do art. 2º da referida lei, inclui, entre as obrigações do Poder Público, a oferta – gratuita ou a preço de custo – de livros didáticos impressos em anaglifotografia (linguagem braile) para os alunos, inclusive os do 3º grau.

Cabe observar que as medidas adotadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em relação à distribuição de livros nessa linguagem – medidas já mencionadas no parecer aprovado na CCJ, em 2005 – continuam surtindo efeitos positivos. Na verdade, a partir de 2001, o PNLD ampliou, de forma gradativa, o atendimento aos alunos portadores de deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, principalmente por intermédio da distribuição gratuita de livros didáticos impressos em anaglifotografia.

Por outro lado, outros programas em favor dos usuários em braile têm sido implementados, como o recente convênio firmado entre o Ministério da Educação e a Fundação Dorina Nowill, cujo objetivo é a impressão e a distribuição de livros em linguagem braile para instituições de ensino. Os números indicam que, por intermédio do convênio, foram atendidos mais de cinco mil alunos em 1.285 escolas, a partir de 2005. Outra ação recente do Ministério da Educação foi o investimento de recursos significativos na modernização do parque gráfico do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, com a finalidade de incrementar a produção de livros didáticos, títulos e materiais em anaglifotografia.

Idêntico destaque merece o parque gráfico do Senado Federal, ao promover o lançamento de significativa relação de títulos em braile.

Nesse sentido, em vista das razões arroladas, julgamos pertinente e oportuno adotar o parecer da CCJ.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, na forma da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2006.
– **Fátima Cleide**, Relatora.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 2-CCJ/CE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224
(SUBSTITUTIVO), DE 2000

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

O Congresso Nacional decreta,
Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único.
 I -
 g) a oferta, gratuita ou a preço de custo,
 de livros didáticos, inclusive para o 3º grau,
 impressos em braile;

VI – na área da cultura, o acesso de
 portadores de deficiência visual a obras lite-
 rárias, técnicas ou acadêmicas, mediante a
 oferta, a preço de custo, de textos impressos
 em braile. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
 publicação.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 224/00 NA REUNIÃO DE 12/12/06
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: *(Senador Wellington Salgado de Oliveira)*

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
(VAGO)	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN: <i>Leonel Pavan</i>	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GERSON CAMATA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
(VAGO)	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO <i>Gilberto Mestrinho</i>	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
RELATOR:	4- DELCÍDIO AMARAL
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI:	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	

PDT

AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- (VAGO)
--	-----------

COMISSAO DE EDUCACAO

LISTA DE VOTACAO NOMINAL

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PLS 224 / 00

SENADOR	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR
DEMÓSTENES TORRES				
JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE				
MARIA DO CARMO ALVES	X			ROSEANA SARNEY
EDISON LOBÃO	X			JONAS PINHEIRO
MARCELO CRIVELLA	X			CESAR BORGES
VAGO				CRISTOVAM BUARQUE
JUVÊNCIO DA FONSECA				MARCO MACIEL
LEONEL PAVAN				ROMEU TUMA
TEOTONIO VILELA FILHO	X			EDUARDO AZEREDO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				SÉRGIO GUERRA
GERSON CAMATA				LÚCIA VÂNIA
VALDIR RAUPP				JOÃO BATISTA MOTTA
ALMEIDA LIMA	X			AMIR LANDO
SERGIO CABRAL				GARIBALDI ALVES FILHO
VAGO				VAGO
NEY SUASSUNA	X			GERALDO MESQUITA
GILBERTO MESTRINHO	X			MÃO SANTA
PAULO PAIM	X			LUIZ OTÁVIO
FÁTIMA CLEIDE	X			ROMERO JUCA
FLÁVIO ARNS	X			VAGO
IDELI SALVATTI	X			SIBÁ MACHADO
ROBERTO SATURNINO				ALOIZIO MERCADANTE
MOZARILDO CAVALCANTI				FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIASI	X			DELCÍDIO AMARAL
AUGUSTO BOTELHO	X			ANTÔNIO CARLOS VALADARES
				MAGNO MALTA
				PATRICIA SABOYA GOMES
				JOÃO RIBEIRO
				VAGO

TOTAL: SIM: 17 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 12/03/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 224 (SUBSTITUTIVO), DE 2000**

Altera o art 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único.

I –

g) a oferta, gratuita ou a preço de custo, de livros didáticos, inclusive para o 3º grau, impressos em braile;

.....

VI – na área da cultura, o acesso de portadores de deficiência visual a obras literárias, técnicas ou acadêmicas, mediante a oferta, a preço de custo, de textos impressos em braile. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de fevereiro de 2007.

 Presidente



Senadora Fátima Cleide, Relatora

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO VII
Da Ordem Econômica e Financeira**

CAPÍTULO I**Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim

assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

.....
Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

.....
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

.....

**Seção II
Da Cultura**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II – produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV – democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V – valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

.....
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

.....
Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II – na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;

d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III – na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres inte-

gradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV – na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V – na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

.....
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
CAPÍTULO V
Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

.....
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

.....
CAPÍTULO IV
Das Limitações aos Direitos Autorais

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I – a reprodução:

.....
d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

DOCUMENTOS ANEXADOS NOSTERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Relatório

A proposição em epígrafe, de autoria da Senadora Heloísa Helena, determina que 0,5% das edições de livros e revistas de grande circulação sejam, obrigatoriamente, impressas em braile. A medida abrange somente os livros e revistas de caráter literário, didático ou acadêmico.

As editoras terão um prazo improrrogável de 3 anos para adaptar-se, após o qual a inobservância da obrigação de imprimir em braile o referido percentual implicará a imediata proibição de comercialização e distribuição de suas publicações literárias, acadêmicas ou didáticas, por um período de 6 meses, que será dobrado em caso de reincidência.

Na justificação do projeto, salienta-se a precariedade dos dados sobre as pessoas portadoras de deficiência. Com relação aos portadores de deficiência visual, seu número era de 145.852 segundo o Censo de 1991. Mais recentemente, o Censo Escolar de 1999 revelou que dos 374.129 alunos matriculados, nos diversos níveis de educação, 18.629 (5% do total) são deficientes visuais.

A autora considera lenta a atuação oficial em favor dos portadores de deficiência e enfatiza que “desde a Constituição Cidadã de 1988, está prevista uma dedicação especializada por parte do Estado para com os portadores de deficiência, quando em seu inciso III, Art. 208, dispõe que deverá ser dispensado um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu Capítulo V, também prevê um atendimento adequado a esse grupo populacional”.

II – Análise

A obrigação legal de imprimir em braile 0,5% das tiragens de livros e revistas implica onerar ainda mais os custos das editoras, que terão de adquirir equipamento próprio para esse tipo de impressão e contratar pessoas especializadas na transposição de textos ao braile.

No Brasil, onde raramente a tiragem de um livro excede a 3.000 exemplares, a impressão em anagliplografia de 0,5%, ou seja, de 15 exemplares, tornaria o empreendimento antieconômico, colocando em risco a sobrevivência das editoras de pequeno e médio porte.

Por outro lado, não temos conhecimento de nenhuma revista, de caráter acadêmico, didático ou literário, com grande circulação.

A constitucionalidade da proposição sob exame também é duvidosa, por inobservar um dos dois fundamentos constitucionais da ordem econômica: a livre iniciativa (art. 170, **caput**, da Lei Maior).

São essas as razões que nos fazem concluir pela inconveniência de forçar, mediante determinação legal, as editoras a imprimir parte de suas tiragens em braile.

Talvez, a melhor solução consista na atribuição dessa tarefa ao setor público. O parque gráfico oficial ficaria, na medida de suas possibilidades, incumbido de imprimir obras em anagliplografia, que seriam vendidas a preço de custo, nele incluídos os direitos autorais, caso não cedidos graciosamente pelos seus detentores.

Poder-se-ia pensar ainda numa sistemática de atuação do Estado, em favor do acesso dos deficientes visuais à leitura, que combinasse, de forma planejada, a produção de determinados livros em gráficos oficiais e a encomenda de outros às editoras privadas, o que proporcionaria uma boa oferta de títulos em braile a preço acessível.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224 (SUBSTITUTIVO), DE 2000

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à Previdência Social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único.

.....

I –

.....

g) a oferta, gratuita ou a preço de custo, de livros didáticos, inclusive para o 3º grau, impressos em Braille;

.....

VI – na área da cultura, o acesso de portadores de deficiência Visual a obras literárias, técnicas ou acadêmicas, mediante a oferta, a preço de custo, de textos impressos em Braille”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Sebastião Rocha**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Papaléo Paes**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, de autoria da Senhora Senadora Heloísa Helena, determina que 0,5% das edições de livros e revistas de grande circulação sejam, obrigatoriamente, impressas em braile. A medida abrange somente os livros e revistas de caráter literário, didático ou acadêmico.

As editoras terão um prazo improrrogável de 3 anos para adaptar-se, após o qual a inobservância da obrigação de imprimir em braile o referido percentual implicará a imediata proibição de comercialização e distribuição de suas publicações literárias, acadêmicas ou didáticas, por um período de 6 meses, que será dobrado em caso de reincidência.

Na justificação do projeto, salienta-se a precariedade dos dados sobre as pessoas portadoras de deficiência. Com relação aos portadores de deficiência visual, seu número era de 145.852 segundo o Censo de 1991. Mais recentemente, o Censo Escolar de 1999 revelou que dos 374.129 alunos matriculados, nos diversos níveis de educação, 18.629 (5% do total) são deficientes visuais.

A autora considera lenta a atuação oficial em favor dos portadores de deficiência e enfatiza que “desde a Constituição Cidadã de 1988, está prevista uma dedicação especializada por parte do Estado para com os portadores de deficiência, quando em seu inciso III, art. 208, dispõe que deverá ser dispensado um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu Capítulo V, também prevê um atendimento adequado a esse grupo populacional”.

II – Análise

A obrigação legal de imprimir em braile 0,5% das tiragens de livros e revistas implica onerar ainda mais os custos das editoras, que terão de adquirir equipamento próprio para esse tipo de impressão e contratar pessoas especializadas na transposição de textos ao braile.

No Brasil, onde raramente a tiragem de um livro excede a três mil unidades, a impressão em anagliplografia de quinze, ou menos, exemplares tornaria o empreendimento antieconômico, colocando em risco a sobrevivência das editoras de pequeno e médio porte.

Por outro lado, não temos conhecimento de nenhuma revista, de caráter acadêmico, didático ou literário, com grande circulação.

A constitucionalidade da proposição sob exame também é duvidosa, por inobservar um dos dois fun-

damentos constitucionais da ordem econômica: a livre iniciativa (art. 170, **caput**, da Lei Maior).

São essas as razões que nos fazem concluir pela inconveniência de forçar, mediante determinação legal, as editoras a imprimir parte de suas tiragens em braile.

Talvez, a melhor solução consista na atribuição dessa tarefa ao setor público. O parque gráfico oficial ficaria, na medida de suas possibilidades, incumbido de imprimir obras em anagliplografia, que seriam vendidas a preço de custo, nele incluídos os direitos autorais, caso não cedidos graciosamente pelos seus detentores.

Poder-se-ia pensar ainda numa sistemática de atuação do Estado, em favor do acesso dos deficientes visuais à leitura, que combinasse, de forma planejada, a produção de determinados livros em gráficas oficiais e a encomenda de outros às editoras privadas, o que proporcionaria uma boa oferta de títulos em braile a preço acessível.

Como exemplo de ação governamental nesse campo, cabe ressaltar o trabalho do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem distribuído livros didáticos em braile aos alunos das escolas públicas, mediante uma parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o Instituto Benjamin Constant (IBC) e a participação das Secretarias Estaduais de Educação, com seus Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual.

Um convênio do FNDE com o IBC possibilitou a transcrição e revisão de 90 títulos do acervo didático fornecido pelo Governo Federal à rede pública de ensino fundamental. No momento, o IBC está adaptando ao braile outros 90 títulos do PNLD.

O próprio Senado Federal tem dado o exemplo. No seu parque gráfico são impressas em braile obras sobre diversos assuntos.

Tendo em vista que é dever do Estado garantir aos portadores de deficiência física o direito à educação e à cultura (arts. 208, III, e 215, **caput**, da Constituição), apresentamos substitutivo ao PLS nº 224, de 2000, com o objetivo de deslocar para a área de atuação governamental a incumbência de atender à demanda de livros e revistas impressos em braile.

O substitutivo inclui o referido encargo entre as medidas enumeradas no art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”.

Tendo em vista que o cumprimento do disposto no substitutivo deverá requerer a adoção de medidas preparatórias, pelo Poder Público, a sua entrada em vigor dar-se-á após decorridos noventa dias da publicação.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, na forma do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224 (SUBSTITUTIVO), DE 2000

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único.

I –

g) a oferta, gratuita ou a preço de custo, de livros didáticos, inclusive para o 3º grau, impressos em braile;

VI – na área da cultura, o acesso de portadores de deficiência visual a obras literárias, técnicas ou acadêmicas, mediante a oferta, a preço de custo, de textos impressos em braile. (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, – **Papaléo Paes**, Presidente.

Of. nº CE/9/2007

Brasília, 13 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno suplementar, na reunião realizada nesta data, substitutivo, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Fátima Cleide ao Projeto de Lei do Senado nº 224 de 2000, da Excelentíssima Senhora Senadora Heloísa Helena que, “Torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braile e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 91, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, apresentada por iniciativa do Senador Marco Maciel, acrescenta § 5º ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Nos termos da proposta, a lei poderá, para fins de funcionamento parlamentar, estabelecer distinções entre partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição e os partidos que não atinjam esse patamar.

Em relatório apresentado a esta Comissão na reunião de 14 de fevereiro, concluí pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, com emenda que antecipa, para o momento da publicação, a sua data de vigência (prevista para 1º de janeiro de 2010).

Durante a discussão da matéria, o Senador Jefferson Péres apresentou uma sugestão à proposição, com o fim de suprimir a expressão “para fins de funcionamento parlamentar” do § 5º do art. 17 da Constituição Federal, constante do art. 1º da PEC em exame.

Além disso, a PEC nº 2, de 2007, recebeu duas emendas, do Senador Antonio Carlos Valadares. A Emenda nº 1 propõe nova redação para o § 5º do art. 17 da Constituição Federal, acrescido pelo art. 1º da proposição em exame, para estabelecer as condições de funcionamento parlamentar.

Nos termos dessa nova redação, tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos

em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.

O autor da Emenda nº 1 objetiva estabelecer com clareza as regras para o exercício da atividade parlamentar, mediante a criação da cláusula de barreira ou desempenho, definida já no texto constitucional.

A Emenda nº 2, acrescenta § 6º ao art. 17 da Constituição Federal, para permitir que dois ou mais partidos se reúnam em federação, que atuará como uma única agremiação para fins de registro de candidatos e de funcionamento parlamentar, porém mantendo a identidade e autonomia dos partidos que a compuserem e que esses partidos, em conjunto, atendam as exigências estabelecidas no parágrafo anterior.

A Presidência da comissão concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

II – Análise

Nos termos da sugestão apresentada pelo Senador Jefferson Péres, o § 5º acrescido ao art. 17 pelo art. 17 da PEC nº 2, de 2002, passa a ter a seguinte redação:

A lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse patamar.

A supressão da expressão “para fins de funcionamento parlamentar” amplia o alcance da referida lei, que poderá estabelecer distinções entre os partidos, com base no desempenho eleitoral, não apenas para efeito de funcionamento parlamentar, mas para outros efeitos que o legislador julgar necessários.

Desse modo, a sugestão não entra em conflito com o sentido da proposta, que é de preencher o vazio deixado pela declaração, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 9.096, de 1995. Tal decisão, como já foi ressaltado no relatório anterior, não excluiu a possibilidade de fixação de uma cláusula de desempenho para os partidos políticos, ou de se fazerem distinções para efeito de funcionamento parlamentar, mas exigiu que os direitos mínimos inerentes ao mandato parlamentar e às condições de disputa política e eleitoral não sejam recusados aos grupos minontários.

A Emenda nº 1, que reproduz integralmente o art. 13 da Lei nº 9.096, de 1995, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, contrapõe-se à intenção dos autores da PEC nº 2, de 2007. Com efeito, ao definir na Constituição as condições para o

funcionamento parlamentar, está trazendo ao texto constitucional regras que poderiam ser tratadas por lei, conforme prevê a proposição.

A Emenda nº 2, igualmente, não contribui para o alcance dos objetivos da PEC. Ao contrário, o incentivo à criação de federações partidárias estimula a permanência de pequenos partidos, o que conflita com os objetivos da proposta, de estimular e fortalecer as grandes agremiações. Além disso, a matéria poderia ser disciplinada em lei e não no texto constitucional.

Não se trata, portanto, de impedir o funcionamento parlamentar, como já se ressaltou no relatório sobre a PEC nº 2, de 2007, mas de manter a possibilidade de estabelecer distinções entre partidos, buscando o equilíbrio entre a necessidade de consolidar o sistema partidário e de preservar os pequenos partidos.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2, do Senador Antonio Carlos Valadares, e pelo acolhimento da sugestão do Senador Jefferson Péres à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, e ainda, emenda de minha autoria, que constava da primeira versão deste relatório, que altera o prazo de entrada em vigência da Lei. Apresento a seguir o texto das referidas emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ (À PEC nº 2/2007)

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Ar. 17.
.....

§ 5º A lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse patamar. (NR)”

EMENDA Nº 2 – CCJ (À PEC nº 2/2007)

Dê-se ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, 28 de fevereiro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 160 Nº 02 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/02/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Jarbas Vasconcelos</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitácio Cafeteira</i>	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	6. ALFREDO NASCIMENTO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY <i>José Nery</i>
PMDB	
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i> (Relator)	4. PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES <i>Antônio Carlos Magalhães</i> (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1. OSMAR DIAS

ASSINAM O PARECER
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007,
 NA REUNIÃO Ordinária DE 28/02/2007, COMPLEMENTANDO
 AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
 DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - Marco Maciel (MARCACIEL)
- 2 - Renato Casagrande (Senador Renato Casagrande)
- 3 - Garibaldi Alves (Garibaldi Alves Filho)
- 4 - Almeida Lima (Senador Almeida Lima)
- 5 - José Nery (Sen. José Nery) - CONTRA
- 6 - Adelmir Santana (Adelmir Santana)
- 7 - Cícero Lucena (Sen. Cícero Lucena) - PARECER
- 8 - Mão Santa (Mão Santa)
- 9 - Neuto de Conto (Sen. Neuto de Conto)
- 10 - Maria do Carmo Alves (Sen. Maria do Carmo Alves)
- 11 - Marconi Perillo (Sen. Marconi Perillo)

ASSINAM O PARECER
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007,
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/02/2007, COMPLEMENTANDO AS
 ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
 ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 01 - MARCO MACIEL
- 02 - RENATO CASAGRANDE
- 03 - GARIBALDI ALVES FILHO
- 04 - ALMEIDA LIMA
- 05 - JOSÉ NERY - CONTRA
- 06 - ADELMIR SANTANA
- 07 - CÍCERO LUCENA
- 08 - MÃO SANTA
- 09 - NEUTO DE CONTO
- 10 - MARIA DO CARMO ALVES
- 11 - MARCONI PERILLO

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DA ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador Jarbas Vasconcelos

I – Relatório

Em exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, que acrescenta § 5º ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Apresentada por iniciativa do Senador Marco Maciel, a proposta determina que para fins de funcionamento parlamentar a lei poderá estabelecer distinções entre partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição e os partidos que não atinjam esse patamar.

Se aprovada, a Emenda entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Os autores justificam a proposição em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucionais os artigos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que impunham restrições ao funcionamento parlamentar dos partidos que não alcançassem, na eleição para a Câmara dos Deputados, certo patamar de votos.

Argumentam que a cláusula de desempenho é utilizada em vários países, como a Alemanha, com o objetivo de reduzir o número de partidos, medida considerada necessária à governabilidade e à racionalidade da cena política.

Relatam ainda tentativas de estabelecimento de cláusulas de desempenho, no Brasil, desde a Lei nº 4.740, de 15 de junho de 1965. Essa Lei permitia a organização de partido político que contasse inicialmente com cinco por cento do eleitorado que houvesse votado na última eleição para Deputado Federal, distribuídos em sete ou mais estados, com um mínimo de sete por cento em cada um deles. Os autores acrescentam que restrições semelhantes ao funcionamento dos partidos foram instituídas na Constituição de 1967 e na Emenda nº 1, de 1969, mas nunca foram aplicadas.

Consideram ainda que o rigor anterior quanto ao funcionamento parlamentar estaria atenuado no art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, mas a declaração de sua inconstitucionalidade gerou a necessidade de preenchimento do vazio legal deixado por aquela decisão.

II – Análise

Compete a esta Comissão examinar a matéria quantos aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito, nos termos dos arts. 101, I, e 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

A recente declaração de inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 9.096, de 1995, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, ao derrubar a cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira, gerou reflexos importantes sobre o funcionamento parlamentar, a distribuição de recursos do fundo partidário e a alocação de tempo para propaganda política em rádio e televisão.

A decisão do Supremo não excluiu a possibilidade de fixação de uma cláusula de desempenho para os partidos políticos, ou de se fazerem distinções para efeito de funcionamento parlamentar, mas estabeleceu que os direitos mínimos inerentes ao mandato parlamentar e às condições de disputa política e eleitoral não podem ser recusados aos grupos minoritários. O Tribunal considerou que a cláusula de desempenho contida no art. 13 da Lei nº 9.096/95 e dispositivos conexos impediria, na prática, o acesso de pequenos partidos ao parlamento, uma vez que favoreceria demais os grandes partidos na distribuição de recursos do fundo partidário e na alocação de tempo de propaganda em rádio e televisão, com prejuízo à possibilidade de alternância do poder.

O Supremo decidiu também tendo em vista o risco de maior distorção na representação política, pois se fosse mantida a cláusula de barreira alguns cidadãos seriam representados por parlamentares “plenos”, enquanto outros seriam representados por parlamentares “fracos”. Por considerar que todos os parlamentares têm seus mandatos outorgados pelo sufrágio popular, o STF não admitiu que alguns fossem privados de direitos inerentes ao exercício do mandato.

Essa importante decisão sinaliza no sentido de se pensar de outra maneira a regulamentação do funcionamento parlamentar, tal como se faz na presente proposta de emenda à Constituição. De acordo com a proposta, a lei poderá, para fins de funcionamento parlamentar, estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição e os partidos que não atinjam esse patamar. Há uma diferença bastante significativa entre admitir distinções entre partidos e impedir o funcionamento parlamentar.

A PEC nº 2, de 2007 preserva o espaço reservado aos pequenos partidos e remete à lei a tarefa de indicar quais serão as distinções mencionadas no texto constitucional. À luz da decisão do STF, pode-se considerar que não há vício de inconstitucionalidade em anunciar que serão feitas distinções entre partidos pequenos e grandes para fins de funcionamento parlamentar. Caberá à lei assegurar que tais distinções não inviabilizem o exercício do mandato representativo nem imponham obstáculos excessivos aos partidos pequenos ou novos.

Conforme a redação atual do art. 17, IV, da Constituição, o funcionamento parlamentar pode ser disciplinado por lei. Por outro lado, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm competência privativa para elaborar os respectivos regimentos internos (prevista, respectivamente, no art. 51, III, e no art. 52, XII, da Constituição), competência essa que reflete sobre as demais Assembléias e Câmaras.

A separação dos poderes assegura a autonomia do Poder Legislativo para dispor sobre o funcionamento de suas Casas, mas a possibilidade de tratar desse assunto em lei (sujeita a sanção ou veto presidencial) pode ser entendida como um mecanismo de controle, inserido na lógica do sistema de freios e contrapesos. Nesse sentido, há amparo constitucional para que lei ordinária disponha sobre o funcionamento parlamentar, como decorre da proposta em exame.

Tal lei trará reflexos sobre a distribuição dos recursos do fiando partidário e o tempo de propaganda em rádio e televisão, aos quais têm acesso somente os partidos com funcionamento parlamentar. Esses aspectos deverão ser considerados cuidadosamente no contexto da discussão sobre a cláusula de desempenho. Conforme se depreende da decisão do STF, os recursos do fundo partidário e o tempo de propaganda política em rádio e televisão podem, em tese, ser distribuídos de acordo com os resultados eleitorais de cada partido nas eleições para a Câmara dos Deputados e com o preenchimento do requisito de funcionamento parlamentar, mas a distribuição não pode ser desigual a ponto de criar uma barreira objetiva ao eventual crescimento dos partidos menos representativos e à alternância de poder.

Ainda que a PEC ora examinada não trate diretamente desse assunto, deve-se lembrar que a forma de alocação desses benefícios não pode criar diferenças abissais entre os partidos mais e menos favorecidos, sob pena de lesar o princípio democrático, de acordo com as balizas fixadas pelo Supremo. Todavia, os contornos precisos desse equilíbrio não foram fixados pelo STF e podem sê-lo em norma específica, já que o STF não rejeitou a vinculação em princípio, e sim o

efeito da distribuição excessivamente desigual. Esse requisito de constitucionalidade deve ser observado quando sobrevier o momento de regulamentar a PEC em questão, se aprovada.

A proposta prevê que as restrições ao funcionamento parlamentar serão fixadas em lei. Como o funcionamento parlamentar tem reflexos sobre o tempo de propaganda em rádio e televisão e recursos do fundo partidário, disciplinados nos arts. 41, 48 e 49 da Lei nº 9.096/95 e em outros diplomas legais, seria necessária uma posterior harmonização entre uma eventual nova disciplina do funcionamento parlamentar e os dispositivos já vigentes. Tendo sido declarado inconstitucional o art. 13 da mesma Lei, os dispositivos conexos necessitam de revisão, que pode ser feita ao regulamentar a PEC proposta, se aprovada.

A cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira constitui importante mecanismo para a consolidação do quadro partidário brasileiro, hoje bastante disperso. A proliferação de partidos políticos no Congresso Nacional, sem que novas medidas de fortalecimento da identidade e fidelidade partidárias tenham sido eficazmente implementadas, cria dificuldades para o funcionamento do Poder Legislativo e contribui para um maior distanciamento entre a população e seus representantes.

O número excessivo de partidos representados no Congresso Nacional cria problemas para a governabilidade, pois dificulta a formação de pólos parlamentares claros e de maiorias estáveis. A atomização dos partidos políticos torna qualquer negociação bastante difícil e não há como formar grupos parlamentares coesos sem uma forte identidade partidária.

Vigora, em alguns países de sólida tradição democrática, cláusulas de desempenho que impedem até mesmo a posse dos representantes de partidos que não atinjam patamares mínimos de votação global.

A Alemanha, a Dinamarca, a Argentina e o México adotam cláusulas de desempenho que variam de dois a cinco por cento a nível nacional. Na França e na Espanha, os patamares mínimos de votação, respectivamente cinco e três por cento, são verificados a nível distrital. Além desses, há vários outros países que adotam cláusulas de desempenho eleitoral.

No Brasil, a cláusula de desempenho prevista no art. 13 da Lei nº 9.096/95 restringia direitos dos partidos e parlamentares, mas não era tão draconiana a ponto de impedir o acesso às cadeiras legislativas. Essa cláusula não chegou a ser implementada, devido à recente decisão do STF.

O risco que esse instrumento apresenta é o de isolar e até mesmo excluir da via democrática os grupos de menor peso eleitoral. Deve-se evitar uma tal exclu-

são, mas sem subverter o princípio da representatividade em favor das minorias políticas; os direitos das minorias, tais como liberdade, isonomia e representação, devem ser reconhecidos, mas a verdade eleitoral deve ser respeitada, sob pena de se criar desproporcionalidade na representação e inflar artificialmente os pequenos partidos.

Assim como é importante evitar a exclusão dos grupos minoritários, é necessário que o Poder Legislativo seja funcional, pois do contrário sua legitimidade fica diluída. A questão de que tratamos é, essencialmente, a busca de equilíbrio entre a necessidade de consolidar o sistema partidário e a garantia dos direitos dos grupos minoritários. Esse equilíbrio pode ser atingido sem que um valor ou outro sejam descartados. Como a PEC ora examinada não dá a medida exata das distinções no funcionamento parlamentar e do equilíbrio entre os valores de que tratamos, essa discussão deve ser feita ao examinar propostas de regulamento que estabeleçam esses parâmetros. Será necessário, então, considerar as condições mínimas fixadas, ainda que sem exatidão, pelo STF.

Quanto à sua admissibilidade, a proposta não fere a proibição de emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Tampouco viola as vedações a emendas à Constituição que veiculem matéria rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa, ou que tendam a abolir a forma federativa de Estado, o voto secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais.

Em suma, a proposta em exame não fere qualquer princípio constitucional. Os contornos das distinções no funcionamento parlamentar dos partidos políticos deverão ser dados em regulamento, respeitados os princípios expostos na decisão recente do STF.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, conforma-se aos requisitos de juridicidade e boa técnica legislativa e não incide em inconstitucionalidade, pois atende a todas as exigências estabelecidas no art. 60 da Constituição Federal.

Por ser indispensável ao aprimoramento das instituições políticas, considero que a cláusula de desempenho deva ser restabelecida de imediato em nosso ordenamento. Para isso, apresento emenda ao artigo 2º da proposição, sugerindo que esta Emenda Constitucional entre em vigor na data de sua publicação.

Finalmente, o inegável mérito da proposição é realçado no contexto mais amplo da reforma política, tema que abriga discussões não apenas sobre a cláusula de desempenho, mas sobre financiamento público de campanhas, fidelidade partidária, proibição de

coligações em eleições proporcionais, voto distrital e lista fechada. É de fundamental importância que retomemos a discussão de outras propostas atualmente em exame no Congresso Nacional, para que avancemos na busca de um sistema político firmado na transparência do processo eleitoral, no controle dos custos de campanha, no fortalecimento da identidade e fidelidade partidárias, no fim das legendas de aluguel e, conseqüentemente, na maior identidade entre representantes e representados. É esse o rumo para o aprimoramento de nossa democracia.

III – Voto

Por essas razões, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda apresentada a seguir.

EMENDA Nº – CCJ (À PEC nº 2/2007)

Dê-se ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, – **Jarbas Vasconcelos**, Relator.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR INÁCIO ARRUDA

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe tem como finalidade inserir no corpo do texto constitucional que “para fins de funcionamento parlamentar, a lei poderá estabelecer distinções entre os pedidos que obtenham um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse patamar”, entrando esse dispositivo em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Vem essa proposição a esta Comissão de Constituição e Justiça para análise de sua admissibilidade, tendo recebido parecer favorável do relator.

Data venia, trazemos aqui à apreciação de nossos pares o presente voto em separado.

É o relatório.

II – Voto em Separado

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade da chamada “cláusula de barreira” teve como fundamento o fato de que, na forma como estava estabelecida, ela feria princípios constitucionais fundamentais, estando em jogo o próprio Estado Democrático de Direito.

É importante salientar que tudo o que fere esses princípios e fundamentos está sujeito ao controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive as emendas constitucionais, e não somente as normas infraconstitucionais. Na Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI-MC nº 1.946/DF, da qual foi Relator o Ministro SYDNEY SANCHES, essa orientação é expressa com cristalina clareza no acórdão resultante do julgado, onde é afirmado que

“O Supremo Tribunal Federal já assentou o entendimento de que é admissível a Ação Direta de Inconstitucionalidade de Emenda Constitucional, quando se alega, na inicial, que esta contraria princípios imutáveis ou as chamadas cláusulas pétreas da Constituição originária (art. 60, § 4º, da C.F.). Precedente: ADI. nº 939 (RTJ nº 151/755)”¹

Ademais, essa orientação vem sendo confirmada em diversas outras oportunidades pela Suprema Corte, como, por exemplo, na ADIn nº 3367/DF², que teve como Relator o Min. Cezar Peluso, ou no mandado de segurança MS nº 24.875/DF, relatado pelo Min. Sepúlveda Pertence.³

É mister fazer notar, em primeiro lugar, que as primeiras tentativas de implantar uma “cláusula de barreira” em nosso País, teve ocasião no período mais obscurantista, antidemocrático e violento da história brasileira, a época da ditadura militar, que ensombrecceu o País durante 21 anos, de 1964 a 1985, e não teve sucesso face à resistência democrática que o povo brasileiro opôs àquela ditadura.

Não por acaso, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal nesse caso constitui em um verdadeiro libelo em favor da democracia, da soberania popular e do pluralismo democrático, princípios constitucionais que constituem cláusula pétreas de nosso ordenamento jurídico, pena de, se afrontados esses princípios, descaracterizar-se o próprio Estado Democrático de Direito do qual a Constituição de 1988 é o documento jurídico instituidor.

Nesse sentido, a magistral lição do Ministro Relator da Ação Direta de Constitucionalidade que fulminou a “cláusula de barreira”, Ministro Marco Aurélio, cujo voto vencedor foi acompanhado à unanimidade pelos demais ministros, e que ali assim se reportou literalmente:

“O capítulo V do Título compreendido em parte básica da Constituição Federal – o II, porque trata dos direitos e garantias fundamentais – encerra como medula a liberdade dos partidos políticos, predicado inafastável quanto a essas pessoas jurídicas de direito privado. Pedagogicamente consigna a liberdade na criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, revelando a necessidade de se resguardar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Vê-se o relevo maior atribuído à multiplicidade política. Relembrem: como fundamento da República, versou-se o pluralismo político e, quanto aos partidos políticos, previu-se a livre criação, fazendo-se referência, de maneira clara, ao pluripartidarismo. Tratou-se do caráter nacional das entidades para, a seguir, dispor-se que os partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo ter os estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. O que se contém no art. 17 da Carta Federal diz respeito a todo e qualquer partido político legitimamente constituído, não encenando a norma maior a possibilidade de haver partidos de primeira e segunda classes, partidos de sonhos inimagináveis em termos de fortalecimento e partidos fadados a morrer de inanição, quer sob o ângulo da atividade concreta no Parlamento, sem a qual é injustificável a existência jurídica, quer da necessária difusão do perfil junto ao leitorado em geral, dado indispensável ao desenvolvimento relativo à adesão quando do sufrágio, quer visando, via fundo partidário, a recursos para fazer frente à impiedosa vida econômico-financeira.

Ainda sob o ângulo do pluripartidarismo, da representatividade dos diversos segmentos nacionais, é dado perceber a ênfase atribuída

ADI-MC 1946/DF – DISTRITO FEDERAL – MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Relator(a): Min. SYDNEY SANCHES Julgamento: 29-4-1999. Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

² ADIn 3367/IDE – Relator(a): Min. CEZAR PELUSO – Julgamento: 13-4-2005 Órgão Julgador: Tribunal Pleno – Publicação DJ 17-3-2006 PP-00004EMENT VOL-02225-01 PP-00182 – REPUBLICAÇÃO: DJ 22-9-2006 PP-00029 CEZAR PELUSO, ou no mandado de segurança MS 24875/DF, relatado pelo Min. SEPÚLVEDA PERTENCE .

³ MS 24875/DF – Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – Julgamento: 11-5-2006 – Órgão Julgador: Tribunal Pleno – Publicação DJ 6-10-2006 PP-00033 EMENT VOL-02250-02 PP-00284

pela Carta Federal às minorias. No tocante às comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o § 1º do art. 58 do Diploma Maior assegura sem distinguir, considerando a votação obtida, o número de eleitos, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva parte.”

Cita, ainda, o ilustre Ministro Marco Aurélio, em seu magistral voto, como fundamento da decisão contra a “cláusula de barreira”, a impossibilidade de se dispor por meio de lei ordinária sobre o funcionamento parlamentar. Observe-se que é exatamente o que pretende agora o autor da proposta de emenda à Constituição que ora analisamos, propondo uma emenda na qual prevê que uma lei estabelecerá as regras do funcionamento parlamentar dos partidos tendo como base a “cláusula de barreira”. É precisamente o que o ministro entende inaceitável, por envolver grave ofensa à separação dos Poderes, que é cláusula pétreia constitucional. Diz ele:

“Aliás, na cabeça do artigo, há a remessa aos Regimentos Internos do Congresso bem como das duas Casas, e versa o preceito algo compreendido no gênero funcionamento parlamentar, disciplina em sintonia com a independência dos Poderes.

No processo legislativo, no aperfeiçoamento da lei em sentido formal e material, nesse ato complexo, atua, ao término da linha, o Executivo, sancionando ou vetando o que aprovado pelas Casas Legislativas. Fica no ar:

existentes partidos com deputados eleitos, é dado a Poder diverso – o Executivo – compor e balizar o funcionamento interno, embora de forma conjunta com o Senado e Câmara? Di-lo não o jurista e ex-Ministro Célio Borja. Endosso a óptica por sua excelência externada. Da mesma forma que ao Judiciário cumpre reger órgãos internos – artigo 96, inciso I, alínea a, da Constituição Federal – via Regimento Interno, tem-se, preservado o sistema como único, idêntico enfoque quanto à vida interna de cada Casa legislativa – artigos 51, incisos III e IV; 52, incisos XII e XIII; e 58 da Carta da República. Vale repetir o que consignado pelo parecerista em peça elaborada a pedido da Mesa da Câmara dos Deputados, considerada transcrição contida em memorial:

‘Da independência do órgão colegiado do Poder Legislativo e da inviolabilidade dos

seus membros, no exercício do mandato, resulta a impossibilidade de lhes regular a conduta parlamentar por lei formal, dado que assim facultar-se-ia a intromissão de outra Casa e do Presidente da República em assunto entregue à autonomia de cada uma das Câmaras’

.....
As bancadas são instituições de direito parlamentar exclusivamente. Constituem-se nos corpos legislativos, pela reunião dos representantes que se identificam pela unidade de propósito e pela uniformidade da atuação. Agrupam-se sob a liderança que designam.’

Sim, presentes deputados necessariamente vinculados a certo partido, cuja existência civil e registro no Tribunal Superior Eleitoral sejam incontestáveis, a eles são aplicáveis, em termos de atividade parlamentar, as normas constantes do Regimento Interno. Fora isso, é menosprezar a independência funcional da Casa legislativa.”

E encerrou o seu voto com um importante alerta quanto às tentativas de desvirtuar a democracia, tais como a que hoje se nos antepõe o autor da PEC que vimos analisando, ao tentar ressuscitar a teratológica “cláusula de barreira”:

“Que fique ressaltado, em verdadeira profissão de fé, em verdadeiro alerta a desavisados, encontrar-se subjacente a toda esta discussão o ponto nevrálgico concernente à proteção dos direitos individuais e das minorias, que não se contrapõe aos princípios que regem o governo da maioria – cuja finalidade é o alcance do bem-estar público, a partir da vontade da maioria, desde que respeitados os direitos dos setores minoritários, não se constituindo, de forma alguma, em via de opressão destes últimos.

No Estado Democrático de Direito, a nenhuma maioria, organizada em torno de qualquer ideário ou finalidade – por mais louvável que se mostre – é dado tirar ou restringir os direitos e liberdades fundamentais dos grupos minoritários dentre os quais estão a liberdade de se expressar, de se organizar, de denunciar, de discordar e de se fazer representar nas decisões que influem nos destinos da sociedade como um todo, enfim, de participara plenamente da vida pública, inclusive fiscalizando os atos determinados pela maioria. Ao reverso, dos governos democráticos espera-se que resguardem as prerrogativas e a identidade

própria daqueles que, até numericamente em desvantagem, porventura requeiram mais da força do Estado como anteparo para que lhe esteja preservada a identidade cultural ou, no limite, para que continue existindo.

(...)

Democracia que não legitima esse convívio não merece tal status, pois na verdade revela a face despótica da inflexibilidade, da intransigência, atributos que, normalmente afetos a regimes autoritários, acabam conduzindo à escravidão da minoria pela maioria.

(...)

É de se repetir até a exaustão, se preciso for: Democracia não é a ditadura da maioria! De tão óbvio, pode haver o risco de passar despercebido o fato de não subsistir o regime democrático sem a manutenção das minorias, sem a garantia das existências destas, preservados os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.”

O Ministro Eros Grau, por sua vez, ao acompanhar o Relator, lembrou ainda outro fundamento de vital importância, no que tange à inconstitucionalidade da “cláusula de barreira”:

“Quase à mesma época Herman Heller afirmava, significativamente, que o parlamentarismo descansa de modo muito especial em um conteúdo comum de vontade que integra todas as oposições. Pois essa unidade política deve realizar-se, como sua essência requer, em condições da maior liberdade e igualdade de possibilidades de atuação política para todos os grupos.

Anoto ainda aqui, parenteticamente, que há vinte anos sobre esse mesmo princípio escreveu o Ministro Gilmar Mendes, em artigo publicado na RDP número 82, então discorrendo sobre a jurisprudência constitucional alemã.

A igualdade de chance em verdade não acresce sentido inovador à igualdade. Antes, pelo contrário, desdobra-se da sua própria raiz. Igualdade significando isonomia não apenas entre partidos, porém, sobretudo, entre eleitores. Isonomia com a qual a Lei nº 9.096/95 é de todo incompatível.

No artigo acima citado, o Ministro Gilmar Mendes delineava com clareza o princípio da igualdade de oportunidades como um dos princípios fundadores, basilares, do Estado democrático de direito, estabelecendo que

“4. O princípio da Chancengleichheit parece ter encontrado sua formulação inicial na República de Weimar, com as obras de Herman Heller (*Probleme der Demokratie*, I und II, 1931, e *Europa und der Faschismus*, 1929) e de Carl Schmitt (*Der Hüter der Verfassung*, 1931, e *Legalität und Legitimität*, 1932).

5. Na concepção de Heller, “o Estado de direito democrático atual encontra seu fundamento, principalmente, na liberdade e igualdade da propaganda política, devendo assegurar-se a todas as agremiações e partidos igual possibilidade jurídica de lutar pela prevalência de suas idéias e interesses”.³ O notável publicista acrescentava que a fórmula técnica para preservar a unidade da formação democrática assenta-se na livre submissão da minoria, à vontade majoritária, isto é, na renúncia das frações minoritárias a uma superação da maioria, mediante o uso da violência. Isto pressupõe a renúncia à opressão da minoria e exige a preservação das perspectivas dela vir a se tornar maioria.⁴

6. Por seu turno, advertia Carl Schmitt que um procedimento neutro e indiferente da democracia parlamentar poderia dar ensejo à fixação de uma maioria por via da matemática ou da estatística, causando, dessa forma, o próprio esfacelamento do sistema de legalidade. Tal situação somente haveria de ser evitada com adoção de um princípio consagrador da igualdade de chances para alcançar a maioria, aberto a todas as tendências e movimentos.⁵ E, enfaticamente, asseverava Carl Schmitt in verbis:

“Sin este principio, las matemáticas de las mayorías, con su indiferencia frente al contenido del resultado, no solo serían un juego grotesco y un insolente escarnio de toda justicia, sino que, a causa del concepto de legalidad derivado de dichas matemáticas, estas acabarían también con el sistema mismo, desde el instante en que se ganara la primera mayoría, pues esta primera mayoría se instituiría enseguida legalmente como poder permanente. La igualdad de chance abierta a todos no puede separarse mentalmente del Estado legislativo parlamentario. Dicha igualdad permanece como el principio de justicia y como una condición vital para la autoconservación”⁶

7. Com impecável lógica, consignava o eminente publicista que a legalidade do poder estatal conduz à negação e à derrogação do

direito de resistência enquanto Direito,⁷ uma vez que ao poder legal, conceitualmente, não é dado cometer injustiças, podendo, para isso, converter em “ilegalidade” toda resistência e revolta contra a injustiça e antijuridicidade.⁸ E o eminente mestre acrescentava que:

Si la mayoría puede fijar a su arbitrio la legalidad y la ilegalidad, también puede declarar ilegales a sus adversarios políticos internos, es decir, puede declararlos hors-la-loi, excluyéndolos así de la homogeneidad democrática del pueblo. Quien domine el 51 por 100 podría ilegalizar, de modo legal, al 49 por 100 restante. Podría cerrar tras sí, de modo legal, la puerta de la legalidad por la que ha entrado y tratar como a un delincuente común al partido político contrario, que tal vez golpeaba con sus botas la puerta que se le tenía cerrada”.⁹

8. Destarte, a adoção do princípio de igualdade de chances constitui condição indispensável ao exercício legal do poder, uma vez que a minoria somente há de renunciar ao direito de resistência, se ficar assegurada a possibilidade de vir a se tornar maioria.¹⁰ (...)

9. Na vigência da Lei Fundamental de Bonn (1949), a discussão sobre a igualdade de chances entre os partidos foi introduzida por Forsthoff, que assentou os seus fundamentos nas disposições que consagram a liberdade de criação das agremiações políticas (art. 21, I, 2) e asseguram a igualdade de condições na disputa eleitoral (art. 38 e 28).¹²

Também Gerhard Leibholz considerou inerente ao modelo constitucional o princípio de “igualdade de chances”, derivando-o, porém, diretamente, do preceito que consagra a ordem liberal-democrática (freiheitlich demokratischen Grundordnung).¹³

Mais tarde, após os primeiros pronunciamentos do Tribunal Federal Constitucional, passou Leibholz a considerar que o postulado da igualdade de chances encontrava assento no princípio da liberdade e pluralidade partidárias (arts. 21, I, e 38, I) e no princípio geral de igualdade (art. 3º, I).

10. Tais elementos serviram de base para o desenvolvimento da construção jurisprudencial iniciada pelo Bundesverfassungsgericht em 1952. Observe-se que, nos primeiros tempos, a jurisprudência da Corte Constitucional parecia identificar o princípio de igualdade de chances com o direito de igualdade eleitoral – Wahlrechtsgleichheit – (Lei Fundamental, art.

38, I). As controvérsias sobre o financiamento dos partidos e a distribuição de horários para transmissões radiofônicas e televisivas ensejaram o estabelecimento da distinção entre o princípio da igualdade de chances, propriamente dito, e o direito de igualdade eleitoral. Os preceitos constitucionais atinentes à liberdade partidária (art. 21, I) e ao postulado geral da isonomia (art. 3º, I) passaram a ser invocados como fundamento do direito de igualdade de chances dos partidos políticos.¹⁴

11. Converteu-se, assim, a igualdade de chances em princípio constitucional autônomo, um autêntico direito fundamental dos partidos, assegurando-se às agremiações tratamento igualitário por parte do Poder Público e dos seus delegados.¹⁵

Portanto, é de se observar que a “cláusula de barreira” fere o próprio arcabouço do Estado Democrático de Direito, infringindo princípios constitucionais básicos e inarredáveis e cláusulas pétreas constitucionais.

Assim, a PEC que ora analisamos fere o art. 1º, V, da Constituição Federal, que declara expressamente como princípio fundamental da República Federativa do Brasil o pluralismo político.

Fere o princípio da isonomia, que é um dos pilares da democracia.

Fere o princípio da igualdade de oportunidades, que norteia a relação entre maioria e minorias dentro do Estado Democrático de Direito, pois somente se uma minoria atual tiver oportunidades reais de lutar para constituir-se como maioria no futuro é que se pode falar de democracia. Se a maioria cria impedimentos para o crescimento das minorias, de forma a perpetuar-se no poder, não se pode mais falar de Estado Democrático, mas sim de despotismo.

Fere, também, a cláusula pétrea estabelecida no art. 60, § 4º, III, que preserva o princípio da separação dos Poderes, ao prever que o funcionamento parlamentar seja definido por lei, quando sabe que este é matéria exclusivamente de direito parlamentar, que só pode ser regida pelos Regimentos Internos das Casas legislativas, sob pena de que essas tenham reduzidas a sua autonomia, e de, em vez de decidirem por si próprias esse funcionamento, sofrerem a ingerência de outras casas Legislativas e de que as suas normas a respeito só venham a se aperfeiçoar com a ingerência de outro Poder – no caso, o Executivo, que terá poder de veto ou sanção sobre as suas decisões sofre o seu próprio funcionamento.

Fere, igualmente, o princípio da razoabilidade, ao estabelecer condições por demais draconianas para que os partidos tenham aferido o seu desempenho.

Foi esse o sentido do pronunciamento do STF, e isso se aplica à tentativa de estabelecer a “cláusula de barreira” seja por norma infraconstitucional, seja por emenda à Constituição, as quais repetindo aqui o que já demonstramos no início desse voto – estão tão sujeitas ao controle de constitucionalidade quanto as demais normas.

Ferir esses princípios e fundamentos significa subverter toda a Constituição. Princípios são os enunciados lógicos que conferem coerência geral e ordenação sistemática e coerente ao texto constitucional, e não podem ser rompidos sob pena de que desapareça essa coerência.

Romper os fundamentos é romper as bases ideológicas sobre as quais está erigida a vigente ordem constitucional.

Por isso mesmo, nem sequer por emenda constitucional podem ser derogados os princípios e fundamentos que os constituintes originários estabeleceram para a ordem jurídica que se inaugurou com a nova Constituição. Esses são limites expressos ou implícitos ao poder reformador do constituinte derivado, que somos nós.

Por tudo isso, somos de parecer pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 2, de 2007.

Sala da Comissão, de 2007. – Senador **Inácio Arruda**.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, DE 2007

PEC nº 2, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho.

EMENDA Nº , DE 2007

Dê-se ao § 5º do art. 17 da Constituição Federal, de que trata o art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 17.
.....

§ 5º Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.

Justificação

O escopo da Emenda é estabelecer de modo claro as regras para o exercício da atividade parlamentar, com a criação da instituição da cláusula de barreira ou cláusula de desempenho, definida na disposição legal que impõe limites aos partidos políticos quando, por eles, não são satisfeitas determinadas condições, por exemplo, de aquisição de percentual de votos. Em outras palavras, a cláusula de barreira nega a fruição de prerrogativas aos partidos políticos caso estes não alcancem, por exemplo, um determinado número ou percentual de votos.

Desta forma, no que diz respeito ao primeiro objetivo desta Emenda, a redação formulada na PEC nº 2/2007 diz que “para fins de funcionamento parlamentar, a lei poderá estabelecer distinções entre os partidos”. A rigor, não se trata de uma lei estabelecer “distinções” entre os partidos políticos que alcançaram (ou não) certo percentual de votos válidos distribuídos, proporcionalmente, pelo território nacional, ainda que seja “para fins de funcionamento parlamentar”; mais sim, efetivamente, da lei constitucional estabelecer regras para o funcionamento parlamentar dos partidos, no caso, via as exigências previstas como cláusula de barreira ou de desempenho.

Longe de um mero preciosismo de linguagem, quiçá alegando-se que em termos práticos, quando os limites forem estabelecidas haverá distinção entre os partidos, a substituição da redação importa numa conotação política e jurídica muito diferentes entre si e que, certamente, afetará o debate jurisdicional, na hipótese da matéria, novamente, ser levada ao Supremo Tribunal Federal para apreciar e julgar eventuais inconstitucionalidades.

Ora, é imperioso que se esclareça que a lei não poderá estabelecer distinções entre os partidos políticos, sob pena de literal violação ao **caput** do art. 5º da Constituição Federal e mácula ao princípio do pluralismo político (art. 1º, inciso V da Constituição Federal). Todavia, isso não significa que, jurídica e politicamente, a constituição não possa definir regras para o funcionamento parlamentar.

Por outro lado, pelo teor da PEC nº 2/2007, a lei irá estabelecer distinções entre os partidos. Todavia, a lei não pode estabelecer tais distinções ao funcionamento parlamentar através da adoção da cláusula de barreira ou de desempenho, afinal de contas, uma regra normativa que institui a chamada cláusula de barreira não tem como fito primordial distinguir os partidos políticos, pois estes estão no mesmo patamar de igualdade e disputam a conquista do poder governamental (poder político).

Ou seja, a lei que cria a cláusula de barreira não pode atribuir qualidades ou características pelo qual um partido difere do outro. Tal distinção é fruto da plataforma política e ideológica dos partidos políticos e não criação da lei, quiçá vinculado-a a sua performance eleitoral (conquista de percentual de votos válidos distribuídos proporcionalmente no território nacional).

A cláusula de barreira ou de desempenho, no caso, visa limitar a atuação parlamentar dos partidos políticos que não alcancem um mínimo de cinco por cento de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento dos votos válidos de cada um desses Estados na mesma eleição. Isto criará uma diferença entre os partidos? Certamente, mas política e juridicamente tratando a questão, pelo ângulo do pluralismo partidário e da igualdade diante da lei, isso não significa criar distinções entre os partidos. Vejamos, rapidamente, alguns desses aspectos políticos e jurídicos:

Em primeiro lugar, em um sistema de pluralismo político como é o caso do sistema político brasileiro, assegurado a nível constitucional – e, inclusive, tal pluralismo representa o fundamento do próprio Estado brasileiro, consoante dispõe o art. 1º, inciso V da Constituição Federal -, a lei expressar distinções entre partidos políticos significaria atingir o núcleo central desse pluralismo político, notadamente porque a primeira maneira do pluralismo político se expressar é através do pluripartidarismo, que exige igualdade de tratamento entre os partidos políticos.

Em segundo lugar, o **caput** do art. 5º da Constituição Federal, que enumera os direitos e garantias fundamentais, dispõe que “todos são iguais perante a lei, sem distinção, de qualquer natureza”, de modo que é cristalino na ciência jurídica de que “diante da lei” todos são iguais, sem nenhuma distinção, seja de qual natureza for, justamente porque a democracia liberal e a ciência do direito sempre tiveram consolidado de que a lei não faz distinções; o que não impede, por exemplo, que a lei possa criar restrição ou ampliar direitos. Mas “ante a lei” cada pessoa tem o mesmo direito a um esquema plenamente apropriado de liberdades básicas iguais, desde que compatível com a garantia de um esquema idêntico para todos, daí a inequívoca vedação da “distinção perante a lei”.

E com base nesses prismas, temos que, em terceiro lugar, a lei não poderá estabelecer distinções, isto é, ser um ato “que distingue, diferencia ou que separa” pessoas iguais (partidos que buscam a conquista do poder político). Ao contrário, a lei, para garantir que todos diante dela possam ser iguais, por exemplo, cria restrição ou amplia direitos, a qual, desde Aristóteles,

afirma que para que exista justiça na lei, os iguais devem ser tratados de forma igual e os diferentes devem ser tratados de forma diferente.

Sala das Comissões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, DE 2007

PEC nº 2, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho.

EMENDA Nº , DE 2007

Acrescente-se um § 6º ao art. 17 da Constituição Federal, de que trata o art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, com a seguinte redação:

“Art 17.

.....

§ 5º.....

.....

§ 6º Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após a sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária, inclusive no registro de candidatos e no funcionamento parlamentar, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integrem, desde que, em conjunto, os partidos políticos perfaçam as exigências previstas no parágrafo anterior”.

Justificação

O escopo da Emenda é possibilitar que aqueles partidos que não alcancem o percentual exigido para o funcionamento parlamentar possam, conseqüentemente, formarem uniões partidárias, conhecidos como federações partidárias, por meio das quais esses partidos poderão exercer o direito ao funcionamento parlamentar, desde que, em conjunto, perfaçam as exigências previstas como cláusulas de barreira ou de desempenho.

Em outras palavras, a Emenda possibilita que aqueles partidos que não alcancem o percentual exigido para o funcionamento parlamentar possam formar federações, por meio das quais esses partidos poderão exercer o direito ao funcionamento parlamentar. Por conseguinte, visa adequar a introdução da cláusula de barreira ou de desempenho perante o sistema político-partidário brasileiro, que tem como vetor de orientação o pluripartidarismo.

É bom lembrar que muito embora o respectivo acórdão do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional a cláusula de barreira inserida na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 1995), ainda não tenha sido publicado, o Boletim Informativo do STF nº 541, escreve que a decisão do STF fundamentou-se, dentre outros, nos seguintes termos:

“Entendeu-se que os dispositivos impugnados violam o art. 1º, V, que prevê como um dos fundamentos da República o pluralismo político; o art. 17, que estabelece ser livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana; e o art. 58, § 1º, que assegura, na constituição das Mesas e das Comissões permanentes ou temporárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, todos da CF. Asseverou-se, relativamente ao inciso IV do art. 17 da CF, que a previsão quanto à

competência do legislador ordinário para tratar do funcionamento parlamentar não deve ser tomada a ponto de esvaziar-se os princípios constitucionais, notadamente o revelador do pluripartidarismo, e inviabilizar, por completo, esse funcionamento, acabando com as bancadas dos partidos minoritários e impedindo os respectivos deputados de comporem a Mesa Diretiva e as Comissões. ADI 1351/DF e ADI 1354/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 7-12-2006. (ADI 1351) (ADI-1354) – Boletim Informativo nº 541 do STF”.

Portanto, uma das maneiras de garantir que o princípio do pluripartidarismo não será desrespeitado é garantir a formação de união ou federação partidária, pois a bem da verdade, trata-se de uma restrição ao funcionamento parlamentar e não um ataque ao pluripartidarismo, enquanto principal manifestação (ou exteriorização) do pluralismo político.

Sala das Comissões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 2 ob Senado Antonio Carlos Magalhães
 PROPOSIÇÃO Nº 2, DE 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SIJESSARENKO	X				1 - PAULO PAIM				
SIBA MACHADO	X				2 - IDELI SALVATTI				
EDUARDO SUPICY	X				3 - PATRÍCIA SABOYA GOMES	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - INACIO ARRUDA				
EPITÁCIO CAFETEIRA					5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI		X			5 - ALFREDO NASCIMENTO				
ANTONIO CARLOS VALADARES			X		SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	7 - JOSÉ NERY	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON		X			SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP		X			1 - ROSEANA SARNEY				
ROMERO JUCA		X			2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X		
JARBAS VASCONCELOS		X			3 - LEOMAR QUINTANILHA				
VALTER PEREIRA		X			4 - PAULO DUQUE				
GILVAM BORGES		X			5 - JOSÉ MARANHÃO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	6 - NEUTO DE CONTO				
ADELMIR SANTANA		X			SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X			1 - ELISEU RESENDE				
DEMÓSTENES TORRES		X			2 - JAYME CAMPOS				
EDISON LOBÃO		X			3 - JOSÉ AGRIPINO				
ROMÉU TUMA		X			4 - KÁTIA ABRÉU				
ARTHUR VIRGÍLIO		X			5 - MARIA DO CARMO ALVES				
EDUARDO AZEVEDO		X			6 - FLEXA RIBEIRO				
LÚCIA VANJA		X			7 - JOAO TENORIO				
TASSO JEREISSATI		X			8 - MARCONI PERILLO				
JEFFERSON PÉRES		X			9 - MÁRIO COUTO				
					SUPLENTE - PDT				
					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 20 SIM: 5 NÃO: 13 ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 / 02 / 2007

Antônio Carlos Magalhães
 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF U:\CCJ2007\Reuniao\Votacao_nominal.doc (atualizado em 27/02/2007)

Presidente

PARECER Nº 92, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que vincula recursos para a Seguridade Social.

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2005 e Complementar, que tem por finalidade determinar que os recursos oriundos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, quando provenientes de fontes destinadas à seguridade social, serão obrigatoriamente aplicados na seguridade social.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Da forma como o orçamento é atualmente apresentado, não é possível saber que parcela dos recursos refere-se à “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional” oriunda da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade. Porém, pode-se estimar, utilizando-se o mesmo percentual de cerca de 39% que a Lei orçamentária para 2005 aloca para a previdência e assistência social – descontados os recursos previstos para rolagem da dívida pública, que 39% da Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional são oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade Social.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Conforme o art. 194 da Constituição Federal, a seguridade social é um conjunto de ações que abrange e a proteção dos direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social. Tem seu fundamento no princípio da solidariedade e é essa a premissa que deve guiar qualquer iniciativa de organização de políticas no campo da seguridade social.

A previdência social é um regime de seguro social, de caráter contributivo e filiação obrigatória, destinada à cobertura de eventos que reduzam ou retirem a capacidade laborativa do segurado. Já a seguridade social tem por finalidade cobrir as necessidades básicas do cidadão, nas áreas da saúde e assistência social, independentemente de contribuição.

Em conseqüência, a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência

social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e assegurada a cada área a gestão de seus recursos (CF, art. 195, § 2º).

Daí, depreende-se dois aspectos importantes:

a) elaboração de orçamento de forma integrada pelos órgãos incumbidos de realizar os programas securitários; e

b) garantia de autonomia na gestão de seus recursos conferida na parte final do dispositivo.

O art. 165, § 5º, da Constituição estabelece ainda:

Art. 165.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Percebe-se que a Seguridade Social deve ter, por determinação constitucional, orçamento anual próprio e totalmente desvinculado do orçamento fiscal.

Por fim, o inciso XI ao art. 167 da Constituição veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral da previdência social de que trata o art. 201.

E não poderia ser diferente, pois, se a seguridade social tem um orçamento próprio e distinto dos gastos fiscais da União, cujas composições e aportes adicionais são estabelecidos por lei, os recursos integrantes desse orçamento, obviamente, podem, tão-somente, ser utilizados para o custeio dos programas, benefícios e serviços da seguridade social.

Lamentavelmente, a União não só destina recursos insuficientes ao orçamento da seguridade social, como também utiliza suas disponibilidades para cobrir parte de seus gastos ordinários, tais como pagamento

de fornecedores, servidores e taxas de juros das dívidas externa e interna, ocasionando déficit constante de caixa. Como se sabe, no Brasil, o desvio das verbas públicas de suas destinações específicas, especialmente daquelas voltadas para o financiamento de programas sociais, é prática comum ainda hoje.

A Lei de Responsabilidade Fiscal vem contribuindo positivamente para o trato da questão, ao determinar regras de transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49) e ao estabelecer que as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos (art. 50, IV), facilitando a fiscalização da fiel aplicação dos recursos.

Os arts. 52 e 54 dessa lei prevêm ainda a emissão de relatórios de execução orçamentária, a cada bimestre, e de gestão fiscal, a cada quadrimestre, como mecanismos eficazes de controle da utilização dos recursos públicos. Já seus arts. 56, 57 e 58 estabelecem regras específicas a respeito da prestação de contas e dá fiscalização da gestão fiscal, que proporcionarão uma saudável publicidade à aplicação das receitas.

Nesse contexto, o projeto sob análise é meritório, eis que permitirá que os recursos oriundos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, quando provenientes de fontes destinadas à seguridade social, deverão ser aplicados na seguridade social, em coerência com o princípio de que o acessório deve acompanhar o principal.

Vale lembrar que o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, determinava uma conta que centralizaria tão-somente as disponibilidades da Seguridade Social, **verbis**:

Art. 60.

Parágrafo único. Os recursos da Seguridade Social serão centralizados em banco estatal federal que tenha abrangência em todo o País.

Ocorre que, com o advento da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, que Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências, revogou-se o citado parágrafo único, ao mesmo tempo em que se determinou que os recursos provenientes de fontes destinados à seguridade social passariam a ser depositados e movimentados em uma conta única do Tesouro Nacional, **verbis**:

Art. 1º Os recursos financeiros de todas as fontes de receitas da União e de suas autarquias e fundações públicas, inclusive fundos por elas administrados, serão depositados e movimenta-

dos exclusivamente por intermédio dos mecanismos da conta única do Tesouro Nacional, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

Com essa medida ficou impossível determinar que parcela desses recursos refere-se à remuneração daqueles provenientes de fontes destinados a Seguridade Social, facilitando, dessa maneira, sua aplicação em outras áreas.

É, portanto, necessário retornar à sistemática anterior, pois esse procedimento cumpre determinação tanto da Constituição Federal, quanto da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por último, com o intuito de aperfeiçoar a proposição, apresentamos, ao final, Substitutivo, na forma de projeto de lei ordinária, eis que a matéria não é objeto de lei complementar.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 89 de 2005 nos termos do seguinte Substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Altera o art. 60 da Lei nº 8.212, de 1991 e revoga o art. 8º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 2001, para regular os depósitos das disponibilidades Financeiras da Seguridade Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 60 da Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social institui Plano de Custeio, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60.

§ 1º Os recursos da Seguridade Social serão centralizados em banco estatal federal que tenha abrangência em todo o País.

§ 2º Os recursos provenientes da remuneração das disponibilidades de fontes da Seguridade Social serão obrigatoriamente aplicados na Seguridade Social, constituindo fonte específica para fins das leis de natureza orçamentária. (NR)”

Art. 2º Fica revogado o art. 8º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e autoriza a legislação pertinente ao assunto dá outras providências.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES *Antônio Carlos Valadares*

RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP *Valdir Raupp*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL
(VAGO)	2- JOSÉ JORGE - PFL
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL
FLEXA RIBEIRO - PSDB	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB
INEL PAVAN - PSDB	6- PAPALÉO PAES - PSDB
LÚCIA VÂNIA - PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB
REGINALDO DUARTE - PSDB	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
VAGO	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
DELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA

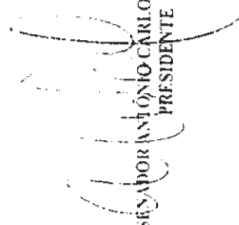
Realizado em 20.09.2005

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERACLITO FORTES - PFL	X			
JONAS PINHEIRO - PFL					2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMOSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
ELENA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEVEDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- PAPALEO PAES - PSDB	X			
LUCIA VANIA - PSDB	X				7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB				
LUIZ PONTES - PSDB					8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SASSI - NA					1- WELLINGTON SALGADO	X			
ROMERO JUCA	X				2- (VAGO)				
VALDIR RAU PP	X				3- (VAGO)				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					5- (VAGO)				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PLE, PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PLE, PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- DELCÍDIO AMARAL				
FLAVIO ARNS - PE	X				2- MAGNO MALTA - PL				
LUDELI SALVATI - PT	X				3- EDUARDO SUPLICY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PRB					4- FATIMA CLÉIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARIL DO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SAROYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOLEIHO	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 29 - SIM: 23 - NÃO: 6 - ABSTENÇÃO: 0 - AUTOR: 1 - SALA DAS REUNIÕES, EM 6/3/2006.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISE)


 SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 PRESIDENTE

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2005.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/2/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP.

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL
FLEXA RIBEIRO - PSDB	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB
ONEL PAVAN - PSDB	6- PAPALÉO PAES - PSDB
LÚCIA VÂNIA - PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB
LUÍZ PONTES - PSDB	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- (VAGO)
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- (VAGO)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, P
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
LI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- CRISTÓVAM BUARQUE

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI Nº 89, DE 2005
(EMENDA Nº 1-CAS, SUBSTITUTIVO)
APROVADO NA REUNIÃO DE 13 DE DEZEMBRO
DE 2005 E DEFINITIVAMENTE ADOTADO NA
REUNIÃO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89
(SUBSTITUTIVO), DE 2005**

Altera o art. 60 da Lei 8.212, de 1991 e revoga o art. 8º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 2001, para regular os depósitos das disponibilidades financeiras da Seguridade Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 60 da Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60.

.....
§ 1º Os recursos da Seguridade Social serão centralizados em banco estatal federal que tenha abrangência em todo o País.

§ 2º Os recursos provenientes da remuneração das disponibilidades de fontes da Seguridade Social serão obrigatoriamente aplicados na Seguridade Social, constituindo fonte específica para fins das leis de natureza orçamentária. (NR)”

Art. 2º Fica revogado o art. 8º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Antonio Carlos Valadares**, Presidente, – **Valdir Raupp**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 167. São vedados:

.....
XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento

de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....
Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade da cobertura e do atendimento;

II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;

V – equidade na forma de participação no custeio;

VI – diversidade da base de financiamento;

~~VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.~~

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II – dos trabalhadores;

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....
II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral

de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....
 § 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

.....
 Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários de regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão

em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender os trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos

concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscais e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

IV – as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre composto de:

I – balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II – demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I – Chefe do Poder Executivo;

II – Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III – Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário; e

IV – Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I – da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II – dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio.

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36,
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.

Art. 8º Fica revogado o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991

OF. Nº 143/06-PRES/CAS

Brasília, 6 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, no dia 13 de dezembro 2005, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) de 2006, ao PLS 89 de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que “Vincula recursos para a Seguridade Social”, e no dia 6 de dezembro de 2006, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/9/2007

Brasília, 13 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno suplementar, na reunião realizada nesta data, substitutivo, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Fátima Cleide ao Projeto de Lei do Senado nº 224 de 2000, da Excelentíssima Senhora Senadora Heloisa Helena que, “Toma obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências”.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

OF. Nº – 143/06-PRES/CAS

Brasília, 6 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, no dia 13 de dezembro 2005, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) de 2006, ao PLS 89 de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que “Vincula recursos para a Seguridade Social”, e no dia 6 de dezembro de 2006, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com referência aos ofícios que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 224, de 2000, e 89, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2007

Senhor Presidente

Tendo sido designado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para participar da “Conferência Del Grupo PSE Sobre América Del Sur”, que se realizará em Bruxelas, no dia 6 de março de 2007, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa.

Informo que estarei ausente do País no período de 4 a 7 de março do corrente ano.

Senado Federal, 2 de março de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2007

Altera a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, para adicionar artigo que tipifica o crime de formação de organização criminosa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

Formação de organização criminosa

“Art. 1º A. Associarem-se três ou mais pessoas, por meio de entidade jurídica ou não, de forma estável e estruturada, para, valendo-se de violência ou grave ameaça, corrupção, fraude, tráfico de influência ou outro meio ilícito análogo, obter, direta ou indiretamente, vantagem econômica ou material:

Pena – reclusão, de 3 a 6 anos, e multa.

§ 1º Incide na mesma pena quem participa da organização criminosa tendo conhecimento de que é dirigida para a obtenção ilícita de vantagem econômica ou material.

§ 2º Se o crime é praticado por funcionário público, a pena é aplicada em dobro.

§ 3º Se a vantagem ilícita obtida é destinada a financiar a prática de infração penal, a pena é aumentada de um a dois terços.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei vem para suprir uma lacuna em nosso ordenamento jurídico: a definição de organização criminosa. Algumas leis já usam essa expressão, como as Leis nºs 9.034, de 1995, e 9.613, de 1998, sem, contudo, preverem uma definição legal, deixando a tarefa para a análise valorativa do juiz em cada caso concreto.

A definição que apresentamos segue as recomendações da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, de 2000. A Convenção foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.015, de 2004. Desde então, urge a necessidade de incorporar ao nosso direito nacional as suas principais disposições. E o objetivo do presente projeto de lei. O artigo que ora apresentamos atende às prescrições constantes dos artigos 2, a, e 4 da Convenção.

Importante ressaltar que a presente tipificação de associação criminosa é diferente das outras tipificações previstas na lei penal (art. 288 do Código Penal, art. 2º da Lei nº 2.889, de 1956, art. 35 da Lei nº II. 343, de 2006, art. 1º, § 2º, II, da Lei nº 9.613, de 1998, art. 24 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983), pois exige que a organização seja estável e estruturada, e que seja dirigida para a obtenção de vantagens ilícitas por meio da prática de ilícitos penais. Nas outras tipificações, configura-se a associação com o fim imediato de cometimento dos crimes de que as respectivas leis tratam (genocídio, produção e tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, combate armado). O fim da organização criminosa, ora tipificado, não é necessariamente um crime em si – como observado na experiência mafiosa Italiana, mas uma vantagem econômica ou material, que poderá ser destinada ou não ao financiamento de crimes. Da mesma forma, o modus operandi das associações já previstas em lei pode não constituir um ilícito penal, ao passo que na organização criminosa, o modus operandi já e em si criminoso (corrupção, fraude etc.).

Portanto, consideramos que o presente projeto de lei constitui inegável avanço para a nossa legislação penal.

Sala das Sessões, 2 de março de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Vide texto compilado

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Art. 288. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena – reclusão, de um a três anos. (Vide Lei 8.072, de 25-7-1990)

Parágrafo único. A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República. – **GETÚLIO VARGAS – Francisco Campos**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 31-12-1940

LEI Nº 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995

Mensagem de veto

Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Definição de Ação Praticada por Organizações Criminosas e dos Meios Operacionais de Investigação e Prova

Art. 1º Esta lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versarem sobre crime resultante de ações de quadrilha ou bando:

Art. 1º Esta lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo. (Redação dada pela Lei nº 10.217, de 11-4-2001)

Art. 2º Em qualquer fase de persecução criminal que verse sobre ação praticada por organizações criminosas são permitidos, além dos já previstos na lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas:

Art. 2º Em qualquer fase de persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: (Redação dada pela Lei nº 10.217, de 11-4-2001)

I – (Vetado).

II – a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações;

III – o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.

IV – a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, áticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante circunstanciada autorização judicial; (Inciso incluído pela Lei nº-10.217, de 11-4.-2001)

V – infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante

circunstanciada autorização judicial. (Inciso incluído pela Lei nº-10.217, de 11-4-2001)

Parágrafo único. A autorização judicial será estritamente sigilosa e permanecerá nesta condição enquanto perdurar a infiltração. (Parágrafo incluído pela lei nº-10.217, de 11-4-2001)

CAPÍTULO II

Da Preservação do Sigilo Constitucional

Art. 3º Nas hipóteses do inciso III do art. 2º desta lei, ocorrendo possibilidade de violação de sigilo preservado pela Constituição ou por lei, a diligência será realizada pessoalmente pelo juiz, adotado o mais rigoroso segredo de justiça. (Vide Adin nº 1.570-2 de 11-11-2004, que declara a inconstitucionalidade do Art. 3º no que se refere aos dados “Fiscais” e “Eleitorais”)

§ 1º Para realizar a diligência, o juiz poderá requisitar o auxílio de pessoas que, pela natureza da função ou profissão, tenham ou possam ter acesso aos objeto do sigilo.

§ 2º O juiz, pessoalmente, fará lavrar auto circunstanciado da diligência, relatando as informações colhidas oralmente e anexando cópias autênticas dos documentos que tiverem relevância probatória, podendo para esse efeito, designar uma das pessoas referidas no parágrafo anterior como escrivão **ad hoc**.

§ 3º O auto de diligência será conservado fora dos autos do processo, em lugar seguro, sem intervenção de cartório ou servidor, somente podendo a ele ter acesso, na presença do juiz, as partes legítimas na causa, que não poderão dele servir-se para fins estranhos caso de divulgação.

§ 4º Os argumentos de acusação e defesa que versarem sobre a diligência serão apresentados em separado para serem anexados ao auto da diligência, que poderá servir como elemento na formação da convicção final do juiz.

§ 5º Em caso de recurso, o auto da diligência será fechado, lacrado e endereçado em separado ao juízo competente para revisão, que dele tomará conhecimento sem intervenção das secretarias e gabinetes, devendo o relator dar vistas ao Ministério Público e ao Defensor em recinto isolado, para o efeito de que a discussão e o julgamento sejam mantidos em absoluto segredo de justiça.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais

Art. 4º Os órgãos da polícia judiciária estruturarão setores e equipes de policiais especializados no combate à ação praticada por organizações criminosas.

Art. 5º A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil.

Art. 6º Nos crimes praticados em organização criminosa, a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria.

Art. 7º Não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa.

“Art. 8º O prazo para encerramento da instrução criminal, nos processos por crime de que trata esta Lei, será de 81 (oitenta e um) dias, quando o réu estiver preso, e de 120 (cento e vinte) dias, quando solto.” (Redação dada pela Lei nº 9.303, de 5-9-1996)

Art. 9º O réu não poderá apelar em liberdade, nos crimes previstos nesta lei.

Art. 10. Os condenados por crime decorrentes de organização criminosa iniciarão o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 11. Aplicam-se, no que não forem incompatíveis, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 3 de maio de 1995; 174º da Independência e 107º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Milton Seligman.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 4-5-1995

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Crimes de ‘Lavagem’ ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – de terrorismo e seu financiamento; (Redação dada pela Lei nº 10.701, de 9-7-2003)

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa.

VIII – praticado por particular contra a administração pública estrangeira (arts. 337-B, 337-C e 337-D do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal). (Inciso incluído pela Lei nº 10.467, de 11-6-2002)

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta lei.

Brasília, 3 de março de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Iris Rezende – Luiz Felipe Lampreia – Pedro Malan.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 4-3-1998.

LEI Nº 2.889, DE 1 DE OUTUBRO DE 1956

Define e pune o crime de genocídio.

O Presidente da República:

Art. 2º Associarem-se mais de 3 (três) pessoas para prática dos crimes mencionados no artigo anterior:

Pena: Metade da cominada aos crimes ali previstos.

Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

LEI Nº 11.343. DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Mensagem de veto Regulamento

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 35 Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 desta lei:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do **caput** deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta lei.

LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 24. Constituir, integrar ou manter organização ilegal de tipo militar, de qualquer forma ou natureza armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Circular nº 1/2007/SDE/CFDD

Brasília, 5 de fevereiro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Ala Sen. Teotônio Vilela, gab. 22
Congresso Nacional – Senado Federal – Praça dos
Três Poderes
70165-900 – Brasília/DF

Sirvo-me do presente para informar Vossa Excelência, que no período de 1º de março até o dia 30 de abril de 2007 é o prazo para apresentação da Carta Consulta ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, vinculado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no qual tem por finalidade apoiar financeiramente projetos que visem à reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os recursos poderão ser aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos, na edição de material informativo e na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relativas às áreas antes mencionadas.

Podem apresentar Carta-Consulta em cinco vias as instituições governamentais da administração direta ou indireta, nas diferentes esferas de governo, federal, estadual e municipal, bem como organizações não governamentais, brasileiras, sem fins lucrativos, cujos objetos sociais seja relacionado à atuação na área dos direitos difusos.

Informações sobre a forma de apresentação e seleção da Carta-Consulta podem ser obtidas através do site: www.mj.gov.br/cfdd

Atenciosamente, – **Marcelo Takeyama**, Presidente do CFDD.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiramente saudá-lo na Presidência desta Casa. V. Ex^a, que é um capixaba ilustre – para orgulho do seu Estado –, transformou-se em representante de outra Unidade da Federação, mas é considerado, por nós, capixabas, o quarto Senador da nossa Bancada.

Quero igualmente dizer ao povo do Espírito Santo que V. Ex^a estará, neste sábado e domingo, na cidade de Lúna, cidade de origem da sua família no Espírito Santo, família Lofego. Trata-se da mesma origem da família de Danuza Leão, cuja mãe era da família Lofego.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com todas as honras que V. Ex^a merece.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é o objetivo principal do meu pronunciamento, mas ouvi, nesta madrugada, uma notícia na rede CBN que me deixou com a necessidade de trazer este assunto à tribuna, nesta sexta-feira.

Há sete anos, houve, no Espírito Santo, uma enchente dramática, que interrompeu a BR-101, interrompeu o trânsito para todos os municípios, houve mortes, cerca de 100 mil desabrigados. À época, era Ministro do Desenvolvimento Regional o nosso companheiro Ney Suassuna, ex-Senador, durante o Governo de Fernando Henrique.

O Ney Suassuna, Senador Paulo Paim, apareceu lá no Espírito Santo com um helicóptero bonito, todo vestido de bombeiro, com um capacete na cabeça, visitou as áreas flageladas, fazendo parecer que o Governo Federal – Governo do Fernando Henrique ainda – ia aportar recursos para recuperar as estradas, as pontes, as ruas destruídas. Saiu no jornal, então, o Ney fazendo aquelas declarações, o helicóptero ao fundo, mas nunca chegou um centavo para nenhum prefeito.

Desde aquela época, comecei – visitei várias vezes o Ministério, fui ao BNDES – a solicitar uma linha de financiamento de equipamentos, máquinas, patrões, retroescavadeiras para as prefeituras e para os Estados, a fim de organizar aquelas patrulhas mecanizadas que recuperam estradas vicinais, pontes, acertando ruas, dragando aqueles córregos menores, para que, quando ocorresse de novo a enchente, não se repetisse a tragédia que o Espírito Santo enfrentou naquela ocasião.

Não consegui! Nunca se abriu no Brasil uma linha de crédito subsidiado para prefeituras.

Esta madrugada, ouvi a notícia de que o Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Exterior, Sr.

Presidente, anunciou que esta semana o Presidente Lula vai assinar uma medida provisória concedendo juros subsidiados para financiar tratores e máquinas agrícolas para as prefeituras da Bolívia.

Estou presente e vou sugerir ao Governador Paulo Hartung – a Petrobras tem muitas instalações no Espírito Santo: tem refinaria de gás, tem plataforma, tem o porto de exportação de petróleo de Tubarão – que mande a Polícia do Espírito Santo ocupar a refinaria da Petrobras, prender seus funcionários, botar uma bandeira do Espírito Santo na torre da Petrobras. Aí ele seria recebido com tapete vermelho em Brasília, como Evo Morales o foi, receberia R\$100 milhões a mais de *royalties* pelo gás do Espírito Santo e, ao mesmo tempo, poderia ter um financiamento de máquinas agrícolas, tratores, patrões para suas prefeituras. Seria uma boa saída para se conseguir aquilo que, em dez anos de luta, não conseguimos.

Quero – faço um apelo a nós todos que apoiamos o Presidente ou que, às vezes, fazemos Oposição a ele – pedir que o Governo abra também para as prefeituras brasileiras, em igualdade de condição, uma linha de crédito para a compra, por parte dessas prefeituras, de máquinas, retroscavadeiras, patrões, tratores, para se refazer aquilo que tínhamos antigamente, que eram as patrulhas mecanizadas que, muitas vezes, socorriam os lavradores e os pequenos agricultores do interior do Espírito Santo e de outros Estados brasileiros.

Não era esse, entretanto, Sr. Presidente, o objetivo da minha inscrição e da minha fala. Quero voltar ao tema, ao grave tema da violência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quem me prendia ao PMDB eram os mortos – muitos mortos foram do PMDB. Mas V. Ex^a é um símbolo.

V. Ex^a é uma referência, V. Ex^a é uma unidade, V. Ex^a está longe de imaginar a sua liderança. Eu mesmo tinha plano de disputar o lugar de V. Ex^a. Eles sabiam disso. Mas colocaram V. Ex^a. Sei que eu perderia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se V. Ex^a fosse candidato, eu renunciaria à minha pretensão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vou dizer: A gratidão é a mãe de todas as virtudes. Quando houve aquele programa do Prodetur, nem nos conhecíamos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quiseram dificultar. O Piauí foi o último a receber, não Alagoas. V. Ex^a

defendeu com essa sua pureza, essa sua dignidade e essa sua coragem. Quero dizer que V. Ex^a é que sabe das coisas. Quanto ao Suassuna, eu fui Governador, e houve o alagado. Esse Cícero Lucena era Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Mão Santa, por favor, troque de microfone.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é essa referência que estavam procurando ontem, que só encontramos nos mortos, mas está aí V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas eu queria dizer a V. Ex^a que houve esse alagado no meu governo, e não foi o Suassuna não, foi o Cícero Lucena. De imediato, ele levou US\$5 milhões, eu dei a metade para o Prefeito da capital, e saímos minimizando. Mas isso que V. Ex^a fala é uma realidade. Eu fui Prefeito e Governador. Eu utilizei, eu não sei como no passado conseguiram. Há uns tratores ainda, não? No Brasil todo. V. Ex^a tocou num ponto fundamental. Quando eu vejo essa generosidade do Presidente Lula, lembro-me da minha santa mãe, terceira franciscana Janete: “A caridade começa com o de casa”. É dinheiro para a Bolívia, para a Venezuela, para o Uruguai, para não sei quem. Com US\$10 milhões, teríamos concluído o Porto de Luís Correia, um modelo reduzido. Minha santa mãe me ensinou – não sei o que a mãe do Lula ensinou a ele – que a caridade começa com os de casa. Com US\$10 milhões, concluiríamos o porto. V. Ex^a sabe o significado de um porto para o Estado do Piauí.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Se tomasse conhecimento de que V. Ex^a disputava o mesmo cargo que eu, imediatamente renunciaria à minha pretensão e votaria em V. Ex^a.

Meu objetivo com essa minha inscrição, Sr. Presidente, é novamente falar sobre a violência. Está fazendo um mês – a missa de 30^o dia será por estes dias – do trucidamento, do esquartejamento do menino João Hélio, no Rio de Janeiro.

Duas coisas não mudaram no Brasil depois de um mês desse ato violento: os bandidos continuaram matando, roubando e assaltando; e o Congresso continuou a não fazer nada. Essas duas coisas não mudaram.

O que está acontecendo no vácuo deste nosso não-fazer-nada? Criamos comissões: uma na Câmara e outra aqui, mas V. Ex^a sabe como é aqui, quando se cria uma Comissão. Embora o Senador Antonio Carlos Magalhães tenha dito que a Comissão agora vai funcionar, vou acreditar, durante uns 30 dias, que realmente funcionará; depois, começarei a duvidar.

Outros setores da política brasileira estão ocupando o vácuo que o Congresso Nacional está deixando.

Os governadores do Sudeste – Paulo Hartung, Aécio Neves, de Minas Gerais, José Serra e Sérgio Cabral – já ocuparam espaço no Congresso Nacional ao trazerem treze sugestões com relação a treze projetos que aqui tramitam, alguns há mais de dez anos.

Nós poderíamos ter tomado essas providências, Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, Senador Paulo Paim, há dez anos, e não tomamos. Se há dez anos essas leis tivessem sido aprovadas no Congresso Nacional, talvez tivéssemos conseguido salvar centenas e até milhares de vidas no Brasil. Porque mesmo com esses fatos, mesmo com essa violência, o Congresso não se movimenta.

Acompanho agora, nos jornais, como o Poder Legislativo, que é o responsável pela confecção de leis, não se mexe. Apenas cria comissões, e não faz nada. O Presidente Lula convocou, para o próximo dia 6, todos os Governadores do Brasil. Vai levá-los ao Palácio do Planalto e anunciar o pacote do Poder Executivo contra a violência.

Portanto, o Congresso pára, o Congresso abre o vácuo, e lá vêm os Governadores ocupando a posição e a vez do Congresso. O Executivo ocupando a posição e a vez do Congresso.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, já que o Poder Executivo vai anunciar, talvez até com base em medidas provisórias, a sua ação diante da escalada da violência que está apavorando os brasileiros, apenando os brasileiros, aparvalhando os brasileiros: que o Presidente não deixasse de incluir duas medidas que já tramitam nesta Casa, e não demos seqüência a elas. A primeira é o projeto aprovado no Senado, que se encontra na Câmara, de autoria do Senador Alvaro Dias, que proíbe o contingenciamento, o corte, o não-uso de verbas destinadas à segurança pública que estejam no Orçamento. É simples. Se está no Orçamento, que se cumpra. Não se pode colocar R\$230 milhões no Orçamento e liberar R\$18 milhões. É preciso liberar os R\$230 milhões. Essa é uma solicitação que faço ao Presidente da República, que, tenho certeza, com a sua sensibilidade diante do problema, há de acatá-lo.

Outro projeto de lei que tramita no Senado Federal e poderia ser objeto de preocupação do Senhor Presidente, pois quase sempre, quando somos provocados pelo Executivo, somos mais rápidos – aliás, o Executivo tem privilégios na tramitação de matérias do seu interesse: medidas provisórias e projetos com regime de urgência solicitados pelo Executivo –, é o do Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o

Fundo Nacional de Segurança Pública. É um projeto importantíssimo neste momento: reaparelhar as polícias militares, melhorar as polícias civis dos Estados, melhorar os serviços de inteligência das polícias, fornecer fundos para que os Estados possam bloquear os celulares introduzidos pelos funcionários públicos nas cadeias brasileiras.

Tenho certeza de que medidas criativas virão por parte de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, mas que essas duas medidas fossem incluídas entre as iniciativas que virão do Executivo. Vieram dos governadores, inicialmente, e vêm do Executivo agora mais rapidamente, enquanto nós estamos preparando outra Comissão.

E dou um exemplo: a diminuição da maioria para 16 anos tramita há nove anos no Senado Federal; na Câmara dos Deputados, há dez. Dez anos! Para se adotar uma medida, demora dez anos. Se o presidente, o diretor ou o dono de uma empresa privada demorar dez anos para tomar uma decisão, a firma acaba, quebra. No Poder Público, nós demoramos dez anos.

Agora apresentaram um projeto, dizendo que tem que se estudar mais 30 dias. Trinta dias para se fazer um estudo mais profundo. Isso é de rir. Se isso sair num jornal de Lisboa, vão dar gargalhada. Por quê? Porque, se em nove, dez anos não se estudou, não vai ser em 30 dias que vamos encontrar uma fórmula milagrosa para resolver um problema que todos os outros países já resolveram, à exceção do Brasil, da Colômbia e do Peru – três países que não conseguiram resolver o problema. O Brasil fica, mais uma vez, para trás.

Sr. Presidente, dentro desse assunto, quero também anunciar que os presidentes das assembleias legislativas estão se organizando para vir a Brasília na próxima semana a fim de solicitar ao Congresso Nacional – como quer o Governador Sérgio Cabral e como quer meu projeto, que já tramita nesta Casa – que sejam delegadas às assembleias legislativas, mediante mensagem dos governadores, o direito de legislar sobre matéria penal.

Isso é importantíssimo, pois cada Estado tem um tipo de crime mais acentuado. Se em determinado Estado roubo de carga é um problema sério, aumenta-se a penalidade naquele Estado por roubo de carga; se, em outro, o problema é o crime de menores, diminui-se a idade penal naquele Estado; se, em outro, é tráfico de cocaína e maconha, aumenta-se a penalidade para traficante naquele Estado.

Essa adaptação de cada unidade da Federação fortalece a Federação e, ao mesmo tempo, faz com que cada uma se debruce sobre o problema mais próximo no que diz respeito à segurança.

Tenho dito – e é bom que se avise aos brasileiros – que não esperem que, se aprovarmos esse arcabouço legal, no dia seguinte, poderemos sair na rua tranquilos, sossegados, ir ao cinema e deixar nossas casas abertas que nada vai acontecer. Não é isso. A Comissão que foi criada precisa se dedicar a um estudo mais profundo da origem desses problemas.

Há poucos dias, eu disse aqui – e vou repetir até que aconteça – que é preciso criar escolas para a paternidade e maternidade responsável. Não podemos imaginar que pais e mães tenham filhos e os joguem nas mãos do Governo e da escola. A escola é muito boa para ensinar Geografia, Matemática, Ciências, mas quem educa, quem dirige, quem guia, quem impõe limite aos filhos são os pais. Ninguém substitui pai e mãe. Ora, para dirigir um carro temos que fazer exame de saúde, exame de vista, exame de trânsito, toda espécie de exame. Mas, para dirigir uma família, não há uma aula, não há um curso, não há nada.

Precisamos ter primeiro um programa de limitação de natalidade. Não estou falando de aborto. A paternidade responsável inclui um programa de limitação de natalidade, com métodos possíveis e éticos, que todas as religiões aceitem e suportem. No Brasil, as religiões são isentas de pagamento de tributos. Elas poderiam criar escolas dominicais para formação ética e religiosa, cada uma dentro da sua doutrina, da sua filosofia, da sua teologia, a fim de formar pais e mães para a paternidade responsável, ensinar métodos naturais ou até artificiais de controle de natalidade que não envolvam o sacrifício dos fetos. Temos que começar por aí. Temos que começar a rever as nossas escolas.

Com relação à vida humana no Brasil, sociólogos e psicólogos precisam estudar o que está ocorrendo. No Rio de Janeiro, houve o caso daquela família francesa. O rapaz foi recolhido na rua, educado por eles, a ONG pagava o colégio do rapaz, ele foi colocado na administração recebendo um salário, e cruelmente matou seus benfeitores. Estou até apresentando um voto de pesar a fim de que se comunique à Embaixada da França, ao Consulado da França e à família dessas pessoas na França a solidariedade do Senado brasileiro diante da crueldade cometida contra essas pessoas que só vieram ao Brasil ajudar, e foram vítimas. A todo momento, podemos ver a crueldade e o pouco valor da vida humana. Alguma coisa tem que ser feita na base de nossa sociedade.

Ontem, o Senador Demóstenes Torres dizia que temos que começar por aqui. Quando absolvemos os sanguessugas e os mensaleiros, estamos dando ao País um exemplo ruim, o da impunidade, exemplo que se propaga pela sociedade e vai esgarçando os laços da ética e da moral. Então, é preciso começar por nós.

Esse pacote que está sendo preparado por essa Comissão deve incluir isso.

Enquanto vivemos esse drama, vemos, no Supremo Tribunal Federal, a derrubada da lei da improbidade administrativa. Se acontecer isso, que moral teremos para impor novas leis mais rígidas, duras, se para nós a lei não funciona? Para nós todos ou para aqueles que, estando na vida pública, incorrem em irregularidade?

A lei deve ser igual para todos, segundo o primeiro artigo da Constituição, que reza que todos somos iguais perante a lei; não pode haver uns mais iguais do que outros. Então, nessa reforma total, completa que deve ocorrer, precisamos pensar profundamente nos nossos problemas aqui de dentro, na reestruturação da família.

O Governador Paulo Hartung tem pregado isso pelo Espírito Santo e criou até um seminário sobre a paternidade responsável, tocado pela Secretaria de Serviços Sociais do Estado. O que ela faz? Leva informações aos pais, forma-os, insiste com eles na importância da estabilidade da família.

Dizia-se, antigamente, que a família era a célula principal da sociedade. Acho que era até o PRP, o Plínio Salgado quem dizia isso, que é uma verdade. Essa célula está se deteriorando, está se esgarçando. Quando vejo um crime bárbaro, procuro examiná-lo e, às vezes, até telefono para o delegado. Vai ver o pai é divorciado, o menino foi supliciado pela polícia quando era pequeno, a mãe abandonou o menino, deixou-o com os avós ou até com famílias que não são nem parentes, ou seja, sempre há uma causa social que envolve aquele menino que cometeu um crime muito violento.

Outra coisa em que se vê também a parte moral, Sr. Presidente: como se manifestou hoje o delegado que está apurando os cinco assaltos a bancos em São Paulo, o que é que ele disse? “Infidelidade”. Guardas pagos para dar segurança ao banco é que estão levando os bandidos para dentro dos bancos. É um problema ético e moral muito violento e muito duro.

Falando nisso, outro dado, Presidente Augusto Botelho, que eu vi um dia desses num jornal do meu Estado: no Espírito Santo, o contingente da Polícia Militar é de seis mil homens – nós temos três milhões de habitantes –, e existe um contingente de 25 mil seguranças irregulares, quer dizer, o contingente de seguranças irregulares, não registrados, é cinco vezes o contingente da polícia. Registrados são sete mil. Quer dizer, é um batalhão de 30 mil seguranças paralelos. Isso está virando milícia, isso está virando segurança privada, que, daqui a pouco, vira, além de

segurança privada, um tipo de assassino privado, assassino contratado.

Então, nós temos de começar radicalmente e rapidamente uma ocupação dos espaços que são do Congresso Nacional. Os governadores ocuparam um espaço porque nós não o ocupamos; os presidentes de Assembléias estão vindo aí para ocupar o espaço que nós não ocupamos; o Presidente Lula, dia 6, vai reunir todos os governadores e lançar o pacote de segurança, porque nós, que devíamos ter feito isso, não o fizemos. Está na hora, Sr. Presidente, de fazê-lo, está na hora de se tomarem essas providências, está na hora de se ser rápido.

Repito: os Governadores só trouxeram, Senador Cristovam Buarque, projetos que já tramitam aqui há mais de dez anos. Se nós, há dez anos, tivéssemos tomado essas providências, talvez tivéssemos salvado centenas ou milhares de vidas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu não sei se eu posso ainda conceder o aparte...

Por dois minutos, ouço, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

Tenho usado muito, Senador Cristovam Buarque, a frase lapidar que V. Ex^a usou em um aparte que me fez na semana passada: “Quando aquele menino foi arrastado pelas ruas do Rio, o futuro do Brasil é que foi arrastado”.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado, nobre Senador. Eu quero parabenizá-lo pelo que está falando. De fato, nós não estamos ocupando o espaço, Presidente Augusto Botelho, que a sociedade espera de nós. Nós falamos, falamos, falamos, e o que sai de concreto para mudar o Brasil? Não estamos mostrando isso ao povo brasileiro. Mesmo quando aqui ou ali aprovamos uma boa lei, não há o sentimento de que alguma delas vá trazer uma vida nova para este País; são pequenos paliativos. Alguém tem de fazer uma revolução neste País e, democraticamente, temos de ser nós. As revoluções que vêm das ruas têm um custo muito alto, e elas terminam acontecendo quando o Parlamento não ocupa o seu espaço. Eu o parabenizo, Senador Gerson Camata, e lembro que o Presidente Renan Calheiros, no dia de sua eleição, disse que iria criar um grupo de Senadores para trabalharmos uma agenda própria do Senado para levarmos ao Poder Executivo, em vez de fazermos só o contrário: receber do Poder Executivo para dizer se estamos de acordo ou não. O seu discurso se soma àquilo que o Presidente Renan Calheiros disse que faria e que tenho certeza de que vai fazer, só que tem de ser o mais rápido possível. Vamos trabalhar dizendo a esse povo todo que

é possível mudar o Brasil, que nós sabemos como, e que os recursos existem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, por seu aparte, que muito me honra.

Sr. Presidente, quero comunicar também que estou encaminhando um projeto que preenche uma lacuna da legislação brasileira: definir o que é uma organização criminosa, o que é um crime organizado.

O meu projeto, que modifica a Lei nº 9.034, diz o seguinte:

Art. 1º Associarem-se três ou mais pessoas, por meio de entidade jurídica ou não, de forma estável e estruturada, para, valendo-se da violência ou de grave ameaça, corrupção, fraude, tráfico de influência ou outro meio ilícito análogo, obter, direta ou indiretamente, vantagem econômica e material.

Aí eu incluo também o crime do colarinho branco, porque, se o crime é praticado por funcionário público, a pena é aplicada em dobro, e, se a vantagem é destinada a outra prática criminosa, é aplicada em triplo.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, eu estou encaminhando este projeto de lei à Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, por seu aparte. Obrigado, Senador Mão Santa.

V. Ex^{as} não de me ver aqui muitas vezes reclamando de nossa morosidade e passividade diante do que está acontecendo. Há pouco eu disse aqui, Senador Cristovam Buarque, que duas coisas não mudaram passados trinta dias do trucidamento do João Hélio: o Congresso continuou não fazendo nada, e os bandidos continuaram assaltando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, próximo orador inscrito por cessão do Senador Romeu Tuma.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Senador Mão Santa, Senador Cristovam Buarque, Senador Arthur Virgílio, venho à tribuna para falar da Campanha da Fraternidade que é dirigida pela CNBB.

Sr. Presidente, cada um de nós usa esta tribuna quase que diariamente, expõe seus pontos de vista sempre numa linha de buscar mais qualidade de vida e dignidade para todo o nosso povo. Como digo, nascer, viver e morrer com dignidade.

Claro, Sr. Presidente, que quando viemos a esta tribuna temos uma esperança muito grande de que es-

tejam contribuindo para o combate à violência, como disse aqui o Senador que me antecedeu, para a luta contra os preconceitos, a miséria, as injustiças, enfim, na expectativa da construção de um mundo melhor para todos. Sr. Presidente, com certeza, ainda temos muita esperança. Por isso, lutamos com tanto vigor.

E é dessa forma que enxergo também a Campanha da Fraternidade da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, frente a esse novo desafio, que é a questão do meio-ambiente.

Eu, Sr. Presidente, confesso que tenho uma identificação muito grande com as Campanhas da Fraternidade. Poderia lembrar aqui como foi importante para o Congresso Nacional a Campanha da Fraternidade da CNBB que teve os olhos voltados para os idosos, a qual influenciou muito o Congresso para que naquele ano aprovasse o Estatuto do Idoso, Lei que eu tinha apresentado mais de oito anos antes e que, felizmente, graças à pressão da Campanha da Fraternidade, foi aprovado por unanimidade e beneficia mais de 25 milhões de idosos no Brasil.

Podia lembrar, Sr. Presidente, a Campanha da Fraternidade de 2006, que teve como eixo as pessoas com deficiência. Pois bem, foi em 2006 que o Senado aprovou por unanimidade o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estava em debate há mais de dez anos. Eu tinha apresentado o projeto na Câmara e depois o apresentei no Senado. Foi Relator o Senador Flávio Arns. A proposta está pronta para ser votada agora na Câmara dos Deputados. O Estatuto da Pessoa com Deficiência traz melhorias, sem sombra de dúvida, para, no mínimo, trinta milhões de pessoas que neste País têm algum tipo de deficiência.

Sr. Presidente, eu apresentei, ainda em 1995, o Estatuto da Igualdade Racial. É o mais antigo daqueles que eu apresentei e o que tem mais dificuldade para tramitar.

Quero dizer que foi importante também a Campanha da Fraternidade organizada pela CNBB de combate ao racismo e aos preconceitos. Somente assim eu pude ver há dois anos esta Casa aprovar, por unanimidade aqui no Senado, o Estatuto da Igualdade Social, cujo Relator foi o Senador Rodolpho Tourinho. Eu diria que o Estatuto da Igualdade Social, que combate os preconceitos, haja vista o preconceito contra o negro, traz benefícios para 180 milhões de pessoas. Combater o racismo e o preconceito ajuda a todos: brancos, negros e índios, ou seja, todas as etnias, todas as raças, todos os segmentos. Enfim, ajuda a humanidade.

Quero lembrar a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, que também fala tanto sobre esse tema, que, no próximo ano, comemoraremos os 120 anos da Abolição da Escravatura. Não posso nem imaginar que, em

uma data tão importante como essa, a Câmara ainda não tenha aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, ou seja, o estatuto que combate os preconceitos e que já foi aprovado pelo Senado.

Pretendemos instalar uma comissão especial conjunta da Câmara e do Senado para discutir os 120 anos da Abolição da Escravatura, porque entendemos ser importante que, até lá, ou seja, até maio do próximo ano, consigamos ver o Estatuto se tornar realidade.

Sr. Presidente, também quero lembrar que temos uma ligação com os povos indígenas que considero muito bonita. Muitos falam que essa ligação é de certa ingenuidade. Pode ser ingenuidade, mas considero uma ligação linda, bonita, que mexe com as nossas emoções e que também encontrou voz na Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano que diz respeito aos povos indígenas. Lembro aqui a aprovação, por esta Casa, de um projeto que tive muita alegria de assinar, o qual incluiu o Líder Cacique Sepé Tiaraju como herói da Pátria.

O Senado aprovou outro projeto que lembra a morte de Sepé Tiaraju, em sete de fevereiro, como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Mas está tudo na Câmara dos Deputados. Esperamos que aquela Casa vote.

Lembro-me ainda dos índios Kraô-Canela e da caminhada que fizemos com eles, pedindo muito, Senador Mão Santa. V. Ex^a foi comigo ao Quilombo Silva, em Porto Alegre, cujas famílias seriam expulsas da Capital e, hoje, têm garantida a sua titularidade. Era uma terra dos quilombolas e, atualmente, seu reconhecimento já está garantido. Ainda vou lá. Podem ficar tranquilos, Kraô-Canela, que me vêem pela TV via sistema parabólico. Eles querem fazer uma homenagem pela nossa participação na garantia da titularidade da terra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer. Em seguida, ouvirei o Senador Cristovam Buarque a fim de que eu possa concluir.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem liderado, no Congresso, as mais belas campanhas. V. Ex^a tem engrandecido o Congresso, que muitos desmoralizam. O salário mínimo é responsabilidade de V. Ex^a e não do Presidente da República. Quando chegamos aqui, eram US\$70 e foi V. Ex^a que o aumentou. Estive do seu lado todo o tempo. Realmente, V. Ex^a foi o ícone da melhoria do salário mínimo, do Estatuto do Idoso, dos deficientes...quilombos... pretos, traduzindo o respeito que devemos ter... desde os lanceiros negros, heróis da Farroupilha, precursores da República. Atentai bem. V. Ex^a fala na Igreja, na Amazônia, na natureza. Mas

permita-me buscar Sófocles, em respeito ao Professor Cristovam Buarque. Sófocles! Ele disse: Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Atentai bem! “Mãe, ajuda que eu levei um tiro.” Olhe aqui, aconteceu ontem: uma bala perdida, uma criança vai ficar paraplégica, com 13 anos. Paim, o Livro de Deus diz: Pedi e dar-se-vos-á. V. Ex^a é um líder, V. Ex^a foi o sustentáculo da CUT, o secretário que a representou e levou até a um Presidente operário. V. Ex^a tem obrigação agora. V. Ex^a foi vitorioso em tudo. Mas Ortega y Gasset diz: O que vale é o vir-a-ser, é o futuro, é o porvir. V. Ex^a pegue essa bandeira contra a violência agora. **Pares cum paribus facillime congregantur.** Violência atrai violência. Cícero, lá no plenário romano. Então, uma campanha nacional. Eu quero oferecer o meu Estado, eu sou vice-presidente do PMDB lá no município de Parnaíba – do diretório –, para fazermos uma campanha de todos. De todos os credos religiosos: cristãos, muçulmanos. De partidos. Suprapartidário. Como houve aqui a campanha “O petróleo é nosso”. De um gaúcho, Getúlio. E está aí o êxito. Como houve a campanha das Diretas Já, de Dante, como houve a eleição de Tancredo. Nós não podemos esconder: é a violência. Professor Cristovam, 13 anos! Uma menina! É a cada dia: foram os franceses, é não sei quem. Ninguém pode fugir. Presidente Lula da Silva, sei que V. Ex^a deve muito ao Duda Mendonça, o Goebbels. Mas eu aprendi com o caboclo do Piauí. É mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. E a verdade é que vivemos em um mar, em um oceano de violência! Então, V. Ex^a está convocado para recrutar todo o País, por meio da Comissão de Direitos Humanos, que é a mais ativa hoje, pela sua liderança, para enterrarmos a violência. Uma campanha como a que Francisco Santos liderou, com a bandeira da paz e do bem. Está aí o Líder maior do Maranhão, o melhor Governador de sua história também. Já que estou convidando para o Piauí, eu, que sou filho de maranhense – e está aí o Líder – vamos fazer essa campanha nacional. E sugiro que V. Ex^a deva pegar essa bandeira. V. Ex^a tem de se lembrar dos Lanceiros Negros, que levantaram a bandeira da República neste Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela sua bela contribuição. Diria que a Comissão de Educação, a de Direitos Humanos, a CCJ e a Comissão de Assuntos Sociais estão fazendo um ciclo de debates sobre esse tema tão importante. E entendo que sua sugestão é que essas comissões passem a viajar pelo País para fazer o debate nos Estados. É uma bela contribuição. Então vamos somar-nos a essa caminhada.

Senador Cristovam!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, V. Ex^a trouxe aqui a lembrança de que, no próximo ano, em 13 de maio, vamos celebrar 120 anos da abolição da escravidão. Gostaria de sugerir à sua reflexão, porque V. Ex^a é uma pessoa que poderia liderar isso, que agora, no dia 13 de maio deste ano, lancemos uma campanha de um ano, até 13 de maio de 2008, não de comemoração. De lembrança, sim, mas de reflexão sobre como completar a abolição porque ela ainda não foi completada, Sr. Presidente. A princesa, naquela época, disse “a partir de agora os escravos não podem mais ser vendidos, nem ficar prisioneiros, nem trabalhar forçadamente. Não se deu terra a eles, não se deu escola para os seus filhos, não se deu nenhuma esperança para eles e nem se acabou com a discriminação contra a raça dos escravos. Talvez seja a hora de a gente trabalhar. Talvez seja essa a verdadeira meta que está faltando que chamo de “a revolução”. Talvez não se precise usar essa palavra radical. Talvez a palavra seja completar o que não foi completado. Lembro que, no ano seguinte, vamos completar um aniversário fechado, os cento e vinte anos da República, que também não foi completada, que mantém uma classe aristocrática e uma plebe excluída. Então, Senador, fica a sugestão. V. Ex^a que sempre propõe coisas desse tipo que sempre embalam o nosso trabalho não vale a pena termos um ano de reflexão como sobre completar a Abolição que ainda está incompleta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, eu gostaria de dizer que estou encaminhando o requerimento para uma sessão no dia 13 de maio e quero lhe dizer que não sou só simpático à idéia.

Vamos encampar essa idéia e vamos assinar juntos para que efetivamente esse dia seja o do lançamento que é fruto dessa reflexão que estamos fazendo aqui. V. Ex^a foi feliz, apresentou a proposta concreta, como o Senador Mão Santa também acreditou. Vamos fazer juntos o que já está combinado com V. Ex^a. É um trabalho integrado das comissões que nós todos fizemos parte para viajar para os Estados discutindo a questão da violência.

Senador Cristovam Buarque, quero assinar com V. Ex^as essa sessão, em tese, de homenagem ao 13 de Maio, que será, então, o lançamento de um ano de luta para que se complete a abolição que não houve. Parabéns a V. Ex^a. Vamos encaminhar juntos. Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Sr. Presidente, para concluir, informo à Casa que, no dia 19 de abril, Dia do Índio, casualmente, Senador Cristovam Buarque, a Comissão de Direitos Humanos juntamente com a Casa e a CAE vão realizar uma audiência pública, no Auditório Petrônio Portella, com a

presença de lideranças indígenas de todo o País para refletir sobre a situação dos povos indígenas, desde a violência à titularidade da terra, ao meio ambiente, direitos humanos, questão de educação, enfim, aquilo que, no nosso entendimento, merece uma grande reflexão nesse dia.

Sr. Presidente, cada ano a sociedade se vê agredida em torno de temas urgentes e pulsantes, escolhidos pela CNBB. Hoje, estamos diante de mais uma Campanha da Fraternidade, que é muito atual, falando da Amazônia, da vida no Planeta, abordando o tema “Fraternidade e Amazônia”, com o lema “Vida e Miséria Neste Chão”.

Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a considerasse na íntegra – porque eu não vou ler essa parte somente – o discurso do bispo de Jales, de São Paulo, Dom Demétrio Valentini. Impressionou-me muito o discurso do bispo sobre a fraternidade, que disse o seguinte:

Neste ano, a Campanha da Fraternidade nos coloca diante da Amazônia, com sua vastidão e complexidade.

A Campanha da Fraternidade se tornou laboratório de causas comuns da sociedade brasileira. [O que diz muito daquilo que eu falava até este momento].

Desta vez, o tema assume também uma clara dimensão mundial, pela coincidência com as apreensões diante das mudanças climáticas, que revelam sua indiscutível gravidade, e apontam para a urgência de sintonizar melhor com a natureza, se queremos assumir as responsabilidades que nos cabem com a vida em nosso Planeta.

Pela primeira vez, a campanha assume um tema localizado geograficamente. Mas isto não significa que seus objetivos se limitam a uma região determinada [leia-se: a Amazônia], mesmo com a grande extensão que ela representa.

A Amazônia merece, sim, toda a nossa atenção, pela importância que ela possui no contexto brasileiro e mundial. Mas ela aponta para problemas que ultrapassam as fronteiras geográficas.

É um belo pronunciamento, Sr. Presidente, em que ele explica por que a Amazônia é o centro.

Cito ainda alguns dados que considero importantes: a Amazônia ocupa cerca de dois quintos do continente, incluindo nove países: Brasil (a Amazônia não é só o Brasil), Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A Amazônia brasileira ocupa 49,29%. A grande bacia flu-

vial do Amazonas possui um quinto da disponibilidade mundial da água doce e é coberta pela maior floresta equatorial do mundo, correspondendo a um terço das reservas florestais da terra.

Senador Arthur Virgílio, sei que V. Ex^a é um especialista nesta área. Por isso, fico muito feliz que presida a sessão neste momento e manda-me um aviso para que eu complemente o pronunciamento pela importância do tema, que é o meio ambiente.

Digo mais: a Amazônia abriga 33% das florestas tropicais do Planeta e cerca de 30% das espécies conhecidas de flora e fauna. Hoje, o processo revoltante do desflorestamento que ainda existe faz com que olhemos com carinho, com respeito, com solidariedade, eu diria, com muita paixão e muita vontade de lutar em defesa da nossa Amazônia.

Sr. Presidente, como o meu pronunciamento é longo, estou tentando, dentro do possível, pronunciarme num espaço de tempo que permita aos outros Senadores fazerem uso da palavra.

Quero ainda, neste meu relato, dizer que é importante também debatermos nesse contexto a biopirataria: o desvio ilegal das riquezas naturais de flora, água e fauna e do conhecimento das populações tradicionais como a utilização dos mesmos.

Em várias regiões da Amazônia, pesquisadores estrangeiros desembarcam com visto de turistas, entram na floresta, muitas vezes se infiltrando em comunidades e nem sempre atendendo àquilo que realmente interessa para a Amazônia, para as comunidades, inclusive nas áreas indígenas.

Sr. Presidente, lembro que, ao ser descoberto o princípio ativo, registram em patente que lhes dá o direito de receber, a cada vez que aquele produto for comercializado, um valor surpreendente a todos nós. Vendem o produto para o mundo e, ao mesmo tempo, o próprio país de origem passa a pagar.

A biodiversidade é a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e da indústria da biotecnologia. A fauna e a flora são partes do patrimônio de uma Nação, produto de milhares de anos de evolução concentradas naquele local e momento. Aqui a homenagem ao local e ao momento é a Amazônia.

A diversidade genética das plantas é essencial para a criação de grãos mais produtivos. As indústrias farmacêuticas e cosméticas dependem da natureza, assim como as indústrias de óleos, látex, fibras, gomas e muitos outros. Em resumo, tudo o que consumimos para satisfazermos nossas necessidades ou o bem-estar social vem da natureza. É a matéria-prima que é transformada.

A Amazônia não é apenas a maior floresta tropical do mundo, mas um estoque de biodiversidade sem

igual em todo o Planeta, com várias espécies animais e vegetais ainda desconhecidas. Portanto, Sr. Presidente, qualquer solução para a Amazônia precisa passar, necessariamente, pela busca de soluções econômica e ecologicamente viáveis.

Não há dúvida de que nós estamos lutando e é claro que estamos avançando. A edição do Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui os princípios e as diretrizes da Política Brasileira para a Biodiversidade, é relevante.

Muitas frentes são levantadas.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos fazer uma homenagem à Ministra Marina, no próximo dia 8 de março, na Comissão de Direitos Humanos. S.Ex^a vai fazer a palestra principal, falando sobre meio ambiente, direitos humanos e vida. A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, recebeu, em janeiro deste ano, o Vice-Ministro de Recursos Naturais e Cartografia da China, acompanhado de técnicos e representantes da Embaixada da China no Brasil.

Técnicos brasileiros apresentaram à delegação chinesa a ação do MMA e de parceiros no combate ao desmatamento, com utilização de satélite. A delegação chinesa pretende firmar parcerias no Brasil na área de cooperação em cartografia e recursos naturais voltados para o meio ambiente.

A Ministra falou, naquela oportunidade, sobre o esforço que o Governo empreendeu, nos últimos quatro anos, para conter o desmatamento na Amazônia e nas demais regiões do nosso País, em ações que envolveram treze ministérios e governos estaduais. O grande desafio tem sido preservar os recursos naturais e promover o desenvolvimento econômico e social sempre tendo a ótica da vida.

Senhor Presidente, a Amazônia é vida. Cada vez que a desrespeitamos enquanto dívida recebida, nós agredimos a vida.

O coração das árvores, matas, rios, plantas, animais, está em pranto, pedindo socorro.

A causa da Campanha da Fraternidade 2007 deve ser de todos nós. O assunto é urgente, vital. E a Amazônia é o símbolo da luta pelo meio ambiente.

Sr. Presidente, a rápida e cotidiana destruição da floresta amazônica, o desprendimento de enormes *icebergs* da Antártica e o corte indiscriminado dos palmitais da Mata Atlântica, por exemplo, não são fatos isolados e afetam a todas as formas de vida da Terra.

Os problemas ambientais globais, notadamente o aquecimento da terra, a depleção da camada de ozônio, a perda de diversidade biológica, a desertificação, a poluição dos mares, enfim, infelizmente, um

conjunto de medidas ambientais afetam a todos nós. O meio ambiente está ligado ao nosso ciclo de vida. A natureza pulsa em nós. Nós temos vida a partir dela e com ela.

Sr. Presidente, a oração da CNBB para essa missão pró-Amazônia, pró-meio ambiente é muito bonita. Farei sua leitura porque desejo que seja registrada nos Anais.

Deus criador, Pai da família humana,
Vós formastes a Amazônia, maravilha da vida, bênção para o Brasil e para o mundo.

Despertai em nós o respeito e a admiração pela obra que vossa mão entregou aos nossos cuidados.

Ensinai-nos a reconhecer o valor de cada criatura que vive na terra, cruza os ares ou se move nas águas.

Perdoai, Senhor, a ganância e o egoísmo destruidor; moderai nossa sede de posse e poder.

Que a Amazônia, berço acolhedor de tanta vida, seja também o chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs.

Enviai-nos todos em missão!

O Evangelho da vida, luz e graça para o mundo, fazendo-nos discípulos e missionários de Jesus Cristo,

indique o caminho da justiça e do amor; e seja anúncio de esperança e de paz para os povos da Amazônia e de todo o Brasil.

Amém.

Essa é a prece da CNBB.

Sr. Presidente, concluo em um minuto e meio dizendo que creio que, se não socorrermos a natureza, salvando-a do mal que nós mesmos lhe imputamos, infelizmente, lamentavelmente, sofreremos as graves conseqüências. Cada um de nós abriga o destino da Amazônia em nossas mãos.

Senador Arthur Virgílio, quero dizer aqui que a Amazônia é nossa, a Amazônia é o símbolo do Brasil, e todos nós temos um compromisso enorme com essa terra, que sei que V. Ex^a defende muito bem.

Que os nossos corações se aquietem, conscientes de que estamos fazendo o nosso melhor nesse sentido, a fim de que as futuras gerações não tenham que chorar os ferimentos que causamos a um presente de tamanha formosura que foi a Amazônia, a nós concedida neste País.

Preservemos a hileia amazônica que pulsa por nós e que nunca nos feriu, pelo contrário, ela se estende

gigante, ela nos abraça para nos proteger, ela nos dá o equilíbrio para que possamos viver com saúde.

Viva a Campanha da Fraternidade da CNBB, viva a todos aqueles homens e mulheres que deram a sua vida em defesa do meio ambiente, da ecologia, viva à Amazônia, paz para todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de ter feito um aparte a V. Ex^a para elogiar o seu discurso. E, como homem da Amazônia, sinto-me também incluído nessa campanha, que vem justamente discutir e pensar a nossa Amazônia, principalmente nós que vivemos lá.

Penso que as decisões sobre a Amazônia têm que partir dos homens que vivem na Amazônia, depois, os outros podem acatar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, quero apenas dizer da alegria de receber o aparte de V. Ex^a. Como homem da Amazônia, como tantos outros aqui, V. Ex^a pode, mais do que ninguém, ajudar nessa orientação em defesa deste pulmão do mundo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero dar minha solidariedade ao frei Paim. V. Ex^a foi excepcional no seu pronunciamento. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, inspirado em V. Ex^a, que inúmeras vezes vem à tribuna, com enorme grandeza e generosidade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas não com o brilho de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a sabe que o Brasil adora vê-lo na tribuna e sabe que estou sendo sincero. É inspirado um pouco em sua forma de falar que tento aqui, humildemente, ser um seu discípulo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vou tentar imitar V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso V. Ex^a é o maior entre nós.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Inscreva-me V. Ex^a entre os seus discípulos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, cada um de nós vem a esta tribuna expor seu modo de pensar, suas idéias e projetos, suas apreensões sobre temas variados que afetam a vida da nossa gente.

Fazemos isso na busca por soluções que modifiquem o quadro de violência, de preconceitos, de miséria, de injustiças que infelizmente estamos vivendo.

Estamos tentando, Sras e Srs. Senadores! Estamos lutando cheios de esperança e vigor!

É desta forma que enxergo também o engajamento da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, frente aos desafios que vivemos.

Tenho uma identificação muito grande com as Campanhas da Fraternidade. Eu gostaria de lembrar que a Campanha “Fraternidade e Idosos” influenciou em muito a aprovação do Estatuto do Idoso, lei de minha autoria, que hoje beneficia mais de 25 milhões de idosos.

Graças à Campanha da Fraternidade de 2006, que teve como eixo as pessoas com deficiência, vimos aprovado pelo Senado Federal o projeto de minha autoria, Estatuto da Pessoa Com Deficiência, cujo Relator foi o Senador Flávio Arns. A proposta está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados e irá beneficiar cerca de trinta milhões de pessoas.

O Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, o mais antigo de todos, também já foi tema da Campanha da Fraternidade de 1988.

Eu diria que este estatuto, cuja relatoria no Senado foi do Senador Rodolpho Tourinho, beneficia 180 milhões de pessoas, pois combate o preconceito racial. Com a eliminação do preconceito, todos ganham.

No próximo ano, lembraremos os 120 anos da abolição da escravidão. Não posso imaginar esta data sem a aprovação do estatuto, que é a verdadeira carta de alforria do povo negro.

Sr. Presidente, tenho também travado a luta em favor dos povos indígenas que encontrou voz na Campanha denominada pela CNBB de “Fraternidade e Povos Indígenas.”

Lembro aqui, a aprovação nesta Casa, de projeto de nossa autoria, que incluiu o líder e cacique Sepé Tiaraju como herói da Pátria. O Senado também aprovou a nossa proposta de transformação na data da morte de Sepé, 7 de fevereiro, como o “Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas”.

Lembro ainda dos índios kraho Kanela, da caminhada pelo reconhecimento de suas terras. Tivemos orgulho de participar dessa conquista.

Informo a Casa, que no dia 19 de abril, a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com a CAS e CAE, realizarão audiência pública no auditório Petrônio Portela com a presença de lideranças indígenas de todo o País.

Enfim, a cada ano, a sociedade se vê agregada em torno de temas urgentes e pulsantes, sabiamente escolhidos pela CNBB.

Hoje estamos diante de mais uma Campanha da Fraternidade, e ela vem muito atual falando da Amazônia, da vida do planeta, abordando o tema “Fraternidade e Amazônia”, com o lema “Vida e Missão Neste Chão”.

Vou transcrever aqui parte do discurso do Bispo de Jales – SP, Dom Demétrio Valentini, que muito apropriadamente disse:

“Neste ano a Campanha da Fraternidade nos coloca diante da Amazônia, com sua vastidão e complexidade.

A Campanha da Fraternidade se tornou laboratório de causas comuns da sociedade brasileira.

Desta vez, o tema assume também uma clara dimensão mundial, pela coincidência com as apreensões diante das mudanças climáticas, que revelam sua indiscutível gravidade, e apontam para a urgência de sintonizar melhor com a natureza, se queremos assumir as responsabilidades que nos cabem com a vida em nosso planeta.

Pela primeira vez a Campanha assume um tema localizado geograficamente. Mas isto não significa que seus objetivos se limitam a uma região determinada, mesmo com a grande extensão que ela apresenta.

A Amazônia merece, sim, toda a nossa atenção, pela importância que ela possui, no contexto brasileiro e mundial. Mas ela aponta para problemas que ultrapassam suas fronteiras geográficas.

Na verdade, a Campanha da Fraternidade, assumindo a Amazônia como tema, colocou sua realidade na moldura de um grande espelho. Olhando para ele, podemos compreender melhor a complexa realidade amazônica.

Mas olhando para este grande espelho do mundo, na moldura de suas fronteiras, acabamos nos reconhecendo melhor, e percebendo os desafios cotidianos que se colocam em todas as regiões, de respeito com a natureza, de conhecimento de suas leis, de cuidado com sua dinâmica, de responsabilidade na interação com ela.

Assim, a Campanha da Fraternidade nos convida a assumir melhor a Amazônia, com a riqueza que ela representa para o Brasil e para o mundo.

Mas nos convida também a rever nossa relação com o ambiente em que nos encontramos, nos reeducando para respeitar suas características, percebendo melhor sua sintonia, que se constitui em contexto vital que possibilita a manutenção de suas potencialidades junto com o seu crescimento harmonioso.”

A Amazônia ocupa cerca de 2/5 do continente, incluindo nove países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela). A Amazônia brasileira ocupa 49,29% do País.

A grande bacia fluvial do Amazonas possui 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e é recoberta pela maior floresta equatorial do mundo, correspondendo a 1/3 das reservas florestais da Terra.

A Amazônia abriga 33% das florestas tropicais do planeta e cerca de 30% das espécies conhecidas de flora e fauna.

Hoje, com o processo revoltante de desflorestamento, diversas espécies, muitas delas nem sequer identificadas pelo homem, desapareceram da Amazônia.

De acordo com estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a destruição em apenas um ano da floresta com a maior biodiversidade do planeta foi maior do que a área total do Estado de Sergipe e pouco menor do que a Bélgica.

Sobretudo a partir de 1988, desencadeou-se uma discussão internacional a respeito do papel da Amazônia no equilíbrio da biosfera e das conseqüências da devastação que, segundo os especialistas, pode inclusive alterar o clima da Terra.

O grande problema da Amazônia é que os recursos naturais da maior floresta tropical do mundo estão sendo destruídos desnecessariamente. O ciclo de exploração da floresta é geralmente o mesmo. Ele começa com a apropriação indevida de terras públicas devolutas.

Quem chega primeiro são os madeireiros irregulares. Eles entram nas terras de propriedade pública, abrem estradas clandestinas e retiram as árvores de valor comercial. Um levantamento feito pelo Ministério do Meio Ambiente indica que 80% da madeira que sai da região é proveniente de exploração criminosa de terras públicas.

Uma madeireira dessas explora a mesma área por alguns anos. Quando a madeira se esgota, ela segue adiante, invadindo outra área pública. A terra, que tem madeira de valor, continua mantendo uma floresta de grande porte.

Mas o segundo momento da ocupação irregular da floresta é feito por um fazendeiro. Geralmente, esse grande proprietário já estava associado ao madeireiro. O que o fazendeiro faz é tocar fogo na floresta e, sobre as cinzas, plantar capim para criar gado.

Enquanto isso, o fazendeiro manobra politicamente para forjar documentos de posse de terra. Quando não há mais sinal de floresta, o pecuarista pode vender a terra para um sojicultor e ocupar outra área.

Esse modelo de ocupação predatório e paralelo à lei deixa um saldo de pobreza. Um estudo feito pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), junto com o Banco Mundial, indicou que, nos primeiros três anos de exploração predatória de

madeira, um município típico da Amazônia consegue obter uma renda anual de US\$100 milhões.

Nesse período dourado e fugaz, a atividade gera cerca de 4.500 empregos diretos, atraindo gente de outras regiões. Mas a madeira disponível acaba em cinco anos aproximadamente. Com isso, a renda do município cai para US\$5 milhões.

A atividade que resta, pecuária extensiva, emprega menos de 500 pessoas. Depois do ciclo destrutivo, o município fica com uma população de desempregados e sem recursos naturais.

E a biopirataria? O desvio ilegal das riquezas naturais (flora, águas e fauna) e do conhecimento das populações tradicionais sobre a utilização dessas riquezas naturais?

Em várias regiões da Amazônia, pesquisadores estrangeiros desembarcam com vistos de turista, entram na floresta, muitas vezes infiltrando-se em comunidades tradicionais ou em áreas indígenas, estudam diferentes espécies vegetais ou animais com interesse para as indústrias de remédios ou de cosméticos, coletam exemplares e descobrem, com o auxílio dos povos habitantes da floresta, seus usos e aplicações. Após obterem informações valiosas, voltam para seus países e utilizam as espécies e os conhecimentos das populações nativas para isolarem os princípios ativos.

Ao ser descoberto o princípio ativo, registram uma patente, que lhes dá o direito de receber um valor a cada vez que aquele produto for comercializado. Vendem o produto para o mundo todo e até mesmo para o próprio país de origem.

A biodiversidade é a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e da indústria da biotecnologia. A fauna e a flora são parte do patrimônio de uma nação, produto de milhares de anos de evolução concentrado naquele local e momento.

A diversidade genética das plantas é essencial para a criação de grãos mais produtivos. As indústrias farmacêuticas e cosméticas dependem da natureza, assim com as indústrias de óleos, látex, fibras, gomas e muitas outras. Em resumo, tudo o que consumimos para satisfazer nossas necessidades biológicas ou de bem-estar social vem da natureza, e é matéria prima transformada.

A Amazônia não é apenas a maior floresta tropical do mundo, mas também um estoque de biodiversidade sem igual em todo o planeta, com várias espécies animais e vegetais ainda desconhecidas.

Portanto, qualquer solução para a Amazônia precisa passar necessariamente pela busca por soluções economicamente e ecologicamente viáveis.

Não há dúvida de que estamos lutando, e é claro que estamos avançando. A edição do Decreto nº 4.339,

de 22 de agosto de 2002, que institui os princípios e as diretrizes da Política Brasileira para a Biodiversidade, é de grande relevância.

Muitas frentes de luta estão se formando em defesa do meio ambiente!

O Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentou um plano de desenvolvimento específico para o agronegócio no bioma amazônico. O ponto central da iniciativa reforça uma recomendação antiga de pesquisadores e movimentos sócio-ambientais, qual seja, o reaproveitamento de áreas já desmatadas para o plantio.

Segundo pretende o Ministério, a medida deve desestimular o avanço da fronteira agrícola e os novos desmatamentos decorrentes desse processo, além de incentivar atividades produtivas sustentáveis como o extrativismo.

O Plano Executivo de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio na Amazônia Legal (PDSA) é concretização das ações de um Grupo Executivo que trata das questões pertinentes ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, recebeu, em janeiro deste ano, o Vice-Ministro de Recursos Naturais e Cartografia da China, Lu Xinshe, acompanhado de técnicos e representantes da Embaixada da China no Brasil.

Técnicos brasileiros apresentaram à delegação chinesa a ação do MMA e de parceiros no combate ao desmatamento, com utilização de satélite. A delegação chinesa pretende firmar parcerias no Brasil na área de cooperação em cartografia e recursos naturais voltados para o meio ambiente.

A Ministra falou sobre o esforço que o Governo fez nos últimos quatro anos para conter o desmatamento na Amazônia e nos demais biomas brasileiros, em ações que envolveram treze ministérios e governos estaduais. O grande desafio tem sido preservar os recursos naturais e promover o desenvolvimento econômico e social.

Sr. Presidente, a Amazônia é vida, e cada vez que nós a desrespeitamos, como dívida recebida que ela é, nós agredimos a vida.

O coração das árvores, matas, rios, plantas, animais, está em pranto, pedindo socorro.

A causa da Campanha da Fraternidade 2007 deve ser a causa de todos nós. O assunto é urgente, é vital.

A rápida e cotidiana destruição da floresta amazônica, o desprendimento de enormes *icebergs* da Antártida e o corte indiscriminado dos palmitais da Mata Atlântica, por exemplo, não são fatos isolados e afetam a todas as formas de vida da Terra.

Os problemas ambientais globais, notadamente o aquecimento da terra, a depleção da camada de ozônio, perda de diversidade biológica, desertificação, poluição dos mares, enfim, um conjunto de fenômenos ambientais transnacionais afetam a todos nós.

O meio ambiente está ligado ao nosso ciclo de vida. A natureza pulsa em nós. Nós temos vida a partir dela e com ela.

Sras. e Srs. Parlamentares, a oração da CNBB para esta missão pró-Amazônia, pró-meio ambiente, diz assim:

“Deus criador, Pai da família humana,
Vós formastes a Amazônia, maravilha da vida, bênção para o Brasil e para o mundo.

Despertai em nós o respeito e a admiração pela obra que vossa mão entregou aos nossos cuidados.

Ensinai-nos a reconhecer o valor de cada criatura que vive na terra, cruza os ares ou se move nas águas.

Perdoai, Senhor, a ganância e o egoísmo destruidor; moderai nossa sede de posse e poder.

Que a Amazônia, berço acolhedor de tanta vida, seja também o chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs.

Enviai-nos todos em missão!

O Evangelho da vida, luz e graça para o mundo, fazendo-nos discípulos e missionários de Jesus Cristo,

indique o caminho da justiça e do amor; e seja anúncio de esperança e de paz para os povos da Amazônia e de todo o Brasil.

Amém.”

Meus caros Parlamentares, creio que se não socorrermos a natureza, salvando-a do mal que nós mesmos imputamos a ela, lamentavelmente sofreremos graves conseqüências.

Cada um de nós abriga o destino da Amazônia em suas mãos!

Que os nossos corações se aquietem, conscientes de que estamos fazendo o nosso melhor neste sentido, a fim de que as futuras gerações não tenham de chorar os ferimentos que causamos a um presente de tamanha formosura!

Preservemos a hiléia amazônica, que pulsa por nós e que nunca nos feriu. Pelo contrário, ela se estende gigante e nos abraça para nos proteger e nos dar o equilíbrio a fim de que vivamos com saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Arthur Virgílio deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao próximo orador, Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Jayme Campos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, encaminho à Mesa um curto pronunciamento registrando que há dias encaminhei voto de aplauso ao ex-Deputado Federal Tilden Santiago, querido amigo e ilustre adversário, militante do Partido dos Trabalhadores, pela missão diplomática que cumpriu com desvelo como Embaixador do Brasil em Cuba.

Registro aqui a frase de um bilhete de Tilden para mim: “Arthur, volto para lutarmos por nosso Brasil e quero abraçá-lo como amigo e irmão. Além disso” – ressalta –, “diferenças político-partidárias ou ideológicas não vão jamais interromper nossa amizade.” Respondo que é verdade, jamais mesmo. Conseguimos conviver assim durante tanto tempo, superando o período em que, juntos, enfrentamos o regime autoritário no Brasil. Nossas diferenças, ao contrário, nos aproximam porque são visualizadas por duas pessoas que têm apego à causa democrática.

Sr. Presidente, faço aqui um apelo, hoje, ao Partido da Frente Liberal para que reflita sobre sua Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra uma medida provisória do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que concede incentivos para implantação, no País, de tecnologia digital. Isso tem a ver fundamentamente com o meu Estado, que seria o principal beneficiário da tecnologia de recepção – no caso, claramente, a TV digital – e seria extremamente prejudicial, se vitoriosa a tese, por exemplo, ao Estado do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim, porque o Rio Grande do Sul se preparou para trabalhar a transmissão de equipamentos digitais. Minas Gerais e São Paulo seriam atingidos também.

Entendemos que há relevância e há urgência nessa medida. Ela é constitucional, portanto.

Temos aqui discutido tantas medidas provisórias tolas, como essa absurda, que transfere R\$20 milhões para a Bolívia para fins de reforma agrária. E ao consultarmos o art. 25 da Constituição boliviana, percebemos que este proíbe a aquisição de terras por cidadãos estrangeiros na Bolívia. Então estamos, na

verdade, de mão beijada e novamente, dando dinheiro para o Sr. Evo Morales.

Essa medida, sim, vai ser enfrentada pelo PSDB e, se Deus quiser, derrubada aqui neste plenário. Mas a outra medida provisória é talvez a mais relevante de todas as medidas provisórias do PAC, a que trata da transmissão e da recepção de tecnologia digital. Essa, sinceramente, a meu ver, não deveria ser obstaculizada, embora eu respeite profundamente as decisões que soberanamente cada Partido tome, Senador Edison Lobão – refiro-me, neste caso, ao seu Partido.

Faço aqui um apelo ao meu querido amigo Senador Jorge Bornhausen, ao meu querido amigo Senador José Agripino Maia e às Lideranças na Câmara no sentido de que revejam essa posição, que inclusive cria uma instabilidade em relação a investidores. Não vejo que haja foro de inconstitucionalidade, mas digamos que isso seja acatado liminarmente por algum ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal. Nós estaremos, simplesmente, vendo a postergação de um momento essencial para o desdobramento do desenvolvimento tecnológico brasileiro: a TV digital, que, a meu ver, é o prosseguimento do que o meu Estado faz há tantos anos. Ele começou produzindo TV em preto e branco, depois passou à TV em cores, à de plasma e, depois, à TV colorida de cristal líquido. É natural que, com a evolução tecnológica, passe à TV digital.

O Governo mandou, preservando, portanto, esse direito adquirido do meu Estado, medida provisória nesse sentido e reservou para alguns Estados do País (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) que teriam capacidade de se organizar para participar dessa nova e fundamental economia – eu entendo assim – a transmissão de tecnologia digital, os aparelhos de transmissão digitais. Portanto, fui surpreendido, ontem à noite, com a notícia de que o PFL havia entrado com essa Adin e fiquei realmente estupefato por entender que, neste momento, sou obrigado a frontalmente não estar perto de um Partido tão prezado, tão leal nas nossas lides.

Eu gostaria de ressaltar que não estou falando meramente, Senador Lobão – já lhe concedo o aparte – como um representante do Estado do Amazonas.

Estou preocupado com o Rio Grande do Sul; estou preocupado com Minas Gerais; estou preocupado com São Paulo; estou preocupado com os Estados todos que possam se credenciar a trabalhar a transmissão digital. E, claro, estou profundamente preocupado com o meu Estado, que tem tudo para avançar no desdobramento do seu processo tecnológico, industrial, avançar com a produção da TV digital.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Arthur Virgílio, compreendo as razões de V. Ex^a, que, como acentua, são também as razões de outros Estados da Federação brasileira. E, porque compreendo, proponho-me a levar ao conhecimento do Líder José Agripino e do Senador Jorge Bornhausen, Presidente do Partido, as observações e o apelo de V. Ex^a. Estou convencido de que a tecnologia digital é realmente importante para o Estado do Amazonas, florescente. O Estado do Amazonas tem brilhado nesse setor e ele faz parte do Brasil, do mapa brasileiro; temos orgulho do Estado, em si mesmo, e do que nele tem ocorrido nos últimos anos. Mas estou na persuasão também de que V. Ex^a vai ajudar-nos, lá no Maranhão, no nosso pobre Maranhão, a também termos a nossa Zona Franca. Estou desenvolvendo uma conversação com V. Ex^a, com o Senador Jefferson Péres, com os Senadores do Amazonas, no sentido de fazer uma modificação no meu projeto original, a fim de que se possa adaptá-lo às nossas necessidades, sem criar nenhum embaraço ao Estado do Amazonas. Estou, portanto, publicamente pedindo a adesão de V. Ex^a, assim como eu sempre estive na linha de frente das lutas em benefício do Amazonas, ao lado de V. Ex^a, entre os representantes do Estado do Amazonas. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Edison Lobão, agradeço muito a intermediação que V. Ex^a se dispõe a fazer e digo-lhe que, em relação ao seu projeto – e tive a ocasião de elogiar a sua pertinácia em defesa do Maranhão –, eu lhe proponho até algo mais concreto: que convoquemos o que há de melhor na equipe técnica da Suframa, para juntos vermos, de maneira bem objetiva, as conseqüências disso, olhando com boa vontade, sempre, os pleitos do Maranhão, até porque esse Estado tem sido absolutamente correto na hora de priorizar os pleitos da periferia brasileira, e o meu Estado é da periferia brasileira. Agradeço muito a V. Ex^a e digo-lhe que estamos bem entendidos quanto a isso.

Volto a dizer que estou preocupado com Santa Catarina, do Senador Jorge Bornhausen, da Senadora Ideli Salvatti, do Senador Raimundo Colombo, porque é um Estado que potencialmente pode trabalhar a transmissão, no tocante à tecnologia digital. Estou preocupado com esses Estados todos que têm economia mais pujante. E muito especificamente me reporto ao Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, porque esse Estado se preparou, para valer, para trabalhar a transmissão, investiu em capital intelectual, investiu fundamentalmente em pesquisa. Refiro-me também a Minas Gerais, a São Paulo e a outros Estados.

Então, uma reflexão, certamente, não faria mal, agora, à Direção do Partido da Frente Liberal, que é bastante vivida e preparada para lidar com as questões que vão surgindo na vida pública. E conheço o caráter democrático do Senador Jorge Bornhausen, que não se negará a ouvir os argumentos – que, sinceramente, creiam, não é argumento provinciano de alguém que está pensando pura e simplesmente no seu Estado –, por exemplo, sobre a importância da TV digital, que meu Estado produzirá, de acordo com a medida provisória para cá enviada pelo Presidente da República. É ou não é importante a TV digital, esse salto que vamos dar? É. Até porque não é uma TV qualquer, não é uma TV de imagem mais bonita; é uma TV que vai estabelecer a interação entre o telespectador e o mundo, é algo completamente diferente de tudo o que nós vimos como televisão até agora. E os Estados todos que se sentirão atingidos por essa Adin evidentemente se articularão.

Sugiro que a minha própria Bancada procure – e gostaria de ter o Senador Simon junto e os representantes de cada Estado eventualmente atingidos por isso –, junto com o Senador Lobão, a Direção do PFL. E não nos furtemos jamais a dialogar com Ministros tão responsáveis, tão respeitáveis como esses que compõem a Suprema Corte brasileira, para mostrarmos, primeiro, a nossa visão quanto à constitucionalidade da matéria e, segundo, sua relevância para o País. É de uma importância enorme e significativa essa Medida Provisória nº 352, que brevemente será deliberada na Câmara dos Deputados e, mais adiante, haverá de chegar aqui, porque, se Deus quiser, o PFL haverá de refluir da decisão. Com muita boa fé, fazendo exercício da mais brava oposição que consegue fazer – tenho profunda admiração pelo PFL –, esse Partido saberá refluir, para que se dê curso ao discurso que é o discurso básico do PFL: fazer oposição dura a equívocos do Governo; não fazer oposição a acertos do Governo. Isso tem sido a tônica do discurso do PFL, tem sido a tônica do discurso do Senador José Agripino, esse admirável homem público brasileiro.

É, portanto, confiante nisso que viajo para Manaus, de maneira muito tranqüila, por entender que não vai haver de novo nenhuma dificuldade de entendimento entre homens públicos que, sobretudo, prezam o interesse brasileiro.

Quero aqui elogiar o discurso do Senador Paulo Paim sobre a Amazônia, que foi, de fato, extraordinário, e, no tempo que me resta, Sr. Presidente, lerei aqui um pronunciamento.

O Congresso Nacional tem motivos sobejos para saudar os 40 anos de uma idéia que deu certo e ago-

ra é imprescindível para o desenvolvimento do Brasil, que é precisamente a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Tem, sim. Primeiro de tudo, porque a Suframa nasceu da idéia de um parlamentar, o então Deputado Federal Francisco Pereira da Silva, brasileiro honrado, natural do então pequeno povoado de Guamaré, no Município de Macau, no Rio Grande do Norte. Ele nasceu em 1890 e, a partir de 1911, adotou a Amazônia como sua nova terra, primeiro no Acre e logo após, em 1924, o Amazonas, cumprindo quatro mandatos de Deputado Federal.

Por dever de justiça, ao falar do Pólo Industrial de Manaus, evoquei, com apreço, a figura do seu mais legítimo idealizador. E rejubilo-me com a íntima ligação dessa idéia com o Parlamento. Aqui, ao longo desse quase meio século, são incontáveis as iniciativas que se seguiram, na luta pela consolidação não meramente de um sonho, mas, sim, de uma decisão firme e com a visão dirigida já não apenas para a Região Amazônica e, sim, para o desenvolvimento do Brasil.

Se a idéia da criação da Suframa cria uma ligação da minha Região com o Rio Grande do Norte, por consequência, une a minha Região ao Nordeste. Portanto, pensamos Brasil!

É pensando Brasil e em crescimento que hoje é correto afirmar que o Pólo Industrial de Manaus é imprescindível à retomada do tão decantado desenvolvimento da economia brasileira.

O Pólo Industrial de Manaus disse a que veio, ajusta-se à vontade nacional de crescer e para a geração de empregos. As cerca de 450 indústrias do setor eletroeletrônico, de informática, de duas rodas e outras registram sucessivos marcos vitoriosos, com desempenho superior à média de crescimento da economia do País.

Esses setores representaram, em 2005, algo como 75% do faturamento do Pólo. Dali saem televisores, equipamentos de DVD e rádios. E representaram 36% do faturamento do Pólo Industrial de Manaus, de quase US\$19 bilhões.

Também é expressivo o saldo da indústria de bens de informática estabelecida no Pólo, onde são produzidos discos rígidos, placas e monitores para computadores, além de telefones celulares, representando esse segmento 21% do faturamento.

Em terceiro lugar e em fase de forte expansão, o chamado setor de duas rodas representa 17% da receita alcançada em 2005 pelo Pólo de Manaus.

Nesta data, há motivos, pois, para comemorar esses primeiros 40 anos de atividade do Pólo de Manaus. Afora o faturamento em si de suas unidades

fabris, destaco o número de empregos diretos, que atinge 98 mil trabalhadores.

Segundo registram os dados da Suframa – leio uma análise do economista José Alberto da Costa Machado – o desempenho dos quatro primeiros meses do ano passado sinalizaram novos recordes do Pólo, com faturamento em torno de US\$22 bilhões em 2006, gerando, no mesmo período, 108 mil empregos. Foi o quarto ano consecutivo de crescimento no faturamento.

O desempenho no Pólo Industrial de Manaus permite que se pense, com os pés no chão, em avançar mais. Os produtos que ali são manufaturados levam também à qualidade, nem sempre presente nos itens produzidos em outras áreas do globo.

O Pólo Industrial de Manaus, pode-se afirmar, tem tudo para concorrer, no mercado mundial, com os produtos originários dos chamados Tigres Asiáticos. É só pensar sério e criar condições para a disputa dos mercados mundiais.

Digo mais, lembrando este momento brasileiro: o Pólo Industrial de Manaus é relevante para qualquer projeto desenvolvimentista ou de crescimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na data comemorativa do 40º aniversário da Suframa, iniciei este pronunciamento evocando a figura do idealizador dessa idéia que hoje é sinônimo de desenvolvimento, o saudoso Deputado Federal Pereira da Silva.

Encerro-o com a visão igualmente voltada para o Parlamento, especialmente ao Senado da República, que, em meio ao calor de intensos debates, jamais negou apoio à consolidação do Pólo Industrial de Manaus.

Em anexo, junto dados históricos sobre a criação da Suframa e de seu idealizador, Pereira da Silva. Também o editorial de edição recente do jornal **A Crítica**, de Manaus, alusiva aos 40 anos da Suframa.

Sr. Presidente, anexo também, com vistas à inserção nos Anais, matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, intitulada “PFL vai ao STF contra incentivos à TV digital”, tendo como subtítulo “Partido considera medidas do PAC inconstitucionais”, da jornalista Christiane Samarco, e matéria do jornal **Correio Braziliense** sob o título “PFL contesta o PAC na Justiça”. O artigo é de Riomar Trindade.

Não usarei o tempo todo de que disponho, mas volto a dizer que tenho absoluta confiança de que chegaremos a um acordo muito tranqüilo, muito pacífico com o PLF.

Em relação à medida provisória que transfere R\$20 milhões para a Bolívia, Senador Edison Lobão, não tenha dúvida de que nós, não somente nós do

PSDB e do PFL, mas também com participação expressiva do PDT do Senador Cristovam Buarque, do PMDB do Senador Pedro Simon, haveremos de reunir maioria aqui para derrubar essa medida provisória, se for esse o entendimento da Casa. Meu entendimento é o de que é uma burla. Não se pode transferir dinheiro para reforma agrária beneficiando brasileiros na Bolívia porque brasileiros, segundo o art. 25 da Constituição boliviana, não podem adquirir terras naquele País. Então, é mais dinheiro de mão beijada para o Sr. Evo Morales. Isso não é papel do nosso Congresso, não é matéria para medida provisória. Isto, sim, deve unir o PFL e o PSDB. Isto, sim, deve unir, não só o PFL e o PSDB, mas também outros segmentos desta Casa que têm a preocupação de aproveitar o tempo útil do Congresso Nacional com foro de absoluta seriedade.

Já a nossa divergência em relação à importância, ou não, da MP nº 352, que trabalha a tecnologia da TV digital, é tão grande que não tem como não ser dirimida. Ou estou completamente errado ou estaria equivocado o PFL. Nós teríamos que, portanto, sentar e afinar a posição. Nunca houve, nesta Casa, um momento sequer em que a divergência perdurasse por muito tempo, porque nós sempre sentamos para conversar, sempre fomos capazes de ceder um para o outro e, às vezes, em situações de difícil posição política, sempre fomos capazes de chegar a esse meio-termo. Portanto, muito confiante no autodiscernimento do PFL e de sua Direção, é que renovo, de maneira bastante sentida, este apelo. Que se abra para o diálogo – sei que fará assim – e se dedique a repensar, porque o PAC tem inocuidades, o PAC tem o defeito de prometer um crescimento que não se realizará, o PAC tem o viés estatista, enfia dinheiro estatal à toa, quando tinha tanta liquidez – já não tem mais tanta – nos mercados internacionais. O PAC tem defeitos reais que devem ser apontados, mas eles não estão na MP nº 352. Ela é virtuosa, é boa para o País, é boa para o meu Estado – isso é essencial para o exercício do meu mandato –, mas ela é boa para uma meia dúzia ou mais de Estados brasileiros, que, certamente, se mobilizarão com a mesma veemência e com o mesmo respeito ao PFL com que faço neste momento.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
DISCURSO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PFL vai ao STF contra incentivos à TV digital

Partido considera medidas do PAC inconstitucionais

Christiano Samarco

BRASÍLIA

O PFL entrou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com ações diretas de inconstitucionalidade (ADins) contra duas medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A decisão foi tomada em reunião da executiva nacional.

Orientados pelos advogados do partido, os dirigentes pefelistas concluíram que são inconstitucionais a MP que propõe a destinação de R\$ 5,2 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao fundo de investimentos em infra-estrutura e a MP que institui um conjunto de medidas fiscais para estimular a produção de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores.

"Isto é uma apropriação indevida do dinheiro que é do trabalhador, sem nenhuma garantia de que os recursos voltarão um dia para o FGTS", protestou o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, informado com o desvio de recursos do FGTS para um outro fundo destinado a financiar obras de infra-estrutura. A executiva pefelista classificou a medida como um confisco da poupança do trabalhador, o que provocou protestos do PT.

"O que o PFL está fazendo, criando confusão e dificultando a aprovação do PAC, é um escárnio", reagiu o líder petista Luiz Sérgio (RJ). "Todos fazem discurso de que o País precisa cres-

cer, mas na prática usam artifícios para impedir este crescimento", completou.

"OPAC é muito mais um programa de retórica do que de desenvolvimento e, se continuarmos crescendo no ritmo atual, vamos levar 75 anos para dobrar a renda per capita", devolveu o líder do PFL na Câmara, Onix Lorenzoni (RS). Ele lembrou que os calotes em fundos públicos são históricos no País e disse que a emenda 32 da Constituição proíbe o governo de promover o sequestro de bens ou poupança popular por meio de medida provisória. Os pefelistas compararam a MP ao ato de tomar o carro de alguém sem pedir emprestado e sem fazer o seguro para usá-lo e garantir que retorne nas mesmas condições em que foi tirado.

A iniciativa de estimular o setor industrial com regimes especiais de incentivo é bem vista

pelos pefelistas, mas a executiva alerta para as ilegalidades que estariam embutidas na MP 352. Lorenzoni reclama do fato de a MP conceder ao governo o poder de regulamentar o ingresso e a exclusão de empresas no regime especial. "Quem garante que não serão beneficiados apenas os amigos do rei?"

Os advogados do partido também apontaram inconstitucionalidade no fato de a medida conferir poder ao Executivo para regulamentar esse regime especial, avançando sobre a prerrogativa do Congresso de legislar. Consideraram, ainda, que a MP fere o princípio da livre iniciativa, previsto no artigo 170 da Constituição, quando interfere na destinação dos recursos economizados com a redução de impostos, à reserva de capital da empresa. ●

INCENTIVO A QUE SE REFERE

INCENTIVO A QUE SE REFERE

PARTIDOS

Direção da legenda alega no STF serem inconstitucionais as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento que tratam do FGTS e do incentivo à tecnologia

PFL contesta o PAC na Justiça

RIOMAR TRINDADE

DA EQUIPE DO CORREIO

A Executiva Nacional do PFL ingressou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra duas medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a principal aposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste início de segundo mandato. Orientada pelos advogados, a direção do partido concluiu que são inconstitucionais as MPs 349 e 352. A primeira destina R\$ 5,2 bilhões do patrimônio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) à criação de um fundo para financiar empreendimentos na área de infra-estrutura, como energia, rodovia, ferrovia, portos e saneamento. A segunda concede incentivos fiscais à área tecnológica.

"Isso é uma apropriação indevida do governo do dinheiro que é do trabalhador sem nenhuma garantia de que os recursos voltarão um dia para o FGTS", esbravejou ontem o presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Ele compara a MP do FGTS ao ato de tomar o carro de alguém sem pedir emprestado, fazer seguro nem garantir a devolução ao dono

nas mesmas condições em que o veículo foi tirado.

Ademar Gonzaga e Roger Leal, advogados do PFL ouvidos pelo Correio, sustentam que as duas medidas provisórias são inconstitucionais por razões diferentes. A transferência de dinheiro do FGTS para um fundo de investimento somente poderia ocorrer por meio de lei complementar. "A inconstitucionalidade da MP 349 é flagrante, porque a Constituição assegura que o dinheiro do FGTS é um direito do trabalhador", diz Gonzaga.

Ele pondera ainda que a MP autoriza o governo a aumentar para 80% do patrimônio líquido do FGTS o montante destinado a esse fundo de investimento em infra-estrutura sem qualquer garantia de retorno. "A MP bloqueia recursos de ativo financeiro de poupança popular, interferindo no direito do trabalhador. A Constituição veda a edição de MP sobre detenção ou seqüestro de ativo popular", acrescenta Leal. Para o advogado, o próprio governo federal informou que se tratava de proposta antiga, portanto sem a urgência invocada para editar uma medida provisória.

A segunda MP — a de número 352 — contestada pelo PFL é

a que institui um conjunto de medidas e incentivos fiscais para estimular o setor de semicondutores, o que atinge a TV digital. Embora o partido tenha considerado a MP positiva do ponto de vista do mérito, os advogados contestam o fato de a MP permitir que o Executivo assumira o poder de fazer regulamentação, avançando sobre a prerrogativa constitucional do Congresso de legislar e produzir normas. "O PFL não é contra os benefícios. O problema é que, ao disciplinar a matéria, a MP usurpa a competência legislativa do Congresso", diz Gonzaga.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem motivos de sobejo para saudar a data de hoje, que marca 40 anos de uma idéia que deu certo e agora é imprescindível para o desenvolvimento do Brasil: a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Tem, sim. Primeiro de tudo, porque a Suframa nasceu da idéia de um Parlamentar, o então Deputado Federal Francisco Pereira da Silva, um brasileiro honrado, natural do então pequeno povoado de Guamaré, no Município de Macau, no Rio Grande do Norte. Ele nasceu em 1890 e, a partir de 1911, adotou a Amazônia como sua nova terra, primeiro no Acre e logo após, em 1924, passou a viver no Amazonas, cumprindo quatro mandatos de Deputado Federal.

Por dever de justiça, ao falar do Pólo Industrial de Manaus, evoquei, com apreço, a figura do seu mais legítimo criador. E rejubilo-me com a íntima ligação dessa idéia com o Parlamento. Aqui, ao longo desse quase meio século, são incontáveis as iniciativas que se seguiram na luta pela consolidação não meramente de um sonho, mas também de uma decisão firme e com a visão dirigida já não apenas para a região amazônica e, sim, para o desenvolvimento do Brasil.

Se a idéia da criação da Suframa cria uma ligação da minha Região com o Rio Grande do Norte, por conseqüência, une a minha região ao Nordeste. Portanto, pensamos Brasil!

É pensando Brasil e em crescimento que hoje é correto afirmar que o Pólo Industrial de Manaus é imprescindível à retomada do tão decantado desenvolvimento da economia brasileira.

O Pólo Industrial de Manaus disse a que veio, ajusta-se à vontade nacional de crescer e para a geração de empregos. As cerca de 450 indústrias do setor eletroeletrônico, de informática e de motos registram sucessivos marcos vitoriosos, com desempenho superior à média de crescimento da economia do País.

Esses setores representaram em 2005 algo como 75% do faturamento do Pólo. Dali saem televisores, equipamentos de DVD e rádios. E representaram 36% do faturamento do PIM, de quase 19 bilhões de dólares naquele ano.

Também é expressivo o resultado da indústria de bens de informática estabelecida no Pólo, onde são produzidos discos rígidos, placas e monitores para computadores, além de telefones celulares, representando esse segmento 21% do faturamento.

Em terceiro lugar e em fase de forte expansão, o chamado setor de duas rodas, de motos, representa

17% da receita alcançada em 2005 pelo Pólo Industrial de Manaus.

Nesta data, pois, há motivos para comemorar esse primeiro quase meio século de atividades do PIM. Afora o faturamento em si de suas unidades fabris, destaco o número de empregos diretos, que chegou a 98 mil.

Segundo registram os dados da Suframa – leio uma análise do economista José Alberto da Costa Machado, da Suframa – o desempenho dos quatro primeiros meses do ano passado sinalizaram novos recordes do Pólo, com faturamento em torno de US\$22 bilhões em 2006, gerando, no mesmo período, 108 mil empregos. Foi o quarto ano consecutivo de crescimento no faturamento.

O desempenho do Pólo Industrial de Manaus permite que se pense, com os pés no chão, em avançar mais. Os produtos que ali são manufaturados levam também a qualidade, nem sempre presente nos itens produzidos em outras áreas do globo.

O Pólo Industrial de Manaus, pode-se afirmar, tem tudo para concorrer, no mercado mundial, com os produtos originários dos chamados tigres asiáticos. É só pensar sério e criar condições para a disputa dos mercados mundiais.

Digo mais, lembrando este momento brasileiro: o Pólo Industrial de Manaus é pré-requisito para qualquer projeto desenvolvimentista ou de crescimento. Crescimento é palavra de ordem neste momento da vida brasileira.

Srs. e Sras. Senadores, na data comemorativa do 40º aniversário da Suframa, iniciei este pronunciamento evocando a figura do idealizador dessa idéia que hoje é sinônimo de desenvolvimento, o saudoso Deputado Federal Pereira da Silva.

Encerro-o com a visão igualmente voltada para o Parlamento, especialmente ao Senado da República, que, em meio ao calor de intensos debates, jamais negou apoio à consolidação do Pólo Industrial de Manaus.

Em anexos, estou juntando dados históricos sobre a criação da Suframa e do seu idealizador, Pereira da Silva. Também o editorial da edição de hoje do jornal **A Crítica**, de Manaus, alusivo aos 40 anos da Suframa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
DISCURSO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

A Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre.

Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário. Instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, englobando uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus. Visando integrar a Amazônia à economia do país, bem como promover sua ocupação e elevar o nível de segurança para manutenção de sua integridade, o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 291 de 28 de fevereiro de 1967, define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre.

Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário. Instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, englobando uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus. Visando integrar a Amazônia à economia do país, bem como promover sua ocupação e elevar o nível de segurança para manutenção de sua integridade, o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 291 de 28 de fevereiro de 1967, define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

O modelo de desenvolvimento da ZFM está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, que propiciaram condições para alavancar um processo de crescimento e desenvolvimento da área incentivada.

Em 15 de agosto de 1968, o Decreto-Lei Nº 356/68 estendeu estes benefícios a toda a Amazônia Ocidental, ou seja, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A dinâmica da ZFM pode ser configurada em 3 fases distintas:

A primeira fase, de 1967 a 1976 constituiu o período de liberdade plena de importações, apresentando as seguintes características:

- predominância da atividade comercial(sem limitação de importação de produtos, exceto armas e munições, fumo, bebidas alcólicas, automóveis de passageiro e perfumes);
- crescimento do fluxo turístico doméstico com consumidores buscando produtos de elevada sofisticação cuja importação estava proibida no restante do país; e,
- estabelecimento de limite para saída de bagagem de passageiro acompanhada.
- expansão do setor terciário;
- início da atividade industrial; e,
- lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial (30/09/68).

A segunda fase estendeu-se até o final de 1990 e teve início com a edição dos Decretos-Leis Nº 1435/75 e 1455/76, que introduziram as seguintes modificações no modelo ZFM:

- Estabelecimento de Índices Mínimos de Nacionalização para produtos Industrializados na ZFM e comercializados nas demais localidades do Território Nacional;
- estabelecimento de limites máximos globais anuais de importação (Contingenciamento);

Essa fase, apesar das limitações impostas, registrou um acentuado crescimento do setor industrial que obteve seu melhor desempenho em 1990, quando atingiu um faturamento de US\$ 8,4 bilhões e geração de 80.000 empregos diretos. Tal desempenho caracterizou-se pelos seguintes fatores:

- acesso a modernas tecnologias;
- substituição de importações, vez que na oportunidade cerca de 2000 produtos estavam proibidos de ingressar no país;
- contribuição para o desenvolvimento, de uma indústria nacional de componentes e outros insumos, localizada no Centro-Sul do País, especialmente em São Paulo.

A terceira fase iniciou-se em 1991, com a chamada Nova Política Industrial e de Comércio Exterior do Governo Federal, promovendo a abertura do mercado Brasileiro às importações. A nova ordem econômica fixou como paradigma a busca da "Qualidade e da Produtividade". A exposição do modelo ZFM à nova ordem, especialmente por conta de produtos estrangeiros que passaram a entrar no mercado nacional e a forte recessão que assolou a economia brasileira, agravando-se em nível local, exigiu profundas modificações na legislação, o que ocorreu através da edição da Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991, estabelecendo medidas, visando sua salvaguarda:

- criação de Regimes de Áreas de Livre Comércio - ALC, priorizando faixas de fronteiras, visando irradiar o modelo ZFM.
- eliminação dos limites máximos globais anuais de importação;
- substituição do critério dos Índices Mínimos de Nacionalização pela prática de Processo Produtivo Básico - PPB;
- desregulamentação de procedimentos; e,
- criação do Entrepósito Internacional da Zona Franca de Manaus - EIZOF.
- Decreto nº 205, de 05/09/91, que trata da eliminação dos limites máximos globais.

As medidas adotadas ensejaram, a partir de 1993, o início da recuperação da ZFM constatando-se progressiva adequação do seu setor industrial, caracterizada por significativa reconversão industrial com redução de custos que propiciaram maior competitividade de seus produtos, a par da elevação dos padrões de qualidade a partir da adoção das Normas Técnicas da série ISO 9000, de cumprimento obrigatório pelo Decreto nº 783 de 25 de março de 1993.

O resultado mais expressivo decorrente da reestruturação efetivada no parque industrial, traduziu-se pelo seu faturamento, que em 1996 foi de US\$ 13,2 bilhões. Presentemente, os desafios consistem na capacidade de aproveitamento da dinâmica que o modelo ZFM imprimiu, visando buscar elementos que possibilitem a auto-sustentabilidade da região. Neste sentido a SUFRAMA direciona suas ações baseadas em algumas premissas:

- fortalecer o parque industrial de Manaus com ponderável base tecnológica, a partir de reforço à cadeia produtiva de subsetores industriais através de incentivos adicionais à produção de componentes que apresentem vantagens competitivas em sua fabricação local;
- fortalecer o projeto Zona Franca, dada sua importância nacional e regional, perseguindo sua auto-sustentação em harmonização com os demais segmentos da indústria brasileira;
- fortalecer o papel da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA nas ações Governamentais objetivando desenvolver a Amazônia Ocidental e promover a integração da Fronteira Norte do País, mediante a implementação de um programa de interiorização que se consolide através de projetos economicamente viáveis, que contemplem o aproveitamento das matérias-primas regionais e da biodiversidade existente na Amazônia. (Extraído do site da Suframa)

:: Biografia do Dr. Francisco Pereira da Silva

O idealizador do projeto Zona Franca de Manaus, Deputado Federal Francisco Pereira da Silva nasceu em 7 de setembro de 1890, no povoado de Guamaré, município de Macau, no Rio Grande do Norte, mudando-se com a família, ainda menino, para a Amazônia.

Iniciou a vida pública ainda no Acre, ainda território federal, onde foi fiscal de renda federais no Alto Juruá, diretor do jornal oficial da Prefeitura Federal de Cruzeiro do Sul, Promotor Público interino e Prefeito Municipal de Tarauacá, no período de 1911 a 1921.

Chegou ao Amazonas em 1924, nomeado Secretário da Chefatura de Polícia, cargo que ocupou por pouco tempo. Em 1930 foi aclamado membro da Junta Governativa Revolucionária do Amazonas e, após a extinção desta, nomeado Secretário Geral do Estado, permanecendo no cargo por dois anos, isto é, até 1932,

quando entrou em divergência com o Governo do Estado, na fase intervencionista transferindo-se para o Rio de Janeiro, exercendo a advocacia.

Começou a vida parlamentar em 1º de fevereiro de 1946, quando apresentou o Projeto de Lei que tomou o nº 33/46, criando o Departamento Nacional da Amazônia, órgão administrativo que daria execução ao disposto no artigo 199 da Constituição vigente na época e seu parágrafo único, sendo essa a primeira proposição ao Congresso Nacional visando dar realidade ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

No final do mandato, em 1950, encaminha à Câmara o projeto de criação de um Porto do Franco em Manaus que recebe o nº.1.310.

Em 1953, sem mandato, foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, membro da Comissão de Planejamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, supervisionando e dando fundamentação aos programas relativos ao desenvolvimento cultural da região. Assim, cooperou na elaboração do primeiro Plano Quinquenal da Amazônia, enviado ao Presidente da República em, 1954, para ser submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Em 1955, volta à Câmara, eleito Deputado Federal e retoma o projeto do Porto Franco que é distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, Comunicações, e de Obras Públicas e Finanças, recebendo emendas do Relator, engenheiro Maurício Jopper, que justificou dever ser criada, na forma desejada pelo autor, não um Porto Franco e sim uma Zona Franca, que mais amplamente atenderia aos objetivos da proposição. Pereira da Silva aceitou a emenda e o projeto foi aprovado por unanimidade, na Comissão de Finanças. Remetido ao Senado, teve como relator o senador amazonense Cunha Melo, que também obteve aprovação unânime. Em 6 de junho de 1957 a lei nº 3.173, foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, criando uma Zona Franca na cidade de Manaus. O deputado foi o primeiro superintendente da Zona Franca empossado em 19 de abril de 1960, ficando no cargo até 14 de setembro do mesmo ano.

Dez anos depois, esse projeto foi reformulado e ampliado, transformando-se no modelo Zona Franca de Manaus pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, criando também a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa. Pereira da Silva cumpriu 4 legislaturas como Deputado Federal pelo Amazonas, sempre defendendo projetos sócio-econômicos relevantes para a região.

Faleceu em 10 de setembro de 1973, aos 83 anos, em Manaus, sendo sepultado no Cemitério São João Batista, túmulo nº 1, quadra 15.



Opinião

ZFM, 40 anos depois

— INACIAR TORRES

A Zona Franca de Manaus completa, hoje, 40 anos. E vigorosa. Os números relativos ao emprego e ao faturamento sugerem isso. Nos dois últimos anos, acompanhando os bons ventos que sopraram na economia nacional, esse modelo de desenvolvimento regional saltou de um faturamento de US\$ 16 bilhões (2005) para US\$ 22.8 bilhões (2006).

Nesse mesmo período, o volume de empregos gerados pelas mais de 450 empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus chegou a 100 mil, uma prova incontestável de que o modelo, ao menos na sua vertente industrial - na agropecuária, não podemos dizer o mesmo e no comércio importador, o apogeu já passou - aqui vem dando certo, em que pese às intrigas patrocinadas por políticos cuja postura está afinada com os interesses dos empresários do Sul.

Afinal, sempre foi mais cômodo para eles relegarem as regiões Norte e Nordeste ao segundo plano das articulações político-desenvolvimentistas do País. Não custa lembrar, mas foi ainda no Plano de Metas do então presidente Juscelino Kubitschek que o deputado federal amazonense Francisco Pereira da Silva, tocado pela pobreza do Estado, após o fausto gerado pela borracha, conseguiu aprovar a Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, criando a ZFM, cuja efetivação só viria a ocorrer com o Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, como um instrumento importante da Operação Amazônia, que tinha como lema "Integrar para não Entregar".

Este, aliás, o grande paradoxo do modelo, pois o que ele fez, efetivamente, foi atrair para a Região empresas multinacionais. Admitam ou não os chauvinistas. Por outro lado, a principal falha da ZFM, por assim dizer, diz respeito à excessiva concentração, em Manaus, dos efeitos decorrentes dos negócios realizados pelas empresas incentivadas. Daí porque as populações interioranas, nos últimos 40 anos, por certo que não se sentiram estimuladas a estourar nenhum balão, tampouco a apagar vela por conta da data de hoje.

O que é lamentável, pois isso revela que a classe político-empresarial amazonense ainda não assimilou - como deveria - a amarga lição decorrente do debacle da borracha. Pelo contrário, nesse momento, aposta todas suas fichas na TV Digital, ignorando, em certa medida, que o mais coerente e socialmente produtivo seria aproveitar os conhecimentos tecnológicos e os recursos financeiros obtidos com as empresas do PIM, para potencializar as nossas riquezas naturais. Mas com programas sérios.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A seguir, falará o Senador Mão Santa, por ordem de inscrição.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo falar hoje sobre um tema que há de interessar a todos os brasileiros por tudo quanto ele representa para a economia e para a geração de empregos neste País.

Refiro-me à recente Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que veio corrigir uma grave injustiça que há muito se perpetrava contra esses estabelecimentos. Abriu novas perspectivas para esse importantíssimo segmento do setor produtivo, ao qual se pode atribuir boa parte do desempenho da economia nacional. Contudo, não logrou beneficiar, indistinta e igualmente, todos os ramos de atividade desse importante segmento econômico e social do País.

Refiro-me especificamente ao tratamento discriminatório dispensado às micro e pequenas empresas de prestação de serviços de natureza intelectual, técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, às quais o ingresso no sistema tributário favorecido foi vedado expressamente no art. 17, inciso XI, do diploma legal em questão.

A essa discriminação soma-se uma arbitrariedade injustificável do Fisco, eis que os auditores fiscais, numa atitude de verdadeira sanha arrecadatória simplesmente têm ignorado o caráter especial de regime jurídico dessas empresas de prestação de serviços para aplicar-lhes uma tributação inadequada, como se pessoas físicas elas fossem.

É importante recordar que a constituição dessas empresas obedece a todos os dispositivos legais, e mais: sua condição de pessoa jurídica deveria ser não apenas amparada, mas também incentivada pelas autoridades constituídas, especialmente no nosso País, onde o mercado informal, que não contribui para o Erário, assume proporções gigantescas.

Essa atitude do Fisco tem gerado reações indignadas de representantes do setor produtivo, como a do Presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nese, que é também Vice-Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo. Em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, o citado dirigente denuncia o caos tributário que se instalou no País e pondera:

(...) o País assiste a uma contraditória situação: pessoas jurídicas regularmente constituídas, cujas ati-

vidades se pautam pela legislação vigente, que são reconhecidas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, repentinamente deixam de ser o que são, vêem-se desconsideradas como entidade civil e têm suas relações contratuais e comerciais descaracterizadas pela Administração Pública Federal.

O objetivo desse comportamento por parte do Fisco é prontamente indicado por Luigi Nese. Diz ele:

O ímpeto dessa mobilização consiste em preterir o regime jurídico próprio das empresas e transformar o contribuinte pessoa jurídica em pessoa física e o prestador de serviços em empregado da empresa contratante para, nessa condição, gerar maiores receitas exigidas pela voracidade fiscal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vimos que as micro e pequenas empresas de prestação de serviços têm sido duplamente injustiçadas: primeiramente, discriminadas pela Lei Geral, tiveram vedado o ingresso no sistema tributário que privilegia outros ramos de atividade; e também, desta feita, arbitrariamente, pela atitude da administração tributária, que insiste em ignorar a legalidade dessas organizações.

Nada obstante, não se pode negar que a citada lei é benéfica para a grande maioria dos pequenos empreendedores, cujo papel na geração de emprego e de renda merece grande destaque. Além de proporcionar a esse segmento uma significativa redução da carga tributária, a lei em questão tem o mérito de simplificar os trâmites burocráticos para a abertura de novos empreendimentos e para o funcionamento daqueles já existentes.

É importante destacar a contribuição desse segmento para o crescimento da nossa economia e para a alavancagem do nosso desenvolvimento.

Dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae – revelam que esses empreendimentos representam nada menos que 98% do total das empresas instaladas no País; que respondem por 20% do Produto Interno Bruto; que contribuem com 28% do faturamento global; e que empregam – attem bem as Sr^{as} e os Srs. Senadores –, as micro e pequenas empresas, 59% de toda a mão-de-obra das empresas brasileiras.

Entre 1995 e 2000, de acordo com o Sebrae, enquanto as médias e grandes empresas criaram 88 mil empregos diretos, as micro e pequenas empresas geraram 1,9 milhão de empregos.

Estudo desenvolvido por técnicos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário revela que essa contribuição poderia ser ainda maior não fossem a excessiva burocracia e a avidez arrecadatória, da parte da máquina governamental, e a falta de um planejamento mais consistente, da parte dos empreendedores.

Como resultado, uma grande parcela desses empreendimentos fecha suas portas precocemente; nada menos que 36% das micro e pequenas empresas são fechadas antes mesmo de completar um ano de existência.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Edison Lobão, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De minha parte, não há problema algum, mas há uma decisão da Mesa de que, nesse período, não seria permitido aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Edison Lobão, eu havia pedido o aparte e não me apercebi que V. Ex^a estava usando a palavra pela Liderança. Em cumprimento ao Regimento, quero pedir desculpas e me privar dessa oportunidade.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Exatamente. Haveremos de respeitar os dispositivos constitucionais.

Muito obrigado a V. Ex^a.

“As microempresas têm fundamental importância no ambiente econômico brasileiro” – afirmam os técnicos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Citando levantamento do Ministério do Desenvolvimento, que estima haver em nosso País cerca de 9,5 milhões de microempresas atuando na informalidade, ou seja, duas para cada empresa legalmente constituída, os pesquisadores concluem que a contribuição desse segmento poderia ser ainda mais representativa. Esse alto índice de informalidade e a baixa sobrevivência das firmas juridicamente constituídas devem-se, principalmente, à falta de capital de giro e ao peso da carga tributária, conforme salientam os pesquisadores.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela contribuição que dão à economia nacional e pelo potencial que têm de contribuir ainda mais decisivamente, é justo que essas organizações usufruam dos benefícios previstos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Ressalte-se que essa não é a primeira vez que o Poder Público procura dar tratamento diferenciado a esse segmento, como também não é a primeira vez que se busca dar um pouco mais de clareza e ordem ao cipoal burocrático que transtorna a vida das empresas em nosso País.

A dificuldade na obtenção de empréstimos, a burocracia interminável e demoníaca, a elevada carga tributária, entre outros, são fatores que, não raro, comprometem o desempenho das empresas e até as inviabilizam. Se até mesmo as grandes organizações têm dificuldades para superar esses entraves, imaginem a via-crúcis dos pequenos empreendedores para abrir uma firma ou para cumprir as exigências tributárias

num País em que são criadas 36 normas tributárias, em média, a cada dia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Neste País, repito, criam-se 36 normas tributárias por dia. Não há quem consiga acompanhar tal orgia tributária que afeta tão gravemente as empresas brasileiras.

Em matéria publicada no ano passado, a revista **IstoÉ** revelou que, em 2004, as empresas brasileiras gastaram nada menos que R\$20 bilhões para cumprir a burocracia exigida pelas autoridades tributárias com o pagamento de 61 impostos, taxas e contribuições, nos três níveis de Governo.

Enquanto isso, várias nações do mundo adotam o sistema do imposto único, e temos 61 impostos e tributos.

“O gasto dessas empresas com o Fisco, calculado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, com base em amostras de firmas do setor formal, representa cerca de 5% do total da arrecadação federal em 2004 e 40% do superávit primário que o Governo fez para pagar juros de sua dívida.”

Havia, por assim dizer, um certo consenso sobre a necessidade de dispensar melhor tratamento ao pequeno empresariado brasileiro. Eu mesmo me orgulho, Sr. Presidente, de ter abraçado esta causa.

Lembro-me, entre outros fatos, de que, há um ano, precisamente nesta tribuna, denunciei o perverso mosaico de protocolos, certidões e formalismos cartoriais que praticamente impossibilitam a abertura de uma empresa. Alertei as autoridades competentes na ocasião para o fato de que estruturas anacrônicas, em vez de dinamizar as pequenas empresas, sufocam o seu desenvolvimento. Demonstrei também que a combinação de uma carga tributária insana e taxa de juros escorchantes poderiam pôr a perder o empreendimento e a pujança do nosso empresariado.

Diante de condições tão adversas, repito, a lei das micro e pequenas empresas são recebidas com entusiasmo pelos pequenos empresários, ainda que a parte relativa aos índices tributários só venham a ter vigência a partir de julho.

Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento advertindo o País. Uma de duas: ou tomamos uma decisão que seja capaz de simplificar todo esse processo burocrático que tanto afeta as micro e pequenas empresas e também as grandes; ou estaremos condenados a continuar patinando no concerto das nações no que diz respeito à economia e ao progresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EDISON LOBÃO.**

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a recente Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas veio corrigir uma grave injustiça que há muito se perpetrava contra esses estabelecimentos. Abriu novas perspectivas para esse importantíssimo segmento do setor produtivo, ao qual se pode atribuir boa parte do desempenho da economia nacional. Contudo, não logrou beneficiar, indistinta e igualmente, todos os ramos de atividade desse importante segmento. Refiro-me especificamente ao tratamento discriminatório dispensado às micro e pequenas empresas de prestação de serviços de natureza intelectual, técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, às quais o ingresso no sistema tributário favorecido foi vedado expressamente no art. 17, inciso XI, do diploma legal em questão.

A essa discriminação, soma-se uma arbitrariedade injustificável do Fisco: eis que os auditores fiscais, numa atitude de verdadeira sanha arrecadatória, simplesmente têm ignorado o caráter especial de regime jurídico dessas empresas de prestação de serviços para aplicar-lhes uma tributação inadequada, como se pessoas físicas fossem. É importante recordar que a constituição dessas empresas obedece a todos os dispositivos legais, e mais: sua condição de pessoa jurídica deveria ser não apenas amparada, mas também incentivada pelas autoridades constituídas, especialmente no nosso País, onde o mercado informal, que não contribui para o Erário, assume proporções gigantescas.

Essa atitude do Fisco tem gerado reações indignadas de representantes do setor produtivo, como do presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nesse, que é também vice-presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo. Em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em 15 de dezembro último – ou seja, imediatamente após a sanção da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – o citado dirigente denuncia o caos tributário que se instalou no País e pondera: “(...) o País assiste a uma contraditória situação: pessoas jurídicas regularmente constituídas, cujas atividades se pautam pela legislação vigente, que são reconhecidas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, repentinamente deixam de ser o que são, vêem-se desconsideradas como entidade civil e têm suas relações contratuais e comerciais descaracterizadas pela administração pública federal”.

O objetivo desse comportamento por parte do Fisco é prontamente indicado por Luigi Nesse: “O ímpeto dessa mobilização consiste em preterir o regime

jurídico próprio das empresas e transformar o contribuinte pessoa jurídica em pessoa física e o prestador de serviços em empregado da empresa contratante, para, nessa condição – esclarece – gerar maiores receitas exigidas pela voracidade fiscal”.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vimos que as micro e pequenas empresas de prestação de serviços têm sido duplamente injustiçadas: primeiramente, discriminadas pela Lei Geral, tiveram vedado o ingresso no sistema tributário que privilegia outros ramos de atividade; e também, desta feita arbitrariamente, pela atitude da administração tributária, que insiste em ignorar a legalidade dessas organizações.

Nada obstante, não se pode negar que a citada lei é benéfica para a grande maioria dos pequenos empreendedores, cujo papel na geração de emprego e de renda merece grande destaque. Além de proporcionar a esse segmento uma significativa redução da carga tributária, a Lei em questão tem o mérito de simplificar os trâmites burocráticos para a abertura de novos empreendimentos e para o funcionamento daqueles já existentes.

É importante destacar, Sr. Presidente, a contribuição desse segmento para o crescimento da nossa economia e para a alavancagem do nosso desenvolvimento.

Dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – revelam que esses empreendimentos representam nada menos que 98% do total das empresas instaladas no País; que respondem por 20% do Produto Interno Bruto; que contribuem com 28% do faturamento global; e que empregam 59% de toda a mão-de-obra das empresas brasileiras. Entre 1995 e 2000, de acordo com o SEBRAE, enquanto as médias e grandes empresas criaram 88 mil empregos diretos, as micro e pequenas empresas geraram 1 milhão e 900 mil vagas.

Estudo desenvolvido por técnicos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário revela que essa contribuição poderia ser ainda maior, não fossem a excessiva burocracia e a avidez arrecadatória, da parte da máquina governamental, e a falta de um planejamento mais consistente, da parte dos empreendedores. Como resultado, uma grande parcela desses empreendimentos fecha suas portas precocemente: nada menos que 36% das micro e pequenas empresas são fechadas antes mesmo de completar um ano de existência.

“As microempresas têm fundamental importância no ambiente econômico brasileiro”, afirmam os técnicos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Citando levantamento do Ministério do Desenvolvimento, que estima haver em nosso País cerca de 9 e meio milhões de microempresas atuando na informalidade, ou

seja, duas para cada empresa legalmente constituída, os pesquisadores concluem que a contribuição desse segmento poderia ser ainda mais representativa. Esse alto índice de informalidade e a baixa sobrevivência das firmas juridicamente constituídas devem-se, principalmente, à falta de capital de giro e ao peso da carga tributária, conforme salientam os pesquisadores.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pela contribuição que dão à economia nacional, e pelo potencial que têm de contribuir ainda mais decisivamente, é justo que essas organizações usufruam dos benefícios previstos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Ressalte-se que essa não é a primeira vez que o Poder Público procura dar tratamento diferenciado a esse segmento, como também não é a primeira vez que se busca dar um pouco mais de clareza e ordem ao cipoal burocrático que transtorna a vida das empresas.

A dificuldade na obtenção de empréstimos, a burocracia interminável, a elevada carga tributária, entre outros, são fatores que não raro comprometem o desempenho das empresas e até as inviabilizam. Se até mesmo as grandes organizações têm dificuldades para superar esses entraves, imaginem, Sras. e Srs. Senadores, a via-crúcis dos pequenos empreendedores para abrir uma firma ou para cumprir as exigências tributárias num País em que são criadas 36 normas tributárias, em média, a cada dia: quatro do Governo Federal, 11 dos Estados Federados e 21 dos mais de cinco mil municípios brasileiros.

Em matéria publicada no ano passado, a revista **IstoÉ** revelou que em 2004 as empresas brasileiras gastaram nada menos que R\$20 bilhões para cumprir a burocracia exigida pelas autoridades tributárias com o pagamento de 61 impostos, taxas e contribuições nos três níveis de governo. “O gasto das empresas com o fisco, calculado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário com base em amostras de firmas do setor formal – informa o periódico –, representa cerca de 5% do total da arrecadação federal em 2004 e 40% do superávit primário que o Governo fez para pagar juros de sua dívida”.

Havia, por assim dizer, um certo consenso sobre a necessidade de dispensar melhor tratamento ao pequeno empresariado brasileiro, e eu mesmo me orgulho, Sr. Presidente, de ter abraçado essa causa. Lembro-me, entre outros fatos, de que há um ano, precisamente nesta tribuna, denunciei o perverso mosaico de protocolos, certidões e formalismos cartoriais que praticamente impossibilitam a abertura de uma

empresa; alertei as autoridades competentes, na ocasião, para o fato de que as estruturas anacrônicas, ao invés de dinamizar as pequenas empresas, sufocavam o seu desenvolvimento, e demonstrei, também, que a combinação de uma carga tributária insana e taxas de juros escorchantes poderiam pôr a perder o empreendedorismo e a pujança do nosso empresariado.

Diante de condições tão adversas, repito, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas é recebida com entusiasmo pelos pequenos empresários, ainda que a parte relativa aos itens tributários só venha a ter vigência a partir de julho. De acordo com o Sebrae, a lei representa menos burocracia, menos impostos e mais oportunidade para as microempresas, definidas como detentoras de um faturamento bruto anual de até R\$240 mil; e para as pequenas empresas, com faturamento anual de até R\$2,400 milhões.

Ao criar, em seu capítulo tributário, o Simples Nacional, em substituição ao Simples vigente, a lei engloba tributos federais, estaduais e municipais e reduz a carga tributária em aproximadamente 20%, para aqueles que já são optantes do Simples; e em até 45%, para aqueles que ainda não são optantes. Trata-se, sem dúvida, de um instrumento poderoso para impulsionar as atividades de um segmento cuja contribuição para a economia nacional somente agora vem sendo reconhecida.

A falha lamentável da Lei foi a de aceitar fossem discriminadas categorias que, sem dúvida nenhuma, colocam-se no setor das micros. As pequenas empresas de prestação de serviços, por exemplo, têm sido duplamente injustiçadas: primeiramente, discriminadas pela Lei Geral, tiveram vedado o ingresso no sistema tributário que privilegia outros ramos de atividade; e também, desta feita arbitrariamente, pela atitude da administração tributária, que insiste em ignorar a legalidade dessas organizações.

Resta-nos confiar na sensibilidade das autoridades tributárias, certos de que reverão sua posição no que concerne às micro e pequenas empresas de prestação de serviços, para que elas possam exercer suas atividades regularmente, contribuindo para os cofres públicos e gerando emprego e renda. E, assim enquadradas, nada mais se fará senão observar o princípio constitucional que garante a todas elas o tratamento isonômico a que têm direito.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Respeitando a seqüência já combinada com a Mesa, falará agora um orador inscrito, e V. Ex^a, em seguida, falará como Líder.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho, por permuta realizada com o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr^{as} e Srs. Senadores, o Banco do Brasil não representa apenas mais um marco institucional na nossa história. Bem além disso, trata-se de um exemplo de sucesso da empreitada desenvolvimentista do Estado brasileiro. Nada mais, nada menos, nesta semana, a imprensa informa que o Banco registrou lucro líquido de R\$6 bilhões em 2006, o que corresponde a um crescimento de 45,5% em relação ao mesmo período de 2005. Resumindo, a instituição brasileira mais confiável de nosso sistema financeiro está pronta para colaborar com as metas de crescimento do Presidente Lula.

Segundo dados divulgados nesta semana, os ativos totais do Banco somam R\$296,36 bilhões, e o número de clientes cresceu para 24,4 milhões, números que mantêm a instituição com o **status** de maior estabelecimento bancário do Brasil. Não por acaso, a expansão territorial de suas atividades tem desencadeado avanço significativo na área de negócios internacionais. E é a essa área internacional que vou me prender mais.

Na verdade, a Gerência de Negócios Internacionais do Banco do Brasil desempenha papel crucial no desenvolvimento de Estados da Federação com fronteiras internacionais. Tal é o caso de Roraima, por cujo território transitam mercadorias e moedas venezuelanas em escala progressiva.

Não menos importante, vale frisar que o intercâmbio de bens e valores entre Brasil e Venezuela tende a

crescer à medida que o Mercosul intensifica o comércio multilateral entre seus membros. Sinal disso é que as exportações brasileiras para parceiros do Mercosul cresceram quase 21% entre 2005 e 2006.

Mais especificamente, a Venezuela, desde seu ingresso no Mercosul em 2006, tem reforçado boa parte de seu comércio exterior com parceiros da América Latina. No caso da balança comercial brasileira, o país chefiado por Hugo Chávez já ocupa a décima posição na lista dos países que mais importam nossos produtos, na frente da Rússia e da Bélgica.

Sem dúvida, as compras venezuelanas de nossas mercadorias variaram positivamente entre 2005 e 2006 na faixa de 62%. Aproveitando os bons ventos, o Estado de Roraima aposta no incremento desse intercâmbio comercial, saudando a inauguração da nova Gerência de Negócios do Banco do Brasil em Boa Vista.

Sr. Presidente Paulo Paim, em que pese a ainda frágil posição de meu Estado no *ranking* federativo das exportações, a expectativa é de que, até o final do segundo mandato do Presidente Lula, o panorama sofra drásticas alterações em favor de Roraima. De fato, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a contribuição roraimense cobriu apenas 0,01% do cômputo nacional das exportações. Em números, o meu Estado exportou US\$15 milhões ao longo de todo o ano de 2006.

No entanto, se for levado em consideração o percentual de variação de 2005 e 2006, Roraima parece ter extrapolado de longe o ritmo expansionista que embalou as exportações brasileiras no último ano. Senador Mozarildo Cavalcanti, enquanto o Brasil acusou um crescimento de 17% em 2006, Roraima registrou uma explosão exportadora da ordem de 82,5%, de acordo com os dados do mesmo Ministério do Comércio Exterior.

O Banco do Brasil tem indicado o caminho certo para as empresas roraimenses que pretendem ingressar no mercado internacional. Seu excelente serviço de consultoria disponibiliza aos clientes toda a experiência e credibilidade da instituição nas áreas técnica, operacional e financeira do comércio exterior. Além de acompanhar empresário e empresa meticulosamente em todas as fases da operação internacional, repassa informações precisas que multiplicam as oportunidades de negócios para o meu Estado.

A consultoria do Banco do Brasil oferece ao exportador/importador interessado um determinado leque de serviços, para a execução do qual estudos são

realizados de acordo com as necessidades de cada cliente, de cada negócio. Em primeiro lugar, instruções pormenorizadas sobre registros no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) são transmitidas aos clientes, de modo a melhor reunir documentação relacionada a cadastro de empresa, registro declaratório eletrônico e cadastramento no IED (Investimentos Externos Diretos).

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Senador Augusto Botelho, quando V. Ex^a julgar conveniente, eu gostaria de fazer um aparte.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Concedo agora o aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Senador Augusto Botelho, o pronunciamento que V. Ex^a faz é muito importante. A presença pura e simples do Banco do Brasil em Roraima já é muito importante para o nosso Estado. Aliás, foi o primeiro banco que lá se instalou, quando ainda éramos Território Federal, e vem prestando um serviço muito relevante à comunidade de Roraima. Mas sua Carteira de Comércio Exterior, de Comércio Internacional esteve recentemente ameaçada de ser extinta e transferida para Manaus. V. Ex^a e eu fomos procurados pela Federação do Comércio de Roraima. Pediram-nos para fazermos articulações perante o Banco do Brasil no sentido de demovê-lo de tomar essa atitude. Felizmente, o Banco do Brasil nos respondeu que não havia essa possibilidade; ao contrário, havia o interesse de que fosse estimulada. Realmente, os números que V. Ex^a citou demonstram que a Venezuela tem um bom comércio com o Brasil. Aliás, compra mais do que vende para nós, mas, infelizmente, Senador Augusto Botelho, os produtos passam por cima de Roraima ou pelo mar. Nós, que estamos encaixados na Venezuela, vendemos muito pouco para esse país e compramos muito pouco. Por quê? Primeiro, talvez porque não tenhamos um grande mercado comprador; mas poderíamos comprar muito mais. A importação do combustível, por exemplo, pleiteamos há muito tempo, e o Governo Federal não autoriza porque não quer dispensar ou reduzir o imposto de importação sobre esse produto, o que é fundamental para melhorar o desempenho da economia do Estado de Roraima. O cimento e o ferro nós compramos do Sul do Brasil ou, no mínimo, do Amazonas, que está a 800 km de Roraima. Muitas coisas ocorrem por causa da burocracia centralizadora do Brasil, que faz com que tudo ocorra no Governo Federal, emperrando o nosso

Estado. Precisamos mudar esse modelo federativo e brigar para que Roraima seja, de fato, inserida em um contexto de aproximação fronteiriça e para que haja um comércio maior entre o Brasil e a Venezuela. O Presidente Hugo Chávez quer isso, mas infelizmente, o Presidente Lula, que já foi à Venezuela várias vezes, vai à Guiana amanhã, já foi ao Suriname, está bicorando. Ele vai por fora, mas não vai a Roraima, não foi nem na campanha. Ele parece que não gosta de Roraima. Portanto, aproveito para pedir a V. Ex^a, que é do PT, que diga ao Presidente Lula para dar uma olhada nos papéis que já estão na mesa dele, ou na mesa da Ministra Dilma Rousseff, pois todos os outros Ministros já conversaram a respeito da importação de combustível, da dispensa de visto de passaporte, da abertura da fronteira 24 horas, da quebra de barreiras para a exportação de madeira e de outros produtos que podemos exportar para a Venezuela, que quer comprar, bom como a soja. É preciso que o Governo Federal, que o Presidente e seus Ministros deixem de fazer de conta com esses números que dizem respeito ao Brasil e à Venezuela. E Roraima não é Brasil? Roraima não é a parte do Brasil que está realmente encostada e dentro da Venezuela? Então, temos que brigar. Nós dois, que somos representantes de Roraima nesta Casa, temos que cobrar isso. V. Ex^a, que está do lado do Governo, e eu, que sou oposição ao Governo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Realmente, a energia elétrica de Roraima vem da Venezuela, da estação de Guri. Há sobra de energia elétrica no Estado, mais de cem megawatts que podem ser utilizados em indústrias. A melhor estrada de Roraima é a que liga Boa Vista à Venezuela. A que liga ao Brasil sempre está com problemas em razão das chuvas, mas a da Venezuela é melhor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O que me surpreendeu foi V. Ex^a dizer que era do PT, porque V. Ex^a não tem perfil de PT. Primeiro, médico: R\$2,50 a consulta, anestesia, procedimento a R\$9,00 para reduzir uma traumatologia, um braço quebrado. Parto cesariano, R\$100,00. Duzentos e sessenta e oito hospitais falidos por essa política do SUS. Mas acho o seguinte: seu Estado é muito privilegiado, e eu o conheço, sou orgulhoso de ter sido condecorado com a maior

comenda de Roraima pelo Deputado Neudo, brilhante homem, engenheiro de grande visão, muito respeitado por Fernando Henrique Cardoso quando era Presidente da República. Primeiro os representantes aqui: V. Ex^a, que agora está no PT, e Mozarildo – olha, a Amazônia deveria ser um país, e o Mozarildo é forte candidato a ser Presidente dele. Mas eu queria dizer do privilégio da capital Boa Vista. Vocês têm a gasolina mais barata do mundo. Vocês cruzam a fronteira de carro e enchem um tanque com R\$5,00. Abençoado seja o Presidente Chávez! Vocês não podem reclamar: custa R\$5,00 o tanque de gasolina. Eles vão de carro, e é tanta gente indo que um prefeito colocou uma lei – Senador Paim, V. Ex^a precisa saber das coisas –, determinando que só se pode colocar trinta litros para brasileiro – aí tem o tráfico com os menininhos, que vão comprar em lata e completam o tanque. Mas isso é para V. Ex^{as} verem que o Presidente da República tem de ver esse disparate que ocorre em Boa Vista, o preço do combustível. Brasileiras e brasileiros, quem estiver num posto de gasolina agora: o tanque do carro de habitantes brasileiros de Roraima é abastecido na Venezuela por R\$5,00.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa. Realmente, é gritante a diferença de preço de gasolina a 200 km da nossa capital. Espero que o País entenda e que permita que importemos gasolina a um preço menor, para, inclusive, melhorar o desenvolvimento do Estado, baixando o preço dos combustíveis. Na produção de arroz irrigado de Roraima, principal atividade econômica, os motores que funcionam são a diesel. A energia elétrica não chegou na área dos arrozeiros ainda, mas, quando chegar, vamos economizar mais energia.

O Banco do Brasil dispõe de uma carteira especial aos exportadores denominada de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), que consiste numa antecipação de recursos em moeda nacional ao exportador por conta de uma exportação a ser realizada no futuro. Outra modalidade de operações é o Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), cujo objetivo se define por uma antecipação de recursos em moeda nacional ao exportador, após o embarque da mercadoria para o exterior, mediante a transferência ao Banco do Brasil dos direitos sobre a venda a prazo.

Meu Estado é pobre, não temos muito capital, então são coisas que, realmente, têm melhorado o perfil exportador de Roraima.

Em suma, ambas as carteiras se destinam a prover recursos antecipados ao exportador, para completar as diversas fases do processo de produção e comercialização da mercadoria a ser exportada. Para o cliente, as vantagens são incontáveis, estendendo-se desde a obtenção de recursos para produzir os bens destinados à exportação a um custo financeiro reduzido, até a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Mozarildo, Senador Simon, Senador Efraim, diante do exposto, transparente se torna a missão daquela gerência em fomentar nossas exportações. Não coincidentemente, o Banco do Brasil acaba de reduzir as taxas de juros na linha de crédito do Proger Exportação. Os encargos, que variavam de 5,33% a 5,90% ao ano, agora estão em 5,15% a 5,65% ao ano, mais a TLJP, facilitando em muito os negócios nessa área.

Na mesma linha de alvissareiras notícias, o Banco do Brasil desembolsou cerca de US\$247 milhões no mês de janeiro de 2006, em operações de pré-pagamento de exportações, modalidade que antecipa receitas futuras decorrentes de contratos firmados no mercado externo. O banco encerrou 2006 com saldo de US\$2,1 bilhões nas operações. Extraordinariamente, o volume representa um crescimento de 82,6% em relação ao mesmo período do ano anterior e supera o índice de crescimento das exportações brasileiras, que alcançou a marca de 16,2% em 2006.

O Banco do Brasil atribuiu o forte crescimento de seu lucro ao crescimento de 30,8% da carteira de crédito no ano passado, um resultado acima da média das instituições financeiras instaladas no País, que foi de 20,8%. A carteira de crédito alcançou R\$133,2 bilhões.

Mais que isso, mesmo com o crescimento da carteira, as autoridades do Banco do Brasil declararam que se reduziu o índice de inadimplência, em tendência oposta à observada no sistema financeiro em geral. As pessoas passaram a pagar melhor os créditos do Banco do Brasil. Os pagamentos com atraso superior a sessenta dias caíram de 4% para 2,9%.

Outro ponto a observar é que o Banco também acusa crescimento da ordem de 16,2% em suas receitas com prestações de serviços no ano passado, enquanto a alta de despesas administrativas foi de apenas 4,6%.

O retorno sobre o patrimônio líquido do Banco do Brasil – indicador mais usado para medir a rentabilidade

de de uma instituição financeira – alcançou 32,1% e também superou a média brasileira. O lucro do banco permitiu a distribuição de R\$2,4 bilhões aos acionistas – R\$1 bilhão em dividendos e R\$1,4 bilhão na forma de juros sobre o capital próprio. Apenas no quarto trimestre do ano passado, o Banco do Brasil teve um lucro de R\$1,2 bilhão, uma alta de 69,4%.

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de, mais uma vez, enaltecer o trabalho histórico do Banco do Brasil, redundando em mais um ano financeiro coroado de êxito. Especificamente, dedico um especial elogio aos trabalhos executados pela Gerência de Negócios Internacionais daquela instituição, na convicção de que, em Roraima, sua intervenção em nossa economia exportadora será de uma relevância desenvolvimentista inestimável. Fico feliz em saber também que a nossa gerência não será transferida para Manaus.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Muito obrigado também ao Senador Mão Santa por ter-me cedido a sua vez.

Durante o discurso do Sr. Augusto Bote-lho, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti como Líder.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, hoje quero usar este tempo para registrar o aniversário de uma pessoa que considero um exemplo de vida, de vida dedicada à solidariedade, a fazer o bem ao próximo, a realmente se preocupar em cuidar das pessoas que precisam, de alguma forma, de uma palavra, de um gesto de apoio e de amizade. Essa pessoa é Paiva Netto, que dirige a Legião da Boa Vontade e hoje está completando 66 anos de idade.

Nascido em 2 de março de 1941, na cidade do Rio de Janeiro, o escritor, jornalista, radialista, compositor, poeta e Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Netto, é membro militante da Associação Brasileira de Imprensa, da Federação Nacional dos Jornalistas, da Academia de Letras do Brasil Central, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Escritores

do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro e da União Brasileira de Compositores.

Sua infância e juventude foram marcadas por uma preocupação incomum com temas filosóficos, espirituais, sociais, políticos, científicos e econômicos e por um profundo senso de auxílio aos necessitados.

Estudou no tradicional Colégio Pedro II, na capital fluminense, do qual recebeu o título de Aluno Eminente, sendo homenageado com placa de bronze na sede desse conceituado Colégio-Padrão. Em 1956, ainda jovem, iniciou sua jornada vitoriosa ao lado do famoso Fundador da Instituição LBV, o pensador, jornalista, radialista e escritor brasileiro Alziro Zarur. Foi um de seus principais assessores durante quase um quarto de século. Para se dedicar totalmente à LBV, abandonou sua vocação para a Medicina e, mais tarde, tornou-se Secretário-Geral da Legião da Boa Vontade (cargo equivalente ao de Vice-Presidente) e, com o falecimento de Zarur, sucedeu-o.

Preside a Legião da Boa Vontade desde 1979, tendo multiplicado os programas de Promoção Humana, Social e Educacional da Instituição, num crescimento superior a 15.000%, conforme publicado pela **Veja**, em 1994, ao traçar o seu perfil. Lançou na LBV o lema “Educação e cultura, alimentação, saúde e trabalho com espiritualidade ecumênica”, marca de uma gigantesca ação comunitária, que prima pelo elevado padrão qualitativo no amparo às populações que vivem em situação de risco social e pessoal. Hoje, a LBV atua em todo o País, inclusive no meu Estado de Roraima, por meio de escolas de educação básica; lares para crianças, adolescentes e idosos; Centros Comunitários e Educacionais e campanhas socioeducativas.

Esse trabalho não tem fronteiras e empolga outras nações do Planeta. Atualmente, essa iniciativa solidária é desenvolvida pela LBV da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia, de Portugal e dos Estados Unidos, e em diversas regiões do mundo. A LBV, Legião da Boa Vontade, foi a primeira organização não-governamental brasileira a associar-se ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas a partir de 1994. Em 1999, tornou-se também a primeira ONG do Brasil a conquistar na ONU o **status** consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc). E, em 2000, passou a integrar a Conferência das ONGs com Relações Consultivas para as Nações Unidas, em Viena, na Áustria.

Em 1989, Paiva Netto inaugurou, em Brasília, o Templo da Boa Vontade (TBV), um pólo do Ecumenis-

mo Total e Irrestrito, admirado também pela arquitetura arrojada e pela Espiritualidade universalista. Erguido ao lado do Templo da Boa Vontade, em 1994, inaugurou o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, o ParlaMundi da LBV, obra que forma o conjunto arquitetônico campeão em número de visitantes (na Quadra 915 Sul) aqui em Brasília, repito, segundo a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, recebendo em seus 16 anos de inauguração mais de 15 milhões de visitantes.

Para propagar todo esse ideal de solidariedade, Paiva Netto criou a Super Rede Boa Vontade de Rádio (Super RBV) e a Rede Mundial de Televisão – TV da Educação, da Cultura e da Cidadania Solidária Altruísta com Espiritualidade Eumênica (RMTV). Também é autor de vários *best-sellers*, com mais de 3 milhões de livros vendidos. Sobre esse aspecto de sua personalidade, o escritor norte-americano Errol Lincoln Uys observou: “Paiva Netto, sendo um homem prático, não deixa de ter alma de poeta.” Segundo a definição do eminente Professor juriconsulto e tratadista José Cretella Júnior, “é um exímio estilista, sempre em dia com as novas.” E, na opinião do mestre Moacir Lopes, “é um escritor de muito talento.”

Sr. Presidente, esse é um breve resumo da biografia do nosso querido José de Paiva Netto, hoje Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade.

E aqui eu tenho um histórico da Legião da Boa Vontade. Quero ler só um tópico e requerer a V. Ex^a para que seja transcrito na íntegra nos Anais do Senado como parte integrante deste meu pronunciamento.

A Legião da Boa Vontade é uma instituição do Terceiro Setor sem fins econômicos, destacada internacionalmente pelo seu trabalho filantrópico, de educação e de promoção humana e social, desenvolvido de forma irrestritamente ecumênica. Fundada em 1º de janeiro de 1950, por Alziro Zarur, tem como Diretor-Presidente o jornalista, radialista e escritor José de Paiva de Netto.

A LBV foi a primeira organização não-governamental a associar-se ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, a partir de 1994, como já mencionei na biografia.

Ao registrar, Sr. Presidente, o aniversário do Diretor-Presidente da LBV, eu quero cumprimentar não só toda a Direção e todos os integrantes dessa grande organização, mas, também, aqueles que são atendidos por essa rede ecumênica. É bom que se diga: ecumênica, isto é, que não se apega a uma ou outra

religião específica e que trata a todos indistintamente e que prega que Deus é um para todos e que, portanto, não interessa o nome que alguém dê a este Ser superior. Nisto, ela muito se assemelha à minha querida Maçonaria.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, se o Presidente permitir porque eu estou falando pela Liderança. (Assentimento da Presidência).

O Sr. Augusto Botelho (PT – RR) – Só para dizer que me solidarizo com o pensamento de V. Ex^a e que sinto o mesmo em relação a Paiva Netto. Eu gostaria que as demais ONGs fossem como essa ONG, que todas trabalhassem nesse sentido. No Brasil, temos 150 mil ONGs e um terço delas cuida do menor abandonado, de adolescentes, mas a violência não muda. Quer dizer, então, eles estão usando essas ONGs por aí... Acho que muitos estão usando as ONGs em benefício próprio, e não em benefício do objeto da ONG deles. Não precisava ter tanta ONGs, se elas tivessem essa qualidade da de Paiva Netto. Com certeza, as ONGs estariam muito melhor, se seguissem o exemplo da LBV e, com certeza, o mundo estaria bem melhor e principalmente o nosso País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu não tenho dúvida disso. Eu, que em 2001 e 2002 presidi a CPI das ONGs, tive oportunidade de receber denúncias contra ONGs de todo o País, até mesmo contra a própria LBV. Mas sempre que recebíamos essas denúncias, procurávamos buscar que fundamento tinham. Mas vimos que contra a LBV não tinha nenhum fundamento. Realmente, como disse V. Ex^a, a Legião da Boa Vontade é um exemplo de organização não-governamental voltada para o bem e que leva a sério o trabalho de oferecer solidariedade e de atender a todos indistintamente com o coração aberto, com espiritualidade e de maneira ecumênica. É, portanto, um exemplo para o Brasil e para o mundo – onde ela já está em várias partes.

Era o que eu tinha a dizer e muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Biografia Paiva Netto



Nascido em 2 de março de 1941, no Rio de Janeiro/RJ, Brasil, o escritor, jornalista, radialista, compositor, poeta e Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade (LBV), José de Paiva Netto, é membro militante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), da Academia de Letras do Brasil Central, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro e da União Brasileira de Compositores (UBC).

Sua infância e juventude foram marcadas por uma preocupação incomum com temas filosóficos, espirituais, sociais, políticos, científicos e econômicos e por um profundo senso de auxílio aos necessitados.

Estudou no tradicional Colégio Pedro II, na capital fluminense, do qual recebeu o título de Aluno Eminente, sendo homenageado com placa de bronze na sede desse conceituado Colégio-Padrão. Em 1956, ainda jovem, iniciou sua jornada vitoriosa ao lado do saudoso Fundador da Instituição, o pensador, jornalista, radialista, escritor, poeta e ativista brasileiro Alzira Zarur. Foi um de seus principais assessores durante quase um quarto de século. Para se dedicar totalmente à LBV, abandonou sua vocação para a Medicina. Mais tarde, tornou-se Secretário-Geral da Legião da Boa Vontade (cargo equivalente ao de Vice-Presidente) e, com o falecimento de Zarur, sucedeu-o.

Preside a Legião da Boa Vontade desde 1979, tendo multiplicado os programas de Promoção Humana, Social e Educacional da Instituição, num crescimento superior a 15.000%, conforme publicado pela *Veja* em 1994, ao traçar o seu perfil. Lançou na LBV o lema *Educação e Cultura, Alimentação, Saúde e Trabalho com Espiritualidade Ecumênica*, marca de uma gigantesca ação comunitária, que prima pelo elevado padrão qualitativo no amparo às populações que vivem em situação de risco social e pessoal. Hoje, a LBV atua em todo o País, por meio de escolas de educação básica; lares para crianças, adolescentes e idosos; Centros Comunitários e Educacionais e campanhas socioeducativas.

Esse trabalho não tem fronteiras e empolga outras nações do Planeta. Atualmente, essa iniciativa solidária é desenvolvida pela Legião da Boa Vontade da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia, de Portugal e dos Estados Unidos, e em diversas regiões do mundo. A LBV foi a primeira organização não-governamental brasileira a associar-se ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI), a partir de 1994. Em 1999, tornou-se também a primeira ONG do Brasil a conquistar na ONU o *status* consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc). E, em 2000, passou a integrar a Conferência das ONGs com Relações Consultivas para as Nações Unidas (Congo), em Viena, na Áustria.

Em 1989, Paiva Netto inaugurou, em Brasília/DF, o Templo da Boa Vontade (TBV), um pólo do Ecumenismo Total e Irrestrito, admirado também pela arquitetura arrojada e pela Espiritualidade universalista. Erguido ao lado do TBV, em 1994, inaugurou o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, o ParlaMundi da LBV, obra que forma o conjunto arquitetônico campeão em número de visitantes (na Quadra 915 Sul), segundo a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, recebendo em seus 16 anos de inauguração mais de 15 milhões de visitantes.

Para propagar todo esse ideal de Solidariedade, Paiva Netto criou a Super Rede Boa Vontade de Rádio (Super RBV) e a Rede Mundial de Televisão — A TV da Educação, da Cultura e da Cidadania Solidária Altruística com Espiritualidade Ecumênica! (RMTV). Também é autor de vários *best-sellers*, com mais de 3 milhões de livros vendidos. Sobre esse aspecto de sua personalidade, o escritor norte-americano Errol Lincoln Uys observou: "Paiva Netto, sendo um homem prático, não deixa de ter alma de poeta". Segundo a definição do eminente professor, jurista e tratadista José Cretella Júnior, "é um exímio estilista, sempre em dia com as novas". E, na opinião do mestre de professores Moacir C. Lopes, "é um escritor de muito talento".

Histórico da LBV

A Legião da Boa Vontade é uma instituição do Terceiro Setor sem fins econômicos, destacada internacionalmente pelo seu trabalho filantrópico, de educação e de promoção humana e social, desenvolvido de forma irrestritamente ecumênica. Fundada em 1º de janeiro de 1950, por Alziro Zarur, tem como Diretor-Presidente o jornalista, radialista, escritor e compositor José de Paiva Netto.

A LBV foi a primeira organização não-governamental brasileira a associar-se ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI), a partir de 1994. Em 1999, tornou-se também a primeira ONG do Brasil a conquistar na ONU o *status* consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc). E, em 2000, passou a integrar a Conferência das ONGs com Relações Consultivas para as Nações Unidas (Congo), em Viena, na Áustria.

Sua missão é “Promover Educação e Cultura com Espiritualidade, para que haja Alimentação, Saúde e Trabalho para todos, na formação do Cidadão Ecumênico”, colaborando, dessa forma, para a difusão dos artigos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, fazendo valer os direitos de cada indivíduo, bem como o conscientizando de seus deveres para com a sociedade.

Com suas bases firmadas no espírito de cooperação e no sentimento espontâneo de Amor ao próximo, a Legião da Boa Vontade investe no protagonismo social, na melhoria da qualidade de vida e na capacitação dos indivíduos e das populações em situação de vulnerabilidade social.

Suas ações, pautadas pela Solidariedade, voltam-se à assistência social, tendo como olhar especial a centralidade da família para a concepção de programas e projetos que garantam a participação efetiva dela na sociedade. Nesse sentido, a LBV atua em parceria com governos, empresas socialmente responsáveis, organismos internacionais e a sociedade civil; propicia oportunidades para que cidadãos de Boa Vontade possam contribuir para o progresso do País; e ainda promove, por meio da Rede Sociedade Solidária, intercâmbio de experiências e iniciativas conjugadas entre as diversas organizações integrantes dessa rede, objetivando o bem-estar coletivo.

Todo o trabalho realizado pela LBV — em suas escolas de Educação Básica; em ações de proteção social especial de alta complexidade (lares para crianças e adolescentes e para idosos); em serviços de proteção básica (Centros Comunitários e Educacionais); e em campanhas socioeducativas — vai ao encontro da implementação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), estabelecidos pela ONU em uma declaração assinada por mais de 190 países membros da entidade, a qual prevê um conjunto de iniciativas a serem efetivadas até 2015 para garantir a sustentabilidade do Planeta.

Nesse contexto, destaca-se a Pedagogia do Cidadão Ecumênico, proposta aplicada em todos os atendimentos da Instituição, que visa a promover o Ser em sua totalidade, isto é, em seu aspecto espírito-biopsicossocial, de modo que as relações humanas possam ser aprimoradas com base nos valores éticos, morais, sociais e espirituais, tendo como fundamentos o Amor, o afeto e o respeito mútuo — princípios essenciais para uma consciência voltada à Educação para a Paz.

Anualmente, a Legião da Boa Vontade presta milhões de atendimentos às populações no Brasil. Mais do que oferecer o alimento material necessário para a sobrevivência dessas pessoas, ela trabalha para a construção de uma estrutura social justa, sólida e auto-sustentável, firmada na Economia da Solidariedade Humana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V.Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR) – Sr. Presidente, solicito que meu discurso seja publicado na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra por permuta com o nobre Senador Mão Santa, que concede a V. Ex^a a prioridade de usar a tribuna nesta sexta-feira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como está ali na bandeira: ordem. Aqui é o respeito, a hierarquia, é o símbolo maior da virtude, não do PMDB, mas da Pátria amada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado irmão, Senador Mão Santa, senhoras e senhores, fico imaginando uma cena possível de um cidadão iraquiano em Bagdá, ou em Kirkuk, ou em Mosul, ou em Tikrit, depois de um dia de trabalho árduo, sentado na poltrona da sua sala, ávido por se inteirar sobre as notícias do mundo. Aí um jornalista correspondente do Brasil, ao vivo – se é isso ainda possível – notícia sobre o lançamento, na última terça-feira, do mapa da violência nos Municípios brasileiros.

A cena poderia ter como pano de fundo uma jovem, corpo estendido, uma criança ferida de morte no colo da mãe em um ônibus qualquer que saía da alegria do carnaval e voltava para a realidade nua e crua da favela, o tal jornalista lê informações dos primeiros parágrafos do estudo elaborado pela organização dos Estados ibero-americanos para educação, ciência e cultura.

“O número total de homicídios no Brasil, em um ano, foi de 48.374.” Repito: 48.374 homicídios em um ano. “Em 2003, foram mortas 51.043 pessoas. Em dez anos, quase 450.000”. Volto a dizer: o número de homicídios no Brasil, em dez anos, é de 450 mil pessoas.

Aí o iraquiano, de boca aberta, sofrerá uma enorme “pane” geográfica: “Afinal, onde é a guerra? Sob a minha janela, a partir da qual posso ver, estarecido, dezenas de mísseis iluminarem os céus, lançados pelos bárbaros de hoje, ou na minha própria sala, onde a televisão é, na verdade, uma janela dos tempos modernos que me mostra um mundo igualmente selvagem?”.

Na guerra atual do Iraque, quando o mundo viu, através de suas janelas de última geração, em tempo real, toneladas de bombas sobre cabeças inocentes, morreram no primeiro ataque da versão repetida e empilhada da “Tempestade no deserto”, 13 mil pessoas. No ano passado, os mortos civis somaram cerca de 34,5 mil pessoas.

Portanto, esse número, em um ano, na guerra declarada do Iraque, é muito menor do que o da guerra não-declarada no Brasil. A matança brasileira, em 10 anos, equivaleria, mantida a média anual, a 13 anos de guerra no Iraque, com toda a força destruidora do arsenal norte-americano e de igual bestialidade dos incríveis homens-bomba.

Outros conflitos, do mesmo modo violentos servem, como referência para a nossa cruel realidade. Na guerra de Angola, morreram 13 mil pessoas por ano. Na luta pela independência do Timor Leste, aproximadamente quatro mil. Em quase 4 décadas, 40 anos de luta na guerra civil da Colômbia, conduzida pelo narcotráfico, cerca de 30 mil mortos.

Morrem por ano assassinados 50 mil brasileiros. É como se, a cada dois anos, fosse suprimida do mapa do Brasil uma cidade como Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, ou como se, a cada 10 anos, desaparecesse uma cidade como Niterói, no Rio de Janeiro – sem contar as mortes por todos os outros tipos de violência. Nem os inúmeros feridos, que igualmente têm os seus sonhos de vida abortados pela bestialidade desumana. Pior: são os sonhos de vida ainda debutante, porque a violência ataca principalmente os mais jovens. É como se estivéssemos dizimando, na verdade, o futuro do País.

Os homicídios preferem a chamada faixa jovem. Meninos ainda no florescer dos 15 anos engrossam a estatística macabra dessa violência de último grau. Em uma década, as mortes nessa faixa de idade tiveram um aumento de 63%.

Lembro-me então da Gabriela, uma linda menina, mãos entrelaçadas pelo simbolizar o pombo da paz. Uma bala perdida roubou-lhe os sonhos de uma alegre festa de debutante.

Lembro-me também da Luciana, ferida no pátio de uma universidade junto com os seus desejos juvenis de salvar vidas como enfermeira.

Como esquecer Priscila, 13 anos, a “princesa do bairro”? “Mãe, eu levei um tiro. Me ajuda, mãe.” Triste coincidência, lamentável contradição como a de Luciana – ela queria ser enfermeira – , uma bala perdida pode abortar os sonhos e os desejos de salvar tantas outras vidas, quem sabe, vítimas também de semelhantes tragédias. Espero, em Deus, que não!

Lembro-me, enfim, de tantos outros sonhos e desejos interrompidos pela barbárie.

Fico imaginando o que leva o ser chamado humano a tamanha bestialidade. O que leva alguém em sã consciência, se é que se pode chamar dessa forma, a ceifar a vida de outros. Que sentimentos movem os dedos de quem puxa um gatilho ou de quem incendeia um rastilho? Que sonhos povoam as noites de quem manda impulsionar um míssil? Que sabor tem o gosto de ferro da boca de quem destrói o mais belo sonho da vida?

De repente, submeto-me à realidade: estamos todos envolvidos numa grande guerra mundial! Não importa se é a terceira ou se é a primeira, em novos e igualmente cruéis moldes de existir. Quantos serão, neste mundo de Deus, os que simplesmente não morrem, mas são mortos? Milhões, bilhões, mortos pela bala, pelo míssil, pela fome, pela miséria, pelo desdém, pelo poder, pela ganância, que diferença faz?

Não seria maior a esperança natural de vida de quem não fosse atingido por uma mesma bala, por esse mesmo míssil, por essa mesma ganância ou, o contrário, de quem fosse atingido, aí sim, pelo alimento que sacia, pelo remédio que cura, pelo saber que ilumina ou pelo efeito que enleva?

Não seria, portanto, uma espécie de cumplicidade, cumplicidade homicida, atitude ou omissão daquele que, mesmo sabendo que semelhantes, muitas vezes muito próximos, morrem de fome e mesmo assim jogam excessos de comida no lixo por mera luxúria ou opulência ou daquele que, sabedor dos sofrimentos ou das mortes nas filas de hospitais ou na escuridão do analfabetismo, roubam o dinheiro público em nome da ganância?

Seria omissão uma arma que fere de morte?

Não haveria então uma correlação perversa entre o omissor ou o corrupto e o que puxa o gatilho e o que manda detonar o míssil? Não estariam todos eles causando ou deixando causar igualmente dor, sofrimento e morte? Essa guerra mundial a que me refiro é, portanto, um conflito de valores.

Lembro-me, por exemplo, de uma pesquisa realizada numa cidade de grande porte, cujo resultado dava conta de que, se juntados todos os restos de comida de boa qualidade jogados no lixo, eles seriam suficientes para saciar todos os famintos da cidade e, ainda assim, sobraria alimento para outros miseráveis de outros locais. Quanto somará esse desperdício em escala mundial?

Imagine-se, também, quantas mortes prematuras poderiam ser evitadas com todo o dinheiro que escoia pelo ralo da corrupção. Some-se a tudo isso o

que se gasta com as tais armas, sejam elas de gatilho ou de rastilho.

No último dia 13 de fevereiro, tomei a iniciativa de escrever uma carta aberta à Rosa Cristina, mãe do menino João Hélio, covardemente assassinado no Rio de Janeiro. Esse crime lamentável se somou a todas as estatísticas de violência local, nacional e mundial. Ele será, com certeza, assunto de teses e de livros, rios de tintas, casos especiais de televisão e picos de audiência. Mas, como eu disse na mesma carta, repetindo as palavras dos pais, ele não pode ser mais apenas um número, até porque a ele se somou, logo em seguida, o da menina Joilma, nos braços da mãe, no caminho do carnaval à favela. Ou de tantos outros colos, de tantas outras mães, de tantos outros Joãos Hélios, de tantas outras Joilmas, ou, ainda, de tantos outros Mohameds, aqui, sob a nossa janela, ou na janela da cidade iraquiana, a real e a virtual, ou ainda através de todas as janelas do mundo.

O mapa da violência no Brasil mostra uma evidente interiorização. É muito sério, Sr. Presidente! É muito sério, Srs. Senadores! Volto a repetir: o mapa da violência no Brasil mostra uma evidente interiorização dos crimes, principalmente os homicídios. Cidadezinhas antes pacatas, até bucólicas, hoje incorporam medos antes exclusivos das grandes metrópoles. Lugarejos antes conhecidos apenas nos registros censitários povoam agora as páginas policiais.

Diria eu, entretanto, que não há apenas a interiorização da violência; há na verdade uma globalização da barbárie. Por isso, a carta aberta para Rosa Cristina é uma mensagem a todas as mães que sofrem algum tipo de violência. Uma mãe universal em todos os sentidos da palavra. Mãe, quem não é a tem. Como colo, ou na mais bela lembrança.

Para mim, deveria haver uma espécie de decreto universal, quem sabe uma resolução da ONU, segundo a qual a palavra “mãe”, em todas as línguas, em todos os dialetos, deva ser escrita obrigatoriamente com letra maiúscula. Mãe é nome próprio!

É por isso que as manifestações de Rosa Cristina me tocam a alma. Ali estavam, na voz, nas lágrimas e na atitude, todas as mães do mundo que sofreram a barbaridade da morte violenta de um filho. Uma espécie de Maria dos nossos tempos. Iguais, no Calvário.

Mas eu não imaginava que a tal carta alcançasse tamanha repercussão. Das igrejas, das escolas, das famílias. Pastores de todas as religiões, professores de todas as disciplinas, pais, mães e filhos de todos os cantos e recantos do País. Juízes, médicos, advogados, jornalistas, operários, cidadãos do povo. Dezenas, centenas de manifestações. Correntes de oração e de discussão.

Mas o que é relevante não é apenas a quantidade de mensagens. É que eu não imaginava também o tamanho da indignação popular. Mais do que indignação, talvez um brado retumbante contra a barbárie, um alistamento civil nesse conflito de valores em escala mundial.

A população demonstrou por essas mensagens desejar o resgate do tripé que outrora fundamentava os valores mais nobres: a igreja, a escola, a família. Esse tripé, que por definição e por ideal se une pelo laço comum da paz, precisa agora se transformar em três trincheiras.

As igrejas, as escolas e as famílias devem ser conclamadas, portanto, para discutir ações transformadoras de valores. Que sejam debatidas, em todos os templos, em todas as salas de aula e em todos os lares, as principais razões que levam à barbárie humana, e que se encontrem medidas no sentido de que o mapa da violência em escala mundial seja absolutamente redesenhado.

Entre as tantas mensagens que recebi, Letícia Villar Dornelles Freitas, de Alegrete, termina assim suas reflexões: “Que algo seja feito. Não queremos mais mártires neste mundo tão violento, tão desumano, mas ações de harmonia, fraternidade e paz! Parece tão repetitivo isso, mas é o que está faltando. Que o João Hélio nos traga (de volta) um novo tripé de valores abandonados!”

Que assim seja, Letícia!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a falando aí, e eu transportei dos céus a figura de minha mãe, terceira franciscana como V. Ex^a. No seu colo, aprendi a mensagem que V. Ex^a traz: paz e bem. Mas o que eu queria dizer, Efraim Moraes – Efraim também faz grandes discursos, com páginas amarelas, azuis, brancas e verdes, das cores da nossa bandeira –, é que ouço, sempre que posso, aquelas gravações que o Senado publicou: “Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro”. V. Ex^a está até lá com um discurso para Ulysses; está lá o Padre Godinho, com o discurso para Kennedy; Afonso Arinos; Getúlio – será mentira o órfão, a viúva que levou Getúlio ao suicídio? –; Mário Covas, defendendo aquele jornalista Márcio Moreira Alves; Carlos Lacerda; nenhum excede o pronunciamento de V. Ex^a. O que eu estava a pensar é o seguinte: Senador Efraim Moraes, V. Ex^a é 1º Secretário e um homem de ação. Quis Deus que estivesse aqui Agaciel, que é também homem de literatura e letras. Vamos pegar este discurso. Primeiro,

o Presidente Lula da Silva, esta é a contribuição do PMDB, o PMDB de vergonha, o PMDB de verdade, de Ulysses, de Teotônio, de Juscelino, para que seja levada em cadeia nacional de televisão essa violência. É a continuação de Cícero. Há pouco eu dizia: Senador Pedro Simon, pegue a sua lquete, sente-se numa poltrona, com pipoca e guaraná, e assista ao filme “O Império”. São 3 horas e 10 minutos da história romana. No meio das guerras e das trovoadas, todos vão recorrer à sabedoria de Cícero. V. Ex^a é nosso Cícero! Atentai bem! Nós fomos ao México. Efraim, talvez isso tenha passado despercebido porque você ficou embevecido, tirando retrato com a encantadora esposa Ângela. Mas havia lá uma frase do General Oregon: Prefiro os meus adversários que me dizem a verdade aos amigos que me atraíam com bajulação. Está aí a verdade. Presidente Lula, divulgue isso, essa mensagem, para que todas as brasileiras, mães, pais, todos tenham conhecimento. Este País tornou-se grande porque Rui Barbosa fez aquele seu último discurso à juventude, intitulado “Oração aos Moços”. Essa não é uma oração aos moços, mas a todos, ao pai, à mãe, à criança. É a esperança. Nem tudo está perdido. Agaciel – foi Deus quem o colocou aí, porque o senhor é um homem de bem, de ação –, pegue, publique e faça chegar a todos os brasileiros essa mensagem contra a violência, que repete o que Cícero disse no plenário romano, na guerra: **pares cum paribus facillime congregantur**. Violência atrai violência. Aqui é o amor. O amor gaúcho por este País, que quer para o nosso Brasil aquilo que Francisco adotou como sua bandeira: “Paz e Bem”. É o que V. Ex^a traduz, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Senador Mão Santa, V. Ex^a fez referência à sua mãe, que era da Ordem Terceira de São Francisco, como eu. Na verdade, Francisco, independentemente de ser um santo cristão, foi considerado a personalidade número um do segundo milênio. Em várias enquetes feitas no mundo inteiro, do ano 1000 ao ano 2000, a pessoa mais ilustre, mais importante, de maiores valores prestados ao mundo foi São Francisco, assim considerado pelas idéias revolucionárias, pelos princípios do social, da moral e da dignidade.

Na verdade, creio que alguma coisa tem de ser feita fora daquilo que estamos fazendo.

Senador, V. Ex^a não estava aqui. Eu era Líder do Governo do Itamar Franco e, durante dois anos, criamos uma subcomissão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual fui presidente. Creio que foi a única vez na vida que isso aconteceu. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado, Ministro da

Justiça, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral da República, nós nos reuníamos no gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal para estudar uma fórmula para discutirmos a questão da violência e da corrupção. Reuniões, debates, análises, profunda preocupação. Mas parece que não adianta.

Parece que estamos numa Torre de Babel, todo mundo quer, mas nada se faz. O Presidente Antonio Carlos Magalhães, numa atitude elogiável, numa proposta feita, quando todos queriam fazer uma lei imediata, aprovar, já na quinta-feira passada, uma lei que regulamentasse essa questão da maioria, concordou. E foi criada uma supercomissão para, durante o prazo de 30, mais 15 dias, estudar uma proposta.

Mas eu me desiludo de qualquer tipo de proposta num Brasil em que a impunidade é a regra, o desrespeito às leis é a rotina, e a irresponsabilidade é o dia-a-dia.

Como dizia V. Ex^a, antes de começarmos, ali, com o Senador Paulo Paim, uma grande caminhada de conscientização nas cidades para o fim da violência, de conscientização da sociedade no sentido de modificarmos a maneira de ser, é algo que precisa ser feito.

Sr. Presidente, é claro que eu jamais teria uma chance de chegar à Presidência da República, porque não tenho condições, não tenho capacidade, não tenho nada. Mas afirmo aqui que, se eu chegasse lá, a minha primeira decisão seria chamar os meios de comunicação, a televisão, e dizer: os senhores estão convocados para uma cruzada nacional a favor do Brasil; não estamos requisitando as televisões, não estamos querendo impor – Deus nos livre! Seria uma desgraça! –, mas vocês estarão conosco para uma cruzada de conscientização do povo brasileiro.

O que adianta assistirmos ao Rebanhão, com três dias pregando a paz, o amor, todas as igrejas de todos os recantos – aqui, em Brasília, havia milhares de pessoas –, se, dois dias depois, vemos no Jornal Nacional guerra, morte, matou, degolou, enforcou e não sei mais o quê? É um chamado à desnaturalidade. Isso tem de ser feito. Temos de conscientizar o nosso povo. Por que a violência está indo para o interior, para as cidadezinhas que eram de natureza, de paz, amor, tranquilidade, fraternidade? Quando chegávamos a uma cidadezinha do interior era uma maravilha: dormia-se com as portas abertas, não havia chave, era um ambiente de festa, alegria, paz. Hoje, há mais violência lá do que aqui.

O crime foi para o interior. Quem levou isso para lá? Desculpem-me: a televisão. As novelas de televisão, o noticiário da televisão, a formação que a televisão apresenta mudaram os conceitos da sociedade.

Já falei aqui: vamos convocar, semana que vem, o ilustre autor de novelas da Rede Globo, da novela *Belíssima*, para ele vir explicar aqui a entrevista que ele deu nas “Páginas Amarelas” da *Veja*, em que ele mostra isso. Ele mostra o resultado das pesquisas da Globo, apontando que as respostas das pesquisas feitas, até 15 anos atrás, sobre uma novela que eles faziam, sobre como deveria ficar, qual deveria ser o fim, eram: “No fim, a mocinha tem de ficar com o moço; no fim, o ladrão tem de ir para a cadeia”. Atualmente, no último capítulo, como deve ser o fim? “Não, o fim está certo”. Mas a mulher era casada com ele; ele era um bom cara e viviam bem. “Não, mas ele era um gagá, um chato, um sem-graça. Fez bem o cara que lutou e tirou a mulher do marido. Ele fez bem em ter ficado com ela”. E o fulano que virou milionário, assim? “Está certo, aproveitou a vida, teve chance e pegou”. Isso está sendo vendido e está sendo aceito. É uma conceituação nova de uma sociedade que, até ontem, não passava por isso.

Então, de que adianta o pastor, ou o padre, ou o sacerdote, ou a mãe dar uma orientação na vida, se, na novela, a orientação real é completamente diferente? Alguma coisa deve ser feita.

E, por outro lado, há a impunidade. Falando em impunidade, tenho a obrigação, desta tribuna, de levar meu voto de louvor ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal teve a competência, a capacidade, a visão de não votar ontem o que parecia que já estava votado e de liberar dez mil processos, que seriam arquivados, de pessoas que teriam cometido delitos contra o Estado e que, pura e simplesmente, saíram da gaveta onde estão. É grave que estejam na gaveta, mas saíram da gaveta e seriam arquivados.

Ontem o Supremo decidiu reestudar, e foi um dia de festa, em vez de ser um dia de luto. Essa foi uma decisão importante, porque não há dúvida de que a grande causa de tudo isso é a impunidade. É que sabemos que nada acontece. Roubar, nada acontece! Bater carteira, nada acontece!

Vejam os senhores que hoje no Rio de Janeiro a luta não é mais das gangues da droga e das armas contra a Polícia; a luta é das gangues das armas e das drogas contra os que saíram da polícia e que criaram um setor, também clandestino, para chegar à favela e dizer: você me dá tanto e eu o protejo contra o bandido. Ou seja, é um bandido que chega lá e diz: você me dá tanto e eu o protejo contra o outro bandido. Essa é a realidade em que vivem as favelas do Rio de Janeiro.

Os autores da fiscalização se transformam nos autores da violência.

Sr. Presidente, não sei o que, mas alguma coisa poderia ser feita. O Presidente da República diz que vai reunir os Governadores para apresentar uma proposta que vai enviar a esta Casa. Não sei quem estudou esta proposta; não sei onde ela foi feita. Se há um lugar onde as propostas deveriam ser estudadas, esse lugar é o Congresso Nacional. O Congresso convocar, fazer um seminário e convocar o Brasil inteiro, tudo bem, mas, agora, o Congresso dar como coisa acabada e enviar para esta Casa sei lá o quê... Não acredito que é por aí que a questão será resolvida. Mas alguma coisa temos que fazer.

Repito, pela milésima vez, que me sinto, nesta Casa, como se estivesse na torre de Babel. Falo e sinto que as pessoas não me entendem. As pessoas falam e sinto que não entendo. Parece que cada um fala uma língua, diz o que pensa. Todo mundo é dono da verdade, quer acertar, mas fica tudo igual.

Hoje começa meu vigésimo quinto ano nesta Casa e é a mesma coisa. Todos quiseram acertar, todos lutaram para que as coisas ficassem melhor, e as coisas nunca deixaram de piorar, Sr. Presidente. Alguma coisa deve ser feita, porque como está não acredito que resolva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Morais, que preside a sessão desta sexta-feira, 2 de março de 2007, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros presentes e que a nós assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Cícero, o maior orador romano, nos ensinou a nunca falar depois de um grande orador. Não é fácil falar depois do Senador Pedro Simon.

Estudando psicologia, ouvi, em um congresso, a passagem sobre uma médica nova que tinha um ponto de vista diferente do de Freud, o pai da psicanálise. Perguntaram-lhe como ela ousava contestá-lo. Ela, então, disse que era porque estava trepada na cacunda dele. Eu não vou trepar na cacunda de V. Ex^a. Mas V. Ex^a tem sido nosso ícone, tem nos dado coragem.

Falava-se nas referências do PMDB, que eram os mortos; V. Ex^a é essa referência viva, não só do PMDB, mas da democracia, da Pátria, de todos nós.

Tenho minhas crenças, Senador Pedro Simon, Senador Cristovam, olhando para V. Ex^a quero dizer que acredito antes em Deus, mas acredito também no estudo. O estudo nos leva à sabedoria. Diz o Livro de

Deus que ela vale mais do que ouro. Eu acredito no trabalho, que faz as riquezas, que vem antes.

Estamos ansiosos para ler o livro que o Professor Cristovam Buarque está escrevendo, que será lançado em março. Outro dia eu folheava um livro de Adam Smith. Pedro Simon o pegou e disse que era o livro da sua formação técnica. Mas um livro me impressionou muito: **História da Riqueza do Homem**, de Leo Huberman. Então isso me preocupa muito, essa riqueza.

Senador Efraim Morais, acho que nosso erro está aí: não se obedece à Constituição.

Há uns que se orgulham de ter fraudado a Constituição e ainda se atrevem a querer participar da democracia, quando deveriam estar no Bangu, nos presídios que existem por aí.

A Constituição, o símbolo maior desta Pátria, é desrespeitada. Desobedece-se à Constituição que vi Ulysses Guimarães beijar chamando-a de “cidadã”, rasgando-se a Bandeira. Disse Ulysses Guimarães: “O País que não tem Constituição...” Ele viu isso: as mazelas, os crimes e as injustiças. Nela está escrito, Cristovam Buarque, que é um dever combater as desigualdades de riquezas.

Presidente Lula da Silva, quero lhe dar essa contribuição lembrando a frase de um general mexicano que eu e o Senador Efraim Morais lemos: “prefiro um adversário que me leve a verdade a um bajulador puxa-saco que me leve à mentira e à ilusão.”

Vou dizer, Senador Cristovam Buarque: Presidente Lula da Silva, não adianta mentir. Nunca vi um ditado, um provérbio errar. Na minha infância, aprendi com o caboclo do Piauí que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

A desigualdade aumentou, Presidente Lula da Silva. Eu estou aqui e falo como Cristo: “Em verdade, em verdade, eu vos digo...”

Senador Cristovam Buarque, símbolo da inteligência, da cultura e do saber deste País, lá no Maranhão nasceu Humberto de Campos. Ele viveu a sua infância na minha cidade. Plantou Cajueiro. Saiu de lá, do pequenino Cajueiro, e entrou na Academia Brasileira de Letras. Ele olhou para os seus pares como agora eu olho... Oh, Zezinho – que tem ser enaltecido, porque é o povo, simboliza o povo, o povo que trabalha e que é decente – Humberto de Campos, então, disse: “Tem gente aqui que tem mais saber do que eu mas nenhum que teve o caminho mais longo e sinuoso.”

Eu sei, Presidente Lula, que o seu caminho foi longo e sinuoso, mas aprenda o que agora não é meu, não, mas o que o meu estudo leva a Vossa Excelência. Ralph Waldo Emerson, o maior filósofo norte-americano disse: “Todo homem que eu vejo é superior a mim em determinado assunto e eu procuro aprender com

ele”. Foi nisto que V. Ex^a errou, Cristovam Buarque: Lula da Silva era muito superior a V. Ex^a na educação, que será a salvação deste País.

Mas vou dar um exemplo, porque um quadro vale por 10 mil palavras. V. Ex^a não vai ver o Haiti pedir o “fora, Lula”, o *impeachment* do Lula. Reconheço.

Quando governei o Piauí, dizia: o povo é o poder, o povo me elegeu. Mas V. Ex^a vai ver a verdade.

A desigualdade aumentou, Lula da Silva. Lula da Silva, não vá fazer o que disse Goebbels, que uma mentira repetida muitas vezes se torna verdade. Vou falar de um quadro que vale por 10 mil palavras.

Oh, Presidente, era eu Deputado Estadual entre 1979, 1980, 1981 e 1982. Professor Cristovam, vi um dos homens mais inteligentes, que foi Senador da República; saiu de Deputado para o Senado. Ele era Deputado. Votei nele na época. Cristovam, ele dizia, em seu discurso, lá, na Assembléia do Piauí, que havia dois brasis – atentai, bem, Efraim, é importante para nós do Nordeste. O Lula da Silva é do Nordeste? Há dois brasis: o do Sul e o do Nordeste.

Amigo, não interrompa o professor Cristovam, senão estará prestando um desserviço à Pátria. O Cristovam está ouvindo, e Cristovam tem a capacidade de transmitir à mocidade estudiosa.

Olha, João Lobo fez o raciocínio – eu era Deputado novo e ouvia, atento como está Cristovam Buarque. Atentai, Efraim Morais.

João Lobo dizia que havia dois brasis. O Sul ganha o dobro do Norte e do Nordeste. No Nordeste, Efraim, havia dois nordestes. Naquela época, Efraim, os ricos só eram Bahia e Pernambuco; Piauí, Maranhão e Paraíba eram pobres.

Matematicamente, Presidente Lula da Silva – a aritmética do Trajano explica isso, aquela primeira, elementar, professor Cristovam. A diferença entre o maior e o menor era quatro vezes em 1980.

Pedro Simon, João Lobo, V. Ex^a sabe, foi Senador, Senador do Piauí. João Lobo dizia que a diferença era quatro vezes entre o maior e o menor. Hoje, Efraim, o IBGE, do Governo, Presidente Lula, afirma que a diferença entre o maior e o menor, Pedro Simon, é 8,6, quase nove vezes. Aumentou a desigualdade, o resto é fantasia.

O maior salário está aqui em Brasília, a ilha da fantasia, do poder dos funcionários. E o menor, Efraim – nos salvamos – era o Piauí. Deus me permitiu tirar aqueles índices, levando a educação, a universidade. O último passou a ser o Piauí. Em muitos índices, somos hoje melhores que Paraíba, que Alagoas. Conseguimos. Mas a diferença entre o maior e o menor é nove vezes. Então, é esse o fato.

Presidente Lula da Silva, nove é mais que o dobro de quatro. Piorou. Desobedeceu-se, Efraim, a Constituição.

Presidente Sarney, o Maranhão é o lanterninha. Esse negócio de lanterninha é outro quadro.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a é torcedor do Grêmio ou do Internacional? É Internacional.

Efraim, eu torcia para o Fluminense nos anos 50, e V. Ex^a estava nascendo, não é verdade? Em 1951, o Fluminense foi campeão carioca com a seguinte escalação: Castilho, Píndaro e Pinheiro, Jair, Edson, Bigode, Telê, Didi, Carlayle, Edson e Quincas. O Veludo era reserva do Castilho. No mesmo ano, satisfação com o Fluminense. Olha como é a vida: o Brasil perdeu o Campeonato Mundial para o Uruguai, de Giggghia. Que desgraça!

Naquele tempo, Efraim Morais, havia um tal de Canto do Rio, um time de Niterói. Ninguém sabia quem ia ganhar. O Chico Buarque e eu torcíamos pelo Fluminense. Só havia dois. Acredito que hoje já existem 10 torcedores. Ninguém sabia quem ia tirar o primeiro lugar: se era o Flamengo, o Fluminense, o Vasco ou o Botafogo. O último, já se sabia: era o Canto do Rio. Havia 12 times.

A Cláudia Lyra não se lembra do Canto do Rio porque ela ainda não tinha nascido. Ela é da geração da Garota de Ipanema.

Senador Cristovam Buarque, eu era Fluminense. E o campeonato da riqueza, Senador Pedro Simon? **História da Riqueza do Homem**, de Leo Huberman.

O campeonato das riquezas. O Brasil não é o Canto do Rio, porque, graças a Deus, há o Haiti. Todos os anos, o Haiti fica em último lugar. Não ficamos em último lugar, porque, no campeonato da riqueza, o “Canto do Rio” é o Haiti, que está em guerra. Essa é a verdade, Presidente Lula da Silva.

Esse negócio de PAC é um jogo. Pedro Simon, quem disse na Bíblia que fé sem obras já nasce morta? Tiago. São Paulo disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. Estou combatendo o bom combate. Quero dizer que esta é a verdade: PAC é “Propaganda Aumentada e Criminosa”. Não há essas publicidades enganosas? Essa é a “Propaganda de Aumento dos Crimes”.

Fé sem obras já nasce morta. Efraim, catalogue. Cristovam. Pedro Simon, por que eu o admiro? V. Ex^a tem obras. V. Ex^a foi o primeiro Governador que fez a primeira secretaria de ciências e tecnologia do País. Bastava isso. V. Ex^a é o profeta do Mercosul.

V. Ex^a tem obras. O exemplo arrasta. Palavras sem exemplo são como tiro sem bala – Padre Antônio Vieira.

Mas há o PAC. Obras, cada um faça no seu Estado e na sua cidade. Cristovam, veja como é demagogia. Há obras inacabadas, Pedro Simon. Eu não quero saber do PAC. É uma propaganda aumentada e criminosa, enganando o povo. Obras inacabadas – é o que eu quero, no Piauí –, vamos acabar as que temos.

Efraim, catalogue, neste fim de semana, e traga as da Paraíba. Cristovam, Pedro Simon, me traga as obras inacabadas do Rio Grande do Sul. Vamos acabar as que temos.

Presidente Lula da Silva, o Governo tem que continuar. É uma continuação. Os governos passam, a Pátria fica, e o povo.

Professor Cristovam Buarque, lá no meu Piauí, por exemplo, cataloguei 10 obras inacabadas. E me vêm com demagogia de PAC. Vamos acabar o que está lá, o que está visto.

Primeiro – está ali o jornalista Ferro Costa –, há o Porto de Luís Correia. Eram US\$100 milhões, e há US\$90 milhões enterrados. Faltam US\$10 milhões. Ele dá cheque para a Bolívia, dá cheque para o Equador, dá por aí, faz propaganda, a Petrobras, e não acaba o Porto de Luís Correia.

José Burlamaqui Auto de Abreu, Senador Cristovam Buarque, foi o Deputado autor da proposição que elegeram o dia 19 de outubro como Dia do Piauí, o dia em que a Câmara Municipal de Portugal tornou o Piauí independente. E ele disse uma coisa da qual não me esqueço, Senador Pedro Simon, poético como V. Ex^a: que queria morrer lá, mas aí ele fazia um esforço e vinha à tona ver as luzes do Porto de Luiz Correia, parado. Tomou banho, prometeu, prometeu, e está lá. Caíram as eleições no Piauí.

Estrada de ferro. Alberto Silva, homem bom, idealista. Foi lá. E respeita, tem 88 anos. Michel Temer comemorou seus 87 anos. Foi lá, e enganou o nosso Alberto Silva, Senador Pedro Simon, pois disse que, em 60 dias, construiria a estrada de ferro Parnaíba, Piripiri, Teresina e Luiz Correia. Aí, naquele negócio de eleição, foi lá. E Alberto Silva, bem intencionado, foi e apoiou. E Temer o abandonou. Mas eu compreendo, pelo Piauí.

Não mudou um dormente. Está lá, povo da Parnaíba. Está ali um jornalista, quis Deus, que conhece. Foi lá, e todo o Piauí viu. Foi lá! Alberto Silva é engenheiro ferroviário, acreditou. E abandonou, mas por amor à cidade. Está ali um jornalista que conhece. Deus o colocou ali, Ferro Costa. Não trocou um dormente. Mas estamos aqui.

V. Ex^a viu! Está lá!

Que PAC. Ô Lula da Silva, vá cumprir sua palavra. Coloque os trens de novo. Teresina, Piripiri, Parnaíba e Luís Correia. Implementou, Alberto Silva, promete-

ram um aumentozinho. Ele fez, colocou uns trens lá. Um trem para ir ao centro da cidade. Não dá, não dá três quilômetros, quatro quilômetros. Está lá, prometeu tudo.

Pior, Senador Pedro Simon. Ô Presidente Lula, eu acredito na verdade, eu acredito que o bem vence o mal, que a verdade vence a mentira. Ponte de cento cinquenta anos de Teresina a Rio Poty. Foi lá. Comemorativa ao sesquicentenário. São cento e cinquenta anos, vamos falar o português.

Senador Pedro Simon, Teresina está fazendo cento e cinquenta e quatro anos. Eu governei o Piauí com o dinheiro do povo do Piauí, com o engenheiro do Piauí, Lourival Parente, os operários do Piauí, e realizei, no mesmo rio, uma ponte em oitenta e sete dias.

Heráclito Fortes, Prefeito de Teresina, fez no mesmo rio uma ponte em cem dias. Lula é o homem do PAC, Senador Efraim Morais. Teresina está fazendo cento e cinquenta e quatro anos. Como é que ia acreditar? E está com as obras inacabadas. Existe um tabuleiro litorâneo em Guadalupe abandonado, e não há nem energia elétrica para os produtores. Ô Lula, nós, Governadores, subsidiávamos o hospital universitário. Bradei aqui abrir um ambulatório.

Senador Cristovam Buarque, hospital universitário, que serve aos pobres, aos estudantes, do Governo. Nada. Conosco lutava uma Deputada, Francisca Trindade, do PT, que morreu de derrame, desgostosa, de reivindicar isto. Está lá o hospital universitário. Um pronto-socorro, começado por Heráclito Fortes, Senador Pedro Simon, quando ele era Prefeito de Teresina e eu Prefeito de Parnaíba. Isso foi quando assinaram a Constituinte. Eu fui Prefeito com Sarney, depois com Collor, depois com Itamar, e depois governei com Fernando Henrique Cardoso. E o pronto-socorro municipal, o ex-Prefeito Firmino Filho ajeitou tudo. Faltam uns conveniosinhos com o Governo Federal. E, na eleição, ele esteve lá e prometeu. Prometeu e não cumpriu. E está lá. O pronto-socorro que existe em Teresina fomos nós que fizemos, ampliando o anterior, o Hospital Getúlio Vargas. Então, é isso.

Todos nós sabemos que o Piauí, Senador Pedro Simon, é a última fronteira agrícola. Senador Cristovam Buarque, nós temos onze milhões em área de cerrado. Atentai bem, Efraim! Três milhões ao lado do rio Parnaíba. V. Ex^a, que é engenheiro, conhece irrigação. Mas não há estrada, só há cerrado. Foi lá e deixou uma promessa. E o pior, Senador Cristovam Buarque, é a sanidade animal. O Piauí, Senador Pedro Simon, chegou no passado a dizer que a bandeira era feita de couro de bode, porque lá há muito caprino, ovino e gado. Mas acontece que o Governo Federal não vacina, e nós estamos bloqueados. Então, um bode,

uma ovelha, uma cabra, que valia R\$400,00, só tem o mercado interno, porque não há vacinação, e o gado, que valia R\$600,00, é vendido a R\$200,00.

Senador Pedro Simon, no Rio Grande do Sul, nos pampas gaúchos, há chá e fumo. Senador Cristovam Buarque, quando deixei o Governo do Piauí, igualava-se à carnaúba a nossa riqueza. A pauta de exportação, que era de US\$20 milhões, baixou para US\$3 milhões, de vinte para três. É um desastre este Governo.

Agora Lula, quero lhe ensinar. Estamos aqui em Brasília. Senador Efraim Morais, Juscelino, médico como eu, cirurgião como eu, colocou Brasília aqui para que houvesse integração. Deixou de ser só Rio e São Paulo. Aproximou-nos do Piauí.

Eu citei dez projetos inacabados. Mas o Piauí merecia um projeto que tem na Petrobras: a refinaria de Paulistana. Por que, Senador Efraim Morais? Lá não há petróleo, mas poderia ter uma refinaria, porque é onde existe o maior déficit, Senador Cristovam Buarque.

Ô Presidente Lula da Silva, olhai o mapa: Paulistana, no sul do Piauí, é equidistante de Boa Vista, de Manaus, de Belém, de São Luiz, de Fortaleza, de João Pessoa, lá na Paraíba do nosso Tambaú, daquele peixinho-agulha com chope, que é uma coisa boa; de Recife e de Aracaju. E o déficit! Então, por via férrea, a região se abasteceria. Há um projeto da Petrobras. É caro sim. Brasília foi cara, mas não está aí, não foi necessária? É para quem tem visão de futuro.

Estas são as nossas palavras. Ô Presidente Lula da Silva, lembre-se: Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, pertence-te nossos sonhos, nossos amores e nossas vidas. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega. Nós fomos, na Independência. E chego aqui, Presidente Lula, para lhe trazer a verdade e o clamor, V. Ex^a, que deve ser agradecido ao Estado do Piauí, em que foi sempre eleito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e parablenzo-o pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui desde cedo, e vim com a idéia de falar sobre um assunto, mas depois de ouvir os discursos desta manhã, resolvi mudar de orientação. E vou começar pelo discurso que fez o Senador Gerson Camata, logo cedo, às 9h, nesta sessão, porque o Senador Camata me provocou uma lembrança.

Há alguns anos, Senador Efraim, há muitos anos, eu estava em Manaus em um carro, e o motorista, Senador Mão Santa, apontou para o carro ao lado e

perguntou-me se eu tinha notado que aquele fusquinha estava com os vidros fechados. Eu disse que não tinha notado, e o motorista do carro que me conduzia perguntou: “O senhor sabe por que ele usa o fusquinha com os vidros fechados? É para que as pessoas pensem que ele tem ar condicionado”. Aquilo para mim foi o símbolo do Brasil, até o mapa brasileiro lembra um pouco o Volkswagen.

Nós somos um país que fechamos os vidros, vivemos no calor da violência, da deseducação e da pobreza para dar a impressão de que somos desenvolvidos. Aquele jovem de Manaus, a quem não prestei atenção, que não sei como era, porque passou ao lado, é um símbolo de nós, brasileiros: queremos dar a impressão de que somos ricos e desenvolvidos e estamos construindo o desconforto, como ele enfrentava fechando o vidro para arranjar namorada que pensava que ele tinha ar condicionado. Tenho a impressão de que, depois que elas entravam no carro, em vez de mandar abrir os vidros, mandavam fechar ainda mais para que as outras pensassem que ela estava no carro de alguém que tinha carro com ar condicionado.

Estamos hoje numa situação em que, ao ler os jornais, ver televisão, ouvir rádio ou noticiário, dá tristeza, e o povo descontente. Por isso, lembro-me do discurso do Senador Camata, quando ele falou que não estamos dando respostas ao que o povo quer de nós. As ruas estão vazias, não está havendo manifestação, mas as ruas não estão caladas... O povo não está indo para a rua como foi na Argentina, dizendo que todos eram iguais e pedindo que se fechasse o Congresso. Não. O povo não está indo para as ruas, mas o povo está comentando essa possibilidade, o povo está descontente. O povo está descontente com cada uma das coisas que a gente vê no dia-a-dia, o povo está descontente com o crescimento que não vem, o povo está descontente com o desemprego, com a violência, com a dificuldade para matricular o filho, com o custo do material escolar, com as filas nos hospitais... O povo está falando e nós não estamos ouvindo.

Nós damos, às vezes, a impressão de que estamos ouvindo, como ultimamente no caso da violência, mas nós não estamos ouvindo. Se tivéssemos ouvido, em primeiro lugar, não estaríamos adiando as decisões em relação a um programa de segurança. Por outro lado, nós não estaríamos trabalhando apenas na segurança, mas na paz, que exige que, além de mais polícia, haja mais professores, que além de mais cadeia haja mais escolas. A gente não está ouvindo o povo! E o povo tem limite na sua paciência. O povo não fica para sempre apenas falando como nós, que achamos que falar basta. Chega um dia em que o povo pára de falar e vai para as ruas, e esse dia a gente nunca pre-

vê, Senador Mão Santa. Às vezes leva décadas, às vezes leva anos, às vezes a gente acorda e descobre que o povo já está na rua, porque a gente não deu as respostas que o povo queria ouvir de nós.

Dando seqüência à provocação do Senador Gerson Camata, de que a gente não está dando respostas, vale a pena perguntar: por que? Esta Casa já deu muitas respostas em momentos importantes do Brasil. Por que não está mais dando respostas?

Senador Mão Santa, que preside esta sessão, creio que isso ocorre porque nos acostumamos com a situação. O povo não se acostumou, mas nós nos acostumamos. O Senador Camata lembrou que faz um mês que ocorreu aquela violência absurda de uma criança ser arrastada. Hoje já não se fala tanto naquilo. Não esquecemos o fato, mas perdemos a capacidade de nos indignar. Nós nos acostumamos.

Um País que não estivesse acostumado com a violência não conseguiria trabalhar depois de ouvir o noticiário da manhã, como fiz hoje, ouvindo o **Bom Dia Brasil**. Não viríamos para cá se a gente ouvisse e refletisse sobre o editorial dito pelo jornalista Alexandre Garcia. O que ele falou hoje, olhando nos nossos olhos, sobre a realidade que estamos atravessando... E a gente vem, mas outros que não vêm estão fazendo política da mesma maneira, porque nós nos acostumamos.

Sabem por que estamos acostumados a ver uma criança ser amarrada e arrastada pelas ruas do Rio de Janeiro? Porque a gente já está acostumado, há décadas, com meninas sendo arrastadas, vivas, para a prostituição. Ou a gente não percebe que uma menina de nove anos, como ocorre, está sendo explorada sexualmente para manter seus pais, que não têm emprego, que estão doentes? Ou a gente acha que essa menina não está sendo arrastada, com uma violência quase igual à daquele menino que foi arrastado fisicamente? Ele morreu, seu corpo foi despedaçado, algo horrível, mas não é horrível também a gente ver a tragédia da prostituição infantil, a tragédia do trabalho infantil tirando crianças da escola, a tragédia de sair da escola aos 12 anos? É a média do Brasil. A média do Brasil é sair da escola aos 12 anos! Isso não é uma violência? É, mas nos acostumamos.

Será que a gente não percebe que nos acostumamos a ver pessoas pedindo esmola na frente de um supermercado repleto de comida? E elas pedindo esmola para ver se conseguem comer, porque não podem entrar no supermercado para comprar. Nós nos acostumamos.

Quem caminha pelos corredores do Congresso, sobretudo indo do Senado para a Câmara, acostumou-se a ver a quantidade de pessoas pedindo dinheiro

para comprar material escolar, para voltar para casa mesmo morando aqui perto de Brasília, ou para ir de volta para suas casas longe daqui, porque vieram aqui em busca de emprego e não conseguiram. Nós nos acostumamos.

E este é o grande defeito e o grande problema da política brasileira hoje: é que nós nos acostumamos. E, ao nos acostumarmos, primeiro perdemos a capacidade da indignação. Aceitamos, acomodamo-nos. Acostumados e acomodados! Na verdade, são as duas posições que predominam hoje na política brasileira. E não só nós, políticos com mandatos: os sindicatos se acostumaram e se acomodaram, a UNE se acostumou e se acomodou, cada grupo foi se acostumando e se acomodando. E a gente perde a capacidade de indignação.

Depois, algo quase tão grave: começamos a procurar soluções pequeninhas para problemas gigantes. A gente acha que, reduzindo a maioridade penal, acabará com a violência de crianças sendo arrastadas nas ruas por bandidos ou por exploradores sexuais. Neste País, a gente acha que resolve os problemas com pequenos gestos, mas eles são gigantes. Ou a gente não percebe que este País discute a redução da maioridade penal – e não vou discutir se é certo ou errado, Senador Mão Santa –, discute se reduzir ou não a maioridade penal, mas não discute como acabar com a prostituição infantil? Ninguém discute aumentar a menoridade para viver do comércio do corpo, ser prostituta. Ninguém discute que deve ser acima de 18 anos. Toleramos, no País, prostituição infantil aos nove anos, Senador Pedro Simon, aos dez, aos doze, aos quatorze, aos quinze. Ninguém fala em aumentar a menoridade para cair na prostituição. Ninguém discute aumentar a menoridade para sair da escola. Ninguém discute baixar a maioridade para entrar na escola aos quatro anos. Não se discute, porque estamos acostumados, acomodados e viciados nas soluções simples e pequenas. A gente não percebe que nós estamos aquém, abaixo das exigências do momento que o Brasil vive, porque – falemos com franqueza, com clareza, aquilo pelo que se perdeu o gosto ultimamente – este País não vai mudar se, em vez de pequenos gestos, não fizermos uma revolução, Senador. Mas não se assistem quando falo em revolução. Existem revoluções violentas, existem revoluções pacíficas. Revolução significa mudança geral. É isso que significa. O Brasil precisa de uma mudança geral.

Muitos falam que é preciso passar o Brasil a limpo. Isso é a maneira de começar a revolução ao nível da consciência. Mas fazer revolução é mudar este País. É fazer com que a gente não seja mais uma população que fecha os vidros do Volkswagen para dar

a impressão de que tem ar condicionado nele, que a gente sofre para dar a impressão de que é rico, que é o que prevalece hoje, inclusive nos que são ricos. São ricos de renda, mas têm medo do seqüestro. São ricos de renda, mas, se vão ao cinema, não podem tomar um café na esquina. São ricos de renda, mas têm de ter um carro blindado, viver em condomínios fechados, prisioneiros, como vive hoje a classe média e alta brasileira.

Libertamos os escravos em 1888. Agora a gente está precisando libertar os ricos da prisão em que vivem. Mas a gente não percebe que o único jeito de libertar os ricos da prisão, do carro blindado, do condomínio, das grades é libertando os pobres da pobreza. Não porque os pobres sejam violentos – isso é falso. Pobre no Brasil é o que há de mais pacífico. Imagine, Senador Pedro Simon, a pessoa com fome na frente de um supermercado. Isso não é pacifismo? E é o que mais tem neste País. Imagine a pessoa doente, ou pior, com um filho doente, com asma, sabendo que na farmácia em frente há um remédio que cura! E ela não entra na farmácia porque não tem dinheiro. Tem pacifismo maior do que esse? E a verdade é que esse é um pacifismo até antinatural, porque naturalmente qualquer animal se revolta por não ter comida. O povo brasileiro é tão pacífico que não se revolta quando não tem comida.

Este País é o maior exportador de alimentos do mundo, e tem gente que tem fome! O povo é pacífico. Tem sem-terra que assiste, do outro lado da cerca, a um vazão de produção, mas ele não invade. É pacífico o povo brasileiro, mas a pobreza carrega a violência da exclusão. Ela é produto da violência, ela é uma violência, e isso não vai durar para sempre. Mas o grave é que nós aqui dentro nos acostumamos com essa violência. Nós nos acostumamos com a violência do desemprego, dos doentes, dos que passam fome, das meninas prostituídas, dos que saem da escola, dos que entram na universidade e não conseguem pagar... Nós nos acostumamos e estamos procurando pequenas soluções para um problema gigantesco, que é a falta de rumo com que o Brasil vive hoje.

Ouçó o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a abordou um plano muito importante quando falou como os ricos estão vivendo hoje. Chegou lá no Rio Grande do Sul o chamado condomínio fechado. Nas praias do Rio Grande do Sul, hoje, há o povão como nós, e há os condomínios fechados. São verdadeiras cidades, com muralhas altas, onde a pessoa vai passar trinta dias na praia e você não toma conhecimento de que ela está lá, porque ela não sai dali. Ali tem tudo. Tem clube, tem show, tem supermercado, tem música, tem

dança; é uma cidade para ele. Isso está acontecendo também em Porto Alegre. Em São Paulo, diz-se que há alguns condomínios que são qualquer coisa de fantástico. Há condomínios que têm heliporto. O cidadão trabalha em São Paulo, na Capital, e no último andar do prédio onde trabalha também tem um heliporto. Ele sai dali, vai almoçar em casa, sesteia e volta a trabalhar. Aliás, São Paulo é a segunda cidade do mundo em helicóptero, só perde para Nova Iorque. Está-se criando uma sociedade onde a alta burguesia está se isolando. Os filhos não vão à praia, não vão a clubes, não vão a barzinhos, não atravessam as avenidas, estão ali. Eu estava vendo o anúncio de um desses condomínios ao lado de uma favela. Está ali aquele condomínio que é uma maravilha e ao lado uma favela que é uma desgraça. Mais dia menos dia alguma coisa vai acontecer. É aquilo que dizia o nosso querido nordestino: no Brasil vai haver um tempo em que alguns não vão dormir de medo dos que não dormem porque têm fome – uns não dormem porque têm fome e outros não dormem de medo daqueles que não dormem porque têm fome. E Almeida José de Castro disse isso há um tempo tão antigo, quando isso estava começando, mas ele já previa. Mas acho que ele nunca imaginou que a coisa seria tão real como é hoje. E estamos caminhando para isso. A burguesia está... É impressionante o número de carros blindados, é carro blindado para o pai, é carro blindado para a criança que vai à escola... É impressionante o número de casas que são fechadas. Conheço, em São Paulo, um serviço de segurança em que, dez minutos antes de o cidadão chegar à casa, ele avisa e, então, todo o serviço de segurança é acionado para permitir que o carro entre. É impressionante! Gasta-se em segurança privada mais do que se gasta em segurança pública, porque esse mundo de milionários está fazendo sua segurança pessoal. E nós estamos caminhando para um mundo onde alguns se garantem – até quando não sei! Realmente, sinceramente, até quando não sei. Mas o Governo não toma uma posição no sentido de abrir as portas da esperança àqueles que nada têm; dar uma chance àqueles que nada têm. E a coisa se está deteriorando! Eu falei e repito agora para V. Ex^a que, no Rio de Janeiro, havia dois tipos de briga nas favelas. Primeiro, a gangue de um lado e a polícia do outro. De repente, a polícia assistia aos dois grupos brigando entre eles pela posse do morro. E a polícia ficava assistindo ao que estava acontecendo. Agora, entrou a nova gangue que se formou. Não sei como é o nome. São os membros da polícia que nas horas extras formam um movimento de proteção. O cidadão da favela paga para essa polícia um dinheiro “x” para proteção. Então, está havendo a briga da gangue contra

a polícia marginalizada. Para aonde é que vai? Para aonde é que nós vamos caminhar? Eu, sinceramente, não entendo, juro por Deus que não entendo!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, agradeço-lhe o aparte, que muito enriquece, e o senhor traz idéias: é a lógica que está errada; não é nem a política mais. Houve um tempo que a política estava errada; hoje é a lógica. Os condomínios! Este é um País que podia ter resolvido todos esses problemas construindo pontes com os pobres, e a gente preferiu criar muros contra os pobres. E cada vez que surge uma chance de uma ponte em direção à pobreza, a gente constrói mais um muro contra a pobreza. E não vai ter como continuar isso – como o senhor bem disse: até quando? Não dá, a não ser que algo pior do que os muros dos condomínios, do que as paredes dos supermercados e das farmácias venha a acontecer, Senador, que parece até filme de terror. Mas no terror que a gente vive, tudo é possível. E se a ciência médica, a biotecnologia, essas maravilhas todas começarem a fazer aqueles que são ricos fortes, inteligentes, saudáveis e tão diferentes dos pobres que chega um dia que a gente deixa de reconhecê-los como semelhantes? O senhor acha que isso é impossível? Será que a gente não está à véspera de uma mutação dessa parcela rica – do mundo, não só do Brasil –, uma mutação biológica, de tal forma que as massas pobres deixarão de ser reconhecidas como semelhantes? Aí alguém diz: “Isso é impossível”. E não foi assim durante a escravidão, por quatro séculos, em que os brancos não se sentiam semelhantes aos negros? E não foi assim na África do Sul, durante o *apartheid*, em que os brancos não se sentiam diferentes dos pobres? Não foi assim nos Estados Unidos até poucas décadas atrás? E se a gente der esse salto, o que vai ser do cristianismo? O que vai ser de todas as mentes que defendem a igualdade, quando não se defende a igualdade entre dessemelhantes?

Mas hoje não é mais nem hora de falar em igualdade; é hora de falar em não-exclusão; é hora de falar não em muros, mas sim em pontes; é hora de falar em convivência no mesmo espaço, mesmo sendo desiguais.

E aí volto ao discurso do Senador Gerson Camata, às 9h de hoje. Não estamos dando respostas a esses problemas. A nossa resposta é aumentar o muro; e não construir uma ponte. Não estamos dando resposta ao problema da violência, porque é maior do que a violência; não estamos dando resposta ao problema da fome porque é maior do que a fome; não estamos dando respostas aos problemas um a um,

porque existe um problema só e maior: o Brasil precisa fazer a sua revolução. E defendo que essa revolução, hoje, seja pacífica e possível por meio de uma mudança radical na educação. Pode ser que não seja esse o caminho. Pode ser que seja ainda aquele que os outros defendiam, anos atrás, e que eu acho que já não seria a resposta, que é a estatização, que é a desapropriação, que é o planejamento, que é o Estado tomar conta. Não acredito que seja. Talvez eu esteja errado, mas está na hora de este Senado descobrir qual é a revolução que o Brasil precisa nesse começo de um novo século. E isso a gente não está fazendo. Não está fazendo porque nos acostumamos, nos acomodamos e nos viciamos e ficamos presos de uma lógica: a lógica daquele menino de Manaus, que fechava os vidros do seu fusquinha para dar impressão às meninas da cidade de que tinha ar condicionado no carro.

É a lógica que está nos aprisionando, Senador Mão Santa, nosso Presidente. É a lógica! Ou a gente quebra a lógica de qual é o projeto-destino, onde a gente quer chegar e levar o Brasil, ou a gente não vai encontrar o caminho aqui dentro. Nós estamos prisioneiros de uma lógica equivocada, errada, uma lógica que, de tal maneira, já se entranhou na gente que a gente não consegue olhar o mundo livre dela, porque se livrar de preconceitos ainda dá, mas se livrar da lógica é muito difícil. Uma nova lógica é necessária. Ou este Senado dá esse salto, ou quem vai dar? Quem neste País, que instituição, Senador Pedro Simon, poderá trazer essa quebra da lógica, à procura de um novo caminho? As universidades? Não acredito.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nobre Senador, eu tenho o pressentimento de que o Lula e o pessoal que cerca o Lula têm alguns pronunciamentos como o meu – e perdoe-me, o de V. Ex^a e mais alguns outros – em que eles só lêem o princípio assim: é igual. E colocam fora. Porque V. Ex^a está propondo algo mais sério do que “vamos fazer uma leizinha para baixar de 18 para 16 anos”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso mesmo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eles estão preocupados é com isto: para 16, para 15 ou para 14. Agora, a lógica dos fatos, a profundidade da matéria, não há essa preocupação. Olha, vou dizer a V. Ex^a que estou sentado aqui há 25: um quarto de século. Vou

ficar 32 anos, se não morrer antes. Mas o que me dói é que não consigo ver os sentimentos de... Vamos sentar para conversar. Somos racionais, temos o sentimento da lógica, do bom senso. Há inúmeras pessoas aqui que sabemos que, nos partidos mais variados, são bem intencionadas. O pior é que não sabemos o que fazer! Não sabemos como fazer. E o que há de pessoas bem intencionadas, meu Deus, eu nem discuto isso! Mas o País caiu numa irresponsabilidade, num deboche... Perdoem-me, mas, para mim – não tenho nenhuma dúvida – quem nos levou a esse fundo do poço foi a televisão. Foi quem atrapalhou toda a nossa vida, mudou aquele conceito de reuniões de família. Quando eu era criança, eu, meu pai e minhas irmãs íamos visitar o fulano e ficávamos conversando, abríamos uma compota, uma sobremesa. Quem terminou com isso foi a televisão. Agora, se tu quiseses fazer uma visita, tu ficas lá, assistes à novela, quando termina, tu dizes: “Ah! Tá bom. Até logo, vou embora!” Não há nada... A escola, a família, a igreja, nada forma nada; nada constitui nada. Outro dia, eu estava dando uma palestra na universidade. Daqui a pouco, disseram: “Olha, temos que terminar logo, Senador”. O que é? “É que agora vem o Big Brother aí e está todo mundo assistindo. Hoje vamos saber quem vai ser posto para fora, se é o fulano ou se é o beltrano.” Se a gente não fizer isso, se a gente não tiver condições de sentar numa mesa e discutir com tranquilidade e com serenidade... Agora, o Senador Antonio Carlos, formidável, vai reunir uma Comissão para estudar a lei da violência. Até onde vai chegar? O Senador Antonio Carlos fez um negócio belíssimo, o Fundo da Pobreza. Parecia que estava tudo resolvido. Foi aprovado, foi um gesto bonito do Senador. Nota dez para o Senador! Nota dez para o Congresso Nacional! Nota dez para todo mundo! Nota zero para o resultado do tal Fundo da Pobreza. Não sei o que aconteceu. É que nada traz consequência neste País. Começa no início: este é o País da impunidade. Vá tu educar os teus filhos, vou eu educar os meus filhos e deixá-los fazerem o que quiserem! Se tenho coragem, se gosto do meu filho e de educá-lo, digo: “Por aqui não, meu filho. Isso você não faz”. Todo mundo já sabe que a impunidade é a realidade; todo mundo já sabe que faz, e não faz, e não acontece nada. Todo mundo sabe o que é fazer a lei e não valer nada. É uma lei, Senador, me desculpe. Considero a lei mais importante que fiz a do número único. No Brasil, temos uma série de documentos: carteira de identidade – tem gente que tem três ou quatro carteiras de identidade, cada uma com um número; passaporte – tem gente que tem três, quatro, cinco passaportes, cada um com um número;

contas bancárias – não sei quantas, cada uma com um número; certidão de nascimento, de casamento, de divórcio, de segundo casamento, bancos e não sei mais o quê. Eu, Pedro Simon, apresento um número único: RS/CS – Caxias do Sul – e o número. Aquele é o número que me acompanha do meu nascimento até a minha morte. Portanto, disponho de cinco anos para me adaptar a esse número. Então, o que fazer? Deve-se modernizar isso no Brasil inteiro. Se no Paraguai passar um caminhão contrabandeado, o policial poderá fazer várias perguntas, como: Onde está a carteira? Onde está a sua carteira de motorista? Onde está a sua Carteira de Identidade? De posse da carteira, é possível verificar que o número não existe. O motorista será preso ali. Sabem por que essa lei não consegue entrar em vigor? Porque as gangues estão organizadas, e ninguém do Governo tem interesse nessa lei. Essa lei existe, é real, todo mundo diz que é espetacular, mas ela não se executa. Não se trata de criá-la, de votá-la. Ela não é executada porque as gangues estão organizadas no Governo e nenhuma delas quer perder a sua boquinha. O pessoal responsável pelos passaportes não quer perder nada, assim como o da carteira de identidade e o da polícia. E nós continuamos na mesma situação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, mais uma vez, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, retomo o assunto. Como eu estava falando, qual instituição, além de nós, pode olhar o Brasil com olhos diferentes, buscando uma lógica alternativa? Não acredito que as universidades vão trazer essa lógica, porque elas estão prisioneiras. Não acredito, como V. Ex^a disse, que a Igreja vá trazer essa lógica. Não acredito que o Poder Executivo vá trazer uma nova lógica. Não acredito que os escritores, que os intelectuais brasileiros trarão uma nova lógica, porque eles estão prisioneiros dessa lógica. Existem intelectuais no Brasil agora que dizem que vivem num silêncio reverencial. O silêncio é o túmulo do intelectual. De onde virá?

Creio que, apesar de toda a desconfiança que há neste País, esta Casa ainda poderia ser o ponto de resgate do Brasil, a busca de uma lógica diferente, que, em vez de muro, queira construir pontes, que, em vez de reduzir a maioria penal, queira reduzir a minoridade com que se entra na escola, aumentar a maioria para a prostituição, como vimos e não deveríamos nem defender. Tão atrasados estamos que defendemos que não haja prostituição infantil neste País.

Mas, para isso, algo teremos de fazer. O Presidente Renan, no dia de sua eleição, disse que faria nesta Casa um grupo de alguns ou todos juntos para analisarmos não apenas como acabar com crianças sendo arrastadas de carro, mas como fazer este País ser pacífico, não como dar impressão de riqueza, mas como trazer riqueza completa. O Presidente Renan prometeu isso e eu venho cobrando.

Esta Casa, Senador Efraim Morais, pode ser o ponto de partida para uma revolução diferente, que não seja de um partido contra outro, mas daqueles que querem um Brasil diferente. Não se trata apenas de um Brasil capaz de colocar bandido na cadeia, que é preciso, porém, mais do que isso, um país onde ser bandido seja exceção e não regra, onde a violência, quando ocorrer, nos surpreenda – e não como hoje, quando a violência entrou no costume, no hábito, nos acomodou e nos viciou. Isso é o mais grave. Nós estamos viciados com uma forma de fazer política que não é a certa. E procuramos soluções pequenas.

Hoje eu li, Senador Augusto Botelho, declaração do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral defendendo a redução do mandato de Senador. Eu também defendo a redução para 4 anos. Aliás, acho que devíamos nos perguntar se não é tempo, neste País, de acabar com o Senado e ter uma única assembléia. Agora, Ministro não tem direito de se meter e dizer qual é o tamanho do mandato de Senador nem de Deputado nem de Prefeito.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Principalmente quando tem mandato perpétuo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Até porque eles são vitalícios.

E lemos isso e não vejo uma manifestação do Congresso contra um juiz estar se metendo e propondo mudar a Constituição, mesmo que eu esteja de acordo com ele que um mandato de 8 anos é muito longo. Mesmo que eu aceite discutir se o Brasil precisa de Senado. Muitos países têm uma assembléia única e funcionam muito bem sem precisar de duas casas.

Agora, juiz se meter é ferir a Constituição. E por que, Senador Efraim, ele faz isso? Porque nos acostumamos com isso. Eles é que definem regras, eles é que dizem como é que votamos, eles é que dizem, faltando pouco tempo para a eleição...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor Cristovam Buarque, atentamente estamos ouvindo, mas V. Ex^a acaba de empatar com Pedro Simon. São 34 minutos. E Pedro Simon vai fazer 32 anos como Senador, como Rui Barbosa. Estão no mesmo nível. E Efraim é o próximo orador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu me alegro, porque é a primeira vez que alguém precisa me chamar a atenção para o tempo que falo, porque me considero aquele que cumpre o tempo. E não cumpro porque V. Ex^a não marcou ali quanto tempo eu teria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas ali eu não estou vendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – V. Ex^a acabou de empatar com Pedro Simon: 34 minutos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. Fora do microfone.) – E V. Ex^a não está dizendo que é para sair.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não estou dizendo não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas vou sair.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não estou dizendo não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas não empato com o brilhantismo dele. E agradeço por ter avisado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Apenas chamei a atenção, porque nem tudo está perdido, pois os dois se igualam no saber.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está bem! Agradeço por ter-me chamado a atenção, mas preferiria ter sido chamado pela maneira normal dos 20 minutos ali. Mas vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a completou 35 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Vou terminar.

Quero concluir, então, já que o Presidente cortou minha palavra, logo ele, que usa muito o tempo aqui, e sempre, e que é o mais tolerante de todos! É verdade! Mas agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já está em primeiro lugar. Eu só disse que, nesta sessão, V. Ex^a está com 35 minutos e que o Pedro Simon falou 34 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Deixe-me concluir, Senador, até porque quero dizer que tenho consciência de que o discurso que faço não toca a opinião pública. As pessoas a meu redor dizem que falo coisas que não sensibilizam os eleitores. Tenho consciência disso. E tenho consciência de que sensibilizaria muito mais se viesse aqui discutir a maioria penal, a favor ou contra. Eu não faço isso. E fiz questão de dizer que não estou defendendo se sou a

favor ou contra a redução, estou dizendo é que isso não resolve. E não vai resolver PAC algum. Todo mundo já deveria saber disso, porque não estamos quebrando a lógica de um rumo equivocado, que aquele menino de Manaus me mostrou, ao andar em um Volkswagen fechado para dar a impressão de que tinha ar-condicionado. Está na hora de mudarmos a lógica.

Concluo dizendo que não vejo outra instituição, hoje, com mais condições de pensar diferente, de buscar soluções alternativas, do que nós.

Mas concordo com o Senador Gerson Camata, que me inspirou neste pronunciamento de hoje, ao falar, às 9 horas, que não dá para termos muita esperança de que isso vá acontecer.

Voltando à pergunta do Senador Pedro Simon: até quando isso vai continuar, para sermos surpreendidos um dia? Quando o povo que está falando na rua deixar de falar e caminhar; quando substituir a boca pelos pés e for para a rua pedir que feche o Congresso porque não estamos dando resposta aos problemas do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a usou apenas 37 minutos. São 27 a mais que a nota que V. Ex^a merece como Senador, como homem público e como brasileiro.

Com a palavra o Senador Efraim Morais, 1º Secretário do Senado da República, do PFL da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Srs. Senadores, serei rápido, mas insistindo na mesma tecla desta semana. Aproveito comentários feitos em dois grandes jornais de circulação nacional. Um é o editorial, a visão do próprio jornal **Correio Braziliense**, e o outro é um artigo da jornalista Maria Cristina Fernandes, do jornal **O Valor**. Os comentários são importantes para que possamos aqui continuar a debater a questão da violência.

É um dado novo, Senadores Augusto Botelho e Mão Santa.

O jornal **Correio Braziliense**, sob o título “Mortes Precoces”, diz o seguinte:

O Mapa da violência dos Municípios brasileiros apresenta mais um dado preocupante sobre a barbárie urbana no país. Depois de atingir índices explosivos nas capitais e regiões

metropolitanas, a criminalidade se espalhou pelo interior do território nacional.

Senador Cristovam Buarque, com certeza V. Ex^a já leu o **Correio Braziliense** e pode observar que, aqui no Distrito Federal, nas nossas cidades satélites, a violência é enorme, está entre as maiores do nosso País. Os números assustam. Dados de 2004 comprovam que as 556 urbes com maior índice de assassinatos registram 96,6% das mortes. Entre elas, há vítimas preferenciais: jovens com idade entre 15 e 24 anos.

Sr. Presidente, a cada momento que a esta tribuna sobe o Senador Cristovam Buarque para pedir prioridade para a educação, vamos sentir – na própria visão do jornal **Correio Braziliense** – que só há o caminho mesmo da educação para essas crianças e jovens. Isso assusta, Senador, porque exatamente esse segmento representa 91,9% do total. Os 11 Municípios do Entorno do Distrito Federal, que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa, tiveram destaque no triste *ranking* de vidas perdidas, ocuparam o quarto lugar no segmento juvenil e o quinto, no cômputo geral.

Ali, de cada 100 mil rapazes e moças, 65 perdem a vida prematuramente. A maioria tem o mesmo sexo, cor e classe social: são homens pobres e negros. Eles pagam o preço do preconceito, da exclusão e da baixa escolaridade. Com dificuldade de colocação no mercado de trabalho, tornam-se o alvo preferencial de traficantes, que lhes apontam caminhos tortuosos para o ganho fácil e rápido.

Vale lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Distrito Federal não está imune aos problemas do Entorno. A população de Planaltina de Goiás, Luziânia, Valparaíso, Formosa, Novo Gama, Águas Lindas e demais Municípios goianos vizinhos giram em torno da Capital Federal. É aqui que estão os empregos, a oferta de lazer, a assistência médico-hospitalar. Sem opções no lugar onde vivem, os moradores sobrecarregam os equipamentos urbanos de Brasília. Além disso, nada assegura que a explosão de violência se restrinja aos Estados de origem. Os resíduos se espalham como rastilho de pólvora.

Senador Mão Santa, impõe-se frear o avanço da tragédia. Estudos demonstram que é importante manter os jovens no sistema escolar; evadidos, tornam-se caça do crime. O desafio obriga as autoridades a olhar o problema de frente. A escola tem de ensinar. O estudante precisa ter a certeza de que está se qualificando para disputar bons empregos e ascender socialmente, mas as instalações escolares têm de ficar à disposição

da comunidade para a prática de esportes e a promoção de eventos sociais e culturais.

Nada menos que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional escorrem pelo ralo da violência. Além da perda da força de trabalho em pleno vigor, o País arca com os ônus previdenciários e hospitalares. No caso, como em muitos outros, vale a máxima popular: “Prevenir é melhor que remediar”.

Portanto, Srs. Senadores, parabenizo o **Correio Braziliense** por essa visão, que tenho o prazer de trazer, porque, de toda essa discussão que tivemos, sabemos que estamos perdendo uma mão-de-obra qualificada, que ao jovem brasileiro – não é só no Entorno do Distrito Federal, é no País todo – está faltando oportunidade para que possa realmente seguir o caminho da boa escola, acreditar que vai ter oportunidades futuras. Cadáveres só não existem no Governo Federal! Não existem cadáveres federais, municipais e estaduais; são cadáveres, são pessoas que precisam exatamente do Governo, tanto em esfera federal, como estadual e municipal.

Além disso, o Congresso começa a discutir essa questão da violência, se vamos diminuir ou não a responsabilidade da idade do jovem, mas de nada adianta, Senador Mão Santa e Srs. Senadores, criar leis para irem para as gavetas e não serem cumpridas.

É preciso ação do Governo. O Governo tem que entender que é importante a participação dos governos estaduais, dos prefeitos e a participação do Congresso. Ou nós fazemos uma grande discussão, um grande fórum para discutir essa matéria ou, então, na hora em que diminuirmos a responsabilidade penal desses jovens para 16 anos, nós vamos sair daqui pensando que está resolvida a questão. E será, sim, mais uma decepção para a sociedade brasileira.

Por isso, Senador Cristovam, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, afirmo aqui, admirador de V. Ex^a que sou, que acredito na sua oração, acredito acima de tudo na sua crença de que será através da educação que nós vamos vencer, será através da educação – eu poderia até arriscar – que nós vamos renascer para um Brasil maior, para um Brasil melhor, para um Brasil mais sério e com mais perspectiva para essa juventude.

Concedo o aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Efraim, quero apenas dizer da minha admiração por V. Ex^a, por ter tocado no assunto, e dizer da minha satisfação de vê-lo trazendo aqui a essa tribuna o problema do Distrito Federal, que represento. É um

problema que temos trabalhado muito. O Governador Arruda, ele próprio, tem estado preocupado com o assunto. Fui Governador aqui, e também dei minha contribuição. Mas V. Ex^a tem toda razão: nós estamos vivendo, no Distrito Federal, naquilo que se chama de Entorno, uma realidade extremamente preocupante, tanto quanto em outras cidades. Lembro que foi muito bem expressa por V. Ex^a a idéia de que cadáver não é municipal nem estadual e nem federal; ele é humano, ele é de todos nós, ele é do Brasil, ele é das famílias. Mesmo assim, o cadáver, o assaltado no DF tem o mesmo problema que em qualquer outro lugar, mas o Brasil precisa lembrar que, se aqui a violência sair do controle, a República inteira ficará ameaçada. Temos de cuidar de todos os lugares, mas é preciso ter um cuidado muito especial, como questão de segurança nacional, com a paz no Distrito Federal e do nosso Entorno.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, recebi o aparte desse legítimo representante do nosso Distrito Federal, que se tem pautado e conduzido com muita seriedade e com muita dignidade em defesa dessa reforma que a sociedade cobra, que é a reforma da educação. Não precisamos citar exemplos novamente. O próprio Presidente Mão Santa, os Senadores Paulo Paim e Augusto Botelho e tantos outros, citando o mundo todo, falaram de como países cresceram e chegaram a ser grandes potências: por meio da educação, deixando o cidadão na escola. As grandes potências desses países comprovam isso.

Srs. Senadores, na mesma linha e com alguns detalhes, a jornalista Maria Cristina Fernandes, do jornal **Valor**, em sua coluna política – não leri todo o texto para não cansá-los e para obedecer ao tempo de que dispomos –, diz o seguinte:

Terra sem lei.

O primeiro mandato de Lula teve pífiros 2,6% de crescimento médio da economia [a média dos quatro primeiros anos do Governo Lula foi de 2,6%], mas não se lhe negará o mérito de ter promovido uma melhor distribuição desse crescimento com uma elevação, acima desse patamar, da massa salarial e de regiões menos desenvolvidas do país.

Aí vem o que é importante nesse parágrafo da jornalista:

O que o mapa da violência mostrou é que essa interiorização do crescimento, desacom-

panhada de Estado, é como subir um grau no desenvolvimento para descer dois.

Então, não adianta se utilizar desse artifício se manda e não acompanha. Não, sobe-se, em determinado momento, Senador Paulo Paim, um degrau, mas, logo em seguida, se desce dois.

Ela faz um comentário e toma alguns exemplos, como o caso de Pernambuco, como o caso de São Paulo.

É evidente que observamos que, da mesma forma que ela compara o Sul e compara o Nordeste, ela diz, mais à frente, uma frase que falamos há pouco, Senador Cristovam:

Não há cadáveres municipais, estaduais ou nacionais, mas há um único governante que hoje alimenta a pretensão de, ao final de seu segundo mandato, ter mudado a face do país. Por isso a sobrevivência desses indicadores alarmantes de violência é um retumbante fracasso do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Este talvez seja o ponto em que a jornalista analisa as questões nacionais e mostra que, neste momento, discute-se a violência, a barbárie, e não estamos vendo o Executivo discutir. O Executivo se esconde. Como se dissesse que não quer se desgastar, falta-lhe a coragem de vir discutir a questão da violência.

Não queremos aqui acusar o Governo por acusar. Queremos que o Governo venha também discutir com o Congresso Nacional, com Governadores, com Prefeitos e com a sociedade, para que possamos construir um grande fórum, porque não podemos só fazer leis para dar esperança ou enganar a sociedade de que, por meio delas, vamos resolver a questão da violência e do desemprego. Não podemos decepcionar a sociedade brasileira mais uma vez.

Daí, Senador Mão Santa, nossa convocação para que o Executivo venha também discutir, por meio do Ministro da Justiça, dos Ministérios, que podem vir aqui discutir com o Congresso Nacional. Independentemente de Oposição ou de Situação, temos que discutir, porque é uma cobrança da sociedade.

Leio novamente outro trecho:

Em contraste com os crimes que ganham maior divulgação, a principal vítima da violência é o homem jovem, pobre e negro.

Exatamente o que apontou, há pouco, a Visão do Correio. Mostra, estatisticamente, que, quando se tem, pela própria palavra da jornalista, um crime de

repercussão nacional, tem-se a imagem nacional nas televisões, rádios e jornais. Mas ela aqui é bem clara dizendo que, em contraste com os crimes que ganham maior divulgação, a principal vítima da violência é o homem jovem, é o negro e, acima de tudo, o pobre.

Não há dúvidas, portanto, de que se trata de uma tragédia social. Lula está para anunciar novos programas sociais e educativos para jovens dos centros urbanos e para a população de comunidades isoladas no País. Também ajudaria se impedisse os cortes nos investimentos do Orçamento da Segurança e nos repasses do Fundo Penitenciário.

Os recursos, Senador Paulo Paim, estão contingenciados, exatamente o repasse desses recursos, o que deixa os Governos estaduais e municipais e o próprio Governo Federal de mãos atadas para combater o crime e a violência.

Para concluir, Sr. Presidente, leio o parágrafo final da jornalista, que, tenho certeza, é um apelo desta Nação:

Mas o presidente [o Presidente Lula], sobretudo, não avançará muito, sem integrar os governadores e os prefeitos na força-tarefa.

É isso que estamos defendendo, é isso que queremos. O Congresso Nacional está aqui à disposição, está de portas abertas para o Executivo, está de portas abertas para a sociedade e para o Judiciário, para que todos nós, juntos, possamos construir aquilo que espera a sociedade.

Ação! A palavra é ação. Não é lei para não ser cumprida. O que precisa sair deste Congresso é o chamamento para dentro desta Casa, para um grande fórum que envolva os três Poderes, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e nós, para que possamos fazer leis que sejam cumpridas, porque a sociedade já não agüenta, principalmente os mais jovens, os mais pobres e os negros.

Peço a V. Ex^a Sr. Presidente a transcrição, na íntegra, nos Anais desta Casa, da coluna da jornalista Maria Cristina Fernandes, do jornal **O Valor**, e também a Visão do Correio, do **Correio Braziliense**, que apresenta o artigo "Mortes Precoces".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU DISCURSO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Terra sem lei

Municípios favoráveis à venda de armas são mais violentos

Ranking de homicídios*	Resultado no referendo** (em %)	
	Sim	Não
1º Colniza (MT)	94	90,6
2º Juaraa (MT)	10,6	89,3
3º Coronel Sapucaia (MS)	26,1	73,8
4º Serra (ES)	48,9	51,0
5º São José do Xingu (MT)	15,0	84,9
6º Vila Boa (GO)	23,7	76,2
7º Tailândia (PA)	25,4	74,5
8º Aripuanã (MT)	11,7	88,2
9º Itamaracá (PE)	46,3	53,6
10º Macaé (RJ)	44,9	55,0
Brasil	36,0	63,9

Fonte: TSE e Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros.

* Por 100 mil habitantes. ** Referendo da proibição da venda de armas em 2005.

— O primeiro mandato de Lula teve pífios 2,6% de crescimento médio da economia, mas não se lhe negará o mérito de ter promovido uma melhor distribuição desse crescimento com uma elevação, acima desse patamar, da massa salarial e de regiões menos desenvolvidas do país. O que o mapa da violência mostrou é que essa interiorização do crescimento, desacompanhada de Estado, é como subir um degrau no desenvolvimento para descer dois.

Tome-se Pernambuco, por exemplo, Estado que, como todo o Nordeste, cresceu mais do que a média nacional no governo Lula. Mas foi em algumas das cidades de maior crescimento econômico do Estado, onde se desenvolvem os pólos têxtil, agrícola e mineral, que a violência mais avançou a ponto de colocá-lo como recordista na taxa de homicídios por 100 mil habitantes no país. O histórico de radicalismos políticos do Estado tem servido de anteparo ao estreitamento da relação entre o governo estadual, os municípios e as organizações não-governamentais do setor para a implantação de políticas de combate à violência.

Tome-se o exemplo de São Paulo, o único Estado a registrar, nos últimos cinco anos, queda contínua no número de homicídios. Os analistas do mapa da violência atribuem esse desempenho à articulação entre o governo estadual e as prefeituras para manter as escolas abertas nos finais de semana, implantar a lei seca e reforçar o policiamento municipal.

Não há cadáveres municipais, estaduais ou nacionais mas há um único governante que hoje alimenta a pretensão de, ao final de seu segundo mandato, ter mudado a face do país. Por isso a sobrevivência desses indicadores alarmantes de violência é um retumbante fracasso do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Em contraste com os crimes que ganham maior divulgação, a principal vítima da violência é o homem jovem, pobre e negro. Não há dúvidas, portanto, de que se trata de uma tragédia social. Lula está para anunciar novos programas sociais e educativos para jovens dos centros urbanos e para a população de comunidades isoladas no país. Também ajudaria se impedisse os cortes nos investimentos do orçamento da Segurança e nos repasses no Fundo Penitenciário. Mas o presidente, sobretudo, não avançará muito, sem integrar os governadores e os prefeitos na força-tarefa.

Maria Cristina Fernandes é editora de Política.

Escreve às sextas-feiras

E-mail mcristina.fernandes@valer.com.br

VISÃO DO CORREIO

Mortes precoces

O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros apresenta mais um dado preocupante sobre a barbárie urbana no país. Depois de atingir índices explosivos nas capitais e regiões metropolitanas, a criminalidade se espalhou pelo interior do território nacional. Entre 1999 e 2004, as taxas de homicídios tiveram incremento anual de 5,4% nas cidades menores contra 0,8% nas regiões cosmopolitas.

Os números assustam. Dados de 2004 comprovam que as 556 urbes com maior índice de assassinatos registram 96,6% das mortes. Entre elas, há vítimas preferenciais. São os jovens com idade entre 15 e 24 anos. Esse segmento representa 81,9% do total. Os 11 municípios do Entorno do Distrito Federal tiveram destaque no triste ranking de vidas perdidas. Ocuparam o 4º lugar no segmento juvenil. E o 5º no cômputo geral.

Ali, de cada 100 mil rapazes e moças, 65 perdem a vida prematuramente. A maioria tem o mesmo sexo, cor e classe social. São homens pobres e negros. Eles pagam o preço do preconceito, da exclusão e da baixa escolaridade. Com dificuldade de colocação no mercado de trabalho, tornam-se alvo preferencial de traficantes, que lhes apontam caminhos tortuosos para o ganho fácil e rápido.

Vale lembrar que o Distrito Federal não es-

tá imune aos problemas do Entorno. A população de Planaltina de Goiás, Luziânia, Valparaíso, Formosa, Novo Gama, Águas Lindas e dos demais municípios vizinhos gira em torno da capital. É aqui que estão os empregos, a oferta de lazer, a assistência médico-hospitalar. Sem opções no lugar onde vivem, os moradores sobrecarregam os equipamentos urbanos de Brasília. Além disso, nada assegura que a explosão de violência se restrinja aos estados de origem. Os resíduos se espalham como rastilho de pólvora.

Impõe-se frear o avanço da tragédia. Estudos demonstram que é importante manter os jovens no sistema escolar. Evadidos, eles se tornam caça do crime. O desafio obriga as autoridades a olhar o problema de frente. A escola tem de ensinar. O estudante precisa ter a certeza de que está se qualificando para disputar bons empregos e ascender socialmente. Mais: as instalações escolares têm de ficar à disposição da comunidade para a prática de esportes e a promoção de eventos sociais e culturais.

Nada menos que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional escorrem pelo ralo da violência. Além da perda da força de trabalho em pleno vigor, o país arca com ônus previdenciários e hospitalares. No caso, como em muitos outros, vale a máxima popular: prevenir é melhor que remediar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência defere, nos termos do Regimento, o **Requerimento nº 147, de 2007**, lido no Expediente da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pediríamos permissão para encerrar esta sessão de sexta-feira, 2 de março de 2007, iniciada às 9 horas, com o pensamento do ilustre mestre desta Casa, Senador Cristovam Buarque, para que fique na mente de cada brasileiro e de cada brasileira, de todos nós: o futuro do País tem a cara de sua escola hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, em três tempos, a quantas anda a violência no nosso País:

1º tempo:

Programa “Última Edição”, da **Globo News**, do dia 27:

(...) Omissão que gera impunidade. Mais de 80% dos roubos e furtos não são denunciados pelas vítimas, em todo o País.

2º tempo:

Coluna do jornalista Merval Pereira, dia 28 de fevereiro, em **O Globo**:

(...) A mulher do Ministro da Cultura, Flora Gil, depois de ter seu carro blindado alvejado 16 vezes, numa tentativa de assalto, ano passado no Rio, disse que aquilo poderia ter acontecido em qualquer lugar do mundo.

(...) A Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, depois de assaltada na Linha Vermelha, no Rio, juntamente com o Vice-Presidente Gilmar Mendes, disse que assaltos acontecem.

(...) A mulher do Ministro da Fazenda, a psicanalista Eliane Mantega, depois de ter ficado seqüestrada com o marido e filhos durante três horas, disse que os bandidos foram “supergentis”. O Ministro demorou 12 horas para comunicar o crime.

3º tempo:

O Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos Magalhães, tem toda a razão do mundo (e bastaria a do Brasil), em querer mais velo-

cidade na aprovação de medidas legislativas para conter a violência no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto, quero dizer que o Programa de Aceleração do Crescimento ainda é intenção do atual Governo brasileiro. Não digo mera intenção, apenas que não é real.

O que há de real é uma quase desaceleração a rondar pelo País. Os números não mentem. O PIB de 2006 foi píffio, decepcionante, mas o Presidente Lula, mesmo admitindo o malogro, preferiu afirmar que o índice de 2,9% é um número maior que os analistas previam e menor do que aquele que eu desejo e menor do que o Brasil deseja.

Para os analistas de mercado, o resultado, além de não ser bom, revela infelizmente que o Brasil cresceu pouco, menos do que é preciso para, aí sim, se falar em aceleração do desenvolvimento.

Por enquanto, o que se pode falar é em desaceleração, como mostra matéria publicada hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, com o seguinte título:

Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta

País ficou 2,10 pontos percentuais abaixo da média, diferença maior que nos oito anos de Fernando Henrique

Irany Tereza e Nilson Brandão Junior

Com um crescimento médio do PIB de 2,64% nos seus quatro anos de governo, o governo Lula conseguiu, aparentemente, um desempenho um pouco melhor que o de Fernando Henrique Cardoso, que registrou um crescimento médio de 2,56% em seu primeiro mandato. Porém, quando esses números são comparados com a média do crescimento mundial – de 4,7% nos últimos quatro anos –, surge uma outra realidade: sob o governo Lula, o País aumentou a distância que o separa do ritmo de desenvolvimento global.

Não é diferente a análise da revista **Veja**:

Quinta-feira, 1º de março de 2007

Economia

BRASIL FICA AINDA MAIS PARA TRÁS COM LULA

No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desenvolvimento do Brasil ficou mais distante do resto do planeta. Apesar da promessa de um “espetáculo do crescimento” e dos freqüentes discursos criticando o fracasso dos líderes que o antecederam,

deram, Lula acumula em seus quatro primeiros anos um resultado pior do que o mandato inicial do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), de acordo com os dados do PIB brasileiro divulgados na quarta-feira pelo IBGE. Com a taxa de crescimento de 2,9% em 2006, Lula fechou o primeiro governo com uma expansão média do PIB de 2,6% ao ano. A taxa média de crescimento econômico de FHC entre 1995 e 1998 também foi de 2,6% ao ano. Com Lula, contudo, o Brasil ficou ainda mais para trás. Na comparação com a média do crescimento mundial, que foi de 4,7% nos últimos quatro anos, o governo Lula perde na comparação com a administração anterior, sempre muito criticada pelo atual presidente.

De positivo, mas mesmo assim, pouco expressivo, foi o crescimento da indústria no ano passado, com o índice de 3,8% no último trimestre. Pode ser a sinalização de recuperação, decorrente, ainda segundo os analistas e o próprio Governo, de investimentos privados, na indústria e na construção civil.

Do lado do Governo, é mais cômoda afirmar pura e simplesmente que esses índices favoráveis mostram, como se expresso o Ministro da Fazenda, que a economia está crescendo, aumentando a sua capacidade produtiva.

Pode ser que sim, porém, não obstante é uma taxa ainda decepcionante, que situa o Brasil na vice-lanterinha entre as nações latino-americanas, perdendo apenas para o Haiti.

Agora, anuncia-se que o IBGE estuda uma modificação nos levantamentos da economia brasileira. Para a analista Miriam Leitão, de O Globo, (...) esses números vão mudar no fim de março, quando o IBGE recalcula tudo pela nova metodologia. O número do PIB é muito fraquinho, não tem como esconder. O mercado esperava de 2,7% a 2,8%, e saiu 2,9%, um tantinho maior.

Lembra a jornalista que, ainda hoje, o cálculo leva em conta o censo econômico de 20 anos atrás, necessitando ser atualizado, tudo para melhorar a qualidade da conta.

Mais aspas para Miriam Leitão:

(...) O resultado pode levar o PIB de 2006 para mais de 3%. Ainda assim, é pouco, pouquíssimo. Não é o espetáculo do crescimento prometido pelo presidente Lula. Não são os 4% que o ministro Guido Mantega garantiu que aconteceria.

A mesma analista econômica explica por quê o Brasil não cresce, lembrando que (...) o eterno sus-

peito é o Banco Central, mas os juros não explicam tudo. No ano passado, de novo, o governo tirou mais dinheiro da sociedade: a carga tributária subiu para 38,8%. Era de 34% no primeiro ano do governo Lula. Em 1990, era de 24%.

Essa é uma análise correta. Ainda ontem, mostrei que o Governo do Brasil está deixando passar o bonde e os bons ventos da economia mundial. Ao contrário, os setores econômicos da iniciativa privada estão atentos, daí o crescimento da produção industrial.

Melhor seria que o Governo cuidasse melhor do que é pré-requisito para, aí sim, acelerar o crescimento do País. O pré-requisito chama-se infra-estrutura. E não é apenas a oposição a reclamar.

Leio o noticiário **online** de hoje, para ressaltar que as reclamações já não se limitam à população brasileira. Agora, é também o Banco Mundial a sugerir que o Brasil deve voltar maior atenção a obras de infra-estrutura.

O próprio Presidente deveria se preocupar com esse setor, em vez de apenas lamentar o decepcionante crescimento do PIB. Ontem, em Pernambuco, ele disse:

“Não é a vontade do Governo que fará a economia crescer”.

E mais:

O PIB vai crescer na medida em que a gente tenha uma dinâmica no País em que as pessoas acreditem que as coisas estão sendo feitas com seriedade.

Tiro as aspas, para responder:

Ninguém supõe que não há seriedade nas coisas que estão sendo feitas. O que ocorre é que nada ou quase nada está sendo feito, da parte do Governo. A iniciativa privada, esta sim, faz, e corretamente, seu dever de casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, como terceiro e último assunto, os jornais destacam a negociação fechada ontem pelo Presidente Lula no Uruguai para preservar aquele país no Mercosul. Mais uma vez, o Brasil cedeu a seus vizinhos, com acordos comerciais “francamente favoráveis”, para a **Folha**, aos uruguaios. Já está se tornando praxe: para contemplar os interesses de outros países, a diplomacia do governo brasileiro não economiza generosidade. Para defender os interesses nacionais não se vê a mesma disposição – como no caso dos recorrentes embates entre a indústria local e a argentina, à qual o Itamaraty costuma fazer ouvidos moucos.

No pacote de ontem, o Brasil aceitou fechar acordos para facilitar investimentos brasileiros no Uruguai. Prevê-se apoio à construção de uma fábrica de etanol

e o financiamento, por parte do BNDES, da construção de uma fábrica de cimento no Uruguai – são US\$ 130 milhões, em investimento a ser tocado por uma subsidiária da Camargo Corrêa. Também foram acertadas participações brasileiras na restauração de uma ponte e na construção de uma nova. Um outro acordo foi para a promoção comercial e investimento para a aceleração do processo industrial uruguaio.

Para Miriam Leitão, a onda de bondades recentes para com países vizinhos pode ter custo muito alto para o Brasil. Ela lista alguns dos problemas: “O Brasil acena com vantagens para a Bolívia para que ela se integre ao Mercosul, a Argentina não concorda, o Uruguai quer o mesmo tratamento, e o Paraguai se pergunta o que sobra para ele. O Brasil concorda com o aumento do preço do gás boliviano e enfrenta o risco de ter que rever o preço da energia de Itaipu.”

O custo incorrido pela Petrobras com o acordo fechado há duas semanas com a Bolívia pode até não ser financeiramente significativo: são R\$ 100 milhões numa empresa que lucrou quase R\$ 26 bi no ano passado. O problema é o precedente da quebra de regras contratuais. Não custa lembrar que o ativo mais caro na economia globalizada são a previsibilidade e estabilidade de regras.

O intrigante é que o governo Lula não se sensibiliza tanto, por exemplo, quando os argentinos impõem travas ao comércio brasileiro de produtos de linha branca (como geladeiras e fogões) ou de resina PET. Mais intrigante ainda é o que mostra o Valor em manchete: para a SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda) “algumas medidas antidumping que vêm sendo adotadas pelo governo brasileiro, nos últimos anos, estão servindo mais para proteger a indústria nacional do que para cumprir seu objetivo original, de proteção da economia local contra práticas desleais de comércio”.

Ou seja, um importante órgão do Governo brasileiro agora fornece munição aos fornecedores internacionais que quiserem contestar eventuais medidas tomadas para proteger a produção nacional.

A realidade é que o Mercosul tem perdido força. Um exemplo vem do próprio Uruguai: em 1998, as exportações uruguaias para o bloco montavam 55% do total; hoje caíram para 30%. Mas não se vê da diplomacia brasileira, país líder natural na região, um esforço efetivo para dar bases mais sólidas ao bloco. O que se vê são parolagens como as que o governo brasileiro dispensa à Bolívia e à Venezuela, que estão ingressando no Mercosul rompendo regras a que os demais estão sujeitos.

Os problemas se acumulam, mas o governo brasileiro acha que tudo se resolve com retórica. “Cada

vez que a situação se complica, o governo do Brasil usa a técnica da fuga para a frente; anuncia um plano ambicioso que, se for realizado, levará dez anos, em vez de enfrentar as dificuldades do momento”, analisa José Roberto Mendonça de Barros em **O Globo**.

A diplomacia companheira do Brasil, que afaga Tabaré Vasquez, Evo Morales e Hugo Chávez, deveria atentar para o que está ocorrendo na Venezuela, como mostra O Globo. Por causa da inflação em galope (16% em 2006) devido ao aumento expressivo de gastos públicos, a saída de recursos dos residentes (pessoas físicas e empresas) do país quadruplicou desde 1999, quando o caudilho assumiu o poder. De US\$2 bi passaram a US\$8 bi.

No campo econômico o Brasil continua patinando. Sai, amanhã, o resultado do PIB de 2006. E, mais uma vez, o Brasil figurará na rabeira do crescimento na América Latina, segundo os prognósticos disponíveis. Com prováveis 2,7% de crescimento no ano passado, ficaremos em penúltimo lugar no ranking do continente, com a honrosa companhia do Paraguai e, novamente, à frente apenas do Haiti mergulhado em guerra civil.

Na América Latina, mostra O Globo, a maior expansão econômica em 2006 deve ser da República Dominicana: 10,7% (quatro vezes mais que o Brasil!). A Venezuela cresceu 10,3%. Para Argentina, Uruguai e Paraguai, as projeções são de 8,5%, 7,3% e 4%, respectivamente. Entre os Bric, a distância em relação ao Brasil será também cavalariça: a China avançou 10,7% (quatro vezes mais que o Brasil!) e a Índia deve ter crescido 9,2% (mais de três vezes o desempenho do Brasil) em 2006.

As razões do mau desempenho brasileiro, segundo analistas ouvidos por O Globo, são juros altos, real valorizado e problemas estruturais. Um dos efeitos está no setor externo, que deve continuar contribuindo negativamente para o PIB, segundo a MB Associados, dos Mendonça de Barros. Estima-se que o PIB tenha deixado de crescer uns dois pontos por causa do “vazamento” de riqueza para o exterior: no último trimestre de 2006, por exemplo, enquanto as exportações cresceram 4%, as importações subiram 20%.

Na avaliação da MB, registrada por Sonia Racy, muito da recuperação relativa anotada no fim do ano deve-se à agropecuária. Também o consumo das famílias ajudou e deve ter uma boa recuperação, com expansão de 4,2% no trimestre. No caso dos investimentos, a construção civil teve um quarto trimestre não tão bom, por causa de uma queda de 0,2% da produção em dezembro.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**COM LULA, DISTÂNCIA
PARA CRESCIMENTO MUNDIAL AUMENTA**

País ficou 2,10 pontos percentuais abaixo da média, diferença maior que nos oito anos de Fernando Henrique

Irany Tereza e Nilson Brandão Junior

Com um crescimento médio do PIB de 2,64% nos seus quatro anos de governo, o governo Lula conseguiu, aparentemente, um desempenho um pouco melhor que o de Fernando Henrique Cardoso, que registrou um crescimento médio de 2,56% em seu primeiro mandato. Porém, quando esses números são comparados com a média do crescimento mundial – de 4,7% nos últimos quatro anos –, surge uma outra realidade: sob o governo Lula, o País aumentou a distância que o separa do ritmo de desenvolvimento global.

Entre os anos de 1995 e 1998, no governo de Fernando Henrique, a diferença entre o crescimento médio brasileiro e a média mundial era de 1,08 ponto percentual. Nos últimos quatro anos, essa média foi 2,10 pontos percentuais. Por esse ângulo, a administração de Lula só conseguiu ser melhor que a de Fernando Collor, quando a diferença entre o crescimento médio brasileiro e o do resto do mundo foi de 3,47 pontos percentuais. Os dados foram compilados pelo professor do Instituto de Economia da UFRJ Reinaldo Gonçalves, para quem o Brasil está ‘andando para trás’.

Dados do IBGE mostram, também, que o crescimento da renda per capita brasileira (1,2%, em média) no governo Lula superou as taxas do primeiro e do segundo mandatos de Fernando Henrique (1% e 0,6%, respectivamente). A gerente de contas nacionais do instituto, Rebeca Palis, explica, contudo, que o menor crescimento populacional influencia este resultado. Segundo Reinaldo Gonçalves, mantido o ritmo registrado entre 2003 e 2006, a renda per capita mundial duplicaria no prazo de 29 anos, enquanto a brasileira levaria 64 anos.

LANTERNA

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, comparou, com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o desempenho econômico brasileiro em 2006 e o de grupos específicos de países, como os emergentes e os latino-americanos. Em ambos os casos, verificou um resultado desapontador, com o Brasil na lanterna.

Na América Latina, repetindo o que ocorreu em 2005, o País só deve superar o Haiti, que mesmo em guerra civil tem uma expectativa de crescimento de 2,3%, segundo estimativas do FMI. Na comparação com 34 países emergentes, o Brasil está na última colocação, atrás do Paraguai. Enquanto o Brasil registrou crescimento de 2,9%, a média dos emergentes selecionados deverá ficar em 5,5%. ‘O fato de o País continuar crescendo a níveis muito baixos diante de um cenário externo favorável comprova que o problema é unicamente na gestão doméstica’, diz Agostini.

Uma ofensa ao Legislativo

É como se por meio de uma reeleitura da doutrina de Montesquieu, em relação à separação dos Poderes, quem sabe sob os eflúvios concentracionistas emanados do vaporoso regime chavista, nestes tristes trópicos se chegasse a consignar, tacitamente, no texto constitucional (art. 2º) o pequeno acréscimo, com estes termos: “São Poderes da União, independentes, harmônicos e promíscuos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

Sabe-se que no tipo de presidencialismo em voga no Brasil, cujo prato de resistência sempre foi o decreto-lei (de algum tempo para cá, na plena democracia, apelidado de “medida provisória”), a ingerência do Executivo sobre os demais Poderes de Estado, especialmente as Casas Legislativas, sempre foi efetiva e notória, muitas vezes através dos métodos mais espúrios – no que o “mensalão” já se tornou a prática mais emblemática da nossa história política contemporânea. Só que antes se disfarçava um pouco a submissão do Congresso ao Planalto.

Agora, como em tantas outras cenas do espaço público-político, parece que se perdeu, de vez, o pudor.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende se reunir todas as segundas-feiras, no Palácio do Planalto, com os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Renan Calheiros, para discutir a pauta de votação no Congresso. A justificativa de Lula é que não quer repetir a fórmula do primeiro mandato, quando delegava a ministros e até a líderes partidários a condução dos processos de tramitação de propostas de interesse do governo. Como não poderia deixar de ser, a idéia foi prontamente repudiada pela oposição. Disse o deputado Arnaldo Madeira: “Lula vai fazer a pauta da Câmara e do Senado junto com Renan e Chinaglia. Isso é uma ofensa ao Legislativo.” E continuou: “Está mostrada uma promiscuidade entre os Poderes. Daqui a pouco vai fazer como no Parlamento da Venezuela, que defendeu a suspensão das votações de matérias para que o presidente governasse melhor.”

Talvez não haja este último risco, apontado pelo deputado tucano, porque os presidentes das Casas Legislativas também devem ter interesse nessas “reuniões de pauta” nos inícios de semana, no recinto planaltino. Os pleitos dos ilustres parlamentares, tais como liberações de verbas orçamentárias, nomeações para postos nos escalões inferiores da administração direta e das estatais, reivindicações específicas relacionadas a determinados Ministérios, negociações mais detalhadas sobre contrapartidas administrativas a votos legislativos de bancadas, etc., etc. e tal, não haverão de ter um fluxo muito mais dinâmico, menos burocrático, com o contato pessoal, direto e semanal dos presidentes das Casas com o da República?

É claro que nesse processo de intensificação da intimidade entre Poderes algumas funções parlamentares tendem a sofrer definitivo esvaziamento (embora já murchassem a olhos vistos), tal o caso da dos líderes partidários e, sobretudo, da do líder do governo. Mas isso, evidentemente, será questão de somenos para os interesses da República. Claro está, também, que os ministros estarão mais vulneráveis às pressões dos parlamentares – na defesa de seus próprios interesses, de seus representados e patrocinadores – porque não poderão “enrolar” respostas a reivindicações intermediadas pelo próprio chefe de Estado e governo, mesmo que este não entenda muito bem de que se trata.

Parlamentares já têm reclamado, ultimamente, da usurpação de suas funções legislativas por parte de entidades e organizações não-governamentais, que atropelam seus projetos de inúmeras maneiras, inclusive na disputa do espaço midiático, como se obtido tivessem representação popular para tanto. Se agora, sem mais nenhum disfarce, o processo de tramitação legislativa passa a ser conduzido inteiramente pelo Planalto – a partir dos empuxos presidenciais irrompidos todas as segundas-feiras -, o que sobrar, para os representantes do povo, em termos de iniciativa própria? Mas isso talvez já seja questão para ser resolvida numa segunda-feira...

Argentina vetou plano de Lula para Uruguai, diz jornal

Três dias antes da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Uruguai, diplomatas do Brasil e da Argentina reuniram-se para definir a pauta que Lula apresentaria ao colega Tabaré Vázquez. Nessa conversa, os argentinos derrubaram uma das principais propostas que Lula pretendia apresentar e lhes pareceu prejudicial.

A informação foi divulgada ontem pelo diário **La Nación**, de Buenos Aires, e atribuída a um dos diplomatas que participaram do encontro. O que Lula

pretendia oferecer a Vázquez era uma flexibilização das ‘regras de origem’ do acordo do Mercosul, para facilitar as exportações do Uruguai e do Paraguai. Os dois poderiam exportar, com a tarifa menor do Mercosul, itens incorporados de terceiros países. ‘Para o Brasil isso pode ajudar os países menores. Mas seria prejudicial às nossas indústrias, por exemplo, porque criaria uma enorme proliferação na área de autopeças’, disse o funcionário.

Dobra número de aprovados da rede pública em Medicina

O número de aprovados em primeira chamada para Medicina na Universidade de São Paulo (USP) e na Santa Casa que fizeram o ensino médio em escolas públicas dobrou do ano passado para este ano.

Foram 46 candidatos, segundo dados do boletim socioeconômico divulgado no site da Fuvest na tarde de ontem. Em 2006, foram 22. No total, foram convocados para a carreira, que tinha 32,4 candidatos por vaga, 375 alunos.

No entanto, em Publicidade e Propaganda, a carreira mais concorrida desta edição do vestibular, com 45,7 candidatos disputando cada uma das 50 vagas, houve uma diminuição: em 2006 foram convocados 10 candidatos da rede pública; neste ano, apenas 7. Em Administração também ocorreu queda, de 25 para 23.

Neste ano, pela primeira vez a instituição adotou um programa de inclusão, chamado Includsp. Quem cursou todo o ensino médio em escolas da rede municipal, estadual ou federal teve um bônus de 3% na nota. Com isso, a universidade conseguiu aumentar em 20% o número total de candidatos aprovados da rede pública na primeira lista do vestibular, conforme adiantou o Estado, número considerado acima do esperado pela USP.

Agora, com a divulgação dos dados do perfil dos alunos, é possível saber a variação por carreira. Além de Medicina, em Direito, outro curso tradicional e entre os mais disputados, também houve aumento: de 43 aprovados da rede pública (9,3% dos chamados no ano passado) para 81 (17,8%). Em Jornalismo, o segundo curso mais concorrido, o número de convocados subiu de 9 para 14.

Observando os dados nas três grandes áreas, Humanas, Exatas e Biológicas, houve aumento da participação da rede pública em todas. Porém, os números ainda podem ser modificados, pois a universidade já apresentou uma segunda lista de convocados e poderá fazer novas chamadas nas próximas semanas se houver vagas remanescentes. A totalização só estará disponível após a última matrícula dos estudantes, prevista para o fim do mês.

Economia:**BRASIL FICA AINDA MAIS
PARA TRÁS COM LULA**

Quinta-feira, 1º de março de 2007

No primeiro Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desenvolvimento do Brasil ficou mais distante do resto do planeta. Apesar da promessa de um “espetáculo do crescimento” e dos freqüentes discursos criticando o fracasso dos líderes que o antecederam, Lula acumula em seus quatro primeiros anos um resultado pior do que o mandato inicial do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), de acordo com os dados do PIB brasileiro divulgados na quarta-feira pelo IBGE.

Com a taxa de crescimento de 2,9% em 2006, Lula fechou o primeiro governo com uma expansão média do PIB de 2,6% ao ano. A taxa média de crescimento econômico de FHC entre 1995 e 1998 também foi de 2,6% ao ano. Com Lula, contudo, o Brasil ficou ainda mais para trás. Na comparação com a média do crescimento mundial, que foi de 4,7% nos últimos quatro anos, o governo Lula perde na comparação com a administração anterior, sempre muito criticada pelo atual presidente.

Problema doméstico – De acordo com reportagem publicada nesta quinta-feira pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a diferença entre o crescimento médio

brasileiro e a média mundial foi de 1,08 ponto percentual com FHC. Já com Lula, nos últimos quatro anos, a diferença média entre Brasil e resto do mundo foi de 2,10 pontos. Com isso, Lula supera só Fernando Collor – na gestão do primeiro presidente eleito depois da redemocratização, a diferença entre o crescimento do país e do mundo era de 3,47 pontos.

De acordo com o professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, responsável pela compilação dos dados, o Brasil está “andando para trás”. O economista Alex Agostini, da Austin Rating, concorda. Depois de comparar o desempenho do país em 2006 com o desenvolvimento dos emergentes e dos latino-americanos, ele concluiu que o Brasil é o último em ambos os grupos. Para ele, o crescimento tímido num cenário externo favorável “comprova que o problema é unicamente na gestão doméstica”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 59 minutos.*)

(O.S 10827/2007)

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas**

RETIFICAÇÃO

Na página 678, do Suplemento ao nº 007, do Diário do Senado Federal de 10-02-2007, na **Emenda nº 00018**, oferecida à **Medida Provisória nº 345**, de 14-01-2007,

Onde se lê:

MPV 345**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00018**

data 07/02/2007	proposição Medida Provisória nº 345
--------------------	--

autor DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	nº do prontuário 143
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 (X) <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A PREVISÃO DE UMA INDENIZAÇÃO PARA O SERVIDOR POLICIAL QUANDO VITIMADO NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESULTANDO INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO OU ÓBITO, REFLETE A PREOCUPAÇÃO DO ESTADO COM A CRESCENTE CRIMINALIDADE QUE TEM VITIMADO SERVIDORES DE TODAS AS CORPORAÇÕES POLICIAIS. A DEFINIÇÃO DE UM VALOR PARA AMENIZAR O SOFRIMENTO CAUSADO PELA INCAPACITAÇÃO PARA O SERVIÇO DARÁ MAIS SEGURANÇA AO SERVIDOR QUANDO SE DEFRONTAR COM CRIMINOSOS, SERVINDO AINDA DE SEGURANÇA PARA SUA FAMÍLIA QUE NÃO FICARÁ DESAMPARADA EM CASO DE ÓBITO.

[Handwritten signature]

PARLAMENTAR DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE
---	---------------

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Leia-se:**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 345**
00018

data 07/02/2007	proposição Medida Provisória nº 345
--------------------	--

autor DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	nº do prontuário 143
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 (X) <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**EMENDA ADITIVA**

ACRESCENTE-SE PARÁGRAFO AO ARTIGO 7º, RENUMERANDO-SE O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

§ 1º

§ 2º A IDENIZAÇÃO DE QUE TRAT ESTE ARTIGO SERÁ DEVIDA AOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DE POLICIAL FEDERAL E DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL QUANDO VITIMADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, OU EM DECORRÊNCIA DESTA.

JUSTIFICATIVA

A PREVISÃO DE UMA INDENIZAÇÃO PARA O SERVIDOR POLICIAL QUANDO VITIMADO NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESULTANDO INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO OU ÓBITO, REFLETE A PREOCUPAÇÃO DO ESTADO COM A CRESCENTE CRIMINALIDADE QUE TEM VITIMADO SERVIDORES DE TODAS AS CORPORAÇÕES POLICIAIS. A DEFINIÇÃO DE UM VALOR PARA AMENIZAR O SOFRIMENTO CAUSADO PELA INCAPACITAÇÃO PARA O SERVIÇO DARÁ MAIS SEGURANÇA AO SERVIDOR QUANDO SE DEFRONTAR COM CRIMINOSOS, SERVINDO AINDA DE SEGURANÇA PARA SUA FAMÍLIA QUE NÃO FICARÁ DESAMPARADA EM CASO DE ÓBITO.

PARLAMENTAR

DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA

PSB/PE

Brasília(DF), 14 de fevereiro de 2007

Ofício n.º 0203/2007-GP

Senhor **Relator**,

Cumprimento Vossa Excelência para solicitar **adicionar o texto abaixo**, a minha emenda a **Medida Provisória nº 345/2007**, protocolada em 07/02/2007, às 18:28 h, cópia anexa, tendo em vista que só consta a justificativa referente a Emenda Aditiva.

EMENDA ADITIVA

ACRESCENTE -SE PARÁGRAFO AO ARTIGO 7º, RENUMERANDO-SE O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

§ 1º

§ 2º A IDENIZAÇÃO DE QUE TRAT ESTE ARTIGO SERÁ DEVIDA AOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DE POLICIAL FEDERAL E DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL QUANDO VITIMADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, OU EM DECORRÊNCIA DESTA.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **GONZAGA PATRIOTA**
PSB-PE

Ilustríssimo Senhor

DD. Relator da Medida Provisória nº 345/2007

NESTA

Ata da 18ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
César Borges, Papaléo Paes, Gilvam Borges e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Sra. Delphine Douyère e o seu esposo Sr. Christian Doupes e Jérôme Faure, foram barbaramente assassinados no Rio de Janeiro. Esse casal tinha muita paixão pelo trabalho que realizava e acreditava que tudo daria certo, que iam superar seus objetivos com suas boas intenções retirando crianças da rua e transformando-as em cidadãos de bem, mas lamentavelmente a violência tirou de seus objetivos.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro:

A inserção em ata de Voto de Profundo Pesar;
Apresentação de condolências aos seus familiares e ao Cônsul Geral da França Sr. Hugues Goisbaulp.

Requeiro, ainda, seja feita comunicação ao Consulado da França – Av. Presidente Antônio Carlos nº 58 – 6º andar – CEP 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

- Nº 78/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 536, de 2006, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 79/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 268, do Senador Efraim Moraes; e
- Nº 80/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 790, de 2006, da Senadora Roseana Sarney e do Senador José Sarney.

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 187/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando cópia dos relatórios de fiscalização realizadas na Fundação Banco do Brasil, bem como das deliberações adotadas em processos de contas daquela fundação a partir de 1998, em resposta ao Requerimento nº 802, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa.

OFÍCIOS DO SECRETÁRIO ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Nº 138/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 750, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 139/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 496, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 140/2007, 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 202, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se na sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1999**, de autoria do Senador Luiz Estevão, que institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas;
- **Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003**, de autoria do Senador Efraim Morais, que institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica;
- **Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 15, da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, com vistas a incriminar condutas relacionadas ao comércio de tecidos, órgãos ou parte do corpo humano;
- **Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito;
- **Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para prever a suspensão do prazo prescricional até a satisfação da composição dos danos pelo réu e o restabelecimento do direito de ação em caso de descumprimento;
- **Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2005**, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta o art. 541-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial;
- **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor

Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

- **Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que denomina “Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza” o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará;
- **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2005**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, os Projetos de Lei nºs 297, de 1999; 281, de 2003; 251 e 263, de 2004; 2, 71, 237, 326 e 415, de 2005; e 286, de 2006, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 4-07/GAB-QSMD

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A conjuntura pela qual passamos, evidenciada pelas gravíssimas ações criminosas que tem eclodido na sociedade requerem um exame cauteloso e urgente por parte dos agentes públicos que possuem poder de modificar e atuar de forma concreta para a segurança pública do nosso País.

Medidas isoladas não possuem o condão de, por si só, resolver a questão e isso tem ficado evidente à própria sociedade que reclama do Executivo pela administração da polícia e das verbas, do Judiciário pela demora dos julgamentos e da punição, e do Legislativo que legisla sem conseguir o alcance que precisa por depender da execução das leis que vota.

Assim sendo, Senhor Presidente, solicitamos o empenho de Vossa Excelência, como autoridade máxima desta Casa e representante do Legislativo, no sentido de convidar representantes do Poder Executivo e do Poder Judiciário para, juntamente com o Congresso Nacional, elaborarmos medidas urgentes que produzam eficácia a curto, médio e longo prazo

para a Segurança Pública no nosso País. Medidas com começo, meio e fim. A curto prazo medidas com leis, dotação orçamentária, execução, ação de polícia, julgamento e execução penal. A médio e longo prazo medidas que alcancem os nossos jovens e os retirem dos caminhos do crime. A longo prazo medidas que possam garantir um futuro melhor e mais seguro para nossa sociedade.

A ação dos três poderes, juntos, será decisiva para debelar a situação pela qual passamos, desejo de todos os brasileiros.

Atenciosamente,

Senador Magno Malta
Quarto Secretário

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 168/06-PRES/CAS

Brasília, 20 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão de Assuntos Sociais aprovou, no dia 10 de março de 2005, o RQS nº 7, de 2005-CAS, que requer, “Tendo em vista o que dispõe no art. 72, combinado com o art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, na redação que lhes foi dada pela Resolução nº 1, de 2005, a extinção da Subcomissão do Idoso, tendo em vista não constar mais à proteção do idoso como competência desta Comissão de Assuntos Sociais”.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai a publicação e

será juntado ao processado do Requerimento nº 60, de 2003, e, em cópia, ao Requerimento nº 8, de 2003.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 31/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.302, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 361/05 na Casa de origem), que “Prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 32/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.604, de 2002, do Senado Federal (PLS 41/01 na Casa de origem), que “Acrésceta o art. 41-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que até que seja publicada a lei que institui diretrizes nacionais para o saneamento básico, as concessões para exploração desse serviço serão feitas em caráter não-oneroso e define outras condições mínimas”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 33/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamen-

to, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.402, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 138/01 na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a concessão das férias anuais ao empregado doméstico”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. Nº 35/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 7.091, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 218/04 na Casa de origem), que “Altera a redação do art. 40 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para vedar a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior nas condições que especifica.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. Nº 36/07/PS-GSE

Brasília, de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 6.682, de 2006, do Senado Federal (PLS 181/03 na Casa de origem), que “Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os Ofícios que acabam de ser lidos serão juntados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 361, de 2005, 41 e 138, de 2001, 218, de 2004 e 181, de 2003, e vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 41/07 – CDH

Brasília, 1º de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado como o parágrafo 2º, do artigo 91 e art. 282, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou em primeiro turno o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004, que “Dispõe sobre a configuração dos teclados de terminais telefônicos fixos e móveis para sua utilização por portadores de deficiência visual”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**,
Presidente da Comissão.

OF. Nº 42/07 – CDH

Brasília, 1º de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado como o parágrafo 2º, do artigo 91 e art. 282, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou em primeiro turno o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2004, que “Estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**,
Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos **Projetos de Lei do Senado nºs 209 e 295, de 2004**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável após o primeiro orador inscrito. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a será atendido, intercalando-se a palavra com os oradores inscritos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Mão Santa.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a recente divulgação dos números do censo educacional de 2006 e das notas dos exames realizados pelo MEC, os problemas relacionados ao nosso sistema educacional, mais uma vez, vieram à tona.

O número de matrículas, a despeito do pequeno decréscimo geral ocorrido no ano passado, vem mantendo bons patamares. Quase 56 milhões de matrículas foram realizadas em 2006 no nosso País, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, número nada desprezível, se comparado aos cerca de 38 milhões do começo da década passada.

Com o censo, consolidou-se a idéia de que trilhamos, nos últimos quinze anos, firmes passos no sentido da universalização do ensino fundamental. Iniciativas como o FUNDEF e a descentralização dos recursos ajudaram a expandir a rede escolar, possibilitando que o número de crianças fora da escola, atualmente, seja residual.

Portanto, Sr. Presidente, não resta dúvida de que o desafio agora é o da qualidade do ensino. Da análise do resultado das notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vemos, com clareza, um decréscimo significativo nas médias gerais em todas as disciplinas ao longo dos anos.

E mais: ao olhar atento, não passou despercebido o fato de que os alunos das Regiões Norte e Nordeste obtiveram as piores médias dentro do quadro comparativo regional brasileiro. Na prova objetiva do ENEM, enquanto a média brasileira foi de 36,90 pontos, os nortistas e os nordestinos alcançaram média de 32,17 e 33,83, respectivamente. Na mesma prova, os estudantes da Região Sul obtiveram uma média 38,73, ficando próximos aos da Região Sudeste, cuja marca foi de 38,85.

É claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o pacto pela qualidade do ensino deve ter caráter nacional. As deficiências e as carências de nossas escolas se revelam em todos os Estados, em todas as Regiões. Mas, com os dados de que dispomos, fica igualmente evidente que o maior desafio, infelizmente, é nas regiões ao norte do País, onde as fragilidades socioeconômicas

acabam por resvalar, na mesma medida, nos bancos escolares.

Lá, no Brasil distante e esquecido, é difícil se locomover até as escolas. É escassa a disponibilidade de equipamentos e de ferramentas pedagógicas. As oportunidades de capacitação para os professores são menores. O trabalho infantil rivaliza com os deveres escolares, impondo-lhes total submissão.

Este País, Sr. Presidente, só trilhará, com firmeza e altivez, o rumo do desenvolvimento se obtiver sucesso em sua tarefa essencial de oferecer educação de qualidade a todos os seus cidadãos. Não adianta criar bolsões de prosperidade e conhecimento em contraste com regiões atrasadas e discriminadas.

Nosso País, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode deixar que o fosso regional se alargue, que as disparidades econômicas dentro do seu território sejam aprofundadas. E a oferta de um sistema educacional de qualidade integrado e nacionalmente coeso é o primeiro e decisivo passo na busca de um maior equilíbrio entre as Unidades da Federação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um parêntese no que escrevi para aproveitar este momento em que discutimos tanto a questão da segurança, da violência. Dizemos sempre o seguinte: “O primeiro passo é o da educação para as crianças, para os jovens”. Por quê? A educação tira a criança da marginalidade; a educação leva a criança, portanto, para uma qualidade de vida socialmente melhor. Ora, analisando-se esses dados, vemos, então, que é verdade, sim, que o Estado brasileiro – e aí entenda-se o Governo Federal, em primeiro lugar, os Governos Estaduais e os Governos Municipais – não está fazendo a sua tarefa de dar condições de educar melhor.

Realmente, o Governo Federal vem pecando, e muito, porque não dá – como está dito aqui – uma atenção maior às regiões mais pobres, onde a questão social é mais grave. Ali há mais pobreza, mas se investe menos em educação. Então, Senador Paulo Paim, o que se pode esperar? Não se faz a prevenção, nem se faz adequadamente a repressão. Então, estamos diante de um quadro em que precisa haver uma mudança radical.

Gostaria de ouvir o Senador Cícero Lucena, que me pede um aparte. Tenho certeza de que o aparte de S. Ex^a vai enriquecer o meu pronunciamento.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti, fico muito feliz de, no início des-

ta sessão, V. Ex^a ter provocado um tema de tamanha relevância para esta Casa, já que está ligado à responsabilidade que possui para com a Nação, inclusive na busca por justiça social. V. Ex^a, em dois assuntos fundamentais, o da segurança e o do desenvolvimento regional, demonstra a importância do alicerce maior que é a educação. Como ex-Prefeito da capital do meu Estado por duas vezes, tive a oportunidade e a felicidade de priorizar a educação. Não somente na fase de compromissos de campanha, mas na prática e no procedimento da nossa administração, conseguimos basicamente a universalização. Como V. Ex^a bem mencionou, já é algo no sentido de se assumir a dívida nacional. Também buscamos, principalmente, a qualificação. Hoje, todo homem público, todo cidadão já tem diagnosticado o que é necessário fazer pela educação do nosso País. Há vários exemplos de modelos adotados em administrações municipais, em administrações estaduais, e o importante é que essa consciência possa ser adotada por todos aqueles que têm compromisso de vida pública ou de exercício de cidadania. Podemos dizer que, como prefeito de uma cidade, temos a oportunidade de conviver com os problemas onde eles estão. Fui testemunha, Senador, de crianças chorando em sala de aula, às 9 horas, às 10 horas da manhã, não porque estavam na sala de aula, mas porque estavam com fome. E aí buscamos um programa de escolarização da merenda que hoje é um dos programas de segurança alimentar da ONU; a escolarização permite que o conselho da escola possa discutir o cardápio a ser fornecido às crianças, com o devido acompanhamento dos pais, dos professores e dos próprios alunos, comprando-se os alimentos da própria comunidade, fazendo com que o dinheiro circule na comunidade, evitando-se, muitas vezes, o superfaturamento nas compras. Da mesma forma, identifiquei um problema – parece simples para muitos que não tiveram a oportunidade de conviver com o problema –, fui testemunha de uma mãe que me disse que tinha de matricular um filho de manhã e um filho à tarde porque na casa dela só havia um par de chinelos. Isso me levou a refletir sobre motivos de evasão escolar, se esse não seria um dos motivos da evasão escolar, porque muitas vezes a criança ficava envergonhada da sua roupa, que não condizia com a dos demais colegas. Adotamos o fornecimento do fardamento escolar: duas blusas, um short para os menores, uma calça jeans para os maiores e um

par de tênis. Para minha surpresa, Senador, muitas e muitas crianças, ao receberem o par de tênis, não sabiam calçá-lo, porque nunca tiveram a oportunidade de tê-lo em sua casa. O que quero dizer com isso? Por incrível que pareça, com tantas discussões válidas e justas sobre Fundef e Fundeb, quero dizer que o fardamento escolar, para o Administrador Municipal ou Estadual, não entra como despesa de Fundef ou de Fundeb, nem entra nos gostos dos 25%, percentual mínimo obrigatório para se aplicar na educação. Sabemos dos problemas da educação, e sempre devemos estar atentos a pronunciamentos como os de V. Ex^a, para que todos formemos uma corrente em favor do Brasil e dos brasileiros. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Sou candidato a um aparte, Senador, quando V. Ex^a puder.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com certeza, em seguida.

Senador Cícero Lucena, V. Ex^a, como ex-Prefeito, dá um depoimento aqui que tive a oportunidade de ver no meu Estado, que tem poucos Municípios – com a capital, temos apenas quinze Municípios, mas alguns são maiores que os Estados de Sergipe e Alagoas juntos.

Vejo como é difícil para o Prefeito cuidar da educação básica, da educação fundamental. O exemplo citado por V. Ex^a de a criança não ter um par de sandálias para ir à escola, de não ter o transporte escolar adequado, porque mora, às vezes, numa vicinal e tem de ir a pé, atravessar igarapés – como chamamos lá os córregos, que é como se diz aqui, no Sul e no Sudeste – para ir à escola, isso tudo pertence, como está dito neste discurso, a esse Brasil distante do Sul e do Sudeste.

Mas falo isso sempre, chamo muito a atenção para as desigualdades regionais, que estão em todos os pontos, lamentavelmente. Estão na educação, estão na saúde, estão nos investimentos públicos, estão em todos os pontos.

Chamei à colação aqui a questão da segurança, porque como podemos querer, realmente, que haja segurança se os pressupostos básicos dessa segurança não são cuidados? E aí o que temos? É a grande migração do Norte e do Nordeste para o Sul maravilhosa, para o Sudeste maravilhosa, portanto gerando-se demandas sociais enormes.

Fica muito simples para alguns filósofos dizerem que temos de combater primeiro a pobreza, porque, enquanto houver pobreza, haverá marginalidade. Estão dizendo uma coisa que considero preconceituosa, como se todo pobre fosse, portanto, um criminoso; ao mesmo tempo, santifica-se o bandido: “Ele é bandido, coitadinho, porque ele é pobre”. Não, isso está completamente equivocados.

Quero pegar uma frase do Presidente Lula – até infeliz a frase –, quando ele disse, recentemente, que, ao tentar se reduzir a maioria penal, poderíamos estar até querendo, amanhã, criminalizar ou colocar na cadeia um feto. Na verdade, quem tinha que ser responsabilizado era o Estado. Mas a população não entende bem o que é essa figura abstrata de Estado. É o Governo. É o Governo Federal, é o Presidente da República que já está incluído, pelo menos nos últimos quatro anos, período durante o qual não se viram políticas concretas para mudança dessa realidade. E às vezes quem paga o pato é o prefeitinho – como o Senador Mão Santa gosta de dizer aqui –, que está lá, porque os problemas estão, realmente, no Município.

Senador Gerson Camata, com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero cumprimentar V. Ex^a, que traz à reflexão nossa e do País mais um tema muito importante, como sempre nos seus pronunciamentos. Quero dizer, continuando com o raciocínio do Senador Cícero Lucena e que V. Ex^a inclusive sublinhou, que é uma coisa muito importante e que, às vezes, não se percebe: é a pobreza que leva à abstenção escolar, ao afastamento das crianças. Recordo-me de que, quando era Governador, introduzi o uniforme. Num domingo, fui à missa numa favela em Vitória e vi muita criança uniformizada. Perguntei, inocentemente, se estava havendo aula ali naquele dia. Disseram-me que não, mas era a melhor roupa que eles tinham para ir à missa. Eles usavam o uniforme para ir à missa, porque não tinham roupa melhor do que aquela. Mas quero lembrar aqui que o Senador João Calmon, há 30 anos, fez a década da educação com a Emenda Calmon. Ele, continuamente, brandia aqui um livro, uma pesquisa do Governo americano sobre a educação nos Estados Unidos. E o título daquele livro, Calmon mostrava aqui neste mesmo plenário, é **A Nation at Risk** – Uma Nação em Risco. Se eles estavam em risco há 30 anos com problemas na área da educação, imagine nós hoje, Senador! Não

ouvimos o João Calmon. O Pelé, quando fez o milésimo gol, pegou a bola, veio para o centro do gramado e disse: “Vamos pensar nas criancinhas!” Nós não pensamos, e já se vão 30 anos. Agora, estamos pagando essa omissão com a insegurança. Não demos atenção a esses profetas que nos avisaram. V. Ex^a tem razão. Todo esse problema de segurança, de crescimento, de PIB baixo, tudo está ligado, lá atrás, a um processo que inclui educação, paternidade responsável, presença do pai no controle e na imposição de limites. Mas, se não começarmos a pensar agora – e V. Ex^a sublinha isso muito bem –, daqui a 30 anos, haverá outro “Mozarildo” ali e outro “Camata” aqui falando as mesmas coisas, porque não se ouviu o que V. Ex^a está dizendo neste momento. Parabéns pela maneira como V. Ex^a coloca o assunto em discussão no País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Realmente, fico muito feliz em ver debatido um problema como esse. Entendo que devemos colocar juntas a educação e a segurança, porque estão juntos todos os outros problemas sociais também, como a moradia ou o emprego. Não adianta colocar esses problemas apartados. Esses temas têm de estar realmente juntos. Se não discutirmos em profundidade a educação...

A propósito, tenho a felicidade e a honra de dizer que, como Parlamentar, como Deputado Federal, apresentei dois projetos de lei autorizativa que foram transformados em lei pelo Presidente José Sarney, que criaram a Escola Técnica Federal da Roraima e a Universidade Federal de Roraima. A Escola Técnica Federal de Roraima hoje é um Centro Federal de Ensino Tecnológico, e a Universidade Federal de Roraima tem hoje 29 cursos superiores. E é um Estado que tem apenas 450 mil habitantes, Senador Gerson Camata. Isso me causa orgulho, porque eu mesmo tive que sair de Roraima com quinze anos de idade, porque ali sequer tinha o então chamado segundo grau.

Quando vejo hoje a dificuldade que se tem de se criar, por exemplo, um curso de Medicina num Estado como Roraima, percebo como as coisas no Brasil são muito elitizadas, acadêmicas. Pode-se ter vinte cursos de Medicina, ou mais, em São Paulo, mas não se pode ter um no Estado de Rondônia. Então, por que não há uma cota de brasilidade dos luminares da ciência que estão em São Paulo, no Rio de Janeiro, para que levem um pouquinho do seu saber para as regiões distantes?

Por isso, é preciso que este Brasil seja pensado melhor e, realmente, haja mais sentimento nacionalista, para darmos igualdade às Regiões em tudo, começando até pela educação. Se é fato se dizer que a educação é a grande arma no combate à pobreza e ao subdesenvolvimento, já virou lugar-comum também, nesses debates acadêmicos, dizer que, sem educação, nada mais é possível fazer; mas o que não se diz é como fazer essa educação de boa qualidade chegar a todos. Mas de boa qualidade, porque aqui mostramos que os índices quantitativos até que são bons. As eleições se sucedem e todos os candidatos, seja qual for o cargo pleiteado, sempre elegem a educação como prioridade. Mas o sistema educacional brasileiro, embora mais amplo, continua falho, canhestro e atrasado.

Como explicar tal situação? Em primeiro lugar, é claro, temos a falta ou a má distribuição dos recursos destinados à educação, uma questão que ainda não foi bem resolvida, notadamente sob o ponto de vista do equilíbrio regional.

Mas dinheiro somente não resolve. Os recursos são necessários para construir e reformar escolas, pagar salários mais justos aos professores. O aumento de verbas, por si só, não melhora a qualidade do ensino. Para isso, é preciso mais.

É preciso, basicamente, uma mudança profunda, uma verdadeira revolução em nossa cultura educacional.

É preciso criar um sistema baseado no mérito, na avaliação de resultados e na busca da excelência.

É preciso, efetivamente, criar mecanismos de democratização na gestão da escola, integrando-a visceralmente à comunidade onde se situa. Esse também é um ponto importante com relação à questão da segurança pública. Nos lugares onde a escola realmente funciona integralmente com a comunidade, quando existem atividades de envolvimento da comunidade com esporte, com lazer ou com outro tipo de atividade, essa comunidade se beneficia.

É preciso reformular o conteúdo programático e os livros escolares, adaptando-os à realidade e às especificidades de cada região.

É preciso, enfim, modernizar e valorizar a escola pública brasileira, devolvendo-lhe a excelência perdida e o respeito de tempos passados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta pela educação de qualidade em todo o País tem de ser o nosso combate constante, diário e ininterrupto. Sua realização não se dará da noite para o dia, é verdade, mas, para que o futuro nos seja alvissareiro, as sementes devem ser plantadas já – aliás, deveriam ter sido plantadas há mais tempo. Dessa forma, colheremos uma Nação mais justa, regionalmente equilibrada e pronta para assumir o seu posto no mundo desenvolvido.

Sr. Presidente, quero encerrar, pedindo a V. Ex^a que defira seja transcrito, na íntegra, um artigo da jornalista Miriam Leitão. Quero ler só a ementa, que diz assim:

Geléia Geral

O Brasil tem uma pilha de problemas e, se for preciso escolher o pior, escolho o da educação. Piorar indicadores de desempenho de alunos, ter números ainda mais vergonhosos que há dez anos é absolutamente intolerável. Deveria ser o suficiente para provocar uma onda de protestos, sensação de emergência nacional, indignação mesmo. Mas os poderes estão muito preocupados com questões mais relevantes.

É evidente que, no artigo, ela critica a postura dos Poderes, que estão preocupados com coisas muito insignificantes para se preocupar com a educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MÍRIAM LEITÃO

PANORAMA ECONÔMICO

Geléia geral

• O Brasil tem uma pilha de problemas e, se for preciso escolher o pior, escolho o da educação. Piorar indicadores de desempenho de alunos, ter números ainda mais vergonhosos que há dez anos, é absolutamente intolerável. Deveria ser o suficiente para provocar uma onda de protestos, sensação de emergência nacional, indignação. Mas os poderes estão muito preocupados com questões mais relevantes.

O Congresso e o Judiciário estão em briga. Foi um bate-boca em torno de salários: a guerrinha dos contracheques. O TSE decidiu dar mais dinheiro exatamente para os partidos que, até recentemente, estavam sob ameaça de extinção pela cláusula de barreira, e isso produziu uma reação urgente urgentíssima dos grandes partidos. O ministro do Trabalho e o presidente do partido do governo estão em guerra com o Banco Central, o mesmo que manteve a inflação baixa, um dos ativos do presidente na reeleição. Políticos governistas tentam encontrar uma variável de condão para dar mais poderes ao presidente: o direito de convocar plebiscitos sem ouvir o Congresso. É inevitável, quando se olha a cena brasileira, a sensação de desânimo; parece que o país está escolhendo — insistente e deliberadamente — o desastre.

As crianças, os jovens são o mais importante em qualquer país. As informações trazidas pelo Enem e pelo Saeb não são aceitáveis. Elas se somam a dois

dados divulgados no ano passado que também assustaram: o aumento do trabalho infantil, após 14 anos de queda; e o aumento da evasão escolar de adolescentes. Deveria ser o estopim de uma mobilização geral do país para entender por que isso aconteceu, onde foi que erramos e como enfrentar o problema. Mas o que vai acontecer é que rapidamente as duas pesquisas serão esquecidas, como os dados da Pnad o foram.

O que unia ontem os grandes partidos do país era a divisão do dinheiro do financiamento público, e eles até tiveram razão de reagir. A notícia é, de fato, sem pé nem cabeça. Até recentemente, toda a inclinação era pela redução do número de partidos. A cláusula de barreira foi aguardada por 11 anos, tida como a solução: em 1995, o Congresso decidiu que quem não cumprisse aquele mínimo em 2006 não teria direito ao financiamento público. Isso foi derrubado pelo TSE e, agora, sem que se saiba por quê, o Tribunal Superior Eleitoral de-

cide que, não apenas eles não acabam, como ainda terão 42% da verba partidária pública. A medida seria um incentivo à criação de partidos num país que já tem 28: incentivo à legenda de aluguel por dar dinheiro público até a quem não elegeu representantes. O que o país deveria tentar construir é uma forma de preservar partidos pequenos que tenham se organizado em torno de idéias e desincentivar aqueles outros que se formam por esperteza, para explorar o

balcão de negócios. É difícil fazer essa separação sem ser arbitrário, é um desafio, mas, em vez de pensar nisso, o que se faz é ir de um extremo ao outro: ou eles estão ameaçados de extinção se não se fundirem, ou têm relativamente muito mais dinheiro que os grandes partidos.

O que espanta nesse caso da distribuição de financiamento público a partidos é como um país que tem tanto problema pode gastar tamanho esforço com problema inventado. Esse saiu do nada. A outra briga, que envolve os poderes do Legislativo e do Judiciário, a dos contracheques, é mais uma das aberrações do país. O ataque ao Banco Central é, de novo, a tentativa de se encontrar um bode expiatório.

Os juros caíram de 19,75% para 13% e, mesmo assim, o dólar continua baixo, e o desemprego em dois dígitos. As decisões do BC foram várias vezes discutíveis, e há erros a apontar. Mas o fato é que, se toda a diretoria do Banco Central cair agora e os juros forem reduzidos por decreto presidencial, a economia continuará com os mesmos problemas. E terá outros.

Nunca é demais lembrar que não é a Selic que os empresários pagam quando tomam dinheiro no BNDES. Eles pagam taxas mais amenas. Quem paga alto mesmo é o tomador de crédito pessoa física. Os empresários

enfrentam vários obstáculos para investir: os impostos são muitos e altos, a legislação é complexa, perde-se dinheiro e tempo tentando acompanhar a parafestria tributária montada pelo leão e seus leõezinhos — ou seja, a Receita Federal e os sistemas de arrecadação dos estados e das prefeituras. O governo arrecada cada vez mais de uma economia anêmica, e usa esses recursos não para salvar os jovens da tragédia que se anuncia, não para focar os problemas mais urgentes, mas para pagar aposentadorias, para manter uma máquina pouco eficiente, para

fazer escolhas erradas com o dinheiro coletivo.

Em vez de reformar a Previdência, decide reformar a conta do déficit da Previdência. Pronto! Está resolvido o problema: “Não me venham mais falar de déficit.” Para enfrentar o problema da estagnação, a solução é atacar o suspeito usual: o Banco Central.

Enquanto o país se mobiliza por falsos problemas ou falsas soluções, nossos verdadeiros dilemas continuam se agravando. O Brasil não pode ter qualquer retrocesso na educação. Já está atrasado demais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme V. Ex^a pôde acompanhar, apresentei um requerimento em que o Senado manifesta o seu pesar pelo assassinato cruel, bárbaro daquele casal francês e do cientista social francês, no Rio de Janeiro. É uma maneira de manifestar solidariedade às famílias desses franceses e ao Consulado Geral da França, no Rio. Inclusive estou substituindo o requerimento, ampliando um pouco os fatos e fazendo uma correção de endereços, porque esse triplo assassinato teve repercussão muito grande na Europa inteira, não só na França. Até amigos meus que moram na Itália e uma parenta minha que mora na Alemanha me ligaram durante o fim de semana, com a repercussão, ruim para o Brasil, em vários países da Europa, com a divulgação, tanto pelas televisões, quanto pelos jornais, desse acontecimento.

Quero manifestar o nosso pesar por esses franceses. Eles vieram para o Brasil com o desejo de trabalhar em uma organização não-governamental, procurando tirar meninos da rua, fazendo com que essas crianças fossem úteis, no futuro, ao Brasil e aos brasileiros. E seriam melhoradas as condições de vida da própria Humanidade, porque, quando esses meninos se aperfeiçoassem, serviriam à Humanidade, serviriam ao próximo, em vez de descambarem para o crime.

Pois bem, esses franceses, trabalhando há mais de dez anos, resgataram um menino da rua. Eles o educaram, pagaram-lhe o colégio e acharam que o haviam educado tão bem que tomaram esse menino e o levaram para trabalhar na organização não-governamental, com trabalho assalariado. Eles estavam ganhando – esse rapaz – para trabalhar nessa organização não-governamental. E essa organização não-governamental, Sr. Presidente, ainda pagava um curso superior de Administração, que esse ex-menino de rua estava freqüentando. Pois bem, ele, trabalhando nessa organização, ficou encarregado de alguns pagamentos, de acompanhar pagamentos de tributos, e começou a dar um desfalque na organização, que estava chegando a R\$80 mil.

Qual a solução – coitado! – que essa mente perversa encontrou para isso? Assassinar os três franceses. Procurou companheiros e colegas de fim de semana, ofereceu para cada um R\$2 mil, municiaram-se de facas e foram para o escritório da organização, a fim de perpetrar, de maneira cruel, o assassinato

daqueles que o haviam beneficiado, degolando-os e esfaqueando-os, até que levassem o casal e o francês à morte.

Esse voto de pesar quer significar tanto às famílias dos três franceses quanto às autoridades francesas o sentimento do Brasil diante dessa crueldade que foi praticada contra franceses.

O Brasil tem uma tradição muito grande de ligações históricas, sentimentais e culturais com a França. A própria unidade República Federativa do Brasil foi mais ou menos moldada com base na *République Française*, que sucedeu à Revolução Francesa, movimento que deu origem à separação dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Culturalmente, o Brasil tem uma ligação muito profunda com a França, e esses franceses merecem de nós, Senadores, e do Governo brasileiro todas as homenagens por tudo aquilo que eles vinham fazendo e pela maneira cruel com que lhes foram retiradas as vidas.

Esse voto de pesar é a nossa maneira de agradecer às famílias e de lhes dizer que não perderemos essa oportunidade de refletir sobre o que aconteceu aos seus filhos, de dizer ao Governo francês que o Brasil é grato por ter, naquele País, cidadãos da qualidade daqueles que vieram ao Brasil prestar esse serviço aos jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, queremos pedir aos franceses que não desanimem de pensar nas crianças pobres do Brasil, diante de um acontecimento tão triste, tão infausto e tão doloroso como esse.

Por isso encaminhei esse voto de pesar, que espero represente um pouco a intenção de diminuir a dor dos parentes desses franceses, quando um organismo como o Senado reconhece o trabalho que eles vinham fazendo e lhes presta essa homenagem, como a que o Rio de Janeiro prestou – vi ontem o Cardeal do Rio de Janeiro na missa em sufrágio dessas almas. É uma maneira de fazermos com que a dor dessas famílias e o sentimento do Governo francês tenham a solidariedade e o apoio do Senado brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Solidarizo-me com V. Ex^a nesta homenagem justa e importante para esta Casa, representada por sua iniciativa, e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi constatado erro material nos autógrafos das emendas oferecidas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006**, aprovadas nesta Casa e remetidas à Câmara dos Deputados pelo Ofício nº 2.116 do Senado Federal, de 14 de dezembro de 2006.

O erro material em questão verificou-se na Emenda nº 16, correspondente à Emenda nº 16-CAE, que deu nova redação ao art. 32 do Projeto no sentido de alterar o art. 836, que, na verdade, corresponde ao art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos termos do art. 325, II, do Regimento Interno, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Lida a comunicação, continuamos pela ordem dos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cícero Lucena, como orador inscrito. V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, a minha vontade é de continuar falando sobre educação, mas, com certeza, todos nós teremos outras oportunidades não apenas de falar, mas também de agir em favor desse tema tão importante.

Eu gostaria de abordar nesta tarde um dos temas mais presentes nesta Casa, alvo de críticas de praticamente todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, independentemente de ideologia ou coloração partidária.

Falo do instituto da medida provisória, que, dissociada da intenção original do legislador, se tornou figura banal no nosso sistema jurídico, sendo utilizada nas mais diversas e até esdrúxulas situações, em sua grande maioria sem os requisitos essenciais de urgência e relevância que a autorizavam e previstos no art. 62 da Constituição Federal.

Contudo, quero fixar o olhar desta Casa para o que poderíamos chamar de efeito colateral, ou melhor, em como esse vício de edição de medidas provisórias pelo Poder Federal vem se disseminando, se alastrando pelas demais esferas de Poder Executivo, principalmente nos Municípios brasileiros. É, sem dúvida, o caso do “mau exemplo” que vem de cima.

Apenas para ilustrar, trago o exemplo recente da minha cidade, João Pessoa.

A Paraíba surpreendeu-se há poucos dias com uma medida provisória – mais uma –, a 16^a medida provisória em apenas dois anos de Governo. Como Prefeito de oito anos, editei somente uma medida provisória. O Prefeito de João Pessoa, na sua medida provisória, anula um teste seletivo público do ano de 2003 para a contratação de agentes de saúde da capital paraibana. A mesma medida que anulou o teste demitiu mais de mil agentes comunitários e sanitários de combate à dengue.

A medida do Prefeito de João Pessoa impressiona pelo autoritarismo, pela insensatez e por seu indistigável caráter revanchista. Nenhuma das suas poucas justificativas resiste ao menor questionamento, muito menos aos fatos e à história.

O Prefeito sugere que o teste seletivo teria sido feito sem divulgação à altura. O próprio Ministério Público do Trabalho, que move uma ação contra essa medida provisória, encarregou-se de desmentir o Prefeito, apontando diversos jornais e muitas edições de matérias sobre o teste, sobre suas exigências, prazo de inscrição e total de inscritos. A Prefeitura oferecia, em 2003, cerca de 400 vagas. Apesar de todas as limitações impostas pelo Programa de Saúde da Família, que exige que o agente more na própria comunidade atendida ou próximo a ela, Senador Gerson Camata, inscreveram-se mais de 12 mil candidatos, cerca de 30 concorrentes para uma única vaga. Onde está a falta de divulgação? Era emprego de pouco mais de um salário mínimo, restrito a moradores de um mesmo bairro... E foram 30 concorrentes para uma vaga.

Foram aproveitados todos os aprovados, como titulares ou como suplentes, porque afinal a Prefeitura de João Pessoa, que na época me tinha como Prefeito, montou o que, em termos proporcionais, era o maior e mais abrangente programa de saúde da família do Brasil: 180 equipes de saúde da família. Foi a primeira capital do Brasil a atingir 100% de cobertura no programa saúde da família para o público alvo.

Na época, dois, e apenas dois dos mais de doze mil inscritos no teste seletivo se insurgiram contra as regras do concurso. Foi o Ministério Público Estadual que abriu o processo e, ao final, mandou arquivar as reclamações. Considerou o teste absolutamente regular e limpo, a salvo e acima de qualquer suspeita. O Ministério Público atestou e avalizou a regularidade e a lisura do concurso. O Tribunal de Contas do Estado também analisou o processo. E também aprovou o teste e a contratação.

O próprio prefeito atual, na época um deputado de um só tema e de uma nota só, a crítica à Prefeitura da época, não contestou o teste. Ao contrário, exigiu um contrato que desse aos selecionados uma gama de direitos muito mais abrangentes do que a legislação permitia. Até em busca da estabilidade, pois até então não havia legislação que assim permitisse.

A imprensa da Paraíba jamais registrou um só questionamento do atual Prefeito, à época Deputado Estadual, contra o teste seletivo. Por que só depois de quatro anos de seleção pública e de funcionamento dessas equipes, por que só depois de mais de dois anos de sua posse na prefeitura o Prefeito de João Pessoa

resolve insinuar irregularidades e protecionismo num teste de 2003? Como jogar pedras agora, se ainda em setembro de 2005 a equipe técnica da Secretaria de Saúde, já sob o comando do atual Prefeito, atestava por escrito a regularidade e a lisura do concurso?

O Ministério Público do Trabalho, na Paraíba, está contra a anulação do teste e a demissão dos agentes, por reconhecer sua absoluta regularidade e lisura. O Ministério Público do Trabalho até conseguiu na Justiça liminar suspendendo os efeitos da medida provisória da perseguição e da retaliação.

Tenho a mais absoluta confiança na Justiça, no sentido de que os agentes de saúde de João Pessoa não serão demitidos nem prejudicados, pois a medida provisória do Prefeito não se sustenta em foro algum, até porque eles têm prestado um excelente serviço, pois são treinados e qualificados. Deixamos, inclusive, um projeto em fase inicial, por meio do qual cada agente de saúde qualificado teria um *palmtop* para acompanhar suas visitas residenciais e, assim, alimentar o banco de dados da Secretaria de Saúde do município e depois repassá-los ao Ministério da Saúde.

Mas nada impede a inquietação e a grande dúvida que suscita o ato do Prefeito: por que só agora, às vésperas da eleição municipal, o prefeito se insurge contra um ato de quatro anos atrás e resolve demitir mais de mil agentes de saúde com medida provisória? Que ligação haveria entre a demissão de agora e o fato de que o prefeito foi pilhado na campanha eleitoral passada fazendo sorteios de ferros de engomar, de liquidificadores, de bicicletas e pedindo votos exatamente para esses mesmos agentes de saúde agora demitidos? O que motiva, afinal, essa absurda medida provisória: perseguição política, de intolerância à crítica e à divergência ou simplesmente vingança?

Os últimos anos, felizmente, têm registrado avanços consideráveis no reconhecimento e na regulamentação de direitos dos agentes comunitários de saúde e dos profissionais do programa de saúde da família. Hoje essa medida é contra os agentes; amanhã, pode ser contra os médicos, os enfermeiros, os odontólogos. Lá, cada equipe tem um odontólogo. Mas, como prova este fato de João Pessoa, ninguém está a salvo do autoritarismo, da loucura mais cega e da intolerância mais revanchista. Para esses, nem a lei. Só a justiça.

Exemplos como o de João Pessoa e de outros Municípios brasileiros, apenas corroboram o que todos os Senadores desta Casa sabem. O Legislativo brasileiro precisa urgentemente atuar contra a desmedida edição de medidas provisórias, que usurpam as atribuições deste Poder, comprometendo o Estado de direito em que todos acreditamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto como orador inscrito. S. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez venho com muita honra a esta tribuna falar de assuntos do meu querido Estado do Pará aos meus irmãos paraenses.

Inicialmente o meu pronunciamento, meu nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, traz um tema que preocupa. E quero deixar um alerta às autoridades brasileiras, especialmente às paraenses.

O jornal **Correio Braziliense**, da semana passada, trata do garimpo de Serra Pelada. E dá destaque, em uma página inteira, à disputa pelo ouro.

Mas vou deixar esse assunto para a parte final do meu pronunciamento.

Antes, quero abordar novamente a questão das eclusas de Tucuruí. Nesta tribuna, disse que sempre iria chamar a atenção dos paraenses, dos brasileiros com relação à falta de infra-estrutura no Estado do Pará.

O Governo Lula, ao anunciar o Plano de Aceleração do Crescimento, tão comentado neste Brasil, incluiu – graças a Deus! Felizmente! Até que enfim! – algumas obras de infra-estrutura no Estado do Pará. Até que enfim! Por que digo até que enfim, Senador Paulo Paim? Porque, com todo o respeito que tenho pelo Governo Lula, até hoje não teria feito apenas uma obra sequer de infra-estrutura no Estado do Pará. E pasme, Senador Papaléo Paes: o Pará é um dos Estados que mais colaboram com as exportações brasileiras. Merecia até um incentivo especial, mas não tem e nunca teve a contrapartida. Agora, até que enfim, o Presidente Lula vem à imprensa dizer que o Plano de Aceleração do Crescimento não ficará na gaveta. Que bela afirmação! Espero que ela seja cumprida. Espero, Sr. Presidente, que meu Estado tenha, finalmente, obras de infra-estrutura para o seu crescimento. Finalmente, Sr. Presidente!

Volto a repetir: a Lei Kandir, com relação ao Estado do Pará, não é cumprida, não é respeitada. O Estado do Pará é um dos maiores exportadores, e não é compensado por isso. Precisa do respeito das autoridades. E espero que a afirmação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja verdadeira porque essas obras já poderiam ter sido feitas há muito tempo. Não é nenhum favor ao Estado do Pará; se fossem fazer a contabilidade, a União estaria devendo ao Estado do Pará Senadores e Senadoras. E é preciso que o povo brasileiro saiba disso. É preciso que o povo paraense fique cada vez mais alerta sobre esse problema.

O Estado do Pará nunca foi compensado pelo que dá à União. Nunca! Não há sequer Senador uma obra de infra-estrutura feita no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Espero, agora, que essas obras que estão alocadas no PAC, principalmente as eclusas de Tucuruí, a Transamazônica, a Santarém–Cuiabá e a Belo Monte sejam uma realidade.

Não se pode Senador Mozarildo, sem infra-estrutura, ter um crescimento, ter uma produção. Como, Senador? Não se pode, Senador. E pior: quando se abrem os jornais e lê-se a notícia de que o Governo brasileiro vai doar à Bolívia R\$20 milhões, aí entro em parafuso Senador! Querem servir a Bolívia quando, aqui no Brasil, na minha Ilha de Marajó, sobre a qual falei nesta tribuna, ainda existe a fome, a miséria. E aí, Senador, causa-me uma revolta. Vinte milhões doados à Bolívia! Apliquem esses R\$20 milhões na pobreza da Ilha de Marajó. Dêem o mínimo de infra-estrutura!

V. Ex^a falou ainda há pouco – eu estava observando – que o seu Estado tem 400 mil habitantes, não é isso, Senador? Pois a Ilha de Marajó chega a isso. A Ilha de Marajó! Não é o Estado do Pará, mas a Ilha de Marajó, Senador! Quatrocentos mil habitantes! Larga-da, desprezada há anos e anos e anos, desde minha infância, Senador!

Quando se pede o mínimo, que se dê o mínimo de transporte àquele povo; quando se pede um navio de R\$6 milhões, se dá R\$20 milhões à Bolívia. Pelo amor de Deus!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou atender a todos.

Pelo amor de Deus! Onde nós estamos? Será que isso é verdade ou estou sonhando? Será que eu estou sonhando, Senador? Será que estou sonhando? É um absurdo! É um absurdo!

E o povo de Marajó na miséria. Pronto! Vamos dar R\$20 milhões ao Presidente da Bolívia para que me chame, mais tarde, de estadista. Sirvo a todo este Continente! Sou o todo-poderoso Luís Inácio Lula da Silva! E o povo de Marajó morrendo à míngua, na miséria, sem transporte, sem energia. E meu Pará sem infra-estrutura, sem uma obra de infra-estrutura feita pelo Governo Lula.

Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mário Couto, sou do Estado mais setentrional da Amazônia e, portanto, do Brasil. Muita gente, até bem pouco, ainda achava que o ponto mais setentrional do Brasil era o Oiapoque, lá no Amapá. Está provado geodesicamente que é o monte Caburaí, em

Roraima. Mas sou meio paraense. Passei oito anos no Pará. Formei-me em medicina lá. Admiro muito aquele Estado, onde ainda mora minha mãe. Ela foi para lá por minha causa, para que eu pudesse estudar. Tenho uma profunda admiração pelo povo paraense, pela forma acolhedora como recebe as pessoas que vão para lá. Sobretudo, pelo amor que têm os paraenses por sua terra e por suas coisas. V. Ex^a está defendendo com muito ardor, reclamando com muita justeza providências para o seu Estado, que é o mais rico da região amazônica ou, pelo menos, da região Norte. Imagine nós, da pequenina Roraima, como somos tratados, se um Estado da região Norte do porte do de V. Ex^a é maltratado assim! É verdade que é maltratado, sou testemunha. Imagine nós, que somos pequeninos. Imagine se não tivéssemos três Senadores, um deles Líder do Governo! Não recebemos nem as coisas mais elementares como, por exemplo, uma autorização para importar gasolina da Venezuela. Estamos encaixados lá, onde o valor da gasolina é 1/10 do que pagamos, mas não o fazemos para teimar sermos brasileiros. V. Ex^a tem razão. O Presidente Lula quer pintar-se de líder da América Latina, mas está perdendo esse espaço para Hugo Chávez. Reajustou o gás da Bolívia em 6 milhões, quer dar mais R\$20 milhões agora, mas há muito brasileiro morrendo de fome, principalmente na região Norte, em locais como a Ilha de Marajó e o sul do meu Estado, Roraima. V. Ex^a tem razão, e estou solidário com V. Ex^a nessa luta para que a nossa voz seja ouvida e o nosso povo respeitado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Mário Couto, cumprimentos pela sua fala. O Brasil é um País extremamente generoso – com os outros. Perdoa a dívida de Angola, perdoa a dívida de Moçambique, produtores de diamantes e de petróleo. Ouí, de madrugada, o Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Exterior. Não acredito no que ele disse porque tenho brigado aqui há mais de dez anos para que seja criado um fundo federal para financiar, com juros subsidiados, aos prefeitos, a compra de tratores, máquinas e retroescavadeiras, a fim de darem uma boa assistência nas estradas vicinais. Repito, eu não acredito. O Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Exterior disse que o Presidente Lula vai baixar uma medida provisória para financiar a compra de tratores e máquinas agrícolas para os prefeitos da

Bolívia. Eu pensei que fosse lá para o Espírito Santo. Eu não acredito que seja verdade. Vou sugerir ao Governador Paulo Hartung, já que no Espírito Santo há uma refinaria de gás da Petrobras, que mande a Polícia Militar invadir a refinaria, colocar lá a bandeira do Espírito Santo e prender os funcionários da Petrobras. Aí ele vai receber todos os benefícios que o Evo Morales está recebendo por ter feito isso. Ser for verdade. Eu não acredito. Se acontecer, vou morrer não acreditando que o Brasil vai financiar para a Bolívia máquinas agrícolas a juros subsidiados, se não o faz para as suas prefeituras.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Também acredito que ele não vá fazer isso, porque será absurdo se o fizer. Mas, Senador Mozarildo Cavalcanti, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi muito bem votado no Pará, principalmente na Ilha de Marajó. Há pouco tempo estive lá, conversando com uma moradora, uma senhora de 40 ou 50 anos. Perguntei: a senhora recebe o Bolsa-Família? “Recebo, Senador, mas está muito pouco. Já não dá mais”. Perguntei: quanto a senhora recebe? “Cinquenta ou sessenta reais”. Ela estava reclamando que o Bolsa-Família já não está dando mais para fazer o que fazia.

Senador, é preciso ficar atento a isso porque o povo brasileiro já não quer mais e já está reclamando do valor atual do Bolsa-Família. Preste bem atenção no que pode acontecer, porque todo salário é motivação periódica, não é, Senador? Esse também não vai deixar de ser uma motivação periódica. Para uma região, Senador Paulo Paim, que não tem absolutamente nada, em que a pobreza impera, quando se dá o Bolsa-Família, agradece-se. Não penso que não se deva dar. Agora, até quando vai permanecer o Bolsa-Família e até quando vão tratar dessa maneira a população pobre do País?

Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho transporte. Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho iluminação. Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho água na minha casa, potável, tratada. Não tenho. Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho a mínima infra-estrutura na minha terra para que ela se desenvolva. Não tenho. Tem de haver o Bolsa-Família, mas tem de haver desenvolvimento. Tem de haver estrutura mínima para as pessoas poderem sobreviver.

E aí? E aí se fala do PIB brasileiro. E é isso que a imprensa divulgou: só ganhou do Haiti. É um dos últimos PIBs mundiais. E, se formos comparar com os outros Governos brasileiros, é também um dos menores de toda a história deste País.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, quero falar, desta tribuna, da minha preocupação de o Go-

verno Federal não ter uma obra de infra-estrutura no meu Estado, o Pará, que é um dos maiores colaboradores nas exportações brasileiras. E não se respeita a Lei Kandir.

Espero que, pelo menos, as obras que já deviam ter sido feitas há muito tempo – as eclusas, a Transamazônica, a Santarém–Cuiabá e a Belo Monte – sejam feitas agora. Tomara! Oxalá! O povo paraense vai agradecer. E eu não vou me cansar de falar nesta tribuna.

Mas o assunto principal que trago a esta tribuna, hoje, é o garimpo de Serra Pelada. Depois de 15 anos fechado, desde 1992, o Líder do Governo, nesta Casa, Senador Romero Jucá, anuncia que a Vale, por meio de um acordo com a Presidência da República, abre o garimpo de Serra Pelada. E cerca de 67 mil garimpeiros certamente festejaram a notícia.

Lembre-se de que a abertura desse garimpo, a luta pela sua abertura, na cidade Curionópolis, no Pará, trouxe até morte. Nesses 15 anos, 4 pessoas, sindicalistas, morreram.

Todo o Brasil conhece fatos relacionados ao garimpo de Serra Pelada. Todo o País!

E a notícia chegou ao Pará festejada. No entanto, eis que surge um grande problema: o prefeito de Curionópolis.

Lerei para as Sr^{as} e os Srs Senadores notícia publicada no jornal **Correio Brasileiro**: “Prefeito de Curionópolis quer impedir que garimpeiros de Serra Pelada no Pará voltem a atuar na região, apesar do acordo de exploração feito com a Vale do Rio Doce.”

Sabem V. Ex^{as} quem é esse prefeito? Eu o conheço. E conheço a história toda, conheço os fatos, todos os fatos! Sebastião Curió – daí o nome da cidade, Curionópolis – é um prefeito do tempo da guerrilha do Araguaia, Senador Jarbas Vasconcelos! V. Ex^a, que já foi Governador, sabe que temos vários tipos de Prefeitos no interior dos Estados, e esse é daquele tipo mão-de-ferro! É do tipo do império! É do tipo da ditadura! Ditadura!

Curió é até um passarinho que, no Pará, muitas pessoas criam; chegam até a fazer campeonato de canto dos curiós.

Mas esse aí, esse curió é um carcará disfarçado de curió! Esse não é um curió; é um carcará disfarçado de curió.

Ao descer desta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar um alerta às autoridades brasileiras, especialmente às do meu querido Estado do Pará: se esse assunto não for levado a sério, se esse curió realmente colocar novamente as suas

garras nessa questão, haveremos de ver tombados mais sindicalistas.

Não podemos e não devemos largar a atenção desse assunto, autoridades do meu Pará! Precisamos mostrar ao Curió que o tempo da ditadura já foi. Estamos na democracia e lutamos por ela, Curió! Você não pode, como prefeito, impedir que o garimpo volte a funcionar. Tire a sua roupa de carcará, Curió! Tire a sua roupa de carcará! Deixe as 67 mil pessoas trabalharem com dignidade e criem seus filhos. Deixe-as!

As autoridades do meu Estado precisam estar atentas a isso. Não somente do meu Estado, mas também as autoridades do meu País.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou concluir o pronunciamento, Sr. Presidente.

Por isso, deixo esta tribuna certo de que aqui cumpri minha obrigação. Alertei as autoridades do meu País e do meu Estado com relação à reabertura do garimpo de Serra Pelada. As cooperativas precisam funcionar, mas, com as garras do Curió, com as garras do carcará, poderemos ter problemas de morte. Já foram quatro, e poderá haver mais. Fica o meu alerta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção que me foi dispensada.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável em seguida ao pronunciamento do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá a palavra como Líder, já que já há três inscritos para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim por até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para falar um pouco sobre fatos que estão acontecendo no movimento sindical. Todos sabem da minha caminhada como ex-sindicalista, lá pelos anos 70 – nos anos 80 eu já estava na Câmara e, de lá, depois de ser constituinte, vim para o Senado. E surpreende-me muito a forma como alguns empresários

– alguns, não são todos – estão agindo com o movimento sindical, simplesmente desrespeitando o que manda o art. 8º, inciso VIII, da Constituição.

Diz o art. 8º:

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura, a cargo de direção ou representação sindical, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

Um setor do empresariado – repito, não são todos – começou simplesmente a colocar na rua, sem direito à indenização da estabilidade, o dirigente sindical que faz parte do Conselho Fiscal da entidade. Ele foi eleito para a diretoria, exercendo cargo do Conselho Fiscal. Não dá para entender.

Faço este protesto em nome de milhares e milhares de sindicalistas.

Eu estranho o fato porque durante uma década fui sindicalista – fui Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, fui Presidente da única central estadual que houve no Rio Grande do Sul, a chamada CET-RS (Central Estadual dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul), fui vice-presidente da CUT Nacional – e nunca vi, no meu período, dirigente sindical ser demitido sem direito sequer à indenização correspondente aos anos que ele teria de estabilidade. Como é que um dirigente vai defender os seus trabalhadores, a sua categoria respectiva, se ele não tem nenhuma proteção? Por participar da Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes –, eu tinha estabilidade no emprego; depois, virei dirigente sindical. Não dá para entender.

Se continuar assim, com demissões, arbitrárias e truculentas, confesso que terei de entrar com um projeto de lei reafirmando o que diz a Constituição, que é uma norma auto-aplicável, dizendo que dirigente sindical, conforme diz a Constituição, não poderá ser demitido. Vou ter de apresentar aqui um requerimento de urgência urgentíssima. Eu seria obrigado a reinventar a roda, porque, em qualquer país capitalista do mundo, o dirigente sindical não pode ser demitido arbitrariamente.

Deixo aqui este protesto, Sr. Presidente, já demonstrando nossa intenção de, se necessário, apresentar uma lei dizendo aquilo que já está no texto da Carta Magna. Isso é um desrespeito à liberdade e à autonomia sindical. Confesso a vocês que, se eu estivesse lá no movimento sindical, eu estaria na rua, com as centrais sindicais e as confederações dizendo que, quanto ao meu pessoal da diretoria, a Constituição teria que ser cumprida e que ninguém vai demitir. Estranho, protesto e faço um alerta ao movimento sindical: contra empresário que demitir dirigente sindical, no mínimo,

teremos de pensar uma forma de protestar, e uma forma de protesto é, sem sombra de dúvida, a greve.

Senadora Ideli Salvatti, falarei da greve. Por que farei isso? Porque surpreenderam a todos nós as manchetes deste fim de semana segundo as quais haveria a intenção, por parte do Governo, de proibir o direito de greve no setor público. Particularmente, não acredito nisso. Acho que foi um mal-entendido. O que existe por parte do Governo é um pedido para que haja a regulamentação do direito de greve, em relação ao que não posso ser contrário e direi o porquê.

Apresentei em 1991, o Projeto nº 401, que dispõe sobre a regulamentação do direito de greve, na área pública e na área privada. Nesse projeto, faço um paralelo entre o art. 37, que trata do servidor público, e o art. 7º, que dispõe sobre o direito de greve na área privada. Até hoje, não foi regulamentado – e falo como ex-Constituinte – o direito de greve na área privada nem na área pública.

Estou entendendo que a intenção do Presidente Lula e do Ministro Paulo Bernardo, que assim se manifestou, seja de que haja a regulamentação. O art. 8º traz a expressão “conforme lei” e o art. 37, que dispõe sobre o servidor público, determina que seja “conforme lei específica”. Hoje não existe o direito consagrado de greve, porque ele ainda não foi regulamentado. O que o Governo quer, e o que eu quero, desde 1991 – lamento que a Câmara esteja com o projeto engavetado –, é regulamentar o direito de greve.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, é esse o entendimento que eu também tenho e só posso lamentar que, mais uma vez... É interessante ver que, quando ocorrem greves no serviço público, várias vozes se levantam dizendo que é ilegal, que não pode, isso e aquilo. Mas o engraçado é que as mesmas vozes bombardeiam quando, por questões, muitas vezes, legítimas, corretas, a organização sindical dos servidores públicos realiza movimento de paralisação, alegando que não pode, não deve... Agora, quando vem uma proposta, como V. Exª está levantando, visando atender uma questão que está em aberto, uma lacuna legislativa, e a Presidência da República, o Presidente Lula estabelece que é importante, que deve ser feito e que será feito, é interessante que essas mesmas vozes que se levantam para criticar e combater o movimento dos próprios servidores agora critiquem o fato de a Presidência da República estar preocupada com a regulamentação do direito de greve. Não se trata de impedir a greve ou de punir os grevistas, mas, sim, de regulamentar o direito para que o legítimo direito de os trabalhadores reivindicarem possa ser garantido assim

como para que a população seja atendida, até porque boa parte das greves atinge esse direito de atendimento. Então, é preciso haver regras claras no momento da movimentação legítima dos trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti pelo aparte, que vem ao encontro do que estou falando.

Antes de descrever, rapidamente, a situação do PL nº 401, concedo, com alegria, um aparte ao Senador Papaléo Paes. Posteriormente, continuarei a explicar o projeto de regulamentação, que está, desde 1991, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, primeiramente, meu respeito pela sua postura nesta Casa e pela sua participação muito ativa, principalmente nas questões relacionadas aos direitos do trabalhador, aos sindicalistas e a todos aqueles movimentos que dizem respeito aos direitos humanos. Estou fazendo este aparte, até que V. Exª nos dê conhecimento do projeto, porque realmente fiquei muito surpreso com o posicionamento do Governo, inclusive com a maneira como falou um de seus Ministros. Jamais poderíamos identificar aquele cidadão como membro de um Governo que encontrou na prática das greves uma forma de os trabalhadores reivindicarem seus direitos. Hoje, estamos vendo a atitude do Partido dos Trabalhadores... Até quero desvincular o PT. Quero dizer que um dos seus maiores representantes, o Presidente da República, toma atitudes que não tem nada a ver com o espírito que o Partido impôs, desde o seu início, que era exatamente o espírito de respeito aos direitos dos trabalhadores. Desejo que o Presidente Sarney nos conte quantas greves S. Exª enfrentou, quantos movimentos grevistas enfrentou na sua gestão. Parece-me que foram mais de três mil greves, comandadas ou idealizadas exatamente pelo Partido dos Trabalhadores, que estava nascendo. Então, ficamos muito confusos, principalmente hoje, quando vemos que o próprio Governo, que o Partido dos Trabalhadores, representado pelo Presidente da República, está tomando algumas medidas relacionadas à contenção de certos movimentos grevistas que se contrapõem completamente à sua ideologia, que fez com que o povo brasileiro elegeisse o Presidente Lula para cumprir um mandato de quatro anos, reelegendo-o por igual período. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, agradeço o aparte do V. Exª. Pretendo, na seqüência do aparte do Senador Cristovam Buarque, explicar o que diz o Projeto nº 401, de 1991, que teve, na época, o parecer favorável da Deputada Federal Maria Laura, grande líder dos servidores públicos em

Brasília e em todo o País, que V. Ex^a conheceu muito bem, e tem também parecer favorável do atual Presidente do Sesi, Jair Meneguelli, e, posteriormente, de Tarcísio Zimmermann, Secretário do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul no Governo Olívio Dutra, porque o nosso projeto regulamenta a situação tanto da área pública quanto da privada. Explicarei o que regulamenta.

Ouçó o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, fico satisfeito que V. Ex^a traga este assunto para cá, porque creio que todos nós ficamos assustados quando lemos que o Governo está pretendendo repelir, controlar ou regulamentar as greves. Mas é preciso lembrar que todos nós ficamos assustados também quando vemos as conseqüências das greves em alguns setores. Não há a menor dúvida de que uma das causas da piora na educação brasileira decorre do excesso de dias de greves que temos na educação. Greves que são determinadas por uma minoria muito pequena em assembleias e greves que têm longas durações. Cem dias! Uma criança não recupera o que perdeu depois de 100 dias de greve, Senador. Ela pode até recuperar uma parte, mas não tudo. Foi nesse sentido, Senadora Ideli, que apresentei um projeto pelo qual já luto há muitos anos, desde que era Governador, não de proibir greve, absolutamente, mas de criar um colchão entre professores, servidores da educação e Governo. Esses professores teriam direito, sim, de reivindicar salário e avisar do risco de greve. Mas entre o Governo e eles haveria, Senador Mozarildo, uma comissão, um grupo de pessoas que analisaria a legitimidade das reivindicações, que as levaria ao Governo, que mostraria a impossibilidade ou não de cumprir isso. E esse grupo, por sua força moral, não policial, não impositiva, diria: esse greve não é conveniente; ou diria: Governo, você tem recursos para atender a reivindicação dos professores. Eu lamento, e chamo a atenção da minha querida Senadora Ideli, porque a esse projeto, creio, está para ser dado parecer e, se não me engano, os seus assessores não estão muito satisfeitos com ele. Sentemos e analisemos. Será que esse projeto não é uma antecipação do que o Governo deseja fazer de uma forma mais democrática? Porque a democracia está presente na minha proposta, uma vez que haverá um núcleo intermediário, um colchão para amortecer os choques ou entre os trabalhadores no setor da educação ou entre os governos, que, às vezes, não têm mesmo como atender, ou até mesmo não atendem, porque estão gastando dinheiro em obras desnecessárias. Então,

a posição de V. Ex^a é ótima, mas, se esse processo originado no Governo for bem conduzido, pode-se ter uma situação melhor do que a atual.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, concluindo o meu pronunciamento, volto a insistir na tese de que quem escreveu o texto da regulamentação do direito de greve na Constituição teve a participação direta de Luiz Inácio Lula da Silva, de Jarbas Passarinho, que foi à tribuna defender e para quem bati palma daqui debaixo, de João Paulo de Vasconcelos, de Olívio Dutra, e de nós que estávamos lá, dentre outros nomes, como Nelson Jobim e José Fogaça, como Relator. Então, penso que o texto da Constituição tenha ficado muito bom, na sua forma e na sua defesa em Plenário, à época. Foi um grande avanço! Agora, de lá para cá, teríamos de ter regulamentado algumas ações em relação à greve dos servidores, que termina no Supremo. O que alegam aqueles que provocam o Supremo? Dizem que, por uma omissão do Congresso Nacional, é preciso que aquele órgão, então, tome uma posição para abalizar, o mínimo possível, a questão da greve, quer seja na área pública quer seja na privada.

Então, quando vi esse anúncio, no fim de semana, confesso-lhes que não acreditei no enfoque dado, mas, sim, na vontade de que houvesse efetivamente a regulamentação.

Cito um exemplo no que se refere a esse PL nº 401. Digo o seguinte: em caso de greve no setor da saúde – e tenho uma identidade muito grande com esses sindicalistas –, poderão simplesmente desligar as máquinas e, conseqüentemente, a vida? Claro que não. Claro que não.

Digo aqui: em casos de urgência médica, em questões que estejam em choque com a vida, terá de haver plantões e emergência funcionando durante todo o período em que houver a paralisação em outras áreas, porque não pode a greve colocar em xeque a vida da população.

Por exemplo, plantões de emergência, quando necessários, teremos de ter. Agora é preciso que fortaleçamos o processo da livre negociação, o entendimento, uma vez que, neste País, por obra, eu diria, de três Governos passados, não temos mais política salarial.

Bom, se não há mais política salarial que garanta, automaticamente, a incorporação pelo menos da inflação no salário do trabalhador, pelo menos temos de ter o livre direito de negociar e de pressionar. É legítimo que se pressione, quer seja o poder municipal, o estadual ou mesmo a União, como também, na área privada, os trabalhadores. Faz parte da democracia. O

que não pode é proibir esse legítimo direito, que é um instrumento da livre negociação. Entendo que a livre negociação entre as partes é o melhor caminho.

Por isso, depois que chegamos a um entendimento mínimo sobre a importância de uma política salarial para o salário mínimo, com a reposição da inflação e mais um aumento real todos os anos, e estamos conseguindo avançar – devagar, mas estamos avançando –, não é possível agora querer também que as entidades não tenham sequer o direito de negociar livremente e até mesmo paralisar quando as partes não se entenderem. Falo com muita tranquilidade, porque, quando eu era dirigente sindical, sabe o que eu dizia que a greve era? “Olha, pessoal, vamos para a greve, mas podem saber que a greve significa a incompetência entre as partes. Fomos incompetentes por não termos conseguido convencer os empregados e eles foram tão incompetentes que também não entenderam e não quiseram estabelecer um processo de negociação, o que seria o melhor para as partes. Bom, vamos à greve, mas vamos torcer para que essa paralisação seja a menor e a mais rápida possível e que se estabeleça o processo de negociação”.

Ninguém gosta de fazer greve. V. Ex^{as} podem ter isso claro. Quando o cidadão ou dirigente vai para uma assembleia e defende a greve, ele sabe que dezenas, ou centenas, ou milhares de trabalhadores poderão ficar sem salário no final do mês; sabe também que uma ou algumas centenas de trabalhadores poderão ser demitidos. E a responsabilidade dele é muito grande naquele momento.

Então, ninguém quer greve pela greve. Prefere a negociação e o entendimento. A greve é o auge do conflito quando as partes, não se entendendo, acabam optando, pelo menos uma delas, pela greve. Não esqueçamos que até empregador, neste País, muitas vezes provocou a greve e a fez acontecer, quando entendia que seus interesses na área econômica não estavam sendo atendidos.

Em resumo, quero deixar claro que sou totalmente favorável à regulamentação do direito de greve, tanto na área privada quanto na área pública. Para os casos de emergência, os trabalhadores deverão manter os seus plantões.

Deixo aqui, mais uma vez, a minha indignação quanto à demissão que um setor dos empregadores está provocando em cima de dirigentes sindicais, do Conselho Fiscal. É totalmente arbitrário, desrespeitoso e fere o princípio e o mínimo da liberdade e autonomia sindical.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Pela relação dos inscritos para uma comunicação inadiável, quero assegurar a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Porém, a Senadora intervém com um pedido pela ordem. Então, aguardemos o seu questionamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a minha inscrição para uma comunicação inadiável. O Senador Tião Viana já havia se inscrito para esse fim. Eu não tinha conhecimento disso, pois S. Ex^a assumiu a Presidência da Mesa nesse ínterim.

Assim, gostaria de solicitar a minha inscrição pela Liderança do PT. Se possível, de imediato.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – De imediato. Sem problema algum. Vamos substituir: em lugar de uma comunicação inadiável, V. Ex^a falará por cinco minutos pela Liderança do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana, no dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Portanto, teremos, ao longo da semana, uma série de iniciativas, de pronunciamentos tratando desse tema.

Quero iniciar a semana, dando ciência ao Plenário desta Casa e a todos aqueles que nos assistem neste momento pela TV Senado de que dei entrada, na semana passada, a um projeto de lei que pretende garantir a oferta de vacina pelo Sistema Único de Saúde, obviamente de forma gratuita para todas as mulheres brasileiras, contra o vírus do HPV, que tem atingido, de maneira silenciosa, um quarto da população feminina mundial sexualmente ativa e é responsável por 80% dos casos de câncer de colo de útero.

A vacina, que foi descoberta há bem pouco tempo, foi disponibilizada no mercado dos Estados Unidos em agosto de 2006 e a Anvisa autorizou a sua comercialização em novembro do ano passado.

Num primeiro momento, a vacina está destinada para imunizar mulheres de 9 a 26 anos, com três doses dentro de seis meses. Só que o valor de mercado da vacina, Senador Mozarildo Cavalcanti, é absolutamente insustentável para a grande maioria das mulheres brasileiras, porque varia de R\$1 mil a R\$1,5 mil as três doses. O projeto veio exatamente para chamar a atenção para a importância dessa vacina na redução

da mortalidade feminina e é um dos principais instrumentos para que possamos garantir, de uma vez por todas, que essa vacina faça parte do calendário de vacinação do Sistema Único de Saúde, por entender que este é um assunto de saúde pública, pelo alarmante número de mulheres que morrem todos os anos em nosso País.

No Brasil, como em vários outros países em desenvolvimento, as taxas de mortalidade causadas pelo câncer de colo do útero são altíssimas. O Instituto Nacional de Câncer calcula que o número de óbitos causados por câncer de colo do útero no Brasil, em 2003, ultrapassou a casa de 4.100 mil óbitos. E agora, numa estatística mais recente, esse número deverá ultrapassar a casa de 16 mil óbitos.

Portanto, temos uma situação bastante grave. Inclusive os dados são diferenciados por região e a região Centro-Oeste é a que apresenta maiores estimativas brutas de incidência da doença. São 32 mulheres para cada 100 mil mulheres nos Estados da região Centro-Oeste.

O vírus é considerado um inimigo sorrateiro, pois age silenciosamente, dificultando muito o diagnóstico da doença. Estima-se que 15% das mulheres brasileiras entre 18 e 60 anos estejam infectadas pelo HPV, e a incidência sobe para quase 40% quando se trata da faixa de 16 a 24 anos.

O uso do preservativo era, até bem pouco tempo, a única forma de prevenção dessa doença, que passa agora a ser combatida por meio de vacinação. O Professor Edson Natal Fedrizzi, da Universidade Federal de Santa Catarina, participou juntamente com representantes de outros sete Estados da Federação das pesquisas e estudos sobre o assunto. E é um testemunho vivo da importância da oferta da vacina de forma ampla e generalizada para todas as mulheres.

Na guerra contra o câncer de colo uterino no Brasil, uma cobertura maior do programa de prevenção se faz urgente. O exame Papanicolau não será eliminado com a vacinação, mas não é o suficiente, até porque a procura ainda é modesta e apenas faz um controle, se a pessoa já está ou não portadora do câncer – ele não é preventivo do câncer. E ainda sabemos que na população feminina quem mais procura fazer o exame preventivo, o Papanicolau, são mulheres de classe média, que têm condições mais favoráveis para tal atitude. Portanto, a população feminina de mais baixa renda não faz de forma efetiva o controle e, com o preço da vacina, obviamente não será atendida.

Essa vacina, para nós, é muito importante e, com a apresentação do projeto, esperamos que o assunto esteja pautado e seja debatido com toda a rede pública

de saúde, para que as mulheres possam se prevenir; muito mais do que controlar e detectar se são portadoras ou não do câncer de colo de útero, que elas possam efetivamente se prevenir.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita na íntegra matéria publicada no jornal **A Notícia**, do meu Estado, ontem, cuja reportagem já coloca o quanto a vacina ajuda no combate ao HPV.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por mais alguns instantes.

E essa reportagem já entra na linha do que nós pretendemos com a apresentação do projeto, que é divulgar a importância da vacina e do trabalho preventivo, como também o alto risco a que nós, mulheres, estamos submetidas. Sabemos que é grande o grau de infecção desse vírus e o quanto o não-tratamento e a falta de prevenção podem levar ao aumento, conforme eu tive a oportunidade de dizer. Foram quatro mil mortes em 2003 e há uma perspectiva de haver mais de 16 mil mortes agora, mais recentemente. Em menos de quatro anos, houve uma subida considerável dos óbitos por câncer no colo do útero e que seriam eliminados ou diminuídos pela vacina de forma considerável.

Portanto, fazendo parte de todas essas comunicações, de todos esses trabalhos, de tudo aquilo que vamos realizar ao longo desta semana e ao longo da nossa atividade parlamentar é que fiz questão de dar ciência ao Plenário – e a todos – da importância da vacina e da entrada do Projeto nº 51.

Da mesma forma que obtive o apoio unânime do Senado, que transformou em lei o projeto que permite acompanhante na hora do parto, espero ter de todos os meus companheiros de Senado o mesmo apoio para um projeto de tão relevante importância para a saúde feminina e para a saúde da família brasileira, porque todos nós conhecemos a importância da saúde feminina na questão do desenvolvimento, da transmissão e da longevidade da raça humana. Se a saúde da mulher não é adequadamente atendida, somos nós, seres humanos, que temos um prejuízo na procriação e na manutenção da espécie saudável no Planeta.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a por permitir utilizar a tribuna por mais alguns minutos.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sani Toledo
 - Jornal A Notícia - 4/3/2007 -

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Saúde

Vacina ajuda no combate ao HPV

Mulheres entre nove e 26 anos dispõem do benefício no Vale

LUCIANA ZONTA/ Blumenau/Balneário Camboriú

Um novo recurso da medicina pode ajudar a combater, no Vale do Itajaí, o terceiro tipo de câncer que mais afeta as mulheres no Sul do Brasil. A vacina contra o vírus HPV, que acaba de ser disponibilizada em duas instituições de saúde de Blumenau e Balneário Camboriú, combate os quatro principais tipos de vírus responsáveis pelo câncer de útero, vagina e vulva, além de displasia do colo uterino.

Por enquanto, a vacina só está disponível em duas clínicas particulares do Vale - a Maternidade Santa Luiza, em Balneário Camboriú, e a Clínica Vacinas Santa Catarina, em Blumenau - e é acessível ainda para poucas pessoas. Cada uma das três doses aplicadas no período de seis meses custa R\$ 500.

Segundo a ginecologista e médica do corpo clínico da Maternidade Santa Luiza, Andréa Maria de Souza, se o governo federal investisse na compra das vacinas para o Sistema Único de Saúde (SUS), em 10 anos o Brasil erradicaria o câncer de colo uterino.

Andréa explica que 20 mil novos casos deste tipo de câncer são registrados anualmente nos três estados do Sul. O estudo em torno da vacina se iniciou em 2000, em 150 centros de pesquisa de 34 países. Por enquanto, a vacina é preferencialmente aplicada em meninas e mulheres com idades variando de nove a 26 anos.

- É quando teoricamente as mulheres ainda tiveram poucos parceiros sexuais e contato mínimo com o vírus - explicou a médica.

A vacina é administrada em três doses, aplicadas em um período de seis meses. Estudos semelhantes estão em andamento para avaliar a eficácia da vacina em homens de seis a 26 anos e mulheres entre os 27 e 45 anos.

O câncer de colo uterino é o terceiro tipo de câncer mais comum no país, atrás apenas do câncer de pele e do câncer de mama. O HPV é responsável por 95% dos casos. O uso da camisinha, segundo os médicos, não é suficiente para evitar a contaminação, já que o vírus pode ser transmitido no contato com qualquer parte da pele genital.

Saiba mais

> O Papiloma Vírus Humano (HPV) apresenta-se em mais de 150 tipos diferentes, dos quais 45 provocam infecções genitais femininas e masculinas. As verrugas genitais (condilomas acuminados) são causados pelos tipos 6 e 11, em 90% dos casos. Os vírus de números 16 e 18 causam câncer anogenital, sendo que 60% dos casos de câncer de colo uterino são causados por estes vírus

> Desde o ano 2000, foram iniciadas as pesquisas da vacina contra HPV, envolvendo 150

centros de pesquisas em 34 países, inclusive o Brasil. A vacina mostrou-se eficaz em 99% das lesões pré-cancerosas e no câncer da área genital, em 70% nos condilomas anogenitais e em 80% de prevenção

> A vacina ajuda a proteger contra câncer de vulva, vagina e colo, displasia do colo do útero e verrugas genitais. A vacinação é preferencialmente oferecida às mulheres entre nove e 26 anos, via intramuscular, sob prescrição médica

> O câncer de colo uterino é o terceiro mais comum no país, atrás apenas do câncer de pele e do câncer de mama. O HPV é responsável por 95% dos casos

Fonte: Hospital Santa Luiza

Ambiente

Plano diretor será elaborado para a Bacia do Uruguai

Fundo japonês entrará com US\$ 1,2 milhão e SC e RS, com US\$ 750 mil cada
São Paulo

Santa Catarina e Rio Grande do Sul receberão US\$ 1,2 milhão do Fundo Japonês para Serviços de Consultoria (JCF), a fundo perdido, para a elaboração do plano diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.

A governadora gaúcha, Yeda Crusius, e o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Waldemar Wirsig, assinaram, ontem, o convênio de cooperação técnica para liberação do financiamento não-reembolsável. Santa Catarina referendou o acordo em 14 de fevereiro.

Em contrapartida, cada Estado investirá US\$ 750 mil. O prazo para a implementação da iniciativa é de dois anos. A cooperação técnica prevê a contratação de uma consultoria para a realização de um diagnóstico e a construção de um plano de ações voltados para o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica.

Segundo a assessoria de imprensa do BID, a elaboração do plano de desenvolvimento - e sua futura aplicação - é fundamental para a proteção do papel da Bacia do Uruguai na recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores sistemas de reserva de água mineral do mundo.

O aquífero se estende por 1,15 milhão de quilômetros quadrados, sendo a maior parte (71%) localizada sob território brasileiro. Além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ele atinge os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná Minas Gerais e Goiás.

- A ameaça principal ao sistema provém da perfuração desordenada e da contaminação nas áreas de extração e recarga. Devido à magnitude do aquífero, que inclui rios regionais e transnacionais, existem vários programas de diagnóstico e gestão para a sua proteção - diz o banco.

Trabalho

Prefeituras de Florianópolis e São José são notificadas

RENATA DALMASO

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, pela importância de seu discurso na preservação da saúde de mulher brasileira.

Pela ordem dos inscritos, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, ilustre Senador César Borges, representante da Bahia no Senado Federal, Srs. Senadores Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Ideli Salvatti, vi, posso dizer, Suape nascer. É um porto industrial vocacionado para o desenvolvimento de Pernambuco. Seu planejamento foi concebido ao tempo em que governava o Estado que represento nesta Casa o ex-Ministro Eraldo Gueiros Leite.

Os primeiros projetos foram desenvolvidos no Governo Moura Cavalcanti, e, posteriormente, como Governador – após, portanto, a administração Moura Cavalcanti –, eu, em parceria com o Governo Federal, pude dar um grande impulso ao Projeto Suape.

Em primeiro lugar porque contraí um empréstimo internacional, viabilizado pelo então Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen,. Esse empréstimo internacional, contraído a taxas muito baixas de juros permitiu-me fazer com que o Estado de Pernambuco pudesse executar algumas obras não somente com relação ao porto, mas também com relação à infraestrutura física necessária ao seu funcionamento. Construimos, inclusive, uma ferrovia estadual. Nossa malha ferroviária tem uma parte estadual construída ao tempo em que governei Pernambuco. Isso tornou possível ligar Suape à EF-101, ferrovia federal. Além disso, fiz enlaces com órgãos da administração federal, a então Portobras, hoje extinta, e posteriormente com a Petrobras, que viabilizou, graças ao apoio dado pelo então ex-Presidente Ernesto Geisel, um terminal de graneis líquidos, fazendo com que pudéssemos tirar do porto do Recife, já na administração Roberto Magalhães Melo, o processo de distribuição de combustíveis, que passou a ser realizado em Suape, criando condições também para que, ainda antes de terminar o meu Governo, pudéssemos ver atracar em Suape a primeira embarcação, uma corveta da Marinha de Guerra brasileira. O Projeto Suape prossegue. Não vou contar toda a história até os dias de hoje, mas gostaria de fazer o registro, por oportuno, da inauguração, na quarta-feira da semana passada, de um empreendimento de grande significação para Pernambuco.

Refiro-me à inauguração da nova fábrica do Grupo Mossi & Ghisolfi, realizada na manhã da quarta-feira passada, no Complexo Industrial Portuário de Suape, que se situa no Município de Ipojuca, em Pernambuco. Construído com a mais avançada tecnologia hoje disponível, esse novo empreendimento do Gruppo M&G se torna a maior fábrica de Resina PET (politereftalato de etileno) do mundo. O sucesso de sua operação abrirá novas oportunidades de emprego e renda para o nosso País e, de modo especial, para a Região Nordeste, como diz a carta que recebi e que me convidava a comparecer à inauguração desse empreendimento. Na realidade, a unidade fabril representa a concretização da formação de um núcleo no Pólo de Poliéster do Nordeste, que atrairá investimentos que podem superar US\$2 bilhões.

Vou citar apenas alguns números: o projeto total significou o investimento inicial de R\$800 milhões. Produção: 215 toneladas/ano.mil empregos diretos; área ocupada: 38,4 hectares; consumo de energia elétrica correspondente, por mês, a uma cidade de 500 mil habitantes.

Há uma fábrica de resina PET com capacidade para 450 mil toneladas/ano e exportações de 30% do produzido; uma fábrica de PTA com capacidade de produção de 750 mil toneladas/ano. Além disso, há uma unidade de PX (Paraxileno) que vai, certamente, também concorrer para que o empreendimento ainda seja mais valioso para Pernambuco, porque esse investimento em PX vai significar em torno de R\$500 milhões.

Faço tais registros, Sr. Presidente, para destacar a determinação que presidiu o Governo Jarbas Vasconcelos, tendo como Vice-Governador Mendonça Filho, no sentido de atrair esse empreendimento. Isso foi resultado de uma longa negociação, coroada com êxito, e agora estamos festejando essa grande conquista para Pernambuco e – por que não dizer? – para o Nordeste brasileiro.

Os números do empreendimento são consideráveis: consumiu 30 mil metros cúbicos de concreto, 550 toneladas de perfil e chapas metálicas, somente para os silos, 150km de fiação elétrica. Oitocentos trabalhadores participaram da construção da obra.

Abrem-se, assim, muitas possibilidades de ampla gama da indústria química para Pernambuco e o Nordeste.

Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador César Borges, que é de um Estado que dispõe de forte indústria petroquímica, a indústria química é uma das mais dinâmicas dos países com econo-

mias centrais no mundo. Os países desenvolvidos possuem grandes pólos petroquímicos.

No Brasil, essa indústria encontra-se praticamente nucleada no eixo Rio–São Paulo e Bahia, naturalmente com alguns outros empreendimentos localizados no Rio Grande do Sul ou no norte do País.

Mas é importante lembrar que, agora, Pernambuco passa também a se beneficiar com esse empreendimento, que se somará à refinaria de petróleo, já em processo de construção.

Essa refinaria de petróleo também representa um sonho de cinquenta anos, que agora começa a se viabilizar a partir também de convênios firmados entre o Governador Jarbas Vasconcelos, o Governo Federal e a Petrobras, valendo destacar que há, na construção dessa refinaria, uma parceria entre a Petrobras e a PDVSA – Petróleos de Venezuela SA.

Sabemos que, mesmo após a substituição de veículos movidos a hidrocarbonantes, o petróleo continuará, como se estima, fundamental para a petroquímica, com os seus inúmeros subprodutos.

Pernambuco disporá a partir de junho próximo da primeira tecelagem modelo, fazendo parte de modernizado parque industrial. Dos fios de poliéster podem resultar também plásticos para garrafas, embalagens e objetos de uso doméstico geral. Daí se vê a relevância da iniciativa do grupo italiano Mossi & Ghisolfi.

Essas novas fábricas, por efeito cumulativo, assim esperamos, gerarão muitos empregos. Em torno do porto industrial de Suape estão surgindo em consequência disso novos investimentos, requerendo – é importante lembrar isso por oportuno – a continuidade de investimentos em Suape, quer por parte do Governo estadual como por parte do Governo Federal, pois Suape representa certamente uma alternativa não só para o desenvolvimento de Pernambuco, mas também, friso, para o desenvolvimento do Nordeste.

Promover o desenvolvimento do Nordeste é de alguma forma reduzir as disparidades interestaduais e interpessoais que ainda existem em nosso País. Portanto, investir no Nordeste deve ser uma prioridade do Governo Federal, mesmo porque somente assim vamos construir um País menos homogêneo e menos injusto.

Não gostaria de encerrar as minhas palavras sem mencionar algo que considero importante: uma entrevista concedida por Richard Ward, superintendente da Petroquímica de Suape.

Diz ele: "Ninguém coloca 800 milhões de reais para ir embora. A fábrica vai produzir 640 mil toneladas de PTA em Suape". Ele destaca a diferença desse tipo

de investimento em relação a fábricas que são captadas meramente via incentivos fiscais. Diz ele: "Essa é a grande conquista do Estado: a entrada nos pólos petroquímicos. A fábrica de PTA de Pernambuco estará entre as maiores do mundo".

Ainda cito, mais uma vez, Richard Ward, Executivo da Petrobras que foi designado para comandar a Petroquímica, em Suape: A fábrica de Pernambuco, como já disse, abre, portanto, uma nova expectativa para o nosso desenvolvimento.

Sem querer me alongar em outras considerações, gostaria de aproveitar a ocasião para cumprimentar a Administração Jarbas Vasconcelos e seu Vice-Governador Mendonça Filho, que estiveram à frente dos destinos de Pernambuco por oito anos e realizaram um grande trabalho, dentre os quais gostaria de mencionar esse empreendimento que, agora, Pernambuco acaba de receber e fazer meus votos de que o Governo Federal continue apoiando investimentos dessa natureza e estimando que o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, dê prosseguimento a essas obras, fundamentais para Pernambuco e o desenvolvimento econômico e social de nossa gente, sobretudo, a geração de empregos e investimentos em educação, saúde e ciência e tecnologia.

Espero, portanto, que estejamos construindo um novo tempo para o Nordeste e porque não dizer, também um novo tempo para Pernambuco. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, o tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Aproveito o ensejo para parabenizá-lo pelo trabalho em prol do Nordeste e também pelo seu discurso.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Que o Nordeste brasileiro possa receber o que merece da União.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concordo com V. Ex^a e agradeço-lhe as palavras.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Que Pernambuco, que tem economia pujante, uma das principais do Nordeste, possa alcançar esse sonho almejado de uma refinaria de petróleo, que vai reforçar a refinaria já existente na Bahia.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Exatamente. Estamos convencidos de que essa obra é irreversível. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra, com muita honra, por cessão do

Senador Augusto Botelho, ao Senador Papaléo Paes, que representa tão bem o Estado do Amapá.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano de 2007 iniciou-se sob o impacto de uma notícia internacional atemorizadora. Trata-se da publicação do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que divulgou dados novos e alarmantes sobre o aquecimento global.

A redução provocada pelo acúmulo de gases do efeito estufa na Calota Polar Ártica, por exemplo, não pode mais ser negada. Ela se manifesta nas fotografias tiradas a partir de satélites que mostram um recuo de cerca de 15% nos últimos 30 anos.

Um fato sintomático é o recente interesse manifestado pelo Presidente norte-americano, George W. Bush, na experiência brasileira com o uso de etanol como combustível automotivo. Os Estados Unidos, cabe lembrar, sistematicamente, manifestavam ceticismo contra os alertas dos ambientalistas e se recusavam a ratificar o Protocolo de Kyoto. Recorriam, para sustentar essa posição, tanto ao argumento que opõe desenvolvimento à preservação ambiental quanto ao parecer de cientistas da contracorrente, que negam a existência do aquecimento global.

O próprio Presidente Bush, notoriamente ligado aos grandes conglomerados petrolíferos, era um dos mais renitentes refutadores daquilo que já se tornava um quase consenso: que a acumulação de anidrido carbônico na atmosfera representa uma ameaça à civilização e até à própria continuidade de vida na Terra.

Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Papaléo Paes, estava aguardando um pouco mais o desenvolvimento do raciocínio de V. Ex^a que discorre sobre um tema fundamental e de apelo muito presente, envolvendo o ambiente em que vivemos, sobretudo com as afetações decorrentes do aumento da temperatura global. Na verdade, o apelo ambiental no Brasil é relativamente recente e vem se acentuando a cada ano e a cada dia que passa. Nós aqui também precisamos fazer o chamado dever de casa. Aliás, seria de bom alvitre que nós já colocássemos, no currículo escolar do ensino fundamental, os esclarecimentos necessários ao novo cidadão para despertar a preocupação – que nós pouco tivemos e nossos ancestrais menos ainda – com o ambiente em que vivemos. Nós ocupávamos, com facilidade, as beiras dos córregos, riachos, ribei-

rões e rios, porque era muito mais fácil a obtenção da água, que é um insumo extraordinário. Hoje, nós vemos, pelo Brasil afora, uma quantidade de rios que são verdadeiros esgotos a céu aberto. Olha o que fizeram com o rio Tietê, em São Paulo, com o rio Meia Ponte, em Goiânia... Além disso, os desmatamentos e as queimadas indiscriminadas que ainda ocorrem – ainda que contemos com os outros benefícios que a Ciência e a Tecnologia estão trazendo para melhorar a nossa qualidade de vida – e que estão realmente erodindo o ambiente em que vivemos. É preciso que o Planeta todo sinta essa sacudidela bem forte, para que nós possamos rever o nosso próprio comportamento e dar as nossas contribuições pessoais, e para que nós aqui, representantes do povo, representantes dos Estados, possamos dar a nossa participação para que o Brasil, também cobrando de outros países, efetivamente utilize a prática adequada no uso do ambiente em que vivemos. V. Ex^a começava a mencionar a demanda que diversos países, principalmente do mundo desenvolvido, revelam por energias renováveis, alternativas e limpas. Seguramente o Brasil haverá de dar uma contribuição muito grande nesse particular, fornecendo o etanol, o metanol, o biodiesel e o HBio. Há alternativas que deveremos buscar para uso pessoal, respeitando a mãe natureza, sempre dadivosa com todos nós e que começa a esboçar reações vigorosas pelos maus tratos que a ela estamos aplicando. Parabéns a V. Ex^a por nos trazer, nesta tarde, a reflexão sobre um tema tão importante para a vida de todos no Planeta – somos mais de seis bilhões de habitantes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Leomar Quintanilha, quero agradecer a V. Ex^a pelo enriquecimento que dá ao meu pronunciamento. V. Ex^a frisou pontos importantíssimos os quais não abordarei aqui. A sua participação compôs com o restante do meu discurso. Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a traz hoje à tribuna um tema momentoso. Todo mundo vem se preocupando com esse tema, mas existem bastantes distorções sobre ele, inclusive ousar discordar um pouco de algumas das afirmações do Senador Leomar Quintanilha, que acabou de lhe apartear. Veja bem a situação do Brasil frente a desses países ricos que mandam no mundo há muito tempo, como os países da Europa, Estados Unidos, Canadá. A Europa, por exemplo, não tem nem 1% da sua floresta primitiva. O Brasil tem mais de 60% da sua floresta primitiva. Primitiva! Então, dizer que estamos, nessa situação, igual a eles? Não. Nós somos

até um exemplo de preservação e não contribuimos nem com 6% da emissão de gases do efeito estufa. Eles, sim, com suas fábricas, com suas frotas de caminhão, de ônibus, de carros, de aviões, que queimam combustíveis fósseis, é que vêm, sim, causando esse efeito estufa terrível que está aí, aumentando, portanto, o aquecimento global. É evidente que isso não nos exige nem deve nos deixar de fora do esforço para evitar fazer o malfeito que eles fizeram e que vêm fazendo. Mas é preciso que, principalmente nós, da Amazônia, não sejamos colocados sempre como colaboradores do aumento do efeito estufa, porque alguns agricultores queimam suas roças para sobreviver. É evidente que existem alguns exemplos na Amazônia também. Existem pessoas que estão muito equivocadas. Contudo, colocar-nos, como diz a música popular, como a “Geni” dessa história, não aceito em relação à Amazônia. Entendo que temos que encarar essa questão de maneira científica, isenta, buscando efetivamente saber onde estão os maiores poluidores do mundo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concordo com V. Ex^a. Essa referência, essa insinuação ou acusação contra a Amazônia é mais uma prova da discriminação que recebemos dentro do País e no exterior.

Quero dar como exemplo da Amazônia o Estado do Amapá. Senador Mozarildo Cavalcanti, o Estado do Amapá tem 97% de sua floresta nativa preservada. Então, esse é um grande exemplo que damos, pois sabemos que não é verdadeira toda essa propaganda negativa que existe contra a Amazônia. Estão jogando para nós, amazônidas, uma responsabilidade que não é nossa. Se estiver relacionada à questão brasileira, essa responsabilidade é principalmente do Governo Federal.

Srs. Senadores, parece, entretanto, que as coisas começaram a mudar. Se os Estados Unidos passaram a se interessar pelo biocombustível, a ponto de procurar aprender com a experiência do Brasil, deve haver algo mais que a pressão econômica dos preços do petróleo, do fracasso militar da invasão do Iraque e das dificuldades diplomáticas na América Latina, resultantes da política agressiva de Hugo Chávez. É quase certo que a questão do aquecimento global entrou, finalmente, na agenda daquela poderosa Nação.

O Congresso Nacional, sensível às maiores questões do Brasil e do mundo, tampouco poderia ficar indiferente aos dados publicados no relatório do IPCC. Afinal, embora não figure entre os países indicados pelo Protocolo de Kyoto para tomar medidas de redução de emissões veiculares e industriais, o Brasil consta entre os cinco maiores emissores de CO₂ – como re-

ferência deles -, pelas queimadas que destroem nossas florestas. Detentor da maior porção da Amazônia, ecossistema fundamental para o equilíbrio do clima planetário, mas ameaçado pela expansão da fronteira agrícola, o Brasil tem, sim, uma grande responsabilidade na tarefa de reduzir o depósito de anidrido carbônico na atmosfera.

Tendo em mente a situação global do clima e a parcela de responsabilidade do Brasil, em 14 de fevereiro, um grupo de Parlamentares, sob a inspiração do Deputado Sarney Filho, fundou a Frente Parlamentar Ambientalista e assinou seu Manifesto. Entre os compromissos da Frente Parlamentar Ambientalista, destacam-se:

1º) a luta pela implementação dos acordos internacionais de que o País é signatário, como a Carta da Terra, da Rio 92, o Protocolo de Kyoto, a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica;

2º) uma atividade legislativa propositiva e atuante, no sentido de aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira, concebendo também instrumentos econômicos visando à consecução dos objetivos da política nacional do meio ambiente;

3º) fiscalização detida da destinação dos recursos ligados à proteção ambiental, como os da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – e os dos recursos hídricos, acompanhando também detidamente a implementação de obras públicas com o fito de assegurar o cumprimento da legislação ambiental.

Em todas essas atividades, os signatários do Manifesto da Frente Parlamentar Ambientalista comprometem-se a agir sempre em consonância com os anseios da sociedade e a atuar como catalisadores de suas demandas e portadores de sua voz no âmbito do Estado. Como representante de um Estado amazônico, o Amapá, com questões ambientais específicas, eu não poderia deixar de aderir a essa iniciativa e assinei também o nosso Manifesto.

Nos dias finais do mês de fevereiro, a Frente Parlamentar Ambientalista apresentou, no auditório Petrônio Portella, o filme “Uma Verdade Inconveniente”, do ex-Vice-Presidente norte-americano Al Gore, ganhador de dois prêmios Oscar, os das categorias documentário e canção.

Com discrição, senso didático e muita sensatez, sem qualquer vestígio do alarmismo irracional ou

apocalíptico de alguns militantes, o político americano deixa claro que o aquecimento global é uma realidade e é causado, sim, pela ação antrópica. E que as medidas para contê-lo são urgentes, mas também inteiramente viáveis, não sendo cabível mais se falar em contradição entre progresso econômico e preservação ambiental.

No debate que se seguiu à apresentação do filme, o Deputado Sarney Filho sugeriu que o Congresso Nacional influencie o Governo no sentido de investir na recuperação de áreas degradadas.

Outras ações recentes do Congresso Nacional quanto à questão do meio ambiente podem ser constatadas na criação de subcomissões permanentes específicas, como a Subcomissão do Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, aqui no Senado. Já foram convocados para expor a posição do Governo nesse setor e para apresentar as medidas que estão previstas a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, também do Senado, aprovou a criação da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas, que deverá acompanhar e monitorar a implementação de políticas públicas que integram os esforços para tentar conter o aquecimento global. O ex-Vice-Presidente Al Gore deve ser o primeiro convidado a debater o tema aqui neste Colegiado.

Esta segunda-feira, dia 5 de março, é a data conveniente para reiterarmos a necessidade da discussão sobre as questões do efeito estufa, do aquecimento global, do desmatamento e da matriz energética brasileira. Dia adequado também para que cada um de nós, cidadãos conscientes do problema, signatários ou não do Manifesto da Frente Parlamentar Ambientalista, reitere seu compromisso com a preservação da biodiversidade da Terra, único ponto do cosmo em que sabemos, com inteira certeza, ocorrer o milagre da vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Eu é que agradeço, Senador Papaléo Paes.

Continuando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo para fazer um breve comunicado, quando V. Ex^a entender possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o assunto dos biocombustíveis está em pauta, e eu gostaria de registrar que estou apresentando um voto de aplauso a dois cientistas do meu Estado, o Professor Doutor Henry França Meier e Professor Doutor Vinicyus Rodolfo Wiggers, que ficaram em segundo lugar em um prêmio internacional. Concorreram com cientistas de toda a América Latina com um projeto de pesquisa de desenvolvimento do processo de craqueamento térmico contínuo para a produção de biocombustíveis a partir de resíduos gordurosos. Ou seja, alternativa do biocombustível a partir dos restos de gordura, que temos, em Santa Catarina, em um volume significativo por causa da agroindústria do frango e do suíno. Há, inclusive, a pesquisa que eles realizam com o depósito gorduroso das fossas sépticas. É algo bastante inovador.

O prêmio que eles receberam (prêmio Péter Murányi 2007) nos honra muito. Eu não poderia deixar de fazer o registro porque o Brasil não só está à frente de todo esse debate da polarização da questão dos biocombustíveis, mas também desenvolvendo pesquisas avançadas nessa área.

Gostaria de registrar o voto de aplauso a esses dois cientistas da nossa Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb. Parabêniz-os pelo segundo lugar no Prêmio Péter Murányi deste ano.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2007

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para o Professor Doutor Henry França Méier e para o Doutor Vinícius Rodolfo Wiggers, pelo Prêmio Peter Murányi 2007 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico com Enfoque em Energia Renováveis com o projeto “Desenvolvimento de processo de craqueamento térmico contínuo para produção de biocombustíveis a partir de resíduos gordurosos como alternativa de energia”. Os Doutores foram indicados pela FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

Peço permissão ao Senador Cristovam Buarque, que seria o próximo orador, para conceder ao Líder do Governo, por cinco minutos, o uso da palavra. Logo em seguida, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza do Senador Cristovam Buarque de permitir que eu possa rapidamente fazer alguns registros que considero importantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero dizer que hoje mesmo, neste plenário, assim como todos os dias, debate-se a questão da violência que tomou conta do nosso País – é matéria de pauta de qualquer mídia –, em especial a violência contra os jovens e efetuada pelos jovens.

O Presidente Lula está construindo uma proposta de consolidação de políticas para jovens que visam integrar e minorar essa perspectiva de violência, que é crescente. E sobre a questão da violência infanto-juvenil, quero me ater a uma publicação de um estudo recém-divulgado pelo IBGE, que trata da evolução da violência infanto-juvenil no Brasil.

Entre 1991 a 2000, houve um aumento no número total de homicídios no Brasil de 52% e um aumento no número de jovens vítimas de homicídio de 77% – ou seja, um valor bem alto do número de homicídios ocorridos nesse período.

A taxa de homicídios de jovens aumentou em 48%, na década, e nas capitais, aumentou 75,9%. Portanto, algo extremamente sério.

Esse estudo do IBGE traça o perfil das capitais, mostrando, no período de 1999 a 2004, a evolução da violência em cada capital do País. Para satisfação do nosso Estado de Roraima, e é por isso que quero fazer registro, a cidade de Boa Vista, que foi comandada durante dez anos pela Prefeita Teresa Jucá, diferente da maioria das outras capitais do País, teve involução no número de homicídios. Foi a cidade em que houve a maior diminuição de homicídios nesse período – 59,48% de queda dos homicídios entre jovens –, enquanto, no resto do País, cresceu 77%.

O IBGE destaca o trabalho participativo que foi realizado, principalmente pelo Projeto Crescer. Esse é o modelo que entendo deva ser ampliado para o restante do País.

Muito está se discutindo a questão da maioria penal, e quero aqui fazer uma reflexão. Em 1999, apresentei uma emenda constitucional para diminuir a maioria penal. Fui um dos autores de emendas que estão tramitando. Mas, depois de 1999, quando Teresa assumiu a Prefeitura e começou a fazer esse trabalho do Projeto Crescer, tive contato com outra realidade e pedi para retirar o meu projeto, porque não é diminuindo a maioria que se vai resolver o problema da violência. Não é. Convivi com esses jovens; ela conviveu diariamente com esses jovens, baixou em 59% as mortes entre jovens em Boa Vista porque deu amor, atenção, porque se preocupou, criou canais e caminhos para que esses jovens voltassem a ter esperança.

Muitas vezes influiu inclusive na relação com a Polícia, porque esses jovens, desde muito cedo, são maltratados. Muitos deles só recebem pancadas da sociedade, portanto retribuem da mesma forma. Não é a exacerbação da violência que vai resolver.

Então, gostaria de fazer esse registro, Sr. Presidente, pedindo a transcrição não só da matéria “Lula prepara nova política social para jovens de centros urbanos”, mas também os dados do IBGE “Violência infanto-juvenil no Brasil”, inclusive com a publicação do quadro que demonstra a evolução ou involução dos assassinatos de jovens em nosso País.

Encerro parabenizando toda a equipe da Prefeitura de Boa Vista, que fez esse excelente trabalho, reconhecido nacionalmente e também publicado pela OEA, portanto, reconhecido internacionalmente. Era importante que muitos segmentos conhecessem o que foi feito em Boa Vista, porque é da forma que se trabalhou lá que se têm resultados palpáveis, mensuráveis, como os que estão sendo demonstrados pelo IBGE.

Peço a transcrição e agradeço a V. Ex^a. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

POLÍTICA

LULA PREPARA NOVA POLÍTICA SOCIAL PARA JOVENS DE CENTROS URBANOS

Por Ricardo Amaral

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai apresentar aos 27 governadores, na próxima terça-feira, o projeto de integração de políticas sociais, com foco na população jovem dos grandes centros urbanos e conduzida por um comitê gestor multiministerial.

A nova política para a juventude, numa escala que deve superar 1 milhão de beneficiados em 2007, será anunciada junto com a ampliação do Bolsa-Família, carro-chefe dos programas sociais do governo, e com o "kit-cidadania", um pacote de ações sociais para comunidades extremamente pobres e de difícil acesso.

Com a integração de programas sociais, Lula pretende responder parte da demanda por ações contra a violência e a criminalidade, especialmente nas regiões metropolitanas, disse à Reuters uma fonte próxima ao presidente da República.

O núcleo desse novo plano envolve os Ministérios do Desenvolvimento Social, Trabalho, Educação e Secretaria-Geral da Presidência. É a mesma base do Projovem, programa de educação e formação profissional que atende 160 mil adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos, na maioria das capitais.

A exemplo do Projovem, o novo plano social pretende integrar programas de educação de jovens, ensino profissionalizante, inclusão digital, acesso a informações e atividades culturais, articulação em comunidades e empreendedorismo juvenil, segundo a fonte do governo.

Lula descartou a ideia de criar um Ministério da Juventude ou qualquer nova estrutura dentro do governo. Vai criar um comitê gestor interministerial, como o que funciona no Projovem desde 2005 e é bem avaliado pelo presidente.

Uma das medidas já definidas no plano é a criação de mais 200 mil vagas no Prouni, duplicando o programa de financiamento de bolsas de estudo em universidades particulares, por meio de renúncia fiscal. O Projovem também deve ser duplicado.

O Bolsa Família será ampliado de três para até cinco pessoas beneficiadas em cada família com renda per capita menor que 50 reais por mês. A idade limite para receber o benefício subirá dos atuais 16 anos para 18 anos, o que também aumentará o valor total da transferência de renda.

O programa transfere a 11,1 milhões de famílias uma renda média mensal de 65 reais e custou 8,2 bilhões de reais em 2006. O governo quer aumentar a presença do Bolsa Família nos grandes centros urbanos.

Lula está tratando a organização do novo plano com urgência e discrição, especialmente quanto ao valor dos novos investimentos nas políticas sociais. A primeira versão do plano só deve ficar pronta na véspera da reunião com os governadores.

O chamado "kit-cidadania" é uma ideia que Lula tenta implementar desde 2005 nas comunidades mais isoladas e pobres, como remanescentes de quilombos, vilas ribeirinhas e aldeias indígenas do interior do país.

VIOLÊNCIA infanto-juvenil. BRASIL

Números de uma tragédia social: Evolução numa década (1991-2000)

- Aumento de 52% no número total de homicídios entre 1991-2000 e aumento de 77% no número de jovens vítimas de homicídio no mesmo período.
- A taxa de homicídios de jovens (número de vítimas para em cada grupo de 100 mil) aumentou em 48,1%. Nas capitais, este aumento foi de 75,9%.
- Brasil passou a ocupar o 1º lugar no número absoluto de homicídios de jovens em todo o mundo. E o 5º lugar entre os países com maior índice relativo de homicídio na população jovem em particular¹.
- Na década de 80 os acidentes de trânsito eram a principal causa de morte entre as causas externas, na década de 90 os homicídios ocuparam este posto.
- A violência que atinge os jovens estabeleceu na década de 90 uma mudança de caráter demográfico, particularmente quando considerados os jovens pobres e negros, comparável a situações de guerra ou epidemia grave.

Projetos de prevenção direcionados para os adolescentes em risco de conflito com a lei ainda são poucos no país. As que existem geralmente são direcionadas apenas para os jovens internados ou em liberdade assistida. Algumas poucas experiências mostram avanços para além da mentalidade punitiva, em municípios que buscam apoio na mobilização comunitária. Os resultados são surpreendentes.

O estudo “Mapa da violência nos municípios”² compila os dados das agressões seguidas de morte de cada município brasileiro. Traz a discussão para o território dos municípios. Isto é fundamental para a adequação das políticas públicas, pois os dados mostram a enorme diversidade do problema no Brasil.

“Descer até os indicadores municipais”, diz o estudo, “representava desafio gigantesco, mas necessário, se realmente se desejava engajar os poderes públicos municipais e as estruturas da sociedade no enfrentamento desse flagelo que, na realidade brasileira atual, mata mais do que muitas das endemias e pandemias tradicionais”.

O estudo destaca a ação integrada por 39 Prefeituras Municipais da região metropolitana de São Paulo como um dos eixos centrais para a queda na taxa indicativa de violência na região, a partir de 1999.

Destacamos que para o Brasil é importante ressaltar também a experiência da distante Boa Vista (RR). A capital de Roraima é a capital do país que teve a maior queda no período entre 1998-2004, 59,48%.

¹ O número absoluto de 20.000 em 1994 ultrapassa os 18.000 da Federação Russa em 1998.

² Publicado em fev./2007 pela ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Em 1998 Boa Vista, com o índice de 51,53 óbitos por agressão para cada 100.000 habitantes era a 7ª capital mais violenta. Em 2004, com o índice de 20,88 por 100.000, Boa Vista passou a ser a 25ª capital com maior índice deste tipo de violência, só perdendo para Natal e Palmas.

Boa Vista se destaca pelas ações coordenadas que foram propiciadas por um censo detalhado, abrangendo 70% da população, realizado em 2002. "A cidade mapeada de forma regionalizada e focalizada, pelo levantamento de 25 variáveis, e a utilização cotidiana dessas informações exigem o desenvolvimento, o gerenciamento e a execução de ações que respondam às questões e aos problemas identificados³." O problema da violência juvenil é enfrentado com base em informações sobre as carências e potenciais existentes nas famílias e suas residências.

Os dados da Polícia Militar do Estado de Roraima mostram uma redução de 72% em Boa Vista no índice de violência juvenil após a implementação do Projeto.

DADOS DE BOA VISTA:

Os dados são do Sistema de Informação de Mortalidade do MS/Datacruz. Em 1996 os dados começaram a ser coletados. Em 1998 a coleta estava mais consolidada. Esta é a fonte de dados usada pelo IBGE e pelas pesquisas sobre violência. Os dados referem-se a todo tipo de agressão seguida de óbito, conforme Classificação Internacional (CID-10). Destaque para a disparidade no comportamento da violência nas capitais. Ressaltando a importância das políticas públicas municipais:

Capital	Variação % de 1996 a 2004	Variação % de 1999 a 2004	Índice por 100.000 habitantes									Média de 2002 a 2004
			1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Aracaju	60,75	176,84	28,96	19,33	16,82	25,08	39,87	60,86	53,93	50,08	46,55	50,19
Belém	28,23	0,26	22,72	24,48	25,08	15,08	25,93	26,99	31,43	34,20	29,13	31,59
Belo Horizonte	238,36	156,78	18,93	20,67	24,95	26,83	34,80	35,02	42,55	57,14	64,07	54,59
Boa Vista	-58,36	-59,48	50,15	44,62	51,53	51,44	40,39	32,13	37,36	31,91	20,88	30,05
Brasília	-6,79	-4,60	25,08	35,59	37,43	36,70	37,54	36,90	34,14	38,37	35,71	36,07
Campo Grande	-29,17	-17,20	42,50	41,87	36,43	30,79	39,33	34,01	34,01	34,65	30,10	32,92
Cuiabá	1,09	2,66	44,31	55,33	76,00	68,53	69,52	76,89	51,36	49,07	44,79	48,41
Curitiba	81,70	76,72	22,08	26,64	22,71	25,88	26,21	27,96	31,84	36,08	40,13	36,01
Florianópolis	2,14	201,83	11,06	9,45	9,33	8,87	10,22	17,03	24,25	26,52	28,17	26,31
Fortaleza	14,09	37,89	24,57	26,95	20,33	25,22	28,21	27,89	31,46	29,08	28,04	29,52
Goiania	55,89	62,93	23,62	22,10	22,60	30,10	28,64	29,42	37,65	36,92	36,82	37,13
João Pessoa	15,04	9,11	36,41	33,26	38,38	35,96	37,80	41,32	41,98	44,04	41,88	42,63
Macapá	-39,74	-27,31	61,55	46,60	51,03	64,05	46,24	44,27	42,71	44,58	37,09	41,46
Maceió	28,04	90,00	49,37	38,44	33,27	30,90	45,13	59,33	60,42	60,10	63,21	61,24
Manaus	-27,52	-37,03	35,34	35,27	40,67	35,30	33,01	25,21	26,02	28,94	25,61	26,86
Natal	-25,54	-19,47	17,53	18,11	16,21	9,58	10,39	15,65	13,75	22,67	13,05	16,49
Palmas	114,87	57,79	9,29	7,04	12,65	19,69	21,84	26,51	19,47	21,15	19,96	20,19
Porto Alegre	34,83	27,28	29,64	37,21	31,40	32,88	39,25	36,48	40,24	36,18	39,96	38,79
Porto Velho	112,51	-0,28	32,97	38,35	70,26	55,53	60,96	66,91	62,41	52,37	70,06	61,62
Recife	15,35	-20,21	78,82	105,30	113,96	99,27	97,55	97,20	89,96	90,71	90,93	90,53
Rio Branco	-18,33	-23,80	35,83	36,61	38,40	16,95	36,36	39,02	43,97	37,58	29,26	36,94
Rio de Janeiro	-22,19	-16,27	67,40	65,79	62,64	53,55	56,61	55,52	62,50	55,75	52,45	56,90
Salvador	-26,60	81,92	38,25	41,64	15,43	7,90	12,89	21,32	22,96	28,18	28,08	26,41
São Luís	38,84	94,32	23,05	22,20	16,47	12,77	16,55	27,44	21,10	30,23	32,01	27,78
São Paulo	-68,24	-35,44	124,17	56,69	61,09	69,12	64,82	63,52	52,31	52,01	39,44	47,92
Teresina	92,36	44,69	13,27	16,91	17,65	14,02	22,23	23,19	27,51	28,08	25,53	27,04
Vitória	-2,54	-23,35	83,87	103,49	106,64	108,27	79,03	85,13	79,51	72,29	81,74	77,85
TOTAL	-32,93	-7,69	62,34	45,67	45,29	44,61	45,83	46,50	45,06	45,58	41,81	44,15

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, como orador inscrito, por 20 minutos, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das palavras mais citadas, nos últimos meses, nesta Casa, foi “assalto”. Assalto de todos os tipos, mas sempre assaltos de uma pessoa contra outra, assaltos de bandidos contra cidadãos.

Creio que precisamos fazer uma reflexão. Ao mesmo tempo em que é preciso combater com dureza os bandidos que cometem esses assaltos, temos que fazer uma reflexão, Senador César Borges, sobre a história do Brasil relacionada com os assaltos. Vamos falar com franqueza. A chegada dos portugueses aqui foi um grande assalto contra as populações indígenas. Ou não foi? Chegaram aqui sem pedir licença, começaram a entrar e tomaram conta do território brasileiro, que, à época, era um território de propriedade dos indígenas. Foi um assalto.

Depois disso, em 1530, não contentes, dividiram o Brasil em capitanias hereditárias. Foi ou não foi um assalto a criação das capitanias hereditárias? Sem consultar nenhum dos que ali moravam. Foi um assalto não com revólver, mas com outros tipos de armas que puderam usar contra nossos indígenas.

Mas o assalto não parou por aí. Durante 400 anos assaltamos a África. Não assaltamos para tirar a bolsa e o dinheiro, mas assaltamos, Senador Tião Viana, para tirar as pessoas. Fomos, durante 400 anos, assaltantes do continente africano. Seqüestrávamos.

Um seqüestro em que nem resgate pedíamos. Um seqüestro em que se mantinha seqüestrado o filho, o neto e o bisneto do seqüestrado africano. Este é um país de assaltos e seqüestros.

Nós não paramos aí! A inflação, que durante longos anos serviu para financiar o desenvolvimento, é uma forma de assalto. O Governo emite moeda dando um cheque sem fundo, porque não tem valor. Isso é assalto! Assaltavam-se os bolsos dos cidadãos a partir de atos irresponsáveis de sucessivos governos. Um assalto tão maquiavélico que inventaram uma tal de correção monetária para proteger aqueles que podiam fazer investimentos protegidos. É como se houvesse condomínios monetários para evitar o seqüestro do dinheiro – que era feito da população assalariada.

E hoje? Será que 40% de imposto indo para o Governo, Senador César Borges, não é uma forma de assalto? Não o seria se, de volta, esse dinheiro trouxesse o bem-estar da população; se na volta esse dinheiro garantisse uma sociedade com saúde, com educação

de qualidade, sem violência. Mas o que vemos é esse dinheiro ser sugado – como um assalto, como um seqüestro –, e ninguém vê o resultado de volta desse dinheiro. Isso é sim uma forma de assalto!

No Brasil nós temos uma história de assaltos. E hoje – o que é pior – vemos um assalto maior que todos: assaltaram a mente do Brasil. Assaltaram e seqüestraram de tal maneira que não conseguimos pensar as coisas da maneira como elas são, mas, sim, da maneira como tentam nos mostrar, com o desvio que fazem para nos enganar. A cada dia se propõe algo que vai nos enganar.

O Governo Federal tem dito que vai fazer uma revolução na Educação graças ao Fundeb. Seqüestrou a mente de milhões de pessoas que estão acreditando nisso! É ruim o Fundeb? Não. É melhor com ele que sem ele. Mas não vai resolver o problema, porque são poucos os valores que vão investir e porque não é uma questão apenas e, sobretudo, de dinheiro o problema educacional; é uma questão de fazer funcionar um sistema nacionalmente, e não dividido em cada Município com as suas regras, com o seu comportamento e as suas limitações de recursos.

Mas não é só o Fundeb. O PAC é uma forma de seqüestrar a mente brasileira. Querer dizer que esse Programa de Crescimento... Primeiro, vai trazer crescimento? Ninguém pode garantir isso! Hoje, o crescimento do País depende da sua infra-estrutura, mas depende da Bolsa de Valores de Xangai, depende da capacidade de compra dos Estados Unidos, depende das relações dos países, atualmente, da Comunidade Econômica Européia com outros que venham a se associar a ela, e que nos deixariam fora do mercado... É um seqüestro da nossa mente querer dizer que um programa nacional de crescimento econômico vai permitir uma taxa de crescimento de 4%, 5%, 10% ou o que seja... Seqüestraram nossa mente!

A redução da Maioridade Penal também está sendo feita de uma forma que está seqüestrando a mente do Brasil ao dizerem que esta é a solução para reduzir a criminalidade. Eu até creio que essa seja a solução para punir criminosos.

Aí é uma questão lógica. Podemos discordar por razões éticas, mas não se pode dizer que não é lógico punir reduzindo a Maioridade. No entanto, dizer que a criminalidade será reduzida é querer manipular a opinião pública. Atualmente, para os jovens que estão cometendo esses crimes, a cadeia é uma proteção, Senador. Estar na cadeia é estar protegido. Vivem mais se ficarem presos do que se ficarem soltos. A pena de morte não significa nada para essa quantidade de jovens que hoje está na criminalidade depois de um

abandono sistemático de longos e longos anos, durante a infância e a adolescência.

Estamos trabalhando com base em um sistema que não traduz o que a realidade nos mostra, e talvez esse seja o pior dos nossos problemas, talvez esse seja o pior dos nossos assaltos: o assalto à mente brasileira.

Pergunto-me quando nós teremos tempo, quando teremos vontade, nesta Casa, de tentar cair na realidade, Senador Tião Viana. Quando é que vamos querer sair dessa fantasmagoria que tomou conta do pensamento brasileiro, que faz com que se trabalhe, defina e tente construir com base em ilusões. E cada vez que se realiza algo, pouco tempo depois se descobre que não deu. As pessoas estão se esquecendo do plebiscito para permitir a venda de armas. Faz dois anos que se prometeu que a violência diminuiria se cada um de nós pudesse ter o seu revólver. Diminuiu? Aumentou! Temos trabalhado como se pequenos gestos fossem capazes de dar resposta aos grandes problemas brasileiros. Precisa-se desses pequenos gestos? Muito bem, precisa-se do Fundeb, mas ele não vai mudar a educação. É preciso tratar o problema da criminalidade cometida por menores? Sim, e não se pode adiar. É preciso construir mais cadeias? Sim, e não se pode adiar. São formas paliativas para se enfrentar o momento que vivemos, o momento dramático de um verdadeiro terremoto social que sofremos, mas a construção posterior ao terremoto não estamos discutindo, não nos estamos aprofundando na questão.

O Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, no dia da sua posse, da sua eleição para o segundo mandato, disse que ia fazer com que o Senado tivesse uma agenda própria e que essa agenda fosse algo que procurasse mexer nas estruturas da sociedade brasileira, que tentasse lubrificar as engrenagens da sociedade brasileira que estão enferrujadas e que não ficaria apenas preocupado com a podridão que existe na superfície. Tem de colocar muita creolina para combater a podridão que está na superfície; é preciso muita creolina para acabar com a bandidagem; é preciso creolina para acabar com a corrupção. Mas para resolver os problemas é preciso lubrificar as engrenagens, é preciso além dos problemas da superfície, por mais podres que estejam. E esses problemas de engrenagem malfeita têm a ver com crescimento econômico, têm a ver com educação, têm a ver com ciência e tecnologia, têm a ver com a crise ambiental que atravessamos, têm a ver com aspectos da realidade, aspectos da história e não com aspectos da superficialidade momentânea da conjuntura.

Não sei quando vamos descobrir isso ou quando vou perceber que, talvez, eu esteja completamente

errado; que as engrenagens estão funcionando bem e que é apenas uma questão de pôr um pouco de creolina na superfície podre. Não sei quanto tempo vai levar para que descubramos onde está o nó da questão a ser analisado, a ser desfeito para que o País possa voltar a crescer. Onde vamos cortar as amarras que nos impedem de avançar, seja no caminho de uma sociedade menos desigual, seja no caminho de uma sociedade mais desenvolvida em relação aos outros países? Enquanto discutimos a superficialidade, o País está ficando para trás, Senador Tião Viana. Está ficando para trás com a taxa de crescimento abaixo de dois quando os outros países estão acima de cinco. Isso, em dez anos, significará uma diferença brutal em relação aos países que hoje estão iguais a nós. Ficaremos atrás. Significará uma diferença grande em relação aos países que estão um pouco à nossa frente. Significará uma diferença em relação aos países que hoje estão atrás de nós, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas que vão ficar na nossa frente, muito em breve, no que se refere à economia.

Mas não é só a economia. Não há mais futuro para a economia sem ciência e tecnologia. É claro que estamos atrás em ciência e tecnologia em relação aos outros países. Sem dúvida alguma, temos ilhas de excelência, apesar de tudo, e não são poucas, mas, no conjunto, não estamos nem chegando perto dos países que estão fazendo as suas revoluções tecnológicas, por uma razão: há dez, vinte, trinta anos, eles fizeram suas revoluções educacionais, o que é a base da ciência.

Agora o Presidente decidiu lançar o PAC da economia. Primeiro, deveria ser a revolução da economia e não o PAC da economia.

Mas, pelos primeiros sinais que vemos, parece que vai cuidar muito mais de ensino superior do que de educação de base. Mais uma vez, o pragmatismo determinando o rumo, o imediatismo determinando, ou querendo determinar, o futuro, porque atender às universidades é querer atender ao imediato dos que têm sindicato, dos que têm força, dos que usam gravata, dos que calçam sapatos e entram aqui como lobistas para nos pressionarem, legitimamente. Mas esvaziará. Essa idéia de aumentar vagas para as universidades antes de aumentar o número de alunos concluindo ensino médio é uma tragédia para o País, embora seja uma maravilha para as camadas melhores e que têm mais influência no País.

Já estamos chegando ao ponto em que qualquer aluno que terminar o ensino médio terá direito a uma vaga na universidade. Há pessoas que vão comemorar, sem perceber que haverá essas vagas disponíveis para todos os alunos que terminarem o ensino médio

porque 67 não terminaram o ensino médio, ou seja, 67 são excluídos. Agora, dos 37 nós vamos cuidar. Não vai dar certo, até porque esses 37 não são os mais brilhantes deste País, porque, certamente, haveria gênios maiores entre os 67.

Pergunto-me quantos de nós teriam passado no vestibular se todos os meninos tivessem a mesma educação que tivemos desde a primeira série primária. Será que teríamos passado, ou será que surgiriam gênios que nos deixariam para trás?

Não estamos trabalhando os problemas essenciais, Senador Tião Viana. Quando digo nós, não me estou referindo apenas ao Governo, mas ao Governo, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à opinião pública, à mídia, a todos nós. Nós todos caímos numa lógica artificial, fruto do assalto que fizeram à mente brasileira há algumas décadas, resultado da história de um país assaltante, assaltante de índios, de negros, de escravos, assaltante de dinheiro do povo, assaltante pela inflação, assaltante pelos impostos, assaltante pelos subsídios dados a setores que não trariam vantagens. Um país de assaltos, que se surpreende com a criminalidade que está aí.

Talvez a surpresa maior seja como demorou tanto tempo para se ter um quadro dramático de criminalidade no Brasil. É surpreendente que tenha sido preciso chegar ao século XXI para se ter essa criminalidade tão grande, porque, pela lógica da formação do Brasil nesses 500 anos, essa violência deveria ter começado com os tupinambás, lá atrás, quando eles se revoltassem contra os assaltos feitos pelos descobridores. Ela deveria ter começado lá atrás, Senador Eurípedes, pelos escravos, quando eles se revoltassem contra o assalto que era feito contra eles. Teria que ter começado lá atrás, na África revoltada contra os seqüestradores traficantes de escravos que ali chegavam e seqüestravam, sem pedir resgate, gerações. Não seqüestravam um, mas todas as gerações futuras. E assim o fizeram durante 400 anos. Seqüestravam um, mas, com este, toda sua descendência estava seqüestrada, até que, em 1888, isso foi proibido.

É um país de assaltos, um país que terá de enfrentar os assaltos. Só há um jeito: “dessequestrar”, libertar a mente, para que pensemos as coisas concretas, e não as superficialidades. Que procuremos lubrificar as engrenagens deste País, e não apenas jogar creolina na podridão da superfície.

Essa engrenagem só pode ser lubrificada pelo pensamento, e o pensamento vem da educação. É de uma revolução que o Brasil precisa, uma revolução educacional.

Não vai haver solução por pequenas medidas, como alterar a maioria penal, mesmo que a alte-

ração seja justificada em função da vingança, da punição ou até mesmo da proteção que se busca com a prisão de alguns desses menores por mais tempo, para que eles não saiam cometendo novos crimes, ao que não sou contrário.

Agora, o que não podemos é imaginar que isso vai resolver o problema da criminalidade. Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, que alguns desses menores consideram uma honra a condenação maior? Eles consideram uma condecoração terem de cumprir dez anos em vez de cinco, porque isso significa mais prestígio na comunidade onde vivem, significa que são mais homens do que os outros!

Podemos estar cometendo um grande erro com essa idéia da redução da maioria penal. Mas o maior erro não é esse, e sim não perceber que o problema é outro: a idade com que se entra na escola, a idade com que se sai da escola, a qualidade durante o período em que se estuda.

Estamos querendo resolver como fazer cadeias mais seguras, em vez de fazer escolas com maior qualidade. Estamos pervertidos do ponto de vista mental! Nossa mente foi seqüestrada, como, neste País, quase tudo o foi.

É hora de despertar ou de caminharmos como sonâmbulos para o abismo!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Pela alternância dos oradores que têm comunicações inadiáveis a serem feitas da tribuna do Senado, concedo, por cinco minutos, a palavra ao nobre Senador Tião Viana, do Estado do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma preocupação da área da saúde brasileira que está vinculada à área da educação.

Diariamente, observamos a busca, junto ao Ministério da Educação, de centenas de escolas tentando criar cursos de Medicina. Temos uma situação delicada no País, um excesso de pedidos de abertura de escolas médicas e uma dramática situação da qualidade da assistência médica prestada no Brasil.

Hoje, o País forma dez mil médicos todos os anos. Somado a esse número o de médicos que se forma em outros Países e vem para o Brasil, temos doze mil médicos por ano, um número mais do que suficiente para atender a todas as necessidades da sociedade brasileira, desde que esses profissionais formados estejam distribuídos entre as regiões, os Estados e Municípios brasileiros.

Infelizmente, não se estabelece uma política de estímulo à interiorização do médico, de desconcen-

tração do profissional especializado, do profissional que atenda, de fato, às necessidades maiores da população, que envolve, inclusive, o médico da família, e temos uma superconcentração e uma distribuição inadequada.

Com isso, abrimos oportunidade para debates apelativos de mercado, com interesse exclusivamente comercial de empresários da educação que querem a abertura de novas escolas médicas em nosso País. São centenas de pedidos enviados ao Ministério da Educação, que demonstra uma hesitação muito grande. Existe um comportamento liberalizante do Governo Federal – Governo que apóio – em relação à abertura de cursos de Medicina, uma preocupação muito pequena para restringir a abertura, por qualquer motivo, de um curso de Medicina, e esse problema vem-se agravando muito em nosso País, de maneira muito consolidada.

Haverá, agora, um exame de avaliação por amostragem no Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que comprovou, na primeira amostragem, que 40% dos médicos recém-formados que fizeram esse teste de habilitação estavam completamente inabilitados ao exercício da Medicina. O profissional médico, ao sair da faculdade, já recebe o registro junto ao Conselho Regional de Medicina e já pode atuar em qualquer lugar. Conseguindo emprego, ele estará liberado.

Então, não há um critério de controle de qualidade do Governo Federal do meu País; não há critério no Ministério da Educação que seja efetivo; não há um critério no Conselho Nacional de Saúde ou no Ministério da Saúde, de maneira geral. Os Conselhos Regionais de Medicina não cumprem esse papel organizador e fiscalizador mais efetivo porque entendem que essa atribuição, nos termos da lei, é, sim, do Poder Público federal, do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, apontava normas que pudessem regulamentar, acompanhar e criar o devido critério de qualidade para a abertura de cursos de Medicina no Brasil.

Foram somados elementos e pontos para avaliação junto ao Conselho Nacional de Educação, que seria a última instância a autorizar a abertura dos cursos: avaliação prévia na fase de implantação de cursos e o cumprimento de algumas metas. Foram observados que esses critérios estavam completamente falhos.

Em 2006, o Governo do Presidente Lula lançou o Decreto nº 5.773, de maio de 2006, que acrescentou, além do Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Saúde como instâncias responsáveis pela abertura de novos cursos de Medicina e pelo acompanhamento, entendendo que Medicina e Direi-

to criam sérios problemas de controle de qualidade hoje no Brasil, da forma como estão sendo abertos esses cursos.

Foram estabelecidos critérios, dos quais um grupo de doutores avaliou as condições preliminares da abertura de novos cursos. Mas não estamos observando isso. O que se tem é uma pressão política e econômica muito forte junto ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde e a abertura, digamos, quase sem critério e efetiva de proteção à sociedade.

Então, o aspecto qualidade do jovem que se está formando médico no Brasil é gravemente falho hoje. A sociedade pode pagar um preço muito alto por isso, que está se multiplicando. Não temos o controle efetivo pelo Conselho Nacional de Educação, basta que olhemos a pressão e a grande disputa que é uma eleição majoritária para que alguém seja membro do Conselho Nacional de Educação hoje, como se houvesse algo muito precioso lá dentro, como se algo muito importante estivesse acontecendo dentro do Conselho Nacional de Educação para garantir a abertura de novos cursos neste País.

O interesse econômico tem dominado os setores essenciais que devem estabelecer critérios e regras para a abertura e o funcionamento de cursos. Não há um controle de qualidade do jovem que está sendo formado neste País. Estamos atendendo a uma demanda de mercado e não a uma demanda de controle de qualidade. Então, é o apelo que eu faço.

Pedi um estudo da Consultoria Legislativa sobre se seria a hora ou não de nós estabelecermos projetos de lei que pudessem restringir a abertura de novos cursos. Entendi, no aconselhamento técnico que tive, que temos de aguardar esse novo decreto-lei do Ministério da Educação, que estabelece que o Conselho Nacional de Saúde também passa a interagir com critérios que procuram aproximar as regras de exigência de qualidade da abertura de novos cursos. Acho que vamos perder esse debate.

Então, penso que o Governo precisa romper com a timidez, precisa romper com essa conduta liberalizante e precisa agir de modo definitivo no controle e na responsabilidade que tem com esse assunto, já que o art. 209 da Constituição Federal, em seu inciso II, deixa claro que é do Poder Público a responsabilidade para a abertura e o funcionamento de cursos de ensino neste País.

Nos trinta segundos que tenho, eu gostaria de fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos votar o projeto que cria a concessão de pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que

foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. É um projeto de minha autoria, que tem o Senador João Ribeiro como Relator.

Pondero aos Senadores, Sr. Presidente, que a essas pessoas, em 1959, foi estabelecido, no plano mundial, que não deveriam ser mais colocadas compulsoriamente em colônias para a segregação, em razão da hanseníase. Havia muitos, e muitos foram pegos em suas casas pela chamada Polícia Sanitária, foram levados e segregados. Não tinham nada. Crianças de cinco anos saíram de suas casas, agarradas pela Polícia, separadas de suas famílias, sem entenderem direito por que foram colocadas em colônias de isolamento, de onde, trinta, quarenta anos depois, saíram sem braços, sem mãos, sem pernas, vítimas das mutilações da hanseníase, e o Poder Público nunca reparou esse erro.

Se fomos capazes, no espírito democrático, de reparar as vítimas da violência política, por que não podemos ser capazes de reparar uma falha tão grave e tão violenta do Estado brasileiro?

Fui visitar a Comunidade Santa Isabel, em Betim – MG, e uma senhora deu o depoimento de que, em 1960 a Polícia Sanitária a recolheu. Ela foi levada, o marido suicidou-se, porque não agüentou a separação, e ela voltou para casa na missa de sétimo dia. Quando chegou, a mãe já tinha retirado a filha e lhe disse que ela nunca mais veria a filha e que ficaria internada. Ela saiu trinta anos depois, com direito de ver a filha, e o Estado brasileiro nunca reparou essa injustiça.

Proponho que dois salários mínimos sejam dados aos 20%, aos sobreviventes dessa situação de segregação injusta e arbitrária do Governo brasileiro. O Japão já agiu, avançou e já está cumprindo a meta de indenização sanitária, que, espero, o Brasil também fará.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, concederei o aparte ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Eduardo Suplicy. Senão, sei que já abusei do tempo e terei total compreensão.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador Tião Viana, V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável e não cabem apartes. Mas, na segunda-feira, poderemos tranquilamente admitir. Peço apenas que os apartes sejam breves, se possível.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Serei muito breve, Sr. Presidente, somente para dizer que concordo com a lógica do Senador Tião Viana. Se fomos capazes de dar indenização a pessoas que, por vontade própria, por heroísmo ou por patriotismo fizeram guerrilha, ou seja, por opção, como não daremos para aqueles que, por falta de opção, caíram na marginali-

dade? Apóio o seu projeto, Senador Tião Viana. Agora, gostaria de ter o seu apoio para o meu: uma indenização para torturados, os analfabetos. O analfabeto adulto no País de hoje é uma pessoa torturada diariamente, não fisicamente, mas moralmente, intelectualmente. Minha proposta, que fiz quando era Governador do DF, era de pagar R\$100,00 ao analfabeto no dia em que ele recebesse seu diploma de alfabetizado. Eu comprava a primeira carta que ele escrevesse em sala de aula. Estou tentando levar isso para o Brasil. Como Ministro, apresentei a proposta ao Governo Federal, mas ficou na Casa Civil. Eu gostaria de ter o apoio de V. Ex^a. Leve isso para o Presidente Lula. Enquanto isso, vamos tentar aprovar aqui uma Bolsa Alfa para indenizar o analfabeto pelo tempo em que ele ficou analfabeto, sendo torturado. São R\$100,00 apenas; é o que eu proponho. Houve gente que recebeu milhões por causa da opção política. Alguns chegaram a receber R\$100 mil. Estou propondo somente R\$100,00 para cada torturado diariamente pelo analfabetismo em que a omissão do Estado o deixou.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Já me manifestarei após o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, V. Ex^a se mostra sensível a um problema muito importante. Quero cumprimentá-lo. A peregrinação que V. Ex^a descreveu, indo visitar o local onde estão sendo tratadas essas pessoas, em Minas Gerais, que sofrem de hanseníase, faz-me lembrar um dos episódios mais comoventes do filme “Diários de Motocicleta”, do cineasta Walter Salles, que mostra a viagem de Che Guevara e de seu amigo, desde a Argentina até a Venezuela, salientando muito o caráter e o humanismo de Che Guevara, que se tornou, muitas vezes, um ícone dos jovens do mundo por seus gestos de solidariedade. Talvez o maior deles tenha se dado exatamente quando ele permaneceu ali por mais de um mês – não me lembro exatamente quanto tempo – com os hansenianos. Ressalto também o dia em que ele atravessou o rio para despedir-se deles. Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que considero importante, sim, o apoio que possamos dar ao projeto de V. Ex^a, bem como ao do Senador Cristovam Buarque, para que toda aquela pessoa que ainda não sabe ler e escrever tenha o estímulo para escrever essa carta, demonstrando que aprendeu a ler e a escrever. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço aos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, que marcam, com conteúdo e com sensibilidade humana, o meu pronunciamento.

Desde já, Senador Cristovam Buarque, informo a V. Ex^a que procurarei ler sua manifestação legislativa, com a qual, a princípio, tenho absoluta concordância. Não temos de ter vergonha nem de encontrar dificuldade em reparar erros. Se aquilo que fizermos for certo, nunca sairá caro ao nosso País.

Ariano Suassuna, ontem, colocou um dilema num belo programa na Globo News. Quando lhe perguntaram o que o coração dele via no Brasil e no mundo, ele respondeu: “Dois pólos. A União Soviética quis um Estado justo e não garantiu liberdade. Os americanos fazem um Estado livre e não conseguem justiça. Talvez o Brasil tenha oportunidade de ser justo e livre”. Então, cabem as idéias e a responsabilidade política e social dos agentes públicos, da sociedade e da nossa democracia.

Então, o meu respeito e o meu agradecimento a V. Ex^a e ao Presidente pela anuência com o tempo excessivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – V. Ex^a merece, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra pelo prazo de cinco minutos, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta segunda-feira, não para fazer um discurso ou uma manifestação de ordem filosófica nem para tecer as considerações que os meus pares, durante esta sessão, fazem com muita competência da visão histórica dos fatos do cotidiano.

Venho para comunicar à Prefeitura Municipal de Santana, no meu Estado, que está disponibilizado, no Banco do Brasil, agência 3346, conta 212504, o valor de R\$1.691.478,29 para pagamento de despesas de convênio SEAP/Município de Santana, projeto “Construção do Terminal Pesqueiro Público de Santana”. São recursos muito importantes na geração de emprego, Sr. Presidente, e para a geração da infra-estrutura necessária à rica costa pesqueira do Amapá.

Também para o Município de Santana, quero anunciar a todos os vereadores e munícipes que, na agência 3346, conta 211273, liberamos o valor de R\$50 mil, de convênio para apoio ao projeto “Pontos de Cultura Materializando Sonhos”. Os recursos já estão na conta.

Sr. Presidente, também para Santana, recursos no valor de R\$108 mil, disponibilizados na agência 3346 do Banco do Brasil, conta 234192, destinados a melhorias sanitárias domiciliares; emitente, Fundação Nacional da Saúde.

Para o Município de Mazagão, o convênio 489/2004, apoio à estruturação de unidades de atenção especializada à Saúde, no valor de R\$64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), que já se encontra na Conta nº 80187 da Agência 3985 do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, comunicamos também ao Município de Cutias do Araguaary a liberação de recursos na Conta nº 54151, Agência 3575 do Banco do Brasil no valor de R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), pelo convênio nº 4005/2004, relativo ao apoio à manutenção de unidade de saúde.

Também para a Prefeitura de Cutias, Banco do Brasil, Agência 3575, Conta nº54151, R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), também relativo ao apoio à unidade de saúde. Dinheiro já na conta!

Sr. Presidente e nobres Colegas, também temos a alegria de anunciar ao Município de Tartarugalzinho recursos no valor de R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), já depositados na Agência 3575, Conta nº 54283, relativos também ao apoio à manutenção de unidade de saúde.

Sr. Presidente, além das elucubrações e avaliações dos mais variados temas, que é prerrogativa do Senado Federal, do Parlamento – por isso falar, falar é muito importante na formação da opinião pública e no posicionamento dos Parlamentares sobre os mais variados temas que afligem ou que enobrecem a Nação brasileira –, não podemos esquecer que, objetivamente, o Congresso Nacional, Senado e Câmara, têm também a prerrogativa de trabalhar Orçamento da União e fazer, com os Ministérios, o acompanhamento de projetos para os governos estaduais e municipais. É um trabalho árduo, que necessita do acompanhamento da representação política da bancada de cada Estado da Federação.

É com muita honra que estamos enumerando e fazendo um trabalho de acompanhamento, de apoio aos projetos, além de apresentação das emendas orçamentárias.

Fico muito feliz, pois estou vindo agora de uma audiência com o Presidente da Eletronorte para tratar de assuntos estratégicos de eletrificação para a chegada do linhão Calçoene/Oiapoque.

Esse é um esforço conjunto e, por esse motivo, Sr. Presidente, convoco o Senador Mão Santa para que, na hora oportuna, além de estarmos juntos na tribuna do Senado Federal, estejamos juntos para defender o Piauí e o Estado do Amapá. Precisamos ir aos Ministérios para liberarmos esses recursos, para que possamos melhorar nossos Estados.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Espero que tenhamos uma boa semana de trabalho. Estamos iniciando, nesta segunda-feira, a

agenda positiva do Senado Federal, uma delimitação de propostas e de ação, para que possamos fazer uma pauta arrojada de trabalho para podermos atender essa grande demanda da população.

Por isso, acreditamos no grande trabalho da Mesa, liderada pelo Presidente Renan Calheiros. Precisamos trabalhar. Em vez de estarmos aqui às nove horas – porque a maioria dos Senadores compõe as Comissões, e as coisas estão se atropelando –, que comecemos a trabalhar a partir das seis horas da manhã, para que possamos atender. Tenho certeza de que os servidores, os taquígrafos, que estão aqui sempre a postos, todos darão suporte, pois esta augusta Casa nunca deixou de responder às necessidades do trabalho Legislativo.

Mão Santa, tu estás convidado a ir comigo ao Ministério.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço V. Ex^a, Senador Gilvam Borges. Não sei se sua proposta de começar às 6 horas e 30 minutos pode ter aprovação, mas, de qualquer forma, poderá ser submetida à Mesa Diretora. V. Ex^a poderia formalizar a proposta.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. Há uma ordem de inscrição, da qual constam o Senador Geraldo Mesquita, que não se encontra presente, o Senador Mão Santa, depois eu, outros Senadores que também não se encontram presentes, e, após o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, por gentileza, inclua-me na lista após os outros Senadores, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Exatamente, Senador Heráclito Fortes, há uma lista, e, como V. Ex^a não estava nela, foi inscrito após a sua chegada, quando V. Ex^a fez a solicitação.

Agora seria o Senador Geraldo Mesquita, que não se encontra, em seguida, o Senador Mão Santa, Senador César Borges...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, gentilmente propôs fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Se o Senador Mão Santa trocar a posição de orador com V. Ex^a, não há nada que impeça.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós submetemos à decisão de César. Ave, César!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – A decisão cabe exclusivamente ao Senador Mão Santa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por um período de até 20 minutos, mas creio que S. Ex^a

não precisará de todo esse tempo, facilitando assim o avanço da lista de oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador César Borges, que preside esta reunião, Sr^s e Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, vou falar de riqueza e obras do nosso Nordeste. Se eu me prender à Bahia – sei que na Roma tivemos 12 céсарs por muito tempo –, vinte minutos seriam muito pouco para relatar o que o César baiano fez hoje.

Senador Heráclito Fortes, esse negócio de riqueza é uma ambição. Entendo que todos nós somos filhos de Deus, e filho de Deus é para ser rico e ter prosperidade. Mas o que entendo é esse Brasil aí, que travaram mesmo. O Presidente Lula, ó Suplicy, está travado esse parceiro. Sei que V. Ex^a, Suplicy... Temos que destravar isso. E V. Ex^a é de São Paulo. E São Paulo era tida como a capital do trabalho, a locomotiva. Mas o trem descarrilou, e não está puxando mais nada essa São Paulo.

Suplicy, vim do Rio de Janeiro. O povo vibrou: o Madureira venceu o Flamengo.

Gilvam Borges, estudei lá no Rio de Janeiro nos anos 60, antes de o PT ter nascido. Nos anos 60, antes do PT. O PT é negócio de 25 anos. Então, não tinha ainda esse exemplo ruim do PT na nossa formação moral, Suplicy.

O Madureira ganhou.

Mas, naquele tempo, Gilvam Borges, eu já ia ao futebol. Minha formação cirúrgica é de lá, do Rio de Janeiro, Hospital Servidor do Estado, Ipase. E a minha admiração, como todos do Brasil, o meu encanto era o futebol do Rio.

Lembro-me, Senador Eurípedes, de 1950, Fluminense – de torcedor só tinha eu e o Chico Buarque; hoje parece que existem mais uns dez torcedores do Fluminense: Castilho, Píndaro e Pinheiro; Jair, Edson e Bigode; Telê, Didi – aquele do folha seca – Carlayle, Orlando e Quincas. E o reserva do Castilho era o Veludo, moreno como o nosso Senador Eurípedes. Veludo foi da Seleção também. E a vibração, a euforia. Zezinho!

Mas ali foi uma desgraça, porque, nos anos 50, quando eu começava a vibrar, Suplicy, não tinha PT, era tudo na paz, era tudo no amor.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, por gentileza.

Eu quero comunicar ao Senador Suplicy que a Mesa vai garantir – se S. Ex^a assim o desejar, porque foi citado sobre o PT – que S. Ex^a se manifeste, pedindo ao orador um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E é muito oportuno e deve. Todo mundo quer ouvir o Suplicy. Até eu. Estou contando a história. Talvez, ele é tão jovem, não sei se tinha nascido ainda. Mas a gente andava no Rio de Janeiro e não tinha negócio de bala perdida não! Não tinha bandido não! Tinha malandro, e era gostoso – eu não sei se eles gostavam... Não tinha PT.

E o pior é que travou na riqueza mesmo, mas naquilo que é mais importante: na felicidade do povo brasileiro. A Cidade Maravilhosa não é mais aquela cidade maravilhosa. A gente anda aterrorizado, com medo um do outro. A gente vê um polícia, a gente treme. Cadê a crença? Esse é o Brasil de hoje. A Colombo, símbolo da alegria, dos jovens... O César Borges é novo, mas eu fui muito à Confeitaria Colombo cinco horas da tarde tomar chocolate com as meninas do Sul. Isso não é costume do Piauí não! Lá a gente tomava era caldo de cana mesmo, no Piauí. Mas, com as garotas, eu ia às cinco horas e entrava pela noite. A Confeitaria Colombo fecha às cinco horas da tarde para não ter assalto. Sábado e domingo nem pensar; o centro do Rio fecha. Mas era aquele Rio que eu me lembro e eu quero o esforço do Suplicy... São Paulo, capital do trabalho.

E o futebol e tal, e o Brasil não ganhou... A Copa do Mundo foi uma decepção. Foi o Uruguai. Silêncio no Maracanã. Ghiggia. Dois a um. Todos nós esperávamos, e o Brasil...

Mas eu continuava a torcer pelo meu Fluminense, que me fez esquecer do Brasil. Havia 12 times. Niterói tinha um time de futebol: Canto do Rio. César Borges, começava o futebol, o campeonato. Naquele tempo, o Rio encantava a todos nós. Era Capital Federal. Ninguém sabia quem tiraria o primeiro lugar. Eu e Chico Buarque sós, era pouquinha a torcida, ainda hoje. Eu era Fluminense, mas tinha o Vasco, esse Flamengo aí do povo, o Botafogo; mas, último lugar, Canto do Rio! Isso era uma certeza.

Ô, Suplicy, e agora, no campeonato mundial, universal das riquezas... É a globalização. O chato é que o campeonato de futebol é de quatro em quatro anos. Mas esses dados da comunicação, da riqueza, tudo repousa na economia.

Sabe o nosso Suplicy que o Adam Smith já foi inspiração para Napoleão Bonaparte. É... A economia que pautou... “Não tem nenhuma liberdade...”. Não é... Chegou Albano Franco, homem que entende de muito dinheiro... “Não tem nenhuma liberdade antes da liberdade econômica”. E Adam Smith já existia. Até o Napoleão fazia riqueza e já governava com isso.

Agora, o campeonato, Gilvam Borges! Gilvam Borges, você na Presidência, com o telefone e com

o mundo, é para ver a Bolsa de Valores para ver se o tema é verdade?

Gilvam Borges, o campeonato da economia, para a desgraça do Governo, é anual. Todos os anos, estoura. A copa do mundo é de quatro em quatro anos, e poderia ser escondida pelos goebbels, pelo Duda Mendonça, pela mídia. Mas estoura em todo o mundo. É o campeonato das riquezas, que é o mais importante. O mais importante é a riqueza. Temos de entender até religiosamente. Acho que o erro do nosso País foi esse. São Paulo, que era a capital do trabalho, não é mais um local...

Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” É uma mensagem para os governantes sobre como conseguir trabalho. O apóstolo Paulo – vou dar um livro sobre o apóstolo Paulo para o meu amigo Suplicy – disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. Isso é do apóstolo Paulo. Não sei se a renda mínima de V. Ex^a está contra ou a favor. É por aí. Estou citando os líderes da Humanidade.

Senador Gilvam Borges, só não somos o Canto do Rio no campeonato mundial de economia porque há um Haiti. Se o Haiti não existisse, o Brasil seria o Canto do Rio na economia. Todo ano é o último, todo ano é o último. Por quê? As coisas são simples. Rui Barbosa já dizia, Senador Gilvam Borges: “Vamos cultivar o trabalho. Vamos dar primazia ao trabalho. O trabalhador e o trabalho vêm antes. São eles que fazem as riquezas.”

O que houve aqui, no domínio do PT, foi um cultivo a quem tem dinheiro, aos banqueiros. Então, montou-se um sistema muito forte, muito seguro.

Lula está sentado: é o rei e um banco. Não é um banco como o PT pensa, de dinheiro, não; é um trono, uma cadeira, de quatro pernas. Ô, César Borges, V. Ex^a, que é engenheiro, então, daí está forte mesmo.

O trono dele tem quatro pernas: uma, a primeira, que salta aos olhos – em 506 anos –, nunca dantes se viu tanta corrupção neste País. Nunca! Nunca! Nunca! Gosto de História. Estudei muito História com a professora Maria da Penha. Nunca dantes! É a primeira perna do trono do Lula, em que ele está sentado. A segunda perna é a sonegação. Só os pobres pagam imposto. Os ricos não pagam. Desperdício! É muita farra. Quem nunca come mel se lambuza. Foi essa gente do PT. Eu nunca vi. Nem Luís XIV, o *L'Etat c'est moi*, porque ali só era ele; agora é cada um. E a outra perna é a incompetência extraordinária, porque este País, Senador Albano Franco, tem uma história. Fomos mais competentes até do que os franceses, Gilvam Borges. Eles fizeram a democracia. O povo nas ruas, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Caíram os reis, mas lá vem um tal de Danton, um Robespierre,

guilhotina, milhares de cabeças rolaram. Aqui fomos mais hábeis. Veio um momento de exceção. O militar queria logo fazer, mas esse que está ali... Deodoro e Floriano iam meter o terceiro militar, e ele disse: “Estou fora”. Mas nós lhe damos o Ministério da Fazenda. “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério” – Rui Barbosa.

Esse foi o grande ensinamento, brasileiras e brasileiros, esse Congresso que está acabado aí, mendigando ministérios. E mendigamos aquilo que entendemos que é superior. É o povo que é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, o Senador Eduardo Suplicy está solicitando um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Quero ouvir S. Ex^a. Quero um debate qualificado com S. Ex^a. Pelo contrário, orgulha-me, mas me deixe terminar.

Aqui tivemos um período de exceção do extraordinário homem trabalhador, Getúlio Vargas, que prestigiou o trabalho e o trabalhador, a Previdência Social.

Tivemos mesmo um período militar, mas houve homens que prestaram culto à honestidade. Bastaria citar uns como os piauienses: João Paulo dos Reis Velloso, Ministro da ditadura militar, mas sobre o qual nunca houve uma acusação de corrupção; Petrônio Portella, o jornalista que buscava liberdade do Piauí; Castello Branco.

Mas fomos construindo, melhor do que os franceses, a democracia, e aqui está esta democracia. Porém, temos de valorizar mais o trabalho.

Entendo a idéia do nosso extraordinário Senador Eduardo Suplicy. Entendo! Nem o apóstolo Paulo foi contra ela, porque ele dizia que há três valores: fé, esperança e amor, que é caridade. Então, entendo essa Bolsa-Escola, transformada em Bolsa-Esmola como uma caridade, mas temos de ter um debate qualificado.

E vou fazer uma sugestão, para então dar a palavra a S. Ex^a. Fui Prefeitinho. Governei o Estado do Piauí. Acredito em Deus, no trabalho, no estudo, que leva à sabedoria. E eu diria o seguinte, Senador Gilvam Borges: essas bolsas, está certo, foram dadas. Foi um ato de amor e caridade de Sua Excelência o Presidente da República, mas temos de adaptá-las, ter o debate qualificado. E é simples. Sou cirurgião, sei resolver as coisas. Às vezes dá certo, Senador Eduardo Suplicy. Sei que V. Ex^a é economista, mas Juscelino era um médico, como eu, cirurgião, e deu certo. Estamos por aqui.

Vou dizer como temos de fazer: temos de atualizar essas bolsas; passe todas para os prefeitos, porque os prefeitos é que estão próximos. E vamos melhorá-las. Cada prefeito aumente 5%, e os governadores de

Estado, 10% a 15%. Quer dizer, vamos melhorar, porque o dinheiro é pouco, mas vamos orientá-los a um trabalho. Porque o prefeito, está certo, é aquele que está recebendo aquilo que é humilhante. Porque o Lula do Nordeste é o Presidente, mas sou mais Jarbas, que chegou aí. Sou muito mais o Luiz Gonzaga – sou mais, sou do Nordeste –, o nosso rei da música. O salmo era uma música. E Luiz Gonzaga, do seu Nordeste, disse: “A esmola que você dá a um cidadão são ou mata ele de vergonha ou vicia o cidadão”.

Então, que isso, no debate que V. Ex^a começou, e vai...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) -... e a paz. Mas queria que fosse passado para os prefeitos, e que o prefeito adicionasse mais 5%, e os governadores, mais 10%; mas que orientassem àquele cidadão um trabalho. Não um escravo... Duas horas em uma creche, zelando por um grupo, uma praça pública, dar situação. Mas não fugir o povo do trabalho, porque acho que o exemplo arrasta.

Palavra sem exemplo é um tiro sem bala. E, se os pais de família derem o exemplo aos filhos de não irem ao trabalho, vamos tirar o troféu do Haiti, vamos ser o último lugar na economia mundial.

Com a palavra o extraordinário e generoso cidadão, Senador da República, Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, sinto iniciar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Preciso de som aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, o tempo do orador está esgotado, mas, como V. Ex^a aguardou por bastante tempo, a Mesa concede três minutos para o seu aparte e a conclusão do nobre orador, Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente Gilvam Borges. Senador Mão Santa, sinto informar ao Senado Federal que o ex-Secretário-Geral e ex-Presidente da CNBB D. Ivo Lorscheider morreu há pouco no Rio Grande do Sul. Ele havia sido submetido a uma operação desde 25 de fevereiro devido a complicações decorrentes de uma cirurgia no estômago. Então, solicitei seja preparado o devido requerimento de pesar, com maiores informações a respeito, para que ainda nesta sessão possamos prestar a homenagem a este extraordinário Cardeal, líder e Presidente da CNBB, que, ao longo destes anos todos, muito contribuiu para a democratização do Brasil, a defesa dos direitos humanos e a superação dos problemas com os excluídos em nosso País. Como V.

Ex^a, ele sempre foi um defensor das proposições de São Paulo. Sei perfeitamente que V. Ex^a sempre resalta São Paulo, quando diz ser importante que todos pudessem trabalhar, ganhar o dia-a-dia de seu sustento por meio do suor do seu trabalho. Também foi São Paulo quem disse, na Segunda Epístola aos Coríntios, que devemos todos sempre seguir o exemplo de Jesus, que, sendo tão poderoso, resolveu se solidarizar com os mais pobres, de tal maneira que com eles conviveu e morou. Então, para que haja justiça, igualdade, é necessário que todo aquele que colheu muito não tenha de mais, e todo aquele que colheu pouco não tenha de menos. A proposição de se garantir a todos uma renda, como um direito de partilhar da riqueza da Nação, é algo de bom senso que mais e mais os economistas têm estudado. Chegam à conclusão de que, inclusive para o objetivo que é o de V. Ex^a, de que todos tenham direito ao trabalho, a garantia de uma renda básica a todos, incondicionalmente, ajuda muito nesse sentido. Com respeito aos problemas que hoje existem, seja no Piauí, seja no Rio de Janeiro, seja em Minas Gerais ou em qualquer lugar do Brasil, em decorrência da administração de um programa tão positivo como o Bolsa-Família – mas que ainda tem problemas na sua administração –, tais problemas poderão ser superados na medida em que passarmos, como diz a lei, para o estágio da renda básica incondicional. Nos três minutos que tenho, não vou completar toda a dissertação a respeito, mas cumprimento o Senador Mão Santa por estar aqui sempre trazendo o seu questionamento. Quero dizer a V. Ex^a que, hoje, mesmo que a taxa de crescimento do PIB tenha sido 2,9% no ano passado, dadas as condições de baixa inflação, a menor desde 1999, de diminuição da taxa de juros – possivelmente, nesta semana deverá baixar a taxa básica de juros na reunião do Copom de quarta e quinta-feira – e outros elementos – não me vou estender mais –, tenho a convicção de que estamos prestes a viver um quadriênio de crescimento sustentável, com melhoria da distribuição da renda, das condições de emprego. Teremos maior oportunidade de levar adiante o nosso debate. Obrigado pela oportunidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe o aparte.

Até vou fazer um pedido ao Presidente Lula: está aí um homem que tem virtudes para ser Ministro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, com a devida permissão do Presidente, é apenas um aparte telegráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, se houver a permissão do Senador Mão Santa para um aparte, concedo a V. Ex^a dois minutos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Bem me nos que isso, Sr. Presidente, apenas para fazer um registro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É um prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu sabia que o Senador Mão Santa era torcedor roxo do Fluminense, quase que solitário – não tanto. E sabia da parceria do Chico Buarque também como torcedor histórico do Fluminense, no final da década de 50. Só não sabia que Chico Buarque, que se inspirou na sua paixão pelo Fluminense, que é a mesma paixão do Senador Mão Santa, tinha uma paixão que incluía na sua música “Bom Tempo”, que era a busca pela Joana, aquela Joana que não lhe deixava mentir. Quero saber se V. Ex^a, Senador, também entrou nesse tríduo. Na década de 50, a paixão era exclusiva pelo Fluminense, ou V. Ex^a disputava também com Chico Buarque a paixão pela Joana?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não, Senador Heráclito Fortes, sou apaixonado pela Adalgisa há muito tempo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a há de convir que a Adalgisa não era nascida na década de 50. Quero defendê-la.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois ela nasceu aí, e é por isso que o mundo diz que é o ano santo; justamente coincidiu com o nascimento dela.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas amá-la com a idade que tinha na década de 50 era, no mínimo, um sacrilégio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quanto à minha idade, creio que tenho 38 anos – não sei do Senador Suplicy –, porque só considero os anos de casado. Antes eu era uma pedra, um vegetal, não tinha vida.

Atentai bem, Suplicy! Primeiro V. Ex^a foi buscar Cristo. Deus mandou o trabalho: comerás o pão como hóstia. Colocou-o na casa de um operário para ver o exemplo do pai trabalhando, para ajudar o pai no trabalho. E nós seguimos Cristo, Eduardo Suplicy, não pelos discursos – V. Ex^a discursa muito, assim como o Senador Gilvam Borges –, mas por obras.

Tiago disse: fé sem obra já nasce morta. Se Cristo tivesse ficado só com os discursos Dele, os bem-aventurados, os que têm fome e sede de justiça, o Pai-Nosso não seguiríamos. Seguimos porque Ele fez obras, Gilvam. Ele fez cego enxergar; fez aleijado andar; limpou os corpos dos leprosos; tirou o demônio dos endemoninhados; multiplicou peixes, pães e vinho para festejar os momentos de alegria pelas obras.

Esta é justamente aqui a minha crítica final a este Governo. PAC – “Propaganda Aumentada e Criminosa”.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu queria que V. Ex^a fosse sincero com a Mesa, e, assim, as concessões serão feitas. V. Ex^a necessita de mais quantos minutos para encerrar o seu pronunciamento? Dez minutos mais está bom para V. Ex^a?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei breve, Sr. Presidente. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto, e eu tentarei me inspirar em Cristo.

Atentai bem, Senador Suplicy! Por isto é que nós o seguimos: pelas obras de Cristo. E esse Governo cria a “Propaganda Aumentada e Criminosa”. Tinha propaganda enganosa. Agora, o PAC é propaganda.

Eu queria que o Presidente Lula da Silva... Aten-tai bem, Suplicy, a uma mensagem do General Oregon, herói mexicano, que diz: prefiro o meu adversário que me leva à verdade ao amigo, aliado, puxa-saco, que me leva às falsidades. Então, digo: vamos terminar as obras inacabadas que estão no País. Senador Gilvam, faça uma reflexão sobre as obras inacabadas do seu Estado; Suplicy e César Borges também. Eu e Heráclito vamos dizer: vamos terminar as inacabadas do Piauí: Porto de Luis Correia. São US\$90 milhões encravados...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cristo disse: “Faça-se a luz”. Porto de Luis Correia. O Piauí tem 66 Km de litoral. São US\$90 milhões encravados, faltam 10 milhões. E é uma palavra de Lula, que foi lá, se banhou, e disse que ia terminar.

A estrada de ferro central do Piauí, Heráclito Fortes. V. Ex^a viu como foi atraído Alberto Silva. Um engenheiro ferroviário foi lá e disse que em 60 dias – ele levou o Alberto, que até me abandonou – terminaria a estrada de ferro que ligaria Teresina, Piripiri, Parnaíba e Luis Correia. Nenhum dormente! Levou o Alberto Silva e os votos do Piauí. E levou, levou...

Palavra; temos de ter palavra, Presidente da República!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de mais dez minutos, pelo tema tão importante e relevante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, dormentes são os que acreditaram na proposta do Governo. Fique certo disso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Exato, Heráclito. Estão lá aqueles Tabuleiros Litorâneos em Guadalupe, para promover o desenvolvimento da agricultura irrigada, mas acontece que a luz, a energia, é a mais cara do mundo, e os agricultores não conseguem competitividade. Então, está um fracasso.

Gilvam Borges, há um hospital universitário. Olha, uma líder do PT que está no céu, na estrela que tinha, Trindade, morreu aqui reivindicando esse hospital. Abriam-no, mas enganaram. É um ambulatório, onde não se interna doente e onde se fazem apenas umas “consultinhas”.

Hospital Pronto Socorro de Teresina. Heráclito Fortes foi Prefeito de Teresina e o iniciou, por volta dos anos 1989, 1990.

Firmino Filho, extraordinário prefeito, concluiu o hospital. Faltam os convênios federais para manutenção. O Presidente Lula da Silva foi lá – o Governo é do PT –, prometeu, Senador Heráclito, e o hospital com que V. Ex^a sonhou está fechado por falta de compromisso da Presidência, o pronto-socorro municipal.

Ponte sobre o rio Poti. Senador César Borges, falo com V. Ex^a, que é engenheiro. Era uma ponte para comemorar os 150 anos de Teresina. Teresina, construída pelo baiano Saraiva; Teresina, no coração do Piauí! Teresina já fez 154 anos e está lá o esqueleto da ponte.

Senador César Borges, olhe para cá.

Senador Heráclito Fortes, eu fiz, no mesmo rio Poti, uma ponte em 87 dias; V. Ex^a fez uma em 100 dias. Eu, brincando, contratei para 90 dias; e o cabra, com medo de eu não pagar, fez em 87. Mas é a mesma coisa! V. Ex^a me inspirou. Foi uma competição pelo progresso de Teresina que eu fiz com V. Ex^a. A ponte era para comemorar os 150 anos, mas Teresina já vai fazer 155 anos! E o esqueleto da ponte está lá... Maior e mais forte que o esqueleto é a mentira que este Governo representa, enganando o povo! Está lá...

O Piauí é a solução, Presidente Lula! Nós temos 11 milhões de hectares de cerrado. Em um dia só, eu fiz chegar lá 300 famílias, a Cotrirosa, a Bunge... Agora não podem produzir porque não há estrada; a Transcarrado está pior do que eu deixei, quando a iniciei. Prometeu, não tinha.

Senador César Borges, a carcinicultura que iniciamos no Nordeste no nosso Governo. Quando deixei o Piauí, a pauta era igual à da carnaúba: mais de US\$20 milhões. Baixou para US\$3 milhões em razão dessas loucuras e da intervenção do Ibama, que chegou lá e multou todo mundo. Os empresários estão mortos, porque este Governo só sabe aumentar a carga de impostos. Essa é a preocupação.

Senador Heráclito, no passado, as pessoas nos gozavam, dizendo que a bandeira do Piauí era um couro de bode. Agora, o bode está desvalorizado, assim como o carneiro e o gado. Por quê? Porque não houve vacinação. Então, só pode ser comercializado lá. Vende-se um boi ou uma vaca de R\$600,00 pela

metade do preço, porque o Governo do Presidente da República fracassou na política sanitária.

Então, o que pediríamos agora, já que falamos tanto em Deus? Senador Gilvam, o Amapá hoje se engrandece, pois conta com o Presidente Sarney; com o nosso amigo, exemplo maior da ciência médica, Senador Papaléo, que faz da Medicina a mais humana das ciências; e também com V. Ex^a, na Presidência. Aproveitando a generosidade de V. Ex^a, vou gastar o que resta do meu tempo para abrir o Livro de Deus e pedir ao Presidente da República, em nome dos piauienses que sempre aplaudiram e acreditaram no seu nome, que conclua as nossas obras inacabadas. Está escrito no Livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Lembro o General Oregon, mexicano, que disse: “Eu prefiro um adversário que me leve à verdade a um aliado puxa-saco e mentiroso, que só me leve à ilusão”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a ainda tem mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esses cinco minutos eu ofereço ao que há de melhor no Piauí, outro bravo Senador, que vai clamar pela verdade.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a nunca foi de correr de tribuna. Por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Se V. Ex^a quer, vamos prosseguir.

Gilvam Borges, agora V. Ex^a me deu uma oportunidade. Nós estamos aqui, Senador, pela democracia. Aprenda e chame para aprender todos esses Senadores que estão ausentes. Na democracia, que nasceu em Atenas, o povo era chamado a participar a cada instante. Assim, Senador Jarbas Vasconcelos, em Atenas, o povo era chamado. Por exemplo, o chamamento mais simples era para pessoas que não serviam – como aqueles políticos daqueles mensalões cultivados pela corrupção do PT, que transformou um mar de corrupção num oceano de corrupção. Quando queriam colocar alguém para fora, como não tinham máquina eletrônica nem papel, eles iam buscar uma ostra. Era o voto. Quando a ostra era do tamanho de uma montanha, aquele indivíduo era posto para fora. Já no nascedouro da democracia, expulsavam-se os corruptos e os maus elementos. Aqui, na nossa democracia cara, os maus elementos voltaram a este Congresso, e todos eles mais poderosos.

Mas é isto que quero dizer: no aperfeiçoamento da democracia, para acabar com a fase de *L'État, c'est moi*, uma inteligência, Montesquieu, dividiu o poder. E os poderes tinham que ser harmônicos e iguais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, em socorro aos taquígrafos, em homenagem a eles, traduza, porque a dificuldade que eles terão... E o Regimento não permite...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Montesquieu dividiu esse poder, mas eu daria ao Presidente Lula da Silva o ensinamento de outro francês, Mitterrand, que, no final de sua existência, escreveu um livro. E ele, Líder Jarbas, não podendo mais escrever, chamou um colega seu, companheiro e amigo, do Prêmio Nobel de Literatura. Lá está escrito que Mitterrand – que tentou várias vezes a Presidência, que a exerceu por sete anos, que se reelegeu –, no final de sua vida, com câncer, deu um grande ensinamento que passo ao meu PMDB e ao Presidente Lula da Silva, como um presente maior e contribuição a esse Governo. Faço minhas as palavras de Mitterrand, que disse que, se voltasse, faria tudo para fortalecer os contrapoderes.

Aí é que repousa a democracia: em fortalecer os contra-poderes. Que o Judiciário volte a ser como imaginou Aristóteles: “Que a coroa da Justiça brilhe mais do que a dos reis e esteja mais alta do que a dos santos”.

E o Legislativo? Que fizesse leis boas, inspiradas nas leis de Deus. Não é o que vemos hoje. Hoje, este Poder Legislativo não faz leis; este Poder se acocora; este Poder é dependente.

Como o povo não podia ser chamado a cada instante, criaram-se os partidos, e o partido é o povo. E, nesta nossa Pátria, um dos partidos que mais contribuíram com a história da democracia foi o meu, o PMDB. Estamos nessa luta, onde o PMDB é fundamental.

Senador Jarbas, de uma coisa eu sei: o Presidente da República, Lula da Silva, muito inteligente, vê que não pode continuar ancorado no PT, porque esse partido está putrefeito! Está aí o livro de Roberto Jefferson, que passei para o Jarbas. Está putrefeito! Está lá. Por que ele não processa o homem, pelas acusações, pelas citações?

Então, ele quer buscar um partido saneado, saneado pela memória, pela luta de Ulysses, encantado no fundo do mar, e de Teotônio, moribundo de câncer, no sentido de se pregar a redemocratização de Tancredo, que se imolou, de Juscelino, de milhares de cassados aqui, de Marcos Freire, do seu Nordeste, de Pernambuco, do nosso Ramez Tebet! Esse PMDB está aí, esse PMDB que queremos ter como salvaguarda da democracia! Entendemos que o Presidente Lula...

E ninguém vai agredir os fatos. Apreendi isso com o ensinamento de Petrônio Portella. Entendemos que ele é o Presidente da República, ganhou com as regras que estão aí, mas ele não me fez acreditar no seu Governo quando o País todo viu aquilo que foi, sem

dúvida alguma, uma das páginas mais bem escritas da situação real e do porvir do Brasil, escrita pelo Senador Jarbas em seu último pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, sei que V. Ex^a agora que vai terminar e vou lhe dar mais dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PFL – PI) – Vamos encerrar, dizendo que estamos nessa luta da democracia e vamos fortalecer o PMDB, porque acho que o PMDB tem a sua missão histórica com o povo e com a democracia.

Quero, nestes dez minutos que roubo da sua noite, convidá-lo à reflexão, para que V. Ex^a analise e liberte o PMDB, porque escolheremos o nosso Presidente, não o Presidente da República Lula. Nosso Presidente é Michel Temer. Nós crescemos pela figura ímpar de um Presidente constitucionalista que é o nosso Michel Temer. Se esse PMDB cresceu, foi porque Michel Temer o levou às bases, fazendo as prévias. Se esse PMDB é acreditado, é porque a vida de Michel Temer, nosso comandante, de quem nos orgulhamos, é acreditado. Ele é um constitucionalista! Ele é um professor da Constituição, amante do Direito e da Justiça! A ele foi oferecido, como foi oferecido a Rui Barbosa, um Ministério; e ele, incorporando o espírito de Rui Barbosa, respondeu que não queria um Ministério, lembrando a célebre frase de Rui Barbosa de que “não trocaria a trouxa de suas convicções por um Ministério”. Vamos engrandecer a democracia com a eleição de Michel Temer, o melhor Presidente de sua história!

Nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a ainda dispõe de nove minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas agradeço, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador César Borges e, em seguida, como Líder do PFL, ao Senador José Agripino. Logo após, falará o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

Senador César Borges, V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a Bahia foi contemplada com a visita do atual Ministro da Integração Nacional, o Sr. Pedro Brito. Para quem não o

conhece, o Sr. Pedro Brito trabalhava com o ex-Ministro Ciro Gomes e tem sido o Ministro interino, porque todos comentam que essa Pasta está sendo disputada pelo PMDB e deverá ter como futuro Ministro um Deputado do PMDB.

Pois bem, o Sr. Pedro Brito, que é Ministro interino da Integração Nacional, foi hoje à Bahia e reuniu-se com o Governador Jaques Wagner e lá fez anúncios de investimentos que o Governo Federal pretende fazer na área de infra-estrutura hídrica, nos próximos quatro anos deste mandato do Presidente Lula. São investimentos grandiosos, que estão descritos numa página do Ministério da Integração Nacional.

O Ministro coloca nesse informativo que, na sua visita, o Governo Federal de compromete a investir R\$693 milhões em sistema de abastecimento de água, em projeto de irrigação e na recuperação do rio São Francisco.

Seria muito bom se isso fosse verdade. Estaremos atentos aqui, no Senado Federal, para cobrar esses números de investimentos anunciados pelo Ministro interino da Integração Nacional, porque, na verdade, o que o Ministro foi fazer na Bahia está dito no terceiro parágrafo deste documento, que diz: “Pedro Brito apresentou também as linhas principais do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco com o Nordeste Setentrional, o chamado Projeto São Francisco”.

No fundo, o que o Governo quer realizar é uma obra em que se pretende gastar R\$4,9 bilhões para o malfadado projeto de transposição, cujos resultados, na ponta da linha, ao final, não sabemos exatamente quais são.

É um projeto sem pé nem cabeça.

Sou plenamente solidário com as populações nordestinas que estejam no nosso semi-árido, que começa no Ceará e vai até o sudoeste do Estado da Bahia. O semi-árido nordestino é muito amplo, contempla Estados que merecem recursos hídricos, como o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, mas não podemos esquecer o semi-árido baiano, o alagoano, o sergipano, o pernambucano e o piauiense também.

Então, esse projeto visa apenas gastar recursos federais sem os resultados almejados. Entretanto, está lá na Bahia o Ministro interino Pedro Brito, que não se sabe até quando ficará no Ministério, porque esse Ministério está na pauta de negociações do Presidente da República, que o está loteando, não pela competência, não pelo passado, não pela folha corrida de serviços prestados, não porque vai indicar técnico de renomeado conhecimento nas questões a serem tratadas na especificidade de cada Ministério. Não, a negociação

é meramente partidária. Os nomes não guardam relação entre o conhecimento técnico e o Ministério, muito menos com o passado daqueles que vão ser indicados ou não para os Ministérios.

A Nação espera, decorridos aproximadamente dois meses e cinco dias deste mandato do Presidente Lula – e olha que ele teve um período, após o 2º Turno, em que poderia ter definido o Ministério –, que ele escolha nomes à altura dos desafios que o Brasil experimenta em todas as áreas.

Entretanto, o Ministro Interino Pedro Brito, no final provavelmente da sua ação ministerial, porque ele não vai ficar, todos sabem que esse Ministério da Integração Nacional está no rol dos ministérios negociáveis, foi à Bahia fazer um anúncio, que ele sabe que não poderá cumprir, e disse inverdades inacreditáveis. Por exemplo, ele disse: “... o Ministério da Integração Nacional está implantando o Sistema Adutor do Feijão, localizado no Município de Irecê, com 377 quilômetros de extensão”.

Ora, acredito que a população de Irecê esteja nos ouvindo neste momento, assim como muitos baianos e brasileiros. Não existe nada sendo implantado na região de Irecê pelo Ministério da Integração Nacional. A Adutora do Feijão, uma obra importantíssima, foi realizada no ano de 1993, 1994; foi inaugurada pelo Governador da época, o hoje Senador Antonio Carlos Magalhães, enquanto eu era, à época, seu Secretário de Saneamento. Essa obra foi implantada naquele ano, inaugurada, levando água doce de qualidade e em quantidade suficiente para toda a região do feijão na Bahia, a região do Irecê.

E vem dizer, depois de dez anos – mais de dez anos –, que o Ministério da Integração Nacional é responsável pela implantação do Sistema Adutor do Feijão. Isso é de uma irresponsabilidade, de um desconhecimento, de má-fé totalmente inaceitáveis.

Então, na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro interino Pedro Brito, que não vai ficar no Ministério, e todos sabem disso, foi para lá cooptar, como tem conseguido, o Governador Jaques Wagner, para que ele abrace o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, traindo uma vontade do povo da Bahia, que exige, antes da transposição, a completa revitalização do rio São Francisco. E o Governador Jaques Wagner, lamentavelmente, inicia o seu Governo colocando como prioridade apoiar um projeto como esse, contra a vontade da maioria absoluta do povo baiano, aceitando um engodo, como foi hoje essa visita do Ministro interino Pedro Brito.

Se essas obras fossem realizadas e houvesse a possibilidade de realização, nós até aplaudiríamos. Aqui diz que ele terá recursos para o projeto de Irriga-

ção do Salitre na cidade de Juazeiro, para o projeto de irrigação do Baixio de Irecê. Nós queremos ver, eu vou aplaudir quando verificar essas obras retomadas, porque elas estão paralisadas, Sr^{as} e Srs. Senadores, praticamente durante quatro anos do Governo Lula. Essas obras não foram tocadas porque, no Orçamento da União, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, que está sentado, agora, à Mesa Diretora, juntamente com o Presidente Renan Calheiros, não existe alocação desses recursos. O Governo Federal acaba de contingenciar R\$16 milhões de um total de investimento de R\$22 milhões. Aqui fala que, nos próximos quatro anos, serão R\$700 milhões. Ou seja, esses valores são mais que o dobro do que ele disse ter investido – e que não o foi nos últimos quatro anos, porque todos os projetos estão paralisados. Coloca Municípios baianos localizados nas mesorregiões do Xingó... Eu queria saber que mesorregião é essa, porque não é da Bahia! Acredito que seja mais de Alagoas e de Sergipe. E incluem realizações como esta que acabei de citar: a do Sistema Adutor do Feijão. Então, é contra isso que queremos protestar.

Vai o Ministro Pedro Brito ao Nordeste brasileiro, à minha Bahia, e não anuncia a recriação da Sudene, que já foi aprovada por lei. Está aprovada em lei e foi, inclusive, motivo de vetos que podaram o projeto, que manietaram um projeto tão discutido nesta Casa, o Senado Federal, e na Câmara dos Deputados.

Onde está a promessa do Presidente Lula, abraçando a Sudene, como fez na campanha do seu primeiro mandato, no ano de 2002, de que recriaria a Sudene para combater as desigualdades regionais? Não o fez!

E quando esta Casa aprova o projeto de recriação da Sudene, ele veta importantes artigos que garantiriam recursos para que a Sudene pudesse retomar o seu papel de órgão planejador de agência de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, ampliando a nossa economia e fazendo com que se diminua o *gap* entre o Nordeste e as outras Regiões brasileiras.

Hoje, mais uma vez, o Governo Federal pretende transformar o projeto da transposição em sua obra faraônica, na megalomania de um Governo que pretende gastar R\$4,6 bilhões com obras de transposição. Diz que aplicará na Bahia R\$693 milhões. Deus sabe quando aplicará esses recursos. Tenho certeza de que não irá aplicá-los.

Vamos ficar atentos, Sr. Presidente, para fazer essas cobranças, inclusive agora que são oficiais, pois estão incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Não tenho a menor dúvida em afirmar: é um engodo. Esse programa não será realizado porque o Governo Federal não dispõe de recursos no Orça-

mento da União para realizar as obras que aqui estão e que são importantíssimas para todas as Regiões brasileiras, em particular para o Nordeste.

É o nosso papel cobrar. Vamos cobrar permanentemente deste Governo, que, lamentavelmente, não tem atendido a Região que mais necessita no País: a Região Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Agripino.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Senador César Borges, estava ouvindo-o falar e V. Ex^a se referia à credibilidade da palavra de governante. Cheguei ontem à tardinha do meu Estado. Fui a Natal, a Mossoró, reuni-me com muita gente de várias regiões, mas fui a minha cidade, a cidade onde nasci, onde morei durante a minha infância, que é Mossoró, participar de inaugurações de obras realizadas pela prefeita Fátima Rosado e aproveitei para conhecer a grande novidade de Mossoró. Senador Mão Santa, Mossoró está maior do que a sua Parnaíba, está importante.

Fui visitar o **campus** universitário da nova universidade, da UnP, construída numa área nova de Mossoró e fui visitar as obras de um *shopping center*, não pelo *shopping*, que é enorme, mas pelos empregos que estava enxergando que iam nascer naquele *shopping center*. E quando cheguei à área da Universidade, que é vizinha ao *shopping*, no panorama que se descortinava à minha frente, pude enxergar uma pequena elevação, que é a serra Mossoró, com a sua torre da Embratel, que na minha infância significou sempre um referencial geográfico numa área plana, muito plana.

Ao lado da serra Mossoró está um empreendimento chamado Maisa – Mossoró Agroindustrial S/A –, pioneiro no Nordeste na produção de fruta. Quem inventou exportar melão para todo o mundo foi a Maisa. Quem inventou perfurar poço profundo e fazer irrigação de alta tecnologia no Nordeste – não digo no Rio Grande do Norte – foi a Maisa.

A Maisa foi desapropriada. Ela foi pioneira, passou por momentos de bonança e de dificuldades. Era um patrimônio formidável, com uma vila com centro

de saúde, prefeitura, fábrica, conselho administrativo, magnífico plantio de cajueiro, centenas de hectares de melão irrigado, uma maravilha, visitado por vários Presidentes de República. Pois muito bem. A Maisa foi desapropriada pelo Presidente Lula por entender que, talvez, fosse terra improdutivo. Durante a safra, eram empregadas lá, seguramente, pelo menos duas mil pessoas na parte agrícola.

Ouçam Senador Renan Calheiros, nordestino como eu, Presidente do Senado, Senador Eduardo Suplicy, do PT pelo Estado de São Paulo, Senador Papaléo Paes, do Amapá, Senador Heráclito Fortes, meu conterrâneo do Nordeste, do Piauí, trecho do discurso. Eu me dei ao trabalho porque quero fazer uma apreciação sobre um fato que muito me preocupa: a questão da reforma agrária, o Estado de direito, a imagem do País lá fora, o bem-estar das pessoas, do trabalhador rural sofrido. Desejei que aquilo que Lula falou acontecesse, mas quero fazer uma constatação. O Presidente Lula, no dia em que foi assinar o ato de desapropriação da Maisa, disse, entre outras coisas:

“Eu falei para o Miguel Rosseto: Vamos juntar com a Contag, com o Movimento Sem-Terra, com os sindicatos, e vamos começar a pensar um outro jeito de fazer assentamento, para que as pessoas possam ter a terra e tirar dela a dignidade para si e para a sua família.”

É tudo que eu quero. Identifiquei-me com o Presidente Lula naquele momento. Eu não estava lá, mas era tudo o que eu queria.

Lá para frente ele diz: “Por isso, quero dizer a todos vocês: o professor Maurício, que veio no avião me explicando o projeto, eu quero dizer aqui para você, Maurício, e para vocês: contem, hoje, dia 20 de dezembro de 2003”. Dezembro de 2003, foi quando ele esteve lá.

“Pois bem, daqui a dois anos, no dia 20 de dezembro de 2005” – já passou um bocado de tempo, estamos já em 2007 – “eu vou dar dois anos de ‘colher de chá’ para você, Maurício” – está aqui, dito por Lula – “daqui a dois anos, podem marcar na caderneta de vocês: no dia 20 de dezembro de 2005, eu estarei de volta aqui, para ver como é que anda esse assentamento. Para ver o que nós fizemos de certo, o que nós fizemos de errado. Porque nós precisamos atingir a perfeição nesses assentamentos, para que a gente possa, inclusive, mostrar ao mundo que tipo de reforma agrária que nós vamos fazer no nosso governo”.

Mostrar ao mundo, Senador Papaléo – o mundo de Bush, que vai chegar aqui agora. Queria que ele dissesse a Bush como é que está a Maisa. O Presidente Bush vai chegar agora e ele quer mostrar ao

mondo. Que mostre a Bush o que ele conseguiu com a Maisa.

E disse: “Não é apenas dar um pedacinho de terra e um pouquinho de caatinga para o trabalhador, não. Isso a gente já está cansado.”

Palmas para o Presidente Lula. Isto que é discurso: bacana, forte. Agora, papel agüenta tudo.

Aí, enxerguei a serra Mossoró e fiquei imaginando como é que está a Maisa. Queria que o Presidente Lula voltasse lá amanhã.

Presidente Renan, a Maisa tinha dezenas de poços profundos e, em cada um deles, uma bomba de alta capacidade, submersa, que puxava a água mineral para irrigar o melão. Não tem mais nenhuma bomba, está tudo destruído. Aqueles que foram assentados cuidaram de tirar as bombas, destroçá-las e vendê-las.

Senador Papaléo, eu queria que V. Ex^a fosse lá para ver os transformadores. As pessoas que foram assentadas lá, por necessidade de sobrevivência – porque a eles não foi ensinado nada do que está dito aqui, no discurso –, foram obrigadas a abrir os transformadores e a vender o cobre que estava dentro. Destroçaram! Sabem de que vivem as pessoas que moram lá, pobres conterrâneos meus, nossos, nordestinos? Vivem do Bolsa-Família. Não se planta um pé de couve.

Não tem melão nenhum, não tem fruta nenhuma, não tem castanha de caju, não tem nada!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus estar na Presidência, Senador Renato Casagrande, o nosso Renan Calheiros. Eu vi esse quadro. V. Ex^a, vamos dizer, está descrevendo o quadro como Euclides da Cunha descreveu “Os Sertões”. Quando Governador do Piauí, visitei...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vários Governadores foram lá. V. Ex^a foi um deles sim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Havia até prefeito, hospital, Papaléo! A primeira instituição séria de agricultura.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pioneira na irrigação, modelar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu sonhei, e não consegui, que ela fosse para o Piauí tomar conta daqueles tabuleiros tão parados de Litorânia e Guadalupe. V. Ex^a descreve com toda a realidade. É isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma tristeza!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, Presidente Renan, os franceses dizem que do trono ao cadafalso

é um passo. O Lula, do banco onde está, com as pernas da corrupção, do desperdício, da incompetência e da sonegação... A história se repete, é um passo! Isso retrata o desapareço ao Nordeste! Aí, vem a Sudene e essas coisas enroladas todas! Era o maior exemplo e esperança para salvar o Nordeste, a Maisa. V. Ex^a está descrevendo, com muita sabedoria, aquele quadro que era a esperança do Nordeste produtor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, as pessoas lá – e V. Ex^a pôde constatar como Governador – viviam do emprego. Elas ganhavam dinheiro com decência e dignidade. Hoje, as pessoas que estão lá vivem do Bolsa-Família.

Senador Renan, as pessoas estariam ali se aquilo que o Presidente Lula disse, no discurso, tivesse acontecido, ou seja, ensinar a eles uma atividade e dar-lhes a condição de produzir, porque estavam, como diz no discurso, perto de um centro de consumo. Havia ali escola de boa qualidade e por isso ele desapropriou. Terra boa, a melhor terra do Nordeste, perto de uma cidade com toda infra-estrutura e condição. Se fosse operado pelo Governo aquilo que o Presidente Lula anunciou e vendeu ao Brasil, as pessoas dali estariam prósperas e não aconteceria o que está aqui na manchete do jornal de sexta-feira, do meu Estado: “Maisa não desperta compradores”. Não é comprador do projeto, Senador Papaléo, mas da fábrica de castanha, de poços que estão ali.

A fábrica de castanha seria comprada, gostosamente, por alguém, se os assentados estivessem produzindo e recolhendo a castanha, porque teriam a quem vender. Se ninguém se interessa pela fábrica é porque o projeto está completamente falido. Ninguém se interessou por fazer nenhuma proposta de leilão, nada, com relação ao patrimônio que ficou livre da desapropriação. Essa é a demonstração cabal do estado de falência. A Maisa, Senador Renan, é um exemplo. O que acontece na sua Alagoas acontece no meu Rio Grande do Norte.

Sexta-feira, a BR-101 foi interrompida, na altura de Canguaretama, por um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que queria lonas e dinheiro para vir a um movimento em Brasília.

Na sua Alagoas, acontece o que ocorre no meu Rio Grande do Norte: cada vez que os assentados recebem rolos de arame farpado, semente ou defensivo, na feira de João Câmara, próximo ao assentamento, o preço do rolo do arame farpado cai pela metade, porque, ao invés de aplicarem, eles vendem. Vendem por quê? Porque não são orientados, porque o órgão do Governo não acompanha, porque a Reforma Agrária de Lula é isso. Para mim, Senador Heráclito Fortes, Reforma Agrária não é estatística de assentamento. Para

mim, Reforma Agrária é estatística de emancipação, terra entregue, financiamento concedido, condições dadas, família emancipada. Cadê a manifestação do Governo com relação aos projetos de Reforma Agrária de emancipação!?

Ouçó, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes, nordestino como eu, que deve ter uma boa contribuição a este modesto pronunciamento que faço nesta tarde de segunda-feira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, eu não tinha mandato, mas já pensava em um dia tê-lo – sempre foi meu sonho. V. Ex^a não tinha mandato, era engenheiro pensando em construir o mundo por meio de concreto. O Projeto Maisa começou exatamente no Rio Grande do Norte. Lembro como se fosse hoje. Eu tinha um irmão que foi alto funcionário do Banco do Brasil, um dos subdiretores da Genor – Gerência do Norte e Nordeste, e um dos responsáveis pelo acompanhamento daquele projeto. Meu irmão já não é vivo, mas me lembro da maneira entusiasmada, de seu encantamento ao fiscalizar aquelas obras por diversas vezes. A parte de fruticultura do Projeto Maisa era talvez o grande objetivo do Sr. Geraldo Rola, um empresário nordestino muito conhecido e respeitado. O Brasil inteiro, naquela época, tinha bastante esperança porque era a primeira vez que, de maneira concreta, o Nordeste quebrava a hegemonia do Sul maravilha com plantios efetivos. Antes de Petrolina! Vamos ser claros, Petrolina era incipiente e a Maisa já era uma realidade. A primeira barreira encontrada foi exatamente quando o projeto começou a sofrer boicote de setores do governo que, naquela época, era hegemonicamente sulista, paulista. O boicote começou a vir por parte... Na época, lembro-me claramente de uma multinacional famosa que queria adquirir aquele projeto, Deus sabe a que ponto. Os nordestinos reagiram, o Projeto Maisa reagiu e pagou o preço. Dali para cá, o projeto desandou e é lamentável que a decisão do Presidente Lula tenha sido de optar pela reforma agrária e não pela recuperação do projeto. Seria uma maneira de fazer reforma, de recuperar... Fazer uma cooperativa, quem sabe! Fazer uma administração. Chamava o Lorenzetti. O Lorenzetti não foi quebrar aquela cooperativa do interior do Pará? Só que a cooperativa do interior do Pará era uma cooperativa virtual. O potencial patrimonial do Projeto Maisa era uma coisa até então crível. E, como bem disse V. Ex^a, só faltavam alguns reajustes de natureza técnica. Solidarizo-me com V. Ex^a pela oportunidade e parabênizo o povo do Rio Grande do Norte por V. Ex^a, como nordestino, ocupar a tribuna para tratar desse assunto. Acho que a nossa missão é cumprida, quando se vem a esta Casa trazer assuntos dessa natureza. E espero

que o Presidente da República leve a sério os compromissos que assumiu em praça pública. Já basta o Rio Grande do Norte a favor da transposição do rio São Francisco, e Sergipe contra a transposição do rio São Francisco em plena campanha eleitoral. O que está se fazendo com a Maisa é um crime, e V. Ex^a cumpre muito bem o seu dever em alertar a Nação para isso. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É nada mais, nada menos, o que estou procurando fazer, Senador Heráclito: alertar o País para isso. Veja bem, Senador Heráclito, o Presidente da República – e vou repetir, até porque é curto – disse, com toda ênfase:

...porque nós precisamos atingir a perfeição nesses assentamentos [a perfeição] para que a gente possa inclusive mostrar ao mundo que o tipo de reforma agrária que nós vamos fazer, no nosso Governo, não é apenas dar um pedacinho de terra e um pouquinho de caatinga para o trabalhador, não. Disso, a gente já está cansado.

Senador Mão Santa, eu gostaria muito de que a reforma agrária que o Governo do Presidente Lula anunciava tivesse acontecido. Era fazer a reforma agrária, Senador César Borges – e já lhe concedo o aparte – em terra de boa qualidade, como eles diziam, com infra-estrutura, energia elétrica, estrada de acesso e água, perto de centro consumidor ou de ponto de exportação. Era aí que ele queria, era o ponto de inflexão, era a grande novidade. Perfeito. A empresa privada tinha conseguido viabilizar isso antes. Mas o Presidente Lula desejava fazer uma inflexão.

Aquilo que a empresa privada fez, ele, Governo, iria dar aos pobres, e fez isso com a Maisa e com os outros. Em que deu? Deu em transformador com miolo aberto, deu em bomba saqueada, deu em acampamento ao lado de acampamento, com pessoas que vivem do Bolsa Família. Aquilo que se ofereceu – futuro – está-se trocando por esmola. É isso que queremos?

Posso eu, Senador Mão Santa e Senador Heráclito Fortes, ficar calado, quando no me Estado corta-se a perspectiva de crescimento de uma família, que tinha o direito de pensar em uma perspectiva de futuro, que sonhou com o Presidente da República e até votou nele, o qual lhe prometeu um eldorado e, ao invés de perspectiva de futuro, lhe chega agora com a esmola do Bolsa Família? Podemos nós ficar calados diante dessa dura realidade? Não. Eu não, eu não, Senador Mão Santa, eu não.

Cobrarei o tempo todo, com argumentos, com a palavra sincera, o cumprimento da palavra. Prometeu, cumpriu. Ajoelhou, tem que rezar. Lula ajoelhou na Maisa, ajoelhou. Tem que rezar para o Brasil inteiro, mostrando qual é a reforma agrária que ele quer. Ou

se ele quer passar para o mundo apenas a insegurança jurídica da permissão gratuita das invasões que denigrem a imagem da propriedade privada no Brasil, que ainda gera milhares de empregos no Brasil; ainda, graças a Deus!

Ouçõ, com muito prazer, o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador José Agripino, faço o aparte porque conheci o Projeto Maisa. À época, Vice-Governador do Estado da Bahia, lá fui levado pelos seus dirigentes, porque estávamos coordenando um projeto para dar sustentabilidade econômica ao semi-árido, porque o semi-árido necessita não de combater a seca; temos que conviver com a seca e dar sustentabilidade econômica ao semi-árido nordestino. Isso a Maisa fazia muito bem, aplicando tecnologia de ponta, como V. Ex^a já falou dos poços profundos. Eu tive oportunidade de ver uma massa de trabalhadoras na fábrica de castanhas, que compravam em todo o semi-árido nordestino – não era apenas no Rio Grande do Norte. Saíam para comprar castanha de caju também no Estado da Bahia. Era um grande mercado, gerando emprego e renda em todo o Nordeste. Era mão-de-obra feminina trabalhando, porque selecionava as castanhas para exportação. O melão também. Linhas diretas de exportação viabilizadas pela Maisa a partir do Rio Grande do Norte. Quer dizer, algo que dá, realmente, gosto de se ver, porque é a sustentabilidade econômica permanente de milhares de empregos. Falta apoio governamental, como disse bem V. Ex^a, pelo engodo da reforma agrária, que não sai porque o que se cria no Brasil, com a reforma agrária atual, são guetos rurais, favelas rurais, porque não se dá a possibilidade da sustentabilidade econômica, que vem com tecnologia, vem com crédito, com assistência técnica, coisa com que o Governo não se preocupa. Agora, quero dizer, para ilustrar um pouco o seu pronunciamento, que, enquanto o Governo não está fazendo a verdadeira e necessária reforma agrária, a Câmara aprova agora uma medida provisória, que tanto detestamos, encaminhada pelo Executivo, de R\$20 milhões do Orçamento para a reforma agrária no país comandado por Evo Morales. No fim da sessão, sem muito alarde, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 354, editada em 22 de janeiro, aprovando a remessa de R\$20 milhões arrecadados do contribuinte brasileiro para fazer reforma agrária na Bolívia. Na justificativa da medida, assinada pelo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, lê-se que seu propósito é prestar assistência à implantação da política fundiária de reforma agrária do Governo boliviano. O dinheiro a ser enviado ao país vizinho é semelhante ao orçado para todo este ano no Progra-

ma de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido para o Nordeste. Veja V. Ex^a onde é que estamos! Se não deu exemplo para o mundo, quer dar exemplo para Evo Morales. Coitado de Evo Morales se a reforma agrária que ele pretende fazer na Bolívia for essa pretendida pelo Governo brasileiro e que vemos hoje no nosso campo. Além de trazer inquietação, tal reforma não proporciona solução alguma para os nossos assentados. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concede-me V. Ex^a um outro aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concedo outro aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aproveitando essa deixa do Evo Morales, esse pobre coitadinho, registro que os jornais de hoje se referem a sua viagem ao Japão, à Ásia em um recém-comprado avião da *British Aerospace* para 80 passageiros. É a febre do Aerolula. O Brasil empresta R\$20 milhões, e ele compra um avião quadrimotor – não sei que avião é. Pelo que estou percebendo, Senador José Agripino, maior perito de todos nós em aviação, deve ser aquele *Aerospace* que o Príncipe Charles, certa vez, ao andar pelo Brasil e pela América do Sul, tentou empurrar para nós, mas não deu certo. Não deve ser um avião novo, mas, de qualquer maneira, é um avião de 80 lugares, comprado pelo cidadão cujo país recebe agora essa ajuda para fazer reforma agrária. Durma-se com um barulho desse! Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadores Heráclito Fortes e César Borges, quanto a essa questão da MP que chegará, vamos discutir mais à frente. Deixe-a chegar. Vamos ouvir os argumentos de um lado e do outro e votaremos para aprovar, ou para rejeitar.

Senador César Borges, V. Ex^a esteve lá como Vice-Governador, assim como o Senador Mão Santa esteve como Governador. Lembra-se daquela fábrica de castanha e daquele formigueiro de moças vestidas de branco, que trabalhavam usando uma touca branca? Eram dezenas, centenas. Eram centenas as que trabalhavam na fábrica e as que trabalhavam no campo, na produção de melão – com a colheita manual, a lavagem, o enceramento, o encaixotamento e a exportação. Era uma festa.

A Maisa foi um grande centro experimental. Lá, até tâmaras se experimentaram produzir – acerola, pimenta, todo tipo de fruteira. Era um campo experimental, custo zero para o Governo, elaborado pela iniciativa

privada, desejosa de êxito no Nordeste. Aquela fábrica de castanhas hoje está quase em ruínas. Ela foi posta em leilão para ser vendida e ninguém se interessou. Por quê? Os pés de caju continuam lá; uns morreram, outros não. A castanha continua lá – suponho que sim. Todavia, não há lá mais ninguém interessado, seguramente, em comprar para fazer a fábrica funcionar. Por isso, a fábrica não interessa a ninguém.

É esta a reforma agrária de Lula: transformou um eldorado da iniciativa privada, uma coisa exemplar numa vergonha para o meu Estado. Esta manchete é vergonha para o meu Estado: “Maisa não desperta compradores”. Ninguém quer comprar a fábrica da Maisa; muito menos o centro administrativo. Nada. Aquilo que foi um eldorado, o Governo Lula, que prometeu mostrar ao mundo como exemplo de êxito, transformou numa vergonha para o nosso Rio Grande do Norte.

Ouçõ com muito prazer o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Agripino Maia, sou um dos próximos oradores e justamente me programei para falar sobre a reforma agrária, inclusive para assinalar e comentar um artigo do Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, publicado ontem na **Folha** e que fala dos avanços obtidos. Conversei há pouco com o Ministro Guilherme Cassel, com o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, mencionando o pronunciamento de V. Ex^a. Eu quero, primeiro, lhe transmitir que cada um desses assentamentos feitos com o propósito de realizar a reforma agrária deve ser visto como um processo, no qual os agricultores assentados normalmente passam a ter a devida assistência de crédito, de moradia e de treinamento. Não é de um dia para o outro que as coisas se transformam. Bem ouvi V. Ex^a dizer que o assentamento ali se deu ao final de 2003, e V. Ex^a assinalou as palavras do Presidente Lula. Eu, pessoalmente, já estive em Mossoró, mas não no assentamento Maisa. Diante do que V. Ex^a assinalou, e que considero importante, senti vontade de conhecer pessoalmente o assentamento Maisa e propus ao Presidente do Incra, se possível, ir lá um dia com ele verificar o que pode ser feito, se ainda houver problemas não sanados para que possam ser corrigidos. E, nesse sentido, seria importante a presença de V. Ex^a também para dar sugestões de melhorias. V. Ex^a muito bem sabe que os diversos processos de assentamento representam um avanço, sejam os realizados no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sejam os realizados nos últimos quatro anos que representam 381.419 famílias assentadas em 32 milhões de hectares, ou seja, uma área maior do que as da Suíça, de Portugal, da Bélgica, da Dinamarca e da Holanda juntas. É propósito do Presidente Lula,

conforme V. Ex^a assinalou, melhorar a qualidade e o volume de produção dos assentamentos. Então, tendo em vista suas críticas, quero aqui me dispor a conhecer de perto o assentamento para fazer uma análise mais pormenorizada desse projeto que é obviamente importante para o seu Estado do Rio Grande do Norte e para todos nós brasileiros.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, que presente V. Ex^a me dá: a intenção de conhecer esse projeto de assentamento! Vá, Senador Suplicy, vá mesmo e me dê esse presente. Vá conhecer o Projeto Maisa e vá ver a realidade do que é. Vá ver aquilo que foi feito com um pedaço do Rio Grande do Norte onde estão, seguramente, as melhores terras do Estado com uma infra-estrutura completa de acesso, de estrada, de água.

Tudo o que não teve, ao que estou seguramente informado, foi ação correta de Governo. Vá, Senador Suplicy, para que V. Ex^a tenha como eu a convicção de que não é em nada importante a estatística de assentados. Não interessa nada. Não interessa nada ao homem do campo que V. Ex^a e eu queremos ver exitoso; interessa a perspectiva de futuro, não a perspectiva de esmola. Interessa a estatística não de famílias assentadas; interessa a estatística pragmática dos assentamentos pragmáticos, aqueles que deram certo, aqueles sobre os quais a política agrária foi aplicada com êxito. O agricultor deixou de ser pobre, deixou de ser miserável para ser dignamente sustentador de sua família. Vá, Senador Suplicy, me dê essa alegria e dê alegria ao povo do Rio Grande do Norte.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente pelos Srs. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, e Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Prorrogo a sessão por mais 30 minutos para que possamos ouvir os demais oradores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, dez minutos são suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Então, darei dez minutos e negociaremos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Serei generoso com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a dispõe de dez minutos com direito a negociação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é uma nota publicada pela Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais. Portanto, meu assunto é ONG, assunto que incomoda a alguns, mas que é de interesse do povo brasileiro.

Diz a nota:

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) vem a público posicionar-se em relação à CPI das ONGs, proposta recentemente pelo Senador Heráclito Fortes. Motivada a partir de um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades no repasse de recursos públicos a entidades da sociedade, com base em uma amostragem de 28 organizações entre os anos de 1999 e 2005, questionamos alguns motivos que provocam a criação da CPI por, dentre outros, três pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, Senador Suplicy, essa veia chavista está tomando conta do Brasil. Uma ONG dá-se ao direito de questionar uma decisão do Senado da República que tem a assinatura de 70 dos 81 Srs. Parlamentares desta Casa!

Não entendo por que a presidência dessa organização – aliás, Senador César Borges, essa entidade possui apenas 280 associados em um universo de mais de 200 mil. Ela própria reconhece na nota – estranha que a base da investigação seja o ano de 2003, onde mostra total desinformação. A base de 2003, escolhida por mim, foi imediatamente com o lado lúcido do PT negociado. Fizemos um acordo, alguns líderes não cumpriram, mas a maioria cumpriu, de reassinarmos no ano atual, não levarmos a cabo a CPI no final do ano passado e incluir fatos anteriores. E estou inclusive esperando que o requerimento chegue às minhas mãos. Já conversei com os Senadores Tião Viana, com o Sibá Machado e estamos apenas aguardando para mantermos o compromisso da palavra empenhada e darmos início às investigações, já que o Senado assim o deseja.

Evidentemente que o pedido inicial era de sessenta dias, e o requerimento do Senador Sibá Machado deverá vir ampliando inicialmente para um período maior, possivelmente de 120 dias.

Lá embaixo, ela diz que "na realidade, a forma como o debate tem sido tratado, mas parece motivado por disputas político-partidárias (...)". O que não é verdade.

Chamo aqui o testemunho de todos os Senadores que tiveram assento nesta Casa no ano passado. Ao contrário, deixamos de instalá-la no ano passado exatamente para não dar conotação política quando várias eram as suspeitas em que os envolvidos participavam do Governo. Familiares do Presidente da

República foram, inclusive, citados nessa CPI; o Sr. Lacerda e por aí afora. Não aceitamos a instalação e fizemos o acordo para que fosse feito neste ano com mais tranquilidade e serenidade.

Depois, Senador José Agripino, eles colocam que "(...) A forma como a CPI tem impulsionado o debate, claramente criminalizadora e generalista em relação às ONGs, tratando-as pejorativamente como se fossem todas iguais, prejudica não apenas o trabalho de entidades sérias (...)."

Ora, é exatamente o contrário. É exatamente isso que estamos querendo e a temática tem sido separar as ONGs más, ruins, que prejudicam, das ONGs boas. Longe do objetivo do autor dessa emenda e dos Senadores que a subscreveram, o objetivo que não seja o de dar melhor transparência ao exercício da atividade e proteger o exercício da boa ONG do exercício da má ONG.

Lembro-me de que, no ano passado, mantive contato com um dirigente da Abong e, num primeiro momento, fiquei positivamente impressionado, porque ele me manifestou preocupação, achou que o caminho certo era exatamente o das investigações, até porque necessário se fazia separar o joio do trigo.

Essa nota pode ter sido motivada por alguma pressão que desconheço. Agora, não se tem o direito de dizer que estamos tomando qualquer tipo de posicionamento, até porque a CPI não começou, não demos ainda nenhuma palavra sobre o rumo tomado, não foram escolhidos nem os membros e nem os dirigentes.

Espero, mais uma vez, Senador Renato Casagrande, que o governo cumpra e honre a tradição desta Casa, que é pertencer a relatoria ou a presidência ao partido do autor do projeto. É a melhor forma para que ela se encaminhe para um entendimento, o que é uma praxe desta Casa. Já tivemos ruptura de acordo dessa natureza aqui e o exemplo não foi dos melhores.

Daí por que eu lamentar a nota da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. E eu gostaria de dizer aos que fazem parte dela que a soberania desta Casa é inatacável. É inaceitável notas dessa natureza. Aliás, é muito mais simples, Senador José Agripino, já que no final ela diz que está aberta ao diálogo. Não está aberta ao diálogo. Se estivesse aberta ao diálogo, teria vindo ao Senado, procurado os Senadores, procurado o autor e trocado palavras sobre esse objetivo. E não soltar essa nota, que a mim não incomoda, a mim não diminui. Ao contrário, está sendo respaldada por 70 Senadores da Casa e, essa é a minha impressão, não no sentido de prejudicar, mas no sentido de aperfeiçoar e de estimular esse sistema. Ouço o Senador José Agripino, como o maior prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, eu queria apoiar vivamente a retomada do assunto que V. Ex^a promove neste momento. V. Ex^a, na legislatura passada, tomou a iniciativa ao final, não abriu mão; apenas reconheceu do ponto de vista prático a impossibilidade de se instalar e concluir os trabalhos. V. Ex^a não quer uma CPI de fogos de artifícios; V. Ex^a quer uma CPI que tenha começo, meio e fim, com conclusões que interessem à lisura na vida pública do Brasil. Não dava tempo o ano passado! Agora, isso não significa nem recuar, nem amofinar; significa refletir. E V. Ex^a refletiu, retomou as assinaturas. Eu, como Líder do nosso Partido, manifesto entusiasticamente a necessidade de essa CPI acontecer, até para não colocar na vala comum todas as Ongs. Há muita Ong que merece o nosso aplauso, muita organização não-governamental – aliás, é a maioria – que trabalha corretamente, que faz um esforço sobre-humano para trazer dinheiro de fora do país. Agora, existem as Ágoras; existem as “Ongs Ágoras”, encarregadas de operar o primeiro emprego e que são flagradas pelo Tribunal de Contas da União na largada do programa. E nós vamos ficar como um grupo de poltrões assistindo à incúria administrativa acontecer? Não! Eu quero saudar, aplaudir e incentivar a sua iniciativa, dizendo que V. Ex^a tem todo o apoio do PFL para que essa CPI aconteça e cumpra o seu dever.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeço. V. Ex^a é testemunha disso. Se quiséssemos fazer carnaval eleitoral, teríamos tido uma oportunidade fantástica!

Sr. Presidente Mão Santa, familiares do Presidente da República foram citados em e-mails – nós os recebemos com esse objetivo –, denunciando Ongs em vários Estados do Brasil. Nós não optamos por esse caminho; nós optamos pelo caminho da serenidade.

A nota diz que o Tribunal de Contas tem os mecanismos suficientes para a apuração. Talvez a Ong não saiba, Senador Mão Santa, que o entrosamento entre o Tribunal de Contas e o Senado da República é perfeito. E ele será consagrado mais ainda a partir de quarta-feira, quando um homem que fez carreira nesta Casa, o Dr. Raimundo Carreiro, tomar posse, depois de indicação unânime dos Senadores da República.

Então, essa questão não tem nenhum sentido e não tem nenhuma razão de ser. Ao contrário, o Tribunal de Contas da União, senhores membros da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, sente-se limitado em seu poder de investigação até mesmo por limitações financeiras, por conta dos contingenciamentos usuais por parte do Governo Federal. Portanto, quero fazer esse registro e dizer aos senhores da Associação Brasileira de Organizações

Não Governamentais que nós, sim, estamos dispostos – é um Senado aberto – a ouvi-los. Se alguém tem de procurar o núcleo da investigação são eles, ao Senado da República, em respeito institucional aos que estão aqui representando o povo brasileiro. Fazer o contrário é inversão de valores e inversão de hierarquia. Estamos dispostos, estamos abertos. Creio que é um bom caminho. Aliás, era intenção original desta Comissão ter conversas permanentes com os que presidem essa organização, embora eles próprios reconheçam que não há legitimidade na agressão dessa nota e em sua inoportunidade; reconhecem que representam apenas 280 Ongs e derivados em mais de duzentas mil. Por sua representatividade e por sua intenção, gostaríamos de manter esse diálogo de esclarecimento.

Lamentavelmente, fomos surpreendidos por essa nota, que não nos intimida, não nos faz recuar e que aumenta em nós a convicção de que é urgente, urgentíssima, a instalação dessa CPI para que investigações sejam feitas.

Sei que vou contrariar algumas vestais, alguns espíritos da República. Sei que vou provocar a ira, inclusive de alguns colegas. Infelizmente, isso faz parte da vida. Temos de enfrentar porque estamos cumprindo com o nosso dever. O que mais vale, em um momento como este, é a consciência tranqüila do dever cumprido.

Não há intenção deliberada de investigação de **a** ou **b**. Ao contrário, falei com todas as partes envolvidas que deveríamos ter muita cautela porque temos instâncias completamente diferentes dessas entidades funcionando. Há entidades que recebem recursos federais, há pequenas entidades que funcionam no interior do País. Senador Casagrande, não é justo que se investigue com a mesma sofisticação uma Ong de um longínquo Município do Espírito Santo como se investigam essas Ongs internacionais que recebem recursos e que vivem a esbanjar fausto e riqueza pelo Brasil afora.

Faço esse registro, reiterando aos que fazem essa Associação que estamos abertos para conversar. Não aceitamos é esse tipo de comportamento, de notas com tentativa de intimidação, naturalmente produto de pressões que só eles sabem de onde vieram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Efram Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2007

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido nesta segunda-feira, 5 de março.

Justificação

Morreu nesta segunda-feira aos 79 anos de idade, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Dom Ivo Lorscheiter. Ele estava internado na UTI desde 25 de fevereiro devido a uma infecção respiratória e intestinal resultantes de complicações pós-cirúrgicas.

Dom Ivo nasceu a 7 de dezembro de 1927 em São José do Hortêncio. No momento do parto, os médicos viram nascer Lúcia, gêmea do religioso, e não perceberam que havia outro bebê a caminho. Ele quase morreu asfixiado. Essa foi a primeira vez que viu a morte de perto durante sua vida. Quando estudava Teologia na Universidade Gregoriana de Roma, nos anos 50, ao participar de um jogo de futebol levou uma bolada na barriga e, de novo, quase morreu, vítima de inflamação do peritônio (camada que reveste o intestino). Em 1974, retirou o baço um dia após tomar posse como bispo diocesano de Santa Maria (RS). Apesar da saúde frágil ele saía pelas estradas de terra para visitar as 38 paróquias e mais de 800 capelas da região de sua diocese.

De uma família de pequenos agricultores descendentes de alemães, teve sete irmãos, um deles jesuíta no Japão. Também era primo de Dom Aloisio Lorscheider. A troca do t pelo d no sobrenome teria sido um lapso do tabelião do cartório.

A origem familiar contribuiu para firmar suas convicções sobre a reforma agrária. Dom Ivo defendia a função social da terra sem esmorecer. Poliglota falava cinco idiomas, cumpriu dois mandatos como secretário-geral e outros dois como presidente da CNBB durante o regime militar. “Naquele tempo era mais fácil definir os campos porque a ditadura não tinha benevolência. Hoje, todos falam em democracia”, afirmava ele.

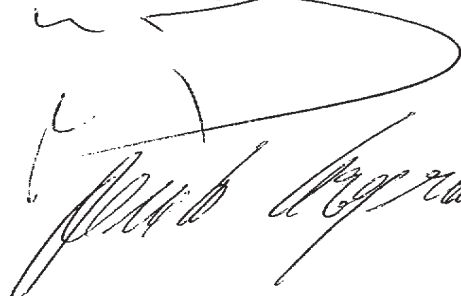
No dia 21 de abril de 2004, Dom Ivo completou 30 anos como Bispo da Diocese de Santa Maria. No dia 24 de março, o Papa João Paulo II aceitou a sua renúncia por limite de idade, 75 anos completados no dia 7 de dezembro de 2002, permanecendo 30 anos a frente da Diocese.

Durante três décadas, de 1972 a 1978, foi Secretário-Geral da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Presidente da CNBB, por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1986.

Nesta segunda-feira o Brasil fica um pouco mais triste, órfão de uma pessoa amiga e sensível como Dom José Ivo Lorscheiter que passou sua vida lutando pelos mais humildes e excluídos.

Sala das Sessões, em 5 de março de 2007.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

7^{co}
Wagner Sampaio (Pátria Amada)
delipalvato *Leão Borges* *Capelinhos*


O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – V. Ex^a tem a palavra para defender o requerimento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, também me inscreva como Líder da Bancada do PSB no momento em que V. Ex^a considerar mais adequado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – V. Ex^a está inscrito e será chamado oportunamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, morreu nesta segunda-feira aos 79 anos, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Dom Ivo Lorscheider. Estava internado na UTI desde 25 de fevereiro devido a uma infecção respiratória e intestinal resultante de complicações pós-cirúrgicas.

Dom Ivo nasceu a 7 de dezembro de 1927, em São José do Hortêncio. No momento do parto, os médicos viram nascer Lúcia, gêmea do religioso, e não perceberam que havia outro bebê a caminho. Ele quase morreu asfixiado. Essa foi a primeira vez que viu a morte de perto durante sua vida.

Quando estudava Teologia na Universidade Gregoriana de Roma, nos anos 50, ao participar de um jogo de futebol, levou uma bolada na barriga e, de novo, quase morreu, vítima de inflamação do peritônio, camada que reveste o intestino.

Em 1974, retirou o baço um dia após tomar posse como bispo diocesano de Santa Maria (RS).

Apesar da saúde frágil, ele saía pelas estradas de terra para visitar as 38 paróquias e mais de 800 capelas da região de sua diocese.

De uma família de pequenos agricultores descendentes de alemães, teve sete irmãos, um deles jesuíta no Japão. Também era primo de Dom Aloísio Lorscheider. A troca do “t” pelo “d” no sobrenome teria sido um lapso do tabelião do cartório.

A origem familiar contribuiu para firmar suas convicções sobre a reforma agrária. Dom Ivo defendia a função social da terra sem esmorecer.

Poliglota, falava cinco idiomas. Cumpriu dois mandatos como Secretário-Geral e outros dois como Presidente da CNBB, durante o regime militar. “Naquele tempo era mais fácil definir os campos, porque a ditadura não tinha benevolência. hoje, todos falam em democracia” – afirmava ele.

No dia 21 de abril de 2004, Dom Ivo completou 30 anos como Bispo da Diocese de Santa Maria.

No dia 24 de março, o Papa João Paulo II aceitou sua renúncia por limite de idade, 75 anos, completados no dia 7 de dezembro de 2002, permanecendo trinta anos à frente da Diocese. Entre os cargos que ocupou,

de 1972 a 1978, foi Secretário-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); de 1979 a 1986, Presidente da CNBB por dois mandatos consecutivos. Nesse período, Dom Ivo Lorscheider muito contribuiu para o processo de democratização do Brasil e para o processo de defesa dos direitos da pessoa humana.

Nesta segunda-feira, o Brasil fica um pouco mais triste, órfão de uma pessoa amiga e sensível como Dom José Ivo Lorscheider, que passou sua vida lutando pelos mais humildes e excluídos.

Aliás, como Dom Ivo Lorscheider era um grande defensor da reforma agrária e tendo em vista, inclusive, as observações do Líder Senador José Agripino, do PFL, eu gostaria, Sr. Presidente, antes de conceder os apartes, Sr^a Líder, querida Senadora Ideli Salvatti, de aqui fazer algumas observações a propósito daquilo que disse o Senador José Agripino, até porque acho importante registrar um breve balanço que o Ministro Guilherme Cassel fez a respeito da atualidade da reforma agrária e dos avanços ocorridos.

Nos últimos quatro anos, o Governo Federal assentou 381.419 famílias e destinou, para reforma agrária, uma área de 32 milhões de hectares. Área maior do que a de Suíça, Portugal, Bélgica, Dinamarca e Holanda juntos. Só em obtenção de terras, o Governo investiu R\$4 bilhões. Nunca tantas famílias foram assentadas em tão pouco tempo. Além da terra, garante-se o acesso a crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas de agroindustrialização e comercialização.

Mas a pergunta que alguns ainda fazem é se, nestes tempos, ainda são necessários programas de reforma agrária. Se a chamada modernização já não teria resolvido os problemas da agricultura brasileira.

Não tenho dúvida em afirmar que a reforma agrária é uma agenda contemporânea e fundamental, especialmente no Brasil, que assumiu o desafio de trilhar um novo caminho de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, capaz de superar as desigualdades sociais e econômicas.

Nas décadas de 70 a 90, foi implantado um modelo agrícola que promoveu a expansão da produção e da produtividade agropecuária, estimulando a monocultura, a pecuária extensiva e o uso intensivo de insumos químicos e recursos naturais.

O resultado dessa política foi a concentração fundiária, que expulsou milhares de famílias do meio rural para os cinturões de miséria das grandes cidades, a contaminação

e o assoreamento de rios e o esgotamento dos solos nas regiões tradicionais, o desmatamento e o acirramento dos conflitos nas novas áreas, em especial na Amazônia. E, ainda, a permanência da dominação política, pois, no Brasil, o poder político e a propriedade da terra sempre andaram de mãos dadas.

Essas não são conseqüências inevitáveis da modernização e não as queremos mais para o futuro do País. Essa modernização conservadora produziu também um mito: o de que só é possível obter uma agricultura produtiva, competitiva e dinâmica baseada em um modelo de grandes propriedades, altamente mecanizadas. Nada mais falso.

As estatísticas oficiais demonstram que a agricultura familiar gera mais renda por hectare em todas as regiões do País e em quase a totalidade das culturas, além de gerar muito mais postos de trabalho (1 ocupação para cada 8 ha **versus** 67 ha exigidos pela agricultura patronal). Com apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 38% de toda a produção agropecuária brasileira, suas cadeias produtivas representam 10% do PIB do País (cerca de R\$150 bilhões) e alguns dos setores mais dinâmicos do complexo agroindustrial estão assentados majoritariamente sobre a produção primária da agricultura familiar, como são os casos de aves, fumo e leite.

A inevitabilidade, assim, da expulsão de milhões de sobrantes e do dano crescente à biodiversidade como tributos necessários ao aumento da produção agropecuária é uma falácia.

A escolha do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro é, acima de tudo, uma escolha política da sociedade, e não uma imposição econômico-tecnológica. O programa de biodiesel é um bom exemplo dessa nova visão. Diferente do Proálcool, é um instrumento para diversificar a matriz energética, combater o aquecimento global. Ele garante a democratização da renda e das oportunidades de desenvolvimento.

Nesses marcos é que se insere a atualidade da reforma agrária do Governo Federal. Projeta para o conjunto do País a democratização do poder e da renda, a ocupação mais equilibrada do território, uma estrutura fundiária democratizada, uma agricultura diversificada e sustentável, com homens e mulheres que trabalham, preservam o meio ambiente, valorizam

suas identidades culturais. Seletiva, volta-se para as grandes propriedades improdutivas, que não cumprem a função social como reza a Constituição.

A reforma agrária é parte desse caminho, moderno e atual, para o desenvolvimento nacional, para a construção da cidadania de um povo que não abre mão de sua esperança e de seus sonhos.

Eu gostaria, inclusive, de aqui dar algumas informações sobre o projeto do assentamento Maísa, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, sobre o qual tecia considerações, há pouco, o Líder do PFL, do Rio Grande do Norte, o prezado Senador José Agripino, a quem passei o telefonema do Ministro Guilherme Cassel, que me deu as informações de que a intenção primeira do Governo do Presidente Lula é a de aprimorar a qualidade de todos os assentamentos.

Ali, no assentamento Maísa, já há 1.150 famílias, correspondendo a quatro mil pessoas. Todas têm casas com a devida eletrificação. Em 45 dias, haverá a ligação do sistema de irrigação, no assentamento. Há 1.150 cisternas construídas. Portanto, uma para cada uma das residências das famílias assentadas.

Nos próximos trinta dias, serão colhidas 30 toneladas de acerola. No ano todo de 2007 serão 200 toneladas de acerola, comprovando, portanto, que o assentamento tem resultados positivos. Ademais, em convênio com a prefeitura, de responsabilidade da Prefeita Fátima Rosado, do PFL – o Senador Garibaldi Alves certamente tem conhecimento disso –, houve um entendimento com o assentamento Maísa para compra de hortaliças, semanalmente.

Será inaugurada, nos próximos dias, a maior escola rural de Mossoró, com dez salas de aula. Além disso, está funcionando um centro de saúde com sete salas, provendo uma qualidade de atendimento à saúde muito significativa e superior àquela que havia até 2003.

Acrescento que o Ministro Guilherme Cassel considera importante, ao mesmo tempo, ampliar a Reforma Agrária. Ele avalia que será próprio que haja, pelo menos, cerca de cem mil famílias assentadas nos próximos quatro anos. Mas é importante o propósito do Presidente Lula e do Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, de, concomitantemente, assentar mais famílias e melhorar sempre a qualidade dos assentamentos, para que possam as famílias de agricultores produzir mais e melhor.

Concedo um aparte, com muita honra, à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a prestou as informações devidas e necessárias com relação à questão da Reforma Agrária: os avanços e todas as ações implementadas

nesses quatro anos pelo Governo Lula. V. Ex^a iniciou seu pronunciando falando de D. Ivo Lorscheider, uma pessoa que, ao longo de toda a vida, teve um comprometimento explícito, militante, cotidiano, com uma visão que na igreja se denominou Teologia da Libertação. Aqui no Brasil, temos nomes significativos em defesa desse ponto de vista. Alguns, inclusive, já não estão mais conosco, como, por exemplo, Dom José Gomes, cuja perda sempre lamentamos, lá em Santa Catarina, pois foi uma figura que realizou um trabalho belíssimo na organização dos agricultores, na organização das mulheres agricultores e em toda a luta pela reforma agrária. Temos, também, na Igreja, outros nomes, porque vivenciamos um período muito amargo, muito duro, muito difícil, durante a ditadura militar, em que parcela considerável da Igreja foi o nosso abrigo, foi, digamos, o nosso guarda-chuva, onde podíamos, minimamente, atuar e buscar fazer valer o direito dos mais oprimidos, dos injustiçados pelas condições de opressão e injustiça social que, infelizmente, grassam a tantos séculos no nosso País. Muitas figuras da Igreja tiveram a coragem de assumir esse papel, como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Tomás Balduino, Dom Mauro Morelli, Dom Ivo Lorscheider, Leonardo Boff, Frei Betto – poderíamos fazer uma lista imensa – e Dom José Gomes, que já não se encontra mais conosco. E agora, também, Dom Ivo Lorscheider. considero muito importante que o Senado se manifeste e coloque o sentimento profundo de perda que se abate sobre todos, porque ele foi um personagem da história do nosso País que teve lado, teve compromisso, teve militância, teve coragem evangélica de estar ao lado dos pobres e dos oprimidos.

Então, é sob esse contexto que temos de sentir mesmo, de estarmos profundamente entristecidos com a sua ida, com essa perda para o nosso País, para todos aqueles que defendem a causa da justiça e a causa da maioria da população. Parabenizo V. Ex^a por estar encabeçando o requerimento, que eu assinei, assim como vários outros Parlamentares. É uma perda muito grande para o nosso País e, principalmente, para aqueles que, durante tanto tempo, por não terem nenhuma alternativa de socorro, se utilizaram daquele adágio popular de se queixar ao bispo. Eles se queixaram e tiveram acolhida em várias figuras da Igreja, mesmo algumas não sendo bispo. No caso de Dom Ivo, Sua Eminência cumpriu a tarefa de acolher as queixas, o choro, a amargura e o apelo dos que estavam sofrendo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Quero assinalar que também assinaram o requerimento o Presidente Renan Calheiros e os Se-

nadores Mão Santa, César Borges, Papaléo Paes e Heráclito Fortes.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)
– Senador, permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)
– Senador Renato Casagrande, ouço V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)
– Senador Eduardo Suplicy, quero assinar o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)
– Está sobre a mesa.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)
– Eu gostaria de assiná-lo, Presidente Senador Mão Santa, pelo reconhecimento da vida, da história, da dedicação, dos serviços prestados por Dom Ivo Lorscheider ao nosso País e à nossa democracia. Dom Ivo foi da CNBB em um momento de muita dificuldade política no Brasil, na época da ditadura militar, quando não havia nenhuma liberdade política, individual ou coletiva. Sua presença e sua ação sempre foram um sustentáculo para os democratas brasileiros. Sua morte faz com que possamos relembrar sua história, sua trajetória e o compromisso que a Igreja teve – e precisa ter – com a consolidação das nossas instituições. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e pelo requerimento de iniciativa de V. Ex^a e, juntamente com a população brasileira, reconhecer todo serviço e trabalho prestado por Dom Ivo durante sua militância religiosa e direção frente à CNBB. Ele merece o nosso aplauso e o nosso reconhecimento. Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –
Obrigado, Senador Renato Casagrande. Agradeço a V. Ex^a pela solidariedade e pela homenagem que faz ao extraordinário líder religioso Dom Ivo Lorscheider.

Quero assinalar que o Senador Gilvam Borges também assinou o requerimento, assim como o Senador Renato Casagrande.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho, que acredito que também queira fazê-lo.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Já o assinei. Eu estava viajando e soube do falecimento de Dom Ivo Lorscheider ao chegar aqui.

Quero prantear sua memória. Quero dizer, a exemplo do Senador Renato Casagrande, da sua atuação, que foi destemida, que foi corajosa, principalmente quando o País experimentava o regime militar, a sua dureza e todas aquelas conseqüências que vimos de perto. Dom Ivo foi sempre uma palavra muito altaneira e um líder religioso que não se deixava influenciar

por correntes, mas que era sempre um intransigente defensor da nossa democracia, além, é claro, de um religioso muito atuante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Suas palavras completam a homenagem que todos nós no Senado desejamos fazer a Dom Ivo Lorscheider, que tanto contribuiu para que pudessem as pessoas, no

Brasil, ter condições de vida, de dignidade, também com muita religiosidade.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO **Opinião**

São Paulo, domingo, 04 de março de 2007

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

A atualidade da reforma agrária

GUILHERME CASSEL

A escolha do modelo de desenvolvimento rural brasileiro é decisão política da sociedade, não imposição econômico-tecnológica

NOS ÚLTIMOS quatro anos, o governo federal assentou 381.419 famílias e destinou para a reforma agrária uma área de 32 milhões de hectares. Área maior do que a de Suíça, Portugal, Bélgica, Dinamarca e Holanda juntos. Só em obtenção de terras, o governo investiu R\$ 4 bilhões. Nunca tantas famílias foram assentadas em tão pouco tempo. Além da terra, garante-se o acesso a crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas de agroindustrialização e comercialização.

Mas uma pergunta que alguns ainda fazem é se, nestes tempos, ainda são necessários programas de reforma agrária. Se a chamada modernização já não teria resolvido os problemas da agricultura brasileira.

Não tenho dúvida em afirmar que a reforma agrária é uma agenda contemporânea e fundamental, especialmente no Brasil, que assumiu o desafio de trilhar um novo caminho de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, capaz de superar as desigualdades sociais e econômicas.

Nas décadas de 70 a 90, foi implantado um modelo agrícola que promoveu a expansão da produção e da produtividade agropecuária, estimulando a monocultura, a pecuária extensiva e o uso intensivo de insumos químicos e recursos naturais.

O resultado dessa política foi a concentração fundiária, que expulsou milhares de famílias do meio rural para os cinturões de miséria das grandes cidades, a contaminação e o assoreamento de rios e o esgotamento dos solos nas regiões tradicionais, o desmatamento e o acirramento dos conflitos nas novas áreas, em especial na Amazônia. E, ainda, a permanência da dominação política, pois, no Brasil, o poder político e a propriedade da terra sempre andaram de mãos dadas.

Essas não são conseqüências inevitáveis da modernização e não as queremos mais para o futuro do país. Essa modernização conservadora produziu também um mito: o de que só é possível obter uma agricultura produtiva, competitiva e dinâmica baseada em um modelo de grandes propriedades, altamente mecanizadas. Nada mais falso. As estatísticas oficiais demonstram que a agricultura familiar gera mais renda por hectare em todas as regiões do país e em quase a totalidade das culturas, além de gerar muito mais postos de trabalho (1 ocupação para cada 8 ha versus 67 ha

exigidos pela agricultura patronal). Com apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 38% de toda a produção agropecuária brasileira, suas cadeias produtivas representam 10% do PIB do país (cerca de R\$ 150 bilhões) e alguns dos setores mais dinâmicos do complexo agroindustrial estão assentados majoritariamente sobre a produção primária da agricultura familiar, como são os casos de aves, fumo e leite.

A inevitabilidade, assim, da expulsão de milhões de sobrantes e do dano crescente à biodiversidade como tributos necessários ao aumento da produção agropecuária é uma falácia.

A escolha do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro é, acima de tudo, uma escolha política da sociedade, e não uma imposição econômico-tecnológica. O programa de biodiesel é um bom exemplo dessa nova visão. Diferente do Proálcool, é um instrumento para diversificar a matriz energética, combater o aquecimento global. Ele garante a democratização da renda e das oportunidades de desenvolvimento.

Nesses marcos é que se insere a atualidade da reforma agrária do governo federal. Projeta para o conjunto do país a democratização do poder e da renda, a ocupação mais equilibrada do território, uma estrutura fundiária democratizada, uma agricultura diversificada e sustentável com homens e mulheres que trabalham, preservam o meio ambiente, valorizam suas identidades culturais. Seletiva, volta-se para as grandes propriedades improdutivas, que não cumprem a função social como reza a Constituição.

A reforma agrária é parte desse novo caminho, moderno e atual, para o desenvolvimento nacional, para a construção da cidadania de um povo que não abre mão de sua esperança e de seus sonhos.

GUILHERME CASSEL, 49, engenheiro civil, é ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Texto Anterior: TENDÊNCIAS/DEBATES

Clifford M. Sobel: Oportunidades em um "ano de engajamento"

Próximo Texto: Painel do leitor

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vamos colocar em votação o requerimento assinado pelo Senador Eduardo Suplicy e outros sobre o falecimento de Dom Ivo Lorscheider, lembrando que ele era primo de Dom Aloísio Lorscheider, que foi Arcebispo do Ceará quando lá estudávamos, e seu nome foi muito fortemente lembrado para ser Papa.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2007

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, como representante do Senado Federal, da 70^a Conferência Anual da Rede Parlamentar do banco Mundial, que se realizará entre os dias 15 e 17 de março. Na oportunidade serão discutidos temas sobre a África e formas de redução da pobreza. Requeiro nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

O convite para evento encontra-se anexo.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheider.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de Profundo Pesar de falecimento de Dom Ivo Lorscheider, ocorrido hoje, dia 5 de março de 2007, em Santa Maria Rio Grande do Sul.

Justificação

Dom Ivo Lorscheider foi uma das mais importantes figuras de nosso País e da Igreja Católica, no milênio que passou.

Como membro da Igreja Católica ocupou os postos mais importantes, a começar pela Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde recebeu o título de Bispo Emérito.

Dom Ivo Lorscheider foi, duas vezes, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e seu Presidente outras duas vezes, inclusive durante o regime militar. Além da Liderança exercida em nossa Igreja, Dom Ivo foi homem de grande cultura, o que pode ser retratado pela sua condição de poliglota (falava cinco idiomas).

Nascido em 7 de dezembro de 1927, em São José do Hortêncio – RS, Dom Ivo completaria 80 anos. Teve sete irmãos. Era primo de outro grande expoente da Igreja Católica do Brasil, Dom Aloísio Lorscheider.

À conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a toda a Igreja Católica do Brasil e à família de Dom Ivo Lorscheider os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte deste grande líder católico.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Pedro Simon**, Senador **Paulo Paim**, Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Líder Renato Casagrande, do PSB, pelo Estado do Espírito Santo.

Regimentalmente, V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Apesar de a sessão já estar encerrando, jamais ousarei cortar a palavra de Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Serei muito rápido, até porque a capital é Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Viver é ver Vitória.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos estão acompanhando, primeiramente, quero fazer um registro, para que não fiquemos desatualizados, sobre a viagem que fiz, junto com a Senadora Serys Slhessarenko e com o Deputado Antonio Palocci, a Washington, onde participamos de uma reunião do G8+5 – Grupo dos Oito mais os cinco países em desenvolvimento – para discutir-

mos as mudanças climáticas. Foi uma reunião de lideranças dos Parlamentos dos 13 países.

Após esses trabalhos, Sr. Presidente, chegamos a algumas conclusões importantes de que este Congresso precisa tomar conhecimento. A Senadora Serys Slhessarenko já falou sobre o assunto, mas também quero fazer um relatório da minha viagem neste pronunciamento. Viajei representando o Parlamento e, portanto, devo prestar conta à sociedade brasileira dessa viagem.

Há, hoje, no mundo um interesse enorme pelo programa de biocombustível brasileiro, tanto é que o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, está vindo ao Brasil nesta semana. Existem diversos países da Europa muito interessados nesse assunto, nesse tema.

Também há um interesse enorme sobre a Amazônia. Como sempre, soubemos disso, mas, cada vez mais, e agora, com o relatório das mudanças climáticas, esse interesse aumentou muito.

Esse interesse nos dá também a possibilidade de adotar políticas importantes para que o Brasil possa ser protagonista nesse assunto de mudanças climáticas. Também observamos lá a pressão que o governo norte-americano está sofrendo do Congresso e da sociedade norte-americana com relação à ausência de políticas que objetivem reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa. O Congresso norte-americano está discutindo um projeto que estabelece metas de redução da emissão dos gases poluentes, e isso é importante.

Podemos observar que, enquanto os Estados Unidos são um país muito conservador, a Europa e o Japão já estão estabelecendo metas para 2020 e 2030. Além de estarem cumprindo o Protocolo de Kyoto, já estão também tomando medidas, independentemente de outro acordo global, para a redução da emissão de gás carbônico, mostrando o avanço que esses governos têm.

O Governo brasileiro não pode ficar no discurso vingativo de que nós, por não termos tido o desenvolvimento dos países outros, por não termos ainda destruído nossas florestas nem emitido a quantidade de gases para a atmosfera com as nossas indústrias, poderemos adotar essas medidas. Não! O Brasil precisa adotar tecnologias novas e preservar nossas florestas para que possamos dar a nossa contribuição nesse debate mundial. Não há divisa nesse debate. O Brasil pode dar o exemplo e até lucrar com o comportamento adequado nessa área, especialmente com relação ao biocombustível e à geração de eletricidade, porque a nossa matriz energética é limpa. Se ela é limpa, nós

temos condições de capitalizar e aproveitar para que o Brasil tenha sucesso nesse programa.

Há um relatório que quero deixar registrado no Senado da República e dizer que estamos à frente de uma subcomissão permanente que está debatendo o assunto e já tem um plano de trabalho para o ano todo. Vamos fazer audiências públicas em São Paulo, em Belém, em Manaus, para que possamos discutir o aquecimento global, o trabalho que o Governo brasileiro está fazendo, o trabalho que os Governos estaduais e municipais e a sociedade estão fazendo com relação a essa questão.

Sr. Presidente, para terminar, quero apenas fazer o registro de um outro assunto, diferente deste. Mas esta é a oportunidade que tenho de registrar. Neste final de semana, de sexta-feira para cá, o Espírito Santo foi base para o deslocamento do Fernandinho Beira-Mar, um preso de alta periculosidade, que foi participar de uma audiência num Município do interior do Rio de Janeiro.

O aparato para transportar Fernandinho Beira-Mar é o de Presidente da República. Penso que o Presidente da República deve ter ficado com inveja desse aparato, que tem avião, a Polícia Federal. Parou por três dias, praticamente, o trabalho da Polícia Federal lá no Estado do Espírito Santo. É um custo altíssimo. Acredito que o juiz precisa analisar os deslocamentos desses delinqüentes que, com sua movimentação, causam todo esse transtorno.

Há um projeto de lei de autoria do Senador Tasso Jereissati, que prevê a oitava por videoconferência. Essa proposta já foi aprovada no Senado e é importante que a Câmara a aprove também, para que, num mundo com tanta tecnologia, possamos facilitar a vida do cidadão, evitando-se o deslocamento de pessoas para uma audiência de oitava.

Então, gostaria de fazer um apelo à Câmara para que vote logo essa proposta e ao Poder Judiciário para que seja mais coerente e mais racional na realização dessas audiências.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, entre os dias 13 e 16 do mês passado tive a honra de representar o nosso Parlamento, em Washington, ao lado da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e do deputado Antônio Palocci (PT-SP), no Fórum de Legisladores sobre Mudanças Climáticas, em

Washington. O Fórum reuniu cerca de 80 parlamentares dos oito países mais desenvolvidos e dos cinco em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Após os trabalhos, chegamos a algumas conclusões. A primeira é muito positiva. A sociedade e o Congresso americanos estão pressionando o Governo Bush a limitar a emissão de gases tóxicos que provocam o efeito estufa. Constatamos ainda que União Européia e Japão estão na vanguarda em relação aos demais países, inicialmente, cumprindo as metas do Protocolo de Kyoto, depois estabelecendo metas próprias para redução de emissão de agentes poluentes para 2020 e 2030.

Concluimos que os países pobres e em desenvolvimento não podem negligenciar o meio ambiente em nome do desenvolvimento e que têm de compatibilizar crescimento e defesa da natureza. Lições que se aplicam também ao Brasil.

Por outro lado, aceitamos também que a dura missão dos pobres de crescer seria aliviada se os países ricos, como os maiores poluidores, assumissem a sua responsabilidade, compensando os pobres com transferência de tecnologia e recursos para a compra de crédito de carbono.

Sr. Presidente, ações do Governo brasileiro reduziram em 50% o desmatamento da Amazônia. Mas muito ainda há que se fazer, no entanto, para evitar as queimadas predatórias que nos coloca entre os quatro maiores emissores de dióxido de carbono.

São ações que pedem a cooperação de União, estados, municípios e órgãos de defesa do meio ambiente. Como alternativa aos combustíveis fósseis, caminha muito bem o nosso programa de biocombustíveis, tendo etanol e biodiesel como carro chefe.

Só para dar um exemplo, o etanol figurou como item preferencial da pauta de reunião do presidente Lula com o presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez, há duas semanas, e será tema da conversa com o presidente George Bush, no próximo dia 9, em São Paulo. Uma oportunidade que os dois governos terão de aparar arestas quanto às barreiras alfandegárias impostas pelos americanos ao etanol brasileiro.

Sr. Presidente, a matriz energética brasileira é limpa. Nossas hidrelétricas quase não geram agentes poluidores. Estamos desenvolvendo outras fontes de energia limpa como eólica e solar. Podemos nos inserir no debate mundial sobre energia nuclear, em que pesem preocupações de ambientalistas e especialistas com o lixo atômico. Preocupação da qual também partilho.

Por tudo que disse até aqui, concluimos que o Brasil vive um momento muito favorável do ponto da

geração de energia. A natureza nos é pródiga em recursos, mas não nos descuidamos do desenvolvimento tecnológico. Por isso, não poderá haver um fórum mundial sobre biocombustível ou bioenergia sem a presença do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, depois do relatório das Nações Unidas, divulgado no início de fevereiro, na semana passada foi a vez de o Ministério do Meio Ambiente divulgar relatório com sombrias previsões para o clima no Brasil até 2100. O resumo do documento é que a emissão de gases poluentes e o desmatamento, entre outras agressões à natureza, causarão prejuízos a todas as regiões do país, afetando a vida de 42 milhões de pessoas.

O Governo e o Congresso podem contribuir para reverter este quadro. No âmbito da subcomissão do Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente do Senado, estamos trabalhando com determinação. Aprovamos convite para que a Ministra Marina Silva e o Ministro Celso Amorim relatem as últimas e as futuras ações do Governo nessa área. Outras autoridades e especialistas serão chamados ao debate.

Vamos promover, no dia cinco de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, seminário aqui no Senado para ouvir e discutir com parlamentares, autoridades do Governo, comunidade científica e especialistas propostas para incentivar a busca de fontes limpas de energia. Experiência que se seguirá até o fim do ano nas cidades de São Paulo, Manaus e Belém.

Quero aproveitar a oportunidade para propor ao Governo um renovado fôlego ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para que tenhamos nele mais um espaço de debates. Com certeza o professor Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum, poderia nos ajudar muito nessa tarefa.

Sr. Presidente, a preservação do meio ambiente não pode ser sazonal. Por isso, louvo a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de focar a Amazônia como tema da Campanha da Fraternidade de 2007. É inegável a capacidade da igreja de mobilizar e conscientizar os cidadãos para uma causa nobre que evoca a ética e diz respeito à vida.

Da minha parte, acredito que com consciência, determinação política, mobilização e ética nas ações públicas e privadas superaremos estes e outros problemas que possam surgir no nosso projeto de construir uma sociedade fraterna e justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, Senador Renato Casagrande. Agradecemos sua capacidade de síntese.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza de que, no dia de hoje, o Rio Grande e o Brasil choram a morte de Dom Ivo Lorscheider. E, nesse sentido, Sr. Presidente, recebi um apelo muito carinhoso e respeitoso por estar aqui em Brasília. Faço um requerimento em meu nome, embora o Senador Eduardo Suplicy já o tenha feito, mas quero encaminhar à Mesa o requerimento com fundamento no art. 218, VII, do Regimento Interno.

Requeiro a V. Ex^a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheider, ocorrido no dia de hoje, 05 de março de 2007, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Dom Ivo Lorscheider, Sr. Presidente, foi uma das mais importantes figuras de nosso País e da Igreja Católica no milênio que passou. Como membro da Igreja Católica, ocupou os postos mais importantes, a começar pela Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde recebeu o título de Bispo Emérito.

Dom Ivo Lorscheider foi duas vezes Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e seu presidente outras duas vezes, inclusive durante o regime militar. Além da liderança exercida em nossa Igreja, D. Ivo foi homem de grande cultura, o que pode ser retratado pela sua condição de poliglota, falando cinco idiomas.

D. Ivo nasceu em 07 de dezembro de 1927, em São José da Hortência, Rio Grande do Sul. D. Ivo completaria oitenta anos, teve sete irmãos. Era primo de outro grande expoente da Igreja Católica no Brasil, D. Aloísio Lorscheider.

Sr. Presidente, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a toda a Igreja Católica do Brasil e à família de D. Ivo Lorscheider os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte desse grande líder católico.

Assinam os Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi e tenho certeza de que outros tantos Senadores encaminharam à Mesa requerimentos no mesmo teor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento de V. Ex^a será encaminhado e inserido, uma vez que já foi lido, defendido e aprovado pelo Plenário o requerimento com as homenagens e condôlências de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero informar que encaminhei à Mesa um requerimento tendo em conta o convite que recebi da direção do Banco Mundial para representar o Senado Federal na Conferência Parlamentar, que se realizará na Cidade do Cabo, na África do Sul, onde cerca de duzentos parlamentares de todo o mundo são convidados para um diálogo com o Presidente do Banco Mundial, Sr. Paul Wolfowitz, com o Presidente do Fundo Monetário Internacional, Sr. Rodrigo de Rato, com o Ministro da Fazenda da África do Sul, Sr. Trevor Manuel, inclusive com o Presidente do Banco de Desenvolvimento da África, que corresponde ao BID, que serve a todas as Américas, aos continentes americanos.

O principal propósito desse simpósio será a verificação da interação entre o Executivo e o Parlamento em todos os países do mundo e a maneira de as instituições colaborarem com o propósito de erradicar a pobreza.

Sinto-me honrado em poder representar o Senado Federal nessa conferência de parlamentares do mundo, a convite do Banco Mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento de V. Ex^a já chegou à Mesa e foi encaminhado de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu gostaria de ter falado aqui quando estava presente na tribuna o Senador José Agripino, porque S. Ex^a abordou o projeto de assentamento da Maisa e fez referência à visita feita pelo Presidente Lula há quatro anos a esse grande projeto não apenas agrícola, mas voltado para o agronegócio.

Não vamos aqui examinar e nos deter nas informações do Senador Eduardo Suplicy, colhidas diretamente do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não por estarmos aqui desprezando as informações de S. Ex^a, mas porque não temos condições agora de analisar todas aquelas informações prestadas pelo Ministro com relação à reforma agrária em nosso País.

O Senador Eduardo Suplicy há de concordar comigo que não podemos neste instante analisar isso. Mas, com relação à Maisa, podemos dizer que o Senador José Agripino tem razão quando, principalmente, diz que não se está agregando à produção agrícola vantagem, não se está criando a chamada cadeia produtiva.

Por quê? Porque, se a Maisa era uma grande produtora de castanha de caju mesmo, de frutos como a acerola, isso, Sr. Presidente Mão Santa, iria desembocar no aproveitamento da polpa da acerola e no aproveitamento da castanha e de tudo o que diz respeito ao caju. Mas o que aconteceu? Dezenove mil e quinhentos hectares foram desapropriados para constituir o novo assentamento, e justamente nesses hectares – a Maisa é constituída por vinte mil hectares – estão as fábricas e é onde existiam também os escritórios da antiga Maisa.

Então, Sr. Presidente, as coisas vão ficar capengas, dentro das atividades propostas para a empresa Maisa. Se voltarmos a produzir na Maisa, o que ainda não estamos produzindo, não vamos dar aquela plenitude à sua produção, não vamos incorporar ao que se produz na Maisa aquilo que se esperava para aqueles que hoje são os seus produtores.

Lá, em vez de um grupo privado, temos agora algumas associações de pequenos produtores que habitam as agrovilas da Maisa.

Mas há de se compreender, há de se ter a visão de que aqueles produtores não são capazes de dar a volta por cima, na Maisa, se não tiverem o apoio governamental. E esse apoio, como denunciou o Senador José Agripino, apoiado por V. Ex^a, está faltando justamente com relação à produção agroindustrial. As fábricas estão totalmente abandonadas.

Quanto à produção, há de fato que se constatar que nas Vilas Real e Montana, por exemplo – essas informações, absolutamente fidedignas, me foram passadas agora diretamente de Mossoró, inclusive contando com um concurso do Dr. Gilberto da própria Secretaria da Agricultura –, está faltando aquele suporte indispensável à agricultura do Nordeste, que é a água.

Senador Mão Santa, V. Ex^a se deparou com aquele projeto. Ouvi aqui o Senador José Agripino, com a sua palavra fácil, dizer da majestade do projeto, da sua grandeza. Tudo aquilo que V. Ex^a viu não está se consolidando porque o modelo é outro, inteiramente diferente. O Governo precisa assegurar a água, que era fornecida por poços profundos, de

manutenção cara. A água que está chegando hoje à Maisa está sendo trazida pelos carros-pipas, mas estes só abastecem as pessoas e não são capazes de dar aquele salto de produção na Maisa.

Então, nós temos de reconhecer, diante das informações do Senador Suplicy, que houve alguns avanços na parte social e da saúde. Estão sendo construídos, por exemplo, postos de saúde, uma escola, mas, na área da produção, que vai assegurar, como disse o Senador José Agripino, a sustentabilidade do projeto, há essas deficiências que, se não forem devidamente corrigidas, vão lançar o projeto na escuridão com relação ao seu futuro.

Eu dou o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a, assim como o Senador José Agripino, tem conhecimento muito melhor do Estado do Rio Grande do Norte, do Projeto Maisa, que eu desejo conhecer de perto. Conforme transmiti ao Senador José Agripino, a minha disposição – conversei com o Presidente Rolf Hackbart e com o Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário – é conhecer de perto o Projeto Maisa, dada a sua relevância como um dos projetos mais importantes de reforma agrária, onde estão assentadas 1.150 famílias, correspondendo a 4.000 pessoas. O Ministro Guilherme Cassel, há pouco, disse a mim e ao Senador Agripino Maia que existem ali, além do posto de saúde e da escola com dez salas de aula, 1.150 residências. As famílias estão nas suas respectivas residências. Isso foi feito no período do assentamento, o que é uma meta bastante importante. Ele me informou que, nesses próximos trinta dias, haverá a produção de cerca de 30 toneladas e, até final do ano, serão 200 toneladas de acerola produzidas pelo assentamento. Ademais, assinalou que a Prefeitura, de responsabilidade da Prefeita Fátima Rosado, do PFL, semanalmente adquire as hortaliças produzidas pelo assentamento. Mas é claro que poderemos acompanhar mais de perto esse projeto tão significativo para o Rio Grande do Norte. Daí porque me dispus a conhecê-lo. Quem sabe, no dia em que puder fazer essa visita ao seu Estado, poderemos ir juntos, querido Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, há poucos dias estive com V. Ex^a no seu Estado, o grande Estado de São Paulo. V. Ex^a nos surpreendeu porque ninguém esperava mais sua chegada.

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, vou terminar já.

V. Ex^a nos surpreendeu ao chegar de Nova Iorque, participando de tudo o que lá aconteceu, na segunda-feira, com relação às PPPs, ao metrô e a todo o contencioso sobre a questão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim como V. Ex^a se interessou pelas questões do meu Estado de São Paulo, considero-me também no dever de contribuir com V. Ex^a, Senador Garibaldi, e com o Senador José Agripino. Sinto-me na obrigação de examinar e de conhecer melhor o Rio Grande do Norte e o Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Gostaria que V. Ex^a tivesse a mesma presteza – ninguém pode criticá-lo por falta de presteza – e fosse a Mossoró. Eu faço questão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pode continuar tranquilo que proroguei por mais cinco minutos para que V. Ex^a tenha tempo para as riquezas do Nordeste, no caso particular, Maisa, Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Então, Senador Suplicy, vamos marcar essa visita para que V. Ex^a tenha uma idéia do que é necessário fazer, porque não estamos aqui para negar o que está sendo feito; estamos aqui para solicitar, para apelar, para dizer que é preciso se fazer muito mais na Maisa. E tenho certeza de que V. Ex^a, chegando de lá com as informações necessárias, vai se tornar um verdadeiro paladino no que toca à consolidação do projeto de reforma agrária da Maisa.

Sr. Presidente, quero assinalar aqui a presença da advogada portuguesa, a Dr^a Margarida Pereira, que nos visita juntamente com o Dr. Ezequias Pegado Cortez, que é advogado norte-riograndense, e que estão constituindo uma sociedade para defender interesses tanto de cidadãos brasileiros como de cidadãos portugueses. Ao lado do Dr. Ezequias está o Dr. Thiago Cortez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Este ano é, talvez, um dos mais importantes da grandeza do Senado da República. Lamentamos a ausência aqui do Sr. Raimundo Carreiro, porque a Conferência de Haia completa 100 anos, e a partici-

pação do Brasil foi graças a Rui Barbosa. Ele difundiu a idéia do Estado democrático de direito no mundo e previu, vamos dizer, as forças dos regimes totalitários. E, porque houve os que não o ouviram, tivemos que sofrer duas guerras mundiais. Então, mais do que nunca, as idéias da Conferência da Paz, em Haia, devem receber, nesta Casa, um ano de festividades, porque a sua mensagem de paz marcou muito forte o Senado da República e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Mário Couto, Marconi Perillo, João Tenório, Papatálio Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem

apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O descompasso entre o discurso e a carpintaria”, publicado na sessão Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de janeiro do corrente.

O artigo trata do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo atual governo no último dia 22 de janeiro, mostrando que ele está “cheio de falhas, inconsistências e incongruências”.

Segundo o artigo, “suas metas de crescimento sustentado também certamente não serão atingidas enquanto não forem feitas ousadas reformas estruturais. Ou seja, enquanto o governo Lula não passar a agir exatamente como seu discurso pretende dizer que está agindo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho de Administração:

Presidente e
Roberto C. Mesquita
relatores
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
*Jana Carolina V. G. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1959)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luz Carlos Mesquita (1952-1970)
Jose Vieira de Carvalho Mesquita
(1953-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luz Vieira de Carvalho Mesquita
(1959-1997)
Ariarco de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Feijana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3846-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS E
INFORMAÇÕES

O descompasso entre o discurso e a carpintaria

que mais chama a atenção no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é o descompasso entre a sua concepção política - descrita no discurso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva leu no Palácio do Planalto, na segunda-feira - e a sua carpintaria técnica. Sob esse último ângulo, o PAC está cheio de falhas, inconsistências e incongruências. Trata-se, afinal, de uma tentativa de dar organicidade a mais de 360 projetos que, na maioria, foram concebidos isoladamente e em circunstâncias e condições distintas das atuais e que, quando não se trata de projetos já em andamento, como os da Petrobrás, por exemplo, deverão ser financiados com recursos de um Tesouro praticamente esaurido e investimentos da iniciativa privada, sem que esta dispoñha de um ambiente propício para fazer mais do que tem feito nos últimos anos.

Quanto às linhas políticas que, em teoria, orientaram a elaboração do programa, no entanto, não há reparos a fazer. Na verdade, o discurso de Lula foi uma encorajadora profissão de fé na democracia e na ortodoxia econômica que há mais de 12 anos garante a estabele-

dade da moeda, embora quanto ao equilíbrio fiscal não haja qualquer garantia no PAC. O governo, salientou o presidente Lula, quer colocar o Brasil no caminho do crescimento. Mas não a qualquer preço. O País, afirmou, "deve crescer com equilíbrio fiscal, com redução da dívida e da vulnerabilidade externa", "deve crescer sem inflação e sem controle de preços", "deve crescer mantendo e ampliando as liberdades civis e os direitos democráticos".

Dizendo isso, Lula não apenas reafirmou o seu desejo de estabilidade - que, diga-se, tem manido desde a "Carta aos Brasileiros" (embora no PAC não se comprometa com ela) -, como fez uma crítica pouco sutil aos presidentes Evo Morales e Hugo Chávez que, a pretexto de combater injustiças sociais, estão destruindo as instituições democráticas de seus países. Também não escapou o presidente Néstor Kirchner, que obtem na Argentina índices elevados de crescimento à custa do calote da dívida externa, da inflação alta e do controle de preços. Além disso, para desencorajar os adeptos do modelo chinês de crescimento, foi direto ao

centro: "Aqui não se cresce sacrificando a democracia, não se fortalece a economia empobrecedo o social."

Ao associar o crescimento econômico à democracia e ao progresso social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dissociou claramente o Brasil não apenas dos vizinhos populistas, mas também de alguns países emergentes. Mostrou que o Brasil se destaca, nesse grupo, por ter uma identidade própria, em cuja essência prevalecem os valores mais caros da civilização ocidental.

Poderia parecer estranha, à primeira vista, a exortação presidencial à "mobilização coletiva que estimule uma mentalidade produtiva em todos os setores sociais e ajude a fundamentar uma verdadeira cultura produtiva: a cultura do trabalho". Ora, uma das características mais notáveis do povo brasileiro é o seu pendor para o trabalho. Não foi outra coisa, senão o trabalho árduo, que transformou esse país numa das 15 maiores economias do mundo.

Mas o presidente Lula se apressa a esclarecer que não apenas reconhece a existência de

uma "energia empreendedora que se espalha pelo Brasil atora", como pretende contaminar com essa energia "o ambiente interno do governo, porque só avançaremos se conseguirmos melhorar, cada vez mais, o padrão de eficiência do setor público".

De fato, os fatores que contêm o crescimento do País têm a sua origem, todos, no setor público. Se a carga tributária é uma das maiores do mundo, se os marcos regulatórios não são favoráveis aos negócios, se a reforma tributária não anda e a indispensável reforma da Previdência não desengera - tudo isso se deve, primeiro, à complacência do governo diante do exagerado tamanho do Estado, que consome os recursos e as energias do setor privado e, depois, à paquidêmica ineficiência da máquina estatal, acolitada por um corpo legislativo infenso à modernização das instituições.

Os projetos do PAC que saírem do papel certamente ajudarão a aquecer a economia. Mas as suas metas de crescimento sustentado também certamente não serão atingidas enquanto não forem feitas ousadas reformas estruturais. Ou seja, enquanto o governo Lula não passar a agir exatamente como o seu discurso pretende dizer que está agindo.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corrente”, publicada no jornal **Valor Econômico** em sua edição de 23 de Janeiro de 2007.

A matéria destaca que o PAC, Programa de Aceleração da Economia, dá o sinal verde a investimentos do Estado, mas não aponta corretamente para a eliminação dos obstáculos ao investimento privado, que estão



Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte

Diretora Adjunta de Redação: Claudía Safatle

Conselho Editorial: Agostinho Cardoso Vieira, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corrente

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) divulgado ontem pelo presidente da República é um pacote de aumentos de gastos públicos, com medidas fiscais cosméticas. É também um “juntão” de iniciativas que já foram tomadas, ou que não foram tomadas antes mas poderiam ter sido, e pouca coisa nova. As 100 obras do PAC lembram um pouco as 50, do “Avança Brasil”, com sua miríade de gerentes. Espera-se que não tenham o mesmo destino.

Os R\$ 500 bilhões de investimentos do PAC podem impressionar pela magnitude, mas em si pouco significam. Na verdade, do Orçamento da União sairão em quatro anos R\$ 67,8 bilhões de investimentos, algo como R\$ 16,5 bilhões anuais, não muito superiores ao dispêndio com investimentos em 2006, mas maiores que os da média do primeiro mandato de Lula. O montante relevante para os investimentos, ou R\$ 436,1 bilhões, virá das estatais e, quem sabe, da iniciativa privada. Quase metade deles serão feitos pela Petrobras e ocorrerem de qualquer maneira, com ou sem PAC. Completa a conta o Projeto Piloto de Investimentos, cujos gastos deverão saltar de 0,2% para 0,5% do PIB com possibilidade de abatimento do superávit primário.

A premissa implícita do pacote parece ser a de que o crescimento brasileiro só será “destravado” se o Estado gastar mais, o que é, no mínimo, um diagnóstico muito parcial. O governo ignorou o fato de que a carga tributária é um dos maiores entraves aos investimentos — a desoneração é uma parcela pífia do PAC. Na prática, há R\$ 1,4 bilhão de redução adicional de tributos em 2007, em um bolo de R\$ 6,6 bilhões. Para 2008, são mais R\$ 2,6 bilhões, além dos R\$ 8,9 bilhões de efeitos de medidas já tomadas. No plano mais amplo, o governo tem, por exemplo, a firme intenção de manter a CPMF com alíquota de 0,38% não apenas até 2010, o que é péssimo, mas até 2016, o que é completamente insensato. Com o dinheiro ainda, é a carga tributária alta que sustentará agora os gastos do governo para acelerar o crescimento. É uma receita que não deu certo no passado.

Os gastos que preocupam não são os dos investimentos, porém. O Estado precisa

retraídos pelo elevado custo do capital, um dos mais altos do mundo, e pela enorme carga de tributos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

investir mais e as prioridades são conhecidas, aceitas e concentradas na infra-estrutura — estradas, energia, portos, saneamento e habitação. Mas para isso precisaria frear gastos correntes e as contas apresentadas na divulgação do PAC têm frágil consistência. Há a promessa de manutenção de dispêndios com os benefícios da Previdência em 8,2% do PIB, enquanto que o salário mínimo dará saltos, ao ser corrigido pelo INPC mais a evolução do PIB de dois anos antes. Como a meta de inflação está projetada para 4,5% até 2010, e o crescimento do PIB em 4,5% em 2007 e 5% nos anos seguintes, haverá aumentos do mínimo da ordem de 9% no futuro, já que o INPC não deve ser tão menor que o IPCA, a base da meta. Dito de outro modo, após ter assegurado seu poder de compra com o INPC, ele crescerá tanto mais quanto maior for o crescimento da economia. É forte o impacto sobre os gastos da Previdência.

Além disso, foi indexada a folha salarial do funcionalismo ao IPCA, com aumento real de no máximo 1,5% ao ano. Na projeção do PAC, os gastos caem de 5,2% em 2006 para 4,7% do PIB em 2010. Na prática, a folha crescerá até 6% ao ano, acima do PIB até 2010, pelo menos, mantida a projeção do IPCA do PAC. Os principais itens de despesas — salários do funcionalismo e gastos da Previdência — crescerão junto com os investimentos. Pode-se pensar então em uma economia radical com os juros, o que, estranhamente, não ocorrerá. O PAC incorpora a projeção de juros do mercado e serão reduzidos em uma lentidão exasperante. A taxa média fecharia este ano em 12,2% (Selic), 11,5% em 2008, 10,5% em 2009 e 10,1% em 2010 — em quatro anos, queda média de 2,1 pontos percentuais. Ainda assim, o déficit nominal, segundo o PAC, será praticamente zerado (-0,2% em 2010). Só o crescimento de 5%, com uma arrecadação exuberante fecham esta equação.

O PAC dá o sinal verde a investimentos do Estado, mas não aponta corretamente para a eliminação dos obstáculos ao investimento privado, que estão retraídos pelo elevado custo do capital, um dos mais altos do mundo, e pela enorme carga de tributos. Lançado o PAC, resta torcer para que desta vez o governo demonstre competência gerencial para que impulse alguma modernização na infra-estrutura.

O PAC e os riscos da demanda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez anteontem uma defesa enfática do crescimento da demanda diante dos empresários, acrescentando que “o País não pode continuar tendo medo de crescer”. Parecia resposta indireta ao Copom, que havia sinalizado que um eventual descompasso entre oferta e demanda poderia acarretar desvios da inflação.

Lembrems que no seu primeiro mandato o governo elegeru o estímulo à demanda interna como instrumento do crescimento econômico. Favoredu a queda da taxa de juros, a expansão do crédito e uma melhora dos rendimentos. Tevesucesso na ampliação da de-

manda interna, embora a produção da indústria de transformação crescesse menos do que no ano anterior.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se for realmente aplicado, terá de elevar a demanda de modo menos artificial do que foi feito no ano passado. Por definição, investimentos na infraestrutura representam distribuição de salários e aumento da demanda de bens e serviços, antes que se aumente a oferta.

Isso precisa ser levado em conta e talvez fosse recomendável que o governo reduzisse alguns incentivos artificiais (co-

mo o crédito consignado) para evitar que a demanda tenha um crescimento explosivo em prazo curto. É por isso lamentável que a Caixa Econômica Federal abra uma linha de crédito consignado de 72 meses, gerando uma demanda artificial e sobrecarregando as disponibilidades financeiras das famílias com consequências negativas.

Seguramente, o PAC, se for eficaz, aumentará a demanda da maneira mais saudável a médio e longo prazos. O presidente pede aos empresários para não se preocuparem com essa evolução, objetivando convencer ain-

dústria a fazer investimentos. De fato, os investimentos privados são indispensáveis para o sucesso do PAC. Mas, na ausência de uma queda na carga tributária, é difícil que apareçam, pois os empresários duvidam da boa execução do PAC e temem seus efeitos negativos nas finanças públicas.

O presidente da República tem razão ao afirmar que não teme o crescimento da demanda, mas qualquer desequilíbrio entre demanda e oferta será coberto por importações, em detrimento da indústria nacional. É a forma inadequada de aumentar o ritmo de crescimento e mais uma vez se verifica que a reforma fiscal é o caminho indispensável, junto com a redução dos gastos do governo. ●

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O PAC e os riscos da demanda”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 08 de Fevereiro de 2007.

O editorial lembra que o crescimento econômico do país nos últimos quatro anos foi conseguido graças ao estímulo à demanda interna com o favorecimento da queda na taxa de juros e a expansão do crédito, mas alerta o governo do Presidente Lula, que se o PAC, Programa de Aceleração da Economia, for realmente aplicado, o governo petista terá de elevar a demanda de modo menos artificial, com investimentos em infra-

estrutura e a conseqüente distribuição de salários e aumento da demanda de bens e serviços.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Pouca energia”, publicada pelo **Folha de S.Paulo** de 28 de Janeiro de 2007.

O editorial critica o PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, por manter o setor elétrico na incerteza ao propor projetos duvidosos ao setor, sem garantias para a iniciativa privada e também por ser tímido no campo das fontes alternativas de energia.

Pouca energia

PAC mantém incerteza no setor elétrico por contar com projetos duvidosos e é tímido no campo das fontes alternativas

O PROGRAMA DE Aceleração do Crescimento (PAC) disseminou muitas dúvidas e algumas respostas sobre o setor de energia elétrica, fundamenta para o desenvolvimento econômico. Se não chegou a causar decepção profunda, tampouco emitiu sinal claro de que esse insumo decisivo estará garantido na medida necessária para que as intenções se realizem.

Dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos no plano, entre 2007 e 2010, R\$ 78,4 bilhões se destinariam à área de energia elétrica. Desse subtotal, R\$ 65,9 bilhões iriam para geração e R\$ 12,5 bilhões para transmissão. A meta é acrescentar 12.386 MW (megawatts) aos 100 mil MW atuais e 13.826 km de linhas aos 194 mil km da malha existente.

O pacote concentra as medidas na desoneração tributária de obras e equipamentos e na facilitação do financiamento, de modo a aumentar a rentabilidade de novos projetos. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), prevê redução de 10% a 18% no custo de geração de novas usinas. Subsiste algum ceticismo, porém, quanto a tais providências serem suficientes para atrair dinheiro privado em ritmo e montante adequados para cumprir metas de expansão.

Para crescer a taxas próximas de 5%, o país precisará aumentar em pelo menos 5,1% ao ano a oferta de eletricidade, segundo projeções da EPE. Seu Plano Decenal 2006-2015, anterior ao PAC, projetava taxas de crescimento do PIB na faixa de 4% ;

Sr. Presidente, solicito que o editorial citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

4,5%, até 2011, no cenário mais otimista. Diante dos objetivos do PAC, a EPE estima uma demanda adicional de 1.000 MW.

Há mais incertezas, no entanto. A construção da usina nuclear Angra 3, incluída no Plano Decenal, ficou fora do anúncio do PAC. Consta, por outro lado, de um anexo do PAC noticiado ontem por esta **Folha**, com operação prevista para agosto de 2013. Por ser uma forma de geração controversa, o governo fica devendo uma definição mais clara de suas intenções a respeito.

Permanecem dúvidas também sobre a entrada em operação, nas datas fixadas, de várias usinas hidrelétricas relacionadas no PAC. O exemplo mais citado é Belo Monte, com potência de 5.681 MW em sua primeira fase. O programa conta com seu licenciamento ambiental prévio em dezembro de 2008, mas esse

desrecho e imprevisível, diante das sucessivas barreiras judiciais que o empreendimento enfrenta desde 2001.

Por fim, o pacote de Lula peca pela ausência de um programa vigoroso para incentivar formas alternativas de geração, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e de aproveitamento de biomassa. O MME prevê meia centena de PCHs, outro tanto de eólicas e apenas oito projetos de co-geração a biomassa, metas que podem ser consideradas tímidas. No detalhamento do período 2007-2010 constante do anexo já citado, contudo, aparecem somente seis PCHs e não há menção a eólicas nem a biomassa.

É pouco para um plano que pretendia engrenar a economia brasileira no ritmo do século 21.

Justiça sem aparelho

DÃO MARGEM a certa inquietude as especulações de que Tarso Genro, hoje titular das Relações Institucionais, seria deslocado para a Justiça na reforma ministerial a ser promovida pelo presidente Lula. Tal mudança, a julgar pela trajetória política de Genro, colocaria em questão a continuidade de avanços institucionais a duras penas obtidos nos últimos anos.

A escolha de Márcio Thomaz Bastos para ocupar a pasta a par-

tir de 2003 preservou algumas linhas de continuidade em relação ao perfil de alguns de seus antecessores imediatos. Como José Carlos Dias e Miguel Reale Jr., Bastos é um advogado de prestígio com afinidades partidárias, e não um político profissional com afinidades jurídicas — caso de Tarso Genro.

À diferença de Bastos, o ex-prefeito de Porto Alegre é um quadro que provém diretamente da máquina partidária. Em plena crise do PT, vale lembrar, Lula

despachou Genro para presidir a sigla em emergência. Este cumpriu com denodo a tarefa de acenar com mudanças — o termo era “refundação” — apenas até que passasse a fase aguda do mensalão. Depois que tudo se acomodou ao arranjo de sempre, Genro foi readmitido no governo.

Márcio Thomaz Bastos saiu algo arranhado de episódios como a violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa e a investigação do escândalo do dossiê (o que teria ocorrido se o ministério es-

tivesse conectado diretamente à máquina petista?). Essas interrogações, no entanto, não invalidam seus méritos na modernização da Polícia Federal e na condução da reforma do Judiciário, que só foram à frente porque Bastos manteve certa distância do petismo militante.

Seria um retrocesso se o Ministério da Justiça na segunda gestão Lula ficasse sujeito a aparelhamento político-partidário.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Assustando o investidor”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 08 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que a ingerência política nas agências reguladoras por parte da Casa Civil é contrária aos propósitos do PAC, Programa de Aceleração da Economia. Isso, segundo a matéria, afasta o investidor já que as agências reguladoras deveriam ser independentes do Executivo, tendo suas decisões baseadas nas regras de mercado e não na política do

momento, o que provocará o recuo dos investidores, inviabilizando o PAC.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assustando o investidor

Além de comandar a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, deverá supervisionar as relações entre agências reguladoras e os demais órgãos do governo, marcadas nos últimos quatro anos por numerosos conflitos. Essa função está associada oficialmente a uma inovação de nome tão enrolado quanto pomposo: Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação. O trabalho de coordenação e pacificação seria muito bem-vindo noutra circunstância, mas, neste caso, apenas confirma a insistência num erro: a manutenção das agências como órgãos subordinados aos Ministérios e a interesses políticos.

Com mais essa atribuição, a ministra Rousseff, já considerada uma espécie de gerente-geral do governo, consolidará sua posição de figura mais forte do Ministério. A escolha de um gerente-geral – quase um primeiro-ministro – pelo presidente Lula é uma decisão de sua alçada exclusiva e reflete um estilo de gestão. Ruim é o sentido político dessa iniciativa, contrária a uma das mais importantes inovações administrativas ensaiadas nos últimos dez anos.

O governo importou na década passada o conceito de agências reguladoras como órgãos de Estado, não de governo. Sua função seria definir normas estáveis, impessoais e imunes a oscilações político-partidárias para o funcionamento de setores essenciais à

economia, como telecomunicações, eletricidade e transportes. Haveria uma separação entre as decisões políticas de longo alcance, dependentes do Executivo e do Legislativo, e as tarefas de fixação de regras, fiscalização e supervisão das atividades de cada setor. Previsibilidade, estabilidade e segurança seriam as principais vantagens do esquema, comprovadas noutros países.

São condições altamente valorizadas pelos investidores. É difícil convencê-los a imobilizar capital em atividades produtivas, especialmente em projetos de amortização demora-

Ingerência política nas agências é contrária aos propósitos do PAC

da, como os de infra-estrutura, quando não há garantia de regras estáveis e de respeito a contratos. Excesso de burocracia e lentidão do sistema judicial são desvantagens bem conhecidas e pesam contra o Brasil nas decisões de investimento. Não só os estrangeiros se afastam. Também os empresários nacionais levam em conta esses dados quando resolvem aplicar seu capital. Agências reguladoras poderiam atenuar esses defeitos, tornando o País mais atraente para capitais.

Apesar disso, o governo petista fez o possível para enfraquecer as agências e submetê-las ao controle político do Executivo. Antonio Palocci, na Fazenda, foi um dos poucos ministros a resistir a essa tendência, empenhando-se em consolidar as agências como organis-

mos autônomos operacionalmente. Esses ministros foram derrotados.

Desde o início do primeiro mandato, em 2003, houve tentativas de subordinar as agências ao controle político dos ministros. O primeiro conflito ocorreu na área de comunicações. Outros ocorreram, com a tolerância do presidente Lula. O projeto de regulamentação das agências mandado ao Congresso pelo Executivo confirmou a intenção de restabelecer o predomínio da ingerência política nas decisões sobre infra-estrutura. O setor privado reagiu da forma previsível, criticando o projeto e deixando clara sua insegurança.

A regulamentação do setor elétrico apenas confirmou a tendência de subordinar a política de infra-estrutura à restauração do estatismo e às manifestações de voluntarismo dos governantes. O recuo dos investidores foi a resposta. Mas o governo foi além, aparelhando politicamente as agências e criando todo tipo de obstáculos ao seu funcionamento. Várias passaram longo tempo sem diretores em número suficiente para deliberar.

Ao manter essa orientação, o presidente Lula desperdiça um elemento importante para a realização do PAC. Se, em vez disso, anunciasse o propósito de fortalecer as agências, oferecendo maior segurança aos investidores, mandaria um sinal positivo ao mercado e despertaria a boa vontade em relação a seu plano. Também por esse lado o PAC começa muito mal.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Obsessão autoritária”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 09 de fevereiro do corrente.

Em seu artigo, a jornalista alerta que a busca do PT, Partido dos Trabalhadores, pelo poder absoluto é recorrente e exige estreita vigilância, referindo-se ao fato do deputado petista Cândido Vaccarezza e seu grupo propor alterar a Constituição para transferir ao Presidente da República a prerrogativa de convocar plebiscitos com a clara intenção de tentar se perpetuar no poder a exemplo de seu colega venezuelano Hugo Chavez. Dora Kramer lembra que essa é a primeira vez que o PT tenta concentrar poderes em um só poder revelando o despreço ao atributo essencial da República e da democracia: o equilíbrio entre os encarregados de legislar, julgar e executar as tarefas do Estado. A articulista lembra que a escalada petista

Obsessão autoritária

O deputado Cândido Vaccarezza sofisma e tenta fazer de tola a Nação quando zomba da constatação sobre a natureza autoritária da proposta de alterar a Constituição para transferir do Congresso ao presidente da República a prerrogativa de convocar plebiscitos, arquitetada por um grupo de petistas liderados por ele.

Este não é o primeiro e, a despeito das fortes e constantes reações contrárias, não será o último gesto de apreço dos atuais ocupantes do poder pela concentração de poderes em um só Poder, que revela despreço ao atributo essencial da República e da democracia: o equilíbrio entre os encarregados de legislar, julgar e executar as tarefas de Estado.

A escalada vem de longe e já inclui exemplos suficientes para autorizar qualquer desconfiança: as tentativas de enquadrar os produtores culturais aos ditames da nomenclatura e submeter à imprensa a um conselho de fiscalização estatal, a idéia de “democratizar” os meios de comunicação mediante a criação de uma rede de veículos financiados por verbas públicas, o uso do aparelho de Estado para quebrar o sigilo bancário e desmoralizar um cidadão, a proposta de convocação de Constituinte exclusiva para tratar da reforma política e agora essa história de dar ao presidente da República o poder de convocar plebiscitos sobre “assuntos de interesse nacional”.

A insistência na mesma tecla – a busca do exercício do poder absoluto – justifica a vigilância e desmonta a estuda da inocência com que o deputado Vaccarezza rebate as críticas, justificando a idéia como parte de um projeto de “fortalecer a democracia e facilitar a participação da população”.

vem de longe, com as tentativas de enquadrar os produtores culturais aos ditames da nomenclatura e de submeter à imprensa a um conselho de fiscalização estatal, passando pela idéia de “democratizar” os meios de comunicação mediante a criação de uma rede de veículos financiados por verbas públicas e culminando com o uso do aparelho do Estado para quebrar o sigilo bancário e telefônico de um cidadão na tentativa de desmoralizar a testemunha de um crime praticado por um membro do partido do Presidente da República. Por tudo isso a jornalista nos alerta a mantermos estreita vigilância.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fortalecer a democracia retirando prerrogativas do Congresso seria uma contradição em termos se a intenção

A busca do PT pelo poder absoluto é recorrente e exige estreita vigilância

não fosse exatamente a de enfraquecê-lo em detrimento da democracia representativa. O deputado cita exemplos de outros países onde os instrumentos do plebiscito e do referendo são utilizados com frequência, a fim de submeter assuntos de interesse (nacional ou local) ao escrutínio da população.

Em nenhum deles, pelo menos nos democráticos, o presidente pode convocá-los por vontade unilateral. Com que

objetivo o Brasil instituiria essa inovação malsã?

No documento onde é feita a proposta é sugerido também o fim da reeleição, ponto apresentado por seus autores como “prova” de que a meta não é abrir espaço para o presidente Luiz Inácio da Silva vir a pleitear um novo mandato. Antes assim. Mas isso não retira da proposta seu caráter profundamente suspeito de intenções não explicadas.

Se o propósito é, como diz o deputado Vaccarezza, “corrigir distorções” do sistema, que sentido faz criar uma regra que aumenta a distorção, pois desequilibra ainda mais a já tão desequilibrada equipolência dos Poderes?

Nenhum. A menos que a finalidade seja conferir a Lula um instrumento de ligação direta – e plena – com as chamadas massas para a realização de algum intento ainda não explicitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 08 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, responsabilizou a política de juros do Banco Central pela queda de 2% na oferta de novos empregos com carteira assinada no País em 2006 e que teria sido melhor se os juros caíssem mais e câmbio favorecesse as exportações.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO | ECONOMIA | D1

MERCADO DE TRABALHO

Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC

Ministro diz que resultado em 2006 teria sido melhor se juros caíssem mais e câmbio favorecesse exportações

Isabel Sobral
BRASÍLIA

Emprego sobe 0,86% em janeiro na indústria de SP

Uma pesquisa de Emprego da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo, feita pela Fiesp, apontou alta de 0,86% no nível de emprego em janeiro ante dezembro de 2006. Isso significa, em números absolutos, a criação de 19 mil vagas. A variação em janeiro de 2006 foi de 0,39%, equivalente a 8 mil vagas. A alta em janeiro deste ano somada a 228 mil vagas em 2005, totaliza 247 mil vagas em 2006. Somente em dezembro, houve contratação de 317,4 mil vagas, o que representa um aumento de 1,8% em relação ao mesmo mês de 2005.

Marinho afirmou que o nível de taxa de câmbio, próximos dos R\$2 por dólar, é pouco atrativo para exportadores e afetou as decisões das empresas de fechar as demissões. Segundo ele, isso deve ser visto como um “alerta” pelo BC. “O mercado formal no melhor que o acumulado no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, quando a econo-

mia criou 1,815 milhão de vagas, mas fica bem longe dos 10 milhões de empregos citados como necessidade do País pelo então candidato Lula durante a campanha de 2002.

Marinho frisou que esse número nunca foi uma meta. “Desafio qualquer pessoa a encontrar, isso no programa de governo”, afirmou, ponderando que os dados gerais do mercado de trabalho, que ficarão prontos no segundo semestre, apontarão a geração de pelo menos 8,5 milhões de ocupações nos próximos quatro anos, incluindo o mercado informal. O Caged registra demissões e contratações feitas por empresas privadas por meio da CIT, deixando de fora empregados domésticos e servidores públicos.

O ministro, que na terça-feira já havia criticado a política monetária, voltou a dizer que o BC “errou em 2005 e está errando de novo” ao deselevar o ritmo de corte da Selic. “Ele disse não se sentir uma voz destoante

no governo por fazer a crítica, porque, com a queda do dólar, muitas empresas estão transferindo investimentos para o exterior. “Me sinto uma voz com a obrigação de alertar a autoridade monetária para o fato de que

São Paulo foi o Estado com melhor desempenho, com mais 267 mil postos

o câmbio mexe com o mercado de trabalho.”

A construção civil, que gerou 85,8 mil vagas no ano passado, é a aposta de Marinho para 2007. A expectativa é que as medidas do Programa de Acelera-

lo apresentem o melhor desempenho mais o setor, mas Marinho não citou metas para este ano.

Em 2006 houve abertura de vagas em quase todos os setores. A exceção foi a indústria calçadista, que eliminou 401 postos de trabalho ante 157 mil vagas fechadas no ano anterior. A agropecuária, que em 2005 eliminou 12,8 mil vagas formais, em 2006 teve pequena recuperação, abrindo 6,5 mil postos.

O setor de serviços contratou mais 521,6 mil trabalhadores formais enquanto o comércio registrou 836,7 mil e a indústria em geral, 250,2 mil. Regiões metropolitanas geraram 504 mil postos, superando o crescimento de empregos no interior do País, que foi de 483,7 mil vagas. Entre os Estados, São Pau-

DIFICULDADE

Jeiferson Hiaquina, de 20 anos, chegou cedo ontem à Rua Barão de Itapetitinga, centro de São Paulo. Curriculo na mão, se juntou a um grupo que observa placas com anúncios de emprego carregadas por homens sanduiche. “Está difícil conseguir uma vaga. Quando vem, pagam muito pouco.” Ele não tem seguido grau completo e seu último emprego foi como vendedor em uma loja de eletrodomésticos. Está desempregado desde outubro. “Estou pensando em me mudar para o Japão”, afirma ele, neto de japoneses. •

COLABOROU MARIANNA ARAÇAO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 331, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 331, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 15-3-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 332, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 332, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 18-3-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 25-3-2007

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

(OS:10828/2007)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner**^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery**^S
PSDB – Flexa Ribeiro**^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto **^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório**^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira**^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana **^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: somcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALOIZIO MERCADANTE		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Requerimento nº. 147, de 2007, que requer autorização para ausentar-se do País no período de 4 a 7 de março de 2007, para participar da “Conferência Del Grupo PSE Sobre América Del Sur”, realizado em Bruxelas, na Bélgica.....	308	Requerimento nº. 143, de 2007, que solicita informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente relativas à concessão de Licença Prévia para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco.	15
ALVARO DIAS		Protesta contra a atitude pouco elegante e descortês da Mesa e do Plenário, com a decisão de inclusão, em regime de urgência, em Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº. 4, de 2007, de autoria da Comissão Diretora, que suprime o parágrafo 1º do artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal, para autorizar a participação de membro da Comissão Diretora em Comissão permanente.....	175
Projeto de Lei do Senado nº. 56, de 2007, que altera o art. 143, da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.....	4	Encaminhamento à Mesa de requerimento sobre a problemática da transposição do Rio São Francisco, juntamente com perguntas a respeito dos pareceres do IBAMA.....	186
Projeto de Lei do Senado nº. 57, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº. 9.981, de 14 de julho de 2000.	5	Críticas ao adiamento da votação do projeto que modifica a maioria penal.....	187
Esclarecimentos ao Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre decisão da Mesa e do Plenário de inclusão, em regime de urgência, em Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº. 4, de 2007, de autoria da Comissão Diretora, que suprime o parágrafo 1º do artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal, para autorizar a participação de membro da Comissão Diretora em Comissão permanente.....	176	Críticas ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.....	187
		ARTHUR VIRGÍLIO	
Destaque para a crescente violência no Estado do Paraná e, como exemplo, cita a morte do publicitário André Heitor Costi Filho, ex-diretor comercial e filho do diretor-presidente do jornal <i>O Paraná</i>	176	Requerimento nº. 141, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse, dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, coroação de uma brilhante carreira de quase meio século na Justiça do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assume a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.	14
Esclarecimentos ao Senador Antonio Carlos Magalhães quanto às questões regimentais.....	186	Requerimento nº. 145, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela inauguração do Centro de Alta Complexidade.....	16
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	195		

	Pág.		Pág.
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	199	CÉSAR BORGES	
Voto de aplauso ao Hospital Beneficência Portuguesa de Manaus pela inauguração do seu Centro de Alta Complexidade, denominado Comendador José dos Santos Silva Azevedo.	225	Comentários sobre a visita do Ministro da Integração Nacional, o Senhor Pedro Brito, à Bahia e questionamentos sobre o anúncio da liberação de recursos do Governo Federal para a região.	416
Alerta para risco de mais aumento da carga tributária, para financiar o projeto expansionista do PAC. Aparte ao Senador José Agripino.	239	Críticas ao modelo de reforma agrária feito pelo Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.	421
Parabenização aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	247	CÍCERO LUCENA	
Críticas ao baixo crescimento econômico do País no Governo Lula.	248	Requerimento nº. 142, de 2007, que requer informações ao Ministro das Minas e Energia pertinentes à Agência Nacional de Petróleo.	15
Transcrição da matéria intitulada “Governadores da oposição vão pedir mudanças”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 23 de janeiro de 2007.	257	Requerimento nº. 146, de 2007, que requer voto de profundo pesar pelo falecimento de Francisco Pereira da Nóbrega, professor universitário, ex-Padre e escritor, bem como apresentação de condolências à sua família.	16
Expectativa de que o PFL retire a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº. 352 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que concede incentivos para a implantação de tecnologia digital no País.	324	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	201
Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.	365	Comentários acerca da importância do investimento em educação de qualidade para o desenvolvimento do País e a redução da criminalidade. Reflexão sobre os motivos que levam à evasão escolar. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	377
Comentários a respeito das generosas concessões do Governo Lula aos países vizinhos.	365	Críticas ao uso vicioso de Medidas Provisórias pelo Poder Federal, utilizadas nas mais diversas e esdrúxulas situações e, em sua grande maioria, sem os requisitos de urgência e relevância que a autorizam.	384
Destaque para a questão da violência no País.	365	Transcrição da matéria intitulada “PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corrente”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 23 de janeiro de 2007.	438
Transcrição do artigo intitulado “O descompasso entre o discurso e a carpintaria”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 24 de janeiro de 2007.	436	CRISTOVAM BUARQUE	
AUGUSTO BOTELHO		Projeto de Lei do Senado nº. 54, de 2007, que altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.	2
Solicitação de ajuda do Governo Federal para o combate às queimadas no Estado de Roraima.	255	Projeto de Lei do Senado nº. 58, de 2007, que dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores.	6
Análise do desempenho do Banco do Brasil em 2006.	340		
Homenagem ao aniversário do Presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Netto, que completa 66 anos de idade, no dia 2 de março de 2007, e parabenização ao excelente trabalho humanitário prestado por sua ONG. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	344		

Pág.	Pág.
Preocupação com o processo de involução por que passa o Brasil, como a corrupção, o aumento da violência e o retrocesso na área de ciência e tecnologia	165
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	194
Alerta para o processo de involução da econômica do País, acompanhado do crescimento da corrupção e aumento da violência. Aparte ao Senador José Agripino.....	241
Comemoração pelo transcurso dos 85 anos da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, no teatro Municipal de São Paulo. Aparte ao Senador Marconi Perillo.....	246
Alerta para a necessidade de o Senado Federal apresentar trabalhos mais concretos, que possam mudar a vida do povo brasileiro. Aparte ao Senador Gerson Camata.....	316
Considerações acerca da celebração de 120 anos da abolição da escravatura, a comemorar-se em 13 de maio de 2008, e da necessidade de reflexão sobre como completar essa abolição, que ainda está incompleta, e inserir melhor o negro na sociedade brasileira. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	318
Considerações acerca das conseqüências da falta de políticas públicas destinadas a solucionar os problemas estruturais do Brasil.	354
Preocupação com o assustador crescimento da violência no Distrito Federal. Aparte ao Senador Efraim Morais.....	361
Comentários a respeito de projeto de S. Exa. que cria uma comissão intermediária entre professores, servidores da educação e o Governo, para analisar a legitimidade das reivindicações desses profissionais. Aparte ao Senador Paulo Paim.	390
Reflexões acerca da história do Brasil relacionada aos diversos tipos de assaltos	404
Apelo para a aprovação do projeto de S. Exa. que indeniza o analfabeto adulto com uma bolsa de 100 reais, pagos no dia em que ele receber o seu diploma de alfabetizado. Aparte ao Senador Tião Viana	408
Apoio a aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Tião Viana que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Aparte ao Senador Tião Viana.....	408
DELCIDIO AMARAL	
Parecer nº. 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 75, de 2004 (nº. 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº. 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.	159
EDISON LOBÃO	
Comentários sobre a importância da implantação de tecnologia digital no País. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	325
Alerta para a necessidade de redução da burocracia para abertura de empresas no Brasil...	336
EDUARDO AZEREDO	
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	199
Solicitação de providências para que a TV Senado volte a estar disponível na grade comum das TVs a cabo, as quais estão instalando os codificadores para a TV digital e retirando o acesso às TVs públicas.	203
EDUARDO SUP LICY	
Explicações sobre o adiamento, para a semana seguinte, da PEC que trata da necessidade da presença do Presidente da República no início dos trabalhos legislativos, por não haver quórum suficiente para sua votação.	187
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	196
Pedido de transcrição da reportagem sobre a China, que fez para a revista <i>Isto É</i> , intitulada "Um mundo, um sonho: a volta à china 30 anos depois".....	225
Comentários acerca do crescimento de 2,9% do PIB brasileiro, anunciado pelo IBGE, demonstrando confiança no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.	241
Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheider, no dia 5 de	

	Pág.		Pág.
março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Mão Santa.....	412	EXPEDITO JÚNIOR	
Apoio a aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Tião Viana que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Aparte ao Senador Tião Viana.....	408	Proposta de Emenda à Constituição nº. 11, de 2007, que altera o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, para estabelecer que as medidas provisórias sejam despachadas, pela Mesa de cada uma das Casas, à comissão permanente com as quais tenham maior pertinência temática	21
Comentários sobre os avanços obtidos pelo Governo Lula em seu projeto de reforma agrária. Aparte ao Senador José Agripino.....	422	Proposta de Emenda Constitucional nº. 12, de 2007, que altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato.....	24
Requerimento nº. 150, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007.....	425	Apelo à revisão da Portaria 15, da Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, que proíbe, por meio de embargo, a entrada da carne dos Estados de Rondônia e do Acre, no Estado do Rio Grande do Sul, devido a ocorrência de aftosa na Bolívia.....	203
Apresentação de balanço dos avanços na reforma agrária promovidos pelo Governo Lula. ...	426	Importância da discussão para a legalização da exploração de riquezas minerais em terras indígenas, evitando, dessa forma, sua exploração irracional.....	203
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007.....	426	Preocupação com a violência no Estado de Rondônia.....	203
Requerimento nº. 151, de 2007, que requer autorização para participar, como representante do Senado Federal, da 70ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, realizada entre os dias 15 e 17 de março de 2007, na África do Sul	431	Encaminhamento de requerimento que solicita a reconstituição do Ofício "S" nº. 12, de 2003, que trata sobre a renegociação das dívidas do Banco do Estado de Rondônia - BERON.....	225
Apresentação de convite do Banco Mundial feito à Sua Excelência para representar o Senado Federal na 70ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, realizada na Cidade do Cabo, África do Sul.....	434	FÁTIMA CLEIDE	
Considerações sobre o projeto de assentamento do Governo Federal nas terras da empresa Maisa – Mossoró Agroindustrial S.A., no Rio Grande do Norte. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.....	435	Parecer nº. 90, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 224, de 2000, que torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências.....	276
EFRAIM MORAIS		FLEXA RIBEIRO	
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.....	171	Requerimento nº. 144, de 2007, que requer que seja consignado Voto de Congratulação ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse na Presidência do Superior Tribunal do Trabalho, biênio 2007/2008.....	16
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	200	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	201
Comentários sobre editoriais publicados pelos jornais <i>Correio Braziliense</i> e <i>Valor</i> , acerca da questão da desenfreada violência urbana vivida no Brasil.....	360	Encaminhamento do requerimento de congratulações ao Ministro Rider Nogueira Brito, pela posse na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho. ...	202
		Críticas ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), inviável graças ao lamentável	

	Pág.		Pág.
crescimento de 2,9% do PIB brasileiro, crescimento superior apenas ao do Haiti. Aparte ao Senador José Agripino.....	243	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Parabenização aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.....	248	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	195
Críticas ao baixo crescimento econômico do País no Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	250	GERSON CAMATA	
Alerta para a necessidade urgente da reforma tributária e da redução da taxa de juros para o crescimento econômico do País.....	252	Pedido de mais rigor, à Mesa Diretora, quanto ao cumprimento do Regimento Interno, no que diz respeito ao prazo para troca de relator dos projetos.....	164
Decepção diante da comemoração do Governo Lula em torno do PIB, que cresceu apenas 2,9% contra os 5% prometidos pelo Governo ..	252	Importância da visita, ao Senado Federal, dos governadores da região Sudeste para propor medidas a respeito da segurança pública. Adiamiento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por 45 dias, do projeto que modifica a maioria penal.	173
Críticas ao esforço do Governo Federal de manter o dólar em patamares que colocam em risco as exportações brasileiras.	252	Projeto de Lei do Senado nº. 59, de 2007, que altera a Lei nº. 9.034, de 3 de maio de 1995, para adicionar artigo que tipifica o crime de formação de organização criminosa.	308
Transcrição da matéria intitulada “Camisa de força neles. Eles enlouqueceram”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , do dia 8 de fevereiro de 2007.....	261	Defesa da compra de patrulhas mecanizadas destinadas a socorrer produtores rurais atingidos por enchentes.....	312
Registro da matéria intitulada “Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de fevereiro de 2007.....	443	Críticas a generosidade do Presidente Lula para o Governo boliviano, esquecendo-se da precária situação em que se encontram as prefeituras brasileiras em todo o País	312
FRANCISCO DORNELLES		Apelo ao Presidente Lula para que inclua no denominado pacote antiviolença, projetos de lei em análise no Congresso Nacional	312
Projeto de Lei do Senado nº. 55, de 2007, que institui o Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio.	3	Requerimento nº. 148, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Delphine Douyère e o seu esposo Senhor Christian Doupes e de Jérôme Faure, barbaramente assassinados no Rio de Janeiro, e requer, ainda, apresentação de condolências aos seus familiares e ao Cônsul Geral da França Senhor Hugues Goisbaulp	373
GARIBALDI ALVES FILHO		Defesa do investimento em educação de qualidade objetivando o desenvolvimento do País e a redução da criminalidade. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti	379
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	200	Justificação de requerimento de Voto de Pesar pelo assassinato do casal de franceses, a Senhora Delphine Douyère e o seu esposo Senhor Christian Doupes, e do cientista social francês Jérôme Faure, no Rio De Janeiro	383
Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	428	Críticas a excessiva generosidade do Governo Lula em financiar, a juros subsidiados, a compra de tratores e máquinas agrícolas para os prefeitos da Bolívia. Aparte ao Senador Mário Couto	386
Considerações acerca da falta de apoio do Governo Federal e do abandono que se encontra o projeto de assentamento nas terras da empresa Maisa – Mossoró Agroindustrial S.A., no Estado do Rio Grande do Norte	434		

	Pág.		Pág.
GILVAM BORGES			
Comunicação a várias Prefeituras Municipais do Estado do Amapá sobre a disponibilização de recursos para pagamento de diversos convênios do interesse desses municípios	409	ta de Emenda à Constituição nº. 2, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.....	284
HERÁCLITO FORTES			
Considerações acerca da importância do Projeto Maisa, pioneiro na produção de frutas no Nordeste do País. Aparte ao Senador José Agripino.....	420	JAYME CAMPOS	
Repúdio à nota da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), acerca da posição em relação à proposta de implantação da CPI das ONGs.....	422	Preocupação com a violência no Estado do Mato Grosso.....	268
IDELI SALVATTI			
Considerações acerca da necessidade da regulamentação do direito de greve. Aparte ao Senador Paulo Paim	389	JOÃO BATISTA MOTTA	
Justificação de projeto encaminhado à Mesa, da autoria de S.Exa., que pretende garantir o fornecimento da vacina contra o vírus do HPV pelo SUS	391	Parecer nº. 86, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº. 942, de 2005, que requer da Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003, assim como notas fiscais que suportam os referidos saques	147
Justificação de requerimento de voto de aplauso aos cientistas Henry França Meier e Vinícius Rodolfo Wiggers, professores doutores da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, pelo segundo lugar no Prêmio Peter Murányi 2007, com pesquisas na área dos biocombustíveis.....	399	JOÃO TENÓRIO	
Requerimento nº. 149, de 2007, que requer Voto de Aplauso para os Professores Doutores Henry França Méier e Vinícius Rodolfo Wiggers, indicados pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, pelo Prêmio Peter Murányi 2007 de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com Enfoque em Energia Renováveis.....	399	Transcrição da matéria intitulada “Para OAB, plebiscito pode virar arma de populista”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 9 de fevereiro de 2007	259
Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	427	Transcrição da matéria intitulada “Assustando o investidor”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de fevereiro de 2007	441
JARBAS VASCONCELOS			
Pronunciamento de estréia de S. Exa. na tribuna do Senado Federal, em que faz uma avaliação do quadro político nacional.....	188	JOÃO VICENTE CLAUDINO	
Parecer nº. 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Propos-		Pronunciamento de estréia de S. Exa. como Senador da República, em que reassume compromisso com os eleitores do Estado do Piauí.....	168
		JOAQUIM RORIZ	
		Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	200
		JOSÉ AGRIPINO	
		Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	193

	Pág.		Pág.
Preocupação com o baixo crescimento do PIB brasileiro, anunciado pelo IBGE, de míseros 2,9% contra 5,1% do mundo inteiro.....	239	Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.....	170
Alerta para risco de mais aumento da carga tributária, para financiar o projeto expansionista do PAC.....	239	Comentário acerca do projeto que regulamenta artigo da Constituição que assegura a crianças de zero a cinco anos de idade o direito à creche nas empresas.....	172
Alerta com relação ao modelo de reforma agrária, em terras produtivas, feita pelo Governo Federal no Estado do Rio Grande do Norte.....	418	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	194
Apoio à proposta de implantação da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	424	Demonstração de apoio a candidatura do Deputado Michel Temer para a Presidência do PMDB.....	202
JOSÉ NERY		Reclamações quanto à falta de respeito de alguns Senadores durante as sessões no Plenário, e cobrança de um Regimento Interno que proíba o uso do telefone durante os pronunciamentos.....	202
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	198	Críticas ao Presidente Lula e ao seu Programa de Aceleração do crescimento – PAC. Aparte ao Senador José Agripino.....	242
LEOMAR QUINTANILHA		Denúncia das obras inacabadas do Governo Lula no Estado do Piauí, como portos, estradas de ferro, hospitais e pronto-socorros. Aparte ao Senador José Agripino.....	242
Comentários sobre a importância de se adicionar, no currículo escolar do ensino fundamental, aulas de conscientização ambiental. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	397	Críticas aos constantes ataques do Presidente Lula ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	251
LÚCIA VÂNIA		Críticas à falta de atenção dada ao problema da violência no País, pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	251
Considerações sobre os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	246	Críticas a ausência de representantes do Partido dos Trabalhadores nos debates em Plenário acerca dos graves problemas que atingem o País. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	254
Transcrição do artigo intitulado “Desequilíbrio de poder”, publicado pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 4 de fevereiro de 2007.....	263	Comentários a respeito da grande generosidade do Presidente Lula para o Governo boliviano, esquecendo-se da precária situação em que se encontram todas as prefeituras brasileiras. Aparte ao Senador Gerson Camata.....	313
MAGNO MALTA		Alerta para a urgente necessidade do combate à violência no País. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	317
Transcrição do editorial publicado dia 1º de março de 2007, no jornal <i>A Gazeta</i> , do Espírito Santo, sobre o adiamento da votação da proposta de redução da maioria penal.....	221	Considerações acerca do disparate no preço da gasolina que ocorre na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, onde os cidadãos cruzam a fronteira de carro para abastecer o tanque na Venezuela. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	341
Encaminhamento de ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, propondo a constituição de uma Comissão entre os três poderes para apresentar um conjunto de medidas contra a violência.....	221	Preocupação com a grande violência no País. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	349
MÃO SANTA		Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.....	351
Preocupação com o processo de involução por que passa o Brasil, como a corrupção, o aumento da violência e o retrocesso na área de ciência e tecnologia. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	167	Críticas ao fraco desempenho econômico do País em 2006.....	410

VIII

	Pág.		Pág.
Tristeza com a situação de abandono do Nordeste do País, pelo Governo Lula. Aparte ao Senador José Agripino.....	419	MÁRIO COUTO	
MARCO MACIEL		Lamentação da ausência, no Plenário, de representantes do Partido dos Trabalhadores na tarde do dia 1º de março de 2007, num momento de importante debate acerca do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino	243
Requerimento nº. 139, de 2007, que requer a desapensação do Projeto de Lei do Senado nº. 8, de 2006-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nº.s 68, de 2003-Complementar, e 250, de 2005-Complementar.	13	Transcrição da matéria intitulada “Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , do dia 7 de fevereiro de 2007.....	262
Requerimento nº. 140, de 2007, que requer homenagens de pesar pelo falecimento do professor e jornalista Serafim Santiago Braga, ocorrido em 7 de fevereiro de 2007, na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco	14	Cobrança de mais investimentos do Governo Federal em obras de infra-estrutura no Estado do Pará.	385
Parecer nº. 84, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº. 34, de 2007 (nº 73/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.....	141	Considerações sobre o garimpo de Serra Pelada, no Estado do Pará.	385
Parecer nº. 88, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 108, de 2006 (nº. 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Vicentinos.	161	Transcrição do editorial intitulado “O PAC e os riscos da demanda”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de fevereiro de 2007	439
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.....	170	MOZARILDO CAVALCANTI	
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	193	Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino	170
Registro da inauguração da nova fábrica de resina PET (politereftalato de etileno), do grupo Mossi & Ghisolfi, no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca em Pernambuco	395	Comentário a respeito dos esforços da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CJJ, na elaboração de uma legislação necessária ao combate à criminalidade no País. Aparte ao Senador Alvaro Dias	177
MARCONI PERILLO		Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	195
Comemoração pelo transcurso dos 85 anos da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, no teatro Municipal de São Paulo.....	244	Elogios à postura altamente civilizada adotada pelos partidos de oposição nos seus pronunciamentos em Plenário. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	254
Parabenização aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela Senadora Lúcia Vânia. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.....	247	Solicitação de ajuda do Governo Federal para o combate às queimadas no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	255
Transcrição do artigo intitulado “Coisas da Política”, publicado pelo <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 6 de janeiro de 2007.....	264	Defesa de medidas na área de segurança pública. Considerações a respeito da redução da maioria penal	256
Transcrição do editorial intitulado “Pouca energia”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 28 de janeiro de 2007.....	440	Alerta para a necessidade de se lutar contra a barreira da burocracia que impede o desenvolvimento maior do comércio entre o Estado de Roraima e a Venezuela. Aparte ao Senador Augusto Botelho	341
		Homenagem ao aniversário do Presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Netto, que completa 66 anos de idade, no dia 2 de março de 2007.....	343

	Pág.		Pág.
Preocupação com os dados apresentados pelo censo educacional de 2006 e as notas dos exames realizados pelo MEC. Defesa do investimento em educação de qualidade objetivando a redução da criminalidade e da violência	377	Considerações acerca da importância da Campanha da Fraternidade do ano de 2007, dirigida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, voltada para a questão do meio-ambiente.....	316
Críticas a falta de atenção dispensada pelo Governo Lula aos estados do norte do País, especialmente os Estados do Pará e Roraima. Aparte ao Senador Mário Couto	386	Protesto pela demissão, por alguns empresários, de dirigentes sindicais integrantes do Conselho Fiscal. Questionamentos sobre notícias veiculadas pela imprensa referentes à intenção do Governo Federal de proibir o direito à greve no setor público....	388
Críticas ao fato de se colocar o Brasil juntamente com os países desenvolvidos como responsáveis pelo aquecimento global, sendo que o País não contribui nem com 6% da emissão de gases do efeito estufa. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	397	Justificativas a requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul.....	434
NEUTO DE CONTO		PEDRO SIMON	
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	197	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos... ..	197
PAPALÉO PAES		Preocupação com a grande violência no País	347
Transcrição da matéria intitulada “Sururu no Itamaraty”, publicada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 14 de fevereiro de 2007	260	Comentários a respeito dos enormes gastos em segurança privada pagos pela alta burguesia em São Paulo, lamentando a falta de posição do Governo em assegurar o mínimo de segurança à população. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	356
Comentários sobre o desrespeito do Presidente Lula aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Aparte ao Senador Paulo Paim	389	Requerimento nº. 152, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheiter.....	431
Preocupação com a recente publicação do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que divulgou dados novos e alarmantes sobre o aquecimento global.....	397	RENATO CASAGRANDE	
Transcrição do artigo intitulado “Obsessão autoritária”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de fevereiro de 2007.....	442	Proposta de Emenda à Constituição nº. 10, de 2007, que altera a redação do art. 158 da Constituição Federal.	18
PAULO PAIM		Parecer nº. 85, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 510, de 2006 (nº 2.329/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	144
Comemoração, no dia 1º de março de 2007, do aniversário de 89 anos do ex-Presidente João Goulart, caso estivesse vivo.	167	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido no dia 5 de março de 2007, no Estado do Rio Grande do Sul. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	428
Considerações a respeito da aprovação, em 1º de março de 2007, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, do projeto que regulamenta artigo da Constituição que assegura a crianças de zero a cinco anos de idade o direito à creche nas empresas.	167	Relato da participação de S.Exa. no 1º Fórum Parlamentar sobre mudanças climáticas,	
Comentários acerca do acordo firmado entre os Presidentes do Brasil e Uruguai para a construção de uma nova ponte sobre o rio Uruguai.....	167		

X

	Pág.		Pág.
realizado em Washington, nos Estados Unidos da América, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2006.	431	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	193
Considerações sobre o deslocamento do preso “Fernandinho Beira-Mar” ao Estado do Espírito Santo.....	431	TIÃO VIANA	
ROMEU TUMA		Preocupação com o excesso de abertura de escolas médicas e a falta de política de estímulo à interiorização do médico para a desconcentração dos profissionais especializados da área. Apelo pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto de lei de sua autoria que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.....	406
Considerações sobre a delicada questão do déficit habitacional no Brasil.	265	VALDIR RAUPP	
SÉRGIO ZAMBIASI		Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	201
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.....	172	Cobrança de uma saída para a exploração de minérios na reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia, e nas demais reservas indígenas brasileiras. Aparte ao Senador Expedito Júnior.	204
SERYS SLHESARENKO		Posicionamento em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, como pólo da nova era da TV digital.	266
Parecer nº. 89, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 224, de 2000, que torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências....	273	Parecer nº. 92, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 89, de 2005, que vincula recursos para a Seguridade Social.....	299
TASSO JEREISSATI			
Cumprimentos ao Senador João Vicente Claudino pelo início do seu mandato no Senado Federal. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.....	172		